Patrícia Ramos Braick ▪
Myriam Becho Mota

Lygia Terra ▪ Regina Araujo ▪
Raul Borges Guimarães

Maria Lúcia de Arruda Aranha

Afrânio Silva ▪ Bruno Loureiro ▪ Cassia Miranda ▪
Fátima Ferreira ▪ Lier Pires Ferreira ▪
Marcela M. Serrano ▪ Marcelo Araújo ▪
Marcelo Costa ▪ Martha Nogueira ▪
Otair Fernandes de Oliveira ▪ Paula Menezes ▪
Raphael M. C. Corrêa ▪ Rodrigo Pain ▪ Rogério Lima ▪
Tatiana Bukowitz ▪ Thiago Esteves ▪ Vinicius Mayo Pires

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.
VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO.

Código da coleção:
0184P21204
Código da obra:
0184P21204134

MODERNA PLUS

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

MANUAL DO PROFESSOR

GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA

Área do conhecimento:
Ciências Humanas
e Sociais Aplicadas

MODERNA

MODERNA

PATRÍCIA RAMOS BRAICK
Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Foi professora do ensino básico por mais de 20 anos em Belo Horizonte (MG).

MYRIAM BECHO MOTA
Mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University (EUA), revalidado pela Universidade de Brasília (UnB), e licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira (MG). Pesquisadora.

LYGIA TERRA
Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professora de Geografia na rede pública estadual de São Paulo.

REGINA ARAUJO
Doutora em Ciências na área de Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente de cursos preparatórios para o Itamaraty.

RAUL BORGES GUIMARÃES
Doutor em Ciências na área de Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Presidente Prudente).

MARIA LÚCIA DE ARRUDA ARANHA
Bacharel e licenciada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi professora de Filosofia em escolas particulares de São Paulo por mais de três décadas.

AFRÂNIO SILVA
Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor do Colégio Pedro II (RJ).

BRUNO LOUREIRO
Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia da rede pública e de escolas particulares do Rio de Janeiro.

CASSIA MIRANDA
Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professora de Sociologia na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (RJ).

FÁTIMA FERREIRA
Doutora em Educação pela Universidade Estácio de Sá (Unesa-RJ) e mestre em Ciências Sociais na área de Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

LIER PIRES FERREIRA
Doutor em Direito na área de Direito Internacional e Integração Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

MARCELA M. SERRANO
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do ensino básico técnico e tecnológico no Rio de Janeiro (RJ).

MARCELO ARAÚJO
Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

MARCELO COSTA
Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

MARTHA NOGUEIRA
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

PAULA MENEZES
Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

RAPHAEL M. C. CORRÊA
Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

RODRIGO PAIN
Doutor em Ciências pelo curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na área de Estudos Internacionais Comparados, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professor do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp/UERJ).

ROGÉRIO LIMA
Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

TATIANA BUKOWITZ
Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes. Professora de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

THIAGO ESTEVES
Mestre em Ciências pelo curso de pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ).

VINICIUS MAYO PIRES
Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

MODERNA PLUS

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA

Área do conhecimento:
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

MANUAL DO PROFESSOR

1ª edição

São Paulo, 2020

MODERNA

MODERNA

Coordenação editorial: Ana Claudia Fernandes, Cesar Brumini Dellore, Maria Clara Antonelli
Edição de texto: Ana Carolina F. Muniz, Ananda Maria Garcia Veduvoto, Edmar Ricardo Franco, Juliana Cava Tanaka, Leonardo Canuto de Barros, Magna Reimberg Teobaldo, Mônica Torres Cruvinel, Sandra Machado Ghiorzi
Assistência editorial: Rosa Chadu Dalbem
Preparação de texto: Adriana Bairrada, Cecília Kinker
Assessoria didático-pedagógica: Anna Barreto, Helena Morita
Gerência de *design* e produção gráfica: Everson de Paula
Coordenação de produção: Patricia Costa
Gerência de planejamento editorial: Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: Daniel Messias, Ana Carolina Orsolin
Capa: Daniel Messias
Foto: © VectorCreation/Shutterstock
Edição de arte: Flavia Maria Susi, Tiago Gomes
Editoração eletrônica: Flavia Maria Susi
Edição de infografia: Giselle Hirata, Priscilla Boffo
Coordenação de revisão: Maristela S. Carrasco
Revisão: Juliana A. Nasser, ReCriar Editorial, Tatiana Malheiro
Coordenação de pesquisa iconográfica: Luciano Baneza Gabarron
Pesquisa iconográfica: Camila Lago, Daniela Baraúna, Elena Ribeiro
Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues
Tratamento de imagens: Ademir Francisco Baptista, Joel Aparecido, Luiz Carlos Costa, Marina M. Buzzinaro
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Everton L. de Oliveira, Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa
Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro
Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moderna plus : ciências humanas e sociais aplicadas : manual do professor. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2020.

Vários autores.
Obra em 6 v.
Conteúdo: Natureza em transformação -- Globalização, emancipação e cidadania -- Trabalho, ciência e tecnologia -- Poder e política -- Sociedade, política e cultura -- Conflitos e desigualdades

1. Ciências humanas (Ensino médio) 2. Ciências sociais (Ensino médio).

20-37415 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livro-texto : Ensino médio 373.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0_ _11) 2602-5510
Fax (0_ _11) 2790-1501
www.moderna.com.br
2020
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

MODERNA

SUPLEMENTO PARA O PROFESSOR

Durante o Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, espera-se que os estudantes consolidem o aprendizado dos anos anteriores, que desenvolvam autonomia intelectual para refletir sobre a realidade complexa que os cerca, e que tenham condições de exercer a cidadania conscientemente e traçar um projeto de vida.

Para os estudantes, este desafio é potencializado por outros apresentados durante a adolescência, fase da vida de grandes transformações físicas, emocionais e psicológicas: as mudanças do corpo, as relações afetivas, dúvidas em relação ao futuro profissional e muitos outros motivos geradores de conflitos internos às vezes incompreendidos por quem está ao redor.

Para os professores, a difícil missão de estabelecer uma estratégia de trabalho sustentável que garanta o diálogo com estudantes de perfis tão diferentes se torna mais árdua pelas cobranças de resultados, a dificuldade de se manter atualizado(a) devido aos inúmeros afazeres exigidos pelo ofício (dentro e fora das salas de aula e nem sempre em condições adequadas) e a necessidade de acompanhar as políticas educacionais em constante transformação, como a Reforma do Ensino Médio, que definiu uma nova organização curricular para esta etapa do ensino.

Por tudo isso, esta coleção une o trabalho de autores e autoras experientes dos quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas com o objetivo de subsidiar uma experiência de ensino-aprendizagem que seja realmente significativa, colaborando com o trabalho docente para o efetivo desenvolvimento das competências e habilidades esperadas para os estudantes do Ensino Médio e contribuindo para a formação de indivíduos críticos, participativos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo, tolerante e sustentável.

Desejamos a todos um excelente ano letivo.

Os autores

MODERNA

SUMÁRIO

Pressupostos teórico-metodológicos V

1. O novo Ensino Médio V

2. A BNCC para o Ensino Médio VII

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas IX

3. A BNCC na coleção XIV

Culturas juvenis e projetos de vida XIV

Os temas contemporâneos: formação ética e cidadã XVI

As tecnologias digitais e a computação XIX

4. Práticas para o ensino XXII

Levantamento dos conhecimentos prévios e estruturação de uma aprendizagem significativa XXII

O uso de metodologias ativas XXV

Desenvolvimento da análise, inferência e argumentação XXVI

O estudo cartográfico XXVIII

Métodos de avaliação XXX

5. Sugestões de práticas para o desenvolvimento de ambientes inclusivos XXXIV

6. O ensino interdisciplinar XXXVII

7. Outros subsídios de planejamento para o curso XXXIX

Sugestões de cronogramas XXXIX

8. A coleção XL

9. Referências bibliográficas XLIV

Orientações específicas deste volume XLVII

1. Justificativa e objetivos XLVII

2. Início de conversa L

3. Orientações, comentários, sugestões e respostas para cada capítulo LI

Capítulo 1 Atlântico: o encontro de três mundos LI

Capítulo 2 A emancipação política dos Estados Unidos, Haiti e países da América espanhola LVI

Capítulo 3 Economia global e trocas desiguais LX

Capítulo 4 O mundo em rede LXIII

Capítulo 5 Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas LXVIII

Capítulo 6 O sujeito em transformação LXXIII

4. MovimentAção: Você no ciberespaço LXXVI

5. Referências bibliográficas deste volume LXXVIII

MODERNA

1. O novo Ensino Médio

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, e determinou a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito. Até então, conforme a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, o Ensino Médio (antigo segundo grau) não era obrigatório.

Quase uma década após a promulgação da Constituição, a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segundo as quais a educação é entendida como um processo formativo abrangente que se desenvolve "na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".

Quatro anos depois, seguindo o movimento de promoção de reformas educacionais que permitissem ao país melhorar os índices de escolarização e nível de conhecimento de seus jovens para superar o quadro de extrema desvantagem em relação aos países desenvolvidos, foram publicados os *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* (PCNEM), que reconheceram um novo contexto para os anos finais da Educação Básica e reiteraram a necessidade de um ensino contextualizado para a formação integral do estudante.

> "O Ensino Médio no Brasil está mudando. A consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos exigem que a escola possibilite aos alunos integrarem-se ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho.
>
> Partindo de princípios definidos na LDB, o Ministério da Educação, num trabalho conjunto com educadores de todo o país, chegou a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta. Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações. Ao contrário disso, buscamos dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender.
>
> Estes Parâmetros cumprem o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias."
>
> BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 7 maio 2020.

Apesar de todos os esforços, no início da segunda década do século XXI, o modelo predominante para o Ensino Médio no Brasil ainda era essencialmente aquele que se estabeleceu durante a Primeira República (1889-1930): os estudantes são agrupados em turmas de acordo com sua idade, e a progressão de um ano para outro depende da assimilação de conteúdos dos diversos componentes curriculares – as disciplinas. Essas são ministradas por professores e professoras especialistas em horários delimitados e preestabelecidos, havendo pouca ou nenhuma interação entre os componentes curriculares. O conhecimento assim ministrado, em geral, adquire contornos tecnicistas e é apresentado de maneira fragmentada, sem relação com a realidade vivida pelos jovens, parecendo-lhes frequentemente distante e destituído de sentido (GERHARD; ROCHA, 2012).

A despeito de sua longevidade, esse modelo continuou sendo questionado e diversas propostas têm sido apresentadas no sentido de efetivar um ensino mais dinâmico e crítico, que favoreça o protagonismo e a autonomia dos estudantes, de flexibilizar o currículo, de desenvolver não só as habilidades cognitivas dos jovens, mas também as socioemocionais. As propostas nesse sentido ganharam força com os repetidos diagnósticos de esgotamento do sistema tradicional de ensino feitos por meio das avaliações nacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e as internacionais, por exemplo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa – sigla do inglês *Programme for International Student Assessment*).

MODERNA

O desempenho dos estudantes no Saeb somado às taxas de rendimento escolar (aprovação) compõem o Índice da Educação Básica (Ideb), formulado para medir a qualidade do aprendizado no país e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Há mais de uma década, os números do Ideb para o Ensino Médio mantêm-se estagnados e abaixo da meta tanto para o ensino privado como para o público.

Ideb: Ensino Médio nacional							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Privada	5,6	5,6	5,6	5,7	5,4	5,3	5,8
Pública	3,1	3,2	3,4	3,4	3,4	3,5	3,5

Fonte: IBGE. *Ideb – Resultados e metas*. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 8 maio 2020.
Os dados marcados em bege referem-se ao Ideb que atingiu a meta estipulada para aquele ano.

Nesse contexto, em 16 de fevereiro de 2017 foi sancionada a Lei n. 13.415, que instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, estabelecendo as bases do que foi chamado "o novo Ensino Médio", que tem como base:

- **ensino integral**, objetivando o desenvolvimento físico, socioemocional e cognitivo dos estudantes;
- **articulação com a formação técnica profissional**, incluindo formação e práticas do trabalho de maneira integrada à Educação Básica;
- **flexibilização do currículo**, determinando uma formação geral básica estabelecida pela *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) e uma parte diversificada composta de itinerários formativos e disciplinas eletivas;
- **ampliação da carga horária**, sendo 1.800 horas para a formação geral básica e 1.200 horas (no mínimo) para a parte flexível do currículo (itinerários formativos e disciplinas eletivas). Segundo a lei, a parte diversificada deve ser definida por cada sistema (rede) de ensino.

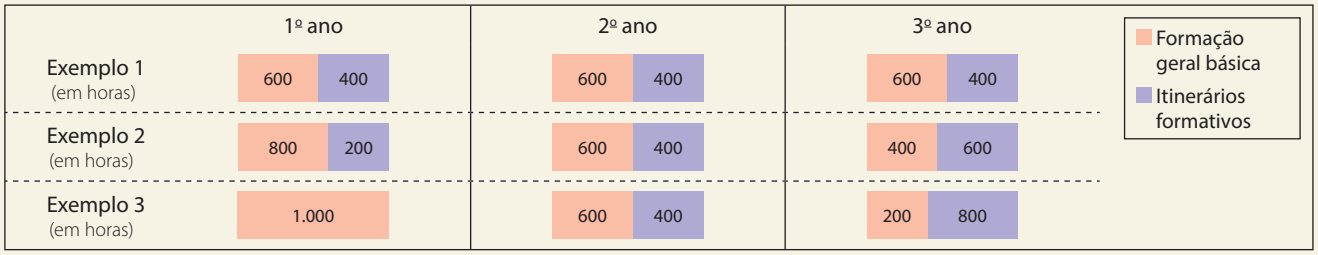
As possibilidades de distribuição das horas da formação básica geral e da parte flexível nos três anos do Ensino Médio são muitas, entre elas as exemplificadas na página a seguir.

Como mencionado, a lei que estabeleceu a reforma do Ensino Médio definiu que os objetivos de aprendizagem essenciais para essa etapa da educação devem ser os definidos pela BNCC.

© JEAN GALVÃO

Charge de Jean Galvão sobre evasão escolar no Ensino Médio, 2018. Além do baixo rendimento escolar, a evasão é um problema da última etapa da Educação Básica a ser enfrentado. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) divulgados em 2019 pelo IBGE, 11,8% dos jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola.

NOVO ENSINO MÉDIO: POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA



Fonte: BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. *Guia de implementação do novo Ensino Médio*. Brasília: MEC/Consed, 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>. Acesso em: 8 maio 2020.

2. A BNCC para o Ensino Médio

A formulação de referências comuns para a Educação Básica de todo o país foi determinada pela LDB, que atribuiu à União o papel de coordenação dessa tarefa.

> "Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.
>
> § 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.
>
> [...]
>
> Art. 9º A União incumbir-se-á de:
>
> [...]
>
> IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;"

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 8 maio 2020.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em junho de 2014, ao especificar as estratégias para alcançar as metas estabelecidas para a educação nacional, reforçou a determinação para a elaboração de currículos para todos os segmentos da Educação Básica, especificando para o Ensino Médio:

> "3.1) institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;
>
> 3.2) o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os entes federados e ouvida a sociedade mediante consulta pública nacional, elaborará e encaminhará ao Conselho Nacional de Educação – CNE, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) de ensino médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum."

BRASIL. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 8 maio 2020.

Assim, em junho de 2015, o Ministério da Educação (MEC), junto ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), instituiu por meio da Portaria n. 592 o grupo responsável pela elaboração da primeira versão da BNCC.

Após debates, seminários, consultas públicas e três versões do documento, a BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (do 1º ao 9º ano) foi homologada em dezembro de 2017.

MODERNA

Nessa parte do documento já estavam definidas as **dez competências gerais da Educação Básica**, que se relacionam e se desdobram no tratamento didático para todas as etapas da Educação Básica, ou seja, dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, com o objetivo de desenvolver atitudes e valores nos termos da LDB.

A BNCC entende como competência a capacidade de mobilizar conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do mundo do trabalho e do exercício da cidadania.

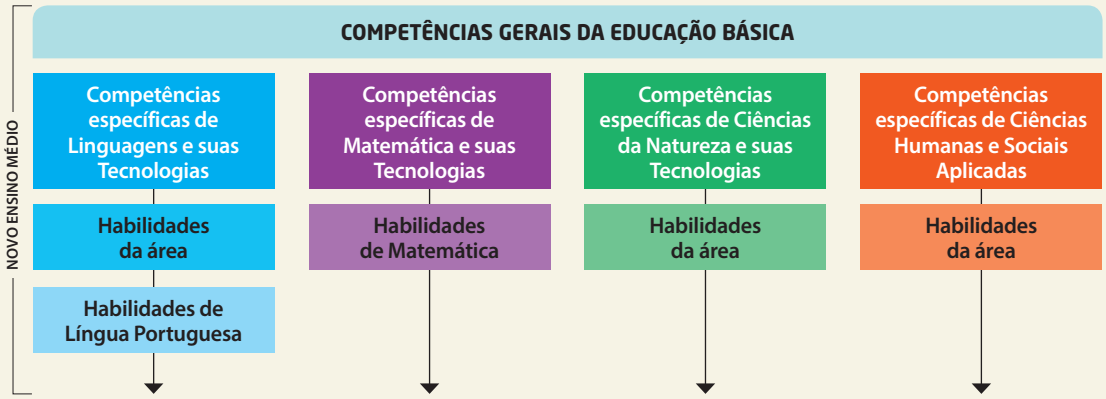
COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2018. p. 9-10. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 8 maio 2020.

Em dezembro de 2018, foi aprovada a BNCC para o Ensino Médio, que, além da continuidade do desenvolvimento progressivo dessas competências gerais, determinou como objetivo do Ensino Médio a preparação básica dos estudantes para o trabalho e o exercício da cidadania, bem como a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos durante o Ensino Fundamental.

Assim como rege a lei, o documento estabeleceu competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo da última etapa da Educação Básica em quatro **áreas do conhecimento**: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Vale mencionar que o ensino de Língua Portuguesa e Matemática será obrigatório nos três anos do Ensino Médio. Esquematicamente, a nova organização pode ser representada da seguinte maneira:



Fonte: BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. *Guia de implementação do novo Ensino Médio*. Brasília: MEC/Consed, 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>. Acesso em: 8 maio 2020.

Desse modo, impôs-se uma reestruturação profunda para o Ensino Médio: a ênfase do processo de ensino-aprendizagem deslocou-se do conteúdo informativo para o desenvolvimento de competências e habilidades, e, no lugar da antiga segmentação das disciplinas, definiu-se o ensino por áreas. Isso não significa a extinção das antigas disciplinas, mas uma abordagem delas dentro de uma perspectiva interdisciplinar.

MB IMAGES/SHUTTERSTOCK

Como em um quebra-cabeça, no qual as peças conectadas corretamente formam uma imagem coerente, o processo educativo significativo só será alcançado pela conexão entre os saberes das diferentes áreas com o objetivo da formação integral do jovem para a vida.

As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Segundo a BNCC, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas é integrada por filosofia, geografia, história e sociologia, com o propósito de ampliar e aprofundar as aprendizagens essenciais desenvolvidas durante o Ensino Fundamental, e sempre orientada por uma formação ética.

Considerando a maior maturidade cognitiva e a capacidade de articular informações e conhecimentos, espera-se que durante o Ensino Médio os estudantes possam ampliar seu repertório conceitual e desenvolver as capacidades de observação, memória e abstração para perceber de forma mais acurada a realidade e realizar raciocínios mais complexos, além de dominar a leitura de diferentes linguagens, fator essencial para os processos de simbolização e abstração.

MODERNA

Tirinha de Dik Browne, 1982. Ao satirizar a incapacidade do personagem Hamlet para explicar o amor como sentimento, o chargista demonstra como o conhecimento meramente formal não é suficiente para a compreensão da complexidade da realidade.

Tendo em vista esses aspectos e as aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes nessa etapa da educação formal, a BNCC definiu categorias fundamentais da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a serem tematizadas e problematizadas:

- **Tempo e espaço**: categorias essenciais para o estudo das Ciências Humanas uma vez que permitem a identificação de contextos, a análise de acontecimentos e a compreensão de processos, bem como as suas rupturas e permanências.

  Durante o Ensino Médio os estudantes devem desenvolver a compreensão de dimensões simbólicas e abstratas do tempo e as noções de diferentes sociedades sobre ele, ultrapassando a percepção uniforme de linearidade. Em relação ao espaço, espera-se que se tornem capazes de entender as suas dimensões históricas e culturais além de suas representações cartográficas, pois a trajetória de diferentes grupos humanos (migrações, ocupações, disputas, produção e distribuição de produtos, relações de trabalho etc.) se realiza em um determinado espaço e em um tempo específico.
- **Território e fronteira**: categorias indispensáveis para a compreensão de processos identitários relacionados a territorialidades e de estabelecimento de fronteiras de diferentes significados (territoriais, culturais, econômicas, sociais, entre outras).

  Espera-se que os estudantes possam compreender que território, além de significar uma porção da superfície terrestre relacionada à sobrevivência, à identidade e à segurança de diferentes grupos humanos (nações, povos, Estados), como categoria engloba noções de lugar, região, limites políticos e administrativos, sendo, portanto, suporte de esquemas abstratos de organização espacial da realidade (cidades, estados, países). De forma associada, fronteira deve ser entendida como uma categoria historicamente construída que pode ser expressa nas dimensões territoriais, mas também culturais, econômicas, sociais e políticas – muitas delas, permeáveis e móveis.
- **Indivíduo, natureza, sociedade, cultura e ética**: categorias que permitem a análise crítica dos estudantes sobre a sociedade em que vivem e sobre eles mesmos como indivíduos, além da compreensão das diferentes formas de organização social baseadas em valores, tradições, práticas, hábitos e formas específicas de manejar a natureza.

  Portanto, essas categorias são próprias da constituição das Ciências Humanas e Sociais, quando possibilitam a compreensão da produção do indivíduo como ser social, da forma como as diferentes sociedades se organizam no espaço físico-territorial, das especificidades das relações que estabelecem com o meio e as suas consequências ambientais.
- **Política e trabalho**: categorias importantes por mediarem a vida em sociedade, em que se pressupõem iniciativas individuais e coletivas.

  A política deve ser compreendida como meio de inserção do indivíduo no coletivo, de prática da cidadania e como forma das lógicas de poder estabelecidas entre diferentes grupos, o que inclui os tipos de organização dos Estados e o estabelecimento de governo.

  A dimensão do trabalho pode ser compreendida por diversas perspectivas: filosófica, histórica e sociológica entre outras, por se relacionar às formas de dominação e transformação da natureza, de produção de riqueza, de humanização ou de alienação.

Tendo como base essas categorias, e para assegurar aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, a BNCC definiu para o Ensino Médio seis **competências específicas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, que devem ser articuladas às competências gerais da Educação Básica. Cada uma das competências específicas se desenvolve por meio de um conjunto de habilidades.

MODERNA

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS PARA O ENSINO MÉDIO: COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES

Competência específica 1	Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
Habilidades	**(EM13CHS101)** Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais. **(EM13CHS102)** Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos. **(EM13CHS103)** Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros). **(EM13CHS104)** Analisar objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. **(EM13CHS105)** Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades. **(EM13CHS106)** Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
Competência específica 2	Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.
Habilidades	**(EM13CHS201)** Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles. **(EM13CHS202)** Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais. **(EM13CHS203)** Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras). **(EM13CHS204)** Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas. **(EM13CHS205)** Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis. **(EM13CHS206)** Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

MODERNA

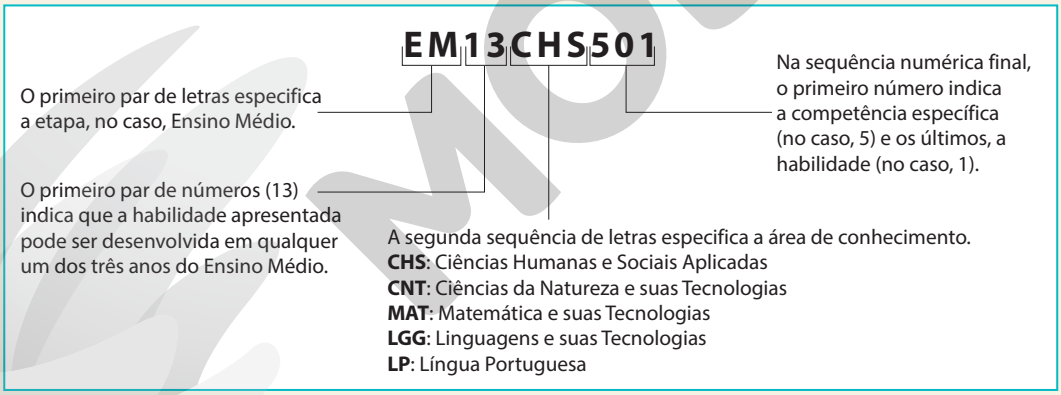
Competência específica 3	Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.
Habilidades	**(EM13CHS301)** Problematizar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável. **(EM13CHS302)** Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade. **(EM13CHS303)** Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis. **(EM13CHS304)** Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável. **(EM13CHS305)** Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis. **(EM13CHS306)** Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).
Competência específica 4	Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.
Habilidades	**(EM13CHS401)** Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos. **(EM13CHS402)** Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica. **(EM13CHS403)** Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos. **(EM13CHS404)** Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.
Competência específica 5	Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.
Habilidades	**(EM13CHS501)** Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade. **(EM13CHS502)** Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. **(EM13CHS503)** Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos. **(EM13CHS504)** Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

MODERNA

Competência específica 6	Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
Habilidades	**(EM13CHS601)** Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país. **(EM13CHS602)** Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual. **(EM13CHS603)** Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.). **(EM13CHS604)** Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais. **(EM13CHS605)** Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo. **(EM13CHS606)** Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2018. p. 571-579. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 8 maio 2020.

Como visto, as habilidades são identificadas por códigos, que representam as seguintes informações:



Vale lembrar que o uso da numeração sequencial para a identificação das habilidades não representa uma sequência a ser seguida, pois a organização do ensino deve ser feita pelas redes considerando suas especificidades.

SUGESTÃO

- ***Site***

Base Nacional Comum Curricular

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 8 maio 2020.

O portal da BNCC disponibiliza o documento em diferentes formatos, apresenta o seu histórico e, na aba "implementação", oferece ferramentas e material de apoio desenvolvidos pelas equipes do Programa ProBNCC.

MODERNA

3. A BNCC na coleção

Os seis volumes desta coleção foram organizados por eixos temáticos norteados pelas categorias da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas elencadas como fundamentais pela BNCC e suas relações. Considerando que tempo e espaço são categorias inerentes na tratativa de qualquer tema da área, apresentamos como temas: a transformação da natureza pelo ser humano; a relação entre globalização e os conceitos de emancipação e cidadania; trabalho, ciência e tecnologia; as implicações entre poder e política; as dimensões sociedade, política e cultura; e as condições de conflitos e desigualdades.

Esses volumes são independentes, ou seja, não sequenciais e autocontidos em relação à progressão das abordagens dos conteúdos e sua articulação com as competências e habilidades, possibilitando arranjos flexíveis, para que escola e professores organizem seus cursos com autonomia, de acordo com sua realidade.

Em cada um dos volumes, o desenvolvimento do respectivo tema se dá na perspectiva dos quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, viabilizando o estudo interdisciplinar e aprofundando os conhecimentos do Ensino Fundamental de forma relacionada à atualidade, além de apresentar abordagens novas referentes aos componentes de filosofia e sociologia, introduzidos nessa etapa dos estudos. Para tanto, priorizam-se atividades de pesquisa, análise e produção, para que se efetive um processo significativo da aprendizagem, como mais bem explicado adiante.

No conjunto desses seis volumes, todas as competências gerais da Educação Básica, bem como as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e suas respectivas habilidades, são trabalhadas. Nas orientações específicas de cada um deles, são explicitados os objetivos de aprendizagem, as respectivas justificativas e a articulação destes com as referidas competências e habilidades, bem como as possibilidades de interação com outras áreas do conhecimento.

Além das categorias, competências e habilidades estabelecidas para cada área do conhecimento na etapa final da Educação Básica, a BNCC discorre sobre outros aspectos que devem ser considerados para que os objetivos de aprendizagem para o Ensino Médio sejam alcançados. A seguir, apresentaremos cada um deles, explicando como são contemplados pela coleção.

Culturas juvenis e projetos de vida

O historiador Philippe Ariès (1981) – um dos pioneiros nos estudos sobre a infância – apontou que na sociedade medieval esse período da existência humana era bastante reduzido, pois, assim que os indivíduos adquiriam desenvoltura física, eram misturados aos adultos, partilhando seus espaços de trabalho e de entretenimento, entre outros. Assim, de forma muito acelerada, as crianças pequenas eram transformadas em miniadultos.

A prática social descrita pelo autor perdurou nas sociedades ocidentais industrializadas, pois não existia uma preocupação em relação ao que hoje chamamos "trabalho infantil". Segundo o autor, somente no século XX apareceu a distinção da adolescência. Assim, a concepção de uma etapa específica do desenvolvimento humano entre a infância e a fase adulta é algo relativamente novo. Contudo, a definição de juventude não é única, pois compreende aspectos biológicos, etários, psicológicos e sociais.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) definiu a adolescência como a fase que se estende dos 12 aos 18 anos. Embora a adolescência possa estar contida na ideia de juventude, não pode ser confundida com ela. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o fator etário pode ser flexibilizado de acordo com as condições de vida do indivíduo:

> "Do ponto de vista demográfico, os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária que varia segundo contextos particulares, mas que, geralmente, está localizada entre os 15 e os 24 anos de idade. No caso de áreas rurais ou de pobreza extrema, o limite se desloca para baixo e inclui o grupo de 10 a 14 anos; em estratos sociais médios e altos urbanizados se amplia para cima para incluir o grupo de 25 a 29 anos.
>
> Segundo diversas circunstâncias particulares, identificam-se como jovens um conjunto de pessoas de idades variáveis que não pode ser tratado com começo e fim rígidos."
>
> UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco, 2004. p. 25.

Além do exposto, deve-se considerar que a transição entre a infância e a vida adulta também é marcada pelas mudanças biológicas, que ocasionam alterações físicas. Essas transformações provocam uma nova percepção do jovem em relação a si, e, consequentemente, sobre o mundo no qual vive, alterando aspectos emocionais e suas formas de relacionamento.

Desse modo, a juventude é uma concepção simbólica social, que considera alguns aspectos biológicos, do grupo no qual o indivíduo considerado jovem está inserido e dele próprio, para significar uma série de características, comportamentos e atitudes atribuídas a essa determinada condição.

Por tudo isso, atualmente é consenso entre os especialistas que não é possível tratar sobre um conceito singular de juventude, sendo mais adequado se referir às **juventudes**. Segundo o sociólogo português José Machado Pais (1996), assim como existem múltiplas formas de juventude, inúmeras são as possibilidades de estudá-las.

Por isso, na direção de adequar o ensino às demandas da sociedade contemporânea e às expectativas e necessidades dos diferentes perfis de estudantes do Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) evidenciaram a importância de não assumir uma caracterização específica e homogênea do público dessa etapa do ensino. Ao contrário, destaca que esses jovens devem ser percebidos como sujeitos com valores, comportamentos, visões de mundo, interesses e necessidades específicas, sustentando, assim, a importância do reconhecimento da juventude:

MODERNA

LUCIOLA ZVARICK/PULSAR IMAGENS

Mulheres da etnia Kamayurá da aldeia Ipavú, no município de Gaúcha do Norte (MT), dançam durante o Uluri, 2018. Nesse ritual, a adolescente, que passou por reclusão após a menarca, é liberada para a participação da vida em comunidade. As concepções sobre juventude e maturidade dependem do meio no qual o indivíduo está inserido.

> "[...] como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes."
>
> CNE. *Resolução n. 5, de 4 de maio de 2011*. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9915-pceb005-11-1-1&Itemid=30192>. Acesso em: 9 maio 2020.

Essa noção é adotada pela BNCC, que, além de reconhecer as juventudes de forma múltipla e dinâmica, destaca sua capacidade para participar ativamente e de forma protagonista na sociedade. Por isso, o reforço sistemático para o estabelecimento de processos de ensino-aprendizagem que garantam aos estudantes o desenvolvimento de competências que lhes habilitem para a leitura crítica da realidade, o exercício da cidadania e o enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo, o que inclui a aptidão para delinear um projeto de vida.

Assim como as juventudes, o conceito de cultura, essencial às Ciências Humanas e Sociais, não é uníssono. Não nos deteremos aqui às discussões que voltam à gênese da antropologia em torno da concepção do termo, pois as formulações são variadas e, às vezes, contraditórias. Tomaremos a definição mais acessível e aplicada desse conceito, elaborada pelo antropólogo britânico Edward Burnett Tylor. Segundo ele, cultura é tudo aquilo que permeia a produção e o modo de vida de um povo. Ou seja, é todo o complexo de conhecimentos e habilidades empregado socialmente pelos indivíduos nas suas produções materiais e imateriais. Por isso, não é possível tratar de cultura sem a análise de seu contexto.

Nesse sentido, apesar das situações multifacetadas da educação no país, não podemos esquecer que, de forma geral, a escola é também o espaço de socialização para os jovens, aspecto fundamental na formação de suas identidades. Dependendo de sua organização, muitas vezes, a escola é o lugar no qual o jovem passa a maior parte do seu tempo. Assim, o ambiente escolar é aquele no qual os jovens estreitam relações e formam grupos de acordo com suas afinidades. Esses grupos têm maneiras próprias de se expressar (roupas, músicas, hábitos de consumo etc.) totalmente relacionadas ao seu contexto, formando o que pode ser chamado "subculturas" ou "culturas juvenis".

Por isso, para que os objetivos de uma educação integral se concretizem, promovendo o desenvolvimento de indivíduos capazes de aprender a se conhecer – considerando suas potencialidades e a relevância dos modos de participação e intervenção social – e de planejar e seguir seus projetos de vida, é necessário que a escola seja um espaço de acolhimento da diversidade (em que as diferentes expressões juvenis tenham espaço), de promoção do respeito aos indivíduos e aos seus direitos e de reconhecimento dos estudantes como interlocutores legítimos, dando, assim, espaço para que sejam protagonistas de seu processo de escolarização.

Com o objetivo de oferecer subsídios aos educadores nesse sentido, este manual oferece sugestões de práticas para sala de aula que podem auxiliar na mediação de conflitos e no acolhimento das diferenças no espaço escolar (ver "Sugestões de práticas para o desenvolvimento de ambientes inclusivos").

No livro do estudante, o boxe "Você pesquisador" oferece a eles oportunidades de investigação sobre questões da atualidade, promovendo a ampliação de seus conhecimentos e das competências e habilidades relacionadas à pesquisa, ferramenta indispensável para o desenvolvimento da autonomia de pensamento e da análise crítica. Além disso, a seção "MovimentAção" apresenta propostas estruturadas

de trabalho colaborativo para a intervenção cidadã, geralmente com uso de tecnologia digital de informação e comunicação, relacionadas às questões ou aos impasses comuns às comunidades para que os jovens possam assumir papéis protagonistas junto ao meio em que vivem, desenvolvendo competências e habilidades e expressando sua juventude. Todas as orientações necessárias para a condução dessas propostas são apresentadas na parte dedicada às orientações específicas do volume.

SUGESTÕES

• Livro

Culturas juvenis: múltiplos olhares

Afrânio Mendes Catani; Renato de Sousa Porto Gilioli. Campinas: Editora Unesp, 2008.

Apresenta análises de expressões de diferentes grupos juvenis do espaço urbano em busca de compreender as diferentes juventudes, reconhecendo as culturas jovens como legítimas e relacionando-as a aspectos diversos como educação, entrada no mercado de trabalho, formações familiares e violência.

• *Site*

Observatório da juventude UFMG

Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/>. Acesso em: 9 maio 2020.

O programa de ensino e extensão da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais realiza desde 2002 pesquisas e projetos relacionados ao tema juventude e educação. Por meio de seu portal o programa disponibiliza publicações, vídeos e materiais didáticos do seu acervo.

Os temas contemporâneos: formação ética e cidadã

No final da década de 1990, durante o movimento das reformas em busca da consolidação de uma educação voltada para a formação cidadã, na qual os conteúdos formais devem estar associados à realidade social dos estudantes, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) recomendaram a abordagem de seis **Temas Transversais** (saúde, ética, orientação sexual, pluralidade cultural, meio ambiente, trabalho e consumo) pelos diferentes componentes curriculares.

Em 2010, o CNE aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), documento normativo que tornou obrigatório o trabalho com temas abrangentes e contemporâneos de forma articulada aos conteúdos escolares tanto na parte da formação básica comum, que viria a ser estabelecida pela BNCC, quanto na parte diversificada do currículo, por se tratar de assuntos que afetam a vida nas esferas individual, local e global.

Além da obrigatoriedade da abordagem desses temas, o documento reafirma a transversalidade como critério orientador das práticas pedagógicas para a tratativa desses temas:

> "A transversalidade é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas, eixos temáticos são integrados às disciplinas, às áreas ditas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. A transversalidade difere-se da interdisciplinaridade e complementam-se; ambas rejeitam a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado. A primeira se refere à dimensão didático-pedagógica e a segunda, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. A transversalidade orienta para a necessidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, sendo uma proposta didática que possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada."
>
> BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file/>. Acesso em: 9 maio 2020.

Complementando as disposições legais, a BNCC reforçou a obrigatoriedade do trabalho transversal de temas contemporâneos e ampliou o número para quinze, indicando o marco legal de cada um. São eles:

1. Direitos da criança e do adolescente;
2. Educação para o trânsito;
3. Educação ambiental;
4. Educação alimentar e nutricional;
5. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso;
6. Educação em direitos humanos;
7. Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;
8. Saúde;
9. Vida familiar e social;
10. Educação para o consumo;
11. Educação financeira;
12. Educação fiscal;
13. Trabalho;
14. Ciência e tecnologia;
15. Diversidade cultural.

Em 2019, com o objetivo de orientar as redes em relação ao trabalho com esses assuntos, o Ministério da Educação publicou um documento intitulado *Temas contemporâneos transversais na BNCC: contextos históricos e pressupostos pedagógicos*. Nessa publicação, os quinze **Temas Contemporâneos Transversais** (TCT), denominação adotada desde então, foram agrupados em seis macroáreas temáticas, conforme o esquema a seguir:

MODERNA

TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS NA BNCC

ADILSON SECCO

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC*: contexto histórico e pressupostos pedagógicos 2019. p. 13. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf>. Acesso em: 9 maio 2020.

O documento ressalta que os referidos temas não devem ser trabalhados de forma rígida, em estruturas fechadas, mas integrados às diferentes áreas do conhecimento, cabendo às redes de ensino verificar a melhor forma de incorporarem o desenvolvimento obrigatório desses temas aos seus currículos.

Para auxiliar o trabalho dos educadores nesse aspecto, esta coleção apresenta a seção "Em pauta", desenvolvida especialmente com o objetivo de promover leituras (principalmente notícias, reportagens, artigos jornalísticos, publicações institucionais não acadêmicas) e discussões relacionadas aos temas contemporâneos transversais enunciados pelas DCNs e pela BNCC.

Além da referida seção, a coleção oferece outras oportunidades para a abordagem de temas contemporâneos transversais de forma integrada aos conteúdos de Ciências Humanas e Sociais. Como exemplo, elencamos no quadro a seguir ocasiões apresentadas no volume que tem como tema a transformação da natureza pela ação humana.

EXEMPLO DE ABORDAGEM DOS TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS EM UM VOLUME DA COLEÇÃO

Tema	Oportunidade	Abordagem
Ciência e tecnologia	Capítulo 2: boxe "Ciência em contexto"	Ao abordar os *puquios*, construções dos povos originários da América que possibilitavam a captação de água subterrânea em uma das regiões mais áridas do planeta, pode-se discutir o uso da ciência e da tecnologia no manejo dos recursos naturais e como essa tecnologia ainda é utilizada pelas pessoas da região na atualidade como uma das formas de garantir seu abastecimento hídrico.
Educação ambiental	Capítulo 3: texto base	O tema está na constituição do capítulo ao discutir perspectivas de diferentes sociedades em relação à natureza.
	Capítulo 3: boxe "Análise de dados"	Ao propor a análise e reflexão sobre os dados do gráfico acerca do consumo de agrotóxicos no Brasil.

MODERNA

Tema	Oportunidade	Abordagem
Educação ambiental	Capítulo 3: seção "Atividades", questões 3, 4 e 6	Respectivamente, ao abordar o ideal baconiano de progresso, solicitando aos estudantes que listem aplicações de tecnologias com impactos positivos e negativos ao meio ambiente; propõe aos estudantes que analisem um texto sobre o modo com o qual povos tradicionais indígenas se relacionam com a natureza; e questiona a possibilidade de conciliar consumo com hábitos sustentáveis.
	Capítulo 4: boxe "Trocando ideias"	Ao solicitar aos estudantes que avaliem medidas possíveis ao poder público para resolver o problema de poluentes na água.
	Capítulo 6: texto base	Parte constitutiva do capítulo que aborda a relação entre sociedade e meio ambiente.
	Capítulo 6: boxe "Trocando ideias"	Por solicitar aos estudantes que debatam sobre a questão ambiental sob a perspectiva da sua região (e, consequentemente, de sua realidade).
	Capítulo 6: seção "Atividades", questões 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 9	Respectivamente, ao abordar a importância dos povos tradicionais no debate de justiça ambiental; ao solicitar que os estudantes elenquem problemas de sua localidade; ao propor que avaliem os impactos da queimada retratada; ao pedir que expliquem a relação dos movimentos camponeses com o debate nacional das questões ambientais a partir da década de 1950; também que analisem determinado problema global tratado em um excerto de uma publicação da ONU; ao propor uma avaliação crítica a respeito da chamada "Revolução Verde"; e ao solicitar investigações de casos recentes de injustiça ambiental.
	MovimentAção	Atividade que demanda dos estudantes pesquisa, análise e proposições em relação ao descarte de lixo em sua comunidade.
Educação para o consumo	Capítulo 4: texto base	Perpassa todo o capítulo sobre tempos da natureza e ação antrópica.
	Capítulo 4: seção "Em pauta"	Ao tratar sobre consumo consciente, provocando uma reflexão a respeito da conduta individual de cada estudante.

Do mesmo modo, os demais volumes da coleção possibilitam abordagens integradas dos temas contemporâneos transversais mais diretamente relacionados aos seus respectivos assuntos. Todas as oportunidades estão devidamente sinalizadas nas orientações específicas de cada volume.

LICENCIADO POR AUTVIS, BRASIL, 2020 - COLEÇÃO PARTICULAR

A grande onda, instalação do artista plástico francês Bernard Pras, 2007. A obra produzida com material encontrado no lixo, aborda a ação do homem sobre a natureza, provocando uma reflexão crítica em relação ao consumo e à relação humana com o meio ambiente, dois Temas Contemporâneos Transversais. Outras obras de arte com a mesma temática são reproduzidas na seção "MovimentAção" do volume que tem como tema a transformação da natureza pelo ser humano.

MODERNA

As tecnologias digitais e a computação

As tecnologias digitais e a computação são indissociáveis da vida contemporânea: para comunicação, produção, consumo e armazenamento de informações. O constante aprimoramento dessas tecnologias e a transformação ocasionada por elas abrangem as dimensões individuais, sociais e do mundo do trabalho. Um modelo de educação que pretenda uma formação ampla e integral de seus educandos não pode ignorar esse aspecto da atualidade.

Especialista no assunto, o professor José Armando Valente (2019) assinala que a ampliação do acesso aos dispositivos e, consequentemente, o aumento do uso das tecnologias digitais, inclusive na área educacional, não foram suficientes para o desenvolvimento do pensamento lógico dos estudantes e nem têm contribuído para a compreensão das especificidades do funcionamento dessas tecnologias. Ou seja, a maior parte das pessoas utiliza uma porção muito limitada do potencial desses recursos.

A constatação de Valente nos faz refletir sobre a dificuldade de adequação do campo educacional em relação ao novo. Nesse sentido, muito antes dele, Edgard Morin (2001) destacou saberes essenciais necessários para a educação do futuro, que não estavam previstos nos currículos escolares. Além de tratar sobre a importância de uma abordagem integrada das diferentes áreas do saber para a construção de um conhecimento pertinente à vida, Morin destacou a importância da formação para que os jovens consigam enfrentar o desconhecido. A mesma preocupação é expressa na BNCC:

> "Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente no funcionamento da sociedade e, portanto, no mundo do trabalho. A dinamicidade e a fluidez das relações sociais – seja em nível interpessoal, seja em nível planetário – têm impactos na formação das novas gerações. É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para profissões que ainda não existem, para usar tecnologias que ainda não foram inventadas e para resolver problemas que ainda não conhecemos."
>
> BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2018. p. 473. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 9 maio 2020.

Assim como expresso pela literatura especializada, o documento afirma a importância da inclusão da computação e das tecnologias digitais na educação formal básica para que essa aprendizagem tão necessária ao futuro dos jovens seja alcançada. As diferentes dimensões desses saberes estão previstas nas competências gerais da Educação Básica e nas competências específicas das diferentes áreas do conhecimento.

Ao tratar sobre os aspectos que caracterizam a computação e as tecnologias digitais, a BNCC considera conhecimentos, habilidades, atitudes e valores organizados em três eixos de aprendizagem, os mesmos dos referenciais da Sociedade Brasileira de Computação (SBC) (2017):

- **Cultura digital**: relacionada ao uso fluente das tecnologias digitais da comunicação e informação de forma ética e responsável, compreendendo seus impactos sociais.
- **Mundo digital**: corresponde à compreensão em relação ao processamento da transmissão e da distribuição de informações de maneira segura por meio de diferentes dispositivos físicos (computadores, celulares etc.) e virtuais (internet, redes e nuvens de dados, entre outros), bem como do seu uso de forma competente e eficaz.
- **Pensamento computacional**: abrange o desenvolvimento das habilidades necessárias para resolver problemas de forma metódica e sistemática por meio do desenvolvimento de algoritmos: um conjunto de procedimentos lógicos para a solução de um problema em etapas.

A dimensão da cultura digital torna-se inerente às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas uma vez que objetivos de aprendizagem da área estão voltados para a formação ética e cidadã dos jovens, o que compreende estudos e práticas norteados pela ideia de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, compreensão e reconhecimento das diferenças e combate a preconceitos de qualquer natureza (BNCC). Somam-se a isso as propostas da coleção para divulgação e compartilhamento do resultado de algumas atividades por meio digital.

As compreensões relativas ao mundo digital, por se relacionarem a aspectos mais técnicos, estão contidas nas competências e habilidades de outras áreas do conhecimento. Mas não é por isso que as Ciências Humanas e Sociais não podem contribuir estimulando práticas de produção e compartilhamento seguro de informação. Nesta coleção isso se concretiza por meio de atividades que demandam a produção e divulgação dos resultados por meio digital.

Quanto ao pensamento computacional, considerando que esse não necessariamente se reduz às soluções automatizadas aplicadas por computadores, sendo uma forma ordenada para analisar e resolver problemas, pode ser desenvolvido de maneira estruturada por todas as áreas de conhecimento.

A proposição do pensamento computacional como um conjunto de habilidades essenciais para todos, e não apenas para cientistas da computação, foi publicada pela pesquisadora Jeannette Wing em 2006. Segundo ela, para o desenvolvimento da capacidade analítica, o pensamento computacional deveria ser parte da formação das crianças, assim como a leitura, a escrita e os cálculos. Publicada por uma revista muito influente no meio acadêmico da computação (*Communications of the ACM*), as ideias da pesquisadora popularizaram-se e o assunto passou a compor a agenda de pesquisadores e teóricos da educação, bem como a dos responsáveis por políticas educacionais.

EM ABERTA

Inúmeros estudos foram realizados depois dessa publicação, inclusive críticas ao conceito de pensamento computacional apresentado por Wing, evidenciando a dificuldade de definição do conteúdo e da abordagem do tema na esfera escolar. Segundo Valente,

> "A tentativa de identificar conceitos e operacionalizar o pensamento computacional foi realizada por duas organizações, a *International Society for Technology in Education* (ISTE) e a *American Computer Science Teachers Association* (CSTA). Os membros dessas organizações trabalharam com pesquisadores da Ciência da Computação e das áreas de Humanas, e conjuntamente propuseram uma definição para o pensamento computacional que pudesse nortear as atividades realizadas na educação básica. Com esse trabalho eles identificaram nove conceitos: coleta de dados, análise de dados, representação de dados, decomposição de problema, abstração, algoritmos, automação, paralelização e simulação."

VALENTE, J. A. Pensamento computacional, letramento computacional ou competência digital? Novos desafios para educação. *Revista Educação e Cultura contemporânea*, v. 16, n. 43, p. 151-152, 2019.

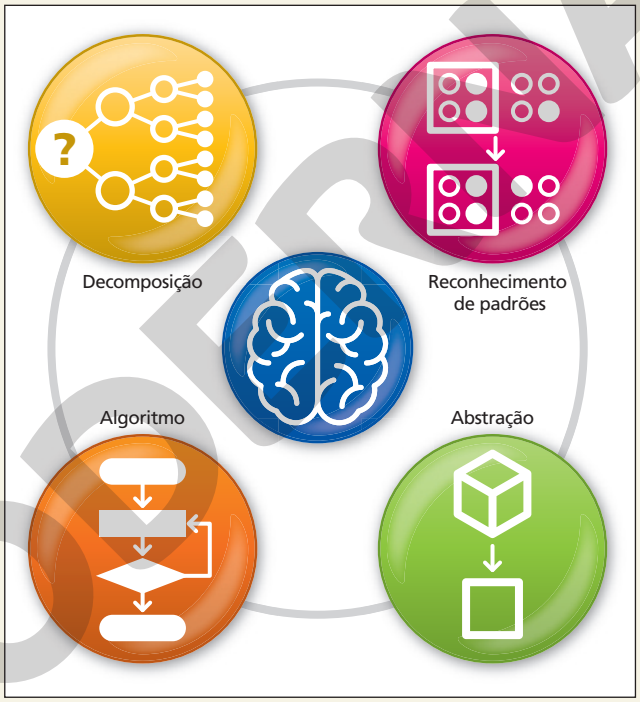
Pensando sobre a viabilidade escolar, muitos estudos revisaram as etapas que consistem na construção de um pensamento computacional, sugerindo práticas estruturadas em menos etapas essenciais. Alguns deles foram além, como o do professor Christian Puhlmann Brackmann (2017), ao reconhecer que a maioria das instituições escolares e das redes de ensino não estão equipadas adequadamente e a utilização massiva de aparatos tecnológicos não garante a melhoria da qualidade do ensino. Além disso, por entender que o pensamento computacional se refere a uma abordagem que aplica diversas técnicas oriundas da ciência da computação para o estabelecimento de um novo foco educacional em um conjunto de competências de solução de problemas que devem ser compreendidos por uma nova geração de estudantes, propôs o trabalho para o desenvolvimento do pensamento computacional por meio de atividades sem o uso de dispositivos eletrônicos ou internet.

> "Não faz sentido, diante da possibilidade de acesso *full time* a dados e a informações, que se priorize a memorização, a repetição e a cópia pela cópia. Pelo contrário, o mais importante é ensinar a buscar e a selecionar a informação necessária, abstrair, decompor, reconhecer padrões e programar para que o aluno possa, de modo criativo e dinâmico, enfrentar os problemas propostos em determinada circunstância, através do pensamento crítico e uma metodologia para auxiliar no processo de resolução de problemas.
>
> [...] ele [o pensamento computacional] é uma habilidade básica, assim como ler e escrever. Os benefícios são diversos [...] e auxilia na organização do pensamento, harmonizando com as novas tecnologias existentes e as que virão, preparando-os para a dinamicidade das profissões atuais que demandam uma formação cada vez mais multidisciplinar, necessitando o aprendizado e aperfeiçoamento constante. Levando-se em consideração a situação socioeconômica brasileira, onde 48,8% das escolas não possuem um laboratório de informática e 5,5% sequer possuem energia elétrica (MEC/INEP, 2017), o ensino de conceitos da computação através de atividades *off-line* (sem o uso de máquinas ou aparatos eletrônicos), também conhecido como "desplugada" ou "*unplugged*" é uma alternativa interessante para universalizar o acesso a este conhecimento."

BRACKMANN, C. P. *Desenvolvimento do pensamento computacional através das atividades desplugadas na Educação Básica*. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Porto Alegre, 2017.

Brackmann trabalha com quatro dimensões essenciais (pilares) do pensamento computacional:

OS QUATRO PILARES DO PENSAMENTO COMPUTACIONAL

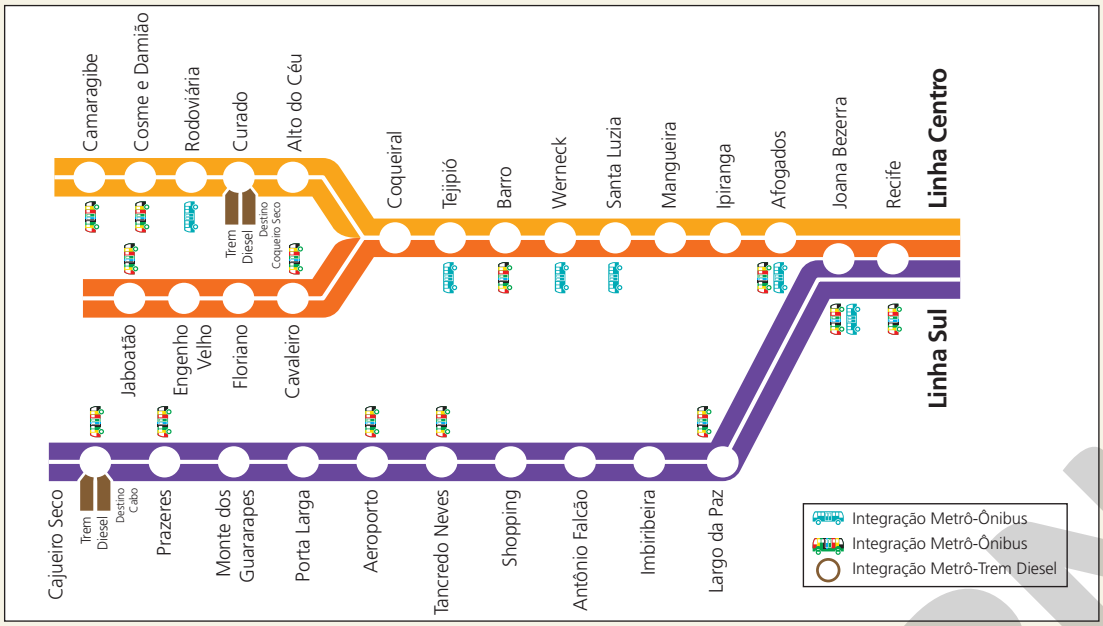


ADILSON SECCO

- **Decomposição**: divisão de um problema em partes menores, para que a resolução independente de cada uma delas facilite e agilize a solução completa.
- **Reconhecimento de padrões**: identificação de padrões/semelhanças entre as partes do problema decomposto (características de alguns deles que possam ser explorados em conjunto para uma solução mais eficiente), pois, ao replicar uma solução aos "subproblemas" de mesmo padrão, mais rápido será resolvido o problema maior.
- **Abstração**: filtragem e separação dos dados eliminando os que não são relevantes, concentrando-se assim nos elementos realmente importantes para a solução do problema (um calendário, por exemplo, é uma abstração de dados essenciais para a nossa organização em relação ao tempo).
- **Algoritmo**: estabelecimento de uma estratégia, ou um conjunto de instruções claras e ordenadas para a solução do problema, que funcionará como uma regra ou "receita" para a solução de problemas de mesma natureza.

MANUAL DO PROFESSOR

MAPA SIMPLIFICADO DO METRÔ DE RECIFE



ADILSON SECCO

Fonte: CBTU – METROREC. Disponível em: <https://www.metrorecife.com.br/mapa/>. Acesso em: 9 maio 2020.

Mapas como este são exemplos de abstração, pois apresentam apenas as informações indispensáveis para que as pessoas se localizem e definam o seu trajeto usando o referido meio de transporte.

Assim, com o objetivo de subsidiar o trabalho para o desenvolvimento do pensamento educacional em classe, de forma factível e articulada aos estudos dos temas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, esta coleção apresenta uma questão "Desafio" por volume com explicações estruturadas nas respectivas orientações específicas para que os professores possam orientar a atividade de modo que os estudantes trabalhem as quatro dimensões (pilares) do pensamento computacional de forma ordenada e desplugada.

Além disso, é importante considerar que procedimentos próprios das Ciências Humanas e Sociais como a análise de dados e a comparação de informações são essenciais ao processo de desenvolvimento do pensamento computacional uma vez que essas habilidades são fundamentais para que se realize a decomposição do problema, o reconhecimento de padrões entre suas diferentes partes, a seleção das informações mais relevantes para a abstração dele e o desenvolvimento de uma solução. Além disso, a argumentação é importante para que os estudantes possam fundamentar a correção dos algoritmos elaborados.

SUGESTÕES

- **Livros**

Guia de atividades desplugadas para o desenvolvimento do pensamento computacional

Cicero Gonçalves dos Santos; Maria Augusta Silveira Netto Nunes; Margarida Romero. Porto Alegre: SBC, 2019.

Publicação da Sociedade Brasileira de Computação que apresenta sugestões de atividades para o desenvolvimento do pensamento computacional sem o uso de dispositivos eletrônicos.

Educação Integral por meio do pensamento computacional. Letramento em programação: relatos de experiência e artigos científicos

Amilton Rodrigo de Quadros Martins, Adelmo Antonio da Silva Eloy. Curitiba: Appris, 2019.

Apresenta relatos de experiências de diversos municípios que participam do programa Letramento em Programação, do Instituto Ayrton Senna, que desde 2015 leva o pensamento computacional ao Ensino Fundamental do instituto, além de oito artigos científicos sobre o tema.

- **Vídeos**

O que é pensamento computacional?

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VEwRsgAG8JE>. Acesso em: 9 maio 2020.

Nesse vídeo do canal Bate-papo: educação, professores de matemática explicam de forma bem-humorada o que é pensamento computacional considerando as mesmas quatro dimensões apresentadas por Brackmann, utilizando um exemplo do cotidiano: colocar roupa para lavar em uma máquina.

O que é algoritmo?

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IsSHOeBPwU8>. Acesso em: 9 maio 2020.

Também produzido pelo canal Bate-papo: educação, esse vídeo é uma adaptação de um vídeo de Josh Darnit que demonstra por meio de uma situação cotidiana (fazer um sanduíche) a importância de um algoritmo bem elaborado. Ele pode ser compartilhado com os estudantes para esclarecer o conceito de algoritmo.

MOLDURA

4. Práticas para o ensino

Sabemos que são muitos os desafios para a implementação do ensino voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades para a formação cidadã. Além da dificuldade de romper com o tradicional modelo segmentado em vários componentes curriculares, o ensino no país passa por dificuldades relacionadas à falta de estrutura física e de recursos didáticos nas escolas e à necessidade de formação continuada e de valorização dos profissionais da área. Podem-se somar aos fatores de larga escala, dificuldades e problemas locais, seja da comunidade ou da instituição de ensino, seja da própria classe.

Com o objetivo de subsidiar o trabalho diário dos professores, apresentaremos sugestões para facilitar a prática de ensino como formas de mapear conhecimentos prévios dos estudantes, o uso de metodologias ativas (principalmente as de pesquisa) e os métodos de avaliação.

Levantamento dos conhecimentos prévios e estruturação de uma aprendizagem significativa

Na década de 1960, o pesquisador David Paul Ausubel ganhou notoriedade ao propor o conceito de **aprendizagem significativa**, que questionava o modelo mecânico baseado exclusivamente na memorização e repetição de informações. Ele defendeu que nenhum conhecimento novo é aprendido de maneira permanente e sólida se não estiver articulado à rede de conceitos e informações preexistentes do estudante.

De acordo com o pesquisador, o armazenamento de informações assemelha-se a uma teia, na qual cada novo fio só tem firmeza se estiver bem atado a outros e se todos estiverem igualmente entrelaçados entre si. No centro dessa teia estarão os conceitos estruturantes, os *subsunçores*, que permitem a sustentação dos demais conceitos a eles interligados. À medida que novos fios vão se amarrando à trama já existente, toda a teia se alarga e sua estrutura se torna mais complexa e resistente. Assim, "Ausubel vê o armazenamento de informações na mente humana como sendo altamente organizado, formando uma hierarquia conceitual na qual elementos mais específicos de conhecimento são relacionados (e assimilados) a conceitos e proposições mais gerais, mais inclusivos" (Moreira, 2001).

Todavia, o estudante também precisa aprender conteúdos para os quais não tem nenhuma base que lhe sirva de ancoragem. Nesse caso, é preciso construir essa base de algum modo, seja por meio do estímulo à descoberta com base na experimentação, seja pela aprendizagem por repetição, que se dá de maneira mecânica. Nesse último caso, os *subsunçores* serão, em um primeiro momento, frágeis e dispersos, mas servirão de suporte para novas informações que, tendo onde se amarrar, ou seja, sendo significativas, poderão começar a se organizar em rede. Com o tempo, aqueles primeiros *subsunçores* terão se desenvolvido com o aporte de novos conhecimentos, ganhando robustez e servindo para ancorar de maneira crescente novas informações.

Com o objetivo de favorecer o primeiro contato do estudante com o conhecimento que lhe será apresentado, Ausubel propõe o uso de *organizadores prévios* que, *grosso modo*, são materiais introdutórios selecionados pelas experiências ou informações familiares ao estudante. Esses organizadores servem de ponte, aproximando os novos conteúdos à rede de conceitos e informações que o estudante já possui. Se o novo conteúdo apresentado for totalmente estranho ao estudante e este não o atrelar a nenhum *subsunçor*, ancorando-o a sua estrutura de conhecimento, provavelmente ele ficará "solto", esvaziado de sentido, e o estudante será no máximo capaz de reproduzi-lo, sem conseguir mobilizá-lo em qualquer operação mental. Desse modo, o estudante que não aprendeu de maneira significativa o novo conteúdo, por exemplo, sobre o sistema feudal, poderá ser capaz de responder corretamente a uma questão direta citando as ordens sociais do feudalismo, mas não será capaz de reconhecer em uma fonte primária referências que permitem identificar uma delas.

CALVIN & HOBBES, BILL WATTERSON © 1989 WATTERSON/
DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION

Calvin, tirinha de Bill Watterson, 1989. Os conhecimentos prévios e interesses dos estudantes são importantes na construção de uma aprendizagem significativa.

EDIÇÃO PRELIMINAR

Ausubel entende que cada vez que uma nova informação sobre um assunto é aprendida ou que um conceito é trabalhado em um novo contexto de maneira significativa, toda a estrutura cognitiva do estudante se reorganiza de maneira que a compreensão seja alargada e aprofundada em relação àquilo que está sendo aprendido. Para o pensador,

> "O desenvolvimento de conceitos é facilitado quando os elementos mais gerais, mais inclusivos de um conceito são introduzidos em primeiro lugar e, posteriormente, este é progressivamente diferenciado, em termos de detalhes e especificidade. Segundo Ausubel, o princípio *diferenciação progressiva* deve ser considerado ao se programar o conteúdo, quer dizer, as ideias mais gerais e mais inclusivas da disciplina devem ser apresentadas no início para, somente então, serem progressivamente diferenciadas, em termos de detalhes e especificidade."
>
> MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. *Aprendizagem significativa*: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001. p. 29.

Além disso, para que a aprendizagem seja efetiva, deve-se também pensar a programação dos conteúdos a serem ensinados de forma que as relações entre ideias sejam exploradas, empregando conceitos em diferentes contextos, ou seja, mobilizando o conteúdo para que fomentem o pensamento, a reflexão, naquilo que Ausubel chama *reintegração integrativa*. Esse princípio é especialmente importante em situações de aprendizagem nas quais os conceitos introduzidos em aula contrariam ideias já estabelecidas na estrutura cognitiva. O estudante precisará então ajustar sua compreensão e remodelar toda a cadeia de ideias associada àquele conceito. Para simplificar, podemos dizer que a aprendizagem é um processo que se dá de maneira progressiva à medida que os estudantes vão ajustando os novos conceitos a sua estrutura cognitiva que, para acomodá-los, também se reorganiza.

Desse modo, em primeiro lugar, é necessário averiguar os conhecimentos prévios de seus estudantes, a fim de identificar quais conceitos e informações já integram suas estruturas cognitivas individuais e de que maneira isso acontece. Embora pareça um caminho seguro perguntar diretamente aos estudantes o que eles sabem sobre determinado assunto ao introduzi-lo, essa não é a melhor estratégia, pois nem sempre os jovens têm consciência do que sabem ou deixam de saber sobre diversos temas. Muitos conhecimentos não estão isolados na mente dos estudantes, mas articulados a outros, de modo que não podem ser facilmente identificáveis, emergindo somente quando mobilizados pelo pensamento.

Assim, é preciso criar estratégias que ativem esses conhecimentos prévios para que eles se manifestem. Isso pode ser conseguido com o apoio de textos ou de materiais audiovisuais, acompanhados por provocações que instiguem os estudantes a verbalizar suas ideias. Na coleção, a abertura de cada volume ("Início de conversa") cria um momento valioso para esse trabalho ao apresentar uma situação relacionada aos temas que serão estudados, para que os estudantes compartilhem experiências e opiniões sobre as questões levantadas pelo texto e pela imagem. Os professores devem ficar atentos às ideias de senso comum que podem ser questionadas nesse momento de sensibilização e anotar o que poderá ser mais bem esclarecido ao longo dos estudos. Para que o trabalho em relação ao levantamento de conhecimentos prévios seja efetivo para toda a classe, é importante provocar a participação dos estudantes menos comunicativos perguntando as opiniões deles.

A apresentação de uma situação-problema ou o despertar de uma dúvida provocada pela exposição de informações que contrariem certezas assimiladas do senso comum farão com que os conhecimentos prévios sejam expressos de modo mais espontâneo. Nessa situação, o professor terá a oportunidade de examiná-los em um contexto de troca entre os estudantes, o que lhe permitirá colher uma quantidade maior de elementos para preparar as próximas aulas.

Uma vez descobertos os conhecimentos prévios dos estudantes, devem ser priorizados os conceitos mais gerais e inclusivos do conteúdo que se pretende ensinar. Para traçar um plano nesse sentido, os professores podem utilizar o texto inicial de cada capítulo (na lateral da primeira página) que justifica a pertinência dele em relação à temática do volume. Além disso, os objetivos expressos nas páginas iniciais do livro do estudante e nas orientações específicas de cada volume também podem ser utilizados.

A seguir, ao longo dos estudos deve-se avaliar como esses conceitos podem se ancorar nos conhecimentos prévios identificados na atividade introdutória. Ao apresentar os conceitos mais gerais aos estudantes, é preciso tomar o cuidado de evitar detalhamentos desnecessários que sobrecarregam o estudante e dificultam a construção de uma estrutura cognitiva organizada. No passo seguinte, o professor identificará os conceitos subordinados àqueles mais gerais, traçará sua ordenação hierárquica e estabelecerá as relações existentes entre eles. Os conceitos serão então apresentados aos estudantes de modo progressivamente diferenciado, ou seja, a cada desdobramento dos conteúdos mais gerais e inclusivos, o estudante entrará em contato com informações mais detalhadas e específicas, sempre resgatando as relações que ligam os conceitos dos vários níveis dessa organização.

É importante destacar que a participação do estudante nesse processo deve ser ativa, posto que a aprendizagem se dá por uma progressiva assimilação e acomodação das novas informações à estrutura cognitiva do indivíduo, o que só é possível mediante o ato do pensar. Em outras palavras, para aprender, o estudante não pode apenas receber passivamente as novas informações, mas precisa interagir com o conhecimento, refletir sobre ele.

Para a consolidação da aprendizagem dos conceitos e suas interrelações, a construção de mapas conceituais é uma técnica bastante eficiente, como defendem Joseph Novak e Alberto Cañas (2010).

Os mapas conceituais podem ser definidos como representações gráficas que organizam hierarquicamente as informações, explicitando suas relações, similar a um organograma. Aplicando a proposta de Ausubel, partimos dos conceitos mais abrangentes (inclusivos), que ocuparão o topo do esquema, estabelecendo a relação com conhecimentos mais específicos, que ficam subordinados àqueles no esquema.

MODERNA

Assim, as relações entre as informações aparecem expressas por setas acompanhadas de verbos ou outras palavras de ligação que permitam ao estudante compreender a lógica da "amarração" do conjunto. Esses mapas podem ser construídos ao longo do estudo de um determinado assunto e revisado ao final dele.

Resumidamente, as principais etapas para a construção de um mapa conceitual são:

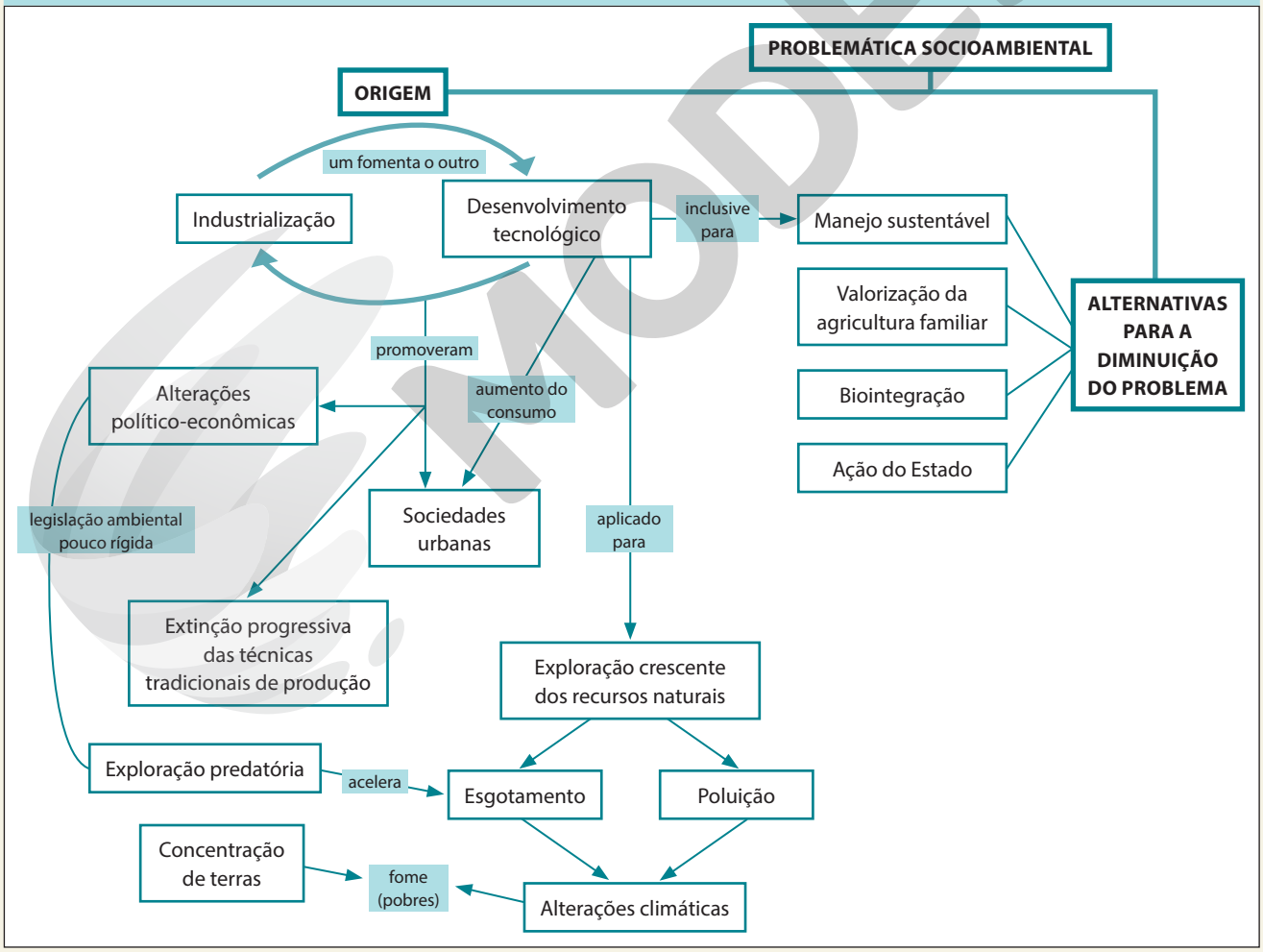
1. identificar o assunto/conceito que o mapa deve "explicar";
2. criar uma lista de ideias/informações importantes relacionadas ao assunto principal;
3. organizar os itens listados abaixo do primeiro, usando linhas para estabelecer as eventuais conexões entre eles – para que as relações fiquem claras, as linhas podem indicar palavras que expressem o tipo dessas conexões.

Esse procedimento pode ser repetido quantas vezes forem necessárias, relacionando as ideias e ampliando as subordinadas da hierarquia. Abaixo apresentamos um exemplo construído no capítulo 6 do volume que aborda a transformação da natureza pela ação humana. A quantidade de informações e das relações estabelecidas entre elas podem ser ampliadas ou reduzidas, dependendo da dinâmica estabelecida com a turma.

Para as primeiras utilizações, o professor pode esboçar um mapa conceitual antes da aula, prevendo as relações essenciais a serem estabelecidas pela turma e provocar a participação de todos, no sentido de reconstruí-lo com o grupo. Com o passar do tempo, os mapas serão elaborados com mais facilidade por professores e estudantes, que poderão utilizar o recurso para revisões.

É importante ressaltar também que os conceitos serão mais bem aprendidos se os estudantes tiverem a oportunidade de encontrá-los em diferentes contextos, o que favorece o refinamento de sua compreensão e a apreensão dos conceitos em um nível cada vez mais abstrato. Por essa razão, o processo de ensino e aprendizagem deve se desenvolver segundo um movimento descendente, das ideias mais amplas para as mais específicas, mas sempre retornando aos níveis hierárquicos superiores para resgatar a articulação entre eles, reforçando as bases de sustentação da estrutura cognitiva.

EXEMPLO DE MAPA CONCEITUAL



Fonte: Elaborado com dados do capítulo 6 do volume que tem como tema a transformação da natureza por meio da ação humana.

MODERNA

O uso de metodologias ativas

Para a articulação de diferentes saberes de forma que faça sentido para o estudante, seja por conexões com conhecimentos prévios, seja criando a oportunidade para relacionarem as aprendizagens novas a sua "rede" de conhecimentos (usando os termos de Ausubel), as chamadas metodologias ativas podem ser uma boa opção de trabalho por exigirem engajamento do estudante no processo da aprendizagem. Ele deixa de ser um receptor de informações transmitidas pelos professores e passa a dedicar-se efetivamente ao processo de construção do conhecimento, que, por isso, lhe será mais significativo.

> "As pesquisas atuais na área da educação, psicologia e neurociência comprovam que o processo de aprendizagem é único e diferente para cada ser humano, e que cada um aprende o que é mais relevante e que faz sentido para ele, o que gera conexões cognitivas e emocionais. Metodologias ativas englobam uma concepção de processo de ensino e aprendizagem que considera a participação efetiva dos alunos na construção da sua aprendizagem, valorizando as diferentes formas pelas quais eles podem ser envolvidos nesse processo para que aprendam melhor, em seu próprio ritmo, tempo e estilo."
>
> BACICH, L.; MORAN, J. (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Porto Alegre: Penso, 2018. p. XV.

Com essa proposta, as metodologias ativas englobam diferentes práticas (como sala de aula invertida e a aprendizagem baseada em projeto, entre outras), nas quais os conteúdos conceituais e informativos são flexibilizados para que possam ser estudados conforme demandados na dinâmica do ensino. Em outras palavras, a apresentação do conteúdo por etapas, dentro de uma lógica de gradação e orientada por pré-requisitos delimitados pelos componentes curriculares dá lugar a uma organização em rede, na qual os conteúdos são apresentados de maneira articulada e aberta, conforme se fizerem necessários para responder a questões práticas ou teóricas propostas pelos estudantes, sob a coordenação docente.

Com ênfase na ação dos estudantes, as metodologias ativas demandam do professor assumir a posição de facilitador e coordenador do processo de ensino-aprendizagem. Não apenas orientando os jovens na organização e divisão de funções conforme seus interesses e habilidades, mas também provocando conexões entre os assuntos, sinalizando necessidades de ajustes das rotas, incentivando o uso de todos os recursos disponíveis, orientando sobre a confiabilidade das fontes, fazendo curadoria de conteúdos (dependendo da idade dos estudantes), encorajando a busca por soluções e promovendo o entendimento de que os erros devem ser entendidos como essenciais para a construção do conhecimento. Ou seja, o professor faz a mediação entre o estudante e os objetivos de aprendizagem no processo de construção conjunta do conhecimento.

Além da aprendizagem significativa dos conteúdos relacionados às diferentes áreas do conhecimento, as metodologias ativas auxiliam na promoção de autonomia, confiança, responsabilidade e colaboração, além de estreitar os vínculos entre educandos e educadores.

SUGESTÕES

• Livros

Inova escola: práticas para quem quer inovar na educação

São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2016.

A publicação analisa dados da atualidade para discutir a necessidade de inovação nos processos educacionais, além de apresentar exemplos considerados inovadores e sugerir práticas de ensino. Disponível em: <http://fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/INOVA-ESCOLA.pdf>. Acesso em: 12 maio 2020.

Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem

Jonathan Bergmann; Aaron Sams. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

Apresenta de forma clara o conceito, objetivos e procedimentos relacionados à metodologia ativa da sala de aula invertida, esclarecendo que não há um modelo único de inversão.

SERGIO PEDREIRA/PULSAR IMAGENS

Alunos de uma escola estadual de Salvador (BA), 2018. Ao colocar os estudantes em condição protagonista no processo de aprendizagem, as metodologias ativas possibilitam a promoção da cooperação entre eles. Nessa dinâmica, espaços ricos em oportunidades podem ser encontrados fora da sala de aula.

MODERNA

Práticas de pesquisa

A pesquisa – utilizada no ambiente escolar muito antes do advento das chamadas metodologias ativas – é um processo autônomo e objetivo para a busca de informações, conhecimentos e soluções. Contudo, os resultados são frequentemente questionados, porque na maioria das vezes se resumem à reprodução acrítica de informações localizadas sem grandes dificuldades, quando o principal objetivo para o levantamento de informações é a apuração, organização, análise e a interpretação delas.

Certamente, um dos principais motivos para a falta de êxito das atividades escolares de pesquisa é a falta de clareza quanto aos seus objetivos e métodos. Existem dois tipos de pesquisa: a quantitativa e a qualitativa. A pesquisa quantitativa consiste em quantificar/medir informações para determinado objetivo, ou seja, prioriza dados numéricos que podem ser utilizados para o estudo de opiniões, tendências, comportamentos etc. Para tanto, realiza-se a coleta de dados de forma estruturada por meio de elaboração de questionários objetivos, com perguntas fechadas (cabe ao pesquisado escolher uma das alternativas oferecidas no questionário). Já as pesquisas qualitativas se dedicam à coleta e à investigação de aspectos mais subjetivos do comportamento humano e/ou dos fenômenos sociais, ou seja, abordam questões que não podem ser conhecidas somente pela contabilização numérica dos dados. As pesquisas qualitativas podem ser realizadas por diferentes formas, como o estudo de caso, no qual se busca analisar uma situação específica de forma aprofundada.

Para que os estudantes possam se apropriar de diferentes métodos de pesquisa e compreender suas diferenças de aplicação, são apresentadas ao longo da coleção por meio do boxe "Você pesquisador" e da seção "MovimentAção" diferentes propostas (revisão bibliográfica; análise documental; construção e uso de amostras; estudo de caso; estudo de recepção; observação, tomada de nota e construção de relatórios; grupo focal; análise de mídias tradicionais; análise de mídias sociais; construção e uso de questionários; entrevista semiestruturada e pesquisa-ação) com as respectivas orientações metodológicas no manual do professor, na parte dedicada às orientações específicas do volume. Além disso, na seção "Atividades" apresentamos solicitações de pesquisas com objetivos claros estabelecidos para que as oportunidades práticas sejam frequentes, oferecendo aos estudantes oportunidade de exercitar a curiosidade intelectual, de analisar e refletir sobre informações investigadas, de formular hipóteses e propor soluções criativas, ou seja, de construir seu conhecimento.

Desse modo, as práticas de pesquisa, exercícios fundamentais para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, são recorrentes na coleção.

Desenvolvimento da análise, inferência e argumentação

Para que o estudante seja capaz de analisar dados e informações pesquisadas e de construir argumentos com base em fatos, dados e informações confiáveis, como preconiza a BNCC, primeiro, ele precisa ser um leitor competente, ou seja, conseguir interagir com os diferentes tipos de texto para responder adequadamente às demandas escolares e sociais.

Espera-se que os jovens do Ensino Médio sejam leitores proficientes, capazes de identificar diferentes tipos textuais e produzir sentido em suas leituras. Mas é sabido que, país afora, a realidade das salas de aula é composta de jovens de diferentes perfis e experiências, o que pode interferir diretamente na capacidade de leitura, que depende tanto da decodificação de informações explícitas como das implícitas, pois

> "[...] ao contrário do que muitos acreditam, a inferência não está no texto, mas na leitura, e vai sendo construída à medida que leitores vão interagindo com a escrita.
>
> As ideias, impressões e conhecimentos arquivados na memória dos indivíduos têm relação direta com a capacidade de inferir: quanto maior a quantidade de informações arquivadas, mais apta a pessoa está para compreender um texto. [...]
>
> Considerando que nem sempre a inferência gerada conduz a uma compreensão adequada, uma vez que são muitos os elementos envolvidos nessa complexa rede, e que variadas são as possibilidades cognitivas de se lidar com as informações [...]."
>
> DELL'ISOLA, Regina L. P. Inferência na leitura. *In*: FRADE, I. C. A. da S.; VAL, M. da G. C.; BREGUNCI, M. das G. de C. (org.). *Glossário Ceale*: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2014. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/inferencia-na-leitura>. Acesso em: 12 maio 2020.

Assim, o professor deve buscar identificar se as dificuldades de leitura eventualmente apresentadas pelos estudantes se originam no texto (por sua estrutura, linguagem ou outras características) ou são próprias do jovem (RANGEL, 2005).

Na maioria das vezes, os professores que não têm formação na área de Linguagens e suas Tecnologias encontram dificuldades em auxiliar os estudantes a atingir os níveis inferenciais desejados, insistindo no fornecimento de informações relacionadas ao assunto do texto lido inadequadamente ou tentando fazer com que eles busquem na memória conhecimentos prévios sobre o assunto lido. Contudo, lembrar de referências relacionadas ao assunto não é suficiente para que as inferências aconteçam. O estudante precisa ser capaz de estabelecer conexões entre as ideias para dar sentido ao que leu.

Para um primeiro diagnóstico, pode-se tentar identificar diferenças de perfis leitores por meio da aplicação de questionários no início do curso, perguntando sobre hábitos de leitura: "Você gosta de ler?", "Por quê?", "Em sua casa há material de leitura?", "Quais?", "O que você costuma ler?", "Onde costuma ler?", entre outras. Também pode entregar um texto com questões de interpretação e análise para aprimorar o diagnóstico. As respostas permitirão identificar os que merecerão mais atenção na sequência das aulas.

É importante orientar os estudantes a estabelecer estratégias para leitura, como a construção de fichamentos, esquemas ou resumos para estimular a identificação do tema e das ideias centrais dos textos lidos. Para aqueles com maiores dificuldades, recomenda-se uma conversa individual sobre o diagnóstico, explicando que

CÓPIA MODERNA

o objetivo é o seu aprimoramento e que, para que você tenha condições de auxiliá-lo a superar as dificuldades e a alcançar metas estabelecidas em parceria, ele deverá dedicar-se a algumas tarefas e entregá-las para acompanhamento. Nesses casos, pode-se começar com resumos e progredir para fichamentos.

Outra possibilidade para trabalhar com turmas compostas de diferentes perfis de leitores é a análise coletiva de diferentes tipos de texto. O professor deve solicitar uma primeira leitura individual e na sequência incentivar os estudantes com menos fluência (claro, sem que saibam que este é o critério da escolha) a fazerem perguntas sobre o texto para que sejam respondidas em conjunto pela classe. Assim as compreensões e interpretações são compartilhadas. Nesse momento a figura docente é importantíssima para esclarecer o sentido de termos desconhecidos, para que sejam retomadas as informações explícitas no texto, garantir que a atividade não se limite a um grupo reduzido de indivíduos e para que interpretações equivocadas sejam corrigidas. Nesse caso, em vez de fornecer respostas, o recomendável é fazer perguntas que ajudem os estudantes a alcançar o objetivo desejado. Para os leitores mais fluentes, é recomendável direcionar perguntas mais desafiadoras para que não se sintam desestimulados.

Para que a dinâmica produza os efeitos esperados, é necessário que o professor faça a leitura prévia do material a ser analisado com a classe, avaliando o nível de dificuldade, estabeleça objetivos a serem alcançados e elabore previamente perguntas com diferentes níveis de dificuldades para usar durante a atividade, direcionando-as aos estudantes de acordo com a proficiência de cada um. A avaliação dos resultados da dinâmica é fundamental para o aprimoramento da prática e para que os diagnósticos sejam atualizados frequentemente.

Além de contribuir com o desenvolvimento da proficiência leitora, as atividades coletivas de análise favorecem o desenvolvimento da capacidade da crítica e da empatia.

Nesse sentido a coleção oferece conteúdos diversificados para seleção do professor: desde atividades que exigem a análise de citações curtas até seções como "Trabalho com fontes", "Em pauta" e "Leitura analítica", repletas de períodos de textos maiores e atividades voltadas para a compreensão e análise dos estudantes. A primeira seção é direcionada a procedimentos próprios da análise por meio de questões organizadas em níveis de dificuldade que permitem as operações de identificação, contextualização, interpretação e análise; a segunda, embora o objetivo seja promover debates e reflexões acerca de temas contemporâneos relacionados ao conteúdo, pode ter o conteúdo aproveitado para a análise antes do estabelecimento das discussões; e a terceira, que visa colocar os estudantes em contato com proposições de estudiosos e pensadores sobre os assuntos estudados, possibilita a análise específica dos pontos de vista expressos no texto.

Argumentação

Assim como a capacidade para decifrar informações, a aptidão para utilizá-las é essencial para a vida em sociedade e, por isso, também deve ser desenvolvida ao longo da trajetória estudantil.

A argumentação é a forma pela qual as pessoas defendem pontos de vista, cobram demandas e justificam ações.

> "Mais recentemente, o estudo da argumentação se apresenta sob duas formas: uma relacionada à retórica e outra ligada à ciência. Quanto à retórica, a argumentação é entendida como sua parte fundamental. De acordo com esse ponto de vista, o discurso é definido como um conjunto de atos de linguagem planejados e dirigidos a um público em determinado contexto. Diferentes etapas do processo conduzem ao discurso argumentado: a etapa propriamente argumentativa (a procura de argumentos), a textual (a organização dos argumentos), a linguística (a colocação da argumentação em palavras e frases), a memorização (o trabalho do orador para o público). A análise do discurso produzido é a estrutura final do discurso, que compreende a introdução, a narração dos fatos e a conclusão, tudo orientado para o esclarecimento da posição do argumentador.
>
> Para a argumentação científica, que se desenvolveu no contexto da lógica, os textos são instrumentos da expressão lógica; o elo que une premissas e conclusão deve ter valor de verdade. Nesse sentido, a demonstração, que exige exatidão, rigor, opõe-se à argumentação que expressa incerteza, dúvida. Isso porque entende-se que a ciência deve apresentar fatos comprovados e normas de encadeamento dos enunciados de modo a pôr à prova o discurso argumentativo. Se a argumentação se sustenta, fala-se de demonstração, se não se sustenta trata-se de sofisma ou paralogismo. O sistema de normas científicas é a teoria do silogismo válido, obra de Aristóteles. O silogismo se apresenta sob a forma de três proposições/enunciados em que a conclusão é inferida das outras proposições, que são as premissas. Com suas condições de validade, o silogismo é a essência dos estudos científicos."
>
> BARBISAN, L. B. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, jun. 2007.

Atualmente as diversas linhas de estudo dedicadas à argumentação (fundamentadas na retórica, na lógica, na pragmática, na conversação e na filosofia) concordam quanto ao objetivo dela: agir sobre o receptor dos argumentos, procurando modificar de alguma forma seu pensamento ou comportamento, e considerar a linguagem o instrumento para se alcançar o propósito (BARBISAN, 2007). A seguir, alguns tipos de recurso argumentativo.

- **Causa e consequência**: fundamenta-se na apresentação de motivos, razões e seus respectivos efeitos.
- **Analogia**: utilizada para estabelecer relações de semelhança entre ideias, fatos ou situações diferentes para concluir algo.
- **Enumeração**: consiste em enunciar dados, eventos, informações que podem comprovar/justificar as suas afirmações.

MODERNA

- **Comparação**: baseia-se na apresentação das semelhanças e diferenças das variadas informações utilizadas na argumentação.
- **Comprovação**: dá-se pela apresentação de pesquisas, estudos, dados, que são utilizados para a confirmação do que está sendo afirmado.
- **Citação**: fundamenta-se na menção de pessoas com reconhecido saber/experiência em relação ao assunto abordado, por isso também é um recurso chamado "argumento por autoridade".
- **Exemplificação**: consiste em apresentar relatos de situações/experimentos/dados que representem o que está sendo defendido pela argumentação, normalmente utilizado em defesas de teses que precisam de esclarecimentos por meio de exemplos concretos.

Frank & Ernest, tirinha de Thaves, 2001. O estudante tenta utilizar a argumentação de causa e consequência, esquecendo-se de que sobre as estatísticas é necessária a verificação dos números apurados.

É importante apresentar aos estudantes os principais tipos de argumentação antes de atividades práticas orais ou escritas. A primeira pode ser realizada por meio das atividades de debate ou a realização oral das atividades, nas quais o professor deve ficar atento às exposições de ideias e auxiliar os estudantes a desenvolver ou ampliar sua capacidade argumentativa estimulando a construção de argumentos por meio de "operadores argumentativos", expressões que ligam as ideias. Isso pode ser feito por meio de perguntas, por exemplo "Por quê?", "Como?", "Qual é o efeito disso?", "Isso acontece quando?", solicitando exemplos e sugerindo relações: "Semelhante a...", "Diferente de...", "Da mesma forma que...", entre outros.

Já a prática escrita pode ser realizada por meio da formulação de respostas, dissertações e formalizações dos resultados de pesquisas. Nesse caso, é importante que os estudantes tenham *feedback* do material produzido, usando o mesmo critério de estímulo das atividades orais por meio de apontamentos que o façam refletir sobre os pontos a serem aprimorados, por exemplo: "Faltou explicar como", "Poderia ter fornecido exemplos", "Deveria ter apresentado dados que comprovem tal afirmação" etc.

Desse modo, os estudantes de diferentes perfis receberão o retorno e o incentivo adequados ao seu nível de proficiência. Diferentemente de uma avaliação que somente atribui uma nota ou indica o que está certo ou errado.

O trabalho para o aprimoramento da argumentação deve ser complementado com orientações para que os jovens busquem informações confiáveis para a construção de seus argumentos. Assim, além da coerência, será garantida a credibilidade dos argumentos.

O estudo cartográfico

O uso da linguagem cartográfica para a comunicação de informações e conhecimentos de interesse da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, assim como para a resolução de problemas e desafios do mundo contemporâneo, é importante para o desenvolvimento do aprendizado no Ensino Médio, conforme expressa a habilidade **EM13CHS106** da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Pensando nisso, na presente coleção foram empregados vários produtos cartográficos – representações gráficas, fotografias aéreas – para subsidiar a reflexão sobre os temas tratados nos capítulos. Dentre os produtos cartográficos utilizados, destacamos os mapas temáticos, não apenas para possibilitar a visualização da localização e distribuição de dados, mas também para propiciar a análise e a compreensão de objetos conectados em diferentes escalas de espaço e tempo.

Como toda linguagem gráfica, a cartografia possui regras fundamentais que precisam ser respeitadas para construir e transmitir uma mensagem clara e sem ruídos de comunicação, empregando da melhor maneira possível as variáveis visuais: forma, tamanho, cor, valor, textura e granulação.

MODERNA

TIPOS DE REPRESENTAÇÃO DE DADOS

Métodos de mapeamento	Tipos de dados									
	Fenômenos qualitativos				Fenômenos quantitativos					
	Nominal		Ordenado		Relativo			Absoluto		
Pontual	Forma	Cor	Tamanho Cor	Valor Textura	Valor	Cor	Textura	Tamanho		
Linear	Forma	Cor	Tamanho	Valor	Cor	Valor	Cor	Tamanho		
Zonal	Cor	Granulação	Valor Textura	Cor Granulação	Valor Textura	Cor Granulação		Tamanho	Densidade de pontos	

Fonte: ZANIN, C.; TRÉMÉLO, M-L. *Savoir faire une carte*: aide à la conception et à la réalisation d'une carte thématique univariée. Paris: Editions Belin, 2003. p. 159.

A escolha das diferentes variáveis visuais deve obedecer a regras da produção cartográfica relativas ao tipo de dados (qualitativo ou quantitativo) e ao método de mapeamento, em função do problema que está sendo analisado, buscando a melhor forma de promover sua visualização.

Com o intuito de aprimorar a interpretação consciente das variáveis visuais e desenvolver o raciocínio geográfico com base nos princípios elencados na habilidade **EM13CHS206** – localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos e casualidade –, sugere-se o uso de fichas analíticas junto aos estudantes, elaboradas com base no quadro referido, contendo o objetivo, o tipo de informação representada e as variáveis visuais empregadas no mapa em estudo.

Usamos como exemplo o mapa da página 47 do volume que tem como tema a transformação da natureza pela ação humana.

Expansão do mundo grego antigo (séculos VIII-VI a.C.)

Fonte: *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 87. (Adaptado).

MODERNA

Ficha analítica	
Título	Expansão do mundo grego antigo (séculos VIII-VI a.C.)
Objetivo	Delimitação de diferentes regiões do mundo grego na Antiguidade.
Fonte	*Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 87. (Adaptado).
Método de mapeamento e variáveis visuais	Representação qualitativa com uso de cor no mapeamento zonal e uso de cor e forma na representação pontual das cidades.

A ficha pode ser utilizada para qualquer mapa da coleção, sempre que o professor considerar que há uma oportunidade para aprofundar os conhecimentos de cartografia adquiridos durante o Ensino Fundamental. Dessa forma, esperamos que a linguagem cartográfica existente na coleção seja explorada pelo professor em seu conjunto, potencializando o seu uso com os estudantes em sala de aula.

Métodos de avaliação

Como já mencionado, até meados do século XX, a concepção de educação dominante considerava os professores detentores absolutos do conhecimento, cabendo aos estudantes o papel de receptores passivos dele. Dentro dessa lógica educativa, a avaliação tinha por objetivo medir o quanto dos conteúdos transmitidos havia sido absorvido pelos estudantes e a destreza com que eles eram capazes de reproduzir as informações recebidas de seus mestres. Desse modo, as avaliações consistiam, basicamente, em exames orais e escritos e tinham como objetivo classificar os estudantes e selecionar aqueles considerados aptos para prosseguir os estudos – o que se traduzia em obediência e aceitação incondicional do conhecimento recebido.

A necessidade de mensurar o conhecimento para obter referências que permitissem desenvolver políticas públicas de educação ganhou corpo nos Estados Unidos quando o impacto causado pela Revolução Industrial se converteu em pressão para ampliar a oferta de mão de obra técnica. A lógica que então passou a guiar a educação foi a mesma aplicada ao gerenciamento industrial e pautou-se por três critérios fundamentais: a sistematização, a padronização e a eficiência. Como consequência, buscou-se criar instrumentos que tornassem possível medir a eficiência dos professores e das escolas. Assim, desde o começo do século XX, testes objetivos e padronizados passaram a ser aplicados com a finalidade de avaliar quantitativamente a aprendizagem dos estudantes.

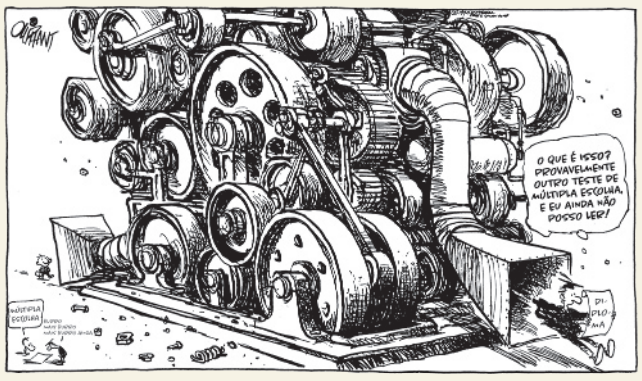
Todavia, na década de 1960, o resultado decepcionante de políticas que visavam à superação dos desequilíbrios educacionais decorrentes das desigualdades sociais, evidenciado pelo baixo desempenho dos estudantes das escolas da periferia das cidades dos Estados Unidos, conduziu estudiosos a questionar a adequação dos instrumentos e estratégias de avaliação empregados para avaliar o sistema escolar, sobretudo dos testes padronizados (VIANNA, 2015). Desde então, a preocupação com a avaliação da aprendizagem ganhou relevância e passou a ser tema de estudo especializado.

Desde o fim dos anos 1940, o educador estadunidense Ralph Tyler defendia a diversificação dos instrumentos de avaliação, argumentando que a educação envolvia não só a aprendizagem de conteúdos informativos, mas também vários outros aspectos do desenvolvimento do estudante, como as habilidades psicomotoras. Defendia também que a avaliação não deveria ser realizada apenas ao se concluir o processo de ensino, mas no decorrer dele, a fim de que se averiguasse se os objetivos educacionais estabelecidos estavam sendo alcançados. Para o autor,

> "[...] o processo avaliativo consistia basicamente na determinação de quanto os objetivos educacionais estão sendo atingidos por programas instrucionais. Ele diz que esta concepção de avaliação tem dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, implica que a avaliação deve julgar o comportamento dos estudantes, pois o que se pretende em educação é justamente modificar comportamentos. Em segundo lugar, pressupõe que a avaliação deve envolver mais do que um único julgamento, em determinada ocasião, e logo outros mais, em instantes subsequentes, para identificar mudanças que podem estar ocorrendo."

DEPRESBITERIS, L. *Avaliação de programas e avaliação da aprendizagem*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/373836255/DEPRESBITERIS-Lea-Avaliacao-de-programas-Avaliacao-da-aprendizagem-pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

A compreensão do ensino como processo também esteve na base das ideias dos pesquisadores estadunidenses Lee Joseph Cronbach e Benjamin Samuel Bloom. Na década de 1950, Cronbach propôs, entre outras coisas, que a avaliação servisse para nortear ajustes nos cursos e melhorar sua eficiência, favorecendo a aprendizagem. Além disso, ressaltou a importância de se avaliar não meramente o que o estudante sabe, mas como mobiliza e aplica o conhecimento e sua capacidade de aplicá-lo a novas situações (VIANNA, 1989).



PAT OLIPHANT © 1990 PAT OLIPHANT/DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION

Máquina da grande educação americana, charge de Oliphant, 1990. A política de educação estadunidense voltada para resultados mensurados por testes passou a ser questionada na segunda metade do século XX.

MODELO

Contemporâneo de Cronbach, Bloom liderou uma equipe multidisciplinar e propôs uma classificação da aprendizagem em três domínios: o cognitivo, o psicomotor e o afetivo. Para ele, cada um desses campos se subdividiria em níveis de complexidade crescente, e os três domínios se desenvolveriam, ao longo do processo educativo, de maneira interativa e simultânea (BLOOM, 1974). A preocupação do pesquisador era favorecer o planejamento das práticas educativas para que elas se dessem de maneira consciente e segundo uma escala de exigências compatíveis com aquilo que os estudantes pudessem fazer em cada uma das fases do seu desenvolvimento. Assim, de acordo com os estudos de Bloom, as capacidades cognitivas dos estudantes passariam por um amadurecimento progressivo, partindo das mais simples às mais complexas, que caracterizariam a maturidade cognitiva. O resultado desses estudos originou a taxonomia dos objetivos educacionais, ou de Bloom, apresentada a seguir.

TAXONOMIA DE BLOOM

Nível do domínio cognitivo	Descrição	Habilidades correspondentes
Conhecimento/informação	Recordar, identificar ou definir informações.	Identificar, descrever, nomear, reconhecer, reproduzir, relatar, repetir.
Compreensão	Entender a informação sendo capaz de parafraseá-la.	Resumir, converter, defender, parafrasear, interpretar, dar exemplos, esclarecer.
Aplicação	Usar a informação/conceito em uma nova situação.	Fazer, construir, modelar, prever, preparar.
Análise	Estruturar uma informação ou conceito separando-o em partes e estabelecer e explicar a relação entre elas.	Comparar, distinguir, separar, selecionar, calcular, diferenciar, examinar.
Síntese	Reunir informações de fontes variadas para formar algo novo.	Categorizar, generalizar, reconstruir, coordenar, formular, planejar, esquematizar.
Avaliação	Realizar um julgamento de valor considerando critérios válidos conhecidos.	Criticar, avaliar, justificar, argumentar, validar, apreciar.

Fonte: MANZANO, R. *Criando projetos*: estrutura de raciocínio. Taxonomia de Bloom: um novo olhar sobre uma velha corrente. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/381965420/1-Taxonomia-de-Bloom-Um-Novo-Olhar-Sobre-Uma-Velha-Corrente>. Acesso em: 13 maio 2020.

Bloom estabeleceu três funções para a avaliação: a **diagnóstica**, que deve ser feita principalmente no início do período letivo ou no começo de um novo assunto, a fim de identificar os conhecimentos prévios dos estudantes e definir conceitos e habilidades que deverão ser trabalhados com base na realidade observada, bem como definir as estratégias mais adequadas para aquele grupo específico de estudantes com quem o professor trabalhará; a **formativa**, que deve ocorrer ao longo do processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de verificar se os objetivos anteriormente estabelecidos estão sendo cumpridos e fazer possíveis ajustes de rotas, inclusive oferecendo subsídios para que o professor possa melhor orientar seus estudantes e ajudá-los a tomar consciência do próprio percurso, corrigindo-o; a **somativa**, realizada ao final do período letivo ou no fechamento de um assunto, buscando fazer um balanço geral do desenvolvimento do estudante, tendo como referência os objetivos propostos. É importante sublinhar que nessa concepção de avaliação, o estudante não é objeto dela, mas sujeito ativo, estando permanentemente em contato com o educador, interagindo com ele e participando do próprio processo de aprendizagem.

Embora a definição de objetivos claros para a prática pedagógica e a revisão contínua do curso sejam importantes para se obter uma maior eficiência do ensino, não se deve ter a ilusão de que os resultados computados pelos docentes são inquestionáveis e absolutos. É preciso ter em mente que no processo avaliativo há sempre certa dose de subjetividade, que entre aquilo que o estudante produz e o que o professor aceita ou rejeita há um espaço razoável de modulação – que pode favorecer o trabalho pedagógico se usado para adaptar os critérios avaliativos às necessidades dos estudantes. Assim, o professor pode avaliar com mais rigor um estudante que atingiu sem dificuldades os objetivos definidos do curso ao passo que pode adequar sua exigência para outro que precisou empenhar mais esforço para progredir a fim de não o desestimular. Porém, para uma avaliação verdadeiramente formativa, é importante que o professor abandone práticas muito centralizadoras e estabeleça com os estudantes uma relação mais horizontal, mais cooperativa e na qual o estudante desenvolva maior capacidade de autoavaliação (PERRENOUD, 1999).

MODERNA

Armandinho, tirinha de Alexandre Beck, 2017. As reformas educacionais exigem novos métodos avaliativos, que podem ser associados à aplicação de provas.

Transpondo esses estudos e propostas para a sala de aula, sugere-se que, depois de proceder à avaliação diagnóstica, a utilize como baliza para planejar as aulas, podendo utilizar as sugestões apresentadas no item anterior. Embora a aplicação de pequenos testes e questionários possam ser úteis, é recomendável lançar mão de instrumentos variados de avaliação, escolhendo os que sejam mais coerentes com os objetivos estabelecidos e tenham mais afinidade com as etapas anteriores da sequência didática determinada. Desse modo, se o objetivo da atividade for, por exemplo, desenvolver a habilidade de criticar, a atividade proposta pode ser a solicitação de uma resenha crítica acerca de um filme que tenha relação com o conteúdo informativo ensinado, observando-se que, na sequência didática proposta, o estudante tenha recebido elementos e orientações para poder desenvolver a crítica solicitada. Os instrumentos de avaliação são quase inesgotáveis, e variá-los ao máximo permite contemplar diferentes perfis de estudantes – alguns expressarão melhor seus conhecimentos por meio da escrita, outros da oralidade, alguns por meio da representação gráfica etc.

Uma ferramenta para realização das avaliações formativas é o uso de rubricas. Resumidamente, são indicadores para verificação de critérios específicos em diferentes níveis, como as sugeridas para a seção "MovimentAção", nas orientações específicas do volume que tem como tema a transformação da natureza pela ação humana.

Exemplo de rubricas				
Nível / Critérios	**Plenamente satisfatório**	**Satisfatório, com poucas ressalvas**	**Pouco satisfatório, com muitas ressalvas**	**Insatisfatório**
Abrangência da pesquisa	Ampliou significativamente o conhecimento sobre a produção, a coleta e a destinação do lixo de acordo com a abrangência estipulada.	Apresentou conhecimento sobre a produção, a coleta e a destinação do lixo, porém de forma pouco profunda.	Apresentou pouco conhecimento sobre a produção, a coleta e a destinação do lixo.	Não realizou / apresentou pesquisa de acordo com os itens solicitados.
Fontes selecionadas	Indicou fontes confiáveis para todas as informações citadas.	Indicou fontes confiáveis para a maioria das informações citadas.	Indicou fontes confiáveis para a minoria das informações citadas.	Não indicou fontes de pesquisa confiáveis.

Fonte: Material da própria coleção.

Sejam quais forem as ferramentas de avaliação utilizadas, espera-se que o professor produza um histórico dos conteúdos conceituais aprendidos e dos que ainda não foram dominados pelos estudantes, das dificuldades procedimentais percebidas (por exemplo, ler uma imagem ou elaborar um gráfico embasado em um conjunto de dados) e do nível de desenvolvimento das habilidades cognitivas de cada estudante (habilidade de estabelecer relações, de fazer comparações, de interpretar, classificar etc.). Registros sobre o envolvimento do estudante com as aulas e atividades, a frequência e dedicação das tarefas, entre outras atitudes de trabalho também são importantes para que se possa buscar meios de corrigir a conduta dos estudantes diante de seu processo de aprendizagem.

MODERNA

O trabalho de avaliação pode ser ampliado com o compartilhamento de registro entre os professores, se não for possível com todos, pelo menos com os da mesma área de conhecimento.

Antes de partir para uma nova etapa dos estudos, o professor deve analisar atentamente os registros do resultado das avaliações dos estudantes, considerando seu histórico de resultados individuais, nos quais identifique dificuldades persistentes e avanços.

Deve também analisar os resultados de cada estudante no contexto da classe, observando se há dificuldades que se repetem no grupo, uma vez que isso pode indicar uma ineficiência das estratégias de ensino empregadas e sinalizar a necessidade de se fazer uma revisão dela. Também é recomendado que o professor convoque os estudantes (alguns ou todos, dependendo da disponibilidade de tempo) para discutir com eles seus resultados, mostrando-lhes os registros e incentivando-os a pensarem sobre o próprio processo de aprendizagem. Essa etapa poderá ser mais proveitosa se os estudantes realizarem autoavaliação e levarem suas impressões para a conversa.

As avaliações formativas foram tratadas com destaque considerando o objetivo de formação integral dos estudantes. Contudo, não podemos esquecer que os jovens serão submetidos aos exames de larga escala e também deverão ser preparados para isso.

SUGESTÃO

- **Livro**

Desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico dos estudantes: o que significa na escola

Vários autores. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.

A publicação é resultado do projeto homônimo realizado pelo Centro de Pesquisa e Inovação em Educação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No segundo capítulo, "Criatividade e pensamento crítico: dos conceitos às rubricas de fácil compreensão e uso pelo professor", são apresentados os resultados de cinco anos de pesquisas em onze escolas do mundo que resultaram na criação de um banco de rubricas testadas.

Avaliações em larga escala

No contexto da renovação das políticas educacionais e dos debates sobre como avaliar o desenvolvimento dos estudantes e de que forma os resultados apurados seriam utilizados, foram implementadas as avaliações em larga escala no país. O Saeb foi o primeiro em 1990, seguido pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), denominada Prova Brasil, e pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) em 2005, que, por sua vez, se articulam com o Ideb, instituído em 2007, iniciativas justificadas pela necessidade de monitorar o funcionamento de redes de ensino e fornecer subsídios à formulação de políticas educacionais com dados sobre as aprendizagens dos estudantes. A partir de 2019 as avaliações em larga escala identificadas pelas siglas ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), Anresc e Aneb foram unificadas pelo Saeb.

Nesse mesmo movimento, em 1998, aconteceu a primeira edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Em 2004, o recém-criado Programa Universidade para Todos (ProUni) passou a utilizar a nota do Enem para concessão de bolsas de estudos integrais e parciais. Em 2013, o exame foi adotado como critério de seleção pelas instituições federais de educação superior. Assim, a avaliação educacional em larga escala para o estabelecimento de políticas públicas adequadas para a última etapa da Educação Básica converteu-se no maior exame admissional do Ensino Superior do país (dados disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem/historico>. Acesso em: 13 maio 2020).

Considerando essa realidade, a coleção aborda os conteúdos da área do conhecimento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas de forma integrada, reproduz questões do Enem e apresenta outras elaboradas no mesmo formato do exame, inclusive as de dissertação, para que os estudantes sejam familiarizados com sua configuração, além de terem os conhecimentos, competências e habilidades exigidos para a sua realização.

Caso o professor queira reforçar esse trabalho, pode adotar em avaliações periódicas o formato de questões de múltipla escolha com análise de excertos e imagens e propostas de dissertações que abordem questões da atualidade relacionadas à área do conhecimento.

IGOR DO VALE/NURPHOTO/GETTY IMAGES

Estudantes chegando a uma escola na cidade de Franca (SP) para realização do Enem em 2019. O exame se tornou o maior vestibular do país.

EM OBRA

5. Sugestões de práticas para o desenvolvimento de ambientes inclusivos

A passagem da infância para a adolescência é marcada por um conjunto de transformações físicas, cognitivas, sociais e psicológicas bastante impactante para o indivíduo. Nessa fase, o jovem pode sentir-se inseguro em relação ao seu corpo, deslocado e ter dificuldades para socializar. Pode também ter necessidade de se autoafirmar e de conquistar aprovação de seus pares. Ao mesmo tempo, com o amadurecimento cognitivo, torna-se capaz de refletir sobre si e elaborar explicações para o mundo a sua volta, o que amplia sua habilidade de argumentação e negociação por um lado, mas por outro torna-o mais resistente às hierarquias e regras consolidadas socialmente.

A depender da relação que estabelece no processo de interação social na família, na escola e nas relações de amizade, as situações de tensão aumentam e, em certas circunstâncias, podem se converter em episódios violentos. Essas situações todas são estressantes para o jovem e, quando experimentadas de maneira contínua e cumulativa, podem desencadear psicopatologias como ansiedade, depressão, transtornos alimentares e de conduta. Não raramente, inclusive, é na adolescência que os jovens se expõem a situações de risco, como abuso de álcool e drogas, prática de sexo inseguro e envolvimento com comportamentos delinquentes. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), publicados em setembro de 2019, apontaram que no período de 2010 a 2016 o suicídio foi a segunda causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019).

Uma pesquisa sobre o estresse emocional entre adolescentes conduzida pelas psicólogas Ana Paula Justo e Sônia Regina Fiorim Enumo, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, com um grupo de 83 estudantes entre 12 e 15 anos, apontou que cerca de metade do grupo avaliado apresentava algum tipo de sofrimento psíquico, cujas causas mais recorrentes foram dificuldades para se relacionar com seus pares e/ou familiares e preocupações emocionais, especialmente as relacionadas à autoimagem. O fracasso escolar também foi apontado pelos adolescentes como fator de desgaste emocional. Para as autoras do estudo, os estressores ou o estresse predizem o desenvolvimento de problemas emocionais e de comportamento em adolescentes, funcionando como fatores de risco. Dessa forma, medidas que evitem o efeito acumulativo do risco podem contribuir para a diminuição do número de eventos estressores. Podem também colaborar para a elaboração de intervenções eficazes para a promoção de estratégias de enfrentamento adaptativas para os adolescentes (JUSTO; ENUMO, 2015). Resultados como os da pesquisa mencionada indicam que a saúde mental dos jovens não deve ser negligenciada pela escola. É no espaço escolar que muitos dos fatores de estresse se desenrolam, mas é igualmente nele que muitos jovens podem receber orientação e apoio adequados para aprender a lidar com seus sentimentos e dúvidas.

Dentre as principais causas de desconforto e, em situações mais graves, de ansiedade e depressão em jovens está o *bullying*. O termo emprestado da língua inglesa designa "um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento" (FANTE, 2010, p. 28).

O *bullying* envolve sempre uma relação assimétrica em que a vítima se encontra em uma situação de fragilidade diante do seu opressor, sendo incapaz de reagir. Ele se manifesta das mais diferentes formas, como insultos, intimidações, ridicularização, exclusão das atividades coletivas, ameaças, emprego de violência física, entre outras. Nas modernas sociedades, a prática do *bullying* foi notavelmente potencializada pelas redes sociais, ao ampliar a exposição da vítima e invadir até mesmo sua vida privada, não lhe permitindo sentir-se protegida em nenhum lugar. O sofrimento é tão intenso que pode culminar com o suicídio.

Dentro da escola, é importante que o *bullying* não seja confundido com simples desentendimento entre estudantes. Enquanto estes são pontuais e geralmente apresentam uma causa, o *bullying* é caracterizado pela repetição seguida e sistemática da agressão gratuita contra um indivíduo ou grupo em particular, sem que a(s) vítima(s) encontre(m) meios de se defender.

A prática do *bullying* pode acontecer abertamente dentro da sala de aula e no pátio, aos olhos de todos, e muitas escolas apostam na vigilância ostensiva para combatê-la. Todavia, justamente para evitar punições, é mais comum que os agressores ajam dissimuladamente ou busquem espaços mais reservados para coagir a vítima, como corredores, banheiros, ruas no entorno da escola e principalmente redes sociais (*cyberbullying*), para que possam agir com mais liberdade e potencializar o medo e a sensação de impotência provocados pelos abusos. Por essa razão, o combate ao *bullying* exige a observação cuidadosa da dinâmica de sala de aula pelo professor. Deve-se estar atento a qualquer estudante que sinalize nervosismo excessivo sem razão aparente, inibição, isolamento, reclamações frequentes de dor de barriga, enjoos ou dor de cabeça, choros, falta de motivação, irritação contínua, sinais de automutilação, entre outros comportamentos que sinalizam desconforto ou sofrimento.

Atividades em equipe são ocasiões propícias para se identificar a prática do *bullying*, pois a vítima não se encaixa automaticamente em nenhum grupo, pede para fazer a atividade sozinha ou é rejeitada pelos colegas ou recebida friamente nos grupos, quando estes são determinados pelo professor. Não se deve esperar que as vítimas de *bullying* venham espontaneamente se queixar de seus algozes aos adultos, pois muito frequentemente sentem medo ou vergonha de externar sua dor. Por essa razão, é muito importante também que os educadores sejam muito cautelosos ao lidar com os estudantes, evitando tanto a exposição dos envolvidos quanto a omissão. Grupos em que as relações não sejam harmônicas, deve-se inclusive evitar gracejos com estudantes, mesmo que em tom bem-humorado, porque pode ser entendido pelos adolescentes como uma licença para a ridicularização e provocação de colegas.

EF MODERNA

O combate ao *bullying* deve começar pela prevenção.

> "[...] o ideal é que todas as escolas tomem a iniciativa de prevenir a violência antes que ela se instale em seu meio e inviabilize o processo educativo, chegando ao ponto de não conseguir resolver, de um modo geral, as questões ligadas principalmente aos conflitos interpessoais, gerando violência. Para tanto, a escola deveria ser um espaço democrático no qual o ensino se estendesse para além da instrução, a convivência fosse tratada de maneira democrática e os valores humanísticos fossem transmitidos pela educação dos sentimentos e das emoções."
>
> FANTE, C. *Fenômeno Bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2010. p. 96.

Isso significa que o papel dos educadores (professores, coordenadores e gestores) estende-se para além do ensino de conteúdos informativos e do desenvolvimento das habilidades cognitivas, sendo fundamental investir também no ensino das habilidades socioemocionais.

É importante destacar que o ensino de habilidades socioemocionais não se confunde com a correção da conduta do estudante, quer dizer, não tem relação com a lógica ainda imperante no sistema de ensino brasileiro pela qual se busca corrigir o comportamento dos estudantes lançando mão da punição e da recompensa. O objetivo não é apenas coibir os maus comportamentos, mas estimular o adolescente a valorizar a solidariedade, a cooperação, a aceitação das diferenças (sejam elas quais forem), as saídas dialógicas e pacíficas para situações em que haja conflito de interesses e a busca do consenso na tomada de decisões que afetam a coletividade. Assim, no lugar de se limitar a punir maus comportamentos e recompensar os bons, o professor deve colocar em prática métodos que instiguem os estudantes a buscarem, por si mesmos, soluções para os problemas que enfrentam em seu cotidiano na relação com os adultos e com seus pares.

A educação socioemocional constrói-se sobre bases humanistas, de modo que a solidariedade, a empatia e aceitação das diferenças sejam promovidas pelo trabalho pedagógico. Para isso, é necessário ultrapassar o discurso e construir uma prática que se sustente sobre esses princípios. Ou seja, a cultura da paz não é uma lição que deve ser ensinada como se fosse um conteúdo informativo, mas precisa necessariamente ser vivenciada no cotidiano da sala de aula. Com esse objetivo, é necessário garantir aos estudantes um ambiente de acolhimento e escuta, em que a competição seja substituída pela cooperação e as falhas sejam encaradas como parte natural do desenvolvimento do sujeito. O estudante deve sentir-se encorajado a expor suas ideias e defender seus pontos de vista e incentivado a trabalhar em equipe. No lugar da punição nos casos em que houver condutas inadequadas, o professor deve provocar a reflexão sobre o porquê das atitudes do estudante e convidá-lo a tentar compreender como elas afetaram outras pessoas ou lhes causaram algum tipo de dano. Para isso, é importante que o professor se lembre de dirigir perguntas aos estudantes no lugar de lhes dar lição de moral e evite julgamento precipitado. É prudente lembrar sempre que

> "[...] se a violência é um comportamento que se aprende nas interações sociais, também existem maneiras de ensinar comportamentos não violentos para que se possa lidar com as frustrações e com a raiva, e ensinar habilidades para que os conflitos interpessoais possam ser solucionados por meios pacíficos."
>
> FANTE, C. *Fenômeno Bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2010. p. 93.

A seguir apresentaremos algumas sugestões para se trabalhar as habilidades socioemocionais dos estudantes na escola e prevenir o *bullying*.

CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

Jovens Guarani Kaiowá brincando no pátio da escola no município de Amambai (MS), 2018. A cultura da paz deve ser construída e valorizada no ambiente escolar.

MODELO

- **Rodas de conversa**

A roda de conversa é uma dinâmica que deve ser feita regularmente em sala. É uma estratégia para fomentar o hábito do diálogo e da negociação como caminho para a resolução de problemas, o que pode reduzir ou contribuir para a resolução de situações de tensão entre estudantes. Solicite que eles se sentem em círculo, de maneira que possam olhar uns para os outros. Leve para a aula um objeto que possa ser arremessado sem o risco de causar ferimentos, como uma bola de tênis ou queimada, um bichinho de pelúcia de tamanho médio ou uma bola de meias.

Determine que só poderá falar o estudante que estiver com o objeto e, se alguém quiser pedir a palavra, deverá levantar a mão. A pessoa que está com o objeto – portanto com o direito de fala – escolherá seu interlocutor. Contudo, o objeto só poderá passar três vezes pela mão da mesma pessoa. Abra a conversa apresentando uma situação-problema e peça aos estudantes que exponham suas avaliações em relação à situação: "Por que aconteceu?", "Poderia ter sido evitada?", "Como pode ser corrigida?", "Que compromissos cada um pode assumir para restaurar a paz?".

Permita aos estudantes falarem o que pensam, mas faça o papel de mediador, evitando que a dinâmica seja transformada em palco de acusações. Não permita que a conversa tenha como foco indivíduos em particular, mantenha a atenção de todos voltada à experiência coletiva. Durante a dinâmica, procure identificar os sentimentos e emoções dos estudantes que pedem a palavra, mas também dos que não o fazem. Fique especialmente atento a estudantes que se encolhem, àqueles que debocham, aos agressivos. Caso você perceba alguém especialmente afetado pela discussão, lembre-se de chamá-lo para uma entrevista individual assim que possível. Administre o tempo que a conversa trata de cada ponto da reflexão proposta para que os estudantes possam chegar a alguma decisão.

- **Representação de sentimentos**

Para trabalhar situações de *bullying* ou de episódios de hostilidade entre os estudantes, o professor pode recorrer a uma dinâmica que trabalha com representação. Faça o contorno de um corpo humano em tamanho natural em folha de papel pardo. Recorte-o e coloque-o no centro da sala, da quadra ou do pátio com os estudantes sentados em volta.

Entregue para cada estudante um cartão correspondendo a um quarto de cartolina branca e um pincel atômico preto. Peça aos estudantes que escrevam no cartão uma frase ou palavra que já o magoou. A seguir oriente-os para que, um estudante por vez, leve seu cartão até o centro e o coloque junto ao boneco. Ao fazê-lo, peça que amassem um pouco uma parte do boneco de papel.

Depois de todos terem deixado suas palavras ou frases, incentive-os a falar sobre o que sentiram e sobre a interpretação que fazem do boneco todo amassado. Se achar conveniente, cole o boneco e as frases na parede da sala para que fique como lembrança.

- **Trocas de cartas: respostas aos sentimentos**

Ainda para situações como as mencionadas anteriormente, peça aos estudantes que escrevam uma carta relatando um dia na escola para uma pessoa com quem elas se sentem bem.

Na carta, devem expressar o que sentem em cada momento da rotina escolar. Todavia, não devem colocar no texto nenhum nome, nem o próprio. Todos os nomes devem ser trocados por XXXX e a carta deve ser digitada e entregue impressa. Em uma aula posterior ao recolhimento das cartas, distribua-as aleatoriamente entre os estudantes para que eles leiam e respondam a carta, seguindo as mesmas orientações da primeira escrita.

Mais uma vez, distribua as respostas entre os estudantes, sem se preocupar com que as respostas cheguem às mãos de quem escreveu a primeira carta. Ao final, organize uma roda de conversa para que os estudantes comparem sua experiência na escola com a de outras pessoas.

- **Entrevista individual**

Há situações que exigem a intervenção imediata e direta do professor. Caso ocorra uma situação de agressão ou conflito violento em sala de aula, recomenda-se evitar ao máximo o confronto com os estudantes e a exposição dos envolvidos na situação conflituosa.

Em primeiro lugar, deve-se interceder de maneira que os ânimos sejam acalmados, solicitando que o estudante agressor ou aquele que se mostrar mais descontrolado tente recuperar o equilíbrio e saia da sala para se acalmar. É preciso deixar claro que o estudante não está sendo punido, a solicitação é apenas para que ele consiga se reorganizar internamente. Ao neutralizar o foco de tensão, o professor precisará mostrar firmeza e serenidade para a sala, pois os estudantes precisam sentir-se seguros em situações de desarmonia.

Quando possível, o professor deve chamar os estudantes envolvidos na situação de conflito para conversas privadas, mostrando interesse em escutar seus argumentos, sem elaborar qualquer julgamento. É preciso esperar os estudantes terem tempo para refletir sobre o episódio antes de escutá-los pela segunda vez, ajudando-os a avaliar racionalmente a situação vivenciada e, depois, tratar dela com todo o grupo de estudantes em uma roda de conversa.

FERNANDO FAVORETTO/CRIAR IMAGEM

Estudantes durante roda de conversa em escola de São Paulo (SP), 2015. A mediação dos educadores é essencial para que a cultura da paz seja ensinada e cultivada no ambiente escolar.

MODERNA

6. O ensino interdisciplinar

No modelo de ensino ordenado disciplinarmente, mesmo quando se trabalhava de maneira mais coordenada, os componentes disciplinares preservavam intactos seus contornos e as fronteiras entre elas eram nítidas. Ou seja, cada um delimitava claramente seu objeto de estudo, seu campo teórico e conceitual e suas metodologias. Não eram raros trabalhos que envolviam duas ou mais disciplinas, mas em geral se caracterizavam por serem **trabalhos multidisciplinares**, ou seja, várias disciplinas debruçavam-se sobre um mesmo tema, cada uma estudando-o de sua perspectiva. Ao final, os estudantes podiam desenvolver algum tipo de trabalho em que fizessem uma síntese dos conteúdos aprendidos, mas a interação entre as disciplinas ficava limitada.

Com a proposta de se trabalhar por áreas do conhecimento, e não por disciplina, espera-se promover uma maior e verdadeira integração das áreas do conhecimento. Assim, enquanto a multidisciplinaridade pode ser definida como a justaposição de várias disciplinas, a interdisciplinaridade remete, nas palavras de José D'Assunção Barros, à

> "[...] ideia decisiva de reciprocidade. O espaço interdisciplinar é aquele que se forma a partir das diversas disciplinas ou campos de saber que precisam não apenas se confrontar e dialogar, mas agir um sobre o outro, além de permitir que a outra disciplina haja sobre ela mesma. A interdisciplinaridade, podemos aqui inferir, não se daria 'por dentro' de uma disciplina, mas sim entre duas disciplinas ou mais."
>
> BARROS, J. D'A. *Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber*. Petrópolis: Vozes, 2019. p. 39.

Assim, quando a interdisciplinaridade é promovida, as fronteiras entre as disciplinas se tornam permeáveis, e conhecimentos de um campo passam a agir sobre o outro, transformando-o e enriquecendo-o. Como exemplo de interdisciplinaridade é possível citar o impacto causado na arqueologia pelo emprego de uma gama de conhecimentos químicos, físicos e biológicos na datação de artefatos arqueológicos ou no mapeamento genético de populações nativas de várias regiões do planeta.

Além disso, a interdisciplinaridade traz para dentro da sala de aula a efetiva experiência da realidade vivida pelos indivíduos, na medida em que no seu cotidiano, não há divisão disciplinar da vida. Todos os conhecimentos se articulam para permitir aos sujeitos compreenderem e agirem na vida social.

Essa renovação na Educação é urgente, pois os problemas que se impõem aos homens e mulheres do presente não podem mais ser resolvidos por meio de soluções pautadas por conhecimentos fechados em campos especializados. O processo de globalização, o alto grau de desenvolvimento tecnológico, os graves desequilíbrios ambientais e a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas dentro de cada país e entre todos eles exigem respostas originais e criativas, que sejam capazes de considerar todos esses aspectos simultaneamente.

Para que a escola ofereça aos estudantes condições de entender o mundo em sua complexidade e tomar decisões por uma visão mais holística, ela precisa assegurar, em primeiro lugar, que as barreiras que separam o conhecimento acadêmico das experiências de vida dos estudantes sejam rompidas e os conteúdos escolares sejam usados como chave de interpretação de problemas reais, que afligem os jovens. Isso não significa renunciar ao rigor conceitual nem tampouco desprezar o conhecimento produzido na academia. Trata-se de tornar esse conhecimento aplicável, de maneira que os estudantes o valorizem e vejam sentido nele.

Em razão disso, como já mencionado, esta coleção é formada por seis volumes temáticos, cujos eixos, definidos pela relação entre as categorias fundamentais da área como preconizado pela BNCC, são desenvolvidos na perspectiva dos quatro componentes da área de forma integrada. Os argumentos que justificam a definição do tema de cada livro, os objetivos de aprendizagem e a forma como se relacionam às competências gerais, específicas e habilidades mobilizadas são apresentados nas orientações específicas dos respectivos volumes. Isso também acontece com as possibilidades de abordagem conjunta com outras áreas de conhecimento, especialmente Ciências da Natureza e suas Tecnologias, por meio da indicação das respectivas competências e habilidades.

Desse modo, sugerimos que o professor de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas confira as habilidades da outra área indicada no livro, verifique as orientações específicas de trabalho no manual do professor do respectivo volume e organize as informações para que possa procurar o colega da outra área com o objetivo de verificar suas possibilidades de trabalho e organizar um planejamento conjunto. Para facilitar no diálogo, essa primeira etapa pode ser esquematizada por meio de quadros ou fichas, como no exemplo apresentado na página seguinte.

MODERNA

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas		
Habilidade	**Conteúdo a ser abordado**	**Material didático**
EM13CHS202: Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.	• Fontes energéticas • O setor energético brasileiro • Energias renováveis e limpas • Problemas ambientais relacionados • Práticas agroecológicas • Agenda ambiental	Volume: sobre as transformações da natureza pela ação humana. Capítulo 5: (pode-se destacar itens se preferir).
Ciências da Natureza e suas Tecnologias		
Habilidade	**Conteúdo a ser abordado**	**Material didático**
EM13CNT106: Avaliar, com ou sem o uso de dispositivos e aplicativos digitais, tecnologias e possíveis soluções para as demandas que envolvem a geração, o transporte, a distribuição e o consumo de energia elétrica, considerando a disponibilidade de recursos, a eficiência energética, a relação custo/benefício, as características geográficas e ambientais, a produção de resíduos e os impactos socioambientais e culturais.	• A ser verificado com o professor da área.	A ser verificado com o professor da área.
Abordagem combinada:		

O procedimento deve-se repetir para cada competência e habilidade. Deve-se considerar que no momento do planejamento surjam outras possibilidades de arranjos e abordagens.

Feita a etapa de alinhamento de habilidades, conteúdos, abordagens e seleção do conteúdo didático, deve-se planejar o número de aulas para a execução do plano. Isso não significa ter os dois professores na mesma sala e no mesmo horário, mas garantir a ação coordenada com remissões ao trabalho do colega. Assim, como em uma peça teatral em que os atores se revezam entre cenas, uma única narrativa se completa na sequência dos quadros.

Nessa perspectiva, os jovens serão incentivados a transitar por diferentes campos do conhecimento, lançando mão de conceitos, teorias, técnicas e métodos de diferentes áreas para auxiliá-los a enfrentar um problema com o qual se depararam. Por exemplo, usar conhecimentos matemáticos para elaborar modelos estatísticos que lhes permitam avaliar a rapidez com que uma doença pode disseminar-se por uma comunidade e mobilizar conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para discutir os impactos da infecção nas relações de gênero no interior daquele grupo social estudado. Em outras palavras, a interdisciplinaridade pode exigir dos estudantes uma postura mais proativa e reflexiva em relação ao conhecimento, colocando em primeiro plano o desenvolvimento das habilidades cognitivas ao estimular a observação, a classificação, a transferência, a análise etc., e as habilidades socioemocionais, ao exigir que os estudantes aprendam em um ambiente de maior interação e cooperação, partilhando informações e diferentes interpretações da realidade com os colegas.

Essa nova forma de trabalhar os conteúdos escolares exige, necessariamente, mais diálogo e partilha de conhecimento entre os professores para que possam acompanhar o trabalho dos estudantes e orientar seus estudos e descobertas. Além disso, será preciso dominar com desenvoltura os conhecimentos específicos de sua área de formação acadêmica para poder transitar por ela com desenvoltura, mobilizando conceitos, teorias, métodos e técnicas de maneira dinâmica.

MODERNA

7. Outros subsídios de planejamento para o curso

Composta de volumes independentes, não sequenciais e autocontidos em relação à progressão das abordagens dos conteúdos e sua articulação com as competências e habilidades, a coleção possibilita arranjos flexíveis, para que escola e professores organizem seus cursos com autonomia, de acordo com a sua realidade. No caso de a escola ter professores com formação em mais de um dos componentes curriculares da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a sugestão feita anteriormente para a composição de aulas com outras áreas do conhecimento pode ser adotada para a sincronização do trabalho docente da área. As orientações específicas de cada capítulo indicam a formação prioritária dos professores para cada segmento para facilitar planejamentos nesse sentido.

Sugestões de cronogramas

De acordo com as DCNEM, as instituições e redes de ensino ficam livres para definir seus arranjos curriculares, bem como a distribuição da carga horária, desde que atendidas as determinações da BNCC.

Desse modo, as possibilidades de arranjos são inúmeras. Considerando a quantidade de aula dos quatro componentes curriculares de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, apresentamos sugestões para cronogramas de trabalho para a parte de formação básica da BNCC para cursos semestrais, trimestrais ou bimestrais. Vale lembrar que o uso da numeração sequencial para a indicação dos volumes tem fins meramente ilustrativos, pois os volumes não são numerados e não há uma sequência sugerida para o trabalho com eles.

- **Curso semestral em três anos:** o curso pode ser organizado com o estudo de um volume por semestre.
- **Curso trimestral em três anos**:

Trimestres	Volumes e subdivisões
1º	Volume 1: capítulos 1 a 4
2º	Volume 1: capítulos 5, 6 e seção MovimentAção; Volume 2: capítulos 1 e 2
3º	Volume 2: capítulos 3 a 6 e seção MovimentAção
4º	Volume 3: capítulos 1 a 4
5º	Volume 3: capítulos 5, 6 e seção MovimentAção; Volume 4: capítulos 1 e 2
6º	Volume 4, capítulos 3 a 6 e seção MovimentAção
7º	Volume 5: capítulos 1 a 4
8º	Volume 5: capítulos 5, 6 e seção MovimentAção; Volume 6: capítulos 1 e 2
9º	Volume 6: capítulos 3 a 6 e seção MovimentAção

- **Curso bimestral em três anos:**

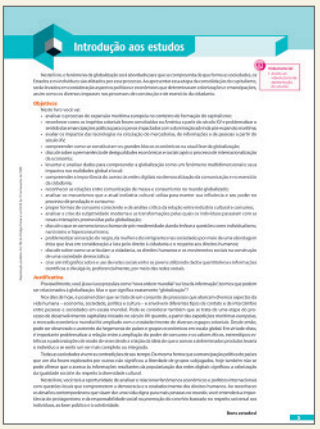
Bimestres	Volumes e subdivisões
1º	Volume 1: capítulos 1 a 4
2º	Volume 1: capítulos 5, 6 e seção MovimentAção
3º	Volume 2: capítulos 1 a 4
4º	Volume 2: capítulos 5, 6 e seção MovimentAção
5º	Volume 3: capítulos 1 a 4
6º	Volume 3: capítulos 5, 6 e seção MovimentAção
7º	Volume 4: capítulos 1 a 4
8º	Volume 4: capítulos 5, 6 e seção MovimentAção
9º	Volume 5: capítulos 1 a 4
10º	Volume 5: capítulos 5, 6 e seção MovimentAção
11º	Volume 6: capítulos 1 a 4
12º	Volume 6: capítulos 5, 6 e seção MovimentAção

MODERNA

8. A coleção

Como já mencionado, a coleção é composta de seis volumes, que apresentam recursos didático-pedagógicos com objetivos específicos para subsidiar o trabalho docente na construção de estratégias e definição de percursos. Conheça a seguir cada um deles.

Introdução aos estudos



Páginas iniciais com a apresentação do livro, seus objetivos, a justificativa da pertinência do respectivo tema e indicação das competências e habilidades que serão mobilizadas ao longo dos estudos.

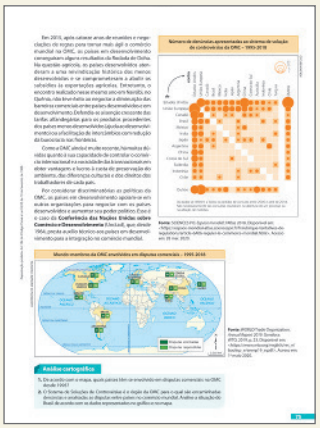
Abertura de capítulo

Na lateral da primeira página do capítulo, um texto justifica a pertinência do capítulo em relação ao eixo temático do volume.

Início de conversa

Apresenta uma situação relacionada ao tema do volume com uma imagem e provocações para a reflexão dos estudantes e o compartilhamento de experiências ou opiniões, criando um momento que propicia a verificação de seus conhecimentos prévios.

Análise cartográfica/de dados/ de imagem



Questões associadas a mapas, gráficos, tabelas, fotos e ilustrações são propostas para o desenvolvimento da competência leitora de produtos cartográficos, gráficos e iconográficos, estimulando, dessa forma, a associação de seus conteúdos com o assunto estudado. Esse recurso pode ser utilizado para análises coletivas, promovendo um momento de troca de conhecimentos, com a devida atenção aos diferentes níveis de proficiência, conforme exposto no item "4. Práticas para o ensino", subitem "Desenvolvimento da análise, inferência e argumentação" deste manual.

Trocando ideias

Relaciona os conteúdos estudados no capítulo com a realidade social e as circunstâncias de vida dos estudantes, incentivando o pensamento crítico e propiciando um momento de trabalho para a ampliação da capacidade de argumentação oral deles.

Ciência em contexto

Apresenta estudos, métodos e técnicas da produção científica sobre um tema relacionado ao que está sendo estudado, promovendo a contextualização e a problematização da ciência e/ou da tecnologia com destaque para aspectos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Você pesquisador

Propõe práticas de pesquisa de maneira articulada com algum dos temas abordados no capítulo, colocando o estudante em situação protagonista na construção da sua aprendizagem, desenvolvendo a autonomia e valorizando a investigação científica.

Para assistir/jogar/ler/navegar

Apresenta sugestões de *sites*, livros, filmes e jogos que aprofundam e ampliam o estudo dos temas tratados no capítulo.

Em pauta

EM PAUTA

Controle e vigilância durante a pandemia de Covid-19

Questões

Promove leituras e discussões a respeito de temas contemporâneos por meio de diferentes tipos de texto (prioritariamente notícias, reportagens, artigos jornalísticos, publicações institucionais não acadêmicas e outros).

Leitura analítica

LEITURA ANALÍTICA

Cultura como mercadoria

Questões

Coloca os estudantes em contato com proposições de pensadores, pesquisadores e especialistas relacionados ao assunto estudado, propondo a análise crítica e contextualizada dos pontos de vista apresentados.

Trabalho com fontes

TRABALHO COM FONTES

O desafio do desenvolvimento segundo o Banco Mundial

Questões

Propõe a análise da fonte apresentada por meio de questões que permitem as operações de identificação, contextualização, interpretação e análise.

Direito e sociedade

DIREITO E SOCIEDADE

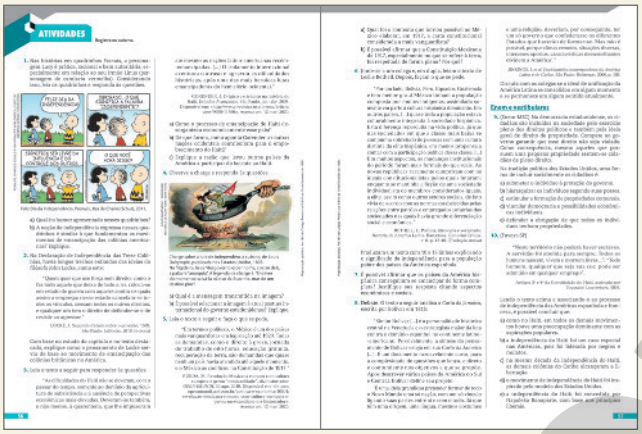
Feminicídio passa a ser considerado crime hediondo no Brasil

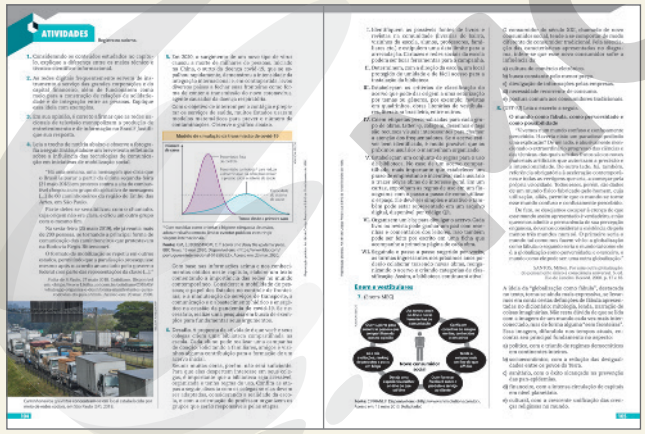
Atividades

Apresenta as bases legais e institucionais (lei, norma oficial ou diretriz) relativas ao tema abordado no capítulo com o objetivo de colocar os estudantes em contato direto com as bases jurídicas que regulamentam a vida em sociedade, além de promover a formação política e o exercício da cidadania.

MODELO

Atividades





Com propostas em diferentes formatos (questões de associação, análise, interpretação, debates, dissertações, entre outros), apresentam estratégias para mobilização do que foi estudado no capítulo, promovendo situações nas quais os estudantes exercitem a autonomia na aprendizagem e desenvolvam diferentes habilidades.

Infográfico

Seção para ampliar o conhecimento sobre um assunto específico tratado no capítulo por meio da integração de diversos elementos de linguagem gráfico-visual, exercitando a competência leitora dos estudantes.

MovimentAção

Fechando os volumes, a seção apresenta propostas estruturadas de trabalho colaborativo visando criar a oportunidade de intervenção cidadã dos estudantes no meio em que vivem ao mesmo tempo que mobilizam competências e habilidades e se expressam por meio das diferentes elaborações/criações. Todas as orientações necessárias para a condução dessas propostas são apresentadas nas orientações específicas do respectivo volume, no manual do professor.

9. Referências bibliográficas

A seguir estão relacionados os documentos normativos, como leis e resoluções, e outras publicações oficiais referenciadas na elaboração deste manual para o professor.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 13 maio 2020.

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Temas contemporâneos transversais na BNCC*: contexto histórico e pressupostos pedagógicos 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação. *Guia de implementação do novo Ensino Médio*. Brasília: MEC/Consed, 2018. Disponível em: <http://novoensinomedio.mec.gov.br/#!/guia>. Acesso em: 11 maio 2020.

CNE. *Resolução n. 5, de 4 de maio de 2011*. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9915-pceb005-11-1-1&Itemid=30192>. Acesso em: 11 maio 2020.

Os títulos a seguir subsidiaram a elaboração deste manual no tocante às práticas de ensino e à abordagem integrada dos diferentes conhecimentos.

BACICH, L.; MORAN, J. (org.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARBISAN, L. B. Uma proposta para o ensino da argumentação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 111-138, jun. 2007.

BARROS, J. D'A. *Interdisciplinaridade na História e em outros campos do saber*. Petrópolis: Vozes, 2019.

GERHARD, A-C.; ROCHA FILHO, J-B. A fragmentação dos saberes na educação científica escolar na percepção de professores de uma escola de Ensino Médio. *Investigações em ensino de Ciências*, Porto Alegre, v.17, n. 1, p. 125-145, 2012. Disponível em: <https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/view/210/144>. Acesso em: 13 maio 2020.

MOREIRA, M. A.; MASINI, E. F. S. *Aprendizagem significativa*: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2001.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2001.

MODERNA

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 9-29, jan.-jun. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/45363297_A_teoria_subjacente_aos_mapas_conceituais_e_como_elabora-los_e_usa-los>. Acesso em: 13 maio 2020.

RANGEL, J. N. M. *Leitura na escola*: espaço para gostar de ler. Porto Alegre: Medição, 2005.

Sobre juventudes e culturas juvenis, os seguintes estudos serviram de referência para a elaboração deste manual.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (coord.). *Juventude, juventudes*: o que une e o que separa. Brasília: Unesco, 2006.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*. set.-dez. 2003.

GROPPO, L. A. *Juventude*: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

PAIS, J. M. *As correntes teóricas da sociologia da juventude*. Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional, 1996.

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.

O pequeno trecho sobre cultura foi subsidiado especialmente por estas obras.

EDGAR, A.; SEDGWICK, P. *Teoria cultural de A a Z*: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo. São Paulo: Contexto, 2003.

LARAIA, R. B. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

A abordagem sobre cultura digital, computação e pensamento computacional foi subsidiada por estes títulos.

BRACKMANN, C. P. *Desenvolvimento do pensamento computacional através das atividades desplugadas na Educação Básica*. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Porto Alegre, 2017.

SBC. *Referenciais de formação em computação*: Educação Básica – Versão julho/2017. Documento aprovado pela Comissão de Educação e apresentado no CSBC 2017 durante as Assembleias do WEI e da SBC. p. 4. Disponível em: <http://www.sbc.org.br/documentos-da-sbc/send/131-curriculosde-referencia/1166-referenciais-de-formacaoem-computacao-educacaobasica-julho-2017>. Acesso em: 13 maio 2020.

VALENTE. J. A. Pensamento computacional, letramento computacional ou competência digital: novos desafios para educação. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 16, n. 43, p. 147-168, 2019.

O tópico sobre avaliações foi elaborado com referência nestes títulos.

BLOOM, B. *et al*. *Taxonomia de objetivos educacionais*. Domínio cognitivo. Porto Alegre: Globo, 1974.

DEPRESBITERIS, L. *Avaliação de programas e avaliação da aprendizagem*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/373836255/DEPRESBITERIS-Lea-Avaliacao-de-programas-Avaliacao-da-aprendizagem-pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

MANZANO, R. *Criando projetos*: estrutura de raciocínio. Taxonomia de Bloom: um novo olhar sobre uma velha corrente. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/381965420/1-Taxonomia-de-Bloom-Um-Novo-Olhar-Sobre-Uma-Velha-Corrente>. Acesso em: 13 maio 2020.

PERRENOUD, P. *Avaliação*: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

VIANNA, H. M. Avaliação educacional: uma perspectiva histórica. *In*: BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. (org.). *Avaliação da Educação Básica*: a experiência brasileira. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

MODERNA

OLIVEIRA, L. K. M. A prática da avaliação educacional: algumas colocações metodológicas. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 25, n. 60, p. 178-195, n. especial, dez. 2014 (artigo publicado em 1989). Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/download/3335/2951>. Acesso em: 12 maio 2020.

Sobre a abordagem para a criação de um ambiente escolar inclusivo que valorize a cultura da paz e sobre como abordar e prevenir sofrimento psíquico e situações correlatas, foram utilizados estes trabalhos como referência.

FANTE, C. *Fenômeno Bullying*: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, São Paulo: Verus Editora, 2010.

JUSTO, A. P.; ENUMO, S. R. F. Problemas emocionais e de comportamento na adolescência: o papel do estresse. *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, v. 35, n. 89, jul. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000200007>. Acesso em: 13 maio 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Suicide in the world*: global health estimates, 2019. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/326948/WHO-MSD-MER-19.3-eng.pdf?ua=1>. Acesso em: 13 maio 2020.

MODERNA

1. Justificativa e objetivos

O termo globalização designa um fenômeno de conexão entre as diferentes partes do mundo viabilizado pelas inovações tecnológicas especialmente em comunicação, informação e transporte. Essa integração global possibilita a difusão de informações e de conhecimentos diversos, favorecendo o compartilhamento de informações relevantes, como as de pesquisas científicas, denúncias de corrupção e de violação de direitos; facilitando a organização de manifestações e de ações voluntárias pelas mais diversas causas, assim como as trocas comerciais e a ampliação de diferentes negócios; possibilitando intercâmbios culturais e os mais diversos tipos de troca. Contudo, essa integração também permite a disseminação de doenças pelo mundo provocando pandemias, a concentração de riqueza por pequenos grupos economicamente favorecidos e a submissão daqueles que são economicamente dependentes e, consequentemente, mais vulneráveis.

Apesar de um fenômeno tão complexo como a globalização poder ser descrito por inúmeros outros fatores, não há dúvidas sobre a abrangência de seus impactos nas mais diferentes dimensões da vida humana, como a cultural, a comportamental, a econômica e a social, entre outras. Por isso é um grande tema das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, sendo abordado neste livro na perspectiva de seus diferentes componentes curriculares (história, sociologia, geografia e filosofia). E por também se referir a interações econômicas e políticas em uma lógica internacional, que têm diferentes impactos nas esferas locais, o tema globalização é abordado de forma crítica e analítica considerando suas relações com os conceitos de emancipação e cidadania.

O termo globalização passou a ser utilizado entre as décadas de 1980 e 1990 para designar um fenômeno de internacionalização da economia, como uma nova fase do capitalismo inaugurada no final da Guerra Fria. Sabemos que o processo de globalização extrapolou os aspectos econômicos, principalmente após o advento das novas tecnologias da informação e da comunicação. No entanto, como desdobramento do desenvolvimento do capitalismo, esse processo de conexão entre diferentes partes do globo teve início no século XV, com as grandes expedições marítimas empreendidas por Portugal e Espanha.

A expansão marítima europeia inaugurou rotas comerciais possibilitando um intercâmbio nunca imaginado entre os diferentes continentes, por isso, é considerado por alguns autores a primeira experiência de globalização da história. Assim como na atualidade, esse processo de conexão global não se restringiu à economia e teve grandes impactos socioculturais. Por esse motivo, é o tema do primeiro capítulo deste livro, que abordará as diferenças de condições das regiões do globo na participação da economia internacional, na época das disputas, entre Estados europeus pelo controle das novas rotas comerciais, destacando as práticas e os princípios econômicos relacionados ao fortalecimento do capitalismo comercial, como a instituição do sistema colonial na América. Esse processo de expansão global gerou consequências regionais, especialmente nos territórios colonizados, que se configuraram para exercer um papel secundário na ordem mundial que começava, paulatinamente, a ser estabelecida. As consequências da expansão marítima europeia e o domínio de sociedades em continentes diferentes são explorados no fim do primeiro capítulo, completando-se no estudo do segundo, que trata dos processos de emancipação política ocorridos na América no século XIX.

O segundo capítulo apresenta alguns dos diferentes processos de luta por emancipação política empreendidos pelas colônias americanas para se separarem de suas metrópoles europeias. O capítulo mostra como esses processos estão inseridos na lógica de poder europeia (global), ainda que carreguem particularidades locais, como na relação com o iluminismo, a Revolução Francesa e o Império Napoleônico. Além da relação política, os processos de emancipação americanos também respondiam à emergência e à consolidação do capitalismo global, pois as elites locais americanas queriam participar do comércio mundial sem intermediários. Ao destacar os processos de rompimento com a antiga lógica de dominação política, mas não econômica ou social, o segundo capítulo traz textos, imagens e atividades que possibilitam aos estudantes o entendimento de que emancipação política não está necessariamente associada a transformações econômicas, tampouco a conquistas de direitos pelas pessoas (cidadania).

Em relação ao terceiro capítulo, após a contextualização de uma "protoglobalização" e da discussão sobre seus impactos, especialmente em relação à emancipação e ao acesso à cidadania pelas mais diversas populações, o conteúdo trata dos processos de inserção e participação dos países e dos mercados na economia mundial, discutindo a importância do desenvolvimento técnico e tecnológico, da Primeira à Terceira Revolução Industrial. Levando em consideração a consolidação mundial do capitalismo, o capítulo busca apresentar e discutir a colocação desigual dos países nas perspectivas espacial, econômica, social e temporal, bem como debater as tentativas de cooperação e fortalecimento das trocas comerciais por meio da formação de blocos econômicos regionais e do estabelecimento de acordos bilaterais. Por fim, o capítulo destaca o papel dos agentes centrais – Estados, empresas transnacionais e organizações internacionais – que compõem o sistema econômico internacional na atual fase da globalização.

EM MODERNA

O quarto capítulo discute a importância e o desenvolvimento das redes de comunicação e transporte, caracterizando, no contexto da globalização, a aceleração dos fluxos de informações, pessoas, mercadorias e capitais em escala global (do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional). Dessa forma, apresenta as principais transformações de um espaço mundial, cada vez mais conectado por diversos tipos de redes geográficas, e debate a inserção do Brasil nas redes globalizadas. Ao tratar da revolução desigual da informação, no Brasil e no mundo, problematiza a importância da popularização do uso da internet, que abriu possibilidades de expressão para inúmeros segmentos sociais, sobretudo para aqueles excluídos dos grandes veículos de comunicação. Nesse sentido, possibilita-se que o estudante reflita a respeito do seguinte paradoxo: ao mesmo tempo que o acesso às redes virtuais aumenta a democratização da comunicação e fortalece a cidadania, favorece a expansão das grandes corporações multinacionais e o consumo de produtos da indústria cultural.

Essa temática é expandida no capítulo cinco, que apresenta uma discussão sobre os fenômenos da globalização e da integração regional, ressaltando os aspectos relevantes relacionados à sociedade brasileira e à comunidade internacional. Aborda questões do debate contemporâneo entre globalistas e céticos, sem descuidar do debate identitário e de caráter sociocultural ou das questões conceituais e das experiências concretas da integração regional e da formação dos blocos econômicos. Em decorrência das implicações desses fenômenos, o capítulo centra-se no binômio cidadania e direitos humanos, com foco na questão dos refugiados e na relação entre democracia e movimentos sociais, caracterizando-os como fenômenos históricos resultantes de lutas sociais concretas, no Brasil e no mundo – movimentos de mulheres, de trabalhadores, de indígenas, negros, por exemplo. Nesse sentido, o capítulo oferece uma proposta inovadora, que, ao articular os planos global, regional e local, proporciona ao estudante ver o mundo por diferentes lentes e em diferentes escalas. Além disso, possibilita uma perspectiva mais integrada dos fenômenos analisados, facultando ao estudante olhar o mundo como processo, e não como realidade dada, acabada, na qual ele não pode interferir nem, portanto, transformar.

Por fim, considerando sempre que o eixo temático do volume gira em torno de globalização, emancipação e cidadania, o sexto capítulo trata das transformações pelas quais passam os sujeitos no mundo globalizado, destacando questões significativas para os estudantes, como individualismo, narcisismo e hiperconsumismo. A crise da subjetividade, deflagrada no século XIX e que repercute até nossos dias, surge como um assunto imprescindível nesse contexto, pois, no novo cenário das sociedades globalizadas, a subjetividade de origem cartesiana faz cada vez menos sentido, tendo-se em vista que a razão entra em crise, como já haviam anunciado as teorias de Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud. O capítulo aborda, ainda, a fenomenologia e o existencialismo, que marcam o sujeito contemporâneo e permitem traçar uma reflexão sobre a condição da mulher e do negro hoje.

OBJETIVOS

- Analisar o processo de expansão marítima europeia no contexto de formação do capitalismo.
- Reconhecer como os impérios coloniais foram constituídos na América a partir do século XV e problematizar o sentido das emancipações políticas para os povos impactados com a dominação advinda pós-expansão marítima.
- Avaliar os impactos das tecnologias na circulação de mercadorias, de informações e de pessoas a partir do século XV.
- Compreender como se constituíram os grandes blocos econômicos na atual fase da globalização.
- Discutir sobre a permanência de desigualdades econômicas e sociais após o processo de internacionalização da economia.
- Levantar e analisar dados para compreender a globalização como um fenômeno multidimensional e seus impactos nas realidades global e local.
- Compreender a importância do acesso às redes digitais na democratização da comunicação e no exercício da cidadania.
- Reconhecer as relações entre comunicação de massa e consumismo no mundo globalizado.
- Analisar os mecanismos que a atual indústria cultural utiliza para manter sua influência e seu poder no processo de produção e consumo.
- Propor formas de consumo consciente e de análise crítica da relação entre indústria cultural e consumo.
- Analisar a crise da subjetividade moderna e as transformações pelas quais os indivíduos passaram com as novas interações promovidas pela globalização.
- Discutir o que se convencionou chamar de pós-modernidade, dando ênfase a questões como individualismo, narcisismo e hiperconsumismo.
- Problematizar a inserção do negro, da mulher e dos imigrantes nas sociedades por meio de uma abordagem ética que leva em consideração a luta pelo direito à cidadania e o respeito aos direitos humanos.
- Discutir sobre como se articulam a cidadania, os direitos humanos e os movimentos sociais na construção de uma sociedade democrática.
- Criar um infográfico sobre o uso de redes sociais entre os jovens utilizando dados quantitativos e informações científicas e divulgá-lo, preferencialmente, por meio das redes sociais.

MODERNA

Para que o trabalho com os diferentes assuntos abordados neste volume seja efetivo, indicamos a releitura sobre a abordagem teórico-metodológica apresentada no início deste suplemento, com destaque para os tópicos "4. Práticas para o ensino" (página XXII), "6. O ensino interdisciplinar" (página XXXVII) e "7. Outros subsídios de planejamento para o curso" (página XXXIX).

Além disso, a abordagem dos conteúdos, as seções especiais e as propostas de atividades mobilizam as competências gerais da Educação Básica e as habilidades específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, conforme apresentadas nos quadros a seguir. A articulação dessas competências e habilidades com os conteúdos dos respectivos capítulos será apresentada no item "3. Orientações, comentários, sugestões e respostas para cada capítulo" deste suplemento.

Competências gerais da Educação Básica	Capítulo(s)
Competência geral da Educação Básica 1	1, 2, 3, 4, 5 e 6.
Competência geral da Educação Básica 2	2, 4 e 5.
Competência geral da Educação Básica 4	4, 5 e seção "MovimentAção".
Competência geral da Educação Básica 8	6 e seção "MovimentAção".
Competência geral da Educação Básica 9	2, 4, 5 e 6.

Competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	
Competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1	**Capítulo(s)**
EM13CHS101	1, 2, 3, 5 e 6.
EM13CHS103	1, 3, 4, 6 e seção "MovimentAção".
EM13CHS105	4.
EM13CHS106	1, 2, 3, 4, 5, 6 e seção "MovimentAção".
Competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2	**Capítulo(s)**
EM13CHS201	1, 3 e 5.
EM13CHS202	4.
EM13CHS203	2 e 4.
EM13CHS204	1, 2, 3 e 5.
EM13CHS206	3 e 4.
Competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4	**Capítulo(s)**
EM13CHS401	1, 3 e 6.
EM13CHS403	3, 4 e 6.
Competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5	**Capítulo(s)**
EM13CHS501	6.
EM13CHS502	3, 4, 5 e 6.
EM13CHS503	2, 4, 5 e 6.
EM13CHS504	6.
Competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6	**Capítulo(s)**
EM13CHS601	5 e 6.
EM13CHS603	1 e 2.
EM13CHS604	3 e 5.
EM13CHS606	5.

MODERNA

2. Início de conversa

Página 8

Conectada às redes sociais e aos distribuidores de *streaming*, a juventude atual se abre para as influências dos produtos da indústria cultural de massa, sem talvez se perguntar por que determinados filmes, seriados, músicas, quadrinhos, entre outras expressões artísticas, disseminam-se no mundo globalizado e outros não. Pensar criticamente sobre isso, relacionando esse tema às causas e consequências do fenômeno da globalização, tema do volume, é a proposta dessa abertura. Nesse sentido, a escola é um ambiente privilegiado para trazer o tema à tona, desnaturalizando processos sociais e ideologias. Não se trata, no entanto, de estabelecer uma dicotomia maniqueísta entre o que é bom e o que é ruim, entre o nacional e o estrangeiro, entre o que deve ou não deve ser consumido, e sim de analisar as relações sociais e históricas que produziram esse contexto, entre as quais a globalização, e de compreender seus impactos na vida cotidiana e nas relações entre povos e países.

No trabalho com o tema da abertura, portanto, é importante destacar a permeabilidade das fronteiras nacionais para os produtos da indústria cultural e demonstrar que ela não ocorre de maneira casual, mas só é possível em virtude de um grande investimento econômico e político. No entanto, a mesma permeabilidade não é notada quando se trata da circulação de pessoas, sobretudo imigrantes e refugiados de países pobres ou em conflito. Nesse caso, prevalecem determinados traços culturais em detrimento de outros e se estabelece uma assimetria entre os centros emissores desses produtos e seus receptores, em que uma grande população passa a se dedicar na emulação de hábitos, crenças e aparência de um grupo hegemônico.

No trabalho com as questões mobilizadoras, a sugestão é destacar o papel dos grandes conglomerados de mídia, que produzem e distribuem os produtos da indústria cultural em escala global, realizando estreias simultâneas e empreendendo um grande esforço de *marketing* em divulgação. Ressaltar, também, que, ao mesmo tempo que esses produtos circulam e são aceitos sem maiores questionamentos, a presença deles não elimina as culturas regionais, que permanecem fortes em suas localidades ou são ressignificadas ao entrarem em contato com as culturas estrangeiras, mesmo preservando suas singularidades. Sugere-se finalizar discutindo com os estudantes a suposta independência deles em relação ao consumo dos produtos da cultura de massa. Convide-os a refletir sobre o fato de serem ou não influenciáveis aos apelos do *marketing* realizado por essas empresas.

Ao longo do volume essa discussão será expandida e explorada em diferentes dimensões. Pela perspectiva da **história**, será apresentada a disseminação de valores eurocêntricos, especialmente considerando suas consequências, como o estabelecimento de padrões hegemônicos, que consideravam inferiores as culturas dos povos nativos da América e da África. No campo da **geografia**, serão explicitados os processos que engendram o fortalecimento de grupos empresariais poderosos, que concentram grandes somas de recursos financeiros e estabelecem um monopólio sobre a criação e a divulgação de produtos culturais. Sob o viés da **sociologia**, serão descritos e analisados os aspectos da globalização, com destaque para a ambiguidade presente nas relações entre países, em que produtos e capitais têm grande poder de circulação e inserção internacionais, gerando um ambiente de negócios que favorece as nações mais ricas e expõe as mais pobres a uma concorrência desleal. Por fim, em **filosofia**, o processo de globalização será estudado principalmente pela perspectiva das transformações que produz no indivíduo, em sua relação consigo mesmo e com a comunidade de que faz parte, criticando procedimentos que estimulam o individualismo e o narcisismo.

MODERNA

3. Orientações, comentários, sugestões e respostas para cada capítulo

CAPÍTULO 1
Atlântico: o encontro de três mundos

Página 10

Competências, habilidades e temas transversais trabalhados no capítulo

O texto, as imagens e as atividades dispostos ao longo do capítulo favorecem o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**, na medida em que:

a) utilizam os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social e cultural para compreender processos como o da expansão marítima europeia e o das disputas entre os Estados europeus pelo controle de rotas comerciais pelo Atlântico e de territórios na América, explicitadas nos tópicos "As Grandes Navegações" e "A expansão marítima europeia" (páginas 10 e 11, respectivamente);

b) abordam as práticas e os princípios econômicos relacionados ao fortalecimento do capitalismo comercial no tópico "O mercantilismo" (página 14);

c) analisam as consequências sociais, econômicas, políticas e culturais da ocupação colonial na América britânica e espanhola nos tópicos "A colonização espanhola na América" (página 21) e "Ingleses na América" (página 28).

Em relação ao desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, o capítulo possibilita que o estudante identifique, analise e compare fontes em diversas linguagens, com o objetivo de compreender eventos históricos, sociais, ambientais e culturais (**EM13CHS101**) – como na proposta da seção "Análise de imagem" (página 22), que trata de uma representação do século XVI sobre o encontro entre autoridades espanholas e nativas da América no processo de expansão colonial do período, e na questão 7 da seção "Atividades" (página 32), em que a charge apresenta uma crítica à violência da metrópole britânica com relação aos povos nativos da América.

Essa mesma competência pode ser mobilizada no capítulo quando se possibilita ao estudante:

a) exercitar, como na questão 10 da seção "Atividades" (página 32), a elaboração de texto com construção de argumentos (**EM13CHS103**) a respeito das mudanças e permanências na ressignificação do termo *globalização*;

b) empregar linguagem cartográfica e iconográfica para acessar e difundir informações e produzir conhecimentos (**EM13CHS106**), como na leitura de mapas (páginas 12 e 29) e de gravuras e miniaturas (páginas 13 e 22, por exemplo).

Ao abordar os fluxos de mercadoria e de capital em diversos continentes (**EM13CHS201**) estabelecidos pelas novas rotas comerciais, a partir do século XV (páginas 14, 15, 18 e 19), e ao avaliar os processos de ocupação dos espaços e formação de territórios (**EM13CHS204**) após o processo de expansão marítima europeia (em todo o capítulo e especialmente nas páginas 11, 12, 21 e 28 e na seção "Trocando ideias" da página 31), o capítulo também favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2**.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4** é desenvolvida no capítulo à medida que são analisadas as relações entre produção, trabalho e capital nos processos constitutivos de sociedades – o que ocorre quando se enfatiza o papel das novas tecnologias náuticas (**EM13CHS401**) e o impacto da vocação marítima portuguesa no período das Grandes Navegações (página 13).

Em relação ao desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**, ela é trabalhada na análise da formação de diferentes países e nações (**EM13CHS603**), aplicando-se conceitos políticos, como sistema e regime de governo e Estado. Aborda-se concepções correlatas como a de conquista e dominação, ao tratar sobre a disputa por territórios entre povos indígenas e europeus. Explora-se também a estrutura político-administrativa estabelecida nas colônias e as diferenciações sociais, derivadas do processo colonial.

Trabalho interdisciplinar

A questão 5 da seção "Atividades" (página 32) colabora no desenvolvimento da habilidade **EM13LGG101**, da área de **Linguagens e suas Tecnologias**, ao propor a leitura da pintura do século XVII e ampliar formas de interpretação de contextos sociais, econômicos e culturais.

MODERNA

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal *Ciência e Tecnologia* está presente na seção "Ciência em contexto" (página 13), que apresenta os instrumentos náuticos utilizados na era digital, o que permite ao estudante verificar as diferenças entre a tecnologia disponível aos navegadores na atualidade em comparação as do período das Grandes Navegações.

Já na seção "Em pauta" (página 20), trabalha-se o tema contemporâneo transversal *Educação fiscal* ao abordar, na entrevista com a economista-chefe do FMI, a importância da distribuição equilibrada de impostos e modelos de sistemas fiscais dos países para promover a igualdade de oportunidades em educação e saúde no mundo globalizado.

Considerando os assuntos abordados e seu objetivo, indicamos o professor com formação em **história** como líder do desenvolvimento desse segmento da obra.

Respostas e comentários

As Grandes Navegações, Página 10

Professor, sobre o processo de globalização, é preciso compreender esse conceito de forma abrangente. Entre as décadas de 1980 e 1990, a globalização foi definida como o processo de integração da economia mundial caracterizado pelo fluxo intenso de capitais, serviços, produtos e tecnologias entre os países e como interdependência dos mercados de todo o planeta. Desde então, o conceito foi ampliado e, atualmente, podemos dizer que globalização é um conjunto de processos complexos que abarcam diversos aspectos da vida humana – economia, sociedade, política e cultura – e envolvem diferentes tipos de contato e intercâmbio entre pessoas e sociedades, em escala mundial.

Alguns estudiosos afirmam que a globalização de hoje é apenas uma etapa de um processo antigo, que acompanha, de certa forma, a história do desenvolvimento capitalista. De acordo com eles, estamos vivendo a terceira etapa de um movimento que começou quando os europeus partiram em viagens oceânicas e chegaram à América. Assim, a primeira etapa globalizante começou no século XV, na época das Grandes Navegações, com a incorporação da América ao mercado mundial.

A segunda etapa da globalização correspondeu ao desenvolvimento da Segunda Revolução Industrial, entre 1840 e 1914, quando os europeus se lançaram à expansão imperialista na África e na Ásia. Como resultado, o comércio mundial cresceu sete vezes, e aproximadamente 47 milhões de europeus migraram para as novas colônias ou para a América, entre 1800 e 1930, levando seus capitais, suas tecnologias, seus valores etc. Ao mesmo tempo, nas novas terras, os europeus apropriaram-se de saberes, práticas e costumes das sociedades nativas, em um processo de influência recíproca.

Essa segunda fase, portanto, foi marcada pela intensa movimentação de capitais europeus e estadunidenses nas áreas colonizadas ou periféricas do capitalismo mundial, em um processo de expansão que só teve pausa entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, sendo retomado após 1945, sob a liderança dos Estados Unidos.

De acordo com essa visão, a atual fase da globalização é marcada pela expansão do capitalismo internacional, caracterizada pelo desenvolvimento sem precedentes das tecnologias da informação e da comunicação e pelo fluxo intenso de produtos, serviços e capitais, com impactos na economia, na política, no meio ambiente, no mundo do trabalho e no comportamento dos indivíduos.

Trocando ideias *Página 13*

Independentemente da posição que adotem, espera-se que os estudantes defendam suas opiniões de forma respeitosa e com argumentos coerentes. Pode-se iniciar o debate questionando a maneira como lidam com as diferenças, de modo que sejam incentivados a refletir sobre as formas de preconceito que, frequentemente, resultam da dificuldade ou da falta de disposição do ser humano em compreender o outro, considerado diferente, e respeitar seus direitos. É importante os estudantes perceberem os diversos embates relacionados às diferenças culturais, étnicas, religiosas, de gênero etc. que se manifestam nas sociedades ocidentais, ainda que muitas políticas públicas e organizações sociais incentivem a diversidade, o respeito ao outro e a luta por um mundo mais solidário, justo e harmonioso. É possível afirmar que a valorização da diversidade humana está cada vez mais em pauta no mundo todo, e que as diferentes culturas e modos de vida tendem a conviver pacificamente.

A relação entre passado e presente no caso apontado pode ser estabelecida no fato de que o encontro entre povos e culturas distintos continua a ocorrer, mesmo que de modo mais intensificado, com interesses e dinâmicas políticas e econômicas complexas, derivadas, entre outros aspectos, da globalização e de outros processos históricos.

Análise de imagem *Página 13*

A gravura foi produzida por Theodore de Bry com base em relatos de viagens ao Brasil feitos por Hans Staden e Jean de Léry, no século XVI, época da chegada dos europeus à América. Nesse período ocorria a transição da sociedade medieval para a moderna, o que explica a fusão entre a tradição mitológica medieval e o pragmatismo dos tempos modernos. Baseado nesses relatos permeados de elementos fantasiosos, De Bry retratou o Novo Mundo como um misto de paraíso terrestre, lugar de natureza exuberante, e uma terra inóspita, habitada por monstros disformes. Os europeus, inseridos no primeiro plano da imagem, seriam os responsáveis por "salvar" os nativos de sua condenação ao inferno.

MODERNA

O caso da Península Ibérica *Página 15*

Professor, alguns historiadores questionam a visão tradicional das relações entre Portugal e Brasil durante o pacto colonial, afirmando que a economia desse período era mais complexa do que se acreditava. Apesar de explorada, a colônia – ou pelo menos alguns setores da sociedade colonial – conseguiu acumular riquezas. Parte disso se deveu à dinâmica do tráfico negreiro, que possibilitou aos mercadores da Bahia e do Rio de Janeiro negociar a compra de escravos diretamente com agentes africanos. Dessa forma, as embarcações, as mercadorias e os lucros iam de um lado para o outro do Atlântico, sem passar necessariamente pelo controle português.

Infográfico: Uma história da moeda *Página 18*

1. No infográfico, é possível identificar o escambo e o uso de moeda-mercadoria. O escambo era, de modo geral, a troca de uma mercadoria por outra, considerando-se a equivalência entre o valor do produto produzido e o valor do produto a ser adquirido. A moeda-mercadoria também não envolve o uso de dinheiro na troca; porém, ao contrário do escambo, um produto é tomado como unidade de valor, cumprindo a função de moeda. Como exemplo de mercadoria usada como meio de troca, temos o sal.
2. Acredita-se que as primeiras moedas que circularam no Ocidente foram produzidas na Lídia (atual Turquia) entre os séculos VIII e VII a.C. Essas moedas passaram a ser utilizadas pelos gregos, que difundiram seu uso. A adoção da moeda foi importante, pois instituiu-se uma medida de valor comum, o que facilitou as negociações, uma vez que não havia mais a necessidade de transportar grandes quantidades de produtos e negociar a proporcionalidade de valores. Essa nova modalidade de negociação aumentou o volume de negócios, ampliou mercados e possibilitou a criação de reservas. No período medieval, a moeda propiciou o estabelecimento de um único padrão para trocas, o que tornou possível o comércio eficaz entre pessoas de diferentes países, enriquecendo o comércio. Esse enriquecimento comercial beneficiou também a população europeia, que passou a adquirir produtos que não eram nativos de seu continente, dinamizando, por exemplo, sua alimentação e, consequentemente, sua saúde.
3. O uso de moeda na economia, já praticado de forma recorrente na Europa Ocidental desde a Idade Média, proporcionou a formação de fundos de reserva entre os burgueses e as Coroas europeias. Esse dinheiro de reserva foi utilizado para promover as Grandes Navegações, empreendimento que demandava grande aporte financeiro. Como desdobramento do processo, a descoberta de fontes de metais preciosos na América propiciou o acúmulo de metal, uma das bases do mercantilismo, além de possibilitar a ampliação do comércio internacional, que passou a incluir o Novo Mundo. O capital gerado, que foi acumulado por algumas nações europeias, viabilizou investimentos posteriores nas fábricas, possibilitando a Revolução Industrial e, consequentemente, a mudança do sistema capitalista.

Em pauta: Os impasses da globalização no mundo atual *Página 20*

1. São necessárias políticas para a distribuição das riquezas.
2. Para Gopinath, a falta de concorrência é um problema porque as empresas aumentam seu poder de mercado e não pagam os impostos que devem.
3. O protecionismo é uma característica do capitalismo comercial predominante entre os séculos XV e XVII, que limitava a concorrência ao fechar os mercados entre determinados Estados. Nesse sentido, o protecionismo dos mercados que, segundo a entrevistada, volta a ocorrer no século XXI, é um retrocesso prejudicial à economia global e às populações, pois permite aumentar o poder das empresas sobre as decisões político-econômicas dos Estados.

Análise de imagem *Página 22*

a) A imagem representa o encontro entre o imperador asteca Montezuma e o conquistador espanhol Hernán Cortés. À esquerda, veem-se alguns soldados com armaduras e capacetes, segurando lanças. Ao lado deles aparecem um cavalo e um indígena, com a mão direita prendendo o cavalo pelo arreio e a esquerda segurando uma lança. À direita, vemos um homem branco, com roupas típicas da nobreza europeia, caminhando em direção ao grupo de indígenas que se posiciona à sua frente. Eles vestem uma espécie de túnica reta, vermelha e branca, calçam sandálias e usam um acessório na cabeça. O indígena que está à frente mostra para o homem que se aproxima um adorno que parece ser um colar de pedras.

b) A imagem foi feita sessenta anos após o acontecimento, com base nos relatos de um cronista espanhol.

c) Os indícios da época representada são os equipamentos dos soldados, próprios do século XVI, e as vestimentas dos personagens e dos indígenas.

d) O artista representou o acontecimento como um momento solene e cordial. No entanto, já podemos antever na imagem o futuro da relação entre indígenas e espanhóis no México, pois, enquanto Cortés se apresenta com soldados armados, o imperador asteca o recebe com presentes.

Análise cartográfica *Página 29*

Produzidos na América e vendidos na África: rum, armas e tecidos. Levados da África para as Antilhas: ouro e escravizados.

MODERNA

Trocando ideias *Página 31*

Espera-se que, ao discutir essa questão, os estudantes reflitam sobre o papel do Estado na sociedade, em especial perante as comunidades indígenas. É importante que eles percebam que o Estado deve garantir direitos fundamentais, como os relacionados à vida e à liberdade. Na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (disponível em: <https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>; acesso em: 31 jul. 2019), são abordados direitos individuais e coletivos, como os relacionados à cultura, à identidade, à educação, à saúde, ao emprego e à utilização das línguas nativas. É reconhecido, também, aos indígenas o direito de viver com integridade física e mental, liberdade e segurança, sem serem forçosamente assimilados ou destituídos de suas culturas. A declaração também considera a estreita relação dos nativos com o meio ambiente, lembrando que as terras ancestrais dos povos indígenas constituem o fundamento de sua existência coletiva, de sua cultura e de sua espiritualidade. Vale destacar o fato de que os povos nativos mantiveram determinados direitos de governo autônomo. Por meio de tratados e decisões judiciais, as reservas indígenas são consideradas territórios soberanos.

Em 2009, o governo de Barack Obama fundou o Departamento de Políticas para Assuntos dos Indígenas Americanos, a fim de garantir o desenvolvimento e a implementação de políticas relacionadas aos nativos. O departamento atua no Governo Federal, incluindo o Congresso, o Judiciário e as quinze agências federais que implementam as leis estadunidenses, e constitui o principal contato da Presidência com os povos indígenas, sendo responsável por assessorá-los na navegação pelo vasto e complexo sistema federal estadunidense.

Atividades *Página 32*

1. As afirmativas incorretas são: **c** e **d**.

Correções: **c)** A expansão marítima europeia foi iniciada por Portugal, no século XV, seguido da Espanha.

d) Durante a Idade Moderna, as práticas mercantilistas adotadas pelos Estados europeus eram fundadas na intervenção do Estado na economia, assim como no protecionismo alfandegário, no metalismo, na balança comercial favorável e no colonialismo.

2. **a)** O rei Luís XI ordenou aos governantes de Lion que estimulassem a produção industrial de tecidos de seda e de ouro, pois assim diminuiriam as importações desses artigos.

b) O metalismo, a intervenção do Estado na economia e o incentivo à produção manufatureira e à exportação.

3. O Tratado de Tordesilhas foi um acordo entre Portugal e Espanha, mediado pela Igreja, sobre a divisão das terras da América. Por meio dele, foi traçada uma linha imaginária a 370 léguas a oeste de Cabo Verde: as terras "descobertas" ou "por descobrir" a leste dessa linha pertenceriam a Portugal e as localizadas a oeste dela seriam da Espanha. A Igreja, apesar de não ter o mesmo poder que detinha na Idade Média, ainda era a instituição mais forte da Europa, a que validava a existência de diversos reinos europeus e de suas respectivas monarquias. Assim, coube a ela interferir no conflito diplomático entre os dois reinos católicos (Espanha e Portugal) que disputavam a posse dos territórios "recém-descobertos" na América. Quanto à motivação do Reino de Portugal, atualmente alguns historiadores acreditam que residia na manutenção do monopólio das rotas de navegação do Atlântico Sul, essencial para o comércio com as Índias.

4. **a)** Segundo o texto, a aliança entre algumas elites nativas e os espanhóis foi fundamental para o funcionamento das estruturas colonizadoras na América, pois garantia certa legitimidade das novas instituições e da ordem política perante a população indígena.

Antes da chegada dos espanhóis à América, as elites indígenas detinham o poder e o controle sobre a população local. Caso elas se submetessem ou se aliassem aos espanhóis, a população local seguiria o mesmo caminho. Em troca desse "apoio" no processo de cristianização e implantação de um governo espanhol na América, essas elites receberam alguns privilégios da Coroa. Nesse sentido, foram essenciais para consolidar algumas estruturas sociopolíticas e tributárias instituídas na América pelos espanhóis.

b) Os astecas e os incas, especialmente, dominavam várias populações indígenas na época da chegada dos espanhóis à América. Os espanhóis, aproveitando a insatisfação dos povos dominados, formaram alianças com eles, e isso contribuiu significativamente para a derrota dos astecas e incas e a implantação do sistema colonial.

c) Chiriguanos, araucanos e chichimecas foram alguns dos grupos nativos que resistiram à colonização espanhola na América. Para isso, resistiram à conversão ao cristianismo, destruíram estâncias e construções espanholas, invadiram aldeias onde indígenas trabalhavam para os colonizadores, mataram espanhóis etc.

5. Ao ler a legenda, pode-se identificar o principal personagem representado: um mercador acionista da Companhia das Índias Orientais, instituição responsável por dirigir o comércio e os negócios coloniais da Holanda. O olhar do observador é direcionado pelo personagem para o segundo plano da tela, em que várias embarcações são representadas, certamente em uma área portuária bastante movimentada, indicando atividade comercial intensa. Analisando a vegetação abundante representada e o homem com traços não europeus protegendo o casal com uma espécie de sombreiro, supõe-se que o lugar representado tenha clima quente. Pode-se concluir que não se trata da Europa, mas de algum território colonial. Assim, pode-se relacionar a imagem, diretamente, à exploração colonial e, indiretamente, à balança comercial favorável, por causa da atividade comercial sugerida pela atividade portuária. Segundo informações disponíveis no *site* do Rijksmuseum, o mercador é provavelmente Jakob

MORENA

Martensen, com sua esposa. O local onde eles estão é a Ilha de Java (atual Indonésia) e, ao fundo, está a cidade de Batávia (atual Jacarta), fundada pelos holandeses em 1619 e principal centro de coordenação das operações holandesas no Oriente.

6. Na frase de Pablo Neruda, os sujeitos são a espada (a conquista militar violenta), a cruz (a Igreja Católica) e a fome (provocada pela desorganização do sistema produtivo). Esses três fatores contribuíram decisivamente para a catástrofe demográfica que se abateu sobre a população indígena da América hispânica. O poeta poderia ter incluído ainda um quarto elemento: as doenças contagiosas.

7. **a)** As duas pessoas que conversam (no primeiro plano) representam indígenas e os homens que se aproximam no barco representam britânicos.

b) Trata-se do momento em que britânicos se aproximaram do litoral do atual Estados Unidos, pela primeira vez, no século XVII, com o objetivo de explorar a terra "recém-encontrada".

c) O humor consiste na ironia do chargista expressa na inocente fala do personagem: "Que mal poderia acontecer?!". Ele acreditava que o contato com os britânicos não traria nenhum malefício, mas grande parte dos indígenas da América do Norte foi exterminada no processo de colonização.

8. Nas colônias britânicas, o controle estatal foi menor que nas ibéricas. Isso se refletiu na autonomia política das colônias, que apresentavam instituições democráticas, como as assembleias locais, em que representantes eleitos ou nomeados deliberavam a respeito de assuntos internos – impostos e taxas, por exemplo. Algumas das Treze Colônias chegaram a eleger governadores. As colônias ibéricas, por sua vez, não tinham autonomia, pois eram subordinadas às instituições deliberativas sediadas nas metrópoles, como a Casa de Contratação, na Espanha.

9. **a)** Os europeus tomaram violentamente vastas extensões das terras habitadas por povos indígenas. Nos confrontos, milhares de vidas se perderam. Além disso, os europeus levaram para a América do Norte várias doenças para as quais os indígenas não tinham resistência, como catapora, sarampo e varíola. Por fim, a escravização de povos indígenas, embora menos importante economicamente que a escravidão africana, também causou a morte de grande número de indígenas.

b) Para resistir à dominação europeia, os indígenas invadiam terras ocupadas por colonizadores, fugiam para o interior do território e aliavam-se aos franceses.

10. Espera-se que na dissertação os estudantes mencionem o fato de que, no período das Grandes Navegações, o incremento do comércio entre países dos diversos continentes possibilitou a comunicação direta entre os povos graças aos fluxos migratórios. As inovações tecnológicas dos meios de transporte, especialmente os marítimos, aproximaram territórios e culturas. Ou seja, a globalização daquele período foi possível graças aos deslocamentos de produtos e pessoas. As inovações nas tecnologias de informação e comunicação da atualidade possibilitaram um nível de intercâmbio econômico e cultural mais abrangente. Atualmente, a internet possibilita às pessoas permanecer conectadas durante as 24 horas do dia. A expansão dos usuários da rede provoca mudanças profundas no comportamento, na linguagem, nos costumes e nas relações humanas. As redes virtuais são as "novas embarcações" que levam e trazem produtos, informações, conhecimentos e culturas para todos os continentes. Certamente, em uma velocidade muito maior.

11. **b**.

12. **e**.

SUGESTÕES

• Filmes

A ascensão do dinheiro (série em 6 episódios)

Direção: Adrian Pennick. Reino Unido, 2008. 48 min. (média de cada episódio)

Documentário em seis partes baseado no trabalho do historiador britânico Niall Ferguson. Tendo como ponto de partida a crise financeira de 2008 nos Estados Unidos, Ferguson apresenta a história do dinheiro, passando por diversos momentos, como as Grandes Navegações, o mercantilismo e o afluxo de moedas na Europa provenientes da exploração espanhola na América.

Caravelas e naus, um choque tecnológico no século XVI

Direção: António José de Almeida. Portugal, 2007. 48 min.

Esse curto documentário apresenta as tecnologias desenvolvidas no reino português entre os séculos XIV e XVI, com destaque especial para as técnicas de construção naval, que permitiram a Portugal ser o país pioneiro no processo de expansão marítima europeia.

MODERNA

CAPÍTULO 2
A emancipação política dos Estados Unidos, Haiti e países da América espanhola

Página 34

Competências, habilidades e tema transversal trabalhados no capítulo

Ao propiciar que os estudantes percebam as rupturas e as permanências políticas, econômicas e sociais presentes nos países americanos após suas emancipações políticas – o que ocorre, por exemplo, no tópico "Primeiros anos da América hispânica emancipada" (página 54) –, utilizando o conhecimento historicamente construído para entender e explicar a realidade, o conteúdo do capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1.**

A **competência geral da Educação Básica 2** é desenvolvida pelo capítulo, por exemplo, por meio da proposta de atividade do boxe "Você pesquisador" (página 51), ao permitir que os estudantes investiguem sobre a atuação feminina nos movimentos de independência americanos. Além de encontrarem personagens, eles deverão escrever um texto resumindo a participação delas nos movimentos – procedimento importante para contextualizar a atuação dessas mulheres, entendendo os limites e as possibilidades de ação de cada uma delas a depender das circunstâncias e dos pertencimentos socioeconômicos. Para finalizar, deverão apresentar a mulher escolhida e seu contexto de atuação para a turma.

Já o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9** é favorecido pelo capítulo por meio, por exemplo, da proposta de debate do boxe "Trocando ideias" (página 44), que solicita aos estudantes que se posicionem em relação à dívida do país com a França, observando qual país deveria ser, de fato, o credor, e defender seu ponto de vista em conversa com os demais colegas. Além disso, na questão 6 da seção "Atividades" (página 56), as duplas de estudantes produzirão um texto atentando-se para a continuidade e as transformações vivenciadas pelas populações pobres na América hispânica do pós-independência, o que poderá promover um olhar empático para com tais populações, uma vez que possivelmente será considerada a construção histórica da desigualdade social e econômica experimentada por esses grupos.

Por permitir que os estudantes identifiquem e analisem fontes e narrativas para compreenderem processos e eventos históricos, políticos, econômicos e sociais (**EM13CHS101**) relacionados às independências na América nos séculos XVIII e XIX, como na seção "Leitura analítica" (página 42) e nas questões 2, 3, 6 e 8 da seção "Atividades" (página 56), o estudo do capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**.

Essa competência também é contemplada na proposta de trabalho do boxe "Você pesquisador" (página 51), que incentiva os estudantes a serem protagonistas na aquisição de conhecimento ao desenvolver uma prática de pesquisa em que eles devem utilizar diferentes linguagens, como textual e visual, e fazer uso de tecnologias digitais de informação e comunicação de forma significativa para acessar e difundir informações que levam à produção de conhecimento (**EM13CHS106**). O estudante pode iniciar individualmente a proposta de trabalho e, em um momento posterior, juntar-se a outros colegas para uma conclusão coletiva.

Ao apresentar ao longo do capítulo o modo como foram configuradas as fronteiras dos Estados-nações na América (**EM13CHS203**) em detrimento das terras indígenas, tanto nos Estados Unidos quanto nos países hispânicos, e por destacar a visão dualista entre civilização e barbárie, tratada no tópico "As Campanhas do Deserto" (página 53) que explicita o interesse argentino de civilizar os indígenas; e ao propor aos estudantes que avaliem os processos de formação de territórios nacionais na América, identificando o papel dos diferentes grupos sociais nesses processos e considerando os conflitos internos e externos provocados por eles (**EM13CHS204**), como nas guerras de independência estadunidense abordadas no tópico "A formação dos Estados Unidos da América" (página 37); nas do Haiti, México e de Cuba, explicitadas nos tópicos "A emancipação do Haiti" (página 43), "A independência mexicana" (páginas 46 e 47) e "A emancipação cubana" (página 49); e nas guerras da América do Sul abordadas no tópico "Lutas na América do Sul" (página 50), o capítulo favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2**.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** é desenvolvida pelo capítulo ao identificar as violências cometidas contra os povos indígenas, explicitadas nos processos de emancipação política dos Estados Unidos, do México e de países da América hispânica (**EM13CHS503**). Na leitura do texto, os estudantes poderão notar que a configuração dos territórios nacionais nos séculos XIX e XX levou a cabo políticas de expansão de fronteiras que resultaram em assassinatos, deslocamentos forçados de indígenas, além da exploração compulsória da força de trabalho dos sobreviventes. Também identificarão estratégias de resistência dos nativos, como no tópico "As Campanhas do Deserto" (página 53). Além disso,

EM MODERNA

no tópico "Crescimento e contradição na Argentina" (página 53), fala-se sobre o apagamento das populações indígenas e afrodescendentes na memória e na história argentinas. Também são apresentadas ações de movimentos sociais pela visibilidade desses grupos, como nas fotografias em que são registradas a denúncia de assassinato do indígena mapuche Alex Lemun, no Chile (página 34), a manifestação contra a Ku Klux Klan, nos Estados Unidos (página 41) e na menção ao Exército Zapatista de Libertação Nacional (página 47). Verifica-se, dessa forma, que as violências físicas, assim como as simbólicas, são identificadas, e que ações de combate e reparação de violências são apresentadas ao longo do capítulo.

O estudo do capítulo contempla, ainda, a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**, ao propor uma pesquisa sobre a participação feminina nos processos de emancipação americanos – o que ocorre no boxe "Você pesquisador" (página 51) – e ao trazer textos e imagens ao longo de todo o capítulo – como nos boxes de análise, no "Trocando ideias" (página 44) e na seção "Atividades" (página 56) –, que permitem aos estudantes analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania (**EM13CHS603**).

Trabalho interdisciplinar

As propostas de trabalho nos boxes "Análise de imagem" (páginas 48 e 49) e nas questões 1 e 4 da seção "Atividades" (página 56) possibilitam o desenvolvimento da habilidade **EM13LGG202** da área de **Linguagens e suas Tecnologias**, ao permitir que os estudantes analisem interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos produzidos, utilizando diversas práticas de linguagem, especificamente, a artística.

Tema contemporâneo transversal

O tema contemporâneo transversal *Educação em Direitos Humanos* é abordado ao longo do capítulo ao explicitar as violações dos direitos humanos sofridas por africanos e seus descendentes e por indígenas na América, no século XIX. Ao compreender esse conteúdo, o estudante pode fazer um paralelo com a atualidade e perceber como o contexto histórico estudado reflete nas más condições de vida experimentadas por essas populações em seus países hoje. Esse trabalho com o tema também é especialmente proposto na seção "Leitura analítica" (página 42), ao possibilitar que os estudantes analisem a questão racial estadunidense no século XIX, percebendo a historicidade dessa importante questão nesse país – e a necessidade de pensá-la para problematizá-la considerando os preceitos dos Direitos Humanos –, que perdura até a atualidade.

Considerando os assuntos abordados e seu objetivo, indicamos o professor com formação em **história** como líder do desenvolvimento desse segmento da obra.

Respostas e comentários

A formação dos Estados Unidos da América, Página 37

Professor, durante o estudo desse tópico, cabe enfatizar que até a realização do Segundo Congresso Continental da Filadélfia, em 1776, não existia unanimidade entre os representantes das Treze Colônias acerca da ruptura com a Grã-Bretanha. Além disso, é relevante analisar com os estudantes aspectos da Constituição estadunidense, aprovada em 1787, cujas linhas gerais são válidas para aquele país até o presente. Pode-se destacar o estabelecimento da república federalista e presidencialista como forma de governo e a divisão entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (o que demonstra que os Estados Unidos foram também o primeiro país das Américas a adotar os princípios defendidos pelos iluministas). É importante ressaltar que a independência não foi sinônimo de liberdade para as pessoas escravizadas, tampouco representou a conquista de direitos políticos para mulheres, negros e indígenas.

Leitura analítica: Afro-americanos na Amazônia brasileira *Página 42*

Se possível, aponte aos estudantes durante o trabalho com a seção que a Guerra de Secessão, com a abolição da escravidão em seu bojo, deu margem à criação do mito em torno de Lincoln como grande estadista defensor da liberdade e até abolicionista. Porém, a abolição da escravidão ocorreu mais em decorrência dos eventos da guerra, com a participação dos escravizados nos conflitos – comparável ao que ocorreu no Brasil depois da Guerra do Paraguai –, do que a um projeto de governo. Assim, Lincoln pode ter sido um antiescravista, mas nunca um abolicionista aberto e declarado.

1. Não, pois apesar de a abolição da escravidão ter se concretizado, ela ocorreu pelas circunstâncias da guerra e não por um projeto do governo Lincoln de emancipação dos afro-americanos.
2. De acordo com o texto, não, uma vez que foi destacado com a leitura o plano de Lincoln para deportar os afro-americanos para lugares fora dos Estados Unidos, como a América Central. Não há no texto menção de um plano do presidente ou da União para assimilar os libertos, sendo possível afirmar que se tratava mais de excluí-los do conjunto da sociedade estadunidense do que emancipá-los de forma efetiva.
3. Não, pois em 1862 o Brasil ainda vivia sob regime de escravidão, que foi abolido apenas em 1888. Portanto, não é possível afirmar que a Constituição do Brasil reconhecia como iguais negros e brancos e que os afro-americanos emancipados se tornariam cidadãos com direito a altos cargos do império no Brasil.

Trocando ideias *Página 44*

É importante que os estudantes considerem que o fato de o Haiti ter se tornado independente não deveria implicar uma dívida monetária em relação à antiga metrópole, por se tratar de uma conquista política. Além disso, a exploração colonial francesa retirou do Haiti grande volume de riquezas que não foi restituído à ex-colônia após a independência.

EM MODERNA

O pagamento da dívida à França foi um dos fatores que atrapalhou o desenvolvimento econômico do Haiti, que é hoje um dos mais pobres do mundo. A injustiça da imposição dessa dívida foi reconhecida pelo governo francês de François Hollande, em 2015, que afirmou que a França tem uma dívida moral com o Haiti e, por isso, deveria ajudar economicamente o país.

Análise de imagem *Página 48*

1. Do lado esquerdo da imagem foram representados alguns indígenas seminus, deitados, expressando sofrimento ou mortos; um deles está crucificado, em alusão à imagem de Jesus Cristo. Ao lado da representação do padre Hidalgo há outros indígenas vestindo roupas típicas e segurando armas. O artista procurou destacar tanto o sofrimento e a miséria dos indígenas quanto sua força e coragem.
2. O artista destacou em primeiro plano alguns membros da Igreja e militares ligados às camadas populares, aos indígenas e aos mestiços e alguns membros das camadas médias e das elites, que participaram dos movimentos de emancipação do México. Em segundo plano, ficaram as autoridades religiosas, jurídicas e políticas e parte da elite social e econômica do futuro país. Ao fazer isso, o artista colocou em evidência o caráter popular do processo de independência, que teria unificado dois projetos: o de libertar o México da opressão metropolitana e o de garantir melhores condições de vida aos setores mais pobres da população.

A emancipação cubana, Página 49

Professor, caso julgue pertinente, durante o estudo sobre a independência cubana, apresente aos estudantes o político e intelectual cubano José Martí, um dos principais pensadores do movimento emancipatório cubano. Ativista contra a dominação espanhola, ele escreveu e distribuiu jornais com conteúdo separatista. Em abril de 1895, participou de um movimento que mobilizou amplos setores da sociedade cubana pela independência, reunindo ex-escravizados, trabalhadores rurais e profissionais liberais. José Martí morreu em combate em 19 de maio de 1895.

Análise de imagem *Página 49*

1. A mulher representa Cuba; o homem em pé, próximo a ela, os Estados Unidos; e o homem de capa preta, a Espanha. Cada personagem utiliza vestimentas que carregam algum símbolo que pode ser associado a seus respectivos países, como as estrelas estadunidenses, a capa espanhola e as vestes leves cubanas.
2. Cuba foi representada como uma mulher submissa, protegida por um herói, os Estados Unidos; já a Espanha, como a vilã. A Espanha é caracterizada como o lado ruim, e os Estados Unidos aparecem como bondosos, protegendo Cuba.
3. Pela análise da charge e pelo modo como foram representados os personagens, pode-se concluir que a imagem apresenta uma visão simpática dos defensores da incorporação de Cuba aos Estados Unidos depois da independência cubana.

Você pesquisador *Página 51*

Em todo o continente americano, as mulheres contribuíram de diferentes maneiras para o processo de independência. Nas Treze Colônias, por exemplo, elas organizaram o boicote a produtos de origem britânica e assumiram a administração das fazendas e dos negócios da família, enquanto seus maridos lutavam na guerra. Na América espanhola, elas foram importantes para a transmissão e divulgação de informações, o abrigo a fugitivos, o cuidado dos feridos e o financiamento de armamentos, chegando, em alguns casos, a atuar diretamente nos campos de batalha. Além disso, tanto nas colônias britânicas quanto nas espanholas, as mulheres mais ricas frequentavam salões nos quais as ideias políticas dominavam as discussões. Sobre o papel feminino nas lutas por independência na América Latina, até mesmo com a apresentação de casos de mulheres que participaram das lutas e suas contribuições às dinâmicas de insurgência, indicamos o artigo de Lília Maria Macêdo, O grito de independência das mulheres latino-americanas. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP/article/view/32870>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Como opção de complemento ao trabalho, você pode sugerir aos estudantes que, finalizadas todas as apresentações, eles debatam sobre a importância da participação feminina nos processos de emancipação política na América. Procure guiar a conversa para que eles compreendam que a participação desse grupo social – as mulheres – nas lutas pela emancipação política de seus países não só fortaleceu os processos em si como também a democracia que começava a se firmar de forma mais efetiva nesses novos estados.

Atividades *Página 56*

1. **a)** Linus confrontou sua irmã Lucy sobre a ideia de independência, pois ela é controladora em relação a ele.
   b) Sim, a noção de independência é a mesma, visto que as colônias americanas pretendiam se tornar livres do controle político e econômico exercido pelas metrópoles europeias.
2. As ideias do filósofo britânico John Locke circulavam na América e eram pautadas na teoria de que existia um contrato tácito entre o Estado e os cidadãos sobre ser dever do Estado garantir-lhes liberdade, felicidade e prosperidade, e de que a validade de uma lei dependia da participação deles na política. Caso isso não ocorresse, era direito dos cidadãos rebelarem-se. Desse modo, as leis mercantilistas, impostas pela Coroa britânica, e a violência das tropas metropolitanas contra os colonos foram interpretadas por eles como rompimento do estado britânico com os direitos naturais do ser humano, justificando o movimento de emancipação.
3. **a)** Os haitianos conseguiram sua independência por meio da insurgência, como outros estados na América, mas essa revolução foi conduzida pelos escravizados, que aboliram a escravidão na ilha, ao mesmo tempo que se emanciparam. Toda a economia do Haiti em seu período colonial estava assentada no trabalho escravo nas grandes lavouras de cana-de-açúcar. Assim, levou algum tempo para os libertos reorganizarem politicamente a nação e, então, fazerem a economia engrenar.

MODERNA

b) Contribuíram em razão do isolamento imposto ao Haiti. Com a desorganização econômica e social, somada ao isolamento imposto pelas nações europeias e até mesmo pelas recém-emancipadas nações da América, o Haiti entrou em processo de empobrecimento.

c) Como a elite *criolla* conduziu os processos de emancipação política nos países que faziam parte da América espanhola, estes foram marcados pela continuidade política, econômica e social pós-independências. Assim, a maioria desses países continuou a praticar a escravidão. Por isso, as elites dos países temiam o exemplo haitiano, de um processo conduzido pelos escravizados, cujo resultado foi, além da emancipação política, o fim da escravidão. Além disso, a Revolução Haitiana foi a única em que os setores das classes dominantes das colônias não participaram do processo de emancipação.

4. a) Segundo a charge, Cuba (representada pela alegoria feminina) deveria ser salva da Espanha (a frigideira do "desgoverno espanhol") ou de um "destino pior", representado pelas chamas da "anarquia", numa possível referência ao exemplo da revolução escrava do Haiti e às guerras civis. Essa tarefa caberia aos Estados Unidos, que apoiaram a luta de independência cubana no mesmo ano da publicação da charge.

b) É possível relacionar a charge à postura atual do governo estadunidense, que mantém uma política internacional intervencionista – embasada por uma ideia de missão salvacionista. São exemplos dessa postura a guerra empreendida contra o Afeganistão e o Iraque e as numerosas intervenções nas questões envolvendo Israel e outros países do Oriente Médio.

5. a) A Revolução Mexicana de 1910, em que a participação de diferentes camadas sociais nas lutas pela emancipação desse país contribuíram para a adoção de uma Constituição como a de 1917, mais plural e que afirmava a conquista de direitos sociais pelos quais muitos mexicanos lutavam naquele momento.

b) Não é possível fazer essa afirmação, pois os indígenas desse país, por exemplo, tiveram suas terras tomadas e não as recuperaram, o que os forçou a buscar emprego em grandes fazendas ou nas cidades, sujeitando-se a péssimas condições de salário e de vida. Assim, se essa carta constitucional é considerada vanguardista no texto, não é possível afirmar que ela tenha sido respeitada nem que os direitos ali previstos tenham sido efetivamente praticados na realidade.

6. Espera-se que os estudantes reflitam sobre os processos de emancipação dos países da América espanhola do ponto de vista dos vencidos, sobretudo dos descendentes das populações indígenas. Essa reflexão vai facilitar o desenvolvimento de uma visão mais abrangente em relação a esses processos históricos, relativizando, assim, o ponto de vista unilateral de que a independência teria sido uma conquista para as populações como um todo daqueles países.

7. Como os estudantes puderam observar no mapa "América Latina: economia de exportação e investimentos estrangeiros – início do século XX", na página 54, os novos países da América hispânica se emanciparam politicamente, mas não em termos econômicos, pois ainda ocupavam o mesmo lugar na lógica comercial do mundo naquele momento, ou seja, cumpriam um papel de fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados. De dependentes da metrópole espanhola, passaram a ser dependentes do capital investido por britânicos e estadunidenses na região e, em razão disso, alinharam-se politicamente a esses dois países. Em relação à ordem social, pouco foi alterado, o que reafirmou o caráter político dessas emancipações. Nem todas as pessoas das repúblicas recém-criadas puderam participar da vida política e/ou pública dos novos estados e continuaram sem acesso aos serviços básicos, como saneamento, saúde e educação. Assim, é possível perceber que emancipação política não está diretamente relacionada ao acesso à cidadania.

8. Um dos objetivos do debate é verificar se os estudantes conseguem mobilizar o aprendizado do capítulo, ou seja, se em suas falas eles retomam aspectos apresentados nos textos lidos e durante as aulas, empregando uma argumentação coerente e embasada. Sobre o tema, eles podem citar a língua como aspecto unificador, uma vez que, à exceção do Brasil e de alguns países da América Central e do Sul, a grande maioria dos países da América Latina tem como língua oficial o espanhol. O catolicismo também é outro elemento de integração. Recentemente, podem citar os acordos comerciais (blocos econômicos) – o Mercosul, por exemplo – como fator de união. Contudo, deve estar presente nas falas deles que todos os países latino-americanos apresentam particularidades que os caracterizam. Vale lembrar aos estudantes que o Brasil, apesar de não ter o espanhol como língua oficial, faz parte da América Latina, pois sua história colonial de exploração o aproxima dos outros países da região, além de haver aspectos culturais similares, como a presença marcante do catolicismo, a população composta de indígenas e afrodescendentes, entre outros.

9. **d**.

10. **b**.

SUGESTÕES

• Livros

A era das revoluções: 1789-1848

Eric J. Hobsbawm. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

O historiador britânico apresenta com detalhes os processos da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. No capítulo "As revoluções", Hobsbawm avalia o impacto da revolução da França nos processos de emancipação política da América, com destaque para o estadunidense, e dos países que faziam parte da América espanhola, temas do capítulo 2.

A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)

João Paulo Garrido Pimenta. São Paulo: Hucitec, 2015.

O historiador da Universidade de São Paulo analisa os processos de independência ocorridos na antiga América espanhola com o da emancipação política brasileira, inserindo-os em um contexto maior – revolucionário continental e mundial.

© MODERNA

CAPÍTULO 3
Economia global e trocas desiguais

Página 58

Competências e habilidades trabalhadas no capítulo

Ao longo do capítulo, e especialmente ao estudar os fundamentos científicos relacionados à invenção das máquinas térmicas e discutir a importância delas para o desenvolvimento da história da humanidade na proposta de atividade 9 da seção "Atividades" (página 82), o estudante é incentivado a valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico e social para entender e explicar a realidade, favorecendo o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

O estudo do capítulo também possibilita o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**, na medida em que mobiliza diversos procedimentos epistemológicos – o que ocorre na seção "Trabalho com fontes" (página 66), que leva o estudante a analisar um documento histórico e associá-lo com as temáticas trabalhadas no texto-base, e no boxe "Ciência em contexto" (página 63), que propicia ao estudante a construção de argumentos embasados em fontes de natureza científica (**EM13CHS101**).

Essa competência é mobilizada, ainda, quando se possibilita ao estudante:

a) elaborar hipóteses, selecionar evidências e utilizar argumentos relativos à atuação de empresas, Estados e organizações no sistema econômico internacional (**EM13CHS103**) – como ocorre nas propostas do boxe "Trocando ideias" (página 64) e nas questões 1, 7 e 8 da seção "Atividades" (página 82);

b) utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica de forma crítica, significativa, reflexiva e ética (**EM13CHS106**).

O capítulo favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2** ao levar o estudante a analisar criticamente as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, avaliando os impactos das tecnologias nas dinâmicas das sociedades contemporâneas e as suas interferências nas decisões políticas, sociais e econômicas (**EM13CHS201**) – como ocorre no estudo dos tópicos "Desenvolvimento tecnológico e internacionalização" (página 59), "Desregulamentação e expansão dos mercados financeiros" (página 67) e "Inserção desigual dos países na economia mundial" (página 68).

Ao possibilitar que o estudante reflita e discuta a formação de territórios e territorialidades econômicas, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, identificando o papel e a influência dos diferentes agentes (**EM13CHS204**) nos tópicos "Grandes conjuntos de países" (página 69), "As economias emergentes e a policentralidade" (página 74), "A Organização Mundial do Comércio (OMC)" (páginas 74 e 75), "Regionalização na globalização" (página 76) e "Os blocos econômicos" (página 77), o capítulo também fomenta o desenvolvimento da referida competência.

Por fim, a mesma competência é mobilizada quando se possibilita ao estudante acessar informações em diversas linguagens, com vistas à compreensão de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos e sociais, por meio do trabalho com as bases cartográficas e gráficas, que explicam o processo de produção do espaço em diferentes tempos, nas escalas regionais, nacionais e mundiais (**EM13CHS206**), – o que pode ser observado nos mapas "Mundo: espaço econômico – século XVII-início do século XX" (página 60), "Mundo: maiores transnacionais – 2017" (página 64) e "Mundo: principais centros e fluxos do comércio de mercadorias – 2016" (página 69).

Em relação ao desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**, o capítulo permite que o estudante:

a) discuta a produção industrial e o comércio de mercadorias em escala global, da Primeira à Terceira Revolução Industrial, avaliando os impactos das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais nas relações de produção e nos fluxos de capitais em diferentes territórios, contextos e ao longo do tempo (**EM13CHS401**) – o que ocorre ao longo de todo o capítulo, com destaque para a seção "Atividades" (página 82);

b) analise os impactos das transformações tecnológicas na inserção desigual dos países no mercado mundial (**EM13CHS403**), principalmente nos tópicos "Grandes conjuntos de países" (página 69), "Mudanças no comércio internacional" (página 72), "A integração desigual do antigo bloco socialista" (página 73) e "A China e o comércio mundial" (página 80).

O estudo do capítulo favorece ainda o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**, na medida em que apresenta aos estudantes diversas oportunidades de avaliar as desigualdades das condições de vida e de serviço dos trabalhadores, desnaturalizando situações cotidianas

MODERNA

(**EM13CHS502**). Embora o capítulo esteja mais voltado à economia, os trabalhadores estão representados como os produtores das mercadorias. Assim, eles são mencionados no tópico "Desenvolvimento tecnológico e internacionalização" (página 59) ao explicitar as precárias condições do operariado na Primeira Revolução Industrial e na fotografia dos desempregados durante a Grande Depressão (página 61). No boxe "Trocando ideias" (página 64), os estudantes terão a oportunidade de propor medidas para regulação do trabalho, para a garantia de direitos dos consumidores e para a preservação do meio ambiente no âmbito de atuação das transnacionais.

Ao discutir criticamente – no tópico "Reformas econômicas: a fase do neoliberalismo" (página 65) – a atuação do FMI, do Banco Mundial e do Bird, entre 1980 e 1990, durante a implementação das recomendações do Consenso de Washington na América Latina, na África e na Ásia, e ao avaliar – no tópico "A Organização Mundial do Comércio (OMC)" (página 74) – a atuação da OMC, considerando os limites de ação dessa organização, na regulação do comércio internacional contemporâneo (**EM13CHS604**), o estudo do capítulo favorece o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6**.

Trabalho interdisciplinar

A proposta de trabalho da questão 9 da seção "Atividades" (página 82) possibilita o desenvolvimento da habilidade **EM13CNT101** da área de **Ciências da Natureza e suas Tecnologias**, ao levar o estudante a analisar os mecanismos de funcionamento das máquinas térmicas, considerando os fenômenos naturais e os processos tecnológicos sob a perspectiva das relações entre matéria e energia (Leis da Termodinâmica).

Considerando os assuntos abordados e seu objetivo, indicamos o professor com formação em **geografia** como líder do desenvolvimento desse segmento da obra.

Respostas e comentários

Trocando ideias *Página 64*

Comente que os Estados devem construir aparatos legislativos e instituições sólidas, nacionais e internacionais, que regulem a atuação das empresas transnacionais em seus territórios. Além disso, a sociedade civil deve se organizar para denunciar e divulgar os crimes que atentem contra os direitos humanos ou que causem prejuízos às comunidades ou ao ambiente.

Análise de imagem *Página 65*

Na charge, há diante da personagem "Washington" uma refeição completa, e sua opinião é considerada consensual, mesmo diante da contrariedade expressa pela feição da personagem "Zé". O que a desagrada é a diferença entre as refeições servidas, como uma metáfora das desiguais condições de negociação entre os países menos desenvolvidos e as instituições financeiras de atuação internacional. Organismos internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o Bird impunham como condição para fornecer empréstimos e financiamentos aos países do hemisfério sul – endividados pelas crises de 1970 e 1980 – se submeter às prescrições do Consenso de Washington.

Trabalho com fontes: O desafio do desenvolvimento segundo o Banco Mundial *Página 66*

1. Trata-se de um relatório sobre o desenvolvimento Mundial elaborado pelo Banco Mundial em 1991 e publicado no Brasil por meio da Fundação Getúlio Vargas. Na década de 1990, época em que o relatório foi produzido, diversas organizações econômicas de atuação internacional buscavam implementar as políticas neoliberais nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.
2. Ao afirmar que uma das questões centrais ao desenvolvimento é a interação entre governos e mercados, o autor tem a intenção de distinguir as funções que devem ser desempenhadas na economia por cada um desses agentes, destacando a atuação das forças do mercado e atribuindo ao Estado o papel de oferecer estrutura jurídica e normativa e de investir em infraestrutura e em serviços essenciais à população pobre.
3. Relembre com os estudantes os princípios do Consenso de Washington e exercite com eles a leitura de inferência. Oriente-os a separar os períodos usando aspas e ponto e vírgula, indicando que há diversas possibilidades de trechos que podem ser destacados e transcritos, por exemplo: "Os mercados competitivos constituem o melhor meio encontrado até hoje de organizar eficientemente a produção e a distribuição de bens e serviços."; "Mas os mercados não podem funcionar no vácuo – necessitam de estrutura jurídica e normativa que somente os governos podem oferecer. E, em muitas outras tarefas, os mercados às vezes resultam inadequados ou fracassam completamente. É por isso que os governos devem, por exemplo, investir em infraestrutura e oferecer serviços essenciais à população pobre."; "Hoje, começa a haver um consenso a favor de uma abordagem de desenvolvimento que seja 'favorável às forças de mercado'."
4. Os estudantes poderão mencionar, por exemplo, privatizações de empresas estatais e a redução de gastos do Estado com políticas sociais.

Análise de dados *Página 68*

1. As principais regiões que dominam o mercado de exportações são a Europa e a Ásia Oriental.
2. No que diz respeito às semelhanças, na Europa e na Ásia Oriental predominam as exportações de máquinas, equipamentos de transporte e produtos manufaturados. Em relação às diferenças, destaca-se o destino das importações das duas regiões: na Europa, o fluxo de exportações é forte entre os países da própria região; na Ásia Oriental, o destino das exportações é diverso, há fluxos de exportação significativos para o sudeste da Ásia, América do Norte e Europa.

MOREIRA

Análise de dados *Página 72*

O comércio de manufaturas cresceu significativamente durante o período, enquanto os produtos agrícolas tiveram sua participação bastante reduzida.

Análise cartográfica *Página 75*

1. Principalmente os Estados Unidos e a União Europeia, mas também Canadá, México, Brasil, Argentina, Coreia do Sul, Índia, China e Japão.
2. De acordo com o mapa, o Brasil apresentou 32 denúncias de concorrências desleais no comércio mundial, mas também respondeu 16 reclamações, no período de 1995 a 2018. Com base na matriz, observa-se que os principais parceiros comerciais envolvidos nessas disputas com o Brasil são os países europeus e os Estados Unidos.

Análise de imagem *Página 77*

Espera-se que os estudantes observem que, nas trocas comerciais do Nafta, Estados Unidos e Canadá fornecem, via de regra, produtos de maior valor agregado, enquanto o México oferece principalmente mão de obra barata.

Atividades *Página 82*

1. O mercantilismo propunha a intervenção do Estado na economia e a acumulação de riquezas por meio da estruturação do comércio mundial e da formação de colônias (busca de matérias-primas e expansão do mercado). Já o neoliberalismo defende a livre-iniciativa e o direito à propriedade privada. O Estado não deve atuar nem intervir na economia, apenas garantir a livre concorrência entre as empresas.
2. **a)** O sistema estava baseado no dólar estadunidense. Essa moeda tinha uma paridade fixa com o ouro, e as outras moedas podiam flutuar contra o dólar, subindo ou caindo no máximo 2%.
   b) Ele ajudou a integração das economias porque estabeleceu um padrão para os preços: o padrão dólar-ouro.
   c) O sistema acabou em 1971, quando os Estados Unidos não conseguiram mais manter a conversibilidade do dólar em ouro.
3. As *commodities* primárias são mercadorias em estado bruto ou produtos primários que sofrem pouca ou nenhuma transformação, com baixo valor agregado. Os produtos de alta intensidade tecnológica têm maior riqueza incorporada, pois exigem mão de obra mais qualificada e alta tecnologia.
4. A maior parte do aumento da participação dos países em desenvolvimento no mercado de bens manufaturados provém da Ásia Oriental e do Pacífico. Destacam-se nas exportações de alta, média ou baixa tecnologia: China, Taiwan, Coreia do Sul e Índia, além do México, na América Latina.
5. Países como Brasil e Índia são chamados de mercados emergentes porque, nessa fase de globalização, oferecem um grande potencial de mercado e uma grande população consumidora. Além disso, esse grupo de países destacou-se no cenário econômico internacional pelo rápido processo de modernização de seu parque industrial, pela diversificação de suas pautas de exportações e pelo rápido crescimento econômico.
6. Espera-se que os estudantes percebam que investimentos em educação e pesquisa, além de formarem mão de obra qualificada, possibilitam o desenvolvimento científico e a produção autônoma de tecnologia.
7. Espera-se que os estudantes identifiquem o conteúdo religioso da justificativa usada por Portugal e Espanha na exploração e na ocupação do continente americano. As principais iniciativas dos colonizadores europeus, em relação aos nativos americanos e ao uso do território colonial, eram sustentadas por interesses econômicos exploratórios.
8. Essas rotas têm como objetivo melhorar as conexões comerciais entre Ásia, Europa e África com a construção ou expansão de redes de ferrovia (algumas de alta velocidade), gasodutos, oleodutos, portos e rede de telefonia e internet. Dessa forma, a China se firma, no espaço internacional, como uma grande potência comercial e uma liderança mundial.
9. **a)** Com a invenção das máquinas térmicas, a demanda por carvão e água aumentou, uma vez que o funcionamento das máquinas a vapor dependia desses dois recursos. Isso favoreceu a localização geográfica das indústrias fora das cidades e próximas das áreas fornecedoras das matérias-primas.
   b) O vapor utilizado nas máquinas substituiu o trabalho humano e animal, agilizando a produtividade industrial e favorecendo o transporte de pessoas e mercadorias depois da invenção de trens e navios movidos a vapor.
10. **c**.
11. **c**.

SUGESTÕES

• Livros

A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos

Rodrigo Pimentel Ferreira Leão; Eduardo Costa; Luciana Acioly (orgs.). Brasília: Ipea, 2011.

Nessa obra, disponibilizada na íntegra no *site* do Ipea, disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12331> (acesso em: 18 mar. 2020), diferentes especialistas escrevem capítulos sobre a China, seu papel global e suas relações com Europa, Rússia, Índia, Brasil e o continente africano.

O enigma do capital e as crises do capitalismo

David Harvey. São Paulo: Boitempo, 2011.

Nesse livro, o geógrafo britânico apresenta a crise financeira de 2008 para, a partir dela, defender a tese que essa crise não difere daquelas que as antecederam. Para isso, Harvey comenta a acumulação do capital e o papel das crises na reprodução e manutenção do capitalismo, sistema que, para o autor, apresenta riscos sistêmicos de longo prazo para a vida no planeta.

MODERNA

CAPÍTULO 4
O mundo em rede

Página 84

Competências e habilidades trabalhadas no capítulo

Ao analisar como se deu o desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação, como ocorre nos tópicos "A era das redes" (página 84) e "Do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional" (página 85), na questão 1 da seção "Atividades" (página 104), bem como ao suscitar a reflexão crítica aos usos e ao acesso a essas mesmas tecnologias e de seu impacto no mundo atual, como no tópico "O monopólio da informação" (página 86), o conteúdo do capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1**.

As **competências gerais da Educação Básica 2** e **4** – que sugerem, respectivamente, o exercício da curiosidade intelectual, recorrendo à abordagem própria das ciências (incluindo a investigação, a reflexão e a análise crítica) para investigar causas e testar hipóteses, bem como a utilização da linguagem digital e científica como forma de expressão e de partilhar informações – são trabalhadas no boxe "Você pesquisador" (página 92), que orienta os estudantes a desenvolverem uma pesquisa utilizando a prática *análise das métricas das mídias sociais*.

A questão 6 da seção "Atividades" (página 104) propõe a criação de uma biblioteca compartilhada na escola, prática que contribui para o exercício do diálogo, da resolução de conflitos e incentiva a cooperação, uma vez que propõe aos estudantes agirem pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, como sugere a **competência geral da Educação Básica 9**.

Ao descrever os efeitos da evolução dos meios de comunicação e transporte sobre o espaço por meio de gêneros textuais diversificados, gráficos, mapas e fotografias (**EM13CHS106**), ao longo de todo o capítulo, contribui-se para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. A relação entre os fluxos e os sistemas de transporte, no Brasil e no mundo, por exemplo, suscita a utilização das linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, como sugere a habilidade mencionada. Por essa razão, ao longo de todo o capítulo, o estudante deve associar a leitura do texto didático com os mapas, gráficos e fotografias para analisar e contextualizar dados e informações quantitativas e qualitativas, visualizando-as espacialmente. O gráfico (página 93), por exemplo, leva à reflexão acerca da eficiência desses meios, em contraposição aos impactos ambientais causados por eles (**EM13CHS103**), favorecendo também o desenvolvimento da competência ao possibilitar que o estudante selecione evidências e componha argumentos relativos a processos econômicos, sociais e ambientais.

O capítulo ainda fornece subsídios para o desenvolvimento dessa mesma competência ao comparar o texto didático com o mapa "Mundo: principais rotas marítimas – 2017" (página 94). Por meio da análise desse mapa o estudante tem condições de relacionar os processos históricos, geográficos econômicos e ambientais imbricados na dimensão estratégica que os canais e estreitos marítimos propiciam, relacionando-os aos fluxos de pessoas, mercadorias e capitais em escala global. Já o tópico "A comunicação no mundo globalizado" e o boxe "Trocando ideias" (página 86) permitem ao estudante identificar as materialidades e virtualidades que possibilitam a existência das redes de comunicação no mundo globalizado (**EM13CHS105**), atestando a dependência do meio virtual ao conjunto de infraestruturas materiais que lhe dão suporte, ao mesmo tempo que contextualizam a importância do meio virtual para o desenvolvimento de infraestruturas, o que explicita, portanto, suas ambiguidades.

O capítulo também possibilita o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2**. Nos tópicos "A era das redes" (página 84) e "A comunicação no mundo globalizado" (página 86), por exemplo, são descritos os impactos das tecnologias nas dinâmicas sociais contemporâneas com o surgimento de novos bens de consumo e seus impactos sociais e ambientais (**EM13CHS202**). Além disso, o capítulo favorece o desenvolvimento dessa habilidade ao descrever a inserção do Brasil nas redes de comunicação global e a evolução dos meios de comunicação no país; ao pontuar as transformações socioespaciais decorrentes desses eventos, como a integração do território brasileiro por redes de rádio e televisão – tópico "O Brasil das redes de comunicação globalizadas" (página 89) –; ao falar da importância dos produtos culturais (músicas, filmes, telenovelas etc.) como objeto de consumo e meio de expressão popular – tópico "O rádio e a televisão no Brasil" (página 90) –; e ao mostrar como o uso da internet contribui para a manifestação e a identificação de grupos sociais.

MODERNA

Ao longo do capítulo o estudante terá condições de relacionar o desenvolvimento tecnológico que possibilita a ampliação das redes de comunicação e transporte à aceleração dos fluxos populacionais, financeiros, comerciais e informacionais, bem como com as mudanças no transporte de cargas (containerização) e o aumento da velocidade de deslocamento proporcionada pelo transporte aéreo. No tópico "Práticas espaciais em rede" (página 100), são abordados aspectos sociais e econômicos das atividades que tiveram grande desenvolvimento a partir da evolução das tecnologias de comunicação e de transportes, como o turismo internacional, o tráfico de drogas, o comércio ilegal de *softwares* e a lavagem de dinheiro, atividades estimuladas pela maior permeabilidade das fronteiras aos fluxos financeiros, comparando os diferentes significados das fronteiras e dos territórios no mundo contemporâneo (**EM13CHS203**).

Todos os temas elencados acima são explorados no texto didático, em gráficos, mapas e fotografias do capítulo. Muitos deles contribuem para o desenvolvimento do raciocínio geográfico (**EMS13CHS206**), mas é possível mencionar, especificamente, a importância da localização dos portos e aeroportos, por favorecerem a dinamização do escoamento produtivo e contribuírem para que haja a aglomeração de pessoas, infraestrutura e serviços nos municípios em que são instalados.

Em consonância com a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4**, o texto didático debate a desigualdade de acesso às tecnologias. No Brasil, a relação entre empresas provedoras e usuários da internet é regulada pelo Marco Civil da Internet. O tópico "Cidadania digital" (página 92) apresenta os principais pontos dessa lei, de maneira que os estudantes possam analisar os impactos das tecnologias nas decisões políticas, assim como nas relações entre pessoas e entre instituições (**EM13CHS403**) – como ocorre no trabalho com o boxe "Trocando ideias" (página 91), sobre o uso ativista das mídias sociais, e na questão 4 da seção "Atividades" (página104), uma vez que as tecnologias de informação e comunicação têm sido amplamente usadas como meio de organização social e manifestação de interesses políticos, muitas vezes relacionados à reivindicação de direitos.

Outra competência cujo desenvolvimento é favorecido neste capítulo é a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5**. Por apresentar a desigualdade de acesso ao mundo digital para os estudantes, essa questão pode ser desnaturalizada e problematizada (**EM13CHS502**), como ocorre no tópico "Integração e exclusão" (página 87). Nele é apresentada a formulação do geógrafo Milton Santos sobre a necessidade de democratizar o acesso ao mundo digital, para que ele passe a servir aos interesses da humanidade e não apenas aos interesses das grandes corporações e da especulação financeira. Trabalho que se completa quando os estudantes examinarem o mapa "Mundo: cobertura da rede 4G* de telefonia móvel – 2018" (página 87) e identificarem os países com maior acesso à rede de telefonia 4G. A valorização dos espaços em razão da oferta de serviços de comunicação digital será abordada no "Trocando ideias" (página 86). Nele, os estudantes irão explicar a relação entre o meio virtual e a infraestrutura material necessária para sua existência. E depois, eles pesquisarão sobre locais, na cidade onde moram, que são valorizados devido à disponibilidade digital. No tópico "Virada Cultural" (página 92), apresentam-se caminhos para a produção de conteúdo, de modo a provocar rachaduras nas vozes únicas da indústria cultural e, em "Cidadania digital" (página 92) é apresentado o Marco Civil da Internet e recomendações para um bom convívio nas redes de modo a promover a segurança e a liberdade dos usuários, a confiabilidade das informações, o respeito aos demais cidadãos e aos direitos humanos.

Ao abordar práticas como o roubo de dados, a divulgação indevida de fotos pessoais, o uso de materiais criados por terceiros sem autorização, entre outras formas de violência, o tópico "Cidadania digital" (página 92) problematiza a violência em ambientes virtuais (**EM13CHS503**).

Trabalho interdisciplinar

Na seção "Atividades" (página 104), a questão 5, que aborda o uso de modelos matemáticos no estabelecimento de estratégias de contenção da transmissão do coronavírus, em 2020, permite o desenvolvimento parcial da **competência específica de Matemática e suas Tecnologias 2** ao propor a investigação de uma situação desafiadora para diferentes países do mundo contemporâneo, com base em um problema social voltado a uma situação de saúde, articulando procedimentos e linguagens próprios da matemática.

Ao apresentar uma prática de pesquisa que propõe a análise das mídias sociais por meio de procedimentos metodológicos científicos, o boxe "Você pesquisador" (página 92) contribui para o uso mais consciente das mídias sociais e corrobora com a habilidade **EM13LP43** de **Língua Portuguesa**, que recomenda que os estudantes atuem de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, *gifs*, remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais.

Considerando os assuntos abordados e seu objetivo, indicamos o professor com formação em **geografia** como líder do desenvolvimento desse segmento da obra.

Respostas e comentários

Trocando ideias *Página 86*

Espera-se que os estudantes percebam que o funcionamento e a expansão do meio virtual são completamente dependentes da alocação de infraestruturas materiais, mas, ao mesmo tempo, a modernização e a evolução tecnológica das infraestruturas ligadas à comunicação digital são beneficiadas pela aceleração das trocas de informação proporcionadas pela banda larga de internet.

MODERNA

Análise cartográfica *Página 87*

A cobertura quase integral do território pela rede 4G de telefonia ocorre apenas nos Estados Unidos, na Índia, no Japão e nos países da União Europeia.

Leitura analítica: Cultura como mercadoria *Página 88*

1. Considerando a menção ao cinema e ao rádio, espera-se que os estudantes reconheçam que músicas, séries televisivas e vídeos, entre outras produções, podem ser classificados como mercadorias da indústria cultural. Nesse sentido, é importante que reflitam sobre as mensagens transmitidas por esses produtos e sobre os interesses econômicos das empresas envolvidas em sua produção e divulgação.
2. O texto 2 permite discutir uma condição de passividade do indivíduo como consumidor da indústria cultural. Chame a atenção dos estudantes para o fato de que a cultura não se restringe às atividades de entretenimento, mas também abrange práticas religiosas, linguísticas, visuais e corporais, que podem, por sua vez, ser apropriadas pela indústria cultural para a criação de mercadorias (produtos estandardizados).
3. Incentive os estudantes a refletirem sobre o apelo ao consumo intensivo dos produtos da indústria cultural na sociedade contemporânea (músicas, filmes, séries, redes sociais). Estimule a discussão indagando sobre os hábitos de consumo deles: Vocês agem com autonomia em relação ao que consomem? São influenciados pelas propagandas? De que maneira? Já se arrependeram de ter comprado algum produto ou das horas gastas em alguma mídia social?
4. É relevante que se destaque a atualidade dessa reflexão, na medida em que o culto às celebridades, a falta de senso crítico diante dos conteúdos publicados pela mídia e o uso intensivo de mídias digitais são comportamentos muito presentes em nossa sociedade.

Análise cartográfica *Página 89*

Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Reforce a analogia dessas cidades com os nós de uma rede, discutindo a noção de rede geográfica.

Trocando ideias *Página 91*

Discuta com os estudantes a respeito da aceleração da comunicação mundial, que foi possibilitada pelas mídias sociais e permitiu que os usuários passassem a produzir, acessar e compartilhar informações e emitir opiniões (em textos, imagens e vídeos) de forma instantânea, ampliando as condições de interação social entre pessoas que possuem interesses comuns ou abrindo espaços para trocas e discussões que não existiam antes da criação de tais recursos.

Você pesquisador *Página 92*

As mídias sociais oferecem diversas possibilidades de interação e acesso a conteúdo de forma simples e dinâmica. Elas veiculam milhões de informações em diferentes formatos para um universo variado de pessoas que ajudam a determinar o sucesso de cada postagem. Em meio a um volume maciço de informações, certas publicações se destacam, "viralizam" e se tornam mundialmente populares, alcançando milhões de visualizações e atingindo uma gama enorme de pessoas.

Nesse contexto, diversos atores sociais buscam compreender os mecanismos que contribuem para que uma publicação tenha sucesso. Há, até mesmo, empresas buscando vender seus produtos; instituições e políticos visando difundir ideias; e pessoas comuns buscando a fama imediata das redes. De outro lado, há campos da pesquisa acadêmica dedicando-se a compreender os efeitos das mídias sociais sobre as decisões que tomamos em nosso dia a dia: desde a roupa que decidimos vestir até o candidato em quem vamos votar nas eleições.

Os estudos sobre esse fenômeno demonstram que as mídias sociais favorecem um tipo de discurso conhecido como multimodal, isto é, que extrapola a linguagem verbal, mesclando ao texto informações visuais e sonoras que condensam em uma mensagem de rápida visualização um volume grande de informações, permitindo a intertextualidade com outros conteúdos da rede.

O controle da eficiência dessas mensagens é avaliado por meio de estudos que quantificam e analisam o alcance da publicação na rede e o engajamento dos usuários a seu conteúdo.

Compreender esses mecanismos é útil para ampliar as possibilidades de interlocução na rede e para refletir sobre os tipos de conteúdo que se sobressaem, além de observar as possibilidades de informação e conhecimento que eles oferecem à sociedade; trata-se, portanto, de instrumentalizar os estudantes para que lidem com essa complexidade, condição fundamental para o exercício de uma cidadania digital.

Ao conduzir a atividade, reúna os estudantes em assembleia e elejam, conjuntamente, um aspecto presente nas discussões realizadas sobre cidadania digital. Ajude-os a escolher um tema que gere debate entre as pessoas.

Apresente aos estudantes as possibilidades de postagens. Verifique quais estilos de postagens costumam, na opinião deles, receber mais curtidas e comentários. É esperado que postagens com frases de efeito, citações, vídeos curtos e memes tenham maior efetividade em relação a textos longos ou vídeos extensos, sobretudo se apresentarem conteúdos de difícil assimilação. Explique a eles que é importante garantir que haja uma gama variada de tipos de publicação para que se tenha certeza sobre quais formatos são mais ou menos aceitos.

MODERNA

No momento da elaboração das postagens, oriente os estudantes a escolherem redes sociais diferentes e a criarem o conteúdo respeitando as regras estabelecidas em cada comunidade virtual. Enfatize que mensagens discriminatórias ou que façam apologia à violência ou a atos ilícitos serão banidas das redes.

Oriente os estudantes a postarem e acompanharem a publicação por um período definido que deve ser igual para todos. Ao final do tempo estipulado, reserve uma aula para que os resultados sejam socializados e comparados.

Identifiquem os tipos de postagem que obtiveram maior sucesso. Ajude os estudantes a caracterizarem essas postagens: elas tinham humor, eram curtas ou longas, continham apenas informação verbal ou se apresentavam como um discurso multimodal?

Ao traçarem um perfil das postagens mais acessadas e visualizadas, discuta com os estudantes as seguintes questões:

- As postagens que obtêm mais sucesso são aquelas que apresentam a informação de modo profundo ou superficial?
- Os comentários das pessoas demonstraram a ampliação da discussão ou apenas ratificaram ou refutaram o conteúdo?
- De que modo a interação das pessoas com os conteúdos publicados nas redes sociais interferem em seu engajamento como cidadão?

Ao final, incentive os estudantes a elaborarem um registro dos achados da análise e das discussões realizadas.

Análise de dados *Página 93*

A maior capacidade é a do navio; a maior velocidade é a do avião. Os maiores consumidores de energia são o avião e o automóvel na cidade. O que produz mais ruído é o avião, e o automóvel é o que mais gera poluição do ar na cidade e mais casos de acidentes.

Análise cartográfica *Página 97*

1. A rede ferroviária brasileira é pouco extensa e apresenta menor densidade que a rede indiana de trens.
2. China, Japão e alguns países europeus, como Espanha, França, Reino Unido, Itália e Alemanha, possuem trens de alta velocidade. Além destes, também podem ser citados Marrocos, Turquia, Arábia Saudita, Noruega, Suécia, Polônia, Áustria e Dinamarca, nos quais as linhas de alta velocidade apresentam menor extensão.

Atividades *Página 104*

1. O meio técnico é formado pelas concentrações industriais, por campos agrícolas, cidades e infraestruturas de circulação estabelecidas durante a era industrial; o meio técnico-científico-informacional caracteriza-se pela transferência de capitais e informações mediante redes de comunicações de alta tecnologia, o que transformou a informação técnica em um motor cada vez mais importante da economia.
2. As redes digitais são fundamentais para fazer circular o capital financeiro e estruturar as grandes corporações, que buscam ampliar seus negócios no mundo inteiro, mas também podem ser usadas para aproximar as pessoas e ampliar as trocas de conhecimento e a capacidade de mobilização em torno de interesses comuns.
3. Não, pois elas enfrentam a concorrência de grandes conglomerados transnacionais de mídia digital, que atuam com bastante força no mercado nacional.
4. Espera-se que, com base no exemplo da mobilização dos caminhoneiros, os estudantes reflitam sobre a aceleração das trocas de informações proporcionada pela tecnologia.
5. O objetivo da atividade é levar os estudantes a refletir sobre a importância das redes materiais e imateriais na constituição de fluxos de pessoas, mercadorias, informações e na manutenção de serviços essenciais, como o abastecimento de água, gás e energia elétrica. É possível que eles elaborem argumentos levando em conta o impacto da pandemia em diferentes países considerando as medidas adotadas pelos governos, o nível de integração à economia global e disparidades socioeconômicas que resultam em maior vulnerabilidade de alguns grupos sociais (em caso de restrição aos serviços de saneamento básico e de saúde, por exemplo). Se achar conveniente, resgate reportagens de 2020, elaboradas por revistas e jornais, que debatam como os modelos matemáticos serviram de subsídio para o planejamento de ações do poder público.
6. A criação de uma biblioteca visa envolver os estudantes em uma atividade de gestão compartilhada, que favorece a interação entre estudantes e destes com outros membros da comunidade escolar. Sua realização pode contar com a colaboração do professor de língua portuguesa, sobretudo nas etapas de seleção, classificação e resenha das obras.

   O local escolhido para instalação da biblioteca deve ser acordado com membros da direção, podendo ser a própria biblioteca da escola, se houver. Porém, é importante que o espaço seja de livre acesso aos estudantes e sem intermediação de outros funcionários, para que eles se sintam particularmente responsáveis pelo cuidado do acervo. Se a biblioteca for localizada em uma área de uso comum e a escola não tiver uma estante disponível, considere a possibilidade de construir uma com caixas empilhadas, em conjunto com os estudantes.

   Para dar apoio à etapa de planejamento, sugere-se que os estudantes pesquisem sobre a implementação de bibliotecas compartilhadas em diferentes países e em locais públicos. Outra opção é apresentar a eles exemplos previamente selecionados. No *blog* Bibliotecas do Brasil, há dicas de implementação que podem ser úteis à realização da atividade (disponível em: <http://www.bibliotecasdobrasil.com/2013/09/tutorial-de-como-montar-uma-biblioteca.html>; acesso em: 20 mar. 2020).

MODERNA

Comente com os estudantes que iniciativas semelhantes têm surgido em diversos países como forma de garantir amplo acesso ao conhecimento e evitar que acervos pessoais fiquem sem uso, além de estimular o interesse das pessoas por livros e outras obras impressas.

A atividade também busca desenvolver a capacidade de analisar problemas, estabelecer e comparar soluções em grupo, de modo que exercitem formas de raciocínio atreladas ao pensamento computacional. O desafio de criar e gerenciar coletivamente um acervo de livros e revistas engendra outras questões que os estudantes identificarão durante a conversa de planejamento inicial ao fazer uma decomposição do problema: Qual será a origem dos exemplares? Como realizar a arrecadação e classificação das obras? Onde a biblioteca deve estar localizada? Quais serão as necessidades materiais para implementá-la? Quais devem ser as regras de uso e empréstimo?

Para responder a essas perguntas, eles possivelmente irão aprofundá-las ao longo da discussão, o que os levará ao reconhecimento dos padrões que podem causar dificuldade de acesso às obras impressas. Nessa etapa, os estudantes devem elaborar hipóteses sobre as causas das dificuldades que vão enfrentar durante a realização da atividade. Por exemplo, se um dos interesses da turma for reunir revistas em quadrinhos, quais podem ser os impedimentos (preços elevados, dificuldade de receber doação de colecionadores)?

Após identificarem as dificuldades que vão ser enfrentadas e suas causas, os estudantes devem propor um conjunto de ações a ser realizado para cada grupo. Nessa etapa (abstração), devem ser selecionados os elementos relevantes para a realização da atividade. Os estudantes vão passar, então, a responder coletivamente às questões levantadas anteriormente, de forma que cada grupo elabore um plano de ação e estabeleça tarefas individuais a cada membro.

A elaboração dos planos de ação, assim como das regras de uso, implica o estabelecimento de sequências de passos para satisfação de objetivos (algoritmo), que vão contribuir para a criação e a gestão compartilhada da biblioteca. *Sites* e aplicativos de *smartphone* podem ser usados para a criação de um código QR, com a vantagem de que o regulamento ficará disponível para consulta individual dos usuários que utilizarem essa tecnologia.

A construção de um *blog* para divulgação das obras visa estimular os estudantes a interagirem em meio digital, conversando sobre as obras literárias de pertinência escolar, e criar oportunidade para que os professores incentivem o interesse deles por meio das resenhas.

7. **a**.

8. **d**.

SUGESTÕES

• Artigo

Cidadania digital: direitos, deveres, lides cibernéticas e responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro

Danilo Henrique Nunes; Lucas Souza Lehfeld. *Revista de Estudos Jurídicos Unesp*, Franca, ano 22, n. 35, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/2542/2359>. Acesso em: 20 mar. 2020.

O artigo aprofunda conhecimentos a respeito da cidadania digital, passando por questões jurídicas envolvendo a responsabilidade civil dos usuários e o ordenamento jurídico brasileiro.

• Livro

Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional

Milton Santos. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

Coletânea de textos do premiado geógrafo brasileiro sobre a compreensão das novas dinâmicas do território e da sociedade transformadas pelas mudanças no novo meio técnico, que recebeu de Santos a denominação "técnico-científico-informacional".

MODERNA

CAPÍTULO 5
Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas

Página 106

Competências e habilidades trabalhadas no capítulo

O capítulo apresenta uma discussão sobre aspectos contemporâneos da sociedade brasileira e internacional, marcada pelos fenômenos da globalização e da integração regional. Dessa forma, ao privilegiar uma abordagem relacional da globalização e dos processos de integração regional, permitindo ao estudante problematizar sua realidade e perceber-se simultaneamente inserido em dinâmicas locais e globais visando à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, o estudo deste capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 1.**

A **competência geral da Educação Básica 2** é desenvolvida no capítulo por meio da proposta do boxe "Você pesquisador" (página 109), por permitir aos estudantes desenvolverem uma das etapas da investigação científica: a revisão bibliográfica. A atividade servirá para instrumentalizá-los na busca na internet, contribuindo com o aprimoramento da seleção de fontes confiáveis de pesquisa. Além disso, eles terão a oportunidade de praticar a leitura e a sistematização de argumentos de textos científicos. Na seção "Direito e Sociedade" (página 127), os estudantes terão outra oportunidade de exercitar a curiosidade intelectual, trabalhar com métodos de investigação e propor soluções para problemas. Eles irão conhecer a legislação sobre o feminicídio no Brasil, aprovada em 2015. E para entender a necessidade de incorporar o assassinato de mulheres por razão de gênero entre os homicídios qualificados, farão uma pesquisa sobre violência contra as mulheres a partir de um roteiro que os auxiliará a caracterizar esse tipo de crime. Eles também selecionarão três casos para fundamentar o debate em classe, que pretende apontar alternativas para resolver o problema ou, ao menos, ideias para auxiliar as sobreviventes. E, finalmente, no debate proposto na questão 10 da seção "Atividades" (página 128), pesquisarão sobre formas de mobilização nas redes sociais adotadas por movimentos sociais brasileiros, apresentarão e discutirão os resultados da pesquisa.

Ao debater os fluxos de capitais inerentes à dimensão econômica e financeira da globalização, bem como ao refletir criticamente sobre a questão dos deslocamentos forçados no espaço global à luz dos direitos humanos, recorrendo, para além da linguagem textual, a iconografias, tabelas e documentos oficiais, o capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 4**.

Por fim, o capítulo favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 9** por permitir aos estudantes vivenciar o debate, o compartilhamento respeitoso de ideias e de argumentos e o acolhimento da diversidade de opiniões tendo em vista a dimensão coletiva da construção do conhecimento. Além disso, eles trabalharão com questões polêmicas da atualidade e podem gerar um deslocamento de ponto de vista e o exercício da empatia. Sendo assim, no boxe "Trocando ideias" (página 113), os estudantes, cientes da composição do fluxo migratório para o país, entre 2010 e 2018, a saber: haitianos, venezuelanos e colombianos, deverão apreciar a hospitalidade brasileira. A atividade proporcionará a discussão sobre a relativa porosidade das fronteiras: aberta para mercadorias e com restrições para um certo perfil de pessoas, geralmente trabalhadores de países periféricos, além de fomentar reflexões sobre acolhimento, inclusão e xenofobia e contribuir para a construção de um olhar empático para com imigrantes, refugiados e pessoas em asilo político. Na seção "Direito e sociedade" (página 127) será organizado um debate que visa a proposição de medidas para conter a violência contra a mulher bem como estratégias a serem fomentadas para que mulheres consigam efetivamente livrar-se de situações de violência. O debate poderá configurar-se como exercício fecundo de compartilhamento de ideias, de respeito aos colegas e de construção conjunta de caminhos para que as mulheres sejam respeitadas. Mais um debate é proposto na seção "Atividades" (página 128), quando será a vez de pesquisar sobre a mobilização social na internet e debater sobre a importância das redes sociais nas lutas contemporâneas. Além disso, no boxe "Análise de imagem" (página 119), os estudantes terão a oportunidade de ler e interpretar uma charge de Márcio Malta, o que levará a uma reflexão sobre o direito à moradia, direito fundamental e pressuposto para a efetivação de outros direitos e poderá contribuir para empatia para com as pessoas em situação de rua.

EM MODERNA

O debate sobre globalização presente no capítulo contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1**. Os conteúdos desenvolvidos ao longo dele permitem ao estudante identificar e confrontar diferentes discursos e narrativas sobre esse processo (**EM13CHS101**), como no tópico "Pequeno balanço sobre a globalização: o que dizem os diferentes atores?" (página 110) ou no tópico "Cidadania e direitos humanos" (página 114), onde se demonstra que o descumprimento dos direitos humanos tem reflexo em outras esferas da vida social. As diferentes linguagens já citadas, utilizadas nos debates em torno da globalização, da cidadania, dos direitos humanos e dos movimentos sociais, auxiliam os estudantes a exercer o protagonismo e a se reconhecerem como membros participantes de uma coletividade (**EM13CHS106**), contribuindo para o desenvolvimento da referida competência. Assim, para além do caráter dialogal do próprio texto, no qual o processo de globalização é refletido sob diferentes lentes ou perspectivas, faz-se também na proposta do boxe "Para assistir" (página 107), por meio do qual é possível refletir sobre o papel das grandes organizações empresariais no mundo contemporâneo, e nas propostas do "Análise de dados" (página 113) e da seção "Direito e sociedade" (página 127), cuja análise de dados estatísticos contribui para o entendimento do conteúdo.

O estudo do capítulo também contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 2**, por meio, por exemplo, do debate sobre os fluxos de capitais e de mercadorias, que perpassam tanto a visão dos autores ditos globalistas quanto a crítica feita pelos considerados céticos (**EM13CHS201**), como no tópico "Globalização: o debate entre globalistas e céticos" (página 107), onde o texto oferece ao estudante a oportunidade de compreender o que é a globalização e de posicionar-se criticamente sobre esse tema, no debate sobre a redistribuição do poder e a dissolução de fronteiras entre os diferentes Estados soberanos agregados em blocos regionais, como no tópico "Integração regional e formação de blocos econômicos" (página 111), onde os estudantes devem posicionar-se criticamente sobre os processos de mobilidade social resultante do aumento da competitividade econômica, da circulação das mercadorias e do capital, conflitos políticos e religiosos, ou no debate sobre os impactos dos processos de integração regional com foco na mobilidade social, em particular nos grandes fluxos imigratórios, considerando as políticas restritivas dos países desenvolvidos, como no tópico "Novos desafios para o desenvolvimento: deslocamento no espaço global e direitos humanos" (página 113).

Já a discussão sobre a integração econômica e social e a formação dos blocos econômicos, com foco no papel das organizações supranacionais, como no tópico "Integração regional e formação de blocos econômicos" (página 111), possibilita ao estudante comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço, de formação de territórios, fronteiras e conflitos no contexto de mundo globalizado com destaque para os problemas relacionados à diversidade étnico-cultural e ao desenvolvimento dos países (**EM13CHS204**), conforme as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas das sociedades específicas.

O capítulo também mobiliza a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** ao apresentar uma discussão sobre cidadania e direitos humanos que permite problematizar questões como preconceito, intolerância e discriminação, além de trabalhar a temática dos direitos humanos (**EM13CHS502**), como nos tópicos "Cidadania e direitos humanos" (página 114), "Características dos movimentos sociais" (página 121) e "O Movimento LGBTQI+" (página 125), bem como na questão 9 da seção "Atividades" (página 128). Já o conteúdo apresentado na seção "Direito e Sociedade" (página 127) discute o feminicídio como fenômeno social reprodutor de violência física e psicológica contra as mulheres (**EM13CHS503**) e apresenta mudanças legais promovidas no país com a finalidade de combater esse cenário, e a questão 6 da seção "Atividades" (página 128) explora sobre o aumento de casos de violência envolvendo grupos minoritários.

O debate entre globalistas e céticos também contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6** ao inserir os estudantes na discussão surgida com base nas diferentes interpretações existentes sobre os efeitos da globalização no mundo, sobretudo do papel exercido por diferentes organizações internacionais (**EM13CHS604**), como a ONU e a OMC, abordadas no tópico "Globalização: o debate entre globalistas e céticos" (página 107), e os Fóruns Econômico e Social Mundial, abordados no tópico "Pequeno balanço sobre a globalização: o que dizem os diferentes atores?" (página 110). Por sua vez, a discussão sobre os movimentos negro e indígena, presente no tópico "Direitos humanos" (página 115), contribui para o desenvolvimento da competência, uma vez que apresenta a construção da organização coletiva desses povos, levando em conta a sua luta e o seu protagonismo no combate a formas históricas e contemporâneas de desigualdades sociais (**EM13CHS601**). Por fim, a competência é desenvolvida ao se propor uma discussão sobre direitos civis, sociais e políticos (**EM13CHS606**). No tópico "Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil" (página 116), são exploradas as garantias que todos os cidadãos deveriam possuir para destacar os limites da efetivação desses direitos no Brasil. Para isso, remete-se à ditadura civil-militar e à reabertura do país e lança-se mão especialmente das considerações do historiador José Murilo de Carvalho, que trabalha com as noções de cidadão de primeira e segunda classe. As fotografias das páginas 116 e 117 retratam violações dos direitos humanos, enquanto as da página 114 focalizam a luta por direitos, apontando para a mobilização como caminho de construção da democracia no Brasil.

MODERNA

Trabalho interdisciplinar

Ao explorar temáticas complexas, como estereótipos de gênero, feminismo e violência, o conteúdo, imagens, mapas e gráficos presentes nos tópicos "Movimento feminista: pela igualdade de gênero" (página 124), "O Movimento LGBTQI+" (página 125), "Movimento negro: luta contra o racismo" e "Movimento indígena: luta e resistência" (página 126) permite desenvolver a habilidade **EM13LGG102** da área de **Linguagens e suas Tecnologias**, contribuindo para a ampliação do repertório crítico dos estudantes.

Considerando os assuntos abordados e seu objetivo, indicamos o professor com formação em **sociologia** como líder do desenvolvimento desse segmento da obra.

Respostas e comentários

Análise de imagem *Página 108*

Os elementos que nos permitem identificar a importância da dimensão econômica e comercial na visão do cartunista sobre a globalização são expressos por grandes empresas com atuação global, mostradas por meio das logomarcas que "brotam" sem controle da Terra.

Você pesquisador *Página 109*

Estado da arte é o estado dos conhecimentos existentes sobre um objeto ou tema de estudo no momento em que esse estudo é realizado, ou seja, trata-se de um panorama do que está acontecendo sobre determinado assunto em determinada(s) base(s) de dados. Com essa atividade de revisão bibliográfica (estado da arte), adaptada à realidade dos estudantes, pretende-se iniciá-los na literatura e no processo de pesquisa científica. Acompanhe com eles o passo a passo da pesquisa, enfatizando que, quanto maior a pesquisa (base de dados), melhor será o estado da arte. Compartilhe com os estudantes outras bases de dados (portais de instituições de ensino e pesquisa) que podem ser acessadas para a realização da pesquisa e seleção dos artigos: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>), Capes/MEC (<http://www.periodicos.capes.gov.br/>) e Agência USP de Gestão de Informação Acadêmica (<https://www.aguia.usp.br/>), todas gratuitas, ressaltando a importância de realizarem a pesquisa em fontes confiáveis (todos os acessos em: 15 mar. 2020). Ao fim da atividade, peça aos grupos que compartilhem as informações obtidas.

Trocando ideias *Página 113*

O Brasil é um país formado historicamente por estrangeiros. Diversos povos vieram para cá em busca de paz, sucesso e felicidade. No entanto, isso não significa que os brasileiros sejam receptivos aos estrangeiros que aqui chegam. Diversos são os casos de xenofobia, racismo e preconceito contra os cidadãos que vêm de fora. Como sugestão para ampliar o debate, é possível ajudar os estudantes a pesquisar em jornais e na internet casos relacionados a esse tema e discutir a questão tendo como foco os direitos humanos e a famosa "cordialidade" do brasileiro.

Análise de dados *Página 113*

O gráfico mostra os fluxos de pessoas deslocadas à força no mundo. O que se observa é que o movimento de deslocamento cresceu substancialmente na última década, passando de mais de 40 milhões de indivíduos (precisamente 43,3 milhões), em 2009, para 70 milhões de deslocados (mais precisamente 70,8 milhões), em 2018.

Comente com os estudantes que a maior parte desse aumento ocorreu entre 2012 e 2015, provocado sobretudo pelo conflito sírio. No entanto, outros conflitos, como os do Iraque e do Iêmen, no Oriente Médio, da República Democrática do Congo (RDC) e do Sudão do Sul, na África Subsaariana, bem como a chegada maciça de refugiados rohingyas a Bangladesh, no final de 2017, também contribuíram para esse aumento.

Análise de imagem *Página 119*

A charge denuncia que o direito à moradia, previsto na Constituição brasileira, fica apenas no papel, ou seja, o que foi escrito ou planejado não se realiza, daí o personagem estar protegido das intempéries pela Constituição (impressa em papel).

Trocando ideias *Página 123*

Vivemos a sociedade da informação. Os estudantes, contemporâneos do mundo digital, devem se sentir estimulados a buscarem espaços de mobilização e participação política nesse meio. Grande parte de movimentos sociais, organizações não governamentais e partidos políticos possuem canais de comunicação nas redes, sendo fontes de contato e participação de suas pautas e manifestações.

Assim, é possível incentivar os estudantes, orientá-los e discutir em grupo sobre a importância das novas tecnologias da informação na busca pela mobilização social, apresentando possíveis caminhos e limites para tal (por exemplo, incentivá-los a buscar redes oficiais de organizações políticas com a finalidade de traçar perfis sobre as características e formas de organização e atuação desses grupos).

Direito e sociedade: Feminicídio passa a ser considerado crime hediondo no Brasil *Página 127*

1. Dos três estados com as menores taxas de homicídio sofrido por mulheres, mostrados no gráfico, São Paulo é o que apresenta maior queda na taxa de mulheres vítimas de homicídio, seguido pelo Distrito Federal e por Santa Catarina, embora entre 2017 e 2018 tenha havido ligeiro crescimento dessa taxa em São Paulo e em Santa Catarina. Em relação ao Brasil, percebe-se que houve pequena redução da taxa de homicídios femininos entre os anos de 2014 e 2015, com crescimento entre 2015 e 2017.

MODERNA

Comente com os estudantes que a redução da violência letal contra as mulheres no Distrito Federal provavelmente tenha sido reflexo das diversas políticas públicas implementadas pelo governo no período e que priorizaram o enfrentamento da violência baseada em gênero.

2. A criminalização da violência contra a mulher e do racismo podem ser trabalhadas em conjunto, recorrendo-se a comparações, como se propõe a seguir. O feminicídio passa a constituir crime qualificado no Brasil apenas a partir de lei promulgada em 2015, quando se reconheceu que o crime contra a mulher devia ser punido de forma específica. Isso equivaleu ao reconhecimento do patriarcado e da violência contra a mulher como algo público e social, e não mais como fenômeno individual. Pode-se dizer que a criminalização da violência contra a mulher, seja com a Lei Maria da Penha, seja com a Lei do Feminicídio, equivale à criminalização do racismo, porém ocorreu depois deste (o crime de racismo é de 1989). Em ambos os casos, retira-se o fenômeno da violência (racial ou de gênero, conforme o caso) da esfera privada e dos "casos isolados", o que permite não apenas a punição, mas igualmente uma ressignificação por parte da sociedade em relação ao racismo e ao sexismo.

Tendo isso em vista, é possível elaborar com os estudantes algumas reflexões que essa comparação permite.

- Por que o racismo e o feminicídio passaram a ser considerados crimes?
- Que repercussões simbólicas/culturais essa caracterização pode vir a ter?
- Qual é o contexto cultural vivido atualmente no Brasil que permite o reconhecimento do feminicídio?

No momento do debate, deve-se incentivar os estudantes a pensar sobre as formas de ajuda que toda a sociedade civil pode assumir. Comente que, por vergonha e por medo de sofrerem novas agressões por parte do companheiro, muitas mulheres não compartilham os episódios de violência, mesmo quando vão a hospitais machucadas. É importante ressaltar que as mulheres agredidas precisam se sentir apoiadas e contar com uma rede de pessoas próximas que possam protegê-las e a seus filhos.

Alguns *sites* de notícias sugeridos para a realização da pesquisa:

- <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/06/politica/1551910094_798574.html>
- <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/08/mulher-e-agredida-a-marteladas-pelo-marido-no-rio-outra-vitima-relata-espancamento-por-dois-anos.ghtml>
- <https://www.metropoles.com/distrito-federal/espancada-por-tatuador-vitima-deixara-df-por-medo-do-ex-namorado>
- <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/10/10/mulher-e-agredida-com-socos-e-chutes-por-seguranca-de-casa-noturna-em-sp.ghtml>

Acessos em: 16 mar. 2020.

Existem também organizações que contribuem para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no Brasil, caso da Agência Patrícia Galvão, disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-domestica/agressoes-ameacas-injuria-veja-relatos-de-vitimas-na-delegacia-recordista-de-casos-de-violencia-contra-mulher-no-rj/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Atividades *Página 128*

1. A globalização pode ter um duplo entendimento: contribuir com a difusão dos ideais de liberdade, igualdade e dignidade humana e reforçar os aspectos perversos relacionados a essas mesmas categorias. A construção da ideia da liberdade, da igualdade e da dignidade humana deve ser observada na perspectiva de valores universais, assim como o papel dos governos e dos organismos internacionais nessa difusão. Com relação à ideia de aspectos perversos, é necessário atentar para as desigualdades decorrentes do processo de globalização, como a assimetria centro-periferia, o papel da mídia na difusão de dados questionáveis cientificamente, a crença irrestrita no progresso (que nem sempre provê os avanços teóricos) e as restrições ao deslocamento humano (imigração).

2. Uma vantagem é que a imigração é positiva para a economia britânica, visto que os imigrantes contribuem para o orçamento do Reino Unido. Em geral, pagam mais impostos do que gastam em benefícios sociais. Em contraposição, um aspecto negativo é ser impossível ao Reino Unido, enquanto membro da UE, controlar a imigração. A saída permite recuperar o poder sobre as fronteiras e reduzir o número de migrantes. Os eurocéticos acreditam que essa situação vai gerar mais oportunidades de emprego para os trabalhadores britânicos e aliviar a pressão sobre os serviços públicos.

3. O aumento do número de eleitores naturalizados pode, por um lado, abrir espaço para políticas de desburocratização e facilitação da imigração, mas, por outro, levar os estadunidenses "natos" a demandar políticas de imigração ainda mais restritivas por medo de que os Estados Unidos possam ser "tomados" por imigrantes nos próximos anos.

4. **a)** Na democracia clássica, a classificação de cidadão tinha caráter excludente, contemplando apenas homens com alta renda e propriedades. O ideal democrático contemporâneo tem uma visão mais inclusiva, prevendo direitos para todos os grupos sociais, independentemente de questões econômicas, étnicas ou religiosas.

b) No Brasil, diversos direitos ainda são restritos a poucos grupos. Mesmo com eleições regulares após o fim do regime civil-militar, e com o reconhecimento de uma série de direitos a grupos minoritários após a Constituição de 1988, ainda é possível perceber restrições no acesso, principalmente, aos direitos sociais.

5. **a)** Durante todo o século XX, diversos foram os movimentos que promoveram lutas por transformações e conquistas sociais: movimentos pacifistas, que buscavam protestar contra conflitos bélicos entre diferentes nações; movimentos estudantis, que configuraram suas lutas com base nas demandas educacionais locais,

MODERNA

assim como em temas comuns a diferentes realidades (como a liberdade de expressão); movimentos contra regimes autoritários, em especial na América Latina, após as sucessivas formações de regimes militares; movimento negro, em busca da consolidação da cidadania da população negra e mestiça, entre outros.

b) Quando os movimentos sociais passam a representar formas de atuação e organização da sociedade civil, percebe-se que se tornam atores imprescindíveis de lutas por democracia. Qualquer grupo minoritário pode se articular em movimentos e lutar por suas próprias pautas, assim como se articular com outros grupos que estejam reivindicando direitos. Além disso, a participação em organizações coletivas reforça a necessidade de atuação organizada dos integrantes da sociedade nas esferas políticas, para deixarem de ser meros atores passivos e se converterem em protagonistas de sua própria realidade.

6. A exposição dos casos de discriminação e preconceito em decorrência da atuação dos movimentos sociais contribuiu para que a mídia desse publicidade a esses casos, associando-se a isso uma crescente intolerância por parte de uma parcela da sociedade, que considera a extensão de direitos para as minorias um privilégio.

7. Resposta correta: **c**. O texto apresenta o feminismo como um movimento articulado à luta contra outras formas de opressão – o movimento negro, por exemplo –, mas, ao mesmo tempo, destaca como característica a manutenção de elementos próprios de cada grupo social, dotados de demandas e experiências específicas.

8. Resposta correta: **d**. De modo geral, os movimentos sociais procuram garantir a consolidação dos direitos às pessoas (estabelecidos pela Constituição brasileira, entre eles, a moradia, a saúde e a educação). Há movimentos sociais que agem em parceria com o Estado e outros que agem de formas variadas, como em manifestações de rua, quando os direitos são negados, o que pode gerar violência pelas forças policiais do Estado.

9. O Estado é o principal interlocutor dos movimentos sociais. Seja porque é visto como adversário na luta política, seja porque é percebido como o agente que pode intervir para solucionar conflitos com entes privados ou criar leis e políticas públicas que atendam às demandas de um grupo social.

10. Tendo como base os conceitos e as ideias apresentados no capítulo, os estudantes poderão pesquisar nas redes sociais as formas de organização e mobilização adotadas por diferentes movimentos sociais brasileiros na atualidade. É importante destacar que esses movimentos incorporam diferentes demandas e rompem com as limitações territoriais em sua forma de ação. As informações levantadas devem ser compartilhadas por meio de um seminário e servir de base para um debate sobre o impacto das redes sociais *on-line* na atuação de movimentos sociais no Brasil. Oriente o debate a fim de destacar que o uso das redes sociais favorece a incorporação de diferentes demandas e a reconfiguração das formas de atuação dos movimentos sociais em sua forma de difusão e comunicação com os diversos grupos sociais.

11. **d**.

12. **a**.

SUGESTÕES

• Livro

Estranhos à nossa porta

Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

O autor busca discutir diferentes aspectos das ondas migratórias contemporâneas, dando ênfase ao aspecto do "pânico moral" das sociedades europeias perante tal contexto. A obra serve de referência para analisar elementos como o posicionamento de partidos e atores políticos, barreiras na circulação de indivíduos, crise do modelo de bem-estar social e as relações culturais entre nativos e imigrantes.

• *Site*

Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante

Disponível em: <https://www.cdhic.org.br/>. Acesso em: 9 mar. 2020.

O CDHIC é uma organização que atua na promoção de direitos humanos para refugiados em diferentes aspectos, como assessoria jurídica, ingresso no mercado de trabalho e valorização cultural. Em sala, é possível citar as formas de atuação do órgão como exemplos de mecanismos de participação da sociedade civil acerca da presença de imigrantes no país.

MODERNA

CAPÍTULO 6
O sujeito em transformação

Página 130

Competências, habilidades e temas transversais trabalhados no capítulo

Ao tratar de conhecimentos do mundo cultural para entender a realidade historicamente construída do mundo globalizado, destacando o lugar ocupado pelas mulheres e pelos negros, visando promover uma sociedade justa, democrática e inclusiva, o capítulo desenvolve a **competência geral da Educação Básica 1**. Ao abordar questões como individualismo, narcisismo e hiperconsumismo, como nos tópicos "Individualismo e narcisismo" (página 149) e "Hiperconsumismo" (página 150), permitindo que o estudante reconheça suas emoções com autocrítica e capacidade para lidar com elas, o capítulo dá espaço para o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 8**. Ao viabilizar um debate sobre o preconceito em geral e sobre os preconceitos específicos contra refugiados, mulheres e negros, como nos tópicos "Desconstrução na ética e na política" (página 144) e "A necropolítica" (página 148), ou na questão 4 da seção "Atividades" (página 152), valorizando os direitos humanos e com acolhimento da diversidade de identidades, desenvolve-se a **competência geral da Educação Básica 9**.

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 1** é contemplada ao trazer citações de diferentes filósofos e historiadores da filosofia com o objetivo de compreender suas ideias (**EM13CHS101**), ao colaborar para o desenvolvimento de uma argumentação relativa a processos culturais e sociais a fim de entender como diferentes grupos se inserem no mundo globalizado (**EM13CHS103**), e, finalmente, ao trabalhar uma tirinha do personagem Calvin (página 135), gráficos, obras de arte e fotos de peças de teatro (**EM13CHS106**).

A **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 4** está presente no capítulo por identificar as relações entre os sujeitos diante das transformações técnicas e tecnológicas (**EM13CHS401**), como evidencia a seção "Em pauta" (página 151) sobre a vigilância durante a pandemia do novo coronavírus e também por trazer, no boxe "Ciência em contexto" (página 145), um exemplo de uso de tecnologia para propor ações que visem à superação de situações de opressão e violação dos direitos humanos (**EM13CHS403**).

Pode-se notar a mobilização da **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 5** quando o capítulo trata, no tópico "Mutações contemporâneas" (página 149), das possibilidades de se alcançar a felicidade nos dias de hoje, conceitualizando individualismo, narcisismo, hiperconsumismo e autonomia em uma discussão eminentemente ética (**EM13CHS501**), segundo o filósofo e professor Franklin Leopoldo e Silva. O conteúdo também trabalha os problemas enfrentados por refugiados, mulheres e negros, desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade e preconceito, além de contribuir para que sejam propostas ações que promovam os direitos humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às escolhas individuais (**EM13CHS502**). O conceito de necropolítica (página 148) alinha-se com a competência 5 por identificar formas de violência e seu uso político, social e cultural (**EM13CHS503**). A mesma competência aparece, ainda, na seção "Em pauta" (página 151), ao analisar e avaliar o impacto do uso de *drones* para vigiar e controlar a população (**EM13CHS504**).

Por fim, a **competência específica de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 6** é desenvolvida ao relacionar demandas políticas e sociais de afrodescendentes no Brasil contemporâneo aos processos históricos das Américas e ao contexto de exclusão desse grupo na ordem social e econômica atual (**EM13CHS601**) como ocorre, por exemplo, por meio da proposta da questão 4 da seção "Atividades" (página 152).

Trabalho interdisciplinar

Por viabilizar uma discussão sobre a arte pós-moderna – e especialmente sobre a Bauhaus –, o tópico "A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade" (página141) contribui para o desenvolvimento da habilidade **EM13LGG201** da área de **Linguagens e suas Tecnologias**.

Temas contemporâneos transversais

O tema contemporâneo transversal *Educação para o consumo* está presente nos tópicos "Hiperconsumismo" (página 150), ao explicitar a diferença entre consumo e consumismo presente nas sociedades contemporâneas, e "Felicidade e autonomia" (página 150), ao apresentar um texto do professor Franklin Leopoldo e Silva que permite uma reflexão sobre a associação entre felicidade e consumo na atualidade.

MODERNA

O boxe "Ciência em contexto" (página 145) e a seção "Em pauta" (página 151), ao proporem um debate sobre controle relacionado à pandemia do novo coronavírus que afligiu o mundo em 2019 e 2020, favorecem o trabalho com o tema contemporâneo transversal *Ciência e tecnologia*.

Considerando os assuntos abordados e seu objetivo, indicamos o professor com formação em **filosofia** como líder do desenvolvimento desse segmento da obra.

Respostas e comentários

Trocando ideias — *Página 143*

As naus podem simbolizar a segregação do diferente: nelas estariam os rejeitados por etnia, religião, posição social, sexualidade e também as pessoas com deficiência. Espera-se que os estudantes reconheçam, considerando seu meio social, situações de exclusão, além de identificar os preconceitos que essa exclusão oculta. Não existem propriamente razões que justifiquem o preconceito, mas circunstâncias históricas que o fomentam. É importante que questionem as causas do preconceito e tentem encontrar medidas que mitiguem sua disseminação nos meios onde ele circula e vive.

Análise de imagem — *Página 147*

Nessa obra, um garoto negro esculpido em bronze joga tinta branca sobre si mesmo, incapaz, contudo, de cobri-lo por inteiro. A obra é uma crítica ao racismo, que recusa o corpo negro e confere ao corpo branco um lugar privilegiado na sociedade. Essa escultura faz também uma denúncia contra o embranquecimento social imposto aos negros, que leva muitos a não reconhecerem sua própria negritude, daí o título do trabalho.

Análise de dados — *Página 148*

O Estado e a sociedade brasileira, como a maior parte do mundo ocidental, estão permeados de aparatos de controle que permitem a administração e a disciplinarização dos corpos. A questão do biopoder se conjuga à da raça, caso pensemos, por exemplo, que o índice de negros vítimas de homicídio no país em 2017 é 2,7 vezes superior ao índice de não negros, tendo sido ampliado consideravelmente em um intervalo de 10 anos – segundo dados do *Atlas da violência*, publicado em 2019. Esses percentuais indicam que nosso passado escravista não foi inteiramente superado, uma vez que os negros ainda são mantidos em uma zona de exclusão e de violência (de "erradicação", nos termos de Achille Mbembe).

Em pauta: Controle e vigilância durante a pandemia de covid-19 — *Página 151*

1. O governo, por meio de autoridades de regiões rurais, e certo segmento da população chinesa adotaram como medida de contenção de uma epidemia a vigilância sobre os corpos dos cidadãos na tentativa de impedir que a população se reúna e, assim, dissemine o coronavírus. Esse mecanismo de controle e de vigilância lembra a teoria de Foucault a respeito da sociedade disciplinar, que trabalha com a ideia de um poder que se impõe sobre os corpos dos cidadãos. Esse poder se exerce, por exemplo, nos hospitais, nas escolas e nas organizações militares. No caso do coronavírus, é um poder exercido para barrar o avanço do vírus entre a população, mas que pode causar mal-estar e implicar cerceamento da liberdade.
2. Espera-se que os estudantes defendam sua posição com argumentos que problematizem a questão do uso de *drones*, focando, seja nos aspectos positivos (por exemplo, alertar a população sobre situações arriscadas visando ao bem-estar coletivo, como no caso de epidemias), seja nos aspectos negativos (por exemplo, o comprometimento da privacidade e o mal-estar de sentir-se vigiado ou controlado). Tendo em vista que o uso de *drones* pode prejudicar a privacidade e cercear a liberdade dos cidadãos, é importante que se discuta a necessidade de leis que regulem essas tecnologias, com o intuito de preservar a população de um mal uso desses instrumentos, cujo acesso não tem hoje nenhuma restrição legal. Em pontos específicos da cidade de Paris, por exemplo, é proibida a presença de *drones* no espaço aéreo, o que garante certa segurança em relação a atentados terroristas, e o operador pode até mesmo ser preso.

Atividades — *Página 152*

1. Para Merleau-Ponty, o ser humano nasce *do* mundo por causa de sua facticidade, dos determinismos que não escolheu, mas também nasce *no* mundo porque ele e o mundo estão indissoluvelmente ligados, uma vez que existir é dar sentido ao mundo, transcender sua facticidade e se fazer por meio dos outros e de sua história em comum com eles.
2. O conceito de intencionalidade atribui ao sujeito a responsabilidade de dar significado aos objetos, contrariando os empiristas e a dicotomia que polarizava a relação entre sujeito e objeto. Husserl fundou o conceito de intencionalidade na ideia de "dirigir-se para", de "visar a alguma coisa". Por isso, de acordo com os fenomenólogos, ao olhar para uma montanha, o modo como ela é vista depende da intencionalidade da consciência que a observa, isto é, do modo como a pessoa visa à montanha.
3. O próprio Freud, com a teoria do inconsciente, retirou o ser humano do centro de si mesmo, aprofundando as feridas narcísicas infligidas ao ser humano. Para Freud, a existência do inconsciente solaparia a ideia de que o indivíduo é senhor de seus desejos, pois muitos deles são recalcados no inconsciente. O indivíduo também não seria mais o soberano de sua consciência, como pretendia Descartes, tendo em vista o vasto terreno aberto pelos sonhos, que ocultam muito daquele inconsciente que tentamos decifrar.

MODERNA

4. A questão do biopoder se conjuga à da raça caso pensemos, por exemplo, que 63,64% da população carcerária em 2017 era preta ou parda – segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) publicado em 2019. Vimos que o biopoder, para Michel Foucault, consiste em um poder praticado pelo Estado sobre a vida e os corpos das pessoas que estão sob seu controle. Nesse caso, o biopoder está implicado na estrutura do sistema prisional, que leva a população negra (pretos e pardos, pelo critério do IBGE) ao cárcere em percentual proporcionalmente superior ao da população branca, controlando e disciplinando de modo mais intenso os corpos dos detentos negros. Vê-se aí, portanto, uma ligação nítida entre os conceitos de raça e de biopoder, como demonstrou Achille Mbembe.

5. Tomando como ponto de partida o exame da hipermodernidade e da intensificação do mercado, da individualidade e da tecnologia, o texto de Lipovetsky nos faz pensar se o mundo ocidental tem recusado um processo civilizatório para assumir a barbárie, levando-nos a refletir também sobre a realidade de nossas democracias, divididas por um abismo social em que impera a desigualdade. Os estudantes podem, ainda, comentar sobre a crescente autonomia do indivíduo, que conduz a um processo de individualização, desde que relativizem essa questão, dada a dependência irredutível dos sujeitos em relação a fatores econômicos e políticos, sem os quais não poderiam exercer sua liberdade.

6. Segundo a narrativa mitológica grega, Narciso se encanta pela própria imagem refletida nas águas de uma fonte. O Narciso contemporâneo da tirinha contempla vaidosamente seu próprio rosto estampado na tela de um celular. Esse personagem encarna uma crítica do cartunista às *selfies*, que aprisionam as pessoas na autoimagem e na necessidade de serem vistas e admiradas.

7. Esta é uma oportunidade para que os estudantes entrem em contato, do ponto de vista filosófico, com os termos "utopia" e "distopia". Uma breve explicação dada pelo professor pode anteceder a realização da atividade. Etimologicamente, a palavra **utopia** deriva do grego *oû* (não) e *tópos* (lugar), ou seja, "em nenhum lugar". Em latim, o termo é o mesmo (*utopia*) e foi usado por Tomás Morus (1477-1535), humanista inglês, como título de sua mais conhecida obra. Ele escreveu sobre uma ilha imaginária que tinha um sistema sociopolítico igualitário, situação muito diferente da que vivia na Inglaterra absolutista de Henrique VIII. No sentido positivo, a utopia seria conceber uma sociedade ideal; no sentido pejorativo, consistiria na crítica a pessoas que fazem projetos de vida de natureza irrealizável. Existe também o termo **distopia**, que significa imaginar um mundo futuro em que pessoas se desumanizam, como nas narrativas de diversas séries de televisão ou nos livros *1984*, de George Orwell, que nessa obra de ficção criticava, em 1948, o "socialismo real" –, e *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, crítico dos riscos da sociedade tecnológica. Os estudantes podem analisar a função dinâmica de uma utopia como mobilizadora de um projeto desde que indicados os passos possíveis de sua realização. Do ponto de vista político, a utopia marxista visava à transformação de uma sociedade diante dos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade. Do ponto de vista antropológico, o ser humano é um ser de projeto, sempre movido pelo "ainda não" que poderá "vir a ser". Enfim, a utopia é a dimensão de "sonho" que acompanha o ser humano como aliado da esperança de ser melhor ou viver melhor.

8. **c**.

9. **e**.

SUGESTÕES

• Livro

Mulheres, raça e classe

Angela Davis. São Paulo: Boitempo, 2016.

Nessa obra, a filósofa estadunidense Angela Davis aborda questões relacionadas a mulheres negras e pobres, destacando como essas características – sexo e raça – são determinantes para as maiores exclusões sociais sofridas pelas negras.

• *Site*

Revista Discurso – Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP)

Disponível em: <http://filosofia.fflch.usp.br/publicacoes/discurso>. Acesso em: 15 abr. 2020.

A revista, publicada pela primeira vez na década de 1970, apresenta artigos de filósofos sobre múltiplos temas, inclusive sobre aqueles abordados no capítulo. A visita ao *site* indicado acima permite o acesso a muitas publicações da revista.

MODERNA

4. MovimentAção: Você no ciberespaço

Página 154

A emergência das redes sociais como um dos principais e mais populares meios de comunicação é ao mesmo tempo um produto e um catalisador do processo de globalização. A atividade final do volume, portanto, se alinha ao eixo temático dele, ao mesmo tempo que se propõe como uma atividade que permite o desenvolvimento do senso crítico pelos estudantes. Na proposta, alia-se uma modalidade de pesquisa social, o questionário, às reflexões sobre nossa relação com as redes sociais. É importante que os estudantes compreendam que o processo de elaboração e aplicação de um questionário se inicia com a formulação de um problema de pesquisa e de uma hipótese, os quais serão investigados por intermédio desse recurso. No caso, como foi sugerida uma amostragem não probabilística, os resultados não podem ser generalizados para compreensão de um grupo maior, mas sim se tornar um ponto de partida para a criação de novas hipóteses para subsidiar novas pesquisas.

Na escolha dos temas de pesquisa, foi trabalhada como exemplo a relação entre as redes sociais e o consumo, mas há outros temas que podem ser explorados. Se possível, apresente várias possibilidades para que os estudantes pesquisem algo que se aproxime de suas reais preocupações. Algumas possibilidades:

- Quais tipos de conteúdo parecem ter maior aprovação?
- Quais são as redes sociais mais utilizadas?
- Que preocupações estão associadas ao uso das redes sociais?
- Quem são os produtores de conteúdo mais populares entre os jovens?
- Quais são os conteúdos produzidos e publicados pelos estudantes da escola?
- Que critérios eles utilizam para selecionar e divulgar informações na rede?
- Quais são os países de origem das empresas que detêm os direitos sobre as redes sociais que utilizamos?

No boxe "Sugestões" há indicação de artigo que explora a relevância da temática e que demonstra como é importante haver também uma alfabetização estatística dos jovens para que eles saibam ler e produzir informações numéricas provenientes de pesquisas quantitativas.

Sugerimos o seguinte cronograma para o desenvolvimento da seção, que pode ser adequado para se ajustar em razão das diferentes realidades escolares:

Aula 1	Discussão do tema de trabalho, elaboração de hipótese e problema de pesquisa.
Aula 2	Definição do perfil da amostragem.
Aula 3	Elaboração do questionário e pré-teste.
Atividade extraclasse	Coleta de dados: aplicação do questionário ao público definido na amostragem.
Aulas 4 e 5	Tratamento e análise dos dados: criação de tabelas e gráficos com os dados provenientes da pesquisa.
Aula 6	Elaboração do infográfico.
Atividade extraclasse	Divulgação dos infográficos nas redes sociais e/ou exposição na escola.
Aula 7 (opcional)	Realização de debate sobre os resultados da pesquisa.

• BNCC

O processo de elaboração de um questionário como técnica de pesquisa para compreender a relação entre as redes sociais e o cotidiano dos estudantes e refletir acerca disso favorece o desenvolvimento da **competência geral da Educação Básica 4**, uma vez que incentiva o uso de diferentes linguagens e recursos, entre eles princípios de análise estatística e a elaboração de infográficos, para criar e difundir informação que contribua para o entendimento coletivo.

Em relação à **competência geral da Educação Básica 8**, contribui-se para seu desenvolvimento na medida em que as redes sociais atravessam as subjetividades nos dias de hoje. De modo que a reflexão inicial possivelmente afetará os estudantes, fazendo-os olhar para si e para seus hábitos e refletir sobre o modo como as redes sociais impactam a construção de suas imagens, de seus perfis digitais, podendo até causar-lhes angústia e prejuízos de várias ordens. Além da autorreflexão, a investigação fornecerá dados para fundamentar a reflexão e certamente fará com que os estudantes construam uma postura crítica e ativa diante das redes sociais.

MODERNA

No campo específico das **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, a atividade contempla a **competência 1**, ao propor a análise do processo de expansão da globalização com base no fenômeno das redes sociais e seus efeitos na vida dos estudantes, tendo por objetivo a formação de uma postura crítica e consciente. Dessa forma, pretende-se desenvolver a habilidade de formular hipóteses, selecionar e produzir informações que subsidiem a criação de argumentos (**EM13CHS103**) que possam ser divulgados e socializados ao público amplo da comunidade escolar por meio da utilização da linguagem gráfica e iconográfica em suporte digital e analógico (**EM13CHS106**).

• Trabalho interdisciplinar

O trabalho proposto também contribui para o desenvolvimento da **competência específica de Linguagens e suas Tecnologias 3**, uma vez que possibilita aos estudantes a utilização de diferentes linguagens, de forma tanto autônoma quanto colaborativa, para construir e compartilhar conhecimentos que permitem uma análise crítica e propositiva diante de um fenômeno atual (**EM13LGG301**). Ao mesmo tempo, a organização, a seleção e a análise de dados pelos estudantes, propiciada pela aplicação do questionário, auxilia no desenvolvimento da **competência específica de Matemática e suas Tecnologias 2**, sobretudo ao colaborar para que eles investiguem desafios do mundo contemporâneo, planejando e usando dados coletados para comunicar informações por meio de gráficos (**EM13MAT202**).

• Avaliação

O processo avaliativo deve ocorrer ao longo de todas as etapas e servir como fonte de reflexão e análise das estratégias adotadas. Para a atividade pode-se utilizar um *checklist* que permite acompanhar o processo de execução de uma tarefa e, ao mesmo tempo, serve para esclarecer aos estudantes quais são as expectativas sobre o trabalho a ser executado.

Nesse tipo de avaliação, cria-se uma lista de itens que devem ser contemplados ao longo da atividade e são assinalados todos que foram realizados de forma adequada. A notação dessa comanda pode ser realizada em conjunto com os estudantes; desse modo, eles ficam cientes dos progressos que alcançaram e também podem solicitar ajuda, caso não consigam avançar por uma etapa.

Por exemplo:

1. *Formulação do problema de pesquisa.* ✓
2. *Elaboração de hipótese.* ✓
3. *Elaboração de questionário adequado ao problema de pesquisa.* ✓
4. *Realização de pré-teste.* ✓
5. *Aplicação do questionário e verificação da hipótese.* ✓

SUGESTÕES

• Artigo

Traduzindo pensamento e letramento estatístico em atividades para sala de aula: construção de um produto educacional

Mario de Souza Santana. *Bolema*, Rio Claro, v. 30, n. 56, p. 1165-1187, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-636X2016000301165>. Acesso em: 12 mar. 2020.

O artigo trata da importância do letramento estatístico e apresenta exemplos de como atividades de pesquisa têm sido desenvolvidas com finalidade didática por estudantes e professores.

• Livro

21 lições para o século 21

Yuval Noah Harari. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Por meio de 21 artigos, o PhD em história pela Universidade de Oxford discute temas da atualidade à luz dos desafios trazidos pela evolução tecnológica, sobretudo no campo da inteligência artificial e do processamento das informações armazenadas pelos gigantes da tecnologia de comunicação.

5. Referências bibliográficas deste volume

As obras listadas a seguir contribuem para o aprofundamento dos estudos a respeito do processo de expansão marítima europeia e das características teóricas e práticas que definem o mercantilismo.

BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. v. 1.

DEYON, P. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FALCON, F. J. C. *Mercantilismo e transição*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Coleção Os Economistas)

THEVET, A. *A cosmografia universal de André Thevet, cosmógrafo do rei*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro/Batel, 2009.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

O estudo sobre os processos de colonização da América espanhola e britânica podem ser aprofundados por meio das obras listadas a seguir.

BETHELL, L. (org.). *História da América Latina*: a América Latina Colonial I. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004. v. 1.

BOXER, C. R. *O império marítimo português*: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRUZINSKI, S. *A colonização do imaginário*: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JUNQUEIRA, M. A. *Estados Unidos*: a consolidação da nação. São Paulo: Contexto, 2001.

PINSKY, J. *et al*. (org.). *História da América através de textos*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1990.

PRADO, M. L. C. *A formação das nações latino-americanas*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

SANTOS, E. N. As tradições históricas indígenas diante da conquista e colonização da América: transformações e continuidades entre nahuas e incas. *Revista de História*, n. 150, jul. 2004, p. 157-207. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2850/285022859008.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

SYREU, H. C. *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

As publicações listadas a seguir permitem aprofundar o estudo sobre os processos de emancipação política na América espanhola e nos Estados Unidos, considerando aspectos como a formação dos mitos de libertadores da América.

AMADO, J.; FIGUEIREDO, L. C. *Colombo e a América*: quinhentos anos depois. São Paulo: Atual, 1991.

FREDRIGO, F. de S. As guerras de independência, as práticas sociais e o código de elite na América do século XIX: leituras da correspondência bolivariana. *Revista Varia História*. Belo Horizonte, v. 23, n. 38, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000200004>. Acesso em: 16 abr. 2020.

IANNI, O. A questão nacional na América Latina. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 2, n. 1, jan./mar. 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000100003>. Acesso em: 16 abr. 2020.

MORGAN, E. S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v.14, n.38, jan./abr. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100007>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PÉREZ-CONCEPCIÓN, H. R. La situación del negro en Estados Unidos en la época de la protesta armada de los independientes de color em Cuba. *Ciencia en su PC*. Santiago (Cuba), n. 4, out./dez. 2010, p. 116-131. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1813/181317854009.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PERRY, M. *Civilização ocidental*: uma história concisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SCHOULTZ, L. *Estados Unidos*: poder e submissão. São Paulo: Edusc, 2000.

SOUZA, I. R. de SILVA, J. G. C. Formação do Haiti no mundo atlântico do século XIX. *Almanack*. Guarulhos, n. 16, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-46332017000200359>. Acesso em: 16 abr. 2020.

A seguir estão relacionadas obras que oferecem subsídios teóricos a respeito das dinâmicas do capitalismo no espaço mundial contemporâneo.

BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999.

HARVEY, D. *A loucura da razão econômica*: Marx e o capital no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, D. *Os sentidos do mundo*: textos essenciais. São Paulo: Boitempo, 2020.

MODERNA

Nas obras listadas adiante são abordados conceitos relevantes para a compreensão de aspectos sociais, econômicos e espaciais do processo de globalização.

BECK, U. *O que é globalização?*: equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP. Dossiê Globalização. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. II, n. 29, jan./abr. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000100017>. Acesso em: 15 abr. 2020.

LESSA, A. C. *A construção da Europa*: a última utopia nas relações internacionais. Brasília: Ibri, 2003.

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. *GEOUSP – Espaço e Tempo (on-line)*. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 245-261, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102778>. Acesso em: 15 abr. 2020.

Os estudos propostos a seguir caracterizam a constituição de redes e infraestruturas que contribuem para a aceleração dos fluxos de informações, mercadorias e pessoas. Sua leitura amplia a compreensão de fenômenos socioespaciais.

DIAS, L.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.). *Redes, sociedades e territórios*. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.

PEREIRA, M. F. V. Redes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. *Sociedade & Natureza*, v. 21, n. 1, p. 121-129, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sn/v21n1/v21n1a08.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

A formação de uma cidadania digital e as desigualdades de acesso à informação são temas dos seguintes artigos acadêmicos, que podem subsidiar a realização de debates e propiciar reflexões entre os estudantes.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2020.

XAVIER, M. A. Lugar, corporeidade e política: reflexões a partir do net-ativismo em redes sociais *on-line*. *GEOUSP – Espaço e Tempo (on-line)*. São Paulo, v. 20, n. 3, p. 551-567, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/120261>. Acesso em: 15 abr. 2020.

As obras listadas abaixo destacam diferentes aspectos da globalização, permitindo ao professor apropriar-se de um vasto debate, ampliando suas visões e reflexões sobre essa importante temática.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Contraponto, 1996.

BAUMAN, Z. *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, U. *O que é globalização?* Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DOWBOR, L.; IANNI, O. *et al.* (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DRUCKER, P. *A sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.

DUPAS, G. *A lógica econômica global e a revisão do Welfare State*: a urgência de um novo pacto. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.

GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

HELD, D.; McGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HOBSBAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1995.

IANNI, O. *et al.* (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, T. *Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: FGV-Ebape, 2002. v. 1.

ZORGBIBE, C. *O pós-Guerra Fria no mundo*. Campinas: Papirus, 1996.

MODERNA

As referências indicadas abaixo privilegiam o "lugar" geopolítico e sociocultural do Brasil. Assim, foram selecionadas obras que destacam o Mercosul e que refletem as diferentes possibilidades de ação do Brasil no cenário internacional de acordo com sua posição regional.

ALMEIDA, M. H. T.; ONUKI, J.; CARNEIRO, L. P. Brasil, as Américas e o mundo. *Opinião Pública e Política Externa (2010 - 2011)*. São Paulo: IRI/USP, 2011.

BARBOSA, R. A. *Mercosul*: quinze anos. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

BARBOSA, R. A. *América Latina em perspectiva*: a integração regional da retórica à realidade. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

BRAGA, J .L. R. O Brasil e o projeto de integração regional: internacionalização de empresas brasileiras no jogo político da América do Sul. *In*: *Encuentro de Geógrafos de América Latina*, Lima, 2013.

FIORI, J. L. O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI. *In*: *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 31-51.

LESSA, A. C. *A construção da Europa*: a última utopia nas relações internacionais. Brasília: Ibri, 2003.

LOPES, P. C. C. *Integração sul-americana*: situação atual e perspectivas. Rio de Janeiro: ESG, 2011.

MEUNIER, I.; MEDEIROS, M. A. Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul. Dados. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 673-712, 2013.

PIRES FERREIRA, L. *Estado, globalização e integração regional*: políticas exteriores de desenvolvimento e inserção internacional da América Latina no final do século XX. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.

O rol das obras aqui propostas possibilita ao professor obter uma percepção ampla sobre cidadania e direitos humanos, favorecendo uma leitura interdisciplinar em que as perspectivas e os saberes constitutivos das ciências sociais vão dialogar com outras matrizes disciplinares, em particular o direito.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARVALHO, J. M. *et al.* (org.). *A construção nacional*: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COMPARATO, F. K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DALLARI, D. A. *Direitos humanos e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARSHALL, T. H. *Cidadania e classe social*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

MONTEIRO, G. T. M. *Manual do candidato às eleições*. Rio de Janeiro: Gramma Livraria e Editora, 2010. v. 1.

PIOVESAN, F. (org.). *Direitos humanos, globalização econômica e integração regional*: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

PIRES FERREIRA, L.; MACEDO, P. E. V. B. (coords.). *Direitos humanos & direito internacional*. Curitiba: Juruá, 2009.

SANTOS, W. G. *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. v. 1.

TOURAINE, A. *Iguais e diferentes*: poderemos viver juntos? Petrópolis: Vozes, 2003.

As publicações listadas a seguir oferecem subsídios a respeito de temas como individualismo, o novo sujeito diante do mundo globalizado, hiperconsumismo, entre outros.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e a subversão da identidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTELLS, M. *A era da informação*: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

COELHO NETTO, J. T. A cultura e seu contrário. *Cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, L. V. de M. Experiências feministas narradas no espaço virtual: debates sobre interseccionalidade e feminismo negro. *Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-coloniais* (REALIS), v. 8, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/236484>. Acesso em: 15 abr. 2020.

LIPOVETSKY, G. *A era do vazio*: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1, 2018.

Por fim, o livro a seguir auxilia a lidar com os impasses do mundo globalizado apresentados pelo capítulo sob a perspectiva do ensino de filosofia.

GALLO, S.; SOUZA, R. M. (orgs.). *Educação do preconceito*: ensaios sobre poder e resistência. Campinas: Alínea, 2004.

MODERNA

PATRÍCIA RAMOS BRAICK
Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Foi professora do ensino básico por mais de 20 anos em Belo Horizonte (MG).

MYRIAM BECHO MOTA
Mestre em Relações Internacionais pela The Ohio University (EUA), revalidado pela Universidade de Brasília (UnB), e licenciada em História pela Faculdade de Ciências Humanas de Itabira (MG). Pesquisadora.

LYGIA TERRA
Licenciada em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professora de Geografia na rede pública estadual de São Paulo.

REGINA ARAUJO
Doutora em Ciências na área de Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Docente de cursos preparatórios para o Itamaraty.

RAUL BORGES GUIMARÃES
Doutor em Ciências na área de Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Presidente Prudente).

MARIA LÚCIA DE ARRUDA ARANHA
Bacharel e licenciada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi professora de Filosofia em escolas particulares de São Paulo por mais de três décadas.

AFRÂNIO SILVA
Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor do Colégio Pedro II (RJ).

BRUNO LOUREIRO
Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia da rede pública e de escolas particulares do Rio de Janeiro.

CASSIA MIRANDA
Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professora de Sociologia na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (RJ).

FÁTIMA FERREIRA
Doutora em Educação pela Universidade Estácio de Sá (Unesa-RJ) e mestre em Ciências Sociais na área de Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

LIER PIRES FERREIRA
Doutor em Direito na área de Direito Internacional e Integração Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

MARCELA M. SERRANO
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do ensino básico técnico e tecnológico no Rio de Janeiro (RJ).

MARCELO ARAÚJO
Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

MARCELO COSTA
Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

MARTHA NOGUEIRA
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

OTAIR FERNANDES DE OLIVEIRA
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

PAULA MENEZES
Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

RAPHAEL M. C. CORRÊA
Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

RODRIGO PAIN
Doutor em Ciências pelo curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na área de Estudos Internacionais Comparados, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Professor do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp/UERJ).

ROGÉRIO LIMA
Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

TATIANA BUKOWITZ
Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes. Professora de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

THIAGO ESTEVES
Mestre em Ciências pelo curso de pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ).

VINICIUS MAYO PIRES
Mestre em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ).

MODERNA PLUS

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA

Área do conhecimento:
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

1ª edição

São Paulo, 2020

MODERNA

MODERNA

Coordenação editorial: Ana Claudia Fernandes, Cesar Brumini Dellore, Maria Clara Antonelli
Edição de texto: Ana Carolina F. Muniz, Ananda Maria Garcia Veduvoto, Andrea de Marco Leite de Barros, Cecília Kinker, Edmar Ricardo Franco, Juliana Cava Tanaka, Leonardo Canuto de Barros, Magna Reimberg Teobaldo, Mônica Torres Cruvinel, Sandra Machado Ghiorzi
Assistência editorial: Rosa Chadu Dalbem
Preparação de texto: Adriana Bairrada, Cecília Kinker
Assessoria didático-pedagógica: Anna Barreto, Helena Morita
Gerência de *design* e produção gráfica: Everson de Paula
Coordenação de produção: Patricia Costa
Gerência de planejamento editorial: Maria de Lourdes Rodrigues
Coordenação de *design* e projetos visuais: Marta Cerqueira Leite
Projeto gráfico: Daniel Messias, Ana Carolina Orsolin
Capa: Daniel Messias
Foto: © VectorCreation/Shutterstock
Edição de arte: Flavia Maria Susi, Tiago Gomes
Editoração eletrônica: Flavia Maria Susi
Edição de infografia: Giselle Hirata, Priscilla Boffo
Coordenação de revisão: Maristela S. Carrasco
Revisão: Ana Maria C. Tavares, Cecilia Setsuko, Frederico Hartje, Leila dos Santos, Renata Brabo, Rita de Cássia Sam, Vânia Bruno
Coordenação de pesquisa iconográfica: Luciano Baneza Gabarron
Pesquisa iconográfica: Camila Lago, Daniela Baraúna, Elena Ribeiro
Coordenação de *bureau*: Rubens M. Rodrigues
Tratamento de imagens: Ademir Francisco Baptista, Joel Aparecido, Luiz Carlos Costa, Marina M. Buzzinaro
Pré-impressão: Alexandre Petreca, Everton L. de Oliveira, Marcio H. Kamoto, Vitória Sousa
Coordenação de produção industrial: Wendell Monteiro
Impressão e acabamento:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moderna plus : ciências humanas e sociais aplicadas. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2020.

Vários autores.
Obra em 6 v.
Conteúdo: Natureza em transformação -- Globalização, emancipação e cidadania -- Trabalho, ciência e tecnologia -- Poder e política -- Sociedade, política e cultura -- Conflitos e desigualdades

1. Ciências humanas (Ensino médio) 2. Ciências sociais (Ensino médio).

20-37414 CDD-373.19

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensino integrado : Livro-texto : Ensino médio 373.19

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Todos os direitos reservados

EDITORA MODERNA LTDA.
Rua Padre Adelino, 758 - Belenzinho
São Paulo - SP - Brasil - CEP 03303-904
Vendas e Atendimento: Tel. (0_ _11) 2602-5510
Fax (0_ _11) 2790-1501
www.moderna.com.br
2020
Impresso no Brasil

1 3 5 7 9 10 8 6 4 2

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Sumário

Organização do livro 4

Introdução aos estudos 5

Início de conversa 8

CAPÍTULO 1 **Atlântico: o encontro de três mundos** 10

As Grandes Navegações 10

O mercantilismo 14

Infográfico: Uma história da moeda 18

Em pauta: Os impasses da globalização no mundo atual 20

A colonização espanhola na América 21

Consolidação do poder espanhol nas colônias 25

Ingleses na América 28

Atividades 32

CAPÍTULO 2 **A emancipação política dos Estados Unidos, Haiti e países da América espanhola** 34

Revoluções pela emancipação 34

A independência das Treze Colônias 35

Estados Unidos da América 38

Leitura analítica: Afro-americanos na Amazônia brasileira 42

A emancipação do Haiti 43

A emancipação da América espanhola 45

Os Estados Unidos e a América Latina 55

Atividades 56

CAPÍTULO 3 **Economia global e trocas desiguais** 58

Colonialismo e integração mundial 58

Desenvolvimento tecnológico e internacionalização 59

A Terceira Revolução Industrial e a globalização 63

Trabalho com fontes: O desafio do desenvolvimento segundo o Banco Mundial 66

Inserção desigual dos países na economia mundial 68

Os blocos econômicos 77

Brasil: comércio exterior e a integração global 81

Atividades 82

CAPÍTULO 4 **O mundo em rede** 84

A era das redes 84

A comunicação no mundo globalizado 86

Leitura analítica: Cultura como mercadoria 88

Fluxos e redes de transportes 93

Práticas espaciais em rede 100

Atividades 104

CAPÍTULO 5 **Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas** 106

Globalização: uma abordagem interdisciplinar 106

Integração regional e formação de blocos econômicos 111

Cidadania e direitos humanos 114

Movimentos sociais e democracia 119

Movimentos sociais como objeto de estudo 120

Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais 122

Movimentos sociais contemporâneos 123

Direito e sociedade: Feminicídio passa a ser considerado crime hediondo no Brasil 127

Atividades 128

CAPÍTULO 6 **O sujeito em transformação** 130

Do século XIX ao XX: a crise da subjetividade 130

Fenomenologia 136

Sartre e o existencialismo 138

Beauvoir: a mulher e o existencialismo 140

Merleau-Ponty: a experiência vivida 140

A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade 141

Mutações contemporâneas 149

Em pauta: Controle e vigilância durante a pandemia de covid-19 151

Atividades 152

MovimentAção 154

Referências bibliográficas 158

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Organização do livro

Vamos conhecer as partes que compõem este livro.

Início de conversa

Ao apresentar uma situação relacionada à temática do livro, a abertura é um momento para que você e seus colegas compartilhem experiências e opiniões sobre as questões levantadas pelo texto e pela imagem.

Abertura de capítulo

Na lateral da primeira página do capítulo, um texto justifica a pertinência do estudo proposto em relação à temática do livro.

Análise cartográfica/de dados/de imagem

Questões associadas a mapas, gráficos, tabelas, fotos e ilustrações são propostas para que você e seus colegas troquem opiniões e estudem conjuntamente.

Para assistir/jogar/ler/navegar

Sugestões de filmes, seriados, jogos, livros e *sites* propiciam que você amplie e aprofunde seus estudos.

Trocando ideias

Com as propostas apresentadas nesse boxe, você será convidado a discutir e a relacionar conteúdos estudados no capítulo com a sua vida cotidiana e com questões da atualidade, ampliando, assim, o pensamento crítico e a capacidade argumentativa.

Ciência em contexto

Estudos, métodos e técnicas da produção científica sobre um tema relacionado ao que está sendo estudado são apresentados, possibilitando a contextualização e a reflexão sobre ciência e tecnologia.

Você pesquisador

O boxe propõe uma prática de pesquisa articulada com algum tema abordado no capítulo, para que você seja protagonista na construção do conhecimento.

DIREITO E SOCIEDADE

A seção apresenta o texto completo ou uma parte de alguma lei, norma oficial ou diretriz e o relaciona a um tema abordado no capítulo, cujo objetivo é explorar as bases jurídicas que regulamentam a vida em sociedade, o que vai contribuir para sua formação cidadã.

EM PAUTA

Notícias, reportagens, artigos jornalísticos, entre outros textos, são apresentados pela seção, de modo a promover discussões relacionando o estudo do capítulo ao cotidiano e às questões contemporâneas.

LEITURA ANALÍTICA

Com o intuito de gerar reflexão sobre um assunto relacionado ao capítulo, a seção apresenta textos de pensadores, pesquisadores e especialistas com visões singulares a respeito de um tema.

TRABALHO COM FONTES

Identificar, contextualizar e interpretar alguma fonte é a proposta da seção, cujo trabalho visa contribuir para que você pratique a análise de diversos tipos de documentos, de modo que desenvolva a capacidade investigativa e o pensamento crítico.

INFOGRÁFICO

Por meio do trabalho com o infográfico, você poderá praticar a leitura de diferentes linguagens, como mapas, ilustrações, gráficos e textos.

ATIVIDADES

Nessa seção, você vai desenvolver de maneira autônoma habilidades como sistematização de dados e de informações, análise, interpretação, associação, pesquisa e argumentação enquanto aplica os conhecimentos adquiridos ao longo do capítulo.

MOVIMENTAÇÃO

A seção é uma proposta de trabalho cooperativo voltado à intervenção cidadã e à participação ativa, em que você e seus colegas têm a oportunidade de desenvolver atividades e um produto, geralmente com uso de tecnologia digital de informação e comunicação, relacionados às questões ou aos impasses comuns à sua comunidade.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Introdução aos estudos

Videotutorial
- Assista ao videotutorial de apresentação do volume.

Neste livro, o fenômeno da globalização será abordado para que se compreenda de que forma as sociedades, os Estados e os indivíduos são afetados por esse processo. Ao apresentar essa etapa da consolidação do capitalismo, serão levados em consideração aspectos políticos e econômicos que determinaram colonizações e emancipações, assim como os diversos impasses nos processos de construção e de exercício da cidadania.

Objetivos

Neste livro você vai:

- analisar o processo de expansão marítima europeia no contexto de formação do capitalismo;
- reconhecer como os impérios coloniais foram constituídos na América a partir do século XV e problematizar o sentido das emancipações políticas para os povos impactados com a dominação advinda pós-expansão marítima;
- avaliar os impactos das tecnologias na circulação de mercadorias, de informações e de pessoas a partir do século XV;
- compreender como se constituíram os grandes blocos econômicos na atual fase da globalização;
- discutir sobre a permanência de desigualdades econômicas e sociais após o processo de internacionalização da economia;
- levantar e analisar dados para compreender a globalização como um fenômeno multidimensional e seus impactos nas realidades global e local;
- compreender a importância do acesso às redes digitais na democratização da comunicação e no exercício da cidadania;
- reconhecer as relações entre comunicação de massa e consumismo no mundo globalizado;
- analisar os mecanismos que a atual indústria cultural utiliza para manter sua influência e seu poder no processo de produção e consumo;
- propor formas de consumo consciente e de análise crítica da relação entre indústria cultural e consumo;
- analisar a crise da subjetividade moderna e as transformações pelas quais os indivíduos passaram com as novas interações promovidas pela globalização;
- discutir o que se convencionou chamar de pós-modernidade, dando ênfase a questões como individualismo, narcisismo e hiperconsumismo;
- problematizar a inserção do negro, da mulher e dos imigrantes nas sociedades por meio de uma abordagem ética que leva em consideração a luta pelo direito à cidadania e o respeito aos direitos humanos;
- discutir sobre como se articulam a cidadania, os direitos humanos e os movimentos sociais na construção de uma sociedade democrática;
- criar um infográfico sobre o uso de redes sociais entre os jovens utilizando dados quantitativos e informações científicas e divulgá-lo, preferencialmente, por meio das redes sociais.

Justificativa

Provavelmente, você já ouviu expressões como "nova ordem mundial" ou "era da informação", termos que podem ser relacionados à globalização. Mas o que significa exatamente "globalização"?

Nos dias de hoje, é possível dizer que se trata de um conjunto de processos que abarcam diversos aspectos da vida humana – economia, sociedade, política e cultura – e envolvem diferentes tipos de contato e de intercâmbio entre pessoas e sociedades em escala mundial. Pode-se considerar também que se trata de uma etapa do processo de desenvolvimento capitalista iniciado no século XV quando, a partir das expedições marítimas europeias, o mercado econômico mundial foi ampliado com o estabelecimento de diversos espaços coloniais. Desde então, pode ser observado o aumento da hegemonia de países e grupos econômicos em escala global. Em virtude disso, é importante problematizar a relação entre a ampliação do poder de consumo e os valores éticos, estereótipos estéticos e padronizações de modo de viver desde a criação da ideia de que o acesso a determinados produtos levaria o indivíduo a se sentir um ser mais completo ou integrado.

Todas as sociedades vivem as contradições de seu tempo. Da mesma forma que a emancipação política de países que um dia foram explorados por outros não significou a liberdade de grupos subjugados, hoje também não se pode afirmar que o acesso às informações resultantes da popularização das redes digitais significou a valorização da igualdade social e do respeito à diversidade cultural.

Neste livro, você terá a oportunidade de analisar e relacionar fenômenos econômicos e políticos internacionais com questões locais que comprometem a democracia e o estabelecimento dos direitos humanos. Ao reconhecer os desafios contemporâneos que visam dar uma vida digna para mais pessoas no mundo, você entenderá a importância do protagonismo e da responsabilidade social na promoção do convívio baseado no respeito universal aos indivíduos, ao bem público e à coletividade.

Bons estudos!

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Competências gerais da Educação Básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Competências específicas e habilidades de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.

(EM13CHS101) Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

(EM13CHS103) Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).

(EM13CHS105) Identificar, contextualizar e criticar tipologias evolutivas (populações nômades e sedentárias, entre outras) e oposições dicotômicas (cidade/campo, cultura/natureza, civilizados/bárbaros, razão/emoção, material/virtual etc.), explicitando suas ambiguidades.

(EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações.

(EM13CHS201) Analisar e caracterizar as dinâmicas das populações, das mercadorias e do capital nos diversos continentes, com destaque para a mobilidade e a fixação de pessoas, grupos humanos e povos, em função de eventos naturais, políticos, econômicos, sociais, religiosos e culturais, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.

(EM13CHS202) Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

(EM13CHS203) Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras).

(EM13CHS204) Comparar e avaliar os processos de ocupação do espaço e a formação de territórios, territorialidades e fronteiras, identificando o papel de diferentes agentes (como grupos sociais e culturais, impérios, Estados Nacionais e organismos internacionais) e considerando os conflitos populacionais (internos e externos), a diversidade étnico-cultural e as características socioeconômicas, políticas e tecnológicas.

(EM13CHS206) Analisar a ocupação humana e a produção do espaço em diferentes tempos, aplicando os princípios de localização, distribuição, ordem, extensão, conexão, arranjos, casualidade, entre outros que contribuem para o raciocínio geográfico.

4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.

(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.

5. Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

(EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

(EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos.

(EM13CHS504) Analisar e avaliar os impasses ético-políticos decorrentes das transformações culturais, sociais, históricas, científicas e tecnológicas no mundo contemporâneo e seus desdobramentos nas atitudes e nos valores de indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

6. Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.

(EM13CHS603) Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).

(EM13CHS604) Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais.

(EM13CHS606) Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.

Competência específica e habilidade de Ciências da Natureza e suas Tecnologias

1. Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global.

(EM13CNT101) Analisar e representar, com ou sem o uso de dispositivos e de aplicativos digitais específicos, as transformações e conservações em sistemas que envolvam quantidade de matéria, de energia e de movimento para realizar previsões sobre seus comportamentos em situações cotidianas e em processos produtivos que priorizem o desenvolvimento sustentável, o uso consciente dos recursos naturais e a preservação da vida em todas as suas formas.

Competências específicas e habilidades de Linguagens e suas Tecnologias

1. Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas culturais (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para continuar aprendendo.

(EM13LGG101) Compreender e analisar processos de produção e circulação de discursos, nas diferentes linguagens, para fazer escolhas fundamentadas em função de interesses pessoais e coletivos.

2. Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza.

(EM13LGG201) Utilizar as diversas linguagens (artísticas, corporais e verbais) em diferentes contextos, valorizando-as como fenômeno social, cultural, histórico, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso.

(EM13LGG202) Analisar interesses, relações de poder e perspectivas de mundo nos discursos das diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e verbais), compreendendo criticamente o modo como circulam, constituem-se e (re)produzem significação e ideologias.

3. Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global.

(EM13LGG301) Participar de processos de produção individual e colaborativa em diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais), levando em conta suas formas e seus funcionamentos, para produzir sentidos em diferentes contextos.

Habilidade específica de Língua Portuguesa

(EM13LP43) Atuar de forma fundamentada, ética e crítica na produção e no compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião, memes, *gifs*, remixes variados etc. em redes sociais ou outros ambientes digitais.

Competência específica e habilidade de Matemática e suas Tecnologias

2. Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática.

(EM13MAT202) Planejar e executar pesquisa amostral sobre questões relevantes, usando dados coletados diretamente ou em diferentes fontes, e comunicar os resultados por meio de relatório contendo gráficos e interpretação das medidas de tendência central e das medidas de dispersão (amplitude e desvio padrão), utilizando ou não recursos tecnológicos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

SEM MODELO

FOTOS: 1 FREDERIC J. BROWN/AFP; 2 ZOUBEIR SOUISSI/REUTERS/FOTOARENA; 3 MANAN VATSYAYANA/AFP; 4 RINGO CHIU/ZUMA WIRE/ALAMY/FOTOARENA; 5 ZHU LINXIAO/IMAGINECHINA/AFP; 6 DANTESS/SHUTTERSTOCK; 7 DAN JAMIESON/SHUTTERSTOCK; 8 PHOL_66/SHUTTERSTOCK; 9 ANNA ZASIMOVA/SHUTTERSTOCK; 10 IGOR SHIKOV/SHUTTERSTOCK; 11 DRAWBOT/SHUTTERSTOCK; 12 ARGUS/SHUTTERSTOCK; 13 VEKTORIA/SHUTTERSTOCK; 14 VNATA-LIA/SHUTTERSTOCK

Início de conversa

Em maio de 1977, estreava nos Estados Unidos o primeiro filme de *Stars Wars*. Seu sucesso de público nesse país gerou enorme expectativa ao redor do mundo. Contudo, os brasileiros só puderam assisti-lo no ano seguinte, quando estreou em janeiro de 1978.

Desde então, a tecnologia avançou em escala exponencial, permitindo que muitos fenômenos culturais fossem experimentados simultaneamente em vários lugares. Se na década de 1970 as sociedades ocidentais já estavam acostumadas à cultura de massa, a velocidade com a qual essa difusão ocorre hoje pode ser entendida como a grande novidade da nossa era.

Para assistir a um filme ou seriado popular sem o risco de receber *spoilers*, é necessário vê-los no lançamento, no cinema ou na plataforma de *streaming*. Estreias de *blockbusters* atraem fãs fantasiados que registram suas vivências com *selfies* postadas nas redes sociais. É possível verificar, por meio dessas postagens, como pessoas das mais diversas nacionalidades repetem os mesmos gestos, trejeitos, sorrisos etc.

Esse contexto de intensa difusão de produtos da chamada indústria cultural de massa contribui para certa homogeneização de padrões estéticos, culturais e comportamentais e, consequentemente, de hábitos de consumo. Essa difusão também auxilia no estabelecimento de ideologias de determinados lugares, favorecendo países ou corporações transnacionais que criam e divulgam esses valores.

Como é possível convencer pessoas com culturas e histórias tão diferentes a apreciar produtos culturais semelhantes? Quais são as razões que levam determinada cultura a se disseminar globalmente e não outras? Estamos vivendo em uma era de maior liberdade de escolha ou sendo induzidos a aderir a um padrão global de comportamento e consumo?

ILUSTRAÇÕES MARCEL LISBOA

Na parte superior da imagem: grupo musical sul-coreano BTS em apresentação nos Estados Unidos, 2019; fãs em evento sobre a franquia *Star Wars* na Tunísia, 2014; *cosplayers* em evento de *videogame* na China, 2019. Na parte inferior da imagem: fãs em convenção sobre animes japoneses nos Estados Unidos, 2018; muçulmana vestida como *Power Ranger* no evento *Hijab Cosplay* na Malásia, 2017. O que une os jovens de lugares tão distintos do mundo mostrados nas imagens é que todos estão relacionados com algum produto cultural de massa que não tem origem em seus próprios países.

CAPÍTULO

1

Atlântico: o encontro de três mundos

Você navega na internet? Já viu imagens e soube de informações a respeito de diferentes lugares por meio de computadores ou de *smartphones*? Essa facilidade que temos hoje em dia de nos comunicar virtualmente é um dos atributos da globalização. As mídias e as redes sociais podem ser consideradas as "novas embarcações" ao permitirem a comunicação de informações, de produtos e de culturas, afetando as relações humanas em diversos aspectos: na vida material, na linguagem, no comportamento, nos costumes, entre outros. Neste capítulo, vamos abordar o processo de expansão marítima ocorrido há séculos, o início de uma grande conexão mundial que possibilitou um intercâmbio nunca imaginado anteriormente.

As Grandes Navegações

Ao tratar das viagens comerciais que transcorreram pelo Oceano Atlântico a partir do século XV, estamos abordando a expansão marítima europeia. Que motivos levaram os europeus a realizar esses empreendimentos? Na Europa daquele período, relatos de viagens mesclavam realidade e fantasia, como a existência de monstros marinhos imaginários e de abismos em chamas ao sul da linha do Equador. Que interesses se sobrepuseram a essas fantasias, ao medo do desconhecido e aos desafios dos oceanos e das doenças que acometiam as tripulações? O desejo de conhecer as "maravilhas" narradas pelas poucas pessoas que puderam viajar para o Oriente naquela época, o sonho de riqueza, ampliação comercial e a missão religiosa foram mais apelativos que os temores diante do desconhecido.

As grandes viagens de exploração daquele período ocorreram graças ao apoio de Estados fortes e centralizados. Os recursos necessários para os vultosos projetos marítimos, que impulsionaram o avanço da cartografia, da tecnologia marítima, das pesquisas sobre o desenvolvimento das caravelas e do aperfeiçoamento de instrumentos como a bússola e o astrolábio, provinham, sobretudo, dos Estados. O conhecimento cartográfico passou a significar poder e múltiplas vantagens para reinos como o de Portugal, que no final do século XV liderava a confecção de mapas. Esse domínio se manteve até o momento em que navegadores e cartógrafos portugueses começaram a ser contratados por reinos e companhias de navegação rivais.

SYDA PRODUCTIONS/SHUTTERSTOCK

Fotomontagem atual sobre propaganda turística. Na imagem, as jovens "sentem" que estão visitando o Grand Canyon, nos Estados Unidos, ao consultarem a internet. Observando imagens e vídeos e conhecendo informações sobre os diferentes lugares do mundo por meio de diferentes mídias, as pessoas podem até ter a sensação que estão viajando.

MODERNA

PHOTOSHOT/PICTURE ALLIANCE/GLOW IMAGES

Navio francês *Energy Observer*, construído em 2017, próximo ao Glaciar Amalia, localizado no Parque Nacional Bernardo O'Higgins, Chile. A exploração marítima é uma característica presente em quase todos os momentos da história e foi praticada pelas mais diversas sociedades. Na atualidade, por exemplo, a preocupação com a degradação do meio ambiente motivou a construção de embarcações como essa, a primeira movida a hidrogênio produzido no próprio barco utilizando a água do mar.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A expansão marítima europeia

A Europa do século XV é marcada por crises econômicas resultantes do declínio da produção agrícola, da redução populacional, da escassez de ouro e prata para a cunhagem de moedas e do aumento dos preços das especiarias de origem asiática causado pelo monopólio exercido pelos turcos otomanos e pelos comerciantes das cidades de Gênova e de Veneza sobre o Mediterrâneo. Esses fatores motivaram os europeus a procurar novas formas e rotas para adquirir produtos, a fim de ampliar o comércio e revitalizar a economia.

Assim, os portugueses e os espanhóis se lançaram em grandes viagens oceânicas, inicialmente em direção ao Oceano Índico, contornando o continente africano pelo Oceano Atlântico, para estabelecer um contato direto com os entrepostos comerciais orientais nas Índias.

Os projetos de expansão ultramarina atendiam a interesses diversos. A **nobreza** e a **burguesia** apoiaram financeiramente o projeto, interessadas na exploração de outras terras e na expansão do comércio, assim como os reis, ansiosos por encontrar novas fontes de renda. A **Igreja**, por sua vez, desejava conquistar fiéis e realizar seu trabalho de catequese em territórios desconhecidos.

O pioneirismo português

Os portugueses foram os primeiros a chegar à Ásia navegando pelo Oceano Atlântico. Esse pioneirismo pode ser explicado pelos seguintes fatores:

- consolidação precoce de uma monarquia centralizada;
- relativa escassez de recursos naturais em solo português;
- existência de um grupo mercantil enriquecido e aliado à monarquia;
- liderança em tecnologia náutica;
- projeto de expansão do catolicismo.

O primeiro local que os portugueses conquistaram foi a cidade de Ceuta, no continente africano, em 1415. Em seguida, atingiram a Ilha da Madeira, em 1419, e o Arquipélago dos Açores, entre 1427 e 1431. Cerca de dez anos depois, as explorações ganharam importante incremento tecnológico com o desenvolvimento das caravelas, mais leves e manejáveis, que facilitaram a chegada dos portugueses ao Arquipélago de Cabo Verde, em 1445, e a continuação da exploração da costa africana.

"[...] Não é ele [Portugal], *grosso modo*, o equivalente de Veneza com a sua Terra Firme? Nem anormalmente pequeno, nem anormalmente pobre, nem fechado em si mesmo, é, no conjunto da Europa, uma potência autônoma, capaz de iniciativa (irá prová-lo) e livre em suas decisões. Sobretudo, sua economia não é primitiva ou elementar: esteve durante séculos em contato com Estados muçulmanos, como Granada, que permaneceu livre até 1492, mais as cidades e os Estados do norte da África. Essas relações com países evoluídos desenvolveram em Portugal uma economia monetária suficientemente animada para que o salariado logo alcançasse as cidades e os campos. [...] Além disso, Portugal possui tradicionalmente cidades e aldeias abertas para o mar, animadas por populações de pescadores e de marinheiros. Suas barcas, pequenas embarcações de 20 a 30 toneladas, de velas quadradas, com tripulações numerosas, nem por isso deixam de navegar bem cedo das costas da África e das ilhas Canárias até a Irlanda e Flandres. [...] Portugal, já no fim do século XIV, depois das provações da Peste Negra que não o poupou, era um Estado 'moderno'."

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3, p. 123-124.

Salariado: nesse caso, regime de pagamento de salários.

A caminho das Índias e da América

Em 1482, o navegador Diogo Cão chegou à foz do Rio Congo, no sudoeste africano, e, nos anos seguintes, conduziu seus navios mais para o sul. Depois foi a vez de Bartolomeu Dias, que, entre 1487 e 1488, alcançou o extremo sul do continente africano, logo denominado Cabo da Boa Esperança.

Na tentativa de descobrir uma rota marítima para alcançar as Índias, os espanhóis optaram por navegar para o Ocidente, evitando contornar a África. Assim, Cristóvão Colombo, genovês financiado pela Coroa espanhola, chegou à América em 1492.

Em 1497, Vasco da Gama partiu de Portugal à frente de uma expedição que, no ano seguinte, atingiu Calicute, descobrindo o caminho marítimo para as Índias. Em 1500, o nobre português Pedro Álvares Cabral comandou outra expedição com o objetivo de alcançar as Índias. Após uma mudança de rota, Cabral aportou na Ilha de Vera Cruz, primeiro nome dado pelos portugueses ao Brasil, e depois seguiu viagem até a Índia.

A rota ocidental para o Oriente foi retomada em 1519 com a expedição de Fernão de Magalhães, navegador português financiado pela Espanha. Com cinco navios, Magalhães dirigiu-se ao Atlântico Sul, atingiu o Oceano Pacífico e, em 1521, chegou às Filipinas, onde foi morto em um conflito com os nativos. A tripulação sobrevivente prosseguiu viagem e, no ano seguinte, retornou à Espanha, concluindo o primeiro percurso de circum-navegação.

Circum-navegação: viagem marítima feita ao redor, circundando, uma ilha, um continente ou a Terra.

O processo de expansão marítima iniciado pelos Estados ibéricos inaugurou rotas pelas quais seriam articulados intercâmbios entre os quatro continentes (veja o mapa). Por isso, é considerado por alguns pesquisadores o primeiro processo de globalização da história.

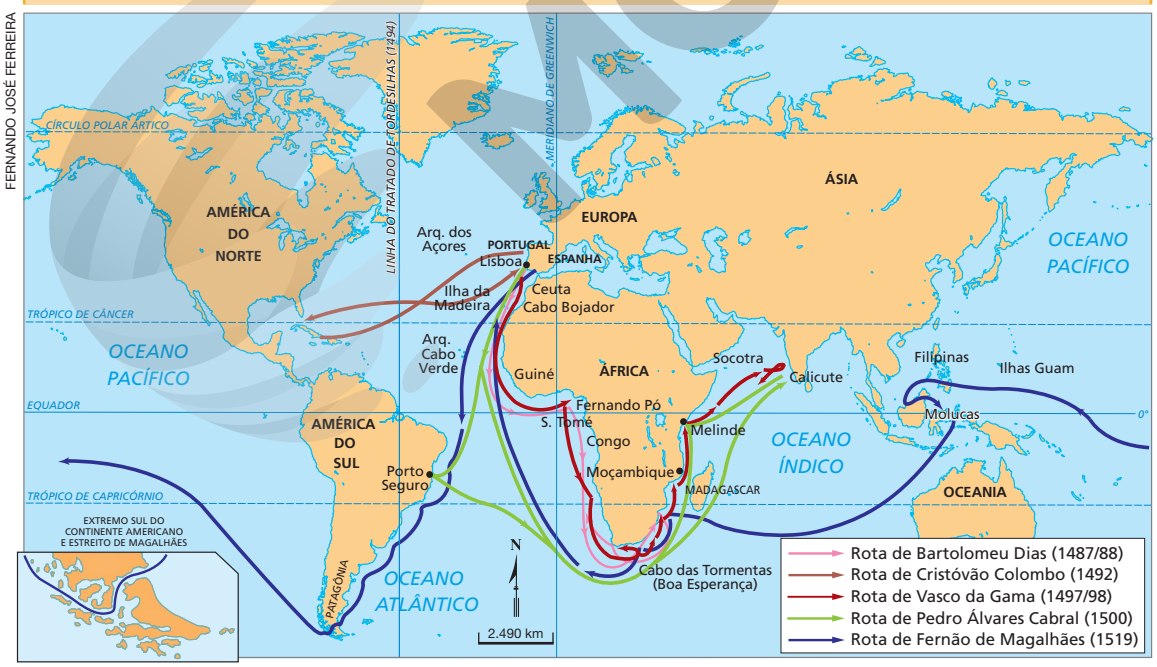
Interesses portugueses na América

A chegada de Colombo à América foi seguida por várias petições espanholas e portuguesas à Igreja com o objetivo de proteger o acesso às terras às quais haviam chegado, além de garantir mais participação na obra evangelizadora. Diante disso, a Igreja decretou uma série de bulas papais que concediam à Espanha e a Portugal o monopólio sobre determinados territórios. Assim, em 1494, foi acordado entre os dois Estados o **Tratado de Tordesilhas**, que demarcou uma linha imaginária 370 léguas a oeste de Cabo Verde. As terras "descobertas" ou "por descobrir" a leste dessa linha pertenceriam a Portugal e as localizadas a oeste dela seriam da Espanha.

Alguns historiadores acreditam que, ao estabelecer o tratado, o governo de Portugal não estava preocupado com a aquisição de terras, mas com a manutenção do monopólio das rotas de navegação do Atlântico Sul, essenciais para o comércio com as Índias.

Em 1500, Cabral foi enviado pelo rei à América para reconhecer as terras que já pertenciam a Portugal desde a assinatura do Tratado de Tordesilhas e para estabelecer um ponto de apoio para a chegada às Índias. Os portugueses acreditavam que a distância entre a costa africana e a americana fosse menor. Desfeito o engano, Portugal perdeu temporariamente o interesse pelas terras.

As viagens marítimas europeias – séculos XV e XVI



Fontes: *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 112-113; PARKER, G. *Atlas Verbo de história universal*. Lisboa: Times; São Paulo: Verbo, 1997. p. 74-75.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ciência em contexto

De que forma os navegadores da era digital se orientam?

No século XV, o uso da bússola foi fundamental para o sucesso das grandes viagens por oceanos. Atualmente, o instrumento obrigatório para a navegação em alto-mar que propicia a localização com rapidez e segurança é o GPS, sigla em inglês para *Global Positioning System*. Seja no celular, seja em pequenos aparelhos automotivos, a popularização do GPS tornou a orientação de rotas na primeira década do século XXI mais exata. Essa tecnologia, criada em 1973, unificou dois sistemas de projetos de satélite a fim de fornecer a posição instantânea e a velocidade de um ponto sobre a superfície terrestre ou próximo a ela.

Explicando a lógica de funcionamento do sistema, Ricardo Elias Cosendey, tenente-coronel da aeronáutica e chefe da Subdivisão de Planejamento do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), destaca:

> "[...] o GPS é uma tecnologia que faz uso da triangulação por satélites. Ou seja, o seu princípio está na medição da distância entre três satélites e o receptor, no caso o aparelho que recebe o sinal em Terra. Para realizar a triangulação, é feita a medição dessas três distâncias com base no tempo em que a onda de rádio, que viaja à velocidade da luz, percorre entre o satélite o e receptor. 'O cálculo desse tempo é feito com precisão de milionésimos de segundo. Para isso, um quarto satélite, que possui a bordo um relógio atômico de altíssima precisão, faz a sincronização entre o receptor e os satélites' [...]".

Globo Ciência. Da bússola ao GPS, entenda como funciona a navegação na era digital, 29 out. 2011. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globociencia/noticia/2011/10/da-bussola-ao-gps-entenda-como-funciona-navegacao-na-era-digital.html>. Acesso em: 28 fev. 2020.

Diferentes visões de mundo

O encontro entre europeus e povos nativos do continente americano, no final do século XV, foi marcado pelo estranhamento. Acostumados a interpretar o mundo com base em uma **visão maniqueísta** – dividido entre o "bem" (ou Deus) e o "mal" (ou o diabo e o inferno) –, os europeus viam os nativos da América de maneira contraditória. Se por um lado os consideravam seres puros e inocentes, habitantes do paraíso natural, por outro, em razão de alguns de seus costumes, eram considerados bárbaros, seres inferiores e condenados ao inferno.

A lógica de identificação desses povos com o demônio era reforçada pela crença europeia na existência de uma humanidade inferior – bestializada – nas terras ultramarinas. Dessa forma, a conquista de terras foi também condicionada pelos europeus ao objetivo de levar a palavra de Deus aos povos dominados por meio da catequese. Assim, o pensamento cristão adaptou-se à política expansionista, e a propagação da fé vinculou-se à empresa marítima.

Trocando ideias

Por meio da expansão ultramarina, os europeus entraram em contato com culturas muito diferentes da deles. As reações foram diversas e, por vezes, contraditórias.

- Em sua opinião, a relação entre as diferentes culturas ou formas de vida é mais harmoniosa na atualidade? Justifique com exemplos.

THÉODORE DE BRY - SERVIÇO HISTÓRICO DA DEFESA, VINCENNES

Demônios atacando os selvagens, gravura de Théodore de Bry publicada na obra *Americae Tertia Pars* em 1592 e feita com base nos relatos de viagem ao Brasil do alemão Hans Staden e do francês Jean de Léry.

Análise de imagem

Justifique, usando elementos da imagem, por que a gravura de Théodore de Bry é uma expressão do imaginário do europeu no período das Grandes Navegações.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CÓPIA

COLEÇÃO PARTICULAR

Vista de Lisboa, em gravura da obra *Civitates Orbis Terrarum* produzida entre 1572 e 1617. No século XVI, o porto da capital portuguesa era o maior centro comercial do mundo.

O mercantilismo

O mundo conhecido pelos europeus ampliou-se consideravelmente, o eixo econômico deslocou-se do Mar Mediterrâneo para o Atlântico e o comércio tornou-se mundial. A expansão ultramarina possibilitou a integração do Oriente e da América à economia europeia. Para muitos estudiosos, essa ampliação do comércio em escala mundial teria sido o primeiro movimento de globalização, ou seja, o início da formação de uma economia mundial.

Pensadores de vários reinos europeus desenvolveram teorias para justificar e sustentar a ideia do potencial do comércio como fonte geradora de riquezas para o Estado. Assim, traçaram diferentes políticas econômicas para orientar os governos na condução dos negócios, com a finalidade de fortalecer a Coroa e enriquecer o reino.

O conjunto de práticas e de princípios econômicos adotados pelos Estados europeus durante a Idade Moderna é denominado **mercantilismo**, **capitalismo comercial** ou **capitalismo mercantil**. As concepções mercantilistas variaram no tempo e no espaço, ou seja, não foram adotadas por todos os Estados nem no mesmo período. Mesmo assim, apresentaram, no geral, as seguintes características:

- o metalismo, incentivo ao acúmulo de metais preciosos, como o ouro e a prata;
- a manutenção da balança comercial favorável, baseada no superávit comercial, obtido com o aumento das exportações e a redução das importações;
- o protecionismo alfandegário, isto é, a cobrança de altos impostos sobre os produtos estrangeiros;
- o colonialismo, ou exploração de colônias, que tinha como objetivo aumentar a riqueza nacional e fortalecer o Estado.

A adoção das medidas mercantilistas impulsionou a acumulação primitiva de capital, ou seja, a reunião, pelos Estados europeus e pela burguesia, de recursos que serviriam, posteriormente, para o desenvolvimento capitalista. Dessa forma, entre os séculos XV e XVIII, as práticas mercantilistas adotadas pelos Estados modernos, que pretendiam enriquecer, estimularam a expansão comercial e fomentaram a competição entre as principais potências da época.

> "Vemos, na circum-navegação, a criação do grande processo de circulação: surgimento do espírito capitalista, com a circulação da mercadoria e da moeda; ao mesmo tempo que o gosto do risco nas navegações se afirma, aparece o primeiro esforço para organizá-lo racionalmente através de contratos de seguro, fundação das bolsas e dos grandes bancos. Como observa [o filósofo] Claude Lefort [...], como não reconhecer o capitalista e o banqueiro internacional já governando o mundo por detrás do príncipe e do papa no início do século XVI?"
>
> NOVAES, A. Experiência e destino. *In*: NOVAES, A. (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 11.

Para assistir

1492: a conquista do paraíso

Direção: Ridley Scott. França, Estados Unidos, Espanha, 1992. 154 min.

O longa-metragem retrata a viagem de Cristóvão Colombo em direção ao Novo Mundo, apresentando o contexto político e econômico na época da expansão marítima europeia.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

COLEÇÃO PARTICULAR

Charge contemporânea que satiriza a submissão das colônias às metrópoles decorrente das práticas mercantilistas. Em pé, três funcionárias usando uniformes em que está escrito "colônia", carregam bandejas com os dizeres: "ouro e prata" "artigos alimentícios" e "matérias-primas". Elas servem a senhora sentada que usa a faixa: "metrópole".

Efeitos econômicos das conquistas ultramarinas para a Europa

O colonialismo foi uma característica fundamental da política mercantilista dos Estados modernos entre os séculos XV e XVIII. Os governos colonialistas procuravam explorar, nas terras ultramarinas, metais preciosos ou artigos de alto valor comercial no mercado europeu. Para isso, investiram em diversas expedições marítimas e estabeleceram o chamado **pacto colonial**, ou **exclusivo comercial metropolitano**, nos territórios conquistados.

De acordo com o pacto colonial, as colônias deveriam atender às necessidades e aos interesses metropolitanos, fornecendo riquezas para serem revendidas pela metrópole na Europa. A atividade produtiva das colônias teria de complementar a economia metropolitana sem jamais concorrer com ela.

Na passagem do século XV para o século XVI, a situação econômica na Europa se transformou: da estagnação da extração e produção de metais do século XV para o grande afluxo de ouro e prata provenientes das colônias americanas no século XVI. Entretanto, o impacto da chegada de toneladas de prata provocou o processo inflacionário conhecido como **revolução dos preços**.

> "No decorrer do século XVI, os preços na Europa subiram entre 150 e 400% variando de país para país e de região para região. Os preços dos produtos manufaturados elevaram-se bem mais rapidamente do que as rendas e os salários. [...] Em consequência disso, tanto a classe dos [...] proprietários que viviam da renda da terra (a nobreza feudal) quanto a classe trabalhadora foram prejudicadas. Os grandes beneficiários da revolução dos preços foram os capitalistas. Seus lucros se multiplicavam e, enquanto isso, o valor real dos salários que pagavam declinava continuamente. Os materiais que adquiriam eram estocados e desta forma se valorizavam.
>
> Os lucros eram acumulados sob a forma de capital. *Capital* designa os materiais necessários para [a] produção e o comércio de mercadorias. As ferramentas, os equipamentos, as instalações das fábricas, as matérias-primas e os bens que participam do processo produtivo, assim como os meios de transporte dos bens e o dinheiro – tudo isso é capital."
>
> HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 37.

O caso da Península Ibérica

O metalismo foi a característica central do mercantilismo dos países ibéricos, principalmente da Espanha. Segundo esse princípio, a riqueza de um Estado estava diretamente relacionada à capacidade dele de acumular o máximo de ouro e prata.

Entre os séculos XVI e XVII, com a descoberta de metais preciosos nos domínios espanhóis na América, a Coroa adotou uma política de entesouramento dos metais sem a preocupação de investir essas riquezas em outras atividades econômicas. Estima-se que 200 toneladas de ouro e 18 mil toneladas de prata tenham sido levadas da América para a Espanha nesse período.

Embora a extração de metais na América fosse a base do sistema colonial espanhol, o comércio de africanos escravizados, a agricultura e a pecuária também se converteram em valiosas fontes de riqueza.

Já Portugal, num primeiro momento, procurou promover o superávit comercial por meio do comércio de especiarias orientais. Mais tarde, passou a enfatizar a exploração colonial, principalmente em suas terras americanas. A produção de açúcar no Nordeste brasileiro e a exploração aurífera na região das Minas nos séculos XVII e XVIII são exemplos de práticas mercantilistas adotadas pela Coroa portuguesa.

Entesourar: guardar, acumular grande quantidade de bens.

THÉODORE DE BRY - SERVIÇO HISTÓRICO DA DEFESA, VINCENNES

Representação de espanhóis supervisionando o trabalho de pessoas escravizadas nas minas de ouro da América espanhola em gravura de Théodore de Bry, século XVI.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

O colbertismo francês

Cortesã: que vive na corte.

O Estado francês adotou o industrialismo ou colbertismo – termo derivado do nome do ministro das finanças durante o reinado de Luís XIV (1638-1715), Jean-Baptiste Colbert. As medidas mercantilistas adotadas por Colbert visavam compensar os altos gastos do Estado francês, que sustentava o luxo da nobreza cortesã e estava frequentemente envolvido em guerras dispendiosas.

Especialmente durante o século XVII, a França incentivou a produção manufatureira, e a exploração das colônias americanas cumpriu papel importante no fornecimento de matérias-primas para as fábricas. Tecidos de luxo, malharia, tapeçaria, porcelana, objetos de vidro, armas e papéis passaram a fazer parte da pauta de exportações francesas. Além da proteção ao comércio exterior, as importações foram taxadas.

A economia holandesa

Na Holanda, uma ativa burguesia desenvolveu uma política mercantilista apoiada em três pilares sólidos: a Companhia das Índias Orientais e a das Índias Ocidentais, o Banco de Amsterdã e uma frota mercante moderna.

A Companhia das Índias Orientais e a das Índias Ocidentais eram encarregadas de dirigir o comércio holandês em terras coloniais (compras, remessas de ouro e venda das mercadorias recebidas) e de explorar os recursos de territórios ultramarinos. O Banco de Amsterdã, por sua vez, era responsável pelo fornecimento de crédito e de moedas de diversos países aos mercadores para que estes pudessem comprar produtos de qualquer origem. A frota mercante holandesa era capacitada a transportar cargas pesadas ao longo das rotas marítimas.

O grande crescimento econômico do país no período ameaçou reinos que até então tinham sido protagonistas na expansão ultramarina, como Portugal.

> "[...] A criação em 1602 da Companhia [...] das Índias Orientais constituiu-se no marco deflagrador [...] [do] processo de progressivas investidas contra territórios ultramarinos portugueses. Em 1609 grupos holandeses tomaram possessões portuguesas no Ceilão e no Japão. Mais intimidadores foram, entretanto, os avanços empreendidos sobre o complexo Atlântico, viabilizado por um conjunto de ações sistematizadas pela busca de intervenção direta na região, então considerada [...] uma das principais fontes de riqueza da economia europeia [...]."

GOUVÊA, M. F. S. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). *Latin American Studies Association 2001*. XXIII International Congress. p. 5. Disponível em: <https://lasaweb.org/en/>. Acesso em: 9 mar. 2020.

BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Mercadores da Holanda e do Oriente Médio negociam em um porto do Mediterrâneo, pintura de Thomas Wyck, século XVII.

Os holandeses desenvolveram ainda várias atividades produtivas, com destaque para a indústria de lanifícios e de tecidos, o tingimento e a tecelagem de seda, o acabamento de tecidos ingleses, o corte de diamantes, a cervejaria, a destilaria, a preparação de sal, tabaco e cacau, o trabalho com chumbo, o polimento de lentes ópticas e a fabricação de microscópios, de pêndulos e de instrumentos de navegação, além da impressão de mapas (terrestres e marítimos) e de livros em diversas línguas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A política mercantilista inglesa

O mercantilismo inglês caracterizou-se pelo comercialismo, centrado no estímulo à produção manufatureira, especialmente de artigos têxteis. Também houve incentivo ao desenvolvimento da marinha mercante e à atuação dos corsários, que tinha como alvo os galeões espanhóis que se dirigiam à Europa.

A política mercantilista inglesa dos séculos XVI e XVII coincidiu com a expansão marítima e colonial. A Companhia Inglesa das Índias Orientais, organizada em 1600, estabeleceu entrepostos na Índia e na Indonésia. Posteriormente, os ingleses instalaram-se na Pérsia (atual Irã), na Índia e na América, tanto nas Antilhas quanto no continente, onde fundaram as Treze Colônias. O resultado dessa política expansionista refletiu-se no desenvolvimento do comércio e da marinha mercante.

Os **Atos de Navegação** tiveram enorme importância nesse processo. De acordo com o primeiro, promulgado em 1651 por Oliver Cromwell, as mercadorias que entrassem na Inglaterra só poderiam ser transportadas em navios ingleses ou em navios de seu país de origem, evitando a ação de atravessadores e estimulando os lucros dos mercadores ingleses.

O segundo ato, promulgado em 1660, determinava que o capitão e pelo menos três quartos da tripulação dos navios deveriam ser ingleses. Esses atos foram estabelecidos durante as Revoluções Inglesas do século XVII, processo que resultou no fim do absolutismo na Inglaterra e na instituição de um modelo de Estado voltado aos interesses da burguesia. As medidas tomadas no período mostraram-se cruciais para o enriquecimento do Estado inglês, para a expansão colonial do país e para a vitória sobre seus concorrentes, sobretudo a Holanda.

Corsário: aquele que realizava corso, ou seja, a serviço de um rei atacava e saqueava embarcações. Diferentemente dos corsários, os piratas agiam por conta própria.

Galeão: navio a vela com quatro mastros usado no transporte de cargas de valor elevado entre os séculos XVI e XVIII.

DE AGOSTINI/GETTY IMAGES - MUSEU MARÍTIMO NACIONAL, GREENWICH

Navios ingleses partindo para comercializar com a Índia, pintura de Abraham Willaerts, século XVII.

MODERNA

INFOGRÁFICO

UMA HISTÓRIA DA MOEDA

Já imaginou o mundo sem dinheiro? Você sabe como as pessoas realizavam trocas comerciais antes da sua existência? Muita coisa aconteceu até o desenvolvimento de um sistema monetário que possibilitasse a compra rápida do que se precisa (tendo dinheiro, é claro).

Ascensão do metal

5000 a.C.

Com o aprimoramento das técnicas de fundição, o metal passou a ser o produto mais usado nas transações comerciais. No início, ele era trocado em seu estado natural, em barras, ou ainda em forma de objetos, como anéis, colares e brincos.

Escambo

Com o desenvolvimento da agricultura, passou-se a utilizar o excedente da produção para trocas. Realizado apenas com produtos, esse comércio é chamado escambo. Ao contrário do que se pensa, a troca não é uma forma tão simples de comércio, pois é necessário considerar a equivalência do que se produz com o que se precisa, entre outros fatores.

Metal importado

Século XV a século XVII
(Grandes Navegações – Europa)

No século XV, o sistema monetário já estava consolidado em quase toda a Europa. Com as Grandes Navegações, impérios encontraram nas colônias fontes de metais preciosos, que serviriam para aumentar ainda mais a produção e a circulação de moeda no Velho Mundo. Dessa forma, a expansão do mercado europeu contribuiu para o desenvolvimento de um sistema monetário internacional, que facilitou as negociações entre regiões distantes.

O papel-moeda

Século XII a século XV (Europa)

As primeiras cédulas de papel surgiram na China no fim do século I a.C., mas a invenção só ficou popular por lá no século VII. Na Europa, mais alguns séculos se passariam até a consolidação do papel-moeda. Na Idade Média, quem tinha muitas moedas guardava o montante nas lojas dos ourives, que emitiam recibos com o valor. Como os recibos eram mais fáceis de transportar, passou a ser comum usá-los nos negócios. Assim, os ourives se tornaram os primeiros banqueiros.

MODERNA

A dracma é a unidade monetária que ficou mais tempo em circulação. No século XIX, o nome foi reempregado à moeda grega, substituída pelo euro em 2002. Na época, um euro correspondia a 340,750 dracmas.

Questões

1. Identifique as formas de troca de produtos sem o uso de dinheiro. Qual era a principal diferença entre elas?
2. Qual foi a primeira civilização ocidental a empregar a moeda como unidade de valor? Explique as consequências disso.
3. Elabore um texto sobre a relação da moeda com o processo das Grandes Navegações dos séculos XV e XVI, tratando das consequências para a economia internacional.

Pioneirismo chinês

1122 a 256 a.C.
(Dinastia Chou – China)

As primeiras moedas surgiram na China. Elas eram cunhadas em cobre e mudavam de formato de acordo com seu valor. Podiam, por exemplo, ter forma de peixe ou de faca. No entanto, o uso das moedas era restrito aos centros urbanos. Elas só ficariam mais populares após a unificação da China, décadas depois do fim da Dinastia Chou.

Moedas-mercadoria

1100 a.C. (Europa)

Cada civilização desenvolveu métodos próprios de permuta de mercadorias, geralmente escolhendo um produto como unidade monetária. Na Grécia antiga, o boi foi utilizado como referência nas trocas comerciais. O sal, um produto pouco acessível para quem vivia longe do litoral, foi usado como moeda entre romanos e etíopes. As moedas-mercadoria tinham valor fixo já reconhecido, o que deixava a negociação mais fácil do que no escambo.

A moeda no Ocidente

Século VII a.C.

Acredita-se que as primeiras moedas que circularam no Ocidente foram produzidas na Lídia (atual Turquia) entre os séculos VIII e VII a.C. Elas eram feitas de uma liga de ouro misturada com prata, chamada eletro, e cunhadas a marteladas. Pouco depois, em Atenas, na Grécia, passou-se a produzir as dracmas com prata, cujo valor variava de acordo com a estampa (animais ou imagens divinas).

A MOEDA E A URBANIZAÇÃO

Século XI a século XIII (Europa)

Com as Cruzadas, as trocas comerciais entre os povos se intensificaram na Europa. Os centros urbanos ficaram mais importantes e mais populosos. Nesse contexto, o comércio ganhou força e a circulação de moeda aumentou. A partir do século XIII, os algarismos arábicos, desenvolvidos pelos matemáticos árabes ao longo dos 400 anos anteriores, foram substituindo os romanos. Com eles, era mais fácil fazer operações comerciais.

O bronze romano

335 a.C. (Roma antiga)

Enquanto a Grécia já produzia moedas aos montes, Roma ainda fazia transações comerciais com animais. Isso mudou por volta de 335 a.C., quando os romanos usaram o bronze para fundir a sua primeira moeda redonda.

ILUSTRAÇÕES: SOUD E LUIZ AUGUSTO BARBOZA

Fontes: IFRAH, G. *Os números*: história de uma grande invenção. 11. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2005; ABREU, Y. V. de. *Evolução histórica da moeda*. Estudo de caso: Brasil (1889-1989). Espanha: Universidade de Málaga, 2009; BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Origem e evolução do dinheiro*. Museu de Valores do Banco Central. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Fhtms%2Forigevol.asp>. Acesso em: 8 abr. 2020.

MANUAL DO PROFESSOR

EM PAUTA

Os impasses da globalização no mundo atual

Como vimos, a expansão ultramarina ibérica iniciou um processo de intercâmbio econômico global com muitos impactos. Atualmente, devido ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e da comunicação, o fenômeno da globalização é muito mais intenso e seus impactos, também. No trecho a seguir, a indiana Gita Gopinath, professora de Economia em Harvard (nos Estados Unidos) e a primeira mulher economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), trata sobre a desigualdade social como consequência da globalização econômica.

"Durante essa crise [econômica de 2007] a senhora dava aulas em Harvard, mas, como economista, o que aprendeu que lhe possa ser útil na próxima?

[...] acho que o que todos, como profissão, assumimos melhor é a importância das finanças na economia global. [...] sabemos melhor como os choques de economias como a dos Estados Unidos e da União Europeia afetam os mercados emergentes [...]. Também aprendemos a importância da desigualdade. Essa foi uma grande lição, não dar como certo que serão feitas políticas para repartir a riqueza da globalização.

Por que a desigualdade é um problema? [...] alguns economistas argumentam que o problema não é a diferença entre os extremos, e sim a pobreza [...].

A desigualdade é um problema do ponto de vista macroeconômico e do ponto de vista social. Dentro de um país, se o dinheiro se concentra em uma parte da população, provoca um problema de falta de geração de demanda. [...]

Mas, se a posição dos mais pobres melhora, sua capacidade de demanda também aumenta, independentemente da distância.

A desigualdade crescente reflete graves distorções da economia. Isso não se dá pelo fato [de as] pessoas receberem quantidades diferentes por suas diferentes habilidades [...] e sim porque vivemos em um sistema em que as empresas aumentaram seu poder de mercado, não pagam os impostos que devem, e nada disso é bom à economia global. A grande preocupação é que talvez não tenhamos o nível de concorrência que deveria existir [...].

A diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, disse [...] que uma geração inteira está ameaçada pela onda protecionista.

[...] São mais do que palavras, foram levantadas barreiras comerciais em todo o mundo e isso terá um impacto significativo na economia global [...]. Pode provocar mudanças importantes na produção e na distribuição que não serão decididas por critérios de eficiência de recursos, e sim pensando nas taxas alfandegárias impostas pelos países.

Quando vê um conflito trabalhista como [...] o que aconteceu com esse gigante da indústria norte-americana nos últimos anos, é difícil não pensar que a globalização foi bem prejudicial a esses trabalhadores.

Ninguém nega isso. [...] Muitos economistas consideram que a automatização afetou os trabalhadores mais do que a globalização. De fato, quase não ocorreu queda na produção industrial dos EUA, a queda ocorreu no emprego. E da mesma forma que ninguém diria que os desenvolvimentos tecnológicos devem ser detidos, é difícil argumentar que devemos retroceder na globalização. Isso não significa que devemos ignorar os prejudicados, mas isso deve ser abordado através de políticas domésticas, através de impostos e oportunidades em formação.

[...]

A redistribuição tem a ver com os impostos? Como deve ser um sistema fiscal?

Em alguns países poderia ser mais progressivo. Muitos precisam se assegurar de que há uma igualdade de oportunidades em educação e saúde, mas, infelizmente, isso não é assim, nem mesmo nas economias mais desenvolvidas do mundo. [...]

O crescimento previsto para esse ano [2019] é o mais baixo da última década. Quem irá sofrer mais?

90% da economia global está crescendo menos esse ano do que o anterior. Dito isso, algumas regiões terão momentos piores. Na América Latina o crescimento foi particularmente pior. A Ásia emergente, que inclui a China e a Índia, diminui sua velocidade, mas cresce mais de 5%. E há mercados emergentes em forte contração como a Argentina, a Venezuela e o Irã.

Amanda Mars. Fomos complacentes com as consequências negativas da globalização. *El País Brasil*, out. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/14/eps/1571055876_744649.html>. Acesso em: 9 mar. 2020.

Questões

Registre no caderno.

1. Segundo Gita Gopinath, a globalização promove riquezas, mas isso não beneficia automaticamente as populações, pois podem existir desigualdades. De acordo com a economista e professora, o que é necessário fazer para garantir que não haja desigualdade social?
2. De acordo com a economista, "talvez não tenhamos [atualmente] o nível de concorrência que deveria existir". Por que isso é um problema econômico?
3. Estabeleça relações entre a "onda protecionista" citada na entrevista e as características do capital comercial estudada no capítulo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A colonização espanhola na América

No final do século XV, o território americano encontrava-se ocupado por numerosas sociedades ameríndias com distintos modos de organização política e social. Algumas delas se organizavam de maneira simples, vivendo como seminômades da caça e da coleta; outras formavam civilizações complexas. Estima-se que havia em todo o continente americano 57 milhões e 300 mil habitantes. A região do atual México era a mais povoada, com 21 milhões e 400 mil nativos.

A partir do século XVI, europeus e ameríndios passaram a disputar a posse do território americano. Se os nativos eram mais numerosos, os espanhóis tinham a vantagem de estar mais bem equipados para um possível confronto. Cavalos, canhões e armas de fogo, desconhecidos na América, impactaram as populações ameríndias.

A região do Caribe foi a primeira porção da América a ser atingida pelo processo de colonização. Os tainos, indígenas do grupo aruaque, estabeleceram acordos com os espanhóis movidos por interesses comerciais e políticos próprios: acesso aos artigos levados pelos espanhóis e eventuais parcerias para combater povos inimigos, uma vez que as diversas comunidades se organizavam em unidades sociais autônomas e podiam ter interesses políticos conflitantes. As alianças com os espanhóis devem ser compreendidas, portanto, como uma possibilidade para uma população indígena prevalecer sobre outra.

Tais alianças, no entanto, não devem ser consideradas permanentes. Com a convivência, muitos grupos tainos perceberam que os espanhóis visavam ao controle de territórios e ao uso da força de trabalho local. Desse modo, as relações iniciais, com base no escambo e nas alianças políticas, foram se tornando mais impositivas e violentas por parte dos espanhóis, envolvendo conquistas territoriais, trabalho compulsório e escravização de indígenas.

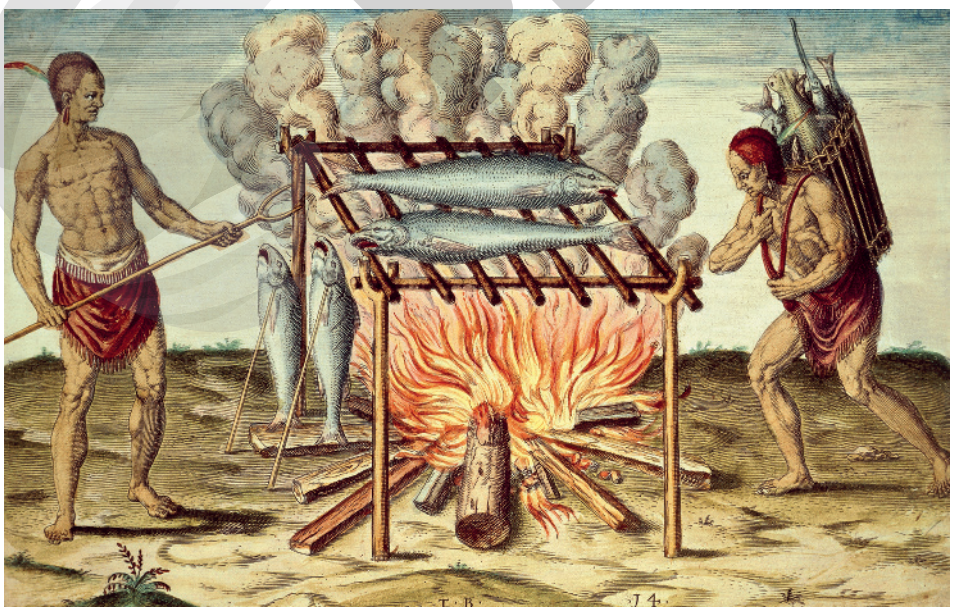
O pesado regime de trabalho, bem como as epidemias de sarampo, varíola e gripe – doenças trazidas pelos espanhóis e para as quais os indígenas não possuíam imunidade –, provocou um grande declínio demográfico e, em alguns casos, até a extinção de populações inteiras.

Calcula-se que na região do Caribe e na América Central havia aproximadamente 12 milhões de pessoas no primeiro contato com os europeus e, em apenas um século, essa mesma população tinha declinado a cerca de um quarto desse total.

Esse declínio demográfico indígena tornou possível aos espanhóis aumentar o número de colonos residentes nas ilhas caribenhas ocupadas, além de avançar sobre outras ilhas para escravizar indígenas e explorar riquezas com facilidade. Dessa forma, partindo da Ilha Hispaniola (atuais República Dominicana e Haiti), a conquista e a colonização espanholas atingiram outras ilhas e avançaram em direção à costa dos atuais Panamá, Colômbia e Venezuela.

BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK

Escultura do século XVI representando divindade taino encontrada na República Dominicana.



DE AGOSTINI/GETTY IMAGES - SERVIÇO HISTÓRICO DA DEFESA, VINCENNES

Tainos cozinhando peixe, gravura de Théodore de Bry, século XVI. No primeiro momento, os povos indígenas da região do Caribe relacionaram-se com os espanhóis de acordo com suas próprias conveniências. Os tainos, por exemplo, formalizaram uma parceria com os europeus para combater a expansão dos povos caraíba ou caribe, que estavam ampliando seus domínios territoriais e políticos sobre eles.

A ilha caribenha de Hispaniola (ou Espanhola) permaneceu sob domínio da Espanha até 1697, quando o país cedeu um terço da ilha à França, que já ocupava a região. Atualmente, a parte da ilha que ficou sob domínio espanhol corresponde ao território da República Dominicana, e a parte francesa, ao Haiti.

Os dados sobre a população da América nos séculos XV e XVI foram extraídos de: PRADO, M. L.; PELLEGRINO, G. *História da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 18.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM MODERAÇÃO

O fim do Império Asteca

Após o estabelecimento de colônias, fortificações e alianças nas ilhas do Caribe, os espanhóis começaram a explorar de forma sistemática a costa norte da América do Sul e da América Central.

No momento da chegada dos espanhóis, os astecas encabeçavam a principal rede de dominação política da região, que abrangia centenas de outras cidades na parte central do atual México e imediações. Foi com o intuito de reconhecer e conquistar as terras do Império Asteca que, em fevereiro de 1519, uma expedição espanhola liderada por Hernán Cortés partiu de Cuba. Navegando pelo litoral, os espanhóis chegaram ao Golfo do México – região ocupada pelos totonacas – e fundaram a Villa Rica de Veracruz. Eles foram bem recepcionados e receberam presentes, incluindo uma jovem escravizada chamada Malinche. De origem nobre e falante das línguas maia e nahuatl, ela aprendeu espanhol e colaborou com Cortés na comunicação com os nativos e na tomada do México.

Os espanhóis estabeleceram alianças estratégicas com os rivais políticos dos astecas, como os totonacas e os tlaxcaltecas, que habitavam a região de Tlaxcala, próxima a Tenochtitlán, os quais, por sua vez, viram a oportunidade de se rebelar contra aqueles que os dominavam politicamente e cobravam tributos. Aliando-se a esses povos, os espanhóis agregaram cerca de 10 mil homens aos quinhentos que compunham no início a expedição comandada por Cortés.

Ao chegar a Tenochtitlán, em novembro de 1519, os espanhóis foram recebidos pelo imperador Montezuma II, que já sabia da aproximação dos estrangeiros e, provavelmente, pretendia estabelecer algum acordo com eles e, assim, evitar a guerra. Contudo, a paz mostrou-se inviável. Montezuma, refém em seu palácio, passou a seguir as ordens dos espanhóis. Para alguns, com essa atitude, o imperador asteca pretendeu evitar o combate e poupar seu povo; para outros, ele se submeteu ao domínio espanhol por fraqueza.

Independentemente da postura de Montezuma, a guerra entre espanhóis e astecas foi deflagrada em 20 de maio de 1520, quando soldados espanhóis invadiram uma cerimônia religiosa no Templo Maior em Tenochtitlán e assassinaram os participantes desarmados – episódio conhecido como Matança do Templo Maior.

Diante desse massacre, os astecas reagiram e partiram para o ataque. Em meio à guerra, Montezuma morreu em circunstâncias desconhecidas. A resistência asteca, que conseguiu sitiar os espanhóis por semanas, não foi suficiente para evitar a tomada de Tenochtitlán, e sua conquista forneceu as condições para que os espanhóis e seus aliados indígenas dominassem a extensa região anteriormente controlada pelos astecas.

As epidemias concluíram a matança iniciada pela guerra. Em meados de 1521, os surtos de doenças, como gripe, sarampo e varíola, entre outras, já teriam dizimados centenas de milhares de indígenas na região da Mesoamérica, uma das mais povoadas do continente.

Análise de imagem

a) Que acontecimento a imagem representa?
b) Essa imagem foi feita na mesma época do acontecimento representado? Explique sua resposta.
c) Que elementos da imagem revelam a época que se quis representar?
d) Qual era a visão do artista sobre esse acontecimento?

BIBLIOTECA NACIONAL DA ESPANHA, MADRI

Encontro entre o espanhol Hernán Cortés e o imperador asteca Montezuma representado na miniatura extraída da obra *Historia de las Indias de Nueva España e islas de la tierra firme*, de Diego Durán, 1579.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A luta dos maias e dos chichimecas contra os espanhóis

Após a vitória sobre os astecas, os espanhóis e os aliados indígenas do centro do México chegaram às terras no sul do México e em parte da Guatemala, região ocupada pelos povos maias e marcada pela enorme diversidade linguística e política: havia mais de 20 línguas maias faladas por populações da região que se distribuíam em centenas de vilas e povoados. Usando a mesma estratégia empregada contra os astecas, os espanhóis formaram alianças com alguns povos maias para derrotar outros.

Desse modo, em 1524, um desses grupos maias, os quiché, foram atacados por uma coalizão formada por espanhóis, outros maias e aliados indígenas do centro do México. Os maia-quiché foram derrotados nesse mesmo ano, mas a aliança dos espanhóis com os grupos maias associados a eles não durou. Os indígenas revoltaram-se contra a tentativa dos espanhóis de lhes impor tributos em ouro e iniciaram uma rebelião ainda em 1524, que foi progressivamente derrotada, mas com focos de resistência que chegaram até 1547.

Os espanhóis encontraram alguma dificuldade para conquistar o território que hoje corresponde ao norte do México e sul dos Estados Unidos. Essa região, conhecida como Aridoamérica, estava ocupada por enorme diversidade de povos ameríndios, genericamente chamados "chichimecas", que se organizavam em grupos relativamente pequenos e nômades, e suas principais atividades econômicas eram a caça e a coleta de frutos e de raízes. Assim, eles não se conglomeravam em vilas ou cidades e não estavam habituados a pagar tributos ou a se submeter politicamente a um centro dominador. Esses povos conseguiram empreender diversas formas de resistência às conquistas e à colonização, seja pela rejeição às tentativas espanholas de fixar as residências e de catequisar os que eram derrotados ou capturados, seja pelo deslocamento de todo o grupo para regiões mais inacessíveis e distantes das vilas, dos fortes e das missões religiosas espanholas.

Além disso, os chichimecas também empreenderam ataques aos assentamentos espanhóis durante todo o período colonial, fazendo com que o domínio espanhol fosse bastante instável e incompleto. Tanto na região dos maias quanto na dos chichimecas, também ocorreram diminuições populacionais bastante significativas, seja em decorrência das guerras, seja das epidemias, fato que, a médio e longo prazos, contribuiu para o progressivo controle político e comercial que os espanhóis estabeleceram nessas regiões.

No território que compreende o atual norte da Guatemala, Belize e El Salvador, as conquistas espanholas sobre os maias foram demoradas e obtiveram resultados bastante frágeis e limitados, pois, na região, não havia um único poderoso grupo maia a ser conquistado, mas muitos pequenos reinos. Assim, a vitória sobre um reino maia não garantia o domínio de outros territórios. Como resultado disso, o processo de conquista durou quase dois séculos e nunca se realizou por completo, pois muitos povos maias conseguiram manter-se relativamente livres da dominação espanhola até o final do período colonial.

EDUCATION IMAGES/UNIVERSAL IMAGES GROUP/GETTY IMAGES

Mulheres com ascendência maia vendem roupas em um mercado na cidade de Antígua Guatemala, na Guatemala. Foto de 2015.

Para ler

Popol Vuh – o esplendor da palavra antiga dos maias-quiché de Quauhtlemallan: aurora sangrenta, história e mito

Josely Vianna Baptista, Francisco França e Adrián Recinos. São Paulo: Ubu, 2019.

O *Popol Vuh* é um relato da cosmogonia e da mitologia heroica dos maias-quiché da Guatemala. Essa edição apresenta uma introdução do guatemalteco Adrián Recinos, que traz informações detalhadas sobre o *Popol Vuh* e seu entorno histórico e cultural, e um texto do arqueólogo Daniel Grecco Pacheco sobre o papel e a importância dessa obra para o entendimento da cultura maia. Além disso, o livro é ilustrado com base em cenas do *Popol Vuh* representadas em outras produções da cultura material dos povos maias como cerâmicas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PROIBIDA

Queda do Império Inca

O Império Inca era uma rede de dominação efetivada por guerras e alianças que abrangiam quase a totalidade da região hoje ocupada por Peru, Bolívia e Equador, além de parte dos territórios correspondentes aos atuais Argentina e Chile. As rivalidades e as tensões entre os incas e outros povos dos Andes eram constantes. Além disso, os incas organizavam-se em uma sociedade bastante hierarquizada e que abrigava grupos políticos rivais. Esse contexto contribuiu para o sucesso espanhol no domínio da região andina.

Os espanhóis realizaram expedições para a América do Sul, partindo da região correspondente ao atual Panamá, sob o comando de Francisco Pizarro e Diego de Almagro a partir de 1524. Em 1531, a terceira expedição saiu do Panamá com cerca de 30 cavalos e 180 homens com o objetivo de conquistar os incas. Atahualpa, imperador inca, que estava no norte do Peru e a caminho de Cuzco, recebeu uma comitiva espanhola que, de surpresa, o aprisionou em 1532.

Apesar de os incas terem pago o resgate, os espanhóis assassinaram o imperador e logo se dirigiram a Cuzco para garantir seu domínio e firmar acordo com Manco Capac II, rival de Atahualpa, que pretendia se tornar governante máximo dos incas. Esse acordo, no entanto, não persistiu. As elites incas de Cuzco, sob o comando do próprio Manco Capac, não aceitaram as exigências dos espanhóis e os expulsaram de Cuzco.

Os espanhóis, no entanto, novamente atacaram os incas, o que levou, em 1536, Manco Capac e seus seguidores a se refugiar na cidade de Vilcabamba, onde resistiram ao domínio espanhol por quase quatro décadas. Durante esse longo período, a resistência inca de Vilcabamba intercalou-se com negociações políticas e tentativas de acordos de paz com os espanhóis, que voltaram a se estabelecer em Cuzco e a fazer alianças com outras linhagens de nobres incas dessa cidade.

De modo geral, os outros povos ameríndios da região viam na queda dos dominadores incas a oportunidade de retomar a autonomia, e muitos deles, como os **aimarás**, estabeleceram acordos políticos e tributários com os espanhóis que, progressivamente, ampliavam seus domínios.

A derrota dos incas e o estabelecimento de um progressivo domínio espanhol na região dos Andes Centrais, onde estão os atuais Peru e Bolívia, não significaram o domínio de toda a porção da América do Sul que faria parte da América espanhola. A região sul da América do Sul, por exemplo, foi tomada pelos espanhóis em um processo mais lento, difícil e, portanto, com mais espaço para a manutenção de autonomia política e de resistência por parte de muitos povos ameríndios, como os chiriguano, da região do atual Paraguai, e os araucano, da região do atual Chile. Esses povos resistiram ao poder espanhol durante praticamente todo o período colonial e, portanto, de algum modo, não chegaram a ser dominados.

Contudo, os processos de resistência como os dos povos chiriguano e araucano não impediram a predominância do poder espanhol no continente. À medida que se concretizava o processo de colonização, a América era cada vez mais incluída na lógica do mercado globalizado.

Dançarinos participam do festival inca Quyllurit'i, realizado nas proximidades de Cuzco, no Peru. Foto de 2016. A celebração é uma das mais antigas tradições do continente americano.

REISEGRAF.CH/ALAMY/FOTOARENA

MODERNA

Consolidação do poder espanhol nas colônias

Após a consolidação de domínios no continente, a monarquia espanhola procurou implantar sua autoridade na América de modo mais efetivo. Para isso, fundou em 1503 a **Casa de Contratação**, sediada em Sevilha. Cabia a esse órgão a gestão dos negócios coloniais, o controle do exclusivo comercial metropolitano e a fiscalização da cobrança do quinto. Nesse mesmo ano foi instituído o **regime de porto único**, que estabelecia a exclusividade do porto de Sevilha no comércio com as colônias. Posteriormente, a Casa de Contratação autorizou a passagem de navios também pelo porto de Cádiz. O **Conselho das Índias**, criado em 1524, era a instituição encarregada de tomar as decisões relativas às colônias. Sua tarefa principal era a elaboração de leis e decretos para as colônias e o controle dos funcionários reais estabelecidos na América.

A instituição política e administrativa mais importante e poderosa implementada pela Coroa espanhola nas colônias foi a dos **vice-reinos**, ou vice-reinados, comandados por dois vice-reis, que deviam ser considerados autoridades máximas locais, subordinadas apenas ao rei da Espanha. O Vice-Reino da Nova Espanha (1535) e o do Peru (1543), primeiros a serem criados, tinham como capitais, respectivamente, a Cidade do México e Lima. Posteriormente, foram estabelecidos os Vice-Reinos de Nova Granada (1717) e do Rio da Prata (1776).

Os vice-reinos espanhóis na América ocupavam uma posição política comparável à de outros reinos que compunham a monarquia espanhola, como o de Castela e Aragão. Apesar de politicamente subordinados, não eram considerados simples colônias. Desse modo, não havia proibições para que se fundassem escolas, universidades e imprensas na América ou que se formassem nobrezas políticas nos vice-reinos.

Estruturas político-administrativas

As principais instituições políticas e jurídicas implementadas pela Espanha nos vice-reinos foram:

- **Governadoria**: os governadores, ou *adelantados*, eram os principais representantes da Coroa antes da fundação dos vice-reinos. A autoridade militar, jurídica e administrativa dos *adelantados* era ampla. Com o crescimento da autoridade do vice-rei, eles foram gradualmente perdendo poder nas regiões centrais das colônias.
- **Audiência**: presidida por um juiz, era uma espécie de tribunal judicial supremo que podia acumular poderes administrativos. A aplicação da justiça em cada vice-reino estava dividida territorialmente entre várias audiências.
- ***Alcaldía mayor*** ou ***corregimiento***: subdivisão jurídica e administrativa dos vice-reinos em grupos regionais de vilas ou cidades.
- ***Cabildo*** ou **conselho**: governo municipal estabelecido em cada cidade ou vila. Tinha por função regular a vida dos habitantes, fiscalizar as propriedades públicas, resolver conflitos com as vilas indígenas, organizar o pagamento dos tributos e cuidar do abastecimento e da administração pública. Os integrantes dos *cabildos* escolhiam os membros da *alcadía mayor* e eram compostos das elites locais, formadas por espanhóis e *criollos*, filhos de espanhóis nascidos na América.
- **República de Índios**: conjunto de cidades, vilas e povoados indígenas subordinado aos espanhóis. As repúblicas organizavam-se em grupos associados a uma cidade ou vila principal. Cada um deles se relacionava com o governo espanhol por meio de um corregedor de índios, autoridade normalmente originada da nobreza indígena.

Quinto: imposto que correspondia à quinta parte do ouro, da prata e dos diamantes extraídos do território colonial.

Corregedor: responsável por um *corregimiento*, unidade administrativa instituída pelos espanhóis na América. Assim, os corregedores eram uma espécie de administradores municipais responsáveis por garantir o recolhimento de tributos e a manutenção de estradas, manter o registro atualizado dos colonos, entre outros. Os corregedores indígenas também eram responsáveis pela aplicação da justiça em primeira instância entre os nativos e pela permanência deles nas reduções.

América espanhola: divisão político-administrativa – século XVIII

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: DUBY, G. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003. p. 241.

Em geral, o governo das vilas e das cidades indígenas funcionava segundo modelos políticos antigos, e a escolha dos caciques e de outras autoridades era feita de acordo com tradições de origem pré-hispânica. Apesar disso, algumas vilas e cidades indígenas adotaram o *cabildo* como forma de administração municipal.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Atividades econômicas

Aluvião: depósito de sedimentos (cascalho, areia e lama) formado na união de rios ou em planícies que sofrem inundações em consequência da ação da água. Entre os sedimentos é possível encontrar ouro e outros minerais.

A atividade econômica desenvolvida na América que mais gerou lucros e tributos à Coroa espanhola foi a **mineração**. Desde o início da colonização, os espanhóis se apoderaram do ouro e das demais riquezas acumuladas nos impérios Asteca e Inca e extraíram ouro de aluvião na região do Caribe e na América Central, recorrendo ao trabalho compulsório de indígenas.

Em meados do século XVI, a descoberta de grandes jazidas de prata em Potosí, no Alto Peru (atual Bolívia), representou uma mudança no cenário da exploração de metais preciosos na América espanhola. A extração da prata tornou-se a atividade predominante da economia colonial espanhola e resultou em ampla ocupação da região mineradora.

Juridicamente, as minas não eram propriedade privada. O subsolo estava sob o poder exclusivo da Coroa. Os mineradores receberam, porém, em caráter permanente, concessões para explorar as terras desde que pagassem à Espanha os devidos tributos. Os impostos oriundos dessa atividade chegaram a render cerca de 20% da receita do governo espanhol. Mais tarde, a necessidade de comprar equipamentos especializados para a extração dos metais no fundo das minas, que exigia investimentos elevados, eliminou os pequenos e médios concessionários, deixando a atividade mineradora nas mãos de grupos financeiros elitizados.

Além da mineração, desenvolveram-se atividades agrícolas em grandes propriedades rurais monocultoras chamadas ***haciendas***. No Caribe, o clima e o solo favoreceram o cultivo da cana-de-açúcar, principalmente com o emprego de mão de obra de africanos escravizados. Os maiores centros açucareiros eram Cuba e a Ilha Hispaniola, onde também se cultivava tabaco. Na região correspondente à atual Venezuela, desenvolveu-se grande produção de cacau. A comercialização desses produtos era exclusividade da metrópole.

Em complemento a essas atividades econômicas, praticava-se a pecuária, para a alimentação da população e o fornecimento de animais de tração, além do comércio de produtos oriundos das chamadas ***obrajes***, unidades produtoras de tecidos e de outros artigos, que empregavam principalmente mão de obra indígena.

Remessas de metais da América para a Espanha – 1581 a 1630

Década	Ouro (kg)	Prata (kg)
1581-1590	12.101	2.103.027
1591-1600	19.451	2.707.626
1601-1610	11.764	2.213.631
1611-1620	8.885	2.192.255
1621-1630	3.889	2.145.339

Fonte: VILAR, P. *Ouro e moeda na história*: 1450-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 237-238.

SALVATORE FERRI/SHUTTERSTOCK

Trabalhadores em mina de prata de Potosí, Bolívia. Foto de 2013. A extração mineral na montanha mais explorada durante o período colonial continua ativa. Ainda hoje, a maioria dos trabalhadores é de origem indígena (aimará) e recebe cerca de 1.500 pesos bolivianos (moeda oficial da Bolívia), que correspondem, aproximadamente, a 500 reais por mês. A expectativa de vida de um mineiro em Potosí é de 45 anos de idade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EDEBÊ

Grupos sociais

No início da colonização, o governo ficou a cargo dos altos funcionários enviados pela Coroa espanhola, os ***chapetones***, como eram conhecidos os nascidos na Espanha. Após o período inicial, o governo local, exercido nos *cabildos*, passou a ser controlado também pelos ***criollos***, que eram, em geral, proprietários de terras e de minas e criadores de gado.

Abaixo dos *criollos*, estavam os **mestiços** de espanhóis com indígenas. Eles não tinham direitos políticos e trabalhavam como artesãos, administradores e capatazes das propriedades. A base da sociedade colonial era formada por **indígenas**, empregados na agricultura e nas minas, e por **africanos escravizados**, que trabalhavam principalmente nas grandes propriedades agrícolas.

Os indígenas e seus descendentes formavam o maior grupo social na América espanhola. Sua presença era especialmente marcante nas regiões do México, do Peru e da Bolívia. A presença de africanos escravizados foi menos significativa que a indígena na América espanhola e muitos deles foram levados para o território que corresponde às atuais Venezuela e Colômbia, onde o declínio da população indígena foi acentuado.

Dados apresentados na legenda foram extraídos de ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 69.

MIGUEL CABRERA - MUSEU DA AMÉRICA, MADRI

Representação de uma família na América hispânica, pintura de Miguel Cabrera, 1763. O pai tem origem europeia e a mãe é indígena ou mestiça (filha de espanhol ou *criollo* com indígena).

Miscigenação e preconceito

O processo de colonização determinou novas relações sociais na América. A miscigenação e as uniões inter-raciais, por exemplo, foram praticadas em todas as camadas da população. No entanto, o processo de mestiçagem foi acompanhado por forte preconceito social: foram impostas barreiras e formalizadas discriminações que até hoje dificultam a plena integração da população mestiça nas sociedades latino-americanas.

Os mestiços de europeus e indígenas, africanos e europeus, indígenas e africanos etc. engrossavam as fileiras dos excluídos sociais. A maioria das uniões interétnicas não era oficializada pelo matrimônio católico, embora se tornassem cada vez mais frequentes. A miscigenação cresceu tanto que a Coroa espanhola, preocupada com o descontrole populacional, estabeleceu uma série de restrições aos mestiços, como proibi-los de viver entre os indígenas, além de obrigá-los a receber educação cristã.

MILLIE BAYER/ALAMY/FOTOARENA

Vendedora de frutas afro-colombiana posa para foto em Cartagena, na Colômbia. Foto de 2015. Calcula-se que cerca de 4 milhões de africanos escravizados foram levados para a região do Caribe durante todo o período colonial, considerando não apenas as colônias espanholas, mas também as da Grã-Bretanha, da França e da Holanda nessa região.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Ingleses na América

Ao longo dos séculos XV e XVI, a Inglaterra enfrentou guerras, disputas dinásticas e conflitos religiosos desencadeados pela Reforma Protestante que culminaram na perseguição de parte da população inglesa, especialmente os protestantes calvinistas. A turbulência interna consumiu recursos e adiou a expansão colonial inglesa para fins do século XVI, quando Portugal e Espanha já haviam fundado vários núcleos coloniais na América.

Em 1584, a rainha Elizabeth I concedeu permissão ao nobre inglês Walter Raleigh para que ocupasse vastas extensões de terras na América do Norte em troca de parte do ouro e da prata que eventualmente fossem descobertos no território. Nas terras tomadas, Raleigh fundou a colônia de Virgínia. Porém, em dois anos, em razão da fome, das doenças e dos ataques indígenas, o projeto de colonização inglesa foi interrompido.

No início do século XVII, a Coroa inglesa retomou as atividades colonizadoras. Dessa vez, a tarefa foi confiada às companhias de comércio de Londres e de Plymouth, que fundaram os primeiros núcleos de povoamento permanente. Assim, em setembro de 1620, algumas famílias, a bordo do navio *Mayflower*, deixaram a Inglaterra em busca de uma nova vida do outro lado do Atlântico.

Os protestantes calvinistas, ou puritanos, que viajaram a bordo do *Mayflower* foram para a América por iniciativa e com recursos próprios. As famílias eram formadas por comerciantes e pequenos proprietários rurais ingleses que sonhavam encontrar na América uma terra na qual pudessem viver sem as perseguições do Estado. Eles desembarcaram na costa do atual estado de Massachusetts em dezembro de 1620, onde fundaram o núcleo de Plymouth, dando início à colonização da Nova Inglaterra, nome pelo qual as colônias do norte passaram a ser chamadas.

Os puritanos, no entanto, não foram os únicos a viajar para a América. Além deles, muitos órfãos, miseráveis, mulheres sem posses e degredados foram enviados forçosamente para o continente a mando das autoridades inglesas, que viam na colonização uma oportunidade para livrar-se das pessoas consideradas indesejáveis.

Grande parte dessas pessoas não tinha condições de arcar com os custos da viagem para a América. Como solução, comprometia-se a trabalhar para um colono em troca do financiamento da viagem. Essa modalidade de trabalho, conhecida como **servidão temporária**, ajudou a intensificar a imigração para a América. Geralmente, o período de servidão durava de quatro a sete anos. No século XVII, a principal força de trabalho nas colônias era a dos servos temporários.

Fundação das Treze Colônias

Após Plymouth, outros núcleos coloniais foram fundados na costa atlântica da América do Norte, alguns por suecos (centro) e por holandeses (Nova Amsterdã, atual Nova York). Todos eles, a partir de 1664, passaram para o domínio inglês, formando, com os núcleos fundados no sul, as **Treze Colônias**.

As Treze Colônias eram núcleos independentes, com bastante autonomia política e liberdade religiosa. Enfraquecida pelas divisões político-religiosas, a Inglaterra não conseguiu impor nas colônias o modelo implantado pelas monarquias ibéricas, que tinha como base a supervisão da produção e do acúmulo de riquezas e a centralização das decisões.

Na América britânica, diferentemente do que ocorreu nas colônias ibéricas, grande parte das decisões permaneceu na esfera local. Essa relativa independência favoreceu a implantação de distintos modelos de colonização nas diversas regiões do território e, consequentemente, diferentes formas de participação da economia globalizada na época.

As Treze Colônias

Fonte: *Atlas histórico escolar*. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 62.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. FERNANDO JOSÉ FERREIRA

MODERNA

Distintas formas de colônias

Nas **colônias do norte**, onde protestantes puritanos predominavam, multiplicaram-se pequenas propriedades rurais que apresentavam uma produção diversificada com base no trabalho familiar.

Ao lado da policultura, a pecuária recebeu forte impulso com a criação de gado bovino e ovino, responsável pelo desenvolvimento das indústrias de carne, banha e tecidos. A pesca e a construção de navios, com a madeira local processada nas serrarias, também eram atividades importantes.

A produção manufatureira beneficiou-se da existência de mão de obra especializada e de matéria-prima disponível. Nas oficinas e fábricas, formou-se uma sociedade dinâmica, com os ricos empresários urbanos no topo da escala social, seguidos pelos pequenos proprietários rurais, pelos comerciantes, pelos artesãos e pelos trabalhadores braçais.

As **colônias do sul** ofereceram amplas possibilidades para a economia de exportação mercantilista. As condições naturais (planícies extensas cortadas por rios navegáveis, clima subtropical e solo fértil) propiciaram a implantação do sistema de *plantation*, que consistia em grandes fazendas especializadas no cultivo de tabaco, arroz, índigo e algodão. Nessas áreas, empregou-se majoritariamente a mão de obra de africanos escravizados. À medida que o escravismo predominava nas relações de produção, muitas pequenas e médias propriedades, sem recursos para a compra de cativos, eram absorvidas pelas grandes.

Os ricos fazendeiros participavam da vida pública prestando serviços como juízes de paz, oficiais de milícias e membros dos órgãos legislativos locais. Nas colônias do sul, o contraste entre o poder político e socioeconômico dos fazendeiros e a grande quantidade de escravizados originou uma sociedade marcada pela desigualdade social e étnica.

As últimas colônias fundadas na América inglesa foram as **centrais**, localizadas entre a Nova Inglaterra e as colônias sulistas. O povoamento britânico dessa área teve início com a fundação, em 1681, da colônia da Pensilvânia.

No século XVIII, a região abrigava cerca de 30 mil habitantes de credos e línguas diferentes. Na Filadélfia, capital da Pensilvânia, predominavam os *quakers*, que formavam um grupo religioso fundado na Inglaterra por volta de 1640. Pacifistas, os *quakers* defendiam a liberdade religiosa e o retorno à espiritualidade do cristianismo primitivo.

Para ler

A letra escarlate

Nathaniel Hawthorne. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

O livro, publicado em 1850, tem como cenário a cidade de Boston durante o século XVII e narra a história de Hester Prynne, condenada por adultério a usar a letra A escarlate costurada em seu vestido. A obra apresenta a mentalidade puritana do início da colonização dos Estados Unidos e a influência desse pensamento sobre a sociedade.

Administração e economia

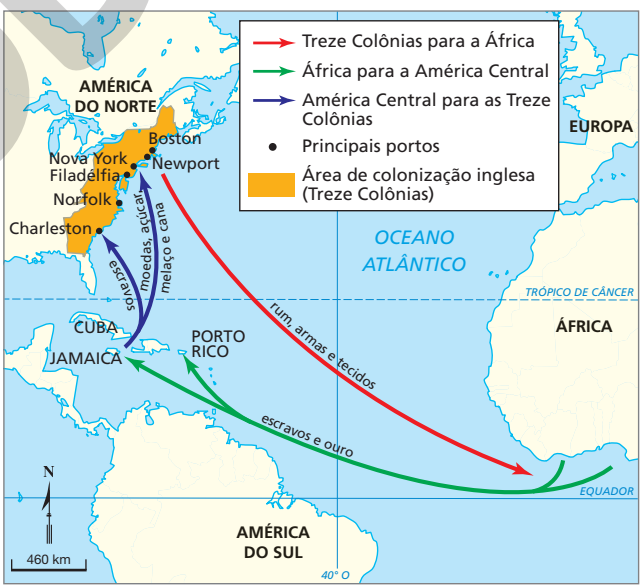
Cada colônia tinha um governador que podia ser nomeado pela Coroa, como era costume no sul, ou ser eleito, prática utilizada no norte e no centro. Em cada região havia um Conselho, ou Câmara Alta, geralmente composto de indivíduos nomeados pelos segmentos mais influentes. Esse Conselho funcionava como um órgão de apoio ou de assessoramento do governador nos assuntos coloniais.

A autonomia concedida pela Grã-Bretanha a suas colônias na América facilitou o estabelecimento de relações comerciais diversificadas, como o chamado **comércio triangular**, que consistia em negociações diretas entre as Treze Colônias, as Antilhas e a África.

Os colonos da Nova Inglaterra compravam açúcar e melaço nas Antilhas, transformavam o melaço em rum e trocavam a bebida por pessoas escravizadas na costa africana. Em seguida, vendiam os escravizados para as Antilhas e as colônias do sul, que os utilizavam como mão de obra nas grandes propriedades monocultoras.

Parte dos altos lucros obtidos pelos colonos na América era reinvestido na compra de mais melaço e açúcar das Antilhas, dando continuidade ao ciclo mercantil e garantindo grande poder econômico para os mercadores das Treze Colônias.

Comércio triangular



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: NARO, Nancy Priscilla S. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1987. p. 15.

Análise cartográfica

Que artigos eram produzidos na América e vendidos na África? O que era levado da África para as Antilhas?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Diferenças entre colonização dos Estados Unidos e dos países da América Latina

Até pouco tempo atrás, acreditava-se que a atual diferença econômica entre os Estados Unidos e os países da América Latina era devida a seus distintos modelos de colonização: na América espanhola e portuguesa, teriam sido implantadas colônias de exploração, ao passo que, na América inglesa, as colônias teriam sido de povoamento. Segundo essa análise, as regiões colonizadas por Portugal e Espanha serviriam apenas de fonte ocasional de metais preciosos e de outros produtos valorizados no comércio lucrativo para as metrópoles, enquanto na América inglesa os colonizadores se fixavam definitivamente nas terras colonizadas. Essa teoria, porém, tem sido contestada por diversos estudiosos.

"Há uma ideia associada a essa que versa sobre a qualidade dos colonos. Para as colônias de exploração, as metrópoles enviaram o 'refugo': aventureiros sem valor [...]. As colônias de povoamento receberiam o que houvesse de melhor nas metrópoles, gente de valor [...] trazendo na bagagem apenas honradez e a *Bíblia*. [...]

[Entretanto], no século XVII, quando a América espanhola já apresentava universidade, bispados, produções literárias e artísticas de várias gerações, a costa inglesa da América do Norte era um amontoado de pequenas aldeias atacadas por índios e rondadas pela fome. [...]

A falta de um efetivo projeto colonial aproximou os Estados Unidos de sua independência. As Treze Colônias nascem sem a tutela direta do Estado. [...] Quando a Coroa britânica tentou implantar um modelo sistemático de pacto colonial, o resultado foi o desastre. Em suma, quando Londres tentou imitar Lisboa, já era tarde demais.

O mundo ibérico dá a ideia de permanência. Construir e reformar ao longo de três séculos uma catedral como a da Cidade do México não é atitude típica de quem quer apenas enriquecer e voltar para a Europa. [...]

Quando os norte-americanos encontraram, enfim, ouro na Califórnia e no Alasca, o comportamento dos puritanos não foi muito distante do dos católicos das Minas Gerais. A cobiça, o arrivismo e a violência não parecem muito dependentes da religião ou da suposta 'raça'."

KARNAL, L. Comparações incômodas. *In*: KARNAL, L. *et al. História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 25-29.

BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Representação de comunidade indígena sioux, pintura de George Catlin, século XIX.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os povos indígenas da América do Norte

Antes da chegada dos europeus à América do Norte, a região era habitada por diferentes povos indígenas, como os pequots, os cheroquis, os iroqueses, os algonquinos e os apaches. Esses povos, que falavam mais de trezentas línguas diferentes, viviam em suas aldeias, organizados de acordo com costumes variados.

Com a chegada dos europeus, principalmente britânicos, muitos territórios indígenas foram violentamente invadidos e tomados para a fundação de núcleos de povoamento. Apoiados na ideia de que deviam cumprir uma missão civilizatória na América, os colonos trataram os indígenas como um obstáculo a ser removido a qualquer custo.

Considerados selvagens e primitivos, muitos nativos americanos foram expulsos de suas terras; outros acabaram reduzidos à condição de escravos. Na Carolina do Sul, por exemplo, em 1708, havia aproximadamente 1.400 nativos escravizados. Os puritanos também adotaram medidas para cristianizar os indígenas, mas elas não foram tão comuns como na América ibérica.

As populações indígenas resistiram muito às investidas dos colonizadores, um dos motivos que explicam o fracasso das primeiras tentativas da Coroa britânica de colonizar o território. A luta dos nativos para manter suas terras e seu modo de vida continuou por todo o período colonial.

Além das guerras e dos deslocamentos forçados, as epidemias também colaboraram para a redução drástica da população nativa da América do Norte.

Os africanos escravizados nas Treze Colônias

A exploração do trabalho de africanos escravizados também ocorreu na América britânica, principalmente nas colônias sulistas, e manteve-se após a independência dos Estados Unidos, em 1776. Os cativos, transportados para a América em navios superlotados e em péssimas condições de higiene, eram vendidos nos mercados americanos.

Estima-se que, entre 1619 e 1860, cerca de 400 mil africanos escravizados foram levados para os Estados Unidos para trabalhar principalmente nas plantações sulistas.

Diversas leis foram criadas para manter a escravidão nas Treze Colônias. Uma delas, que entrou em vigor na Virgínia em 1662, por exemplo, estabelecia que filhos de mãe africana seriam escravos. Sete anos depois, outra lei determinava que, caso algum escravizado morresse em decorrência de maus-tratos, seus donos não seriam condenados por assassinato. Na Carolina do Sul, criou-se um código que estabelecia normas e condutas referentes à vida das pessoas escravizadas.

Assim como os indígenas, os africanos escravizados resistiram à condição que lhes foi imposta de diversas formas: por meio do assassinato de colonos, fugas das fazendas, promoção de revoltas, trabalho lento, simulação de doenças, automutilação etc. Em 1740, por exemplo, escravizados tentaram envenenar o sistema de abastecimento de água da cidade de Nova York.

Trocando ideias

No processo de colonização da América do Norte, a ocupação do território foi caracterizada pela expulsão e remoção dos povos nativos de suas terras originais. A população indígena no atual território dos Estados Unidos foi reduzida de 10 milhões, no século XVI, para 3 milhões em 2010 (0,9% do total da população do país).

Em 2007 foi aprovada, por 143 países, a Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que reconheceu e reafirmou os direitos desses povos, como o direito à terra, aos territórios e aos recursos que possuem e ocupam tradicionalmente. Os Estados Unidos foram contrários a essa declaração.

- Em sua opinião, qual deve ser o papel do Estado diante da redução das comunidades indígenas?

15 WHITE COATS

Os dados numéricos referentes às Treze Colônias foram extraídos da obra: KARNAL, L. *et al*. *História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2008.

Negros estadunidenses, estudantes de medicina da Universidade de Tulane em frente a uma antiga fazenda de escravizados em Louisiana, em 2019. A estudante Sydney Labat escreveu: "Somos verdadeiramente os sonhos mais arrojados dos nossos ancestrais".

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ATIVIDADES

Registre no caderno.

1. Leia as afirmativas a seguir e identifique as incorretas, corrigindo-as em seu caderno.

a) A adoção do protecionismo alfandegário atendia simultaneamente aos interesses dos comerciantes e do Estado.

b) As práticas mercantilistas adotadas entre os séculos XV e XVII fomentaram a competição entre as principais potências econômicas da época.

c) A expansão marítima europeia foi iniciada por navegantes de origem holandesa que, desde o século XIII, trafegavam pelo Oceano Atlântico.

d) Durante a Idade Moderna, as práticas mercantilistas adotadas pelos Estados europeus eram fundadas nos princípios da livre concorrência econômica.

e) Os Atos de Navegação foram importantes para o desenvolvimento da marinha mercante inglesa por estabelecer que os produtos só poderiam ser comercializados para a Inglaterra se fossem transportados em navios do país.

2. Leia o documento a seguir e responda às questões.

> "Caros e bem amados: fomos advertidos de que, para importar no nosso reino tecidos de ouro e de seda, cada ano sai dele a quantia de quatro ou cinco mil escudos de ouro aproximadamente [...] seria bem cômodo introduzir no nosso reino a arte de fazer os ditos tecidos de ouro e de seda, especialmente na nossa cidade de Lion, onde a dita arte já foi iniciada por particulares, considerando o grandíssimo bem que daí poderá advir para o interesse público, ordenamos introduzir a dita arte na nossa cidade de Lion e por esta causa fazer vir para ela homens e mulheres experientes... [dando assim trabalho a] cerca de dez mil pessoas presentemente ociosas."

Carta de Luís XI, de 15 de dezembro de 1466, à cidade de Lion. *In*: FREITAS, G. *900 textos e documentos de história*. Lisboa: Plátano, [s. d.]. v. II, p. 58.

a) A carta foi dirigida à cidade francesa de Lion. Quem a redigiu e qual era a solicitação aos governantes da cidade?

b) Quais são as três práticas mercantilistas apontadas no documento?

3. O que foi o Tratado de Tordesilhas? Por que Portugal acatou as determinações papais?

4. Relacione o texto a seguir ao que você estudou neste capítulo e, depois, faça o que se pede.

> "Em outras palavras, parece-nos fundamental perceber que as cidades e entidades políticas mesoamericanas não foram vítimas de um processo levado a cabo apenas pelos castelhanos e suas instituições. Mesmo em México-Tenochtitlán, a capital mexica derrotada e que se tornará o centro da administração da Nova Espanha, os castelhanos nomearam governadores indígenas da linhagem de Moctezuma [...], garantindo uma continuidade que visava dar legitimidade às novas instituições e ordem política aos olhos da população [...] em geral.
>
> Considerar essas forças políticas e agentes ameríndios para explicar a conquista de México-Tenochtitlán ou dos territórios da Nova Espanha não significa desconsiderar ou minimizar as atrocidades cometidas pelos castelhanos ou, muito menos, despolitizar a análise desse processo. Ao contrário, significa construir modelos de análise mais complexos, incorporando os povos indígenas como grupos identitariamente distintos entre si, com divisões e hierarquias sociais internas, com instituições próprias e como sujeitos de escolhas e alianças políticas. [...]"

SANTOS, E. N. As conquistas de México-Tenochtitlán e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. *História Unisinos*, v. 18, n. 2 maio/ago. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2014.182.02/4202>. Acesso em: 9 mar. 2020.

a) Defina a importância de algumas elites indígenas para a consolidação da conquista espanhola da América.

b) Explique como os espanhóis utilizaram as rivalidades indígenas a favor do processo de colonização.

c) Cite um grupo indígena que resistiu à dominação espanhola e as formas de resistência utilizadas por ele.

5. Observe a imagem e, depois, relacione os elementos representados nela aos princípios mercantilistas do período.

AELBERT CUYP - RIJKSMUSEUM, AMSTERDÃ

Mercador acionista da Companhia das Índias Orientais, pintura de Aelbert Cuyp, c. 1640-1660.

6. Escreva um pequeno texto com uma análise crítica das palavras do poeta contemporâneo chileno Pablo Neruda ao referir-se à conquista da América pelos espanhóis.

> "[...] a espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem [...]."

NERUDA, P. *In*: ROMANO, R. *Mecanismos da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 13.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EXPOSIÇÃO

7. Observe a charge e, depois, responda às questões.

ROBERT ARIAIL © 2015 ROBERT ARIAIL-THE STATE/DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION FOR UFS

Eu digo: deixe-os entrar! Que mal poderia acontecer?!
Charge de Robert Ariail, 2015.

a) Que grupos sociais são representados conversando e chegando no barco?

b) Que momento histórico é representado na charge?

c) Em que consiste o humor da tirinha?

8. Caracterize a estrutura político-administrativa das Treze Colônias, diferenciando-a do tipo de administração que se desenvolveu na América espanhola.

9. Leia o texto a seguir, relacione-o com o que você estudou neste capítulo e responda às questões.

> "O preconceito [...] não foi o único dano que os ingleses causaram aos índios. [...] A imigração europeia havia introduzido na América do Norte doenças para as quais os nativos não tinham defesa.
>
> Embora o fato seja bem pouco conhecido da história norte-americana, os índios também foram escravizados. Os colonos das Carolinas, em particular, desenvolveram o hábito de vender os índios como escravos. [...]
>
> É natural imaginar uma reação indígena. A expansão agrícola por sobre áreas indígenas originou violentos ataques às terras dos colonos. No começo da colonização, mais de uma aldeia inglesa foi arrasada por ataques de índios. [...]
>
> De várias formas os índios resistiram à violência da colonização. Uma maneira comum era fugir para o interior, estratégia que seria utilizada até o século XIX. [...] Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os índios fizeram várias alianças com franceses contra os ingleses."
>
> KARNAL, L. *et al. História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2008. p. 59-62.

a) Como os europeus contribuíram para a dizimação de povos indígenas na América do Norte?

b) Que formas de resistência adotadas pelas populações indígenas na América do Norte são citadas no texto?

10. Dissertação. Leia o trecho a seguir e, com base em seus conhecimentos, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema "A globalização no período mercantilista e no século XXI".

> "Alguns autores preferem analisar [a globalização] a partir dos chamados aspectos materiais: fluxos de comércio, de capital e de pessoas facilitados por um contexto de avanço na comunicação eletrônica que parece suprimir as limitações da distância e do tempo na organização e na interação social. Concordamos com a percepção de que a globalização representa uma '[...] mudança ou transformação na escala da organização social que liga comunidades distantes e amplia o alcance das relações de poder nas grandes regiões e continentes do mundo' [...]."
>
> MARIANO, K. P. Globalização, integração e o Estado. *Lua Nova*, n. 71, p. 124, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n71/04.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.

Enem e vestibulares

11. (Enem-MEC)

> **"O canto triste dos conquistados: Os últimos dias de Tenochtitlán**
>
> Nos caminhos jazem dardos quebrados;
> os cabelos estão espalhados.
> Destelhadas estão as casas
> Vermelhas estão as águas, os rios, como se alguém as tivesse tingido,
> Nos escudos esteve nosso resguardo,
> mas os escudos não detêm a desolação..."
>
> PINSKY, J. *et al. História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007. (Fragmento)

O texto é um registro asteca, cujo sentido está relacionado ao(à):

a) tragédia causada pela destruição da cultura desse povo.

b) tentativa frustrada de resistência a um poder considerado superior.

c) extermínio das populações indígenas pelo exército espanhol.

d) dissolução da memória sobre os feitos de seus antepassados.

e) profetização das consequências da colonização da América.

12. (UFF-RJ) A colonização inglesa nas Trezes Colônias da América, estruturada durante os séculos XVII e XVIII, apresentou características distintas nas regiões norte e sul. Na região norte, destacamos a(o):

a) utilização da mão de obra escrava africana.

b) produção exclusiva para o mercado externo.

c) proteção às culturas agrícolas do tabaco e do algodão.

d) desenvolvimento da grande propriedade agrária.

e) fortalecimento da economia mercantil e manufatureira.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

CAPÍTULO

2

A emancipação política dos Estados Unidos, Haiti e países da América espanhola

O processo de expansão marítima ocorrido nos séculos XV e XVI propiciou o intercâmbio inédito de produtos, pessoas e culturas de lugares diferentes. Mas assim como ocorre atualmente com o processo de globalização, essa troca não se realizou da mesma forma em todas as regiões do planeta, tampouco afetou as diferentes sociedades da mesma maneira. Relações de poder se refletiram nesse processo de expansão ultramarina: os europeus empreenderam um projeto de conquista e de exploração, elementos fundamentais para o entendimento da relação construída entre eles e as sociedades que habitavam os lugares onde eles aportaram.

Algumas das consequências dessa relação vão ser estudadas neste capítulo, que destaca um momento posterior ao estabelecimento dessa relação entre "o velho" e "os novos" mundos, quando, nos séculos XVIII e XIX, parte das sociedades formadas na América passou a lutar por sua emancipação política, que, apesar de alcançada, não significou garantia de cidadania e de condições dignas de vida para todos.

Revoluções pela emancipação

Entre o final do século XVII e meados do XIX, os ideais iluministas e liberais inspiraram movimentos revolucionários na Europa e na América. Esses ideais foram fortalecidos na América, sobretudo no final do século XVIII, especialmente após a emancipação das Treze Colônias britânicas (1776) e da Revolução Francesa (1789). É importante destacar que tais ideais e movimentos embasaram os projetos de emancipação de outras colônias.

Os processos de independência política e de formação dos Estados nacionais na América foram liderados, predominantemente, pelas elites locais que estavam descontentes com a dominação colonial mercantilista, especialmente no que se refere à cobrança de impostos, à fiscalização e ao controle das metrópoles europeias sobre as colônias.

Apesar de se guiarem por preceitos presentes no ideal iluminista e na Revolução Francesa, como a liberdade, os projetos revolucionários americanos não contemplavam essa conquista para as camadas sociais mais baixas. Os interesses dos indígenas, camponeses, escravizados africanos e trabalhadores pobres das cidades, como o direito à terra e o fim das formas de trabalho forçado, não eram previstos nos projetos políticos de separar as colônias da metrópole. Pelo contrário, as propostas de emancipação das colônias pretendiam consolidar o poder da elite local na economia e na política dos novos países formados a partir da independência.

FRÉDÉRIC SOLTAN/CORBIS/GETTY IMAGES

Pintura no muro da paz em Santiago, Chile, 2017. Nesse local, diversos artistas expressam suas ideias sobre a paz e a rejeição das várias formas de violência. Nesse trecho, denunciam o assassinato do indígena mapuche Alex Lemun, de 17 anos, ocorrido em fevereiro de 2002. Ele foi morto pela polícia durante uma recuperação pacífica de terras mapuche.
O crime permanece impune. Grande parte da população dos países recém-emancipados da América não teve suas vidas transformadas para melhor em razão da independência. Garantir direitos de cidadão foi, e continua sendo, uma luta diária para parte dos latino-americanos.

MODERNA

A independência das Treze Colônias

As lutas de independência das Treze Colônias na América tiveram início na segunda metade do século XVIII motivadas pela imposição, por parte da Coroa britânica, de medidas que ameaçavam a relativa autonomia dos colonos.

A mudança na política colonial britânica ocorreu por diversos fatores. Um deles foi o desenvolvimento do sistema econômico capitalista na Europa, no contexto da Revolução Industrial, que necessitava de mercados consumidores e de matérias-primas, como o algodão. Desse modo, as colônias da América tinham grande importância para sustentar a industrialização na metrópole.

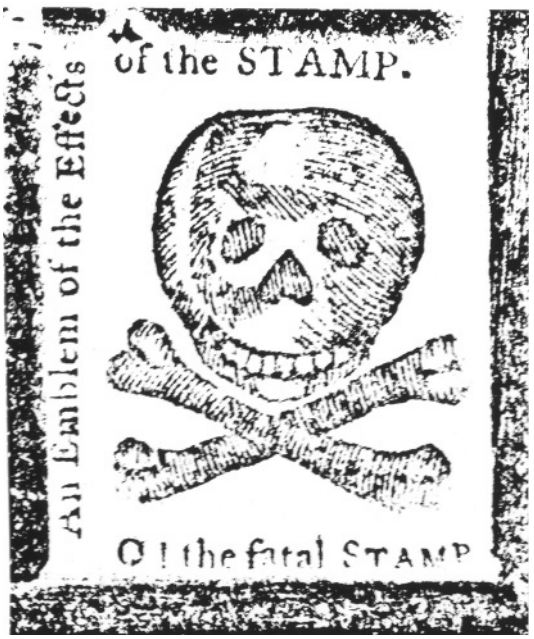
Outro fator que colaborou para a mudança de atitude do governo britânico foi o desdobramento da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). O conflito eclodiu em razão da disputa entre britânicos e franceses por áreas indígenas no continente americano. Apesar de derrotar os franceses, ampliando e consolidando seus domínios na América do Norte, a Grã-Bretanha teve que arcar com os altos custos da guerra. Assim, para compensar as perdas financeiras, o Parlamento britânico instituiu leis que tinham o objetivo de aumentar a arrecadação de impostos das Treze Colônias. Além disso, com o fim dos conflitos com a França, os colonos que exploravam peles e plantavam fumo iniciaram um processo de conquista visando estender seus domínios sobre as terras indígenas entre os montes Apalaches e o Rio Mississípi. Após vários conflitos, eles derrotaram as populações nativas. No entanto, o governo britânico decidiu proibir o acesso deles a várias áreas indígenas colocando-as sob sua proteção por meio da Declaração de 1763. Além de restringir a possibilidade de expansão dos negócios dos colonos, essa declaração inaugurava uma política de interferência da Coroa nos assuntos internos, o que contribuiu para ampliar o descontentamento deles em relação à metrópole.

Leis mercantilistas

Após a vitória na Guerra dos Sete Anos, a imposição das leis que estabeleciam o aumento da carga de impostos sobre os colonos e a criação de um aparato para que elas fossem cumpridas foram as principais estratégias adotadas pela Coroa. Dentre as leis estabelecidas nesse período estão a **Lei do Açúcar** (*Sugar Act*), de 1764, que reduzia o imposto sobre o melaço estrangeiro e aumentava o imposto sobre o açúcar, o café, o vinho, a seda, as roupas brancas e outros produtos; e a **Lei do Selo** (*Stamp Act*), de 1765, que estabelecia que todos os documentos legais e oficiais em circulação nas colônias deveriam receber selos emitidos pela metrópole.

A Lei do Selo provocou grande reação dos colonos, que passaram a boicotar os produtos britânicos. Foram realizados protestos na cidade de Boston e foi criada a Assembleia de Nova York, cujos membros formularam a Declaração dos Direitos e Reivindicações, em que os colonos pleiteavam os mesmos direitos que os britânicos tinham na metrópole, salientando que nenhuma lei poderia ser válida sem uma representação deles na Câmara dos Comuns britânica, e pediam que as leis que restringiam o comércio fossem abolidas. Com isso, em 1766, o Parlamento britânico revogou a Lei do Selo. Mais tarde, porém, novas leis restritivas à autonomia dos colonos seriam impostas: os **Atos Townshend** foram decretadas em 1767 e estabeleceram o aumento das taxas de importação de diversos produtos, como o papel, o vidro e o chá, e a criação de tribunais alfandegários. Essas medidas provocaram novos protestos, boicotes e declarações dos colonos contra elas, que acabaram sendo revogadas.

"Um emblema dos efeitos do selo. Oh! O selo fatal", resposta dos colonos à Lei do Selo, publicada no *Pennsylvania Journal*, em 1765.



COLEÇÃO PARTICULAR

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

THE HISTORY COLLECTION/ALAMY/FOTOARENA

Sociedade de Senhoras Patriotas de Edenton, na Carolina do Norte, gravura de 1775. Algumas mulheres reuniam-se nessa sociedade para organizar boicotes aos produtos britânicos e defender a participação feminina na vida política colonial.

Festa do Chá de Boston e as Leis Intoleráveis

Em maio de 1773, o governo britânico, por meio da **Lei do Chá** (*Tea Act*), concedeu à Companhia das Índias Orientais o monopólio da venda do chá nas colônias, o que arruinou o comércio local do produto. A imposição dessa medida pelo governo visava fortalecer a companhia, que enfrentava dificuldades em seus negócios no Oriente. Além disso, o governo britânico tinha por objetivo, ao impor essa lei, articular de forma melhor os lados ocidental e oriental de seu império colonial.

As respostas coloniais contra essa ação metropolitana foram intensas. A reação mais conhecida ocorreu na noite de 16 de dezembro de 1773, quando alguns colonos, disfarçados de indígenas, atacaram três navios da Companhia das Índias Orientais no porto de Boston e atiraram toda a carga de chá, cerca de 340 caixas, ao mar. Esse episódio ficou conhecido como **Festa do Chá de Boston** (*Boston Tea Party*).

Em reação a essa ação, em 1774 a metrópole britânica impôs um conjunto de leis que ficou conhecido na América como **Leis Intoleráveis**, dentre elas a Lei do Porto de Boston, que interditava o local até que o valor correspondente ao chá lançado ao mar fosse pago pelos colonos. A colônia de Massachusetts, onde está localizada a cidade de Boston, foi tomada por tropas metropolitanas, e sua assembleia, fechada. Todas as demais colônias tiveram de se submeter ao controle militar britânico. Decretou-se também que os participantes do ataque aos navios seriam julgados por tribunais metropolitanos, e não pelas cortes coloniais. Mais do que uma disputa comercial pelo direito ao abastecimento de chá, estava em jogo o domínio colonial britânico na região.

A implementação dessa série de leis mercantilistas explicitou a mudança na política britânica em relação às colônias, ou seja, elas deveriam cumprir efetivamente sua função, gerando riquezas para a metrópole. O novo rigor metropolitano, no entanto, acabou por incentivar o processo de independência das Treze Colônias.

ERIK JACOBS/THE NEW YORK TIMES/FOTOARENA

Visitantes do museu *Boston Tea Party Ships* arremessam caixas de chá no porto da cidade como forma de reconstituir o que ocorreu em 1773. Boston, Estados Unidos, 2012. Para os estadunidenses, a destruição do chá no porto de Boston é um dos eventos mais simbólicos relacionados ao seu processo de emancipação política.

MODERNA

A formação dos Estados Unidos da América

Como visto no capítulo 1, as Treze Colônias da América não formavam uma unidade política e econômica, mas, no contexto das novas políticas da metrópole na segunda metade do século XVIII, aos poucos se uniram pelo sentimento antibritânico.

As colônias do norte desenvolveram uma economia voltada para o mercado interno, com agricultura diversificada e relativamente independente dos interesses britânicos. A agricultura era feita em pequenas propriedades familiares, portanto com mão de obra livre. Também havia uma significativa indústria naval e de rum – feito com a cana e o melado das Antilhas –, a pesca e a exploração de peles de animais. Os comerciantes dessas colônias agiam com grande liberdade em relação à Grã-Bretanha, pelo menos até 1764.

Já as colônias do sul tinham uma economia mais voltada aos interesses metropolitanos. Os principais produtos cultivados eram o tabaco e o algodão, em extensas propriedades com mão de obra escrava. Por dedicar-se essencialmente à produção agrícola para exportação, essas colônias desenvolveram pouco as manufaturas e se tornaram dependentes da importação da Grã-Bretanha para conseguir produtos básicos, como roupas e móveis.

Essas diferenças entre as colônias do norte e do sul foram fundamentais durante o processo de independência e explicam por que, pelo menos em um primeiro momento, os colonos do norte aderiram de forma mais intensa à luta anticolonial que os colonos da região sul.

Ideias em circulação nas colônias britânicas

As ideias do filósofo inglês John Locke, que viveu entre 1632 e 1704, constituíam uma das principais bases do pensamento político britânico. Seu ideário repercutia também na América, levado ao continente pelos colonos que emigraram ou pelos estudantes americanos que frequentavam as universidades britânicas e voltavam para a América.

Locke desenvolveu a ideia de que existia um **contrato tácito** entre o Estado e os cidadãos em que o Estado tinha o dever de garantir os direitos naturais do ser humano – liberdade, felicidade e prosperidade – aos seus cidadãos. Caso contrário, estes tinham o direito de se rebelar. Além disso, o filósofo defendia que a validade de uma lei dependia da participação política dos cidadãos. Assim, segundo esses princípios, as leis mercantilistas impostas pela Coroa britânica contrariavam a base política vigente na metrópole, uma vez que os colonos não participavam da votação delas.

Diante disso, em 1774, representantes de quase todas as colônias (exceto a Geórgia), reunidos no **Congresso Continental da Filadélfia**, elaboraram uma petição enviada à Coroa britânica protestando contra tais leis, mas mantendo a lealdade ao rei Jorge III. Em resposta, a metrópole fez algumas concessões aos colonos ao mesmo tempo que aumentou o número de soldados metropolitanos na América, o que gerou choques entre as tropas coloniais e britânicas.

A intransigência britânica favoreceu a organização do **Segundo Congresso da Filadélfia**, e até os colonos mais conservadores do sul aderiram à causa da independência. Sob a liderança de Thomas Jefferson, nesse Congresso começou a ser redigida a **Declaração de Independência**, que se baseava nos princípios iluministas de John Locke , e que foi finalizada em 4 de julho de 1776.

Esse movimento rebelde culminou em lutas, sob o comando de George Washington. O processo de emancipação foi concluído em 1783, quando o governo britânico reconheceu, pelo **Tratado de Paris**, a independência das Treze Colônias, que, reunidas em uma nova nação, passaram a se chamar Estados Unidos da América.

VISIONS OF AMERICA, LLC/ALAMY/FOTOARENA

Reconstituição da batalha de Yorktown. Estados Unidos, foto de 2006. Em outubro de 1781, o último exército britânico foi derrotado em Yorktown. George Washington, um dos comandantes nessa batalha, é considerado, até os dias de hoje, um dos fundadores da nação estadunidense.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM MODERNA

Estados Unidos da América

O processo de independência havia sido liderado por comerciantes, latifundiários e intelectuais urbanos. Declarada a independência, surgiram os problemas de como organizar as Treze Colônias em um Estado unificado e a necessidade de se redigir uma Constituição para o novo país.

O texto da Constituição foi discutido na Convenção Constitucional de Filadélfia, na Pensilvânia, e aprovado em 1787. A **Constituição dos Estados Unidos** criou uma república federalista presidencial centrada nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), dando forma à democracia moderna.

Contudo, ainda que no texto da Declaração de Independência fosse afirmado que "todos os homens são criados iguais", na prática valia a tradição, que tinha como base uma visão patriarcal e elitista da sociedade. Assim, a Constituição que entrou em vigor no país não previa o fim da escravidão; além disso, africanos e seus descendentes, indígenas e mulheres permaneceram excluídos dos direitos políticos e, após a independência, o governo estadunidense seguiu os passos do antigo governo britânico e continuou a promover campanhas expansionistas sobre as terras indígenas, dizimando grande parte dessas populações.

Uma nação contra os indígenas

Após a independência, os Estados Unidos viveram grande crescimento populacional e econômico, pois, nesse período, o governo iniciou um processo de expansão territorial por meio de ocupações, anexações e compras, transformando o país em um dos cinco mais extensos do mundo.

Vale apontar aos estudantes que o território francês da Louisiana não correspondia à área do atual estado estadunidense, mas a 23% do território contemporâneo dos Estados Unidos. Ele incluía o território dos atuais estados de Arkansas, Missouri, Oklahoma, Kansas, Nebraska, Dakota do Sul e Iowa, além de parte dos atuais Louisiana, Texas, Dakota do Norte, Montana, Wyoming, Colorado, Minnesota e Novo México.

Essas anexações e compras de terras se apoiavam na ideologia do **Destino Manifesto** defendida por alguns políticos e líderes civis, pela qual o país estaria destinado a estender seu território do Oceano Atlântico ao Pacífico, pois havia sido escolhido por Deus para levar a democracia e os valores cristãos a territórios indígenas e em poder de outros países. O pensamento religioso puritano sustentava essas ideias ao associar boa conduta moral a progresso econômico.

Estados Unidos: formação territorial - séculos XVIII-XIX

Fonte: FRANCO JR., H.; ANDRADE FILHO, R. de O. *Atlas história geral*. São Paulo: Scipione, 2000. p. 51.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

MODERNA

A ocupação de novas regiões – com a consequente ampliação das áreas agrícolas, do setor industrial, do mercado consumidor e do sistema de transporte – favoreceu o desenvolvimento da economia do norte e do centro-oeste dos Estados Unidos. No entanto, essas regiões foram intensamente devastadas durante o processo de ocupação na chamada **Marcha para o Oeste**, ocorrida durante o século XIX, que teve como principal característica a migração em massa de colonos para áreas do oeste do país, onde haviam sido encontradas jazidas de ouro. Nesse processo, milhares de indígenas nativos, considerados um empecilho à ocupação das novas terras, foram mortos.

Em 1830, o então presidente dos Estados Unidos, Andrew Jackson, promulgou a **Lei de Remoção Indígena**, que deslocou comunidades inteiras de indígenas cherokee de seus territórios originais para uma área do atual estado de Oklahoma. Esse deslocamento ficou conhecido como "trilha das lágrimas", pois os indígenas tiveram de marchar por milhares de quilômetros, sob frio rigoroso e sem suprimentos, e muitos morreram pelo caminho de hipotermia, doenças e fome. Nos anos seguintes, outras nações indígenas, como a dos choctaw, a dos creek e a dos chickasaw, foram removidas à força de suas terras e deslocadas para outras áreas pelo governo federal.

Os indígenas que resistiram às remoções entraram em guerra contra os estadunidenses. Uma das maiores e mais conhecidas batalhas foi a de Little Bighorn, ocorrida em junho de 1876, em que uma coalisão formada por indígenas cheyenne e sioux derrotou o exército estadunidense. Apesar da resistência indígena, a investida do governo sobre seus territórios, que durou mais de um século de guerras, praticamente exterminou as populações nativas.

Atualmente, há mais de 560 reservas indígenas autônomas nos Estados Unidos onde vivem os descendentes da população nativa que sobreviveu. Cada uma dessas reservas mantém os próprios sistemas judiciais e forças policiais, administrando escolas, hospitais e rede comercial. No entanto, cerca de 70% dos aproximadamente 4 milhões de indivíduos que se identificam como indígenas americanos ou descendentes destes não vivem nas reservas.

Dados sobre os povos indígenas nos Estados Unidos na atualidade extraídos de: Departamento de Estado dos Estados Unidos. Povos indígenas da atualidade: vivendo em dois mundos. *Journal USA*, jun. 2009. Disponível em: <https://photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-portuguese/0609p.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

Para ler

Enterrem meu coração na curva do rio

Dee Brown. São Paulo: L&PM, 2003.

O livro do escritor e historiador estadunidense Dee Brown, publicado pela primeira vez em 1971, é um documento sobre o extermínio de diversas nações indígenas no oeste dos Estados Unidos, em decorrência da expansão territorial promovida pelo governo estadunidense na segunda metade do século XIX.

ALFRED W. BOISSEAU - MUSEU DE ARTE DE NOVA ORLEANS, ESTADOS UNIDOS

Indígenas de Louisiana caminhando ao longo de um curso-d'água pantanoso, pintura de Alfred Boisseau, 1847. Os indígenas dos Estados Unidos foram expulsos de suas terras e, nas guerras de resistência, praticamente exterminados.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Guerra de Secessão (1861-1865)

Embora constituíssem realidades bastantes distintas – o norte com economia com base no trabalho livre assalariado, composto majoritariamente de pequenas propriedades e uma indústria crescente, e o sul com economia agrícola baseada no sistema de *plantation* (grandes propriedades agrícolas de monoculturas) e mão de obra escravizada –, as duas regiões estavam unidas pelo objetivo da expansão territorial. O sul, porém, desejava ampliar sua produção de algodão utilizando mão de obra escravizada, e o norte pretendia a expansão das chamadas terras livres. Além disso, na década de 1850, o norte superava o sul em população, porém o sul tinha maior representatividade política no governo federal.

Em 1860, a eleição do republicano Abraham Lincoln, nortista e favorável ao trabalho livre em solo livre, para a presidência dos Estados Unidos acirrou as rivalidades entre o norte e o sul, promovendo um sentimento separatista entre as elites do sul, que o consideravam um abolicionista (embora ele não defendesse abertamente o fim do regime escravista). Essa oposição levou o sul a romper com a União para formar um país independente – os **Estados Confederados da América** –, mas a União considerou a iniciativa ilegal, o que deu início, em 1861, a uma guerra civil conhecida como **Guerra de Secessão**.

União: Estado soberano formado por unidades autônomas; governo federal.

Secessão: separação de uma porção da unidade política para constituir outra.

Embora o reduto da escravidão fosse a região sul, onde era garantida por lei, a ideia da superioridade do homem branco estava presente também no norte. Em ambas, os negros estavam fora das decisões políticas e sofriam preconceito.

Os escravizados do sul, a princípio, não participaram das batalhas porque seus proprietários não queriam arriscar a perda do que consideravam ser uma mercadoria de alto valor. Porém, com o desenrolar do conflito, Lincoln conseguiu barrar a entrada e a saída de produtos no sul, dificultando a chegada de bens de primeira necessidade na região, o que gerou muitas deserções e forçou os senhores a convocar os escravizados para as batalhas. Somada às vitórias das tropas nortistas, essa situação colaborou para o fim da escravidão e para a derrota dos sulistas em 1865, pois os escravizados não seriam fiéis em combate a um grupo que os condenava ao trabalho compulsório e atentava contra sua dignidade humana.

Para os escravizados, a guerra foi uma oportunidade de conquistar a liberdade, conforme as tropas da União avançavam sobre as regiões escravistas, e, por fim, significou sua emancipação legal, por meio de uma emenda constitucional.

> "[...] cada vez que uma tropa do norte invadia uma região confederada, um enorme contingente de negros fugia das fazendas e, dessa maneira, colaborava para o desmoronamento do sistema escravista. Graças aos escravos e aos abolicionistas, um combate, que se iniciara em nome da recuperação da unidade territorial do país, transformou-se numa luta pelo fim da escravidão. Lincoln, diante das pressões crescentes de diversos setores pela abolição e da ausência de acordo sobre a escravidão nas novas terras do oeste, percebeu que a emancipação total dos escravos lhe traria popularidade, e que poderia acelerar o fim da guerra, além de angariar apoio de europeus críticos do regime de escravidão. Assim, no dia 1º de janeiro de 1863 foi proclamada a Lei de Emancipação dos Escravos. Nas áreas longe do alcance legal da União, os escravos tornavam-se livres na medida em que as tropas do norte venciam. [...] A lei federal que proibiu a escravidão em todo o território nacional seria promulgada apenas em 1865, como a Décima Terceira Emenda da Constituição norte-americana."
>
> KARNAL, L. *et al. História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. p. 128.

Para assistir

Tempo de glória

Direção: Edward Zwick.
Estados Unidos, 1989.
122 min.

O filme é uma recriação cinematográfica da história de uma tropa formada por afrodescendentes durante a Guerra de Secessão. Com roteiro baseado nas cartas de um oficial branco, Robert Gould Shaw, comandante da tropa, permite uma análise das contradições sociais e culturais presentes nas relações entre os soldados e seu comandante.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Para o norte, que desde aproximadamente 1820 vivia uma revolução industrial, a guerra significou maior enriquecimento e o fortalecimento das indústrias têxtil, de calçados e bélica. As batalhas entre as tropas ocorreram principalmente na região sul, o que evitou a destruição das cidades e a morte de muitos civis nortistas. Dessa forma, para o sul, a guerra significou grande colapso econômico e estrutural, uma vez que, durante o conflito, o comércio de algodão e de tabaco e a fabricação de armas foram inviabilizados.

A Guerra de Secessão foi bastante letal, com cerca de 600 mil mortos ao fim do conflito. No entanto, em razão da guerra, a abolição da escravidão foi garantida e nasceu no país um sentimento de identidade nacional.

Acre: unidade de medida agrícola presente em países anglo-saxônicos, como os Estados Unidos. Um acre equivale a 4.047 metros quadrados de terra ou 0,4047 hectares.

Homestead Act

Além da Décima Terceira Emenda, outra importante lei aprovada no contexto da Guerra de Secessão foi o ***Homestead Act***, em 20 de maio de 1862.

O modelo de distribuição das terras públicas nos Estados Unidos tornou-se motivo de conflito entre os estados da União já por volta de 1820. Os fazendeiros do oeste tinham interesse na distribuição dessas terras para ampliar suas propriedades. Em meados do século XIX, percebendo que esses fazendeiros seriam contrários à manutenção do sistema escravista, os sulistas deixaram de apoiar o fácil acesso às terras. Nesse contexto, a burguesia nortista percebeu que a expansão territorial para o oeste possibilitaria a ampliação da oferta de gêneros alimentícios mais baratos nas cidades, ao mesmo tempo que impulsionaria o consumo de seus produtos manufaturados, por isso passou a defender a política de baixos preços para as terras.

A guerra civil e a posição contrária à escravidão adotada pelos fazendeiros do oeste aproximaram os interesses dessa região aos do norte, possibilitando a aprovação do *Homestead Act*, que estabeleceu que qualquer cidadão estadunidense ou que intencionasse se tornar um, maior de 21 anos, poderia ocupar 160 acres de terras públicas. Até o final do século XIX, cerca de 600 mil pessoas haviam recebido mais de 80 milhões de acres de terras. Ao tomar posse das terras do oeste, os colonos entraram em conflito com os povos indígenas que as habitavam, agravando ainda mais a situação dessa população.

Manifestação nos Estados Unidos contra a Ku Klux Klan em Portland, Estados Unidos, 2017. A Ku Klux Klan (KKK) é uma sociedade secreta que apregoa a supremacia branca (seus membros se vestiam com capuzes brancos). Fundada no Tennessee em 1865, perseguia negros e defensores do fim da segregação racial nos Estados Unidos. Apesar de ter sido declarada ilegal em 1871, a KKK passou por várias refundações e permanece na atualidade. Assim como a indígena, a questão racial nos Estados Unidos ainda é um problema, mesmo passados mais de dois séculos da emancipação política do país.

ALEX MILAN TRACY/ANADOLU AGENCY/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

LEITURA ANALÍTICA

Afro-americanos na Amazônia brasileira

Durante a Guerra de Secessão e a iminente abolição da escravidão, o governo dos Estados Unidos tentou implantar um projeto de criação de colônias para deportar os afro-americanos. Entre as regiões pensadas para essas colônias estava a Amazônia brasileira. O projeto não obteve sucesso, mas revela um pouco da história das questões raciais nos Estados Unidos.

"Washington, dezembro de 1862: em meio a uma custosa, em vidas e dinheiro, Guerra Civil, em que a União estava desesperada por fundos a fim de sufocar a rebelião dos estados confederados, o presidente Abraham Lincoln, em seu discurso anual, o *State of the Union*, ousou pedir ao Congresso a liberação de US$ 600 mil [seiscentos mil dólares] para outro fim que não o conflito. 'Os congressistas precisam liberar o dinheiro necessário para a deportação de pessoas negras livres para qualquer lugar fora dos Estados Unidos', afirmou Lincoln [...] em seu discurso anual. [...] 'O local onde penso ter uma colônia é na América Central. É mais próxima de nós que a Libéria [território no continente africano, dominado pelos EUA, para onde foram enviados libertos]. A terra é excelente para qualquer povo, especialmente a semelhança climática com sua terra natal, sendo, portanto, adequada às suas condições físicas', escreveu num artigo para o *New York Tribune*, '*The colonization of people of african descendent*' [A colonização de pessoas de ascendência africana]. [...]

Foi com esse espírito que Lincoln nomeou como representante extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos James Watson Webb, um antiabolicionista que via a libertação de escravos como potencialmente mais perigosa do que a escravidão em si. 'Não é apenas do interesse dos Estados Unidos e absolutamente necessário para sua tranquilidade interna que se livre da instituição da escravidão, mas também, em consequência do preconceito de nosso povo contra a raça negra, se torna indispensável que o negro liberto seja exportado para fora de nossas fronteiras, pois conosco ele jamais poderá gozar de igualdade social ou política', afirmou Webb em carta ao secretário de Estado de Lincoln, William Henry Seward. [...]

E foi na condição de representante oficial do governo americano que o mesmo Webb, em maio de 1862, submeteu ao governo brasileiro a proposta da constituição de uma empresa binacional de colonização da Amazônia com negros americanos livres ou em que seriam libertados ao longo da Guerra Civil. [...] [Webb argumentava que] 'a Constituição do Brasil reconhece como iguais os negros dos homens brancos e igualmente elegíveis com ele aos mais altos cargos do Império, onde a distinção social entre as raças branca e negra, que já existiu, está quase erradicada'. [...]

'O dedo de Deus aponta para as províncias do norte do Brasil como o futuro lar dos escravos libertos dos EUA. O Brasil e o negro liberto irão ambos se beneficiar na mesma medida: um tratado entre os EUA e o Brasil, pelo qual todos os negros libertos dos EUA lá sejam agraciados com terras pelo governo do Brasil e ao término dos anos estabelecidos se tornem cidadãos brasileiros com todos os direitos e privilégios da população negra do Império', argumentava Webb. [...]

[No entanto, Webb recebeu uma negativa do governo brasileiro, afirmando que] [...] 'nada dessa ordem poderá ser tentada em nosso país, pois temos uma lei que impede expressamente a entrada de qualquer negro liberto em nossas fronteiras. [...]' O projeto foi arquivado."

HAAG, C. O dia em que o Brasil disse não aos Estados Unidos. *Pesquisa Fapesp*. São Paulo, n. 156, fev. 2009.

Afro-americano: africanos e seus descendentes vivendo nos Estados Unidos.

Plenipotenciário: agente diplomático investido de plenos poderes em relação a uma missão especial.

Questões

Registre no caderno.

1. Uma das razões para o início da Guerra de Secessão foi a eleição de Abraham Lincoln para a Presidência dos Estados Unidos em 1860, que era considerado abolicionista pelos sulistas. Com base no que você estudou e na leitura do texto, é possível afirmar que a União estava, de fato, interessada na emancipação dos afro-americanos?
2. Uma parcela dos integrantes dos movimentos abolicionistas defendiam que, em conjunto com a emancipação legal dos escravizados, fossem implementadas políticas de integração dos libertos à sociedade por meio da alfabetização, concessão de terras e garantia de trabalho. Com base nisso e na leitura do texto, é possível afirmar que Lincoln era um abolicionista? Explique.
3. É possível afirmar, tal como faz o ministro James Watson Webb, que os afro-americanos emancipados se tornariam cidadãos no Brasil em 1862? Justifique.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A emancipação do Haiti

A ilha onde está localizado o atual Haiti foi um dos primeiros locais de chegada dos europeus na América, em 1492. Ela era habitada pelos indígenas taínos, que resistiram à ocupação espanhola, mas foram dizimados por doenças e violência durante a colonização. A princípio, a ilha foi chamada de *La Hispaniola* pelos espanhóis, mas, em meados dos anos 1500, era conhecida como São Domingos.

Os franceses conseguiram ocupar a parte oeste da ilha de São Domingos, e, em 1697, a Espanha cedeu formalmente essa parte da ilha para a França. A colônia francesa prosperou e tornou-se uma das mais ricas das Índias Ocidentais com o cultivo de café, algodão, anil, cacau e, principalmente, cana-de-açúcar. Em meados do século XVIII, São Domingos já era a maior produtora de açúcar da América e tinha grande número de escravizados trazidos da África. Estima-se que, ao final do século XVIII, a população negra chegava a 500 mil, cerca de vinte vezes o número de brancos na colônia.

Grande parte desses africanos escravizados trabalhava nas lavouras de cana-de-açúcar para uma pequena elite branca, de origem francesa, dona de grandes propriedades de terra. As péssimas condições de vida e de trabalho dos escravizados criavam uma relação bastante conflituosa com a elite branca.

Com isso, em 1791, eclodiu uma rebelião escrava no norte da parte francesa da ilha liderada pelo ex-escravizado François-Dominique Toussaint Louverture, em que os rebeldes exigiam melhores condições de trabalho nas plantações de cana e nos engenhos e mais tempo para dedicar-se às suas próprias lavouras. Assustados, os senhores de escravizados de outras regiões da ilha solicitaram ajuda à Grã-Bretanha para evitar que a rebelião se alastrasse por toda a colônia. Os conflitos na ilha, porém, prosseguiram.

Em 1794, em meio aos acontecimentos revolucionários na França, os jacobinos decretaram o fim da escravidão nas colônias francesas. Porém, em 1802, Napoleão Bonaparte anulou a lei abolicionista e enviou tropas para restabelecer a dominação francesa em São Domingos. As tropas napoleônicas aprisionaram Louverture e o enviaram à França, onde ele morreu no ano seguinte. No entanto, o movimento de emancipação continuou, e, em 1803, os franceses foram derrotados sob a liderança de Jean-Jacques Dessalines, que havia sido general de Louverture.

Em 1º de janeiro de 1804, São Domingos conquistou definitivamente a independência, adotando o nome Haiti, sendo o primeiro e único país americano a tornar-se independente e a abolir a escravidão ao mesmo tempo.

FRANÇOIS SERAPHIN DELPECH E NICHOLAS EUSTACHE MAURIN - COLEÇÃO PARTICULAR

Toussaint-Louverture, gravura de François Seraphin Delpech e Nicholas Eustache Maurin, 1838.

Jacobinos: após a Revolução Francesa de 1789, foi instituída nesse país a Assembleia Legislativa, e os deputados dessa instituição estavam divididos em grupos políticos. Um deles era o grupo dos jacobinos, que representava os membros da pequena burguesia e defendia a igualdade de todos perante a lei.

BRIDGEMAN IMAGES/FOTOARENA - COLEÇÃO PARTICULAR

Os mercadores, pintura de Izabella Godlewska de Aranda, 1961.
A emancipação política haitiana não representou melhora econômica e social para a população: até hoje, a principal atividade econômica do país é a produção de gêneros agrícolas, e a maioria da população sofre com problemas como a falta de saneamento básico.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PRODEMA

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DE ASSUNTOS ESTRANGEIROS, PARIS

RÉPUBLIQUE D'HAÏTI.

EMPRUNT DE TRENTE MILLIONS DE FRANCS.

1825.

ANNUITÉ N° [redacted]

CRÉATION DE 30,000 ANNUITÉS DE MILLE FRANCS,

Divisées en 25 séries chacune de 1200 annuités, et remboursables intégralement par voie de tirage au sort, à l'époque qui sera déterminée, à Paris, le 1er octobre de chaque année. Le payement de la série appelée au remboursement s'effectuera à Paris, le 1er janvier de chaque année, CHEZ MM. CH. TERNAUX, J. GANDOLPHE ET Cie; et le premier de ces payements étant fixé au 1er janvier 1827, l'emprunt sera entièrement remboursé le 1er janvier 1851.

N° [redacted] DE LA SÉRIE [redacted].

Capital 1000 francs, intérêts 60 francs.

Le porteur de la présente annuité de la série , sous le n° , a droit au capital de mille francs, remboursable le PREMIER JANVIER de l'année qui sera déterminée par le sort, et aux intérêts de ce capital, à raison de SIX POUR CENT par an, payables par semestre, le PREMIER JANVIER et le PREMIER JUILLET de chaque année, sur les coupons ci-annexés. Le remboursement du capital et le payement des intérêts seront effectués à Paris par MM. CH. TERNAUX, J. GANDOLPHE ET Cie.

Le produit des domaines nationaux de la République d'Haïti est affecté et hypothéqué spécialement au service de cet emprunt, et au service des intérêts.

Paris, le 4 novembre 1825.

Les commissaires de la République, chargés de pleins pouvoirs,

FRÉMONT, ROUANNEZ.

Nous, soussignés, certifions véritables les signatures de messieurs les commissaires de la République d'Haïti, apposées ci-dessus.

Signé : CH. TERNAUX, J. GANDOLPHE ET Cie.

NOTA. Les pleins pouvoirs originaux délivrés par S. Exc. le président Boyer, sont déposés à la Banque de France.

Documento sobre a dívida da República do Haiti com a França, 1825.

O Haiti pós-independência

Em 1825, o governo da França exigiu que o Haiti pagasse 150 milhões de francos em ouro aos antigos colonos sob a ameaça de uma invasão militar: uma frota de 14 navios de guerra se posicionou na costa de Porto Príncipe, capital do Haiti desde 1770, em 17 de abril daquele ano, ameaçando intervir para uma possível restauração da escravatura em caso de insubordinação. Essa sanção foi renegociada treze anos mais tarde, em 1838, baixando o valor para 90 milhões, no chamado Tratado de Amizade.

Entre 1825 e 1883, o Haiti foi, portanto, obrigado a pagar à metrópole por sua independência, o que fragilizou ainda mais sua economia, que já estava abalada pelas lutas de independência.

Com a revolução haitiana, o temor de novos levantes de escravizados se generalizou na América. Mesmo entre os defensores das ideias de independência em outras regiões da América Latina, predominava o pensamento de que esse processo devia ser conduzido pelas elites, sem a participação ativa da população ou dos escravizados.

No discurso de muitos ilustrados e membros das elites coloniais americanas, o processo de emancipação política dos Estados Unidos transformou-se em um modelo a ser seguido, e o do Haiti, em um exemplo a ser combatido. Além disso, na maioria das ex-colônias latino-americanas, a independência não foi acompanhada da imediata abolição da escravidão, não significando liberdade para todos, o que tornava o exemplo haitiano ainda mais perigoso para as elites coloniais de seus países.

Dados sobre o pedido de restituição haitiano extraído de: DUVAL, Jérôme. Haití: de la colonización francesa a la esclavitud económica de la deuda. *CADTM*, 26 set. 2017. Disponível em: <http://www.cadtm.org/Haiti-de-la-colonizacion-francesa>. Acesso em: 4 maio 2020.

Trocando ideias

Em abril de 2003, durante as comemorações do bicentenário da morte de Toussaint Louverture, o então presidente haitiano, Jean-Bertrand Aristide, afirmou que a França era devedora do Haiti, e não o contrário. Ele exigiu do país europeu a restituição e a reparação pelos danos causados pela escravatura e pela sanção exigida em 1825, reclamando a quantia de 21 milhões de dólares à França. Depois da intervenção política e militar franco-americana que tirou Aristide do poder em fevereiro de 2004, porém, os diversos regimes que se sucederam no Haiti abandonaram a exigência de reembolso do dinheiro.

- Em sua opinião, é correto afirmar que o Haiti é credor da França e não o contrário? Converse com os colegas sobre isso.

Centro da cidade de Porto Príncipe, Haiti, após terremoto que atingiu o país em 2010 e que ocasionou a morte de mais de 300 mil pessoas e deixou mais de 1,5 milhão de desabrigados. Após esse evento, a situação de miséria no país tornou-se ainda mais grave.

MARCO DI LAURO/EDIT/GETTY IMAGES

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A emancipação da América espanhola

Em maio de 1808, Napoleão Bonaparte ocupou a Espanha, desrespeitando um tratado de cooperação estabelecido entre os dois países, e nomeou seu irmão, José Bonaparte, para governar o país. Os espanhóis reagiram à dominação francesa e, em algumas regiões, formaram juntas de governo autônomas que não seguiam as determinações da França e organizavam a resistência contra a invasão.

Na América, alguns membros das elites coloniais dominantes, os chamados *criollos*, seguiram o exemplo da metrópole e formaram juntas governativas. Em setembro de 1808, por exemplo, a Cidade do México anunciou a criação de um governo local autônomo, que governaria em nome de Fernando VII, o rei espanhol destronado. Movimentos semelhantes aconteceram em diversas regiões da América espanhola. Em setembro de 1808, formou-se em Montevidéu (capital do atual Uruguai) uma junta autônoma governativa. Em 1809, foram constituídas as juntas de Chuquisaca (maio) e La Paz (julho), ambas na atual Bolívia, e de Quito (agosto), no atual Equador. Iniciativas semelhantes foram sufocadas em Buenos Aires, na Argentina.

Na prática, apesar de afirmarem lealdade ao rei ausente, as juntas de governo das colônias americanas romperam com a metrópole. As novas experiências políticas que ocorreram na América acentuaram as diferenças de interesses entre a elite colonial e a Espanha.

Em 1814, depois da queda de Napoleão Bonaparte, Fernando VII retomou o trono espanhol e adotou medidas que reduziram a liberdade das colônias e centralizaram ainda mais o poder em suas mãos. As elites *criollas*, porém, não estavam dispostas a admitir o retorno à antiga ordem colonial e grande parte das colônias espanholas entrou em guerra por sua emancipação política.

No período, circulavam pela América ideias inspiradas no Iluminismo francês: os ideais de igualdade e liberdade passaram a sustentar a resistência aos princípios do colonialismo e ao poder absolutista europeu, bem como o desejo de independência.

> "Os defensores da independência das colônias espanholas da América demonstravam em seus escritos – panfletos, livros, memórias, discursos, jornais – sólido conhecimento das ideias liberais. Fundamentando-se nelas, ou seja, na crença da razão como guia das ações humanas, na centralidade do indivíduo no percurso da história, na defesa dos direitos naturais dos homens, entres eles a liberdade e a igualdade jurídica e a legitimidade da propriedade privada, armaram suas plataformas de ação e suas justificativas para a emancipação. As denominadas 'ideias francesas' haviam se disseminado e penetrado num vasto grupo de ilustrados. Alimentados por elas, Simón Bolívar, Miguel Hidalgo, José de San Martín e tantos outros posicionaram-se à frente de seus exércitos."
>
> PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX*: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 2014. p. 53.

Para as elites *criollas* que liam os textos iluministas, liberdade tinha, principalmente, uma dimensão política e econômica. Esse grupo desejava autonomia para ampliar seus negócios e atuar no comércio internacional sem a intervenção da metrópole.

Para os escravizados, liberdade significava o fim da condição de cativo. Já para os indígenas, a palavra estava associada à supressão dos tributos coloniais e ao fim do trabalho compulsório, que havia dissolvido as comunidades originais ou alterado drasticamente seu funcionamento.

As lutas pela emancipação na América espanhola não conseguiram conciliar as diferentes visões de liberdade. Os movimentos de independência contaram com a participação de indígenas e de negros, mas foram conduzidos pelos *criollos* (brancos e mestiços), que já exerciam funções na administração colonial ou atuavam no comércio interno ou externo. Por isso, os novos Estados foram organizados para defender os interesses dos grupos dominantes, ou seja, nem todos os súditos espanhóis se transformaram em cidadãos nos novos estados americanos.

América espanhola: independências – século XIX

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: DUBY, G. *Atlas histórico mundial*. Barcelona: Larousse, 2010. p. 248.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A independência mexicana

No Vice-Reino da Nova Espanha, que corresponde à boa parte do atual México, o movimento de independência assumiu, inicialmente, um **caráter popular** que o diferenciou dos demais movimentos anticoloniais da América espanhola. Esse movimento teve várias fases, e a primeira delas foi iniciada em 1810, sob a liderança dos padres Miguel Hidalgo e José María Morelos. Hidalgo liderou um exército rebelde de indígenas, mestiços e homens livres pobres, que, no entanto, foi derrotado pelas forças da Coroa, e Hidalgo foi preso e executado.

Dois anos depois, Morelos assumiu a direção do movimento, declarou a independência do México e formou um governo de base popular que durou poucos meses, pois as forças da Coroa espanhola, com o apoio da elite colonial, depuseram Morelos e o executaram.

O movimento pela emancipação política foi retomado mais tarde, porém sem o caráter popular anterior. As elites coloniais que haviam contido as rebeliões populares e restaurado o poder espanhol uniram-se em torno do militar Agustín de Iturbide para romper com a Espanha.

Em 1821, Iturbide propôs o **Plano de Iguala**, que previa a criação de uma monarquia católica independente na América. O plano agradou à elite *criolla* e à Igreja, e o México tornou-se independente nesse mesmo ano, com Iturbide coroado imperador do México. Ele, no entanto, permaneceu no poder por dois anos, quando foi deposto e foi proclamada a república no país.

Após a independência, liberais e conservadores disputaram o controle do México. Os **conservadores**, vinculados à Igreja Católica, representavam os grandes proprietários de terras e buscavam a manutenção das estruturas de poder do período colonial. Já os **liberais** queriam o fim dos privilégios dos latifundiários, além de defender a liberdade de comércio e de expressão, a igualdade jurídica, a reforma agrária e a modernização da produção e das relações de trabalho.

Na década de 1850, os liberais assumiram o poder pretendendo criar uma classe de pequenos proprietários para renovar a agricultura mexicana e estabelecer as bases de um capitalismo moderno. Para isso, redigiram e aprovaram uma Constituição em 1857, que afirmava o caráter laico do Estado, expropriando terras da Igreja, por exemplo. A constituição também permitiu que terras indígenas fossem expropriadas. A instabilidade política dos anos seguintes, contudo, praticamente anulou a Constituição e permitiu à Igreja manter sua força e suas propriedades.

Laico: palavra cuja origem grega – *laikós* – significa "do povo" e é usada para designar quem ou algo que não está sujeito ou influenciado por uma religião.

COLEÇÃO PARTICULAR

O México contempla o seu futuro, gravura produzida em comemoração à independência do México, 1821. Apesar de muitos indígenas estarem representados em imagens comemorativas como essa, após a emancipação política do país, as comunidades indígenas foram gradativamente dizimadas e a maior parte de suas terras foi incorporada às grandes propriedades rurais.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em 1876, Porfirio Díaz assumiu a presidência do México e iniciou um longo e quase ininterrupto período de 35 anos no poder, que ficou conhecido como **porfiriato**. Em 1910, Porfirio Díaz, então com 80 anos, candidatou-se novamente à Presidência. Suas seguidas vitórias eram cada vez mais contestadas pelos adversários, que denunciavam fraudes eleitorais.

Francisco Madero, candidato de oposição, se candidatou à Presidência, defendendo a não reeleição. Madero obteve grande apoio popular, mas o crescimento de sua candidatura fez com que fosse acusado de incitação à rebelião, o que ocasionou sua prisão pouco antes do pleito. Porfirio, então, foi reeleito. Após a eleição, Madero foi libertado e exilou-se nos Estados Unidos, e lá escreveu um projeto liberal que convocava a população mexicana a se rebelar contra a ditadura porfirista: o **Plano de San Luis Potosí**. A proposta rebelde ganhou a adesão de setores populares, como operários e camponeses, de sindicatos e federações operárias, dando início à **Revolução Mexicana**.

As principais lideranças dos revolucionários eram Pascual Orozco e o camponês Pancho Villa, no norte do país, que reivindicavam a reforma agrária; e o líder indígena Emiliano Zapata, no sul, que defendia a retomada das terras indígenas que haviam sido expropriadas. Pancho Villa e Zapata levaram para o centro da revolução a discussão sobre a propriedade da terra e a necessidade de reorganizar os campos do México.

Os combates em todo o país dificultavam a ação das tropas porfiristas, levando Porfirio à renúncia e ao exílio em maio de 1911, quando um governo provisório foi composto até que fossem convocadas as eleições presidenciais. Francisco Madero foi eleito e tomou posse no início de novembro, mas não realizou a reforma agrária com a profundidade de que os setores revolucionários camponeses e indígenas necessitavam.

BETTMANN/GETTY IMAGES

O líder revolucionário Pancho Villa, c. 1910-1920.

RICHARD ELLIS/ALAMY/FOTOARENA

Representação com elementos da cultura indígena na cidade de Xico, México, 2019. Influenciados pela luta de Zapata e pela Revolução Mexicana para a retomada de terras indígenas expropriadas, em 1º de janeiro de 1994, no dia em que entrou em vigor o Tratado de Livre Comércio na América do Norte (Nafta), o grupo paramilitar Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se mobilizou em diferentes municípios do estado de Chiapas para se insurgir contra o tratamento do governo aos indígenas que, nessa região, compõem a maioria da população. Passados quase trinta anos do levante zapatista, quase 80% da população de Chiapas vive em situação de pobreza, sem acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento.

Dados sobre o levante zapatista extraídos de: Instituto Humanitas Unisinos. México. O movimento zapatista e Chiapas, 25 anos depois. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, mar. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587290-mexico-o-movimento-zapatista-e-chiapas-25-anos-depois>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

O plano de Ayala e a Constituição de 1917

As discordâncias do governo eleito com os idealistas da revolução levaram à proposição do **Plano de Ayala**, em novembro de 1911, por Zapata. Nesse plano, Zapata acusava Madero de negligenciar a questão da terra e incentivava a continuidade da luta. No norte, o conflito contra as forças federais recomeçou, porém não conseguiu destituir Madero, que foi deposto e fuzilado em 1913 por porfiristas apoiados pelos Estados Unidos.

Em 1914, o porfirismo foi novamente derrotado; liberais e setores populares voltaram a se enfrentar. Venustian Carranza assumiu o controle das tropas federais e iniciou um processo de constitucionalização do país, pretendendo encerrar a luta armada e transferir as divergências políticas para a Assembleia Constituinte. Zapata e Villa, certos de que isso significaria a derrota de suas propostas, recusaram as medidas e continuaram a lutar.

No ano seguinte, Álvaro Obregón, general de Carranza, derrotou a Divisão do Norte, abalando as tropas de Villa, que perdeu o controle sobre o norte do México. Sem tropas, Villa rendeu-se em 1920. No sul, Zapata resistiu até 1919, quando foi assassinado. Seu exército rendeu-se logo depois.

Em 1917, dois anos antes da derrota de Zapata, foi promulgada uma nova Constituição no México. O documento foi essencial para a reorganização do país e contemplou várias demandas do movimento revolucionário: determinou a separação entre o Estado e a Igreja, estabeleceu incentivos para o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola e o fracionamento dos latifúndios, incluiu direitos sociais, instituiu a liberdade de expressão e de culto, além do direito de associação, entre outros.

Apesar dos avanços estabelecidos pela Constituição e do forte discurso nacionalista dos governantes, o México pós-revolução manteve-se na lógica do sistema internacional capitalista como fornecedor de matérias-primas. Ao final da revolução, tanto a burguesia modernizadora quanto a oligarquia tradicional que se mantiveram na política afastaram as lideranças camponesas e operárias da esfera de decisões, e, ainda hoje, as lutas sociais continuam no México.

Deve-se considerar, contudo, que, por meio da experiência revolucionária, o México adotou uma legislação vanguardista, com garantia de direitos sociais, em um período no qual os trabalhadores eram praticamente ignorados pelo poder público no restante da América Latina.

Análise de imagem

O muralismo foi um movimento artístico da década de 1920, cujas obras buscavam valorizar os povos indígenas, os operários e os camponeses, bem como os valores da Revolução Mexicana. David Siqueiros, José Orozco e Diego Rivera foram os artistas que mais se destacaram no muralismo mexicano.

1. Localize na pintura a representação de indígenas. De que forma o modo como eles foram representados pelo artista pode ser interpretado?
2. Que personagens o artista destacou em primeiro plano e que personagens ele deixou em segundo plano? Procure interpretar essa escolha.

© O'GORMAN, JUAN/LICENCIADO POR AUTVIS, BRASIL, 2020. MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA (CASTELO DE CHAPULTEPEC), CIDADE DO MÉXICO

Painel da independência, detalhe do mural de Juan O'Gorman, 1966.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A emancipação cubana

A organização econômica e social da colônia espanhola de Cuba era semelhante à do Haiti francês: prevalecia o sistema de *plantation* para a produção de tabaco e de cana-de-açúcar. O poder político e econômico estava nas mãos dos grandes proprietários rurais.

A condição similar entre as duas colônias era motivo de preocupação para a elite rural de Cuba, que temia a eclosão de uma revolução escrava semelhante à que conquistou a independência do Haiti. Os proprietários de terras cubanos desejavam a emancipação política e econômica em relação à metrópole, mas temiam que a luta pela independência se tornasse uma revolução social com a abolição da escravidão, como ocorreu no Haiti. Além disso, a pressão metropolitana sobre o comércio colonial era mais amena em Cuba que no restante da América espanhola. Praticamente desde o início da colonização, o arquipélago mantinha relações comerciais regulares com as colônias britânicas do litoral atlântico da América do Norte e, após a independência, com os Estados Unidos.

Em meados dos anos 1860, com a vitória nortista na Guerra Civil dos Estados Unidos, alguns produtores sulistas, contrários à abolição da escravidão e às medidas econômicas implantadas pelo grupo vitorioso, transferiram parte de suas plantações para Cuba e colaboraram para o aprimoramento técnico da agricultura cubana. Isso aproximou ainda mais o país dos Estados Unidos, num momento em que as exportações para a metrópole diminuíam e a Coroa espanhola tentava impor restrições à relativa liberdade comercial do arquipélago.

Esse contexto ajuda a explicar o início mais tardio do movimento de luta pela emancipação em Cuba, que começou efetivamente em 1868. Nesse ano, um proprietário de terras cubano libertou seus escravizados e convocou-os a lutar contra a Espanha, dando início à luta pela independência. A guerra pela emancipação arrastou-se até 1878 e terminou com a vitória espanhola e a manutenção da condição colonial de Cuba.

Os emancipacionistas cubanos eram divididos em dois grupos. O grupo dos autonomistas defendia que, após a independência, Cuba não seria obrigada a ter vínculos de dependência com outros países, conduzindo sua política e economia autonomamente. O grupo dos anexionistas, no entanto, acreditava que Cuba deveria aliar-se aos Estados Unidos durante a guerra de independência, pois teria mais chance de derrotar a Espanha. Além disso, acreditavam que o país conseguiria se reorganizar melhor após a vitória caso fosse anexada pelo vizinho do norte. O debate entre autonomistas e anexionistas persistiu até a segunda guerra de independência, iniciada em 1895.

O segundo confronto pela emancipação cubana se prolongou até 1898, quando Cuba finalmente se separou da Espanha. Na parte final da guerra, forças estadunidenses auxiliaram os cubanos e aceleraram a vitória sobre as tropas da metrópole. Essa participação reforçou a posição de influência dos anexionistas.

Após a rendição espanhola, as tropas dos Estados Unidos permaneceram em Cuba. Em 1901, durante a elaboração da primeira Constituição cubana, os estadunidenses impuseram aos cubanos a **Emenda Platt**, cujo texto lhes concedia uma base na Baía de Guantánamo e o direito de intervir nos assuntos internos da nova república sempre que os interesses dos Estados Unidos fossem ameaçados. Assim, Cuba tornou-se oficialmente autônoma, mas toda a produção do país estava voltada prioritariamente para o comércio com os Estados Unidos e para atender às demandas desse país.

COLEÇÃO PARTICULAR

Charge representando a guerra de independência de Cuba, que contou com a colaboração dos Estados Unidos na luta contra a Espanha, 1896.

Análise de imagem

A charge é uma leitura crítica da guerra de independência de Cuba.

1. Quais países foram representados na charge?
2. Descreva a relação entre os países representados na imagem.
3. Com base na imagem, identifique qual seria o lado defendido pelo autor da charge: autonomista ou anexionista? Justifique.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Lutas na América do Sul

Na América do Sul, a liderança militar dos generais **José de San Martín** e **Simón Bolívar** foi fundamental para a emancipação de diversos territórios durante as guerras de independência.

San Martín, militar experiente que havia prestado serviços à Coroa na Espanha, aderiu à causa emancipacionista na América e conquistou muitas vitórias, assumindo a liderança do processo de independência dos territórios que hoje correspondem à Argentina, ao Chile e ao Peru.

Em 9 de julho de 1816, um congresso reunido em São Miguel de Tucumã, na Argentina, declarou a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, denominação utilizada até 1826, quando o país adotou o nome de República Argentina. Nesse novo Estado, San Martín conseguiu apoio para a campanha de independência do Chile, que foi definida na Batalha de Maipú, em abril de 1818. Dois anos depois, ele partiu de Valparaíso, no Chile, para libertar o território peruano do domínio espanhol. Com o apoio da população, conseguiu ocupar a capital, Lima, em 10 de julho de 1821. No dia 28 do mesmo mês, a independência do Peru foi proclamada.

Bolívar, general e representante da elite *criolla*, atuou no norte da América do Sul. Em agosto de 1819, a vitória de suas tropas em Boyacá (atual Colômbia) foi fundamental para a declaração da independência da República da Colômbia, em dezembro do mesmo ano. Esse novo Estado – chamado por alguns historiadores de Grã-Colômbia para diferenciá-lo do atual Estado colombiano – era formado pelos territórios do antigo Vice-Reino de Nova Granada. A Grã-Colômbia existiu até 1830 e deu origem à Venezuela, ao Equador e à Colômbia, que à época englobava também o território do atual Panamá.

Após a independência dos territórios que formaram a Grã-Colômbia, as tropas de Bolívar se dirigiram a Ayacucho (Peru), em 1824, para lutar pela independência peruana e mantê-la. Em seguida, envolveram-se nas lutas pela independência do território da atual Bolívia, que se tornou Estado independente em 1825.

Simón Bolívar tornou-se presidente das repúblicas da Grã-Colômbia e do Peru após as lutas de independência. A abertura de diversas frentes de batalha na América do Sul tornou difícil para a Espanha controlar os movimentos separatistas que se multiplicavam. Ao final da década de 1820, todas as colônias espanholas na região haviam se tornado independentes.

Para navegar

Memorial da América Latina

Disponível em: <https://www.memorial.org.br/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

O Memorial da América Latina foi fundado em 1989 com o objetivo de estreitar relações entre o Brasil e os demais países latino-americanos. No portal da instituição, estão disponíveis diversas informações sobre a cultura desses países. Além disso, é possível acessar as publicações do Memorial, como a revista *Nossa América*, que apresenta uma série de artigos sobre política, arte, economia, história etc. dos países latino-americanos.

JUAN MANUEL BLANES - MUSEU HISTÓRICO NACIONAL DA ARGENTINA, BUENOS AIRES

Revista de Rancagua, pintura de Juan Manuel Blanes, c. 1872. Essa obra representa o episódio em que San Martín (ao centro) passou em revista as tropas de Rancagua, no Chile. Observe o destaque dado pelo artista à presença de mulheres e de uma criança junto às tropas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Você pesquisador

Em todo o continente americano, a participação feminina foi fundamental para o sucesso dos movimentos de emancipação política, seja fazendo circular informações clandestinamente, apoiando pessoas durante os conflitos ou atuando diretamente nos campos de batalha. Para saber mais sobre essas mulheres, você vai fazer uma pesquisa seguindo os passos a seguir.

- Pesquise histórias reais de mulheres que foram importantes nos movimentos emancipatórios na América.
- Selecione uma dessas histórias e escreva um pequeno texto resumindo sua atuação.
- Em um momento extraclasse, você e seus colegas devem apresentar a pessoa escolhida para a pesquisa por cada um de vocês e, caso exista repetição, podem se reunir em grupos para, coletivamente, montar uma apresentação para o restante da classe. Se nenhum de seus colegas escolheu a mesma pessoa que você, faça uma apresentação individual.
- Prepare a apresentação da sua pesquisa. Se possível, enriqueça-a com imagens da mulher escolhida e do contexto em que ela estava inserida.

O ideal de unificação latino e o mito bolivariano

Simón Bolívar sonhava com uma América Latina autônoma e unificada. O general defendia a formação de uma confederação de alguns países americanos que compreenderia os territórios que atualmente se estendem da Bolívia ao Panamá. Contudo, Bolívar não conseguiu transformar seus desejos em realidade. Seu governo, por exemplo, enfrentou intensas rivalidades entre as comunidades regionais e acabou não se sustentando. Com a saúde debilitada e desiludido com a política, ele renunciou à presidência da Grã-Colômbia e do Peru em 1830, falecendo em dezembro do mesmo ano.

Apesar de Bolívar não ter conseguido concretizar seu projeto de unificação e de ter se decepcionado com a política ao fim da vida, os ideais que ele defendeu inspiraram muitas pessoas ao longo do tempo. Estudiosos e artistas de diferentes épocas criaram representações grandiosas de Bolívar como um herói hispano-americano capaz de sacrifícios desmedidos em nome da liberdade de seu povo, o que contribuiu para a construção da imagem de Bolívar como um grande libertador da América, que se mantém até os dias de hoje. Essa figura do "Libertador" foi usada, por exemplo, pelo ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, que governou esse país entre 1998 e 2013. Durante seu governo – além de citar constantemente os textos e as ideias de Bolívar – foi aprovada uma Constituição que mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela.

Contudo, apesar dessa imagem mítica cristalizada em parte da América Latina, estudos recentes – em que se analisam as posições políticas de Bolívar e se avalia o descontentamento de alguns de seus contemporâneos – passaram a questionar a imagem heroica construída em torno de sua figura e também seu ideário de unificação. Para alguns pesquisadores, por exemplo, o projeto de unidade latino-americana defendido por ele configurava um perigoso sonho de ditadura pessoal.

Além disso, existem associações feitas posteriormente à figura de Bolívar que não condizem com suas ações políticas. Por exemplo, a associação recente entre Bolívar e os ideais socialistas – dando origem ao chamado bolivarianismo – não guarda relação com o caráter liberal presente no pensamento desse líder político.

Bolívar, nome da moeda venezuelana em homenagem a um dos líderes do processo de emancipação política dos países hispânicos da América do Sul. Foto de 2018.

BANCO CENTRAL DA VENEZUELA, CARACAS

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Para ler

A independência dos países da América Latina

Alexandre de Freitas Barbosa. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Que história é esta?)

Nessa obra, as emancipações políticas da América espanhola são analisadas pelo historiador sob um aspecto mais amplo: destacam-se os diferentes significados desse processo para os diversos grupos sociais envolvidos, como indígenas, negros e mestiços.

Poder dos caudilhos

Com exceção do México, que passou por um curto período de regime monárquico entre 1821 e 1823, todos os novos países da América espanhola adotaram o regime republicano. A elite *criolla*, vinculada ao capital estrangeiro, controlava o fornecimento de matérias-primas para o mercado internacional e consumia os produtos industrializados oriundos da Grã-Bretanha. Assim, a independência das colônias espanholas na América não foi acompanhada por mudanças sociais, econômicas e políticas efetivas.

Após as emancipações, continuou a vigorar nesses países o modelo colonial com base na produção de matérias-primas para abastecer o mercado externo. As elites preservaram seus interesses ligando-se inicialmente à Grã-Bretanha e, depois, aos Estados Unidos. A maioria da população foi mantida à margem das decisões do Estado. No México e no Peru, por exemplo, o projeto de modernização socioeconômica adotado pelos novos detentores do poder significou o fim da posse comunitária das terras e a inserção dos indígenas no mercado de trabalho como mão de obra barata.

Na política local, elementos originários das forças militares envolvidas nas guerras de independência passaram a disputar o poder em seus respectivos países, chegando ao governo por meio de golpes de Estado e alimentando numerosos conflitos sociais. Tais chefes políticos, os **caudilhos**, eram geralmente carismáticos, populares e habilidosos nas relações com os vários setores da sociedade. O sucesso dos caudilhos e a efetivação de seus interesses regionais no processo de emancipação da América espanhola explicam, por exemplo, o insucesso de formar uma América Latina unificada como sonhava Bolívar.

Embora a América espanhola tenha ficado livre do domínio colonial, os governos republicanos, tomados pelo conservadorismo e beneficiados pela economia agroexportadora, procuraram manter a maior parte da população afastada da esfera política. As diferenças sociais mantiveram-se praticamente inalteradas, e a miséria continuou afetando a população.

Os indígenas e os afrodescendentes desses diferentes países americanos continuaram, por exemplo, à margem do sistema político, econômico e social. O reflexo dessa trajetória histórica pode ser observado atualmente, uma vez que tais grupos ainda apresentam as maiores taxas de analfabetismo e desemprego. Além disso, a maior parte das pessoas que atuam em atividades que não exigem qualificação profissional e vivem em habitações precárias é indígena e afrodescendente.

LAURA FACCHINI/SHUTTERSTOCK

Vendedora ambulante no Mercado de las Brujas em La Paz, Bolívia, 2017. O processo de formação do Estado nacional nos países latino-americanos foi dirigido pelas elites *criollas* em prejuízo dos indígenas, dos negros e de integrantes de outros setores pobres da sociedade. As consequências sociais desse processo são evidentes ainda hoje.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Crescimento e contradição na Argentina

Dos países que faziam parte da América espanhola, o caso mais impressionante de expansão econômica na passagem do século XIX para o XX foi o da Argentina. A elite de Buenos Aires, composta de comerciantes e criadores de gado, pretendia aumentar as exportações, além de ampliar o mercado interno e a oferta de mão de obra. Para isso, implementou uma política econômica de estímulo à produção e assinou acordos internacionais que aumentavam sua participação no mercado de grãos, além de abrir o mercado internacional de carne aos produtores argentinos.

O sucesso dessa política garantiu, nas décadas de 1870 e 1880, intenso crescimento econômico. Simultaneamente, o país recebeu grandes levas de imigrantes, sobretudo italianos, que fizeram a população aumentar com rapidez. Como efeito dessa expansão, a Argentina iniciou o século XX como uma das maiores economias do mundo. Esse crescimento, no entanto, não trouxe benefícios para todas as camadas sociais do país.

No processo de formação do Estado nacional, o imigrante europeu foi valorizado como principal elemento formador da sociedade argentina. Dessa forma, os indígenas e os negros foram excluídos da memória histórica nacional argentina, mesmo que o tango, por exemplo, dança que é uma das marcas do país, tenha origem negra.

O incentivo à imigração europeia alterou a composição da população argentina, especialmente nas cidades, não significando, porém, o "desaparecimento" dos negros. Os afro-argentinos foram preteridos aos brancos na agricultura e na indústria. Em razão da exclusão econômica, eles se deslocaram para áreas cada vez mais periféricas e pobres, o que contribuiu para consolidar a ideia equivocada de que não existem no país. Atualmente, vários grupos de afrodescendentes argentinos lutam para romper essa invisibilidade. Um dos reflexos dessa atuação foi a inclusão, pela primeira vez, de informações sobre as populações indígenas e afrodescendentes do país no Censo de 2010.

As Campanhas do Deserto

A política de dissolução de terras que eram comunitárias produziu graves tensões sociais e rebeliões armadas de povos indígenas em diferentes países da antiga América espanhola. Na Argentina, por exemplo, grupos indígenas organizados em cacicados formaram confederações para defender suas terras, manter sua autonomia e garantir seus meios de sobrevivência.

A partir da década de 1870, o governo argentino intensificou a ofensiva contra esses grupos, promovendo uma série de campanhas militares no sul do território, conhecidas como "Campanhas do Deserto". O objetivo era conquistar as terras indígenas para expandir a fronteira agropecuária e, como se afirmava na época, "civilizar" os indígenas, aproximando o novo país do tão almejado modelo europeu de sociedade. O resultado foi devastador: milhares de indígenas assassinados. Os sobreviventes foram presos e forçados a se deslocar a pé até o norte do país, onde foram obrigados a trabalhar em troca de baixas remunerações.

CHRISTOPHER PILLITZ/GETTY IMAGES

Casais dançando na cidade de Buenos Aires, Argentina, 2016. O tango, um dos símbolos desse país, começou a ser praticado em meados do século XIX em festividades que os escravizados faziam nos assim chamados *tangós*, casas onde se reuniam com a permissão de seus senhores. No final desse século, a dança disseminou-se nas periferias de Buenos Aires, sendo apropriada pelos imigrantes que chegavam à Argentina.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EDERNA

Primeiros anos da América hispânica emancipada

As grandes vitoriosas nas lutas de emancipação dos países que pertenciam à América espanhola foram as elites *criollas*, que se libertaram do controle metropolitano e assumiram o governo. Porém, em razão de agitações sociais e divergências entre os setores economicamente hegemônicos, o processo de formação e consolidação dos Estados nacionais em alguns desses países foi tão penoso quanto as décadas de guerra contra a Espanha.

No campo político, houve instabilidade em razão da oposição que ocorria entre os *criollos* que defendiam a formação de um Estado unitário e centralizado, chamados **unitaristas**, e os partidários da autonomia das diversas regiões, os **federalistas** (caudilhos), que haviam lutado contra a Espanha e não pretendiam abrir mão do poder e das conquistas territoriais que haviam obtido.

Na economia, os novos países emancipados tiveram de se adaptar aos interesses e à lógica de circulação de mercadorias do capitalismo do final do século XIX. Em razão de possuírem instituições políticas frágeis, continuaram a atender às necessidades dos principais centros econômicos globais. Empresas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha passaram a atuar regularmente na América hispânica, que assumiu uma posição global de fornecedora de matérias-primas e consumidora de produtos industrializados – dinâmica, contudo, que não impediu que alguns países hispano-americanos passassem por forte crescimento econômico, como no caso argentino. Além do esforço para organizar política e geograficamente os novos Estados, os *criollos* precisaram resolver questões como reestruturar a produção visando inserir suas economias no mercado internacional, o que levou os novos países a se alinharem às políticas internacionais da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.

Outra característica que marcou esses novos Estados foi a manutenção das relações de trabalho do período colonial. Após a independência, as mudanças sociais na América hispânica foram limitadas. Diversos países mantiveram a escravização de pessoas de origem africana até o início da segunda metade do século XIX. Na Colômbia, por exemplo, o sistema vigorou até 1851; no Peru e na Venezuela, até 1854; e, no Paraguai, até 1869. Em alguns casos, mesmo que a escravidão tenha sido abolida nas primeiras décadas do século XIX, os ex-escravizados continuaram sujeitos a diversas formas de servidão. Isso ocorreu, por exemplo, no Chile, até 1823, e na Bolívia, até 1829. Em outros países, a escravidão, mesmo depois de abolida por lei, resistiu por várias décadas sem que a propriedade ilegal de cativos fosse coibida. Foi o que ocorreu no Uruguai, até 1833, e na Argentina, até 1853.

A situação dos indígenas também não se alterou após os processos de emancipação. Em vez disso, os grandes proprietários rurais incorporaram vastas extensões de terras pertencentes aos indígenas, o que levou à dissolução de comunidades que haviam resistido aos séculos de colonização. Além disso, a mão de obra indígena continuou a ser intensamente explorada.

América Latina: economia de exportação e investimentos estrangeiros – início do século XX

Fonte: *Atlas da história do mundo*. São Paulo: Publifolha/Times, 1995. p. 222.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Os Estados Unidos e a América Latina

Em 1823, o então presidente dos Estados Unidos James Monroe, em uma mensagem ao Congresso desse país, declarou que as nações americanas não poderiam ser alvo de ações colonialistas europeias. A frase "A América para os americanos" resumia a declaração, que ficou conhecida como **Doutrina Monroe**. Apesar de ter sido interpretado como o prenúncio de uma doutrina intervencionista, o discurso de Monroe deve ser compreendido como um ato de repulsa a qualquer intenção colonizadora europeia no continente.

Na Primeira Conferência Internacional Americana em 1889, no entanto, os projetos expansionistas dos Estados Unidos ficaram claros. Propostas como a de união aduaneira e a de criação de tribunais de arbitragem, moeda única e sistema unificado de proteção militar demonstravam a disposição estadunidense de liderar o continente e controlar seus mercados. As propostas não foram aprovadas, mas simbolizaram o início de novas relações entre a América Latina e os Estados Unidos, concretizadas com a chegada de Theodore Roosevelt à presidência, em 1901.

A política de Roosevelt para a América Latina incluía negociações acompanhadas de forte pressão e ocasionais ameaças de intervenção direta nos demais países. A declaração, atribuída a Roosevelt, de que a relação com os países vizinhos deveria ser feita com "fala suave e um grande porrete na mão" fez que essa política ficasse conhecida como ***Big Stick*** (Grande Porrete). Assim, o governo estadunidense passou a intervir de forma direta e indireta na política dos países latino-americanos. Na prática, a política de Theodore Roosevelt revelava a disposição estadunidense de garantir o controle do continente, mesmo que isso implicasse a realização de ações armadas. Várias ações militares e políticas ocorridas nas quatro primeiras décadas do século XX demonstraram o empenho dos Estados Unidos em fazer valer sua hegemonia, principalmente na América Central e no Caribe, áreas de importância militar e estratégica.

Entre 1909 e 1913, durante o governo do presidente William Taft, popularizou-se a expressão **diplomacia do dólar**. Esse termo foi utilizado para designar a política que reforçou o domínio dos Estados Unidos sobre a frágil economia das pequenas repúblicas centro-americanas, que dependiam das exportações de banana, café e outros produtos primários. Por esse motivo, elas passaram a ser conhecidas como "Repúblicas das Bananas". Utilizando a tática da "mão caridosa", os Estados Unidos redobraram seus investimentos em Cuba e nas demais ilhas do Caribe, chegando a aplicar nessas regiões 42% do total de seus investimentos no exterior.

Em 1932, Franklin Delano Roosevelt foi eleito presidente dos Estados Unidos. Ele acreditava que a política agressiva de intervenção direta, adotada por seus antecessores, necessitava de alterações. Segundo Roosevelt, os mecanismos utilizados para exercer a dominação econômica deveriam ser sutis e sofisticados. Inaugurou-se, então, a chamada **política de boa vizinhança**.

As várias práticas intervencionistas criadas e reelaboradas pelos governos estadunidenses consolidaram o domínio de Washington sobre os territórios da América Latina, dominação encoberta pela aparência de uma relação cordial, especialmente nesse período da chamada política de boa vizinhança.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o início da Guerra Fria, a preocupação estadunidense na geopolítica passou a ser a de impedir o avanço da influência soviética no mundo. Nesse contexto, o país passou a apoiar os governos latino-americanos dispostos a lutar contra o comunismo e a atuar diretamente para a derrubada daqueles que poderiam representar qualquer ameaça de alinhamento com os soviéticos.

Primeira Conferência Internacional Americana: realizada de outubro de 1889 a abril de 1890 em Washington, Estados Unidos, reuniu representantes de 18 países americanos, entre os quais o Brasil. Na ocasião, foi discutida a adoção, pelos respectivos governos, de um plano de arbitragem para as controvérsias e disputas que pudessem ocorrer entre eles, incluindo as questões sobre o intercâmbio comercial.

COLEÇÃO PARTICULAR

Charge que representa o presidente Theodore Roosevelt caminhando sobre o Mar do Caribe, início do século XX. Um dos exemplos de intervenção estadunidense na América Latina foi o estímulo à criação de um novo país, o Panamá, declarado independente da Colômbia em 1903. O interesse era em razão do Canal do Panamá, construção que atravessa o território panamenho ligando o Oceano Atlântico ao Pacífico. Os Estados Unidos controlaram a navegação do canal após sua construção até o Panamá assumir seu controle de forma definitiva em 1999.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

ATIVIDADES

Registre no caderno.

1. Nas histórias em quadrinhos *Peanuts*, a personagem Lucy é prática, racional e bem autoritária, especialmente em relação ao seu irmão Linus (personagem de camiseta vermelha). Considerando isso, leia os quadrinhos e responda às questões.

PEANUTS, CHARLES SCHULZ © 1964 PEANUTS WORLDWIDE LLC/DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION

Feliz Dia da Independência. *Peanuts* , tira de Charles Schulz, 2011.

a) Qual é o humor apresentado nesses quadrinhos?

b) A noção de independência expressa nesses quadrinhos é similar à que fundamentou os movimentos de emancipação das colônias americanas? Explique.

2. Na Declaração de Independência das Treze Colônias, havia longos trechos extraídos das ideias do filósofo John Locke, como este:

> "Quem quer que use força sem direito, como o faz todo aquele que deixa de lado a lei, coloca-se em estado de guerra com aqueles contra os quais assim a emprega; nesse estado cancelam-se todos os vínculos, cessam todos os outros direitos, e qualquer um tem o direito de defender-se e de resistir ao agressor."

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*, 1689. São Paulo: LeBooks, 2018. (*e-book*)

Com base no estudo do capítulo e no texto destacado, explique como o pensamento de Locke serviu de base ao movimento de emancipação das colônias britânicas na América.

3. Leia o texto a seguir para responder às questões.

> "As dificuldades do Haiti não se deveram, com o passar do tempo, somente ao domínio da agricultura de subsistência e à ausência de perspectivas econômicas mais elevadas. Deveram-se também, e não menos, à quarentena, que lhe impuseram até mesmo as nações latino-americanas recém-emancipadas. [...] O isolamento internacional acentuou o atraso e agravou as dificuldades históricas, após uma das mais heroicas lutas emancipadoras do hemisfério ocidental."

GORENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*. São Paulo, jan.-abr. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9988/11560>. Acesso em: 12 mar. 2020.

a) Como o processo de emancipação do Haiti desorganizou economicamente esse país?

b) De que forma, como aponta Gorender, as outras nações ocidentais contribuíram para o empobrecimento do Haiti?

c) Explique a razão que levou outros países da América a participar do boicote ao Haiti.

4. Observe a charge e responda às questões.

LOUIS DALRYMPLE - SOCIEDADE HISTÓRICA DE NOVA YORK, NOVA YORK

Charge sobre a luta de independência cubana, de Louis Dalrymple, publicada nos Estados Unidos, 1898. Na frigideira, lê-se "desgoverno espanhol" e, abaixo dela, a palavra "anarquia". A legenda da charge é: "O dever do momento: salvá-la não só da Espanha, mas de um destino pior".

a) Qual é a mensagem transmitida na imagem?

b) É possível relacionar a imagem à atual postura internacional do governo estadunidense? Explique.

5. Leia o texto a seguir e faça o que se pede.

> "Em termos políticos, o México é um dos países mais vanguardistas em legislação até 1920. Todas as demandas, como o direito à greve, jornada de trabalho de oito horas, educação gratuita, recuperação da terra, são demandas que quase nenhum país havia atendido até aquele momento, e o México as codificou na Constituição de 1917."

RUEDA, M. Revolução Mexicana rompeu com cultura europeia e gerou "mexicanidade", diz historiador. *OPERAMUNDI*, 30 ago. 2010. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/16501/revolucao-mexicana-rompeu-com-cultura-europeia-e-gerou-mexicanidade-diz-historiador>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

a) Qual foi o contexto que tornou possível ao México elaborar, em 1917, a carta constitucional considerada a mais vanguardista?

b) É possível afirmar que a Constituição Mexicana de 1917, especialmente no que se refere à terra, foi respeitada de forma plena? Por quê?

6. Junte-se a um colega e, em dupla, leiam o texto de Leslie Bethell. Depois, façam o que se pede.

> "Por um lado, Bolívia, Peru, Equador, Guatemala e (em menor grau) México tinham a população composta por muitos indígenas, assimilada somente em parte à cultura hispânica dominante. Em outros países, [...] quase toda a população estava culturalmente integrada à sociedade hispânica. Esta diferença repercutia na vida política, já que nas sociedades em que a classe mais baixa se compunha sobretudo de pessoas com uma cultura distinta da elite hispânica, era menos propensa a contar com a participação política dessa classe. [...] Em muitos aspectos, as mudanças institucionais do período foram mais formais do que reais. As novas repúblicas raramente cumpriram com os ideais constitucionalistas pelos quais lutaram: enquanto se mantinha a ficção de uma sociedade individualista de membros considerados iguais, a elite, assim como outros setores sociais, de fato vivia de acordo com as normas estabelecidas pelas relações entre patrões e empregados próprias das sociedades nas quais havia grande diferenciação social e econômica."

BETHELL, L. Política, ideologia e sociedade. *História da América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica. v. 6. p. 42-48. (Tradução nossa)

Produzam um texto com 10 a 15 linhas explicando o significado da independência para a população pobre dos países da América espanhola.

7. É possível afirmar que os países da América hispânica conseguiram se emancipar de forma completa? Justifique sua resposta citando aspectos econômicos e sociais.

8. **Debate**. O texto a seguir analisa a *Carta da Jamaica*, escrita por Bolívar em 1815:

> "Simón Bolívar [...] é a personalidade histórica central na Venezuela e o estrategista maior da luta contra o domínio espanhol no continente latino-americano. Possivelmente, a síntese do pensamento de Bolívar esteja em sua *Carta da Jamaica* [...]. É um documento razoavelmente curto, para a complexidade de questões que lança, e direto e contundente nos objetivos a que se propõe. Após descrever vários países da América do Sul e Central, Bolívar define seu projeto:
>
> 'É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação, com um só vínculo ligando suas partes entre si e com o todo. Já que têm uma origem, uma língua, mesmos costumes e uma religião, deveriam, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de formar-se. Mas não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos, características dessemelhantes dividem a América'."

JINKINGS, I. *et al. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 188.

Discuta com os colegas se o ideal de unificação da América Latina se consolidou em algum momento e se permanece em algum sentido atualmente.

Enem e vestibulares

9. (Enem-MEC) Na democracia estadunidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito.

Na tradição política dos Estados Unidos, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é:

a) submeter o indivíduo à proteção do governo.

b) hierarquizar os indivíduos segundo suas posses.

c) estimular a formação de propriedades comunais.

d) vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.

e) defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

10. (Fuvest-SP)

> "Neste território não poderá haver escravos. A servidão foi abolida para sempre. Todos os homens nascem, vivem e morrem livres..."; "Todo homem, qualquer que seja sua cor, pode ser admitido em qualquer emprego".

Artigos 3º e 4º da Constituição do Haiti, assinada por Toussaint Louverture, 1801.

Lendo o texto acima e associando-o ao processo de independência das Américas espanhola e francesa, é possível concluir que:

a) como no Haiti, em todos os demais movimentos houve uma preocupação dominante com as aspirações populares.

b) a independência do Haiti foi um caso especial nas Américas, pois foi liderada por negros e mulatos.

c) na mesma década da independência do Haiti, as demais colônias do Caribe alcançaram a libertação.

d) o movimento de independência do Haiti foi inspirado pelo modelo dos Estados Unidos.

e) a independência do Haiti foi concedida por Napoleão Bonaparte, com base nos princípios liberais.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

CAPÍTULO

3

Economia global e trocas desiguais

As Grandes Navegações, o colonialismo, as revoluções industriais e a revolução da informação foram eventos cruciais no processo de formação do espaço econômico mundial.

A expansão colonial iniciada no século XV deu início à constituição da economia global, uma vez que a integração entre Oriente, América e Europa estabeleceu uma divisão internacional do trabalho em escala planetária.

Nas últimas décadas do século XX, intensificaram-se os laços de dependência e de integração econômica entre os países, criando condições para a emergência de um sistema policêntrico, que caracteriza o espaço econômico mundial atual.

Colonialismo e integração mundial

A maior parte dos agrupamentos humanos que ocuparam diferentes regiões do mundo conheceu algum grau de integração com outras sociedades por meio do intercâmbio de produtos, técnicas e culturas. Entretanto, durante a maior parte da história, esses intercâmbios foram relativamente escassos e não tinham um alcance planetário.

A integração mundial que atualmente conecta sociedades em diferentes lugares foi resultado da expansão comercial iniciada no século XV durante as Grandes Navegações. Nesse período, como descrito no Capítulo 1, as monarquias europeias seguiam a doutrina econômica mercantilista, segundo a qual os metais preciosos eram a medida da riqueza econômica dos reinos. Foi essa política econômica, baseada na extração de metais preciosos e na exploração de produtos agrícolas tropicais, que orientou a colonização europeia na América.

Estabeleceu-se então uma primeira **Divisão Internacional do Trabalho** (DIT), formada pelas metrópoles, no centro, e pelas colônias, na periferia do sistema econômico.

Muitas colônias tiveram suas populações nativas praticamente dizimadas e mantiveram-se por séculos subordinadas ao pacto colonial, atreladas à economia metropolitana. Mesmo depois da independência das colônias, esse modelo socioeconômico permaneceu, pois permitiu o acúmulo de capitais e criou condições para que ocorresse a Revolução Industrial, fortalecendo ainda mais a estrutura espacial centro-periferia.

Monumento aos Descobrimentos às margens do Rio Tejo, em Lisboa, Portugal. Foto de 2017. Com a forma de uma caravela, o monumento é uma homenagem às Grandes Navegações portuguesas.

NICOLE CISCATO/ALAMY/FOTOARENA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Desenvolvimento tecnológico e internacionalização

A internacionalização da economia e a interdependência econômica entre os países se acentuaram entre os séculos XVIII e XX. Além disso, iniciava-se uma época marcada por intensas mudanças tecnológicas, em que as descobertas e as inovações causaram grande impacto no modo de produção, na vida cotidiana e nas paisagens.

A **Primeira Revolução Industrial**, ocorrida na Grã-Bretanha entre meados dos séculos XVIII e XIX, representou um marco no processo de desenvolvimento técnico. Com capital e mão de obra disponíveis, um vasto império colonial que lhe fornecia matérias-primas essenciais (como o algodão) e estabilidade política, a Grã-Bretanha pôde investir em equipamentos e inovações que foram incorporados aos processos produtivos, o que a tornou pioneira no processo de industrialização.

Nesse período, o trabalho artesanal ou manufatura passou a ser substituído pela **maquinofatura**, o que resultou em maior especialização do trabalho e imprimiu um novo padrão de velocidade à produção de mercadorias. Simultaneamente, o uso de novas fontes de energia e a criação da máquina a vapor propiciaram o aumento da potência das máquinas industriais, dando início a um complexo quadro de mudanças geográficas, econômicas e sociais.

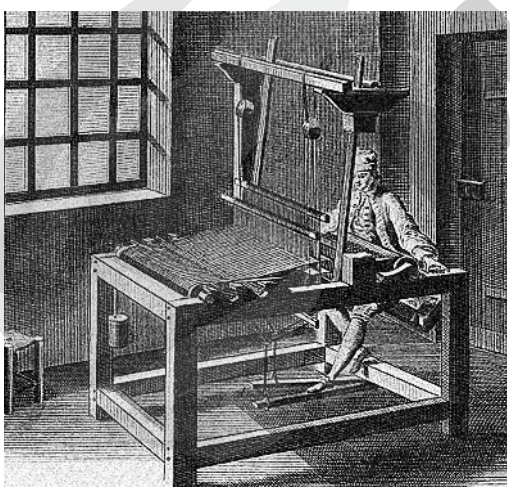
A substituição da energia hidráulica pelo vapor produzido com a queima do carvão, por exemplo, tornou possível a movimentação de máquinas e de locomotivas. Essa inovação favoreceu a localização geográfica industrial nas proximidades de áreas fornecedoras de matéria-prima (carvão mineral) e de grandes mananciais de água.

As linhas férreas e os navios a vapor agilizaram o transporte de pessoas e de mercadorias e o êxodo rural contribuiu para o rápido crescimento da população urbana. O vapor utilizado como energia para movimentar máquinas substituiu o trabalho anteriormente feito à mão por centenas de pessoas ou animais, como o cavalo. Com a introdução da maquinofatura em diversos ramos (como têxtil e naval), a produção passou a se concentrar nas fábricas instaladas nas maiores cidades britânicas, com enorme reserva de mão de obra.

Gradativamente, os produtos industrializados tornaram-se mais baratos e acessíveis. A ampliação do mercado exigiu investimentos contínuos na infraestrutura (estradas, ferrovias, armazéns, iluminação pública, distribuição de água encanada), especialmente nas grandes cidades. Os centros urbanos industriais atraíram trabalhadores e se tornaram espaços privilegiados de grandes manifestações do proletariado, que reivindicava melhores condições de trabalho e maiores salários.

A partir de meados do século XIX, as novas mudanças no modo de produzir estenderam-se aos Estados Unidos, ao Japão, à França e à Alemanha. Nas indústrias, as máquinas foram aperfeiçoadas e as fontes de energia se tornaram mais eficientes, aumentando a produtividade. Iniciava-se a **Segunda Revolução Industrial**, que se estendeu até o início do século XX.

A utilização da eletricidade e do petróleo como combustível trouxe novos progressos. No início do século XX, a indústria automobilística tomou impulso, e carros, trens elétricos e aviões possibilitaram deslocamentos mais rápidos e eficientes.



HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES – COLEÇÃO PARTICULAR

BIBLIOTECA PÚBLICA DE NOVA YORK/ESTADOS UNIDOS

À esquerda, gravura francesa de tecelão operando tear manual em sua oficina, 1762. À direita, gravura britânica representando trabalhadores abastecendo teares mecânicos, 1835. Antes da Primeira Revolução Industrial, os equipamentos de produção e de transporte utilizavam força motora humana, animal, eólica e hídrica para funcionar. Com a incorporação da máquina a vapor aos processos produtivos e a ampliação da manufatura, o tempo gasto na produção de mercadorias foi diminuído e a especialização dos trabalhadores aumentou, uma vez que passaram a atuar em etapas específicas do processo produtivo. A Grã-Bretanha se beneficiou da disponibilidade do algodão produzido em suas colônias, do carvão mineral como fonte de energia e da mecanização fabril para tornar-se uma potência industrial.

Manufatura: estágio intermediário entre o artesanato e a maquinofatura. Caracteriza-se pela utilização de trabalho manual e de máquinas manuais simples. Nesse estágio, a divisão do trabalho já ocorre. O artesão transforma-se em assalariado, trabalhando em uma oficina para um patrão.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Consolidação do capitalismo mundial

A Grã-Bretanha era o centro do espaço econômico mundial. Lá estavam os bancos financiadores, as seguradoras e boa parte da indústria e dos navios de carga. A indústria britânica demandava maior liberdade para importar matérias-primas a preços baixos e para exportar sem restrições e por isso pressionava as outras nações europeias pelo fim do pacto colonial e pela abertura do **livre-comércio**.

Nesse período, os países europeus estabeleceram o chamado **padrão-ouro**, um sistema no qual todos os países cotavam sua moeda em ouro e se comprometiam a trocá-la pelo metal a qualquer momento. O padrão-ouro facilitou muito o intercâmbio comercial, pois era como se houvesse uma única moeda no mundo: o ouro.

A industrialização de outros países além da Grã-Bretanha contribuiu para intensificar as relações econômicas e comerciais internacionais. Em razão da grande integração, muitos economistas consideram o período entre 1871 e 1914 uma nova fase da integração mundial em que o padrão-ouro triunfou e na qual a riqueza mundial cresceu muito. Para os agricultores da Europa e para a indústria dos países exportadores de produtos agrícolas, como o Brasil e a Argentina, porém, o período foi de declínio. O livre-comércio penalizava a indústria nascente, que não tinha condições de competir com os produtos europeus.

Nos países industriais, os operários praticamente não possuíam direitos trabalhistas, como férias e regulamentação da jornada, e muitos eram submetidos a condições insalubres de trabalho.

Oligopólios

A disputa por mercados e matérias-primas levou as potências europeias industrializadas a uma política de conquista de novos territórios. Esses países procuravam expandir o capital excedente de suas empresas, e o principal alvo foram as áreas dos continentes asiático e africano. Essa fase ficou conhecida como **imperialismo**.

A disputa acirrada por mercados consumidores levou as grandes empresas a procurar constantes inovações e aperfeiçoamentos técnicos. As empresas industriais com baixos recursos, que não podiam arcar com essas despesas, foram à falência. Por outro lado, muitas empresas uniram-se, passando a dominar o mercado mundial nesse período.

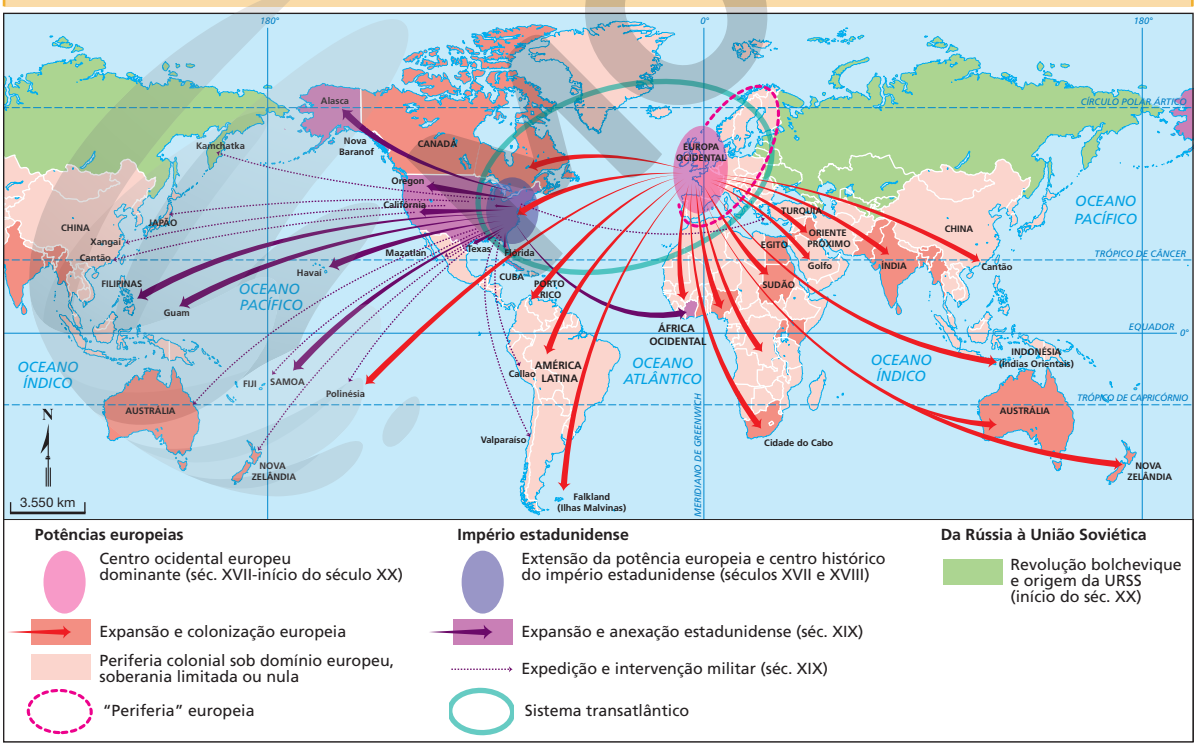
A situação em que uma única empresa ou país detém o mercado de um produto, determinando seu preço, recebe o nome de **monopólio**. O **oligopólio** ocorre quando um grupo pequeno de empresas domina o mercado de um tipo de produto ou serviço. Algumas formas de oligopólio são os trustes, os cartéis e as *holdings*. Embora considerados ilegais por contrariarem as regras do livre mercado, os trustes e os cartéis continuam a ser praticados.

Truste: junção de empresas do mesmo ramo ou de ramos diferentes (desde a matéria-prima até a venda) para dominar o mercado e eliminar a concorrência.

Cartel: acordo firmado por empresas (ou países) para dominar a oferta de um produto ou serviço ou defender interesses comuns de um setor, como a imposição de preços.

***Holding*:** empresa que detém o controle de um grupo de empresas mediante a posse majoritária de ações, com o objetivo de facilitar o domínio sobre determinado produto ou serviço.

Mundo: espaço econômico – século XVII-início do século XX



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: LE MONDE Diplomatique. *El Atlas*: conflictos de fronteras. Valencia: Cybermonde SL, 2013. p. 74-75.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Crise no capitalismo: recessão econômica

Em 1917, uma revolução comunista na Rússia retirou o país da esfera econômica mundial com o objetivo de construir um novo sistema econômico: o socialismo. Nesse sistema, o controle da economia passou para o Estado. Paralelamente ao sistema socialista, depois de um longo período de euforia financeira, o mundo capitalista viveu uma enorme crise com a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, que provocou pânico nos mercados financeiros mundiais, falências bancárias e grande desemprego. Começava um período de recessão conhecido como **Grande Depressão**, que se alastrou pelo mundo inteiro. O excesso de produção e as especulações com ações foram alguns dos motivos dessa crise. A consequência foi a falência de muitas empresas.

Começando pelos Estados Unidos, os países adotaram medidas protecionistas contra as importações. O comércio mundial retrocedeu e os preços dos produtos primários despencaram, deixando em má situação os países exportadores. O Brasil, por exemplo, foi bastante afetado pela queda do preço do café.

Nos Estados Unidos, a economia recuperou-se após a intervenção do governo. Em 1933, o presidente Franklin Roosevelt aplicou a política do *New Deal*, um plano de combate à crise que propunha a realização de obras públicas a fim de reativar a economia e acabar com o desemprego.

Liberalismo e keynesianismo

A doutrina que melhor correspondia aos anseios da burguesia no século XVIII era o **liberalismo** econômico, que defendia a liberdade individual, a livre iniciativa e o direito à propriedade privada como princípios para assegurar o progresso. Segundo um desses princípios, o do ***laissez-faire***, o Estado não deveria mais atuar nem intervir na economia, e sim apenas garantir a livre concorrência entre as empresas.

Na primeira metade do século XX, diante das constantes crises geradas por esse sistema econômico, muitos economistas começaram a defender a intervenção do Estado como centralizador e regulador da economia. O economista John Maynard Keynes sintetizou essas ideias propondo uma intervenção estatal que conduzisse ao incremento da produção, dos investimentos públicos e dos empregos. Suas ideias ficaram conhecidas como **keynesianismo**.

Além de regular a economia e de intervir em crises econômicas, o Estado passou a desenvolver a infraestrutura necessária para assegurar as atividades das grandes empresas. Foram então feitas grandes obras estratégicas que exigiam capitais vultosos, como hidrelétricas, estradas de ferro etc.

Sem interferir na autonomia das empresas privadas, o Estado capitalista tornou-se responsável pelo crescimento e pela promoção de alguns benefícios sociais, o chamado **Estado de bem-estar social**.

A Grande Depressão deixou consequências políticas graves propiciando a ascensão de regimes como o nazismo na Alemanha. Entretanto, o retrocesso da integração dos mercados mundiais e as sequelas da Primeira Guerra Mundial deixaram o ambiente propício para a Segunda Guerra, que começaria em 1939. A retomada do processo de integração da economia mundial só ocorreria a partir do final desse conflito, em 1945.

Desempregados e sem-teto fazem fila para receber alimentos durante a Grande Depressão, em Nova York, Estados Unidos. Foto de 1930.

FOTOSEARCH/GETTY IMAGES

MODERNA

Bretton Woods e a retomada da internacionalização econômica

Quando a Segunda Guerra Mundial estava para terminar, o governo estadunidense convocou uma conferência para reorganizar a economia mundial. A **Conferência de Bretton Woods**, realizada em 1944 nos Estados Unidos, estabeleceu novas regras financeiras e comerciais mundiais.

Após a guerra, europeus e japoneses, com seus territórios e economias devastados, não tinham condições de voltar ao padrão-ouro do século XIX. Apenas os Estados Unidos estavam em condições de manter uma moeda com valor fixado em ouro e conversível no metal, o que então ficou estabelecido. A substituição do padrão-ouro pelo **padrão dólar-ouro** (1944-1971) fez do dólar dos Estados Unidos a moeda de referência mundial, e as moedas europeias (e futuramente também a japonesa) teriam um câmbio estável com o dólar.

Para a retomada da integração econômica mundial, essa medida foi tão eficiente quanto o antigo padrão-ouro, pois todos conheciam o valor do dólar e sabiam que as outras moedas não podiam flutuar muito em relação a ele.

O **Fundo Monetário Internacional** (FMI), um dos organismos criados nessa conferência, visava garantir a estabilidade do sistema financeiro para favorecer a expansão e o desenvolvimento do comércio internacional. Posteriormente, esse organismo passou a supervisionar as dívidas externas dos países e a fornecer empréstimos para países em dificuldades financeiras.

Outro resultado da Conferência de Bretton Woods foi a criação do **Banco Mundial**, em 1945, que financiou a reconstrução da Europa no pós-guerra. Atualmente, esse banco realiza empréstimos para países em desenvolvimento. Uma das principais instituições que compõem o Banco Mundial é o **Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento** (Bird).

Crise do padrão dólar-ouro

Em 1971, pressionados por seus grandes gastos, entre eles as despesas com a Guerra do Vietnã, os Estados Unidos já não tinham como manter sua moeda conversível em ouro. Nesse ano, o então presidente Richard Nixon comunicou ao mundo que o dólar não seria mais conversível, pondo fim ao acordo de Bretton Woods.

Todas as moedas começaram então a flutuar livremente, e nenhuma delas tinha mais paridade com o ouro ou com qualquer outro metal ou produto. Em 1979, foi estabelecido o padrão financeiro de **câmbio flutuante**, adotando-se o sistema de taxas de câmbio flutuantes entre divisas. Nesse sistema, o valor de cada moeda varia de acordo com sua disponibilidade no mercado, sem interferência direta das autoridades monetárias.

Com essa mudança, houve um temor de que, pela falta de uma moeda de referência, a internacionalização econômica alcançada dentro do bloco liderado pelos Estados Unidos pudesse dar outro passo atrás. Entretanto, os acontecimentos foram em outra direção, uma vez que a economia dos países capitalistas se renovou por meio de uma revolução tecnológica.

Divisa: neste caso, reserva de moedas estrangeiras que um país possui em suas instituições públicas ou privadas.

MARK SUMMERFIELD/ALAMY/FOTOARENA

Edifício do Federal Reserve, o banco central estadunidense, em Washington, Estados Unidos. Foto de 2017. Atualmente, os bancos centrais são as principais instituições responsáveis por regular a quantidade de dinheiro em circulação, sendo, com isso, capazes de influenciar o valor das moedas em cada país ou região. Apesar do sistema de câmbio flutuante adotado pela maioria dos países, o dólar estadunidense, por ser uma moeda estável, continua sendo uma referência para a comparação de valor entre diferentes moedas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A Terceira Revolução Industrial e a globalização

Nos anos 1970, iniciou-se o que viria a ser conhecido como a **Terceira Revolução Industrial** ou **Informacional**. Embora essa revolução tenha se tornado mais perceptível somente nos anos 1990, com o surgimento do computador pessoal e da internet, as mudanças nos processos produtivos começaram muito antes: as máquinas programáveis com controles digitais, a robótica e outras novas invenções permitiram uma revolução nos processos produtivos e gerenciais. Esses avanços tecnológicos proporcionaram também mais rapidez nos fluxos de informações e mais velocidade aos meios de transporte, diminuindo os tempos de deslocamento em uma escala jamais alcançada.

WANGKUN JIA/SHUTTERSTOCK

Trem do metrô que opera de forma autônoma, sem a presença de um condutor, em Vancouver, Canadá. Foto de 2014.

Na última década do século XX, as novas tecnologias de informação permitiram a formação de redes digitais e a automação da produção e dos serviços, ocasionando transformações no modo de produção capitalista e na organização do trabalho. Os custos e os preços caíram, tornando acessíveis produtos até então difíceis de serem adquiridos por uma parcela da população.

A atuação de cientistas foi muito importante no desenvolvimento e no aperfeiçoamento de novas tecnologias. Se a Primeira Revolução Industrial teve início na Grã-Bretanha, a Revolução Informacional contou com importante participação de empresas estadunidenses. Além dos Estados Unidos, França, Alemanha, Grã-Bretanha e Itália desenvolveram inovações nas áreas de eletrônica e de biologia. As empresas japonesas, na década de 1980, tiveram destaque na fabricação de eletroeletrônicos (como videocassetes e *videogames*) e na introdução das tecnologias digitais na vida cotidiana. Já na década de 1990, as empresas estadunidenses e japonesas competiam pelo mercado consumidor internacional de componentes eletrônicos.

Robótica: ciência ou técnica voltada à criação e à utilização de robôs.

As grandes companhias dos Estados Unidos e da Europa Ocidental participaram como líderes e atuaram na expansão global da revolução técnico-científica. A partir dos anos 2000, no entanto, além do Japão, as empresas indianas, sul-coreanas e, sobretudo, chinesas passaram a investir maciçamente em tecnologia, contribuindo para o desenvolvimento de diversas áreas, com destaque para as telecomunicações e a biotecnologia.

Ciência em contexto

Como o desenvolvimento científico e tecnológico na Ásia está influenciando a indústria mundial?

Segundo o relatório "Indicadores de Ciência e Engenharia – 2018" divulgado pela National Science Foundation (Fundação Nacional da Ciência), os Estados Unidos são o principal produtor de Ciência e Tecnologia (C&T) da atualidade, mas a participação estadunidense tem diminuído à medida que outros países, principalmente a China e a Índia, têm aumentado significativamente os investimentos no setor. Naquele ano, os Estados Unidos gastaram 496 bilhões de dólares (26% do total global) com pesquisa e desenvolvimento, ao passo que a China investiu 408 bilhões de dólares (21% do total global). O crescimento chinês é excepcional, de acordo com o documento.

Para o pesquisador Clélio Campolina Diniz, professor emérito da Faculdade de Ciências Econômicas e do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o desenvolvimento econômico chinês não ocorreu apenas em função de o país exportar manufatura simples em larga escala e dispor de mão de obra barata. Ainda que isso tenha sido inicialmente importante, a China conseguiu vincular os investimentos estrangeiros ao desenvolvimento de pesquisas no país por meio da Academia Chinesa de Ciências e seus institutos universitários.

O desenvolvimento tecnológico asiático alterou rápida e profundamente o cenário industrial mundial e forçou os países mais industrializados da Europa Ocidental e os Estados Unidos a ampliar os programas de modernização industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico.

> "O exemplo de maior destaque é o da chamada 'indústria 4.0', na Alemanha, expressão concebida em 2011 durante a Feira de Hannover, motivada pela busca de se entender as mudanças tecnológicas em curso e os caminhos e desafios para o fortalecimento da capacidade de competição da indústria alemã."

DINIZ, C. C. Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 249, maio-ago. 2019.

Para assistir

Eu, robô

Direção: Alex Proyas. Estados Unidos, 2004. 115 min.

Inspirada na clássica coleção de contos de Isaac Asimov, essa produção apresenta um mundo no qual seres humanos e robôs convivem lado a lado.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EXCLUSIVO

A flexibilidade geográfica das empresas

As grandes empresas formadas desde o final do século XIX a partir de trustes e de oligopólios, chamadas de **multinacionais**, tinham suas sedes nos países do centro do espaço mundial e filiais em diversos países em desenvolvimento. Esse modelo, em geral, reproduzia tecnologias oriundas da sede, garantia a localização próxima às fontes de obtenção de matérias-primas e assegurava a venda de produtos industrializados em todos os países integrados a esse sistema econômico internacional. Nos principais centros industriais do mundo – como os Estados Unidos, os países da Europa Ocidental e o Japão –, desde o final do século XIX, formaram-se esses grandes grupos empresariais.

Recentemente, as multinacionais ficaram conhecidas como **transnacionais**, termo mais apropriado, uma vez que adotaram novos procedimentos, como a especialização das filiais em fases específicas do processo de produção, mudança ou divisão da sede, distribuindo-a por diversos países, deslocamento de unidades produtivas em busca de rentabilidade e criação de centros de pesquisa e de desenvolvimento de tecnologias inovadoras nas filiais. Suas atividades produtivas, mercantis e administrativas ultrapassam fronteiras, estendendo-se a diversos países.

Os vínculos espaciais com o país de origem diminuem à proporção que aumenta a independência das filiais no mercado globalizado. Essas corporações se espalharam pelo mundo e assumiram a hegemonia na economia mundial. O processo que permitiu essa expansão, como já vimos, foi o da extrema competição por meio de inovações em seus produtos e da eliminação dos concorrentes. Com enorme faturamento, acelerado a partir da década de 1990, essas megaempresas atuam em diversos setores da economia: agricultura, indústria, comércio e serviços.

Com as novas facilidades de comunicação e de transporte, as transnacionais puderam flexibilizar sua localização, instalando unidades produtoras em países onde os custos de produção são mais baixos. Isso aumentou a integração de muitos países à economia mundial, como os chamados Tigres Asiáticos (Cingapura, Taiwan, Hong Kong e Coreia do Sul) e, posteriormente, a China e o Vietnã, entre outros.

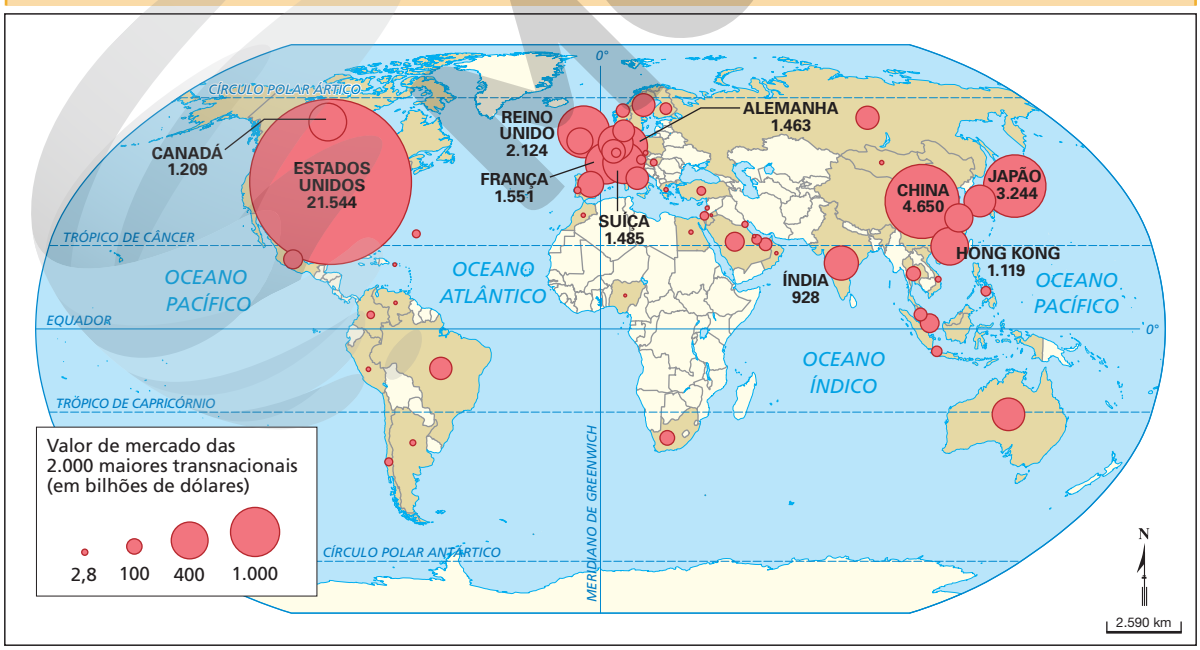
Hoje em dia, as partes de um mesmo produto podem ser fabricadas em diferentes países e montadas em outro. Muitas transnacionais nem sequer fabricam mais seus produtos; somente cuidam de projetos e da manutenção da marca, e o processo de produção de componentes é realizado por indústrias localizadas em países em que existem condições atraentes, como mão de obra barata e leis trabalhistas brandas.

Trocando ideias

As transnacionais possuem grande influência na economia e na política dos Estados. Em alguns casos, a receita de muitas delas é maior do que o Produto Interno Bruto (PIB) de alguns países. Além de poder econômico, as multinacionais dispõem de ampla estrutura jurídica para apoiá-las quando são acusadas de causar impactos socioambientais ou de violar os direitos humanos em contextos locais.

- Em sua opinião, quais medidas devem ser adotadas pelos Estados e pela sociedade civil para regular a atuação de empresas transnacionais a fim de garantir a proteção de trabalhadores, consumidores e do ambiente?

Mundo: maiores transnacionais – 2017



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: SCIENCES PO. *Espace mondial*: l'Atlas 2018. Disponível em: <https://espace-mondial-atlas.sciencespo.fr/fr/rubrique-strategies-des-acteurs-internationaux/article-3A11-firmes-multinationales.html>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Reformas econômicas: a fase do neoliberalismo

A flexibilização da produção industrial, a integração econômica entre os países no espaço mundial e as diversas crises econômicas do capitalismo levaram alguns economistas a propor mudanças na forma de atuação dos governos nacionais com relação à política econômica de seus países. Com a finalidade de reestruturação para proporcionar maior liberdade de atuação das grandes empresas, surgiu uma nova doutrina econômica, conhecida como **neoliberalismo**.

Desde 1980, os Estados Unidos e o Reino Unido implementaram mudanças econômicas alinhadas com os preceitos neoliberais: os impostos sobre as empresas e sobre os mais ricos foram reduzidos (alegando-se que isso seria um fator de incentivo ao investimento e ao progresso econômico), empresas públicas foram privatizadas e os gastos públicos, diminuídos.

O neoliberalismo tornou-se, então, um modelo de política econômica seguido até por ex-países socialistas e pelos países menos desenvolvidos que buscavam integrar-se à economia mundial. Em 1989, um conjunto de regras básicas formuladas por economistas de instituições financeiras, conhecido como **Consenso de Washington**, passou a ser recomendado para o estabelecimento de uma agenda neoliberal de reformas econômicas. De acordo com esse conjunto de regras, os Estados deveriam:

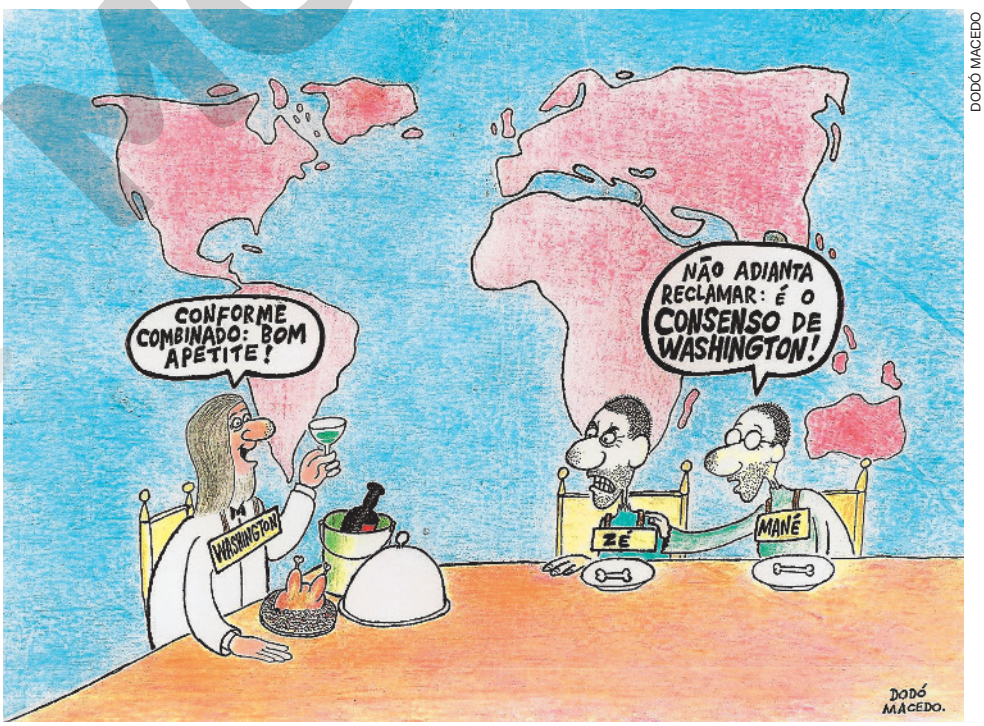
- restringir sua ação sobre a economia, só intervindo em grau mínimo e em setores essenciais – modelo conhecido como **Estado mínimo**;
- fazer reformas econômicas, como o **ajuste fiscal** (gastar menos do que é arrecadado), o controle da inflação, a redução dos gastos públicos e a liberação das importações;
- **privatizar** empresas estatais (venda para grupos privados) com a finalidade de garantir ingresso de capital a curto prazo.

As recomendações produzidas pelas políticas econômicas neoliberais foram aderidas pela maioria dos países da América Latina, do Leste Europeu e da Ásia Central em diferentes contextos e por mais de duas décadas. Uma das razões disso foi a imposição de organismos internacionais, como o FMI, o Banco Mundial e o Bird, que forneciam empréstimos e financiamentos aos países do hemisfério sul e submeteram os Estados endividados pelas crises de 1970 e de 1980 às prescrições do Consenso de Washington como condição para investir nesses países.

Durante as décadas de 1990 e 2000, o Consenso de Washington foi duramente criticado por muitos economistas e analistas políticos. Atualmente, os estudos econômicos reconhecem que as políticas neoliberais causaram impactos negativos aos países que acataram as reformas. O acirramento das desigualdades sociais, o aumento do desemprego e da pobreza e a redução dos sistemas de proteção social estão entre os principais problemas gerados pelas políticas econômicas neoliberais.

Análise de imagem

Explique como a charge se relaciona à capacidade de negociação dos países diante das propostas do Consenso de Washington.



DODÓ MACEDO

Charge de Dodó Macedo, 2008.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

TRABALHO COM FONTES

O desafio do desenvolvimento segundo o Banco Mundial

Em 1991, o Banco Mundial divulgou um documento intitulado "Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991 – O desafio do desenvolvimento". Nele, a instituição apresentou uma série de propostas que faziam parte da implementação de uma agenda para o desenvolvimento econômico mundial. Analise um trecho do documento a seguir.

"O desenvolvimento é o mais importante desafio enfrentado pela raça humana. Apesar das enormes oportunidades criadas pela revolução tecnológica do século XX, mais de 1 bilhão de pessoas, um quinto da população mundial, vivem com menos de um dólar por dia – padrão de vida que a Europa Ocidental e os EUA já haviam atingido há 200 anos.

A tarefa é avassaladora, mas não há motivo de desespero. Nos últimos 40 anos, muitos países em desenvolvimento progrediram com rapidez impressionante. Muitos registraram ganhos notáveis em saúde e educação. Em alguns deles, a renda média mais do que quintuplicou – ritmo de progresso extraordinário pelos padrões históricos. Portanto, ainda que tudo fosse incerto, saberíamos que o desenvolvimento rápido e sustentado não é um sonho impossível, e sim uma realidade factível.

Contudo, muitos países progrediram muito pouco e, em alguns deles, os padrões de vida chegaram a cair nos últimos 30 anos. Por esse motivo, a pobreza continua a ser um terrível problema e, para milhões de pessoas, nenhum progresso econômico substancial ainda se faz sentir. A grande disparidade entre o sucesso e o insucesso constitui o ponto de partida do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1991. Por que as experiências nacionais têm sido tão diferentes? O que devem fazer os países em desenvolvimento para que a produtividade e o bem-estar de suas populações aumentem rapidamente na próxima década? O que pode fazer a comunidade internacional para estimular o desenvolvimento e aliviar a pobreza? São perguntas que têm atualmente uma premência especial: mais de 95% do aumento do contingente mundial de mão de obra nos próximos 25 anos ocorrerão no mundo em desenvolvimento.

Os processos que impulsionaram o desenvolvimento econômico não são, de modo algum, inteiramente compreendidos. Mas a experiência nos ensina muita coisa. Acima de tudo, a história nos mostra que as políticas econômicas e as instituições são de importância crucial – o que é animador, pois implica que os países que não prosperaram podem vir a ter melhor desempenho. Mas é também um desafio, pois obriga os governos de todo o mundo (e não somente dos países em desenvolvimento), bem como as agências multilaterais, a levarem em conta os fatores que têm promovido o desenvolvimento e colocá-los em ação.

Uma das questões centrais do desenvolvimento – e o tema principal deste Relatório – é a interação de governos e mercados. Não é uma questão de intervenção *versus laissez-faire* – dicotomia popular, porém falsa. Os mercados competitivos constituem o melhor meio encontrado até hoje de organizar eficientemente a produção e a distribuição de bens e serviços. A competitividade interna e externa proporciona os incentivos que desencadeiam o espírito empresarial e o progresso tecnológico. Mas os mercados não podem funcionar no vácuo – necessitam de estrutura jurídica e normativa que somente os governos podem oferecer. E, em muitas outras tarefas, os mercados às vezes resultam inadequados ou fracassam completamente. É por isso que os governos devem, por exemplo, investir em infraestrutura e oferecer serviços essenciais à população pobre. Não é uma questão de optar entre Estado ou mercado: ambos têm papéis importantes e insubstituíveis a cumprir. Hoje, começa a haver um consenso a favor de uma abordagem de desenvolvimento que seja 'favorável às forças de mercado'. O Relatório analisa os vários elementos dessa estratégia e sua implantação em grande variedade de contextos nacionais. E vai adiante: salienta os meios complementares pelos quais os mercados e os governos podem unir suas forças."

BANCO Mundial. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1991*: o desafio do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991. p. 1-2.

Questões

Registre no caderno.

1. Identifique o autor, o lugar e a época em que o documento foi produzido e comente a importância desse relatório no contexto em que foi publicado.
2. Analise o texto e explicite a intenção do autor ao afirmar que uma das questões centrais do desenvolvimento é a interação de governos e mercados.
3. Indique trechos do Relatório nos quais o Banco Mundial faz recomendações relacionadas à implementação das políticas econômicas neoliberais e, em seguida, comente tais trechos discutindo possíveis consequências de cada uma dessas medidas.
4. Converse com seus colegas e identifiquem quais das recomendações elaboradas pelo Banco Mundial já foram ou estão sendo implantadas no Brasil.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Desregulamentação e expansão dos mercados financeiros

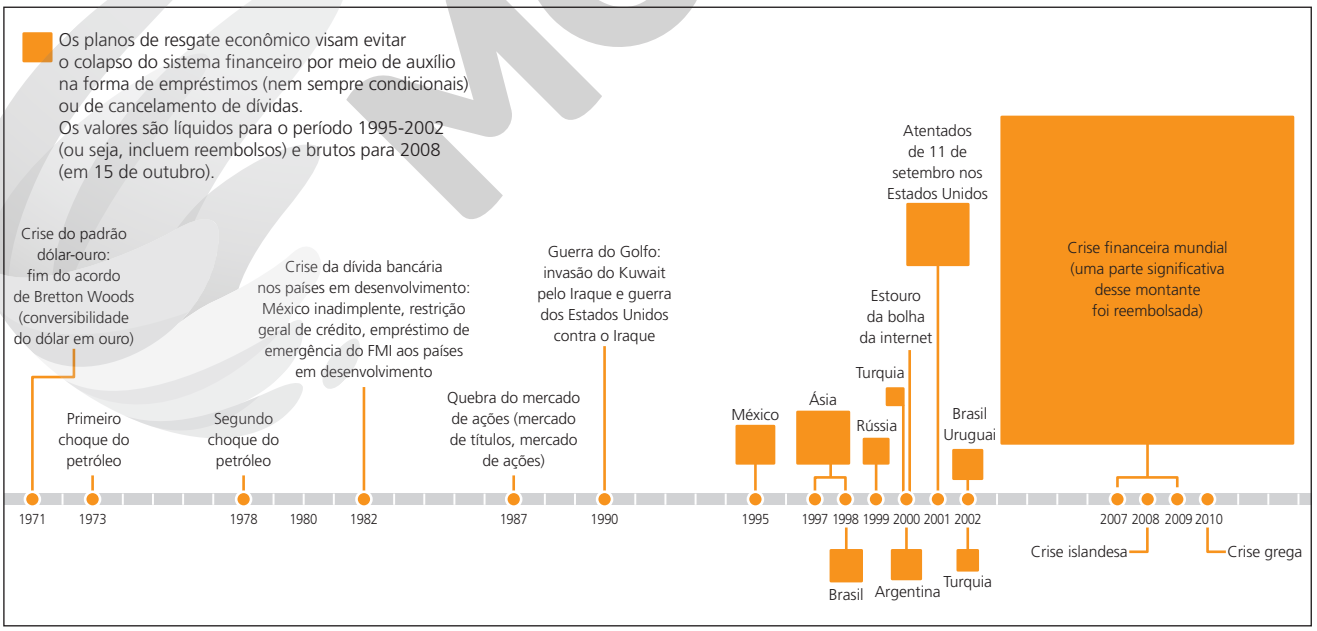
A desregulamentação (reforma ou eliminação de muitos regulamentos das leis econômicas e trabalhistas) promovida pelas políticas neoliberais e o desenvolvimento de novas tecnologias facilitaram as comunicações e proporcionaram a concentração, cada vez maior, da riqueza econômica nas mãos dos grandes grupos financeiros e bancários. Esses grupos passaram a ter grande controle sobre o setor produtivo, sobre o fluxo internacional de capitais e sobre os mecanismos de empréstimos e de juros em escala global.

Grande parte do **capital produtivo** destinado à ampliação, melhoria ou instalação de unidades de produção de mercadorias e tecnologias, à compra de equipamentos e ao aumento da capacidade de produção passou a ser destinado à especulação financeira. O **capital especulativo**, também chamado de **capital volátil** ou de **curto prazo**, tem sido aplicado cada vez mais em bolsas de valores, o que favorece a obtenção de lucros rápidos e imediatos por meio da especulação financeira. Esse tipo de investimento, portanto, não gera empregos como o capital investido na produção de mercadorias.

Os avanços na informática facilitaram muito as transações financeiras e permitiram maior liberdade de investimentos em diferentes países, tornando possível a realização de transações de milhões de dólares em segundos. Com isso, enormes somas, ao menor sinal de instabilidade ou de falta de confiança, podem ser transferidas até mesmo de um país a outro (**fuga de dólares**), provocando pânico e desequilíbrio nos mercados mundiais. Em poucas horas, moedas, papéis e ações podem perder seu valor, abalando a economia.

Os países menos desenvolvidos tendem a sofrer mais com essas crises, pois os investimentos que recebem, muitas vezes, são rapidamente desfeitos nos momentos em que os investidores percebem o menor sinal de uma possível desvalorização de títulos, ações e/ou moeda desses países. Essa fuga rápida de capitais é denominada **ataque especulativo** e tem resultado em uma crescente instabilidade da economia mundial.

Crises financeiras mundiais – 1971-2013



ADILSON SECCO

Fonte: LE MONDE Diplomatique. *1998, crise asiática 2008, crise global*. Disponível em: <https://www.monde-diplomatique.fr/publications/l_atlas_histoire/a54088#&gid=1&pid=1>. Acesso em: 27 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

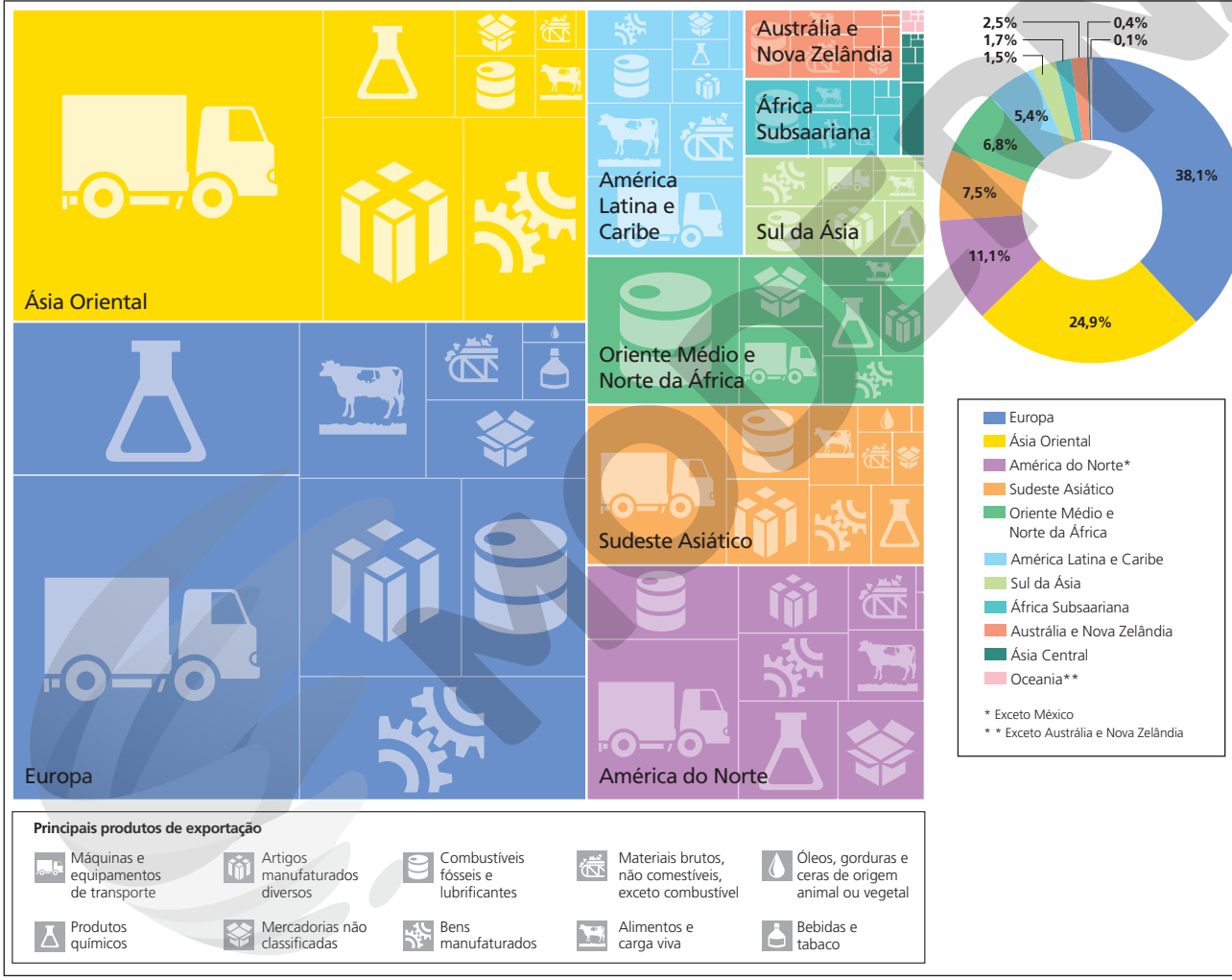
Inserção desigual dos países na economia mundial

Os países não se inserem no cenário econômico mundial da mesma maneira. A economia capitalista se desenvolveu concentrando riqueza e poder nas mãos das elites, principalmente dos países dominantes, que ficaram conhecidos, depois da metade do século XX, como **países desenvolvidos**. Nesses países, os índices de industrialização e de qualidade de vida são elevados quando comparados aos demais países do globo.

Os países com baixo índice de industrialização e com graves problemas sociais, como pobreza e concentração de renda, foram chamados de **subdesenvolvidos**, termo que tem sido questionado porque a maior parte deles foi colônia, o que dificultou o crescimento econômico e o desenvolvimento social dessas nações. Posteriormente, passaram a ser denominados **países em desenvolvimento**, ainda que apresentem grandes diferenças em relação a seus aspectos econômicos, políticos e sociais.

Participação regional no total mundial de exportações – 2018

ADILSON SECCO



Fonte: UNITED Nations. *2018 International Trade Statistics Yearbook*. v. 1. Nova York: Department of Economic and Social Affairs, 2019. v. 1, p. 3. Disponível em: <https://comtrade.un.org/pb/>. Acesso em: 27 mar. 2020.

Análise de dados

1. Quais são as duas principais regiões que dominam o mercado de exportações?
2. Compare o perfil das exportações dessas duas regiões de acordo com a incorporação de tecnologia dos principais produtos de exportação.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Grandes conjuntos de países

Diversas concepções teóricas deram origem a várias denominações para os agrupamentos de países, todas insuficientes para apreender a complexidade das realidades nacionais e globais.

Os países desenvolvidos e os em desenvolvimento já receberam diversas denominações. Uma delas, usada na década de 1980, referia-se à localização geográfica, embora os critérios estivessem relacionados muito mais com a formação histórica e econômica. Nessa década, os mais desenvolvidos ficaram conhecidos como **países do norte**, porque a maioria deles está situada nesse hemisfério – é o caso de Estados Unidos, Japão, Canadá e dos países da Europa. Austrália e Nova Zelândia, embora estejam situadas no hemisfério sul, fazem parte desse grupo, pois suas características econômicas e sociais são semelhantes às dos demais países desenvolvidos.

Já os países em desenvolvimento, localizados majoritariamente no hemisfério sul, ficaram conhecidos como **países do sul** (países da América do Sul, da África e da Ásia). Também compõem esse grupo alguns países localizados ao norte do Equador, como o México e os países da América Central, e alguns países do norte da África e do sul e sudeste da Ásia.

O processo de globalização rompeu com o esquematismo dessas classificações, pois, como veremos adiante, muitos países em desenvolvimento passaram a contar com produção e exportação de mercadorias industriais nacionais.

Outra classificação comumente utilizada divide os países em três grupos: centrais, semiperiféricos e periféricos.

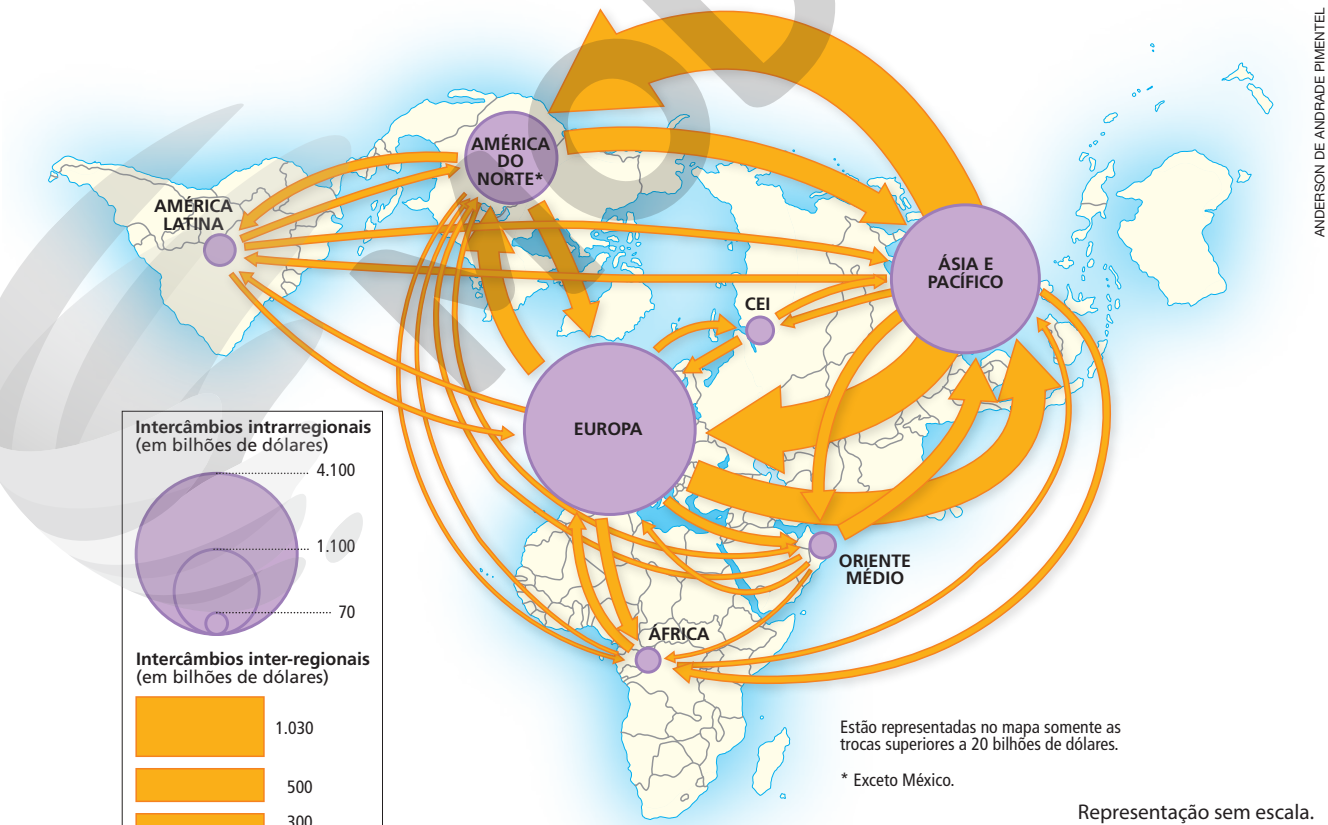
Os países centrais

Os **países centrais** são aqueles que atualmente fabricam e exportam, sobretudo, produtos de alta intensidade tecnológica, a **indústria de ponta** (informática, aeroespacial e outras), pois direcionam grandes investimentos para os setores tecnológicos (robótica, cibernética e outros), de pesquisa e inovações visando a novos métodos de produção. Grande parte do setor secundário desses países se deslocou para os países em desenvolvimento. São exemplos de países centrais Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Países Baixos, Bélgica, Suíça e Suécia (na Europa Ocidental), além de Estados Unidos, Japão e Canadá.

Os países centrais também são aqueles nos quais a população possui, em geral, boas condições de vida.

Vale ressaltar que, hoje em dia, os principais polos industrial, comercial e financeiro da economia mundial são os Estados Unidos, o conjunto de países da Europa Ocidental – especialmente Alemanha, França e Reino Unido – e o Japão e a China, na Ásia.

Mundo: principais centros e fluxos do comércio de mercadorias – 2016



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: SCIENCES PO. *Atelier de Cartographie*. Disponível em: <http://cartotheque.sciences-po.fr/media/Commerce_de_marchandises_2016/2810>. Acesso em: 27 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Os países semiperiféricos

Os **países semiperiféricos** formam um grupo muito diversificado. Uma parte deles tem pouca porcentagem de participação nas exportações de produtos manufaturados, possuindo uma economia baseada na exportação de *commodities*, a exemplo dos grandes exportadores de petróleo, como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Catar, onde o setor petrolífero tem impulsionado o crescimento econômico e o setor industrial é pouco expressivo. Outros países desse grupo são grandes agroexportadores e participam do comércio internacional com *commodities* que resultam de uma agropecuária altamente modernizada, intensiva em tecnologia e muito produtiva, além de exportarem produtos industrializados de baixa e média tecnologia agregada. Entre esses países destacam-se o México, o Brasil e a Argentina.

O processo de globalização da produção abrange frações do território de diversos países não só pelo uso da mão de obra disponível nesses espaços, mas também pela possibilidade de implementar tecnologias de informação e comunicação (TICs), obter incentivos fiscais e acessar a infraestrutura disponível. Esse processo provocou o crescimento industrial e comercial em países emergentes, como os Tigres Asiáticos e os Novos Tigres Asiáticos.

Nesse grupo, a China e a Índia têm aumentado sua capacidade tecnológica e vêm se destacando na produção de mercadorias de alta complexidade e elevado valor agregado (sobretudo no ramo de eletrônicos e de informática). O avanço tecnológico aliado à elevada população desses países – que representa um importante mercado consumidor interno – podem contribuir para, em curto prazo, elevá-los à condição de potências mundiais.

Países como a China, a Índia, o Brasil e a Rússia são também chamados de **mercados emergentes** por possuírem uma população muito numerosa, sendo, portanto, um grande mercado consumidor em potencial.

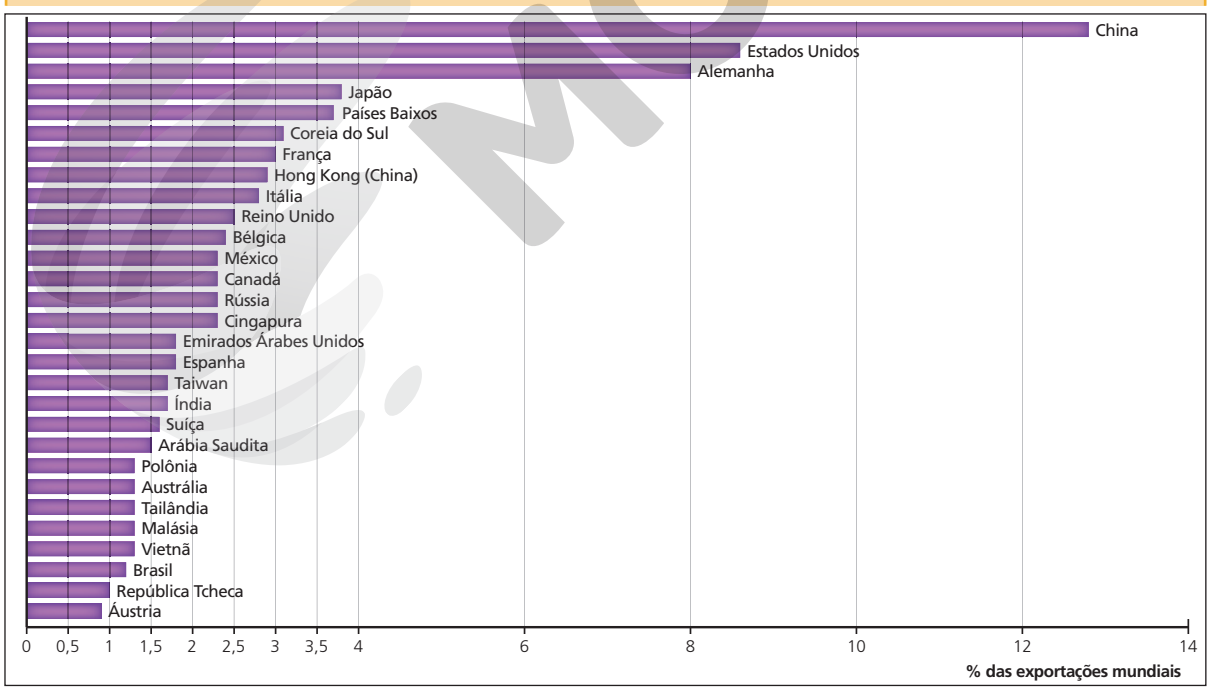
A maior parte do aumento da participação dos países semiperiféricos no mercado de bens manufaturados provém da Ásia Oriental e do Pacífico, mas somente uma pequena parcela desse grupo de países participa das exportações de alta e média tecnologia (China e Taiwan, Coreia do Sul, Malásia, Cingapura e Índia, além do México, na América Latina). Isso também acontece com as exportações de manufaturados de baixa tecnologia, nas quais se destacam China, Taiwan, Coreia do Sul, México e Índia.

Em 2010, a China ultrapassou os Estados Unidos nas exportações mundiais e se tornou a primeira potência comercial do mundo. Os Tigres Asiáticos constituíram setores industriais voltados para o mercado internacional, abastecendo-o com produtos de tecnologia avançada, como computadores, automóveis e aparelhos eletrônicos. Esses países fizeram elevados investimentos na modernização de seus sistemas educacionais, produziram mão de obra qualificada e obtiveram grande desenvolvimento socioeconômico nas últimas décadas.

***Commodities*:** plural da palavra inglesa *commodity*, que significa "mercadoria". Termo utilizado para designar produtos em estado bruto ou pouco processados, produzidos em larga escala e comercializados no mercado internacional, como os produtos agrícolas. Entre as principais *commodities* estão o petróleo, o minério de ferro, a soja, a cana-de-açúcar, o trigo e o ouro.

Valor agregado: riqueza incorporada a um produto durante seu processo de produção.

Participação das economias que realizaram 82,4% das exportações mundiais – 2018



Fonte: OMC. *International trade statistics* – merchandise trade values. Disponível em: <https://timeseries.wto.org/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MANUAL DO PROFESSOR

Recentemente, os **Novos Tigres Asiáticos** – conjunto de países formado por Malásia, Indonésia, Filipinas e Tailândia – investiram no crescimento econômico, aumentando a produção e a exportação dos manufaturados. Esses países se industrializaram na década de 1970, na mesma época da industrialização de Chile, Egito, Turquia, Ilhas Maurício, Venezuela, Colômbia, Peru, Argélia e Marrocos.

Entre os países semiperiféricos ou emergentes, os exportadores mais dinâmicos, que respondem por até 80% das exportações dos países em desenvolvimento, de baixa, média e alta tecnologia, são apenas sete: China, Coreia do Sul, Malásia, Cingapura, Taiwan, México e Índia.

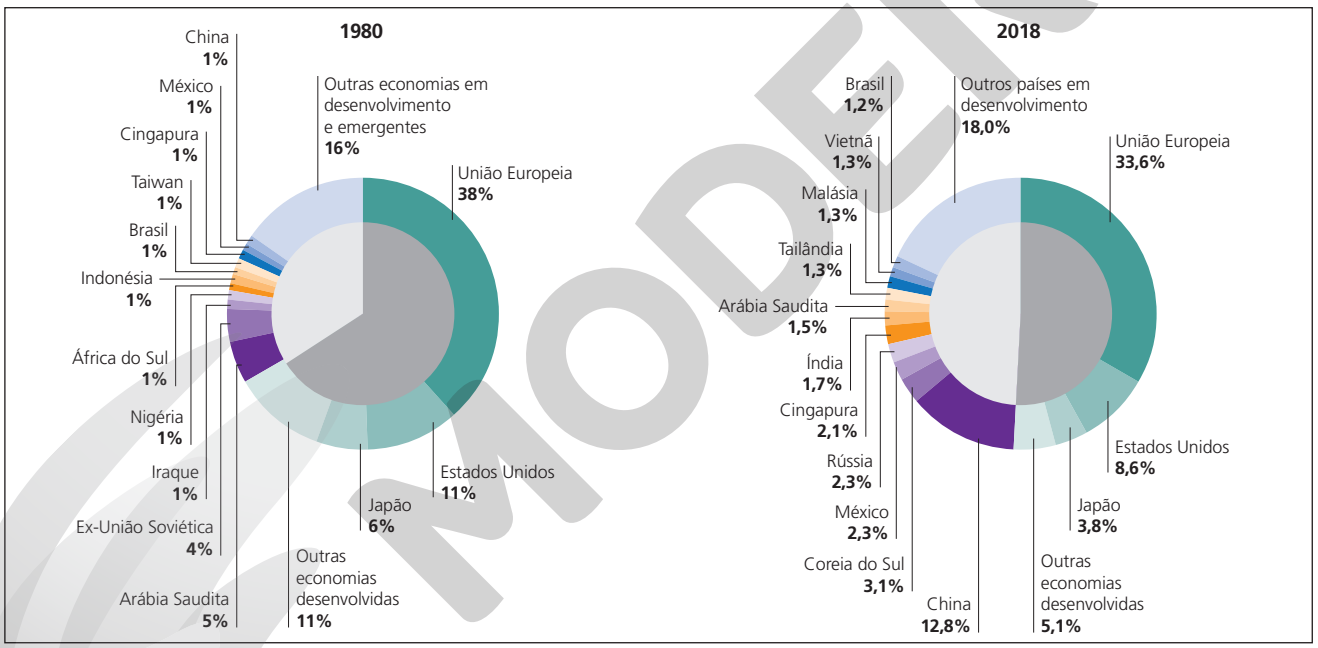
Os países periféricos

Os **países periféricos** são aqueles que têm suas economias com forte base agrária ou mineral, com uso de pouca tecnologia e poucos equipamentos modernos na produção. Em países tropicais, as grandes e modernas propriedades agrícolas voltadas para a exportação são exceções. Na maior parte desses países, as indústrias são escassas e suas exportações concentram-se em produtos primários de baixo valor agregado.

Nos países periféricos, o desenvolvimento humano é baixo – serviços de saúde e de educação são insuficientes – e a **renda *per capita*** é baixa. Sudão, Tanzânia, Iêmen e Nepal são exemplos de países periféricos.

Evolução das exportações mundiais por nível de desenvolvimento – 1980 e 2018

ADILSON SECCO



Fontes: OMC. *Informe sobre el comercio mundial 2013*: factores que determinan el futuro del comercio. Genebra: OMC, 2013. p. 58; *International trade statistics* – merchandise trade values. Disponível em: <https://timeseries.wto.org/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

Os **países periféricos** (parte dos asiáticos, dos latino-americanos e a maioria dos africanos) participam marginalmente do mercado mundial e fornecem principalmente produtos primários.

Na África, recebem destaque as exportações de cacau (Costa do Marfim), tabaco (Zimbábue) e minérios, como o diamante (Botsuana e Namíbia) e o cobre (Zâmbia e Namíbia). Na América Central e na América do Sul, países como Jamaica e Suriname exportam bauxita; a Bolívia, gás natural. Na Ásia, o Sri Lanka depende das exportações de chá.

As cotações das *commodities* são fixadas pelos países centrais, que, muitas vezes, definem preços inferiores ao valor real. Além disso, eles mantêm um conjunto de barreiras protecionistas e de subsídios agrícolas, que trazem mais prejuízo aos países periféricos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Para navegar

Inovação tecnológica

Disponível em: <https://www.inovacaotecnologica.com.br>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Site especializado em divulgação científica e tecnológica com informações sobre inovação, pesquisa e desenvolvimento relacionadas às atividades produtivas e ao cotidiano.

Mudanças no comércio internacional

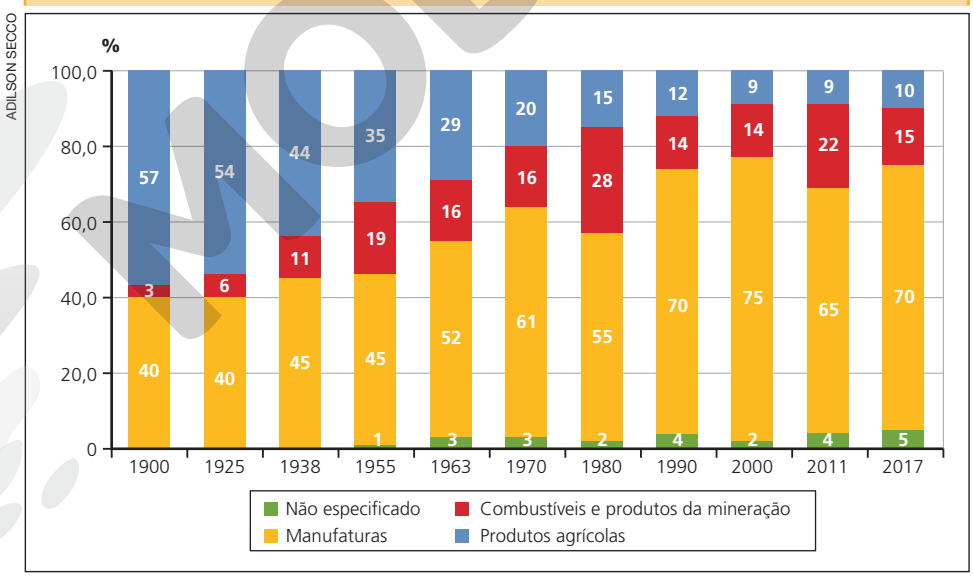
Desde o final do século XX, têm ocorrido algumas mudanças nos padrões da divisão da produção e do comércio internacional, com o crescimento da participação dos países em desenvolvimento nas exportações de manufaturados. Na produção industrial e no uso intensivo de tecnologia estão os produtos de maior valor agregado, ou seja, com maior quantidade de riqueza incorporada. Por isso, os produtos exportados pelos países em desenvolvimento, em geral, têm menor valor que os produtos de exportação dos países desenvolvidos.

As mercadorias que circulam entre os países podem ser classificadas em:

- ***commodities* primárias**: mercadorias em estado bruto ou produtos primários que sofrem pouca ou nenhuma transformação, como café, soja, carnes, óleos vegetais e minérios;
- **produtos de baixa intensidade tecnológica**: que contam com intenso uso de mão de obra e recursos naturais, incluindo, por exemplo, os têxteis de algodão (intensivos em trabalho), o papel e a celulose (intensivos em recursos naturais) e os calçados;
- **produtos de média-baixa intensidade tecnológica**: borracha e produtos plásticos, derivados do petróleo e de outros combustíveis;
- **produtos de média-alta tecnologia**: equipamentos mecânicos, produtos químicos, automóveis e máquinas elétricas;
- **produtos de alta intensidade tecnológica**: mercadorias que exigem mão de obra mais qualificada, como aparelhos eletrônicos e de informática, produtos da indústria farmacêutica e aviões.

O êxito no mercado internacional não ocorre apenas pela produção e pela exportação de grande volume de mercadorias. O importante é o valor agregado à mercadoria. Em geral, os países que mais agregam alta tecnologia à produção são os desenvolvidos.

Participação por produtos nas exportações mundiais de mercadorias – 1900-2017



Fontes: OMC. *Informe sobre el comercio mundial 2013*: factores que determinan el futuro del comercio. Genebra: OMC, 2013. p. 54; WORLD Trade Organization. *World Trade Statistical Review 2018*. Genebra: WTO, 2018. p. 11.

Análise de dados

Analise a evolução da participação dos produtos nas exportações mundiais e, depois, registre no caderno suas conclusões.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A integração desigual do antigo bloco socialista

Nas últimas décadas do século XX, a nova flexibilidade dos processos produtivos colocou as economias dos países que formavam o bloco socialista em grandes dificuldades. No sistema socialista, o Estado tinha a função de distribuir bens e serviços para os cidadãos de acordo com suas necessidades. Conselhos e assembleias (chamados de sovietes, na antiga União Soviética) ligados ao Estado passaram a controlar e a planificar a economia, administrando e distribuindo a produção.

Dessa forma, a industrialização desses países foi conduzida pelo Estado, com foco nas indústrias de base e na produção para fins militares. O sistema de produção era previsto em **planos estatais** de vários anos (em geral cinco) e, portanto, era rígido e necessariamente baseado no estilo fordista – caracterizado pela produção em massa, pela racionalização dos processos produtivos, estruturados em linhas de produção, e pela especialização do trabalho.

A indústria socialista não se adaptava facilmente aos padrões da nova economia flexível, que exigia produtos customizados, produção com estoques baixos e equipes multifuncionais em constante processo de reciclagem. Havia muita dificuldade para produzir bens finais apreciados pelas pessoas, como eletrodomésticos, aparelhos de som e de vídeo, cosméticos, perfumes e automóveis. Como as metas eram quantitativas, nem sempre havia incentivos para que os produtores prestassem a devida atenção à qualidade dos produtos.

Na Rússia, por exemplo, a transição da economia planificada para a de mercado tem buscado a modernização visando colocar o país em condições de responder aos novos imperativos da globalização. Entretanto, permanecem ainda muitos problemas da época anterior.

As economias socialistas não participaram, inicialmente, da Terceira Revolução Industrial, a não ser de forma marginal. Apesar do grande avanço da ciência na União Soviética e em outros países do bloco, houve muita dificuldade de desenvolvimento de aplicações econômicas para esse conhecimento.

Nas economias capitalistas, contudo, a concorrência entre as empresas fazia com que cada conquista científica virasse rapidamente um produto gerador de novos lucros, enquanto nas empresas estatais socialistas os preços e os lucros já estavam predeterminados no planejamento estatal.

Na atualidade, muitos países que viveram sob o sistema socialista vêm colhendo bons resultados econômicos, como a República Tcheca, a Hungria e o Vietnã. Diversos países do Leste Europeu se integraram a redes geográficas e cadeias produtivas globais por meio de fusões ou *joint ventures*, como a Polônia e a Romênia.

Indústria de base: responsável pelo processamento de matérias-primas brutas, sendo a base para outros ramos industriais.

***Joint ventures*:** expressão de origem inglesa que significa a união de duas ou mais empresas já existentes para realizar uma atividade econômica comum.

BOGDAN VIJA/SHUTTERSTOCK

Aula de programação em Timisoara, Romênia. Foto de 2018. O país, que adotou o sistema socialista após a Segunda Guerra Mundial e que tem feito pesados investimentos em educação desde que começou sua transição para a economia capitalista em 1989, tem promovido uma educação inovadora e tecnológica, investindo tanto na qualificação dos professores quanto em infraestrutura de redes de conexão e computadores nas escolas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

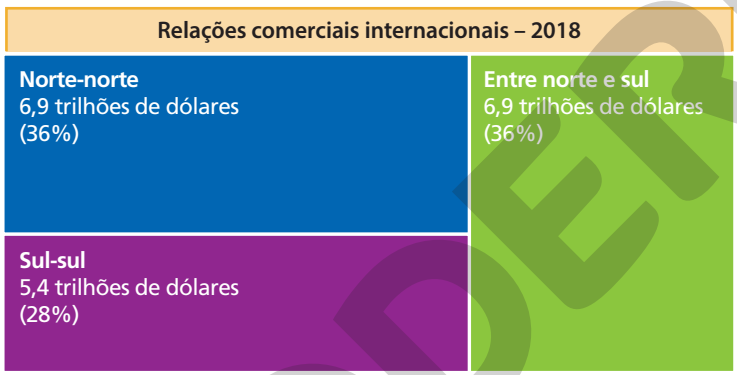
As economias emergentes e a policentralidade

As economias emergentes vêm se destacando na economia globalizada. Por disporem de certa infraestrutura industrial, têm recebido grandes investimentos estrangeiros e apresentado acelerado crescimento econômico. Além disso, contam com disponibilidade de mão de obra barata e sua produção é voltada para o mercado externo. Nesse contexto, destacam-se Brasil, Rússia, Índia e China – os chamados Bric, depois **Brics**, com a entrada da África do Sul, além de Turquia e Indonésia, entre outros.

Assim, desde 1990 acentuou-se a tendência de formação de um **espaço econômico policêntrico**, marcado principalmente pela influência crescente dos países asiáticos. Nesse cenário, a China destacou-se: primeiro, como a "fábrica" da economia global (crescendo a taxas superiores a 7% ao ano) e liderando, nos dias de hoje, inovações tecnológicas em diversos setores. A Índia também vem apresentando acelerado crescimento econômico.

Integração comercial entre os países do sul

Os países do sul, além de estarem interligados globalmente, estão interligados entre si. A integração no comércio global desses países pode ser constatada pelo crescimento de suas vendas e pela variedade de parceiros e produtos.



Fonte: ONU. *Unctad handbook of statistcs 2019*. Genebra: ONU, 2019. p. 21.

A Organização Mundial do Comércio (OMC)

Antes da Segunda Guerra Mundial, a cobrança de impostos sobre mercadorias estrangeiras era uma prática bastante utilizada para proteger as empresas nacionais da concorrência externa, política que ficou conhecida como **protecionismo econômico**.

A União Europeia e os Estados Unidos sempre exportaram seus produtos industriais e serviços com taxas aduaneiras mais baixas que as de outros países e, frequentemente, ofereciam créditos protecionistas às suas exportações agrícolas – limitando a venda desses produtos pelos países em desenvolvimento –, prática que acentuou a desigualdade de condições dos países no comércio mundial.

Com o término da guerra e a crescente globalização da produção, as tarifas alfandegárias passaram a ser estabelecidas por acordos internacionais. Em 1947, os vinte países mais industrializados do mundo assinaram e passaram a colocar em prática o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, que ficou conhecido pela sigla em inglês **Gatt** (*General Agreement on Tariffs and Trade*).

Pressionados pelas potências econômicas, cada vez mais países aderiram ao Gatt. No início de 1990, representantes de mais de cem países participaram de negociações que visaram diminuir tarifas e facilitar o livre-comércio. Em janeiro de 1995, o Gatt foi substituído pela **Organização Mundial do Comércio** (OMC), um fórum permanente de negociação das regras que devem reger a concorrência internacional.

Em diversas negociações, esse organismo tem favorecido os países mais industrializados, como na Rodada do Uruguai (1986 e 1994), na Rodada do Milênio (1999) e na Rodada de Doha (em 2001 e que ainda se encontrava em curso em 2019).

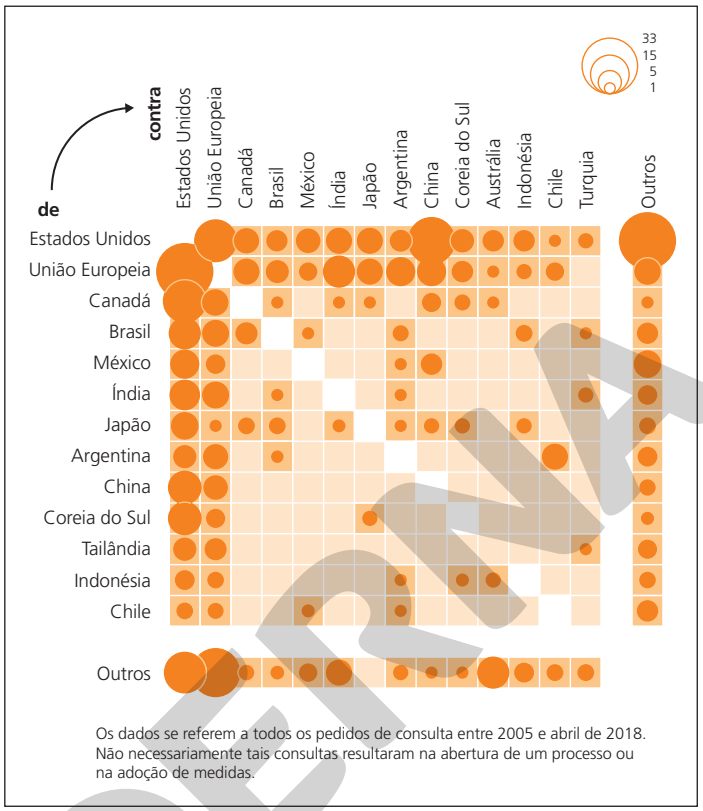
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Em 2015, após catorze anos de reuniões e negociações de regras para tornar mais ágil o comércio mundial na OMC, os países em desenvolvimento conseguiram alguns resultados da Rodada de Doha. Na questão agrícola, os países desenvolvidos atenderam a uma reivindicação histórica dos menos desenvolvidos e se comprometeram a abolir os subsídios às exportações agrícolas. Entretanto, o encontro realizado nesse mesmo ano em Nairóbi, no Quênia, não teve êxito ao negociar a diminuição das barreiras comerciais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Defendia-se a isenção crescente das tarifas alfandegárias para os produtos procedentes dos países menos desenvolvidos (ajuda ao desenvolvimento) ou a facilitação de intercâmbios com redução da burocracia nas fronteiras.

Como a OMC ainda é muito recente, há muitas dúvidas quanto à sua capacidade de controlar o comércio internacional e a voracidade das transnacionais em obter vantagens e lucros à custa de preservação do ambiente, das diferenças culturais e dos direitos dos trabalhadores de cada país.

Por considerar discriminatórias as políticas da OMC, os países em desenvolvimento apoiam-se em outras organizações para negociar com os países desenvolvidos e aumentar seu poder político. Esse é o caso da **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento** (Unctad), que, desde 1964, presta auxílio técnico aos países em desenvolvimento para a integração no comércio mundial.

Número de denúncias apresentadas ao sistema de solução de controvérsias da OMC – 1995-2018

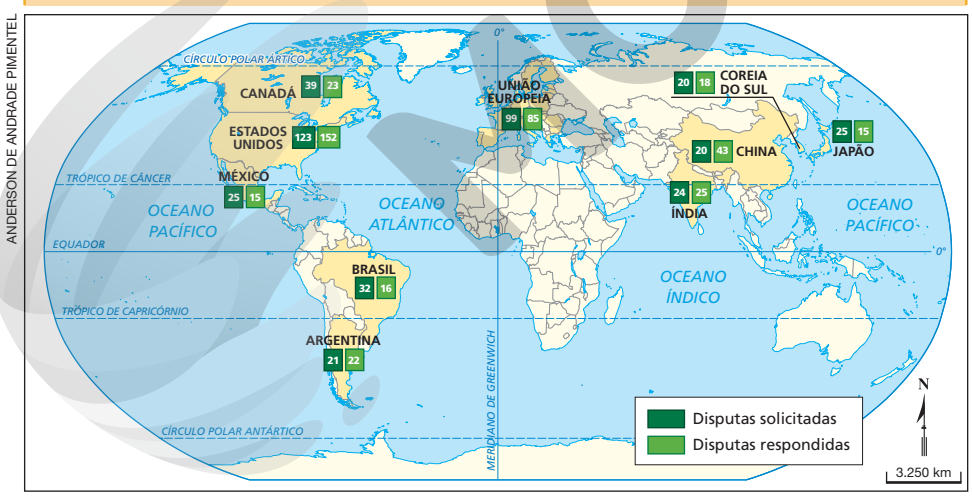


ADILSON SECCO

Os dados se referem a todos os pedidos de consulta entre 2005 e abril de 2018. Não necessariamente tais consultas resultaram na abertura de um processo ou na adoção de medidas.

Fonte: SCIENCES PO. *Espace mondial*: l'Atlas 2018. Disponível em: <https://espace-mondial-atlas.sciencespo.fr/fr/rubrique-tentatives-de-regulations/article-6A06-reguler-le-commerce-mondial.html>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Mundo: membros da OMC envolvidos em disputas comerciais – 1995-2018



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: WORLD Trade Organization. *Annual Report 2019*. Genebra: WTO, 2019. p. 23. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/anrep19_e.pdf>. Acesso em: 1º maio 2020.

Análise cartográfica

1. De acordo com o mapa, quais países têm se envolvido em disputas comerciais na OMC desde 1995?
2. O Sistema de Soluções de Controvérsias é o órgão da OMC para o qual são encaminhadas denúncias e analisadas as disputas entre países no comércio mundial. Analise a situação do Brasil de acordo com os dados representados no gráfico e no mapa.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Regionalização na globalização

O comércio internacional tem sido um dos principais impulsionadores da globalização, fundamental para o aumento da interdependência entre os países. O **comércio extrarregional** (fora da região) tem apresentado grande crescimento.

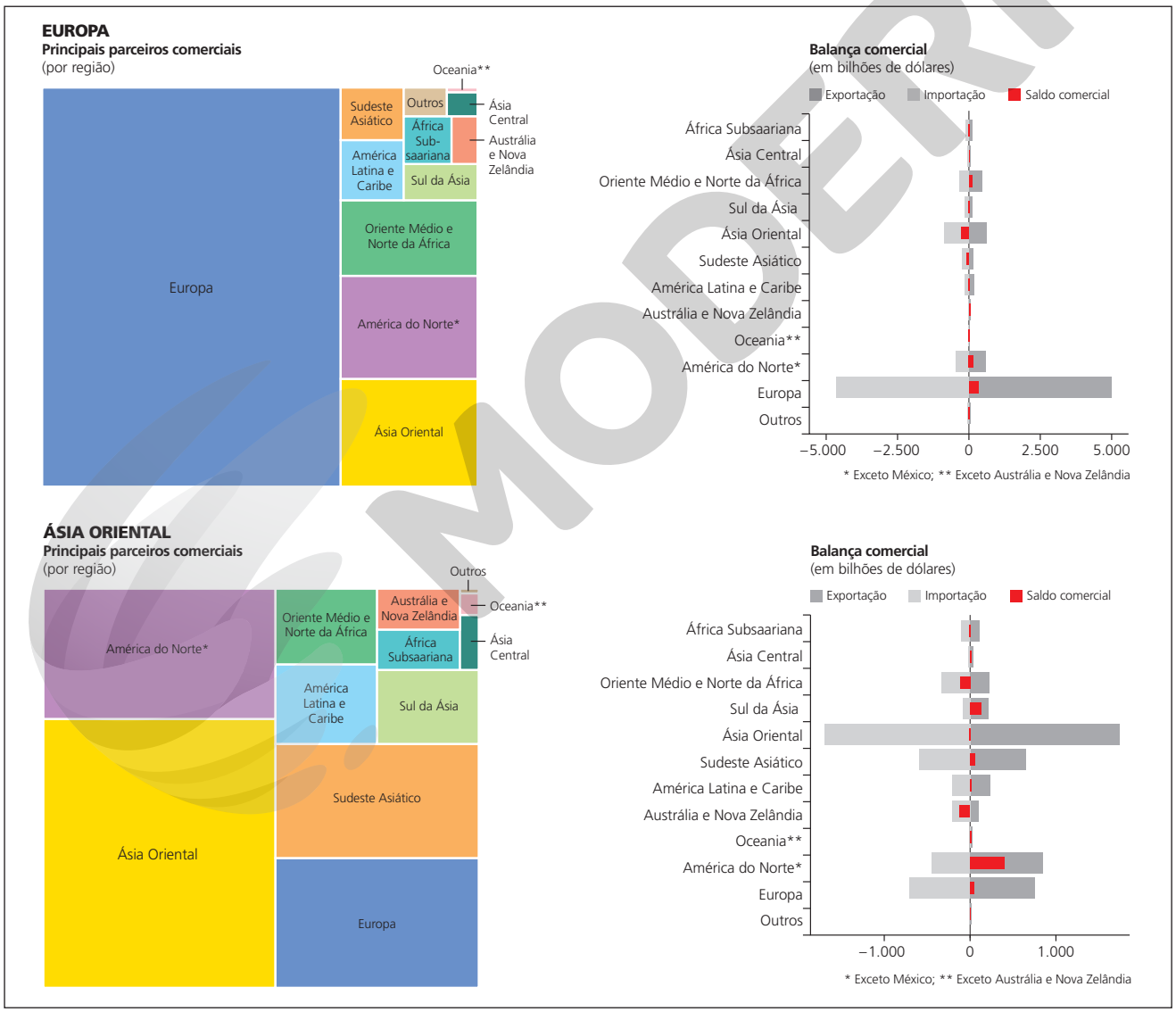
Parece contraditório, mas, mesmo no auge da globalização, os países têm feito cada vez mais acordos preferenciais, levando a um aumento da regionalização do comércio. Há também uma tendência na economia global, entre países que apresentam vantagem locacional, de dispersão da produção industrial e a posterior integração da cadeia produtiva para montagem do produto. Por exemplo, a China centraliza a montagem de mercadorias que foram produzidas em outros países asiáticos, o que tem incentivado as trocas internacionais e absorvido grande parte do **comércio intrarregional** (no interior de uma região).

Desde a década de 1990, as trocas intrarregionais se tornaram muito significativas. Em 2017, representavam 43,2% das exportações mundiais totais. No ano seguinte, 67,6% das exportações europeias foram feitas entre países do próprio continente; na Ásia Oriental, o comércio intrarregional representava 37,5% do comércio total da região; na América do Norte (exceto México), a porcentagem era de 23,6%; na América Latina, 16,5%; e no Oriente Médio e no Norte da África, 14,3%.

Os produtos manufaturados comercializados são compostos principalmente de produtos químicos, equipamentos de telecomunicações, produtos da indústria automotiva, entre outros. Os produtos agroalimentares têm diminuído sua participação em valor no comércio mundial, ao mesmo tempo que o volume comercializado aumenta.

Fonte: ONU. *2018 International Trade Statistics Yearbook*. Nova York: Department of Economic and Social Affairs, 2019. v. 1, p. 5-14. Disponível em: <https://comtrade.un.org/pb/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Europa e Ásia Oriental: principais parceiros e balanças comerciais – 2018



Fonte: ONU. *2018 International Trade Statistics Yearbook*. Nova York: Department of Economic and Social Affairs, 2019. v. 1, p. 5-6. Disponível em: <https://comtrade.un.org/pb>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ADILSON SECCO
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
MODERNA

Os blocos econômicos

Por meio da internacionalização da economia, apesar de persistirem as fronteiras e as diferenças nacionais, muitos países se uniram para formar blocos econômicos, comerciais e políticos.

Existem diversos tipos de associação entre países: a **integração econômica** reúne países com o objetivo de ampliar os mercados nacionais; a **zona de livre-comércio** objetiva eliminar ou reduzir taxas alfandegárias; a **união alfandegária** ou aduaneira propõe, além dos benefícios da área de livre-comércio, a criação de regras comuns para trocas com países exteriores ao bloco e a abertura de mercados internos; o **mercado comum**, além das vantagens das fases anteriores, libera o fluxo comercial, de capitais, de mão de obra e de serviços entre os países do bloco; a **união monetária** inclui ainda a coordenação de políticas econômicas, a defesa e a utilização de moeda única. Observe no mapa a seguir alguns dos blocos econômicos formados com o objetivo de ampliar a integração comercial entre os países-membros.

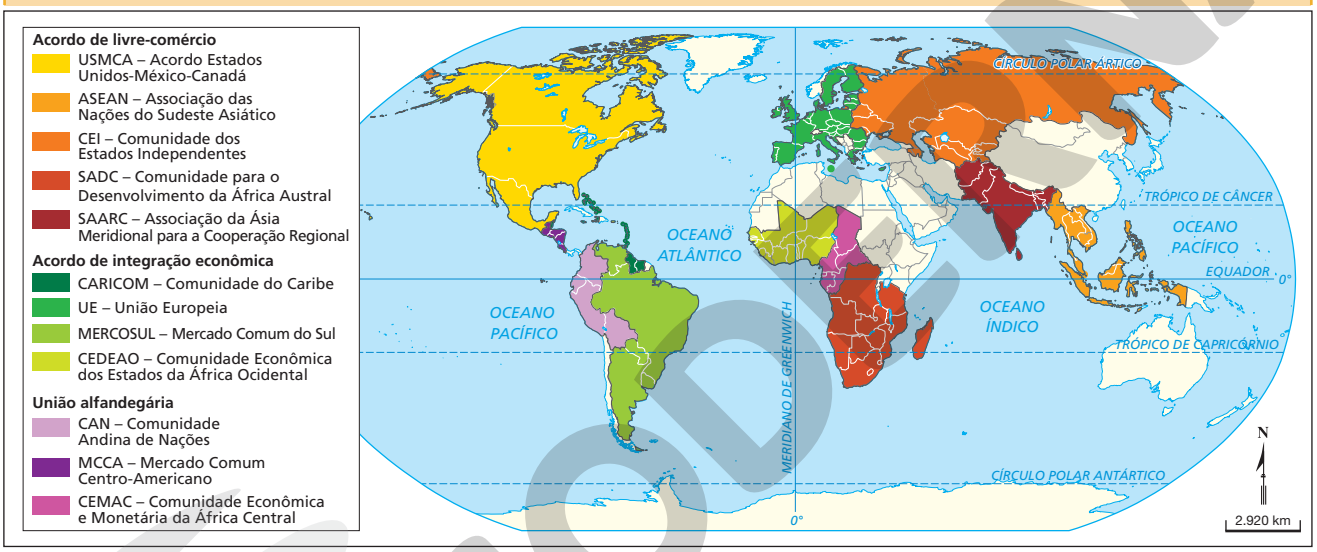
Para navegar

União Europeia

Disponível em: <https://europa.eu/european-union/index_pt>. Acesso em: 29 mar. 2020.

Site de publicações escolares que integra o portal da União Europeia em língua portuguesa. Nele, há artigos e mapas sobre a história e o funcionamento das instituições que compõem o bloco.

Mundo: blocos econômicos comerciais – 2019



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: FERREIRA, G. M. L. *Atlas geográfico*: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 58.

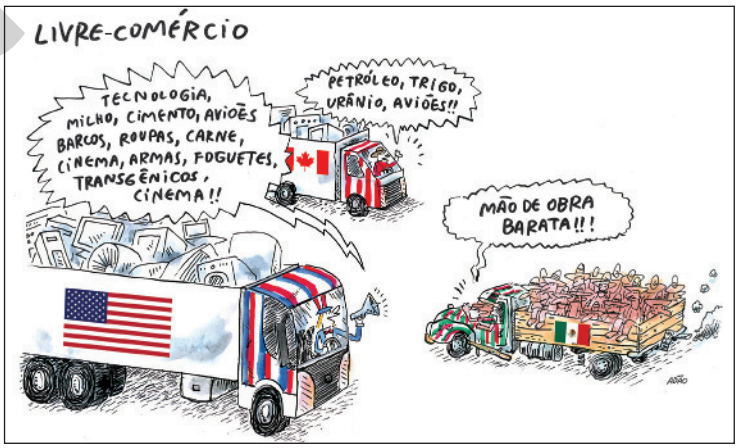
Os megablocos

Nas últimas décadas do século XX, consolidaram-se três grandes centros econômicos internacionais liderados pelos principais polos capitalistas (Estados Unidos, União Europeia e Japão). A disputa pelo mercado global regionalizou-se com a formação de grandes blocos econômicos liderados por esses polos.

Novo Nafta (USMCA)

O **Acordo de Livre Comércio da América do Norte** (Nafta), assinado em 1988, foi criado com o objetivo de aumentar a integração entre os países da América do Norte, mas são os Estados Unidos que lideram esse bloco.

O Nafta começou a vigorar em 1994, ajudando os Estados Unidos a enfrentar a concorrência dos países europeus e do Japão.



© ADÃO ITURRUSGARAI

Livre-comércio, charge de Adão, 2015.

Análise de imagem

Observe a charge sobre o Nafta e interprete a opinião do chargista sobre o acordo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Se as economias dos Estados Unidos e do Canadá se complementam, a aliança com o México sempre teve caráter geopolítico, uma vez que as crises nesse país atingem os Estados Unidos – especialmente por aumentarem o contingente de imigração ilegal. Entretanto, os Estados Unidos e o Canadá se beneficiam dessa integração porque o México fornece mão de obra barata aos complexos industriais desses países, além de possuir um atraente mercado consumidor em potencial.

A divisão de trabalho continua deixando ao México tarefas intensivas em mão de obra e a produção de mercadorias que agregam baixa tecnologia, enquanto os produtos que incorporam tecnologia avançada são produzidos nos Estados Unidos e no Canadá.

A expansão das exportações mexicanas se deve principalmente a produtos feitos nas diversas **zonas francas**. Nesses locais se estabeleceram indústrias montadoras, as **maquiladoras**, que importam peças, montam o produto final e exportam com isenção de impostos. Assim, a maior parte do conteúdo das exportações mexicanas não é nacional. Nos Estados Unidos, a desconcentração espacial de empresas em direção ao México reduziu a oferta de empregos.

Soma-se a esses problemas o fato de que, por causa dos subsídios agrícolas, o milho, alimento básico dos mexicanos, passou a ser importado dos Estados Unidos a preços mais baixos, desarticulando a economia rural mexicana e provocando êxodo rural, pressão nas cidades e aumento das migrações. Desde a década de 2000, a utilização do milho estadunidense para a produção de etanol e a consequente elevação do preço do produto acentuaram ainda mais a crise no México.

Uma reforma no sistema fiscal mexicano, aprovada em 2013, procura, entre outras medidas, aumentar a arrecadação tributária, eliminando regalias fiscais para as empresas transnacionais, incluindo as maquiladoras. Ao investir em vantagens sociais, a reforma pretende reduzir a imigração.

As tensões na fronteira entre o México e os Estados Unidos, com o acirramento do controle da entrada de imigrantes ilegais em território estadunidense, por pouco não levaram ao colapso do acordo após quase 25 anos de existência do Nafta.

Depois de intensas negociações, um novo acordo foi assinado em 2018 e o nome Nafta foi substituído por **Acordo Estados Unidos-México-Canadá**, em inglês United States-Mexico-Canada Agreement (USMCA), ou **T-MEC**, em espanhol. O novo acordo estabeleceu algumas mudanças em comparação com o antigo, como a diminuição das barreiras alfandegárias do setor agropecuário canadense, o aumento da proteção da propriedade intelectual dos territórios, principalmente das empresas agropecuárias e farmacêuticas estadunidenses, a transferência de parte do setor automotivo do México para os Estados Unidos e a inclusão de mecanismos de revisão do acordo (válido por dezesseis anos e revisto a cada seis).

Dessa forma, observa-se que, embora a globalização seja acompanhada da liberalização do comércio, as fronteiras dos países desenvolvidos restrigem e dificultam a entrada de imigrantes provenientes dos países menos desenvolvidos.

MIKE BLAKE/REUTERS/FOTOARENA

Trecho do muro construído entre San Diego, nos Estados Unidos, e Tijuana, no México, durante o mandato do presidente estadunidense Donald Trump. Foto de 2019. O maior rigor no controle da entrada de imigrantes ilegais na fronteira entre os dois países dificultou ainda mais o diálogo entre os parceiros comerciais do Nafta.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

União Europeia

A criação de blocos econômicos com a finalidade de fortalecer e ampliar mercados nacionais já era uma realidade na Europa desde 1944, quando Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo formaram o **Benelux**, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias.

O **Mercado Comum Europeu** (MCE), criado em 1957, foi o embrião da União Europeia (UE). Originada do Tratado de Maastricht, assinado em 1992, a UE promoveu relações econômicas privilegiadas entre os países-membros.

A **União Europeia**, que reunia 27 países em 2020, além de ter estabelecido um mercado comum, propõe-se a gerir domínios até então considerados internos e soberanos aos Estados europeus, como a política externa e de segurança, ou assuntos internos, como a imigração.

Diferenças na União Europeia

Em 1999, foi implantada na União Europeia a união monetária com o estabelecimento de uma moeda única, o **euro**. O objetivo da criação dessa moeda comum era fortalecer as relações comerciais realizadas entre os países do bloco, favorecendo a formação e o fortalecimento de empresas europeias. A entrada na **zona do Euro**, no entanto, exigia a realização de consultas populares (plebiscitos) em cada país, o que possibilitou a não adesão à moeda única por alguns países, como a Suécia e a Dinamarca.

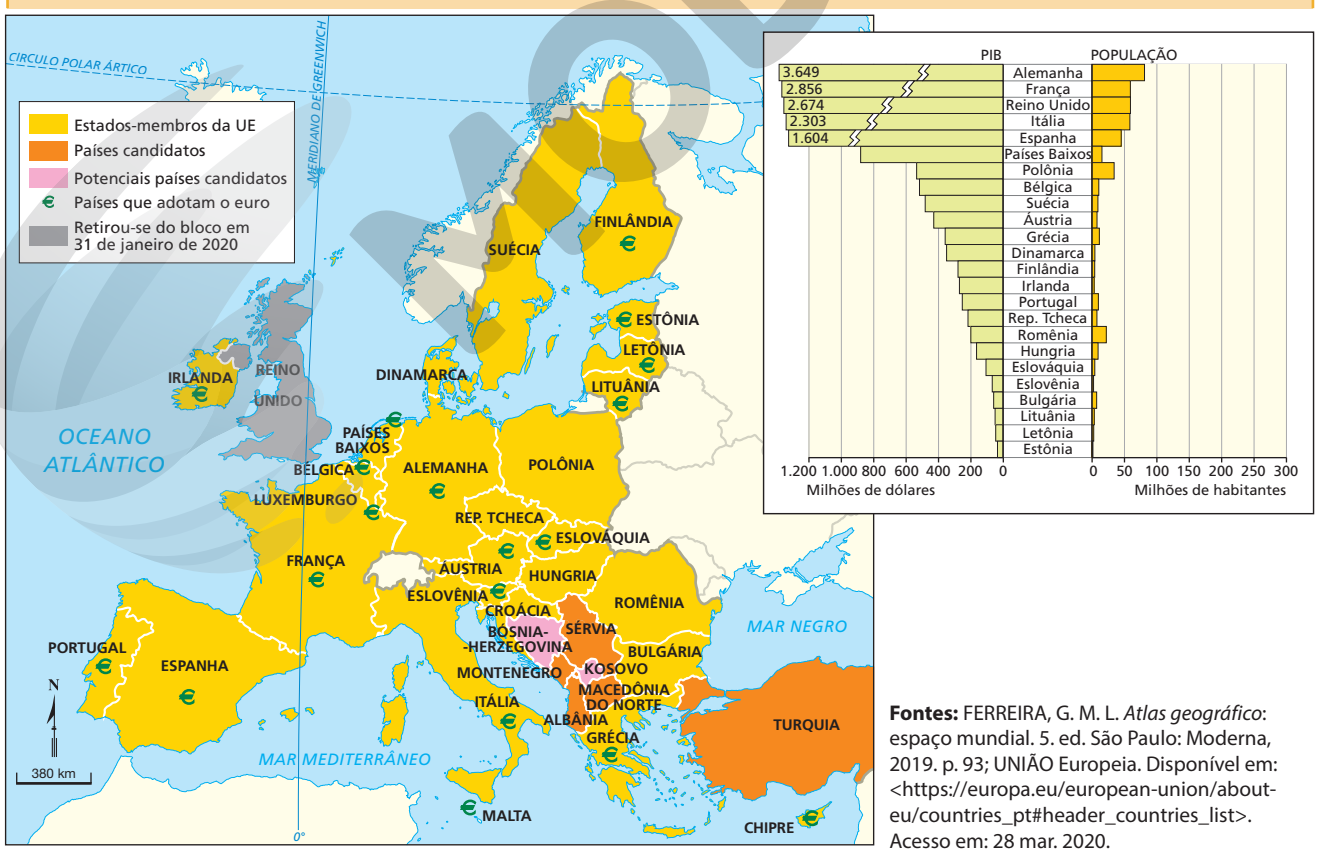
Apesar de a consolidação do bloco ter propiciado efeitos positivos nas economias europeias, ainda há obstáculos para a unificação efetiva. Diferenças econômicas e a oposição de setores em diversos países impedem a formação de um Estado supranacional.

Em 2016, após uma consulta popular que dividiu o país, o Reino Unido decidiu sair da UE. Essa decisão, resultado de um movimento que ficou conhecido como **Brexit** (uma junção das palavras inglesas *britain*, britânico, e *exit*, saída), envolveu um longo processo de negociações no que diz respeito às relações econômicas e políticas do Reino Unido com os países do bloco europeu e ao trânsito e à permanência de cidadãos britânicos nos países do bloco. A saída foi oficializada somente em 31 de janeiro de 2020.

DANIEL LEAL - OLIVAS/AFP

Apoiadores comemoram a saída do Reino Unido da UE em Londres. Foto de 2020. A decisão foi aprovada em plebiscito por 52% dos britânicos.

União Europeia – 2020



FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fontes: FERREIRA, G. M. L. *Atlas geográfico*: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019. p. 93; UNIÃO Europeia. Disponível em: <https://europa.eu/european-union/about-eu/countries_pt#header_countries_list>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Apec

A **Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico** (Apec) tornou-se um bloco econômico em 1993, na Conferência de Seattle, nos Estados Unidos, englobando 21 países asiáticos, americanos e da Oceania.

O objetivo do bloco é promover o desenvolvimento da economia da região da Ásia e do Pacífico por meio do incremento do comércio, da cooperação econômica e da redução de barreiras alfandegárias, estabelecendo uma zona de livre-comércio. No entanto, o bloco é formado por economias muito distintas do ponto de vista político, econômico e cultural.

Os Estados Unidos têm participação vantajosa no bloco, fornecendo produtos industrializados e importando matéria-prima e produtos primários. A liderança cabe ao Japão, que apresenta condições socioeconômicas significativas no sistema econômico internacional.

Os Tigres Asiáticos e os Novos Tigres Asiáticos também têm apresentado grande crescimento econômico em consequência das exportações de média e alta tecnologia. O desenvolvimento trouxe melhoria no nível socioeconômico da população graças a investimentos em educação, promovendo a chamada **economia do conhecimento**. Segundo essa linha de pensamento, os índices econômicos positivos de um país têm estreita relação com o desenvolvimento de setores do conhecimento (educação, pesquisa, informática e comunicações).

Tratado Integral e Progressista de Associação Transpacífico (TPP11)

Desde 2016, alguns países com litoral no Oceano Pacífico, todos pertencentes também à Apec, assinaram um acordo para a formação de um bloco comercial que ficou conhecido como **Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica** (TPP). Em 2017, os Estados Unidos, que haviam participado desse processo, se retiraram, mas no mesmo ano o acordo foi resgatado e renomeado como **Tratado Integral e Progressista de Associação Transpacífico** (TPP11), assinado pelos seguintes países: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Malásia, México, Japão, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã.

O TPP11, como ficou conhecido, defende a liberação comercial e se opõe aos países que, contraditoriamente, sempre defenderam a liberalização dos mercados, mas que praticavam o protecionismo de seus produtos, como os Estados Unidos e o Reino Unido. Com o novo acordo, o Japão poderá ampliar a sua influência na Ásia e a competição com a China ficará mais acirrada. Na América, o Canadá e o México ganham poder de negociação com os Estados Unidos no USMCA.

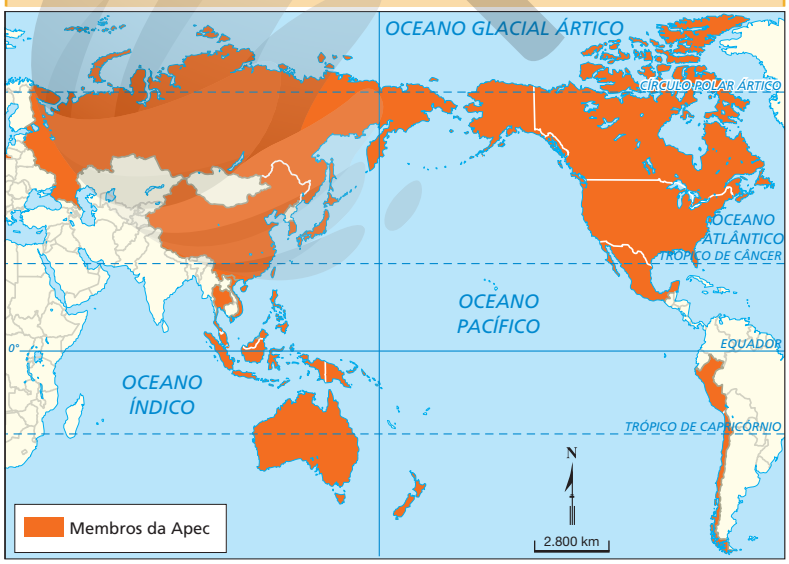
A China e o comércio mundial

Além de participar de blocos como a Apec e os Brics, a China, maior potência comercial em 2019, tem adotado a estratégia de abrir caminhos comerciais a fim de ampliar a integração econômica com outros continentes por meio da iniciativa **Um Cinturão, Uma Rota** (*One Belt, One Road*), também conhecida como Nova Rota da Seda. O nome vem do século II a.C., quando a China liberou o seu comércio com o Ocidente e ampliou sua influência na Ásia e na Europa, criando rotas e acordos para exportar seda e outros produtos.

Lançado em 2013, o projeto tornará acessíveis mercados e mercadorias por meio da construção de portos, ferrovias (algumas de alta velocidade), rodovias, gasodutos, oleodutos, redes de telefonia e internet em cooperação com países africanos, asiáticos e europeus.

Esse projeto é composto de acordos bilaterais entre a China e mais de sessenta países e propõe mais do que promover a cooperação econômica: oficialmente, almeja estabelecer intercâmbio cultural e a paz e a prosperidade entre os países. Estrategicamente, a China avança na sua pretensão de assumir a liderança mundial. No entanto, muitos analistas veem na expansão chinesa a possibilidade de endividamento e de dependência dos países que estão recebendo os investimentos, principalmente os africanos.

Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec) – 2020



FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fonte: APEC. Disponível em: <http://statistics.apec.org/index.php/apec_psu/index_noflash/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Fonte dos dados: BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços. *Balança comercial brasileira*: acumulado do ano. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-acumulado-do-ano>. Acesso em: 29 mar. 2020.

Brasil: comércio exterior e a integração global

O Brasil, apesar do crescimento das exportações, do nível da industrialização e da grande produção de alimentos e matérias-primas, em 2018 ocupava a 27ª posição no comércio internacional, participando dos fluxos comerciais globais com apenas 1,2% do total. A modesta porcentagem, em grande parte, é resultado de uma pauta comercial voltada à exportação de mercadorias de baixo valor agregado.

Em 2018, os produtos básicos, sobretudo as *commodities* agropecuárias e minerais (minério de ferro, petróleo bruto e soja), representavam quase a metade da pauta de exportações brasileiras. O Brasil exporta, além disso, produtos industrializados com baixa tecnologia empregada, como papel, celulose, têxteis, artigos de couro e sapatos. Os produtos de alta intensidade tecnológica, por exemplo, aviões e automóveis, representam por volta de 1,8% das exportações brasileiras.

O país tem apresentado saldo positivo no comércio exterior desde 2001, que pode ser explicado pelo **superávit** (arrecadação maior que as despesas) nas exportações de *commodities* primárias (que tiveram cotações elevadas no período citado) e de outros produtos, compensando, desse modo, os gastos com a importação de produtos de alta intensidade tecnológica.

O intercâmbio multidirecional

O comércio exterior brasileiro é multidirecional: exportações e importações são estruturadas sobre vários eixos com base no estabelecimento de diversas parcerias.

Apesar de o Brasil depender dos mercados europeu e estadunidense para expandir as exportações de mercadorias, o governo brasileiro tem procurado incrementar o intercâmbio com os "países continentais", estabelecendo relações comerciais principalmente com a China, a Rússia e a Índia.

Durante muitos anos, os Estados Unidos foram o principal parceiro comercial do Brasil. Em 2009, porém, a China ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, mantendo-se nessa posição. As exportações para a China são compostas basicamente de *commodities*, como minério de ferro, soja e celulose. Desse país, o Brasil importa veículos e tratores, produtos eletrônicos, aparelhos transmissores e receptores, ou seja, produtos de média-alta e de alta tecnologia.

Em 2018, os dez maiores parceiros comerciais do Brasil foram a China, os Estados Unidos, a Argentina, os Países Baixos, a Alemanha, o Japão, o Chile, o México, a Itália e a Índia. Os maiores déficits comerciais ficaram com os Estados Unidos e a Alemanha, e o maior saldo, com a China. A África ganha importância com a Nigéria em virtude das importações de petróleo. Na América do Sul, o principal parceiro é a Argentina.

O **Mercado Comum do Sul** (Mercosul) foi criado em 1991 com a assinatura do Tratado de Assunção. Inicialmente, os países integrantes estabeleceram um acordo de livre-comércio, sem uma política comercial comum. Foi em 1995 que entrou em vigor a união aduaneira, com tarifas externas comuns para todos os países signatários.

Os países integrantes são Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. O Chile é membro associado ao Mercosul desde 1996; em 2003, o Peru também se associou ao bloco; Colômbia e Equador, em 2004, seguidos por Venezuela, em 2012, Guiana e Suriname, em 2013. Desde 2012, a Bolívia está em processo de adesão. A Venezuela, no entanto, foi suspensa do bloco em 2016 por descumprir cláusulas do contrato firmado entre os países-membros.

O Mercosul conta com uma população superior a 295 milhões de habitantes, segundo dados de 2015, e representa um grande mercado consumidor. A Argentina e o Brasil são os países com maior importância econômica da região.

O acordo tem promovido relevantes negociações com a União Europeia, importante parceiro comercial do bloco. Desde 2004, vinha negociando a entrada de produtos da agroindústria no mercado europeu e, em junho de 2018, o Mercosul e a União Europeia fecharam um acordo de livre-comércio.

O acordo vai intensificar um mercado que envolve cerca de 780 milhões de habitantes, quase 25% do PIB mundial e mais de 100 bilhões de dólares provenientes da movimentação comercial entre os países dos dois blocos. Para que ele se efetue, no entanto, vai ser preciso que as economias se adaptem às exigências dos parceiros envolvidos; além disso, o acordo deve ser aprovado pelos parlamentos de todos os países.

Da parte da União Europeia há preocupações com relação à preservação ambiental no Brasil e com as garantias de direitos dos povos indígenas nas áreas de expansão das atividades agrícolas brasileiras. Quanto aos interesses comerciais do Mercosul, o acordo deve trazer grandes vantagens para os exportadores de *commodities*, mas coloca em risco a produção industrial principalmente da Argentina e do Brasil. Até a indústria alimentícia, de baixa inovação tecnológica, sofrerá forte concorrência das empresas europeias, o que pode acelerar o processo de desindustrialização da América do Sul.

Para ler

Até o fechamento desta edição, no primeiro semestre de 2020, o acordo entre Mercosul e União Europeia tinha aprovação prevista para 2021.

Comércio exterior brasileiro

José Lopes Vazquez. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Trata do comércio na economia global, da rapidez e da agilidade dos intercâmbios na era digital, da formação de blocos regionais e da disputa pelo mercado mundial. Aborda também o comércio exterior brasileiro, incluindo o Mercosul.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ATIVIDADES

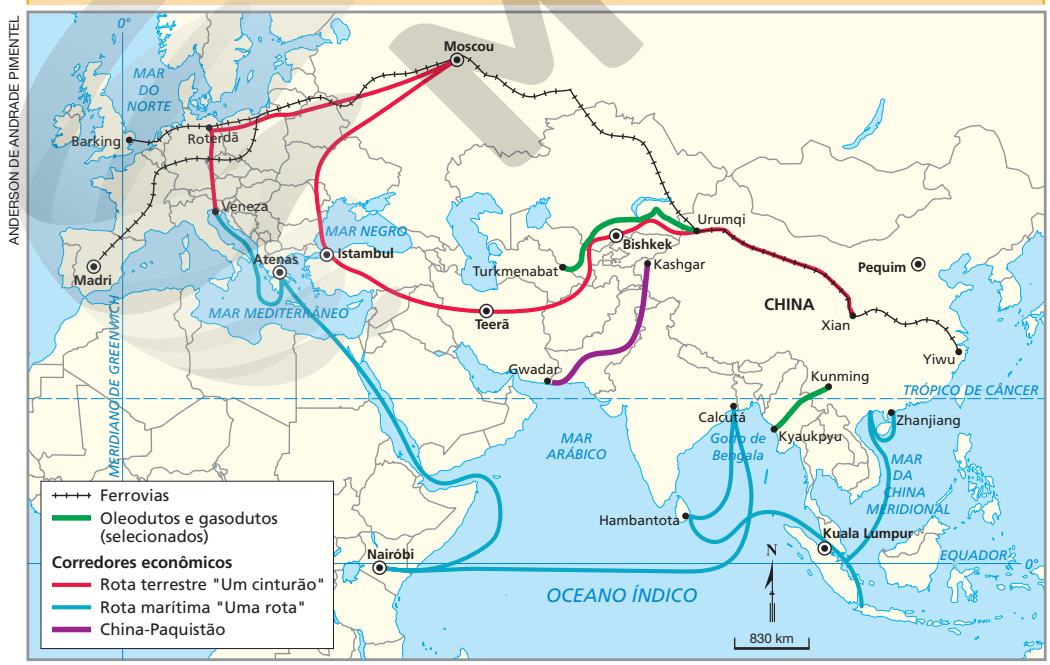
Registre no caderno.

1. Aponte diferenças do comércio exterior sob a lógica mercantilista e para a doutrina econômica neoliberal.
2. Entre 1944 e 1971, os países capitalistas viveram o chamado sistema monetário de Bretton Woods. Responda às questões.
   a) Que padrão monetário esse sistema propunha?
   b) Por que esse padrão ajudou na integração das economias? Explique.
   c) Quando e por que esse sistema chegou ao fim?
3. Explique a diferença de valor agregado entre as *commodities* primárias e os produtos de alta intensidade tecnológica.
4. Qual é o papel dos países em desenvolvimento no mercado de manufaturas?
5. Explique por que alguns países do sul são chamados de mercados emergentes e cite dois exemplos.
6. Em sua opinião, investimentos em educação e pesquisa em um país o tornam mais competitivo no mercado internacional? Justifique sua resposta.
7. Leia o trecho a seguir e, depois, avalie os argumentos dos países colonizadores europeus em relação às atividades exploratórias que realizaram na América.

> "De acordo com o relatório de Colombo, o Conselho de Castela resolveu tomar posse de um país cujos habitantes estavam fora do estado de se defender. O piedoso propósito de convertê-los ao cristianismo santificou a injustiça do projeto. Mas a esperança de extrair tesouros foi o verdadeiro motivo da decisão do empreendimento. [...] Todos os outros empreendimentos dos espanhóis no Novo Mundo, posteriores aos de Colombo, parecem ter tido o mesmo motivo. Foi a sede sacrílega de ouro."
>
> SMITH, A. *In*: BEAUD, M. *História do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 20-21.

8. Analise o mapa a seguir e explique de que forma as rotas representadas fortalecem a posição geoestratégica da China na região abrangida por essas infraestruturas.

Expansão comercial chinesa: cinturão terrestre e rotas marítimas



Fonte: China faces resistance to a cherished theme of its foreign policy. *The Economist*, 4 maio 2017. Disponível em: <https://www.economist.com/china/2017/05/04/china-faces-resistance-to-a-cherished-theme-of-its-foreign-policy>. Acesso em: 29 mar. 2020.

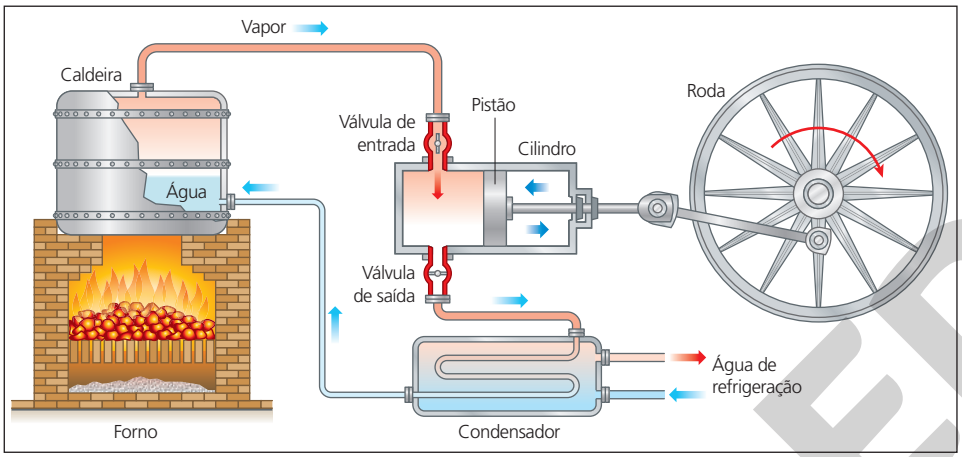
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

9. Conectando com Física. Não há dúvidas de que a invenção da máquina a vapor transformou a história da humanidade, pois foi o primeiro dispositivo capaz de transformar energia térmica em energia mecânica, isto é, converter o calor gerado pela queima de combustíveis em trabalho (movimento). A possibilidade de que máquinas funcionassem sem que uma pessoa ou um animal movimentasse o equipamento revolucionou as atividades ligadas à produção de mercadorias. Muitos inventores, principalmente ferreiros e mecânicos, participaram da criação e do aperfeiçoamento das máquinas térmicas, mas foi o engenheiro britânico James Watt, em meados do século XVIII, que projetou uma máquina mais eficiente no uso da energia gerada pelo calor. Analise, na figura abaixo, o mecanismo de funcionamento das máquinas a vapor. Na sequência, resolva as atividades.

Máquina a vapor – século XVIII

ADILSON SECCO



A queima de combustíveis, principalmente o carvão mineral, aquece a água nas caldeiras e gera vapor, que percorre um circuito até chegar ao cilindro. O vapor de água, dentro do cilindro, empurra o pistão, que, ao se deslocar, movimenta a roda.

Fonte: UNZUETA, R. B. *Estudo teórico e experimental de uma máquina a vapor alternativa*. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo, USP: 2014, p. 6. (Adaptado)

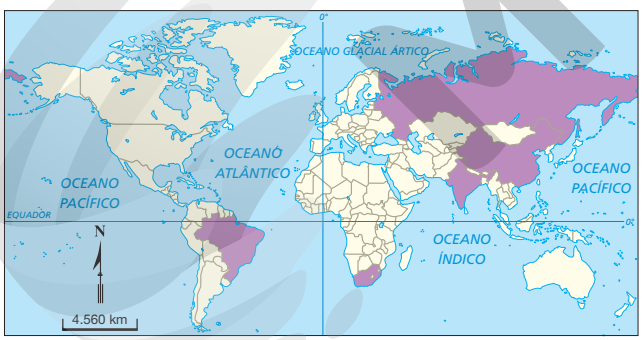
a) Durante a Primeira Revolução Industrial, as unidades fabris dependiam muito de fornecimento de água e carvão. Explique o porquê.

b) Em termos de desenvolvimento técnico, comente qual foi a importância das máquinas térmicas para o desenvolvimento industrial.

Enem e vestibulares

10. (Enem-MEC)

FERNANDO JOSÉ FERREIRA



Na imagem, é ressaltado, em tom mais escuro, um grupo de países que na atualidade possuem características político-econômicas comuns, no sentido de:

a) adotarem o liberalismo político na dinâmica dos seus setores públicos.

b) constituírem modelos de ações decisórias vinculadas à social-democracia.

c) instituírem fóruns de discussão sobre intercâmbio multilateral de economias emergentes.

d) promoverem a integração representativa dos diversos povos integrantes de seus territórios.

e) apresentarem uma frente de desalinhamento político aos polos dominantes do sistema-mundo.

11. (UFJF-MG) Leia o texto a seguir.

> "Uma organização internacional criada para promover a estabilidade monetária e financeira no mundo oferece empréstimos a juros baixos para países em dificuldades financeiras. Em troca, exige desses países que se comprometam na perseguição de metas macroeconômicas, como equilíbrio fiscal, reforma tributária, desregulamentação, privatização e concentração de gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura."

Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/organizacoes-internacionais-conheca-as-principais-instituicoes-multilaterais.htm>. Acesso em: 23 out. 2012. (Adaptado)

Essa organização foi criada em 1944, atualmente tem mais de 180 países-membros e tem como sigla:

a) ONU.
b) OEA.
c) FMI.
d) Bird.
e) Otan.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

CAPÍTULO

4

O mundo em rede

Os avanços tecnológicos obtidos a partir da década de 1970 possibilitaram a formação de redes digitais mundiais. A revolução da informação e das tecnologias de comunicação moldou um novo mundo e transformou o espaço geográfico mundial em um meio técnico-científico-informacional.

O acesso às redes globalizadas de informação ainda é muito desigual no Brasil e no mundo. Porém, a popularização do uso da internet aumenta a possibilidade de expressão para diversos segmentos sociais, mesmo para aqueles sub-representados nos grandes veículos de comunicação.

A era das redes

Peter Drucker, professor austríaco da área de administração, foi o primeiro autor a indicar um novo período marcado pela importância da informação na organização das empresas e da economia global.

No mundo contemporâneo, a circulação de informações é instantânea e pode alcançar quase qualquer ponto da superfície terrestre. Assim, por exemplo, o resultado de um jogo de futebol pode ser acompanhado simultaneamente por milhões de pessoas em diferentes locais e um terremoto no Paquistão repercute imediatamente nas manchetes de jornais *on-line* e nas páginas da **rede mundial de computadores**, a internet. Por isso, alguns pensadores consideram que vivemos em um novo período: a **Era da Informação**.

O telégrafo, criado na primeira metade do século XIX, foi o primeiro meio de transmissão elétrica de informações codificadas (código Morse). Com a invenção do telefone por Graham Bell, em 1876, a voz passou a ser transmitida a longas distâncias. Mais tarde, com a invenção do rádio e depois da televisão, dos computadores, dos telefones celulares e da internet, a velocidade da circulação da informação foi ficando cada vez mais acelerada.

A expansão das **redes digitais** – constituídas de cabos metálicos, cabos de fibra óptica e satélites de comunicação, entre outros elementos – representou um grande avanço na transmissão de informações em escala global. No final do século XX, o leito oceânico começou a receber cabos de fibra óptica submarinos que, com os satélites na órbita terrestre e com as antenas receptoras, formam a infraestrutura essencial da telefonia global e da internet.

Técnico de uma multinacional carrega máquina fotográfica para obter imagens panorâmicas das ruínas incas de Machu Picchu, Peru, 2015. A empresa disponibiliza essas imagens na internet para serem vistas por usuários no mundo todo.

PILAR OLIVARES/REUTERS/FOTOARENA

MODERNA

Do meio técnico ao meio técnico-científico-informacional

As revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX provocaram transformações espaciais sem precedentes nas regiões mais industrializadas do globo – o espaço passou a ser ocupado com infraestruturas ligadas ao desenvolvimento de técnicas modernas (unidades fabris, redes de transporte, equipamentos urbanos). Entre essas infraestruturas, consideremos, por exemplo, uma estrada de ferro. Formada por um conjunto de objetos técnicos (locomotiva, vagão de passageiros, vagão de carga, trilhos), as ferrovias são planejadas para funcionar de maneira integrada, reduzindo os custos de deslocamento e acelerando a acumulação de riquezas. O geógrafo brasileiro Milton Santos denominou esse espaço mecanizado, formado por um conjunto de objetos técnicos, de **meio técnico**.

Entre a Primeira e a Segunda Revolução Industrial, a distribuição do meio técnico era bastante desigual. Poucos países reuniam as condições necessárias para o funcionamento dos sistemas técnicos. Entretanto, nos países em processo de industrialização, principalmente na Europa ocidental, formaram-se densas redes intermodais de circulação – constituídas por hidrovias, ferrovias e rodovias –, ao passo que, nas periferias da economia global, ainda predominavam infraestruturas arcaicas.

Com a Terceira Revolução Industrial, a partir da década de 1970, as grandes empresas e as corporações criaram condições para a expansão global dos sistemas técnicos, o que ocorreu por meio de inovações tecnológicas proporcionadas pelo uso de computadores, cabos de fibra óptica e satélites de comunicação. Esses recursos estruturaram as redes de âmbito global e exigiram a ampliação dos centros de pesquisa e dos laboratórios de desenvolvimento técnico e tecnológico, bem como das empresas do setor de serviços e das unidades fabris para dar suporte ao aumento da produção mundial.

Desse modo, os componentes de um único produto passaram a ser fabricados e montados em diferentes lugares do mundo, o que tornou possível a produção em larga escala, envolvendo, simultaneamente, as fábricas alocadas em países que dispunham de mão de obra barata, como os latino-americanos, os escritórios de planejamento, por exemplo, na Índia, e a sede de empresas nos países mais ricos da economia global, como os Estados Unidos.

Surgiu, assim, um novo meio técnico impulsionado pelo conhecimento científico e pelo controle das informações por parte dos grupos econômicos mais poderosos, que tendem a dominar o espaço mundial. Nesse contexto, muitas empresas novas se capacitaram e incorporaram o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico à produção, acelerando a produtividade e aumentando a obtenção de lucros. É por essa razão que o geógrafo Milton Santos denominou esse novo meio técnico como **meio técnico-científico-informacional**, uma vez que a inovação tecnológica e a informação tendem a se transformar no motor da economia e da geração da riqueza.

Objeto técnico: de maneira diferente dos elementos existentes naturalmente na Terra, o objeto técnico é resultado do trabalho humano. Cada objeto técnico foi planejado e produzido para atender a determinada necessidade humana.

JUCA VARELLA/FOLHAPRESS

Milton Santos em palestra proferida no auditório de um importante veículo de informação de São Paulo (SP), 2000. O geógrafo brasileiro, que faleceu em 2001, recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin-Lud (equivalente ao Prêmio Nobel) pela sua contribuição para o estudo da produção do espaço geográfico na contemporaneidade, relacionando a técnica, o espaço e o tempo.

Para assistir

Encontro com Milton Santos ou O mundo global visto do lado de cá

Direção: Silvio Tendler. Brasil, 2006. 90 min.

O filme aborda o processo de globalização com base no pensamento do geógrafo Milton Santos.

Segundo Milton Santos: "Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação".
SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. p. 160.

MODERNA

A comunicação no mundo globalizado

O desenvolvimento da internet banda larga e dos sistemas de computadores, telefonia e satélites possibilitou o intercâmbio de informações e a rápida transmissão de arquivos digitais extensos, como filmes, músicas e fotografias em alta resolução. Isso permitiu que o consumo de produtos culturais se disseminasse em escala global, aumentando o poder das grandes corporações de comunicação, originadas, geralmente, nos países desenvolvidos. Os produtos audiovisuais criados por elas, como seriados e videoclipes musicais, servem como meio de publicidade para empresas desses países, pois, direta ou indiretamente, divulgam produtos e hábitos, estimulando o consumismo.

Os novos bens de consumo que participam das redes digitais – computadores pessoais, telefones celulares, *tablets* – reorganizaram mercados, e o uso crescente desses bens representou um aumento da demanda por energia elétrica e recursos minerais necessários para a fabricação e o funcionamento desses aparelhos. Consequentemente, os Estados enfrentam o desafio de garantir a produção e o fornecimento de energia em quantidades cada vez maiores às empresas e à população, e amplas áreas são dedicadas à extração mineral, em todo o mundo, buscando atender o mercado de tecnologia.

O monopólio da informação

A rápida circulação de informações e a diversificação de mídias favoreceram bastante o **monopólio da informação** e a concentração da veiculação dos produtos culturais nas mãos de grandes grupos empresariais. Esses grupos dispõem de centros de produção (como estúdios), recursos financeiros, tecnologia e extensas redes de distribuição para comercializar seus produtos no mundo inteiro.

O resultado é a concentração cada vez maior das informações e do entretenimento em mãos de empresas que controlam o entretenimento mundial, como as estadunidenses Walt Disney, que opera em setores tão diversos quanto o da produção de filmes e o da criação de parques temáticos, e Comcast, conglomerado que controla a rede NBC e os estúdios Universal, entre outras empresas.

A partir da década de 1990, no rastro do crescimento exponencial dos serviços de internet, empresas de **mídia digital** recém-surgidas, como Google, Netflix e Facebook, entraram no rol dos gigantes do setor. De acordo com levantamento realizado em 2017 pela ZenithOptimedia, o Google é líder absoluto entre os maiores conglomerados de mídia do mundo, faturando mais do que a combinação entre o Facebook, que ocupa o segundo lugar, e a Comcast, que ocupa a terceira posição. Mais de 60% dos conglomerados de mídia do mundo são estadunidenses, o que revela a força desse país na indústria de entretenimento e de informação. O grupo brasileiro Globo é o único sul-americano a figurar entre os 20 maiores conglomerados mundiais na área de comunicação.

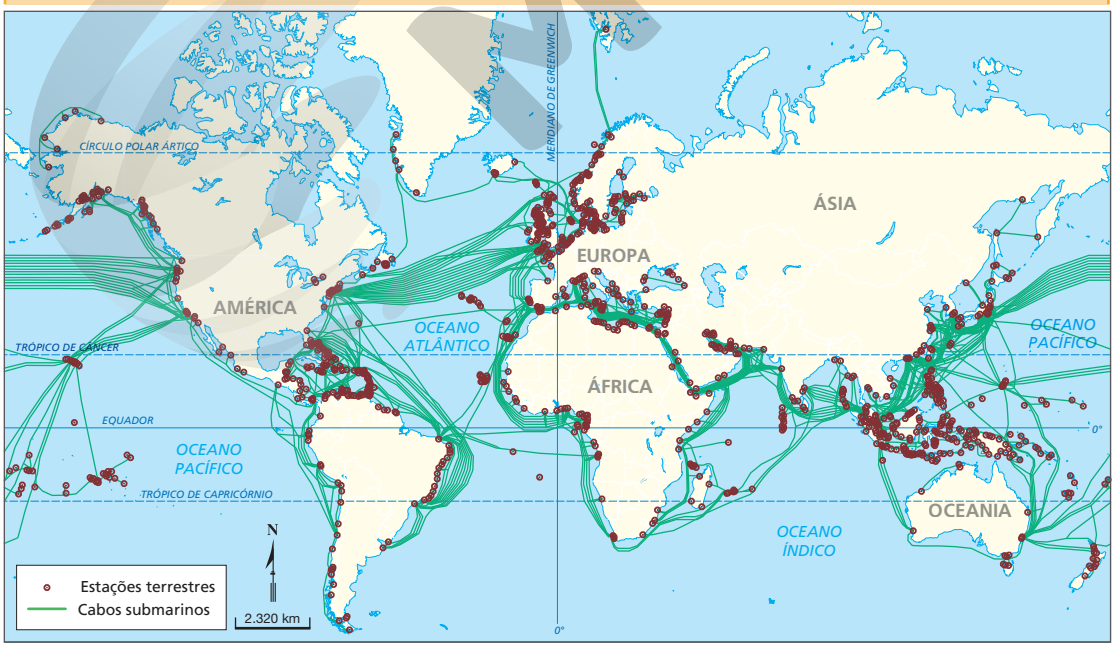
Trocando ideias

O meio virtual depende de um conjunto de infraestruturas materiais para existir; por isso, a presença de infraestruturas para banda larga de internet valoriza localizações e atrai sedes e escritórios empresariais.

- Discuta com os colegas, buscando explicar por que o meio virtual e a infraestrutura material são complementares.

Banda larga: conexão de internet em alta velocidade que permite baixar com rapidez grandes arquivos.

Mundo: cabos de comunicação submarinos



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: *Submarine Cable Map*. Disponível em: <https://www.submarinecablemap.com>. Acesso em: 2 maio 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Os 10 maiores conglomerados de mídia do mundo – 2017		
Classificação	**Conglomerados**	**País de origem**
1	Google (Alphabet)	Estados Unidos
2	Facebook	Estados Unidos
3	Comcast	Estados Unidos
4	Baidu	China
5	Walt Disney Company	Estados Unidos
6	21st Century Fox	Estados Unidos
7	CBS Corporation	Estados Unidos
8	iHeartMedia	Estados Unidos
9	Microsoft	Estados Unidos
10	Bertelsmann	Alemanha

Fonte: ZENITH. *Top 30 global media owners 2017*. Disponível em: <https://www.zenithusa.com/top-30-global-media-owners-2017/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

Em 2019, o grupo Walt Disney comprou a 21st Century Fox pelo valor de 71 bilhões de dólares.

Integração e exclusão

Os sistemas de rádio, telefonia e televisão analógicos transmitiam separadamente palavras, sons e imagens. As redes de comunicação nascidas a partir da informática passaram a transferir "pacotes digitais" de informação com texto, som e imagem juntos. A tecnologia de compressão digital proporcionou um enorme aumento da velocidade e da quantidade de informação transmitida.

Compressão digital: redução do volume de *bits* para a transmissão de sinais de voz ou de imagens. Por meio dessa tecnologia, é possível comprimir um sinal para um volume cem vezes inferior ao do sinal de origem.

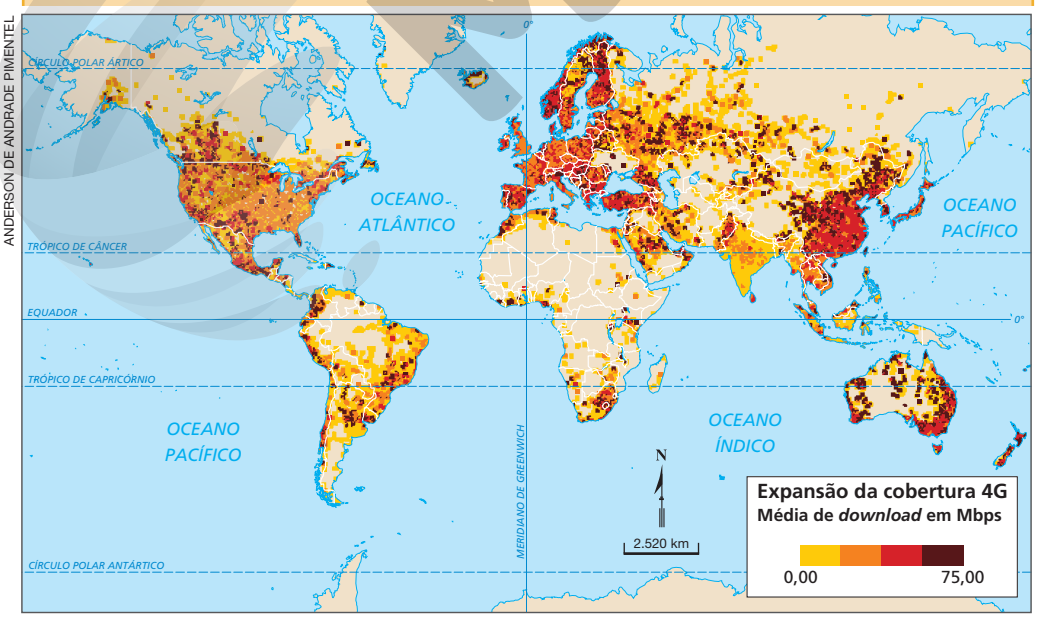
As corporações transnacionais adquiriram a capacidade de administrar, por meios virtuais, unidades de negócios geograficamente separadas. Os mercados financeiros passaram a funcionar de modo integrado, transferindo capitais de um lado para outro do planeta praticamente em tempo real. Dessa forma, o acesso à internet de alta velocidade (banda larga) amplia a capacidade de empresas e de países obterem vantagens em transações comerciais e financeiras no mercado internacional.

Ainda que as redes de comunicação estejam em expansão, sua distribuição pelo planeta é muito desigual. Enquanto elas são acessadas cotidianamente pelos habitantes de classes média e alta dos países desenvolvidos, seu acesso é menos intenso nos países em desenvolvimento, especialmente naqueles carentes de infraestruturas de comunicação.

De acordo com o geógrafo Milton Santos, as novas tecnologias de informação estão subordinadas, prioritariamente, aos interesses dos grandes capitais, sejam eles corporações transnacionais ou especuladores financeiros. No entanto, caso a utilização desses recursos seja democratizada, poderão servir aos interesses do conjunto da humanidade. Afinal, assim como funciona a serviço das grandes empresas, a internet também poderá funcionar a serviço da comunicação humana, em suas mais variadas dimensões. Um exemplo disso tem sido a importância da internet na organização de manifestações pelas mais diversas pautas, servindo como meio de comunicação entre milhares de pessoas que podem marcar, transferir o local de uma manifestação ou mesmo suspendê-la.

Por permitir a divulgação de informações em larga escala, o uso da internet deve ser feito com cautela, a fim de evitar a exposição de seus usuários a crimes digitais e a riscos de violência presencial. É importante também ter cuidado com a divulgação de dados e com a forma como nos referimos a outras pessoas em redes sociais.

Mundo: cobertura da rede 4G* de telefonia móvel – 2018



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Análise cartográfica

Consultando um planisfério político, identifique no mapa três países que possuem cobertura praticamente integral de seu território pela rede 4G de telefonia.

Fonte: SPEEDTEST. *The world's internet in 2018*: faster, modernizing and always on. Disponível em: <https://www.speedtest.net/insights/blog/2018-internet-speeds-global/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

* A sigla 4G designa a quarta geração de tecnologias para a telefonia móvel.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

LEITURA ANALÍTICA

Cultura como mercadoria

Na década de 1940, o filósofo alemão Theodor Adorno, exilado nos Estados Unidos, realizou a primeira crítica sistemática dos produtos veiculados pelos meios de comunicação de massas. Ele criou o conceito de indústria cultural como contraposição às noções usuais de "cultura de massa" e "cultura popular", que transmitiam a ideia de que "as massas" e "o povo" eram os criadores das mercadorias culturais que consumiam.

Segundo Adorno, a produção, a distribuição e a recepção dos produtos veiculados pelo rádio, pela televisão e mesmo pelas grandes editoras de revistas e de outras publicações *best-sellers* eram organizadas industrialmente. As mercadorias vendidas pela indústria cultural seguiam os mesmos processos (padronização, escolha de público-alvo, simplificação e obsolescência) que aquelas produzidas pelos demais segmentos da indústria. As consequências dessa submissão do consumidor ao poder das grandes indústrias do entretenimento afetavam tanto a política das sociedades quanto o comportamento das pessoas.

Leia, a seguir, dois textos em que Adorno discute a influência da indústria cultural sobre aspectos econômicos e políticos da vida em sociedade.

Texto 1

"O cinema e o rádio não têm mais necessidade de serem empacotados como arte. A verdade de que nada são além de negócios lhes serve de ideologia. [...] O cinema e o rádio se autodefinem como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores-gerais tiram qualquer dúvida sobre a necessidade social de seus produtos. Os interessados adoram explicar a indústria cultural em termos tecnológicos. A participação de milhões em tal indústria imporia métodos de reprodução que, por seu turno, fazem com que inevitavelmente, em numerosos locais, necessidades iguais sejam satisfeitas com produtos estandardizados. [...]"

ADORNO, T. *Indústria cultural e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 5-6.

Texto 2

"A satisfação compensatória que a indústria cultural oferece às pessoas ao despertar nelas a sensação confortável de que o mundo está em ordem frustra-as na própria felicidade que ela ilusoriamente lhes propicia. O efeito de conjunto da indústria cultural é o de uma antidesmistificação, a de um antiesclarecimento; nela, [...], a dominação técnica progressiva se transforma em engodo das massas, isto é, um meio de tolher sua consciência. Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. Mas estes constituem, contudo, a condição prévia de uma sociedade democrática que não se poderia salvaguardar e desabrochar senão por meio de homens não tutelados."

ADORNO, T. A indústria cultural. *In*: COHN, G. (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 294-295.

Obsolescência: característica do que é obsoleto, ultrapassado ou que já não se usa mais.

Estandardizado: o mesmo que padronizado.

Engodo: cilada, engano. Estratégia usada para enganar alguém.

Tolher: ação que paralisa ou impede movimentos e atos.

Questões

Registre no caderno.

1. Baseando-se nos exemplos fornecidos pelo autor, identifique elementos presentes em seu cotidiano que podem ser entendidos como produtos da indústria cultural.
2. Com um colega, releiam o texto 2 e discutam a ideia de que a indústria cultural oferece às pessoas uma satisfação compensatória "ao despertar nelas a sensação confortável de que o mundo está em ordem". Elaborem um texto que resuma a opinião de vocês sobre essa afirmação.
3. O filósofo Theodor Adorno considerou que a indústria cultural "impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente". Você concorda com essa afirmação? Justifique sua resposta.
4. Em sua opinião, as questões levantadas pelo filósofo ainda estão presentes no mundo contemporâneo? Justifique.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

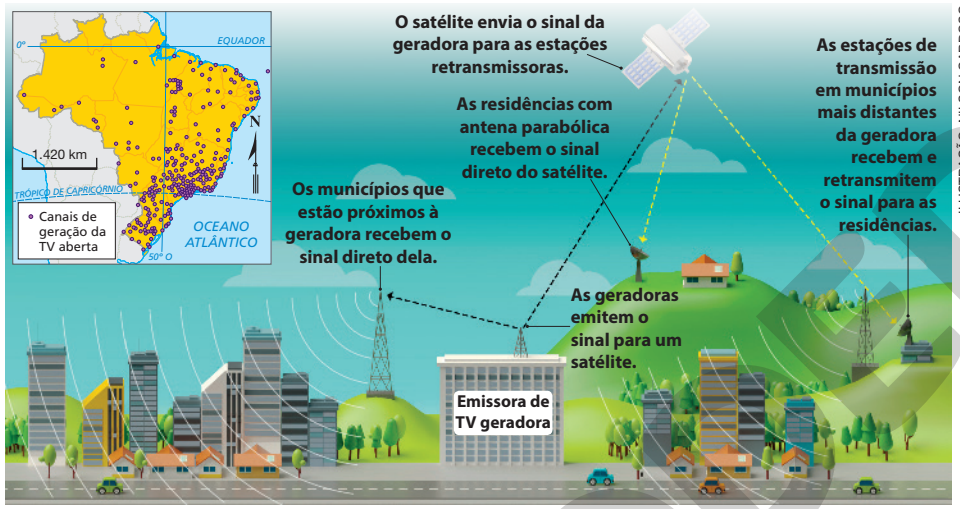
MODERNA

O Brasil das redes de comunicação globalizadas

No início do século XXI, mais de duzentos satélites de comunicação estavam funcionando em órbita terrestre, e cada um deles era capaz de transmitir simultaneamente dezenas de milhares de chamadas telefônicas e sinais de diversos canais de televisão. Começaram a ser lançados, então, vários satélites, em órbita baixa, destinados a criar uma rede global de telefonia. Dezenas de satélites possuem autorização para operar no Brasil, viabilizando principalmente os serviços de comunicação, como a TV aberta ou por assinatura, ligações telefônicas e internet banda larga.

O território brasileiro, portanto, tem cobertura integral do sistema de transmissão das redes de televisão aberta. São Paulo e Rio de Janeiro geram e transmitem a maior parte da programação, mas segundo dados do Ministério das Comunicações, em 2019, o sistema contava com outros 321 centros emissores, além das 71 emissoras localizadas nesses estados.

Formas de transmissão da televisão aberta no Brasil



MAPA: ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

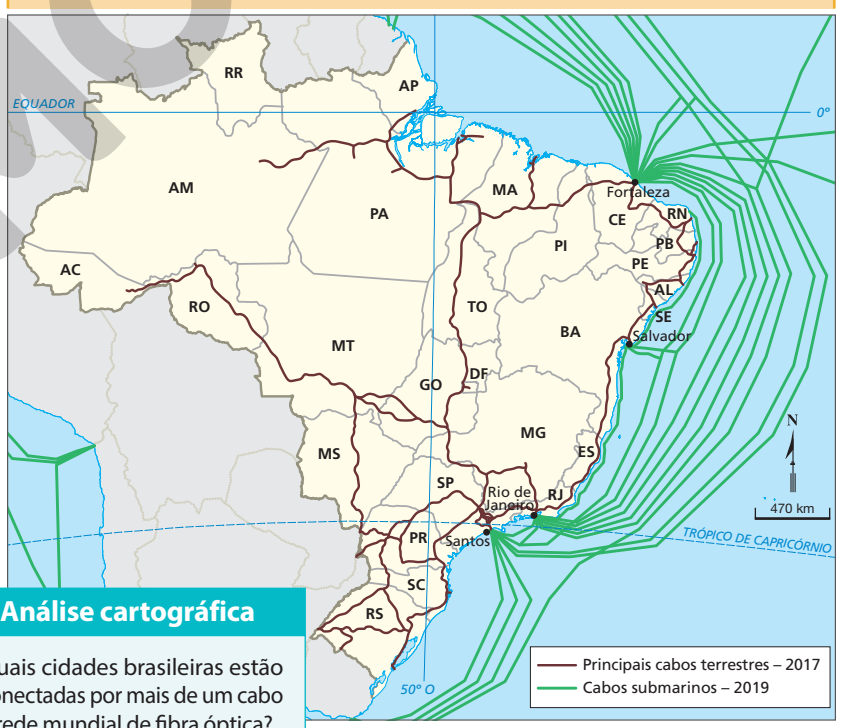
ILUSTRAÇÃO: NILSON CARDOSO

Fontes: ABERT. *Radiodifusão, licenças e outorgas*. Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/index.php/dados-do-setor/estatisticas/radiodifusao-licencas-e-outorgas>; BRASIL. *Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais*. Disponível em: <https://visualizador.inde.gov.br/>. Acessos em: 19 mar. 2020.

Outra infraestrutura que integra o território brasileiro aos fluxos de informação digital é a dos cabos submarinos de fibra óptica. Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro e Santos estão entre as cidades que conectam o Brasil a esse tipo de circuito de tecnologia, tornando possível que o país participe da rede digital que integra os cinco continentes. Com uma extensão de 385 mil quilômetros, mesmo com algumas dificuldades de conexão por diferenças de tecnologia, essa rede participa da infraestrutura que permite a conexão da sociedade, em escala global, por meio do fluxo de dados e informações.

Fontes: TELEBRAS. *Satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas – SGDC*. p. 7. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/audiencias-publicas/2017-arquivos/29-11-debater-sobre-a-operacao-do-satelite-geoestacionario-de-defesa-e-comunicacao/senhor-jarbas-jose-valente>; *Submarine Cable Map*. Disponível em: <https://www.submarinecablemap.com>. Acessos em: 19 mar. 2020.

Brasil: principais cabos de fibra óptica



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Análise cartográfica

Quais cidades brasileiras estão conectadas por mais de um cabo à rede mundial de fibra óptica?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MANUAL DO PROFESSOR

O rádio e a televisão no Brasil

Na década de 1960, o teórico da comunicação Marshall McLuhan cunhou a noção de "aldeia global". Com o progresso tecnológico dos meios de transporte e de comunicação, os povos do mundo inteiro passariam a constituir uma grande comunidade, compartilhando produtos, informações, costumes e visões de mundo. A tese de McLuhan se baseava na ideia de que "o meio é a mensagem", ou seja, mais importante que o conteúdo transmitido pelos novos meios de comunicação, a própria existência e o uso desses meios afetam de maneira profunda o modo como vivemos.

A difusão do rádio no início do século XX, por exemplo, transformou hábitos ancestrais, como o do canto coletivo que um grande número de mulheres entoava enquanto trabalhava em casa ou nas fábricas. Com o novo eletrodoméstico, os momentos passaram a ser preenchidos por canções e novelas radiofônicas.

No Brasil, ao longo do século XX, o rádio foi mais importante para a indústria cultural do que a imprensa escrita, especialmente após a inauguração da Rádio Nacional, em 1936. Essa rádio do Rio de Janeiro inovou a programação com *shows* de auditório, cobertura jornalística e radionovelas. Líder de audiência entre o fim dos anos 1930 e a primeira metade dos anos 1950, sua produção era gravada e dias depois transmitida para muitas cidades brasileiras. Dessa maneira, criava-se, pela primeira vez no país, uma programação que integrava o território nacional por meio de produtos culturais gerados e transmitidos pelos veículos de comunicação. Os sucessos do rádio contribuíram para o advento da indústria fonográfica nacional. O êxito alcançado por uma mídia estimulou o crescimento da outra, consolidando a canção popular como meio importante de expressão da população brasileira.

A televisão brasileira nasceu e cresceu no rastro do sucesso do rádio, de onde surgiram os artistas e a equipe técnica que viabilizaram os primeiros programas de auditório e as primeiras telenovelas, adaptadas e regravadas para o novo veículo. A combinação da cultura do rádio com a imagem da televisão gerou um produto cultural diferenciado, que despertou o interesse pela televisão brasileira em outras regiões do mundo – principalmente quando começou a transmissão por satélite, provocando a integração das estações de TV locais a redes nacionais e inserindo o Brasil no circuito de comunicação de massa global. As redes de televisão cumpriram um papel essencial no projeto de integração nacional levado a cabo pelos governos militares, que se sucederam no poder após o início da ditadura civil-militar, em 1964.

O aumento da audiência de eventos esportivos ilustra o impacto dessa nova fase. Se as Copas do Mundo de 1958 e 1962 foram acompanhadas pelos brasileiros pelo rádio, a Copa do México de 1970 foi assistida ao vivo pela televisão. A televisão também teve um papel importante na mudança dos hábitos da população e como espaço de ação da imprensa na divulgação de casos de corrupção, por exemplo.

FOLHAPRESS

Na foto, ao centro, Hebe Camargo durante o programa Parada de Sucesso, em rádio, 1959. Hebe se tornou uma importante personalidade na mídia televisiva brasileira, atuando como apresentadora até seu último ano de vida, em 2012. Os programas de rádio ao vivo tinham grande audiência no Brasil dessa época.

O sistema de televisão brasileiro, no entanto, caracteriza-se por uma acentuada concentração da produção e da audiência em veículos de comunicação sob o controle acionário de grandes grupos empresariais. De acordo com a pesquisa realizada em 2017 pela Repórteres sem Fronteiras (RSF) e pelo Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, apenas cinco grupos (ou proprietários individuais) controlam 26 dos 50 maiores veículos de mídia impressa, rádio, televisão e internet no país. O Grupo Globo, por exemplo, atua nos mercados de TV aberta e por assinatura, jornais, revistas e livros, rádio, internet, música e produção de vídeo e de cinema. A Rede Record, uma das maiores concorrentes do Grupo Globo, também possui alcance nacional e controle dos canais de TV (RecordTV e RecordNews), assim como um jornal impresso (*Correio do Povo*) e uma das páginas de internet mais acessadas no país (*Portal R7*).

Não bastasse essa forte concentração dos veículos de comunicação em poucos grupos, que dificulta a disseminação de maior pluralidade de ideias, a pesquisa ainda revelou que quase 80% das sedes dessas empresas estão localizadas em São Paulo ou no Rio de Janeiro – o que, de certa forma, privilegia a divulgação de aspectos culturais, políticos e econômicos dessas duas maiores metrópoles brasileiras em detrimento de outros pontos de vista existentes nas diversas regiões do território nacional.

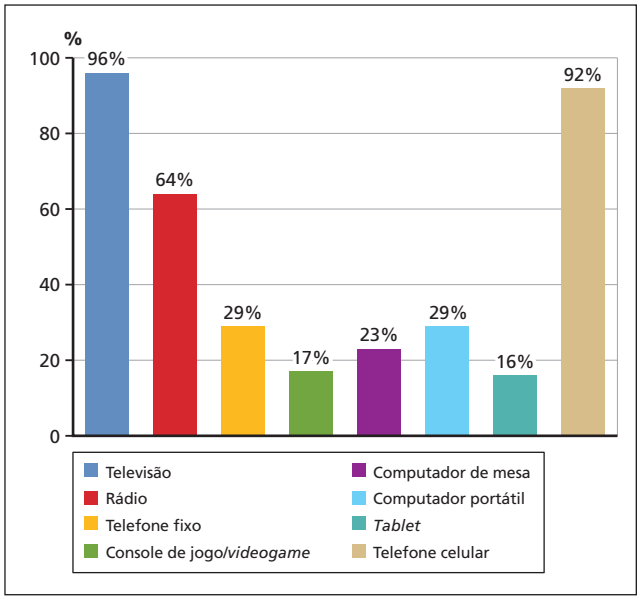
Embora as redes nacionais de televisão estejam presentes em 98% dos lares brasileiros, os gigantes transnacionais dominam a informação e o entretenimento que circulam por computadores, celulares e *tablets*. Com o surgimento das *smart* TVs, a velha e a nova mídia se tornaram acessíveis por meio de um só equipamento. Assim, as redes nacionais de televisão enfrentam cada vez mais a concorrência dos grandes conglomerados, que operam em mídia digital e atuam em escala global.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Brasil: porcentagem de domicílios que possuem equipamentos de tecnologia da informação – 2017

ADILSON SECCO



Fonte: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Disponível em: <http://data.cetic.br/cetic/explore>. Acesso em: 19 mar. 2020.

De acordo com o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), em 2017, os usuários brasileiros utilizavam a internet principalmente para se comunicar pelo serviço de mensagens (90%) e redes sociais (77%). Também está se tornando frequente a realização de atividades culturais pela rede, como assistir a vídeos e ouvir música, práticas realizadas por 71% dos internautas brasileiros.

A revolução da informação no Brasil

É cada vez maior o número de usuários das mídias eletrônicas no Brasil. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em 2018 o Brasil chegou a 365 milhões de acessos à banda larga. Desse total, 342 milhões foram pelas redes 3G e 4G, por meio da telefonia móvel ou de *tablets*. Esses números colocam o Brasil entre os dez países com maior base de banda larga no mundo, sendo o país que mais cresceu em acessos na América Latina.

Com a ampliação do acesso à internet, muitos setores econômicos passaram por transformações. O crescimento do comércio eletrônico provocou mudanças nos transportes, reorganizando a logística de muitas empresas e estimulando o surgimento de lojas que operam com vendas exclusivamente *on-line* e contam com o serviço de correios e de transportadoras para a entrega de mercadorias. Empresas de comunicação e de entretenimento também passaram a realizar negócios por meio da internet, disponibilizando produtos como filmes, músicas e seriados para visualização ou *download* direto dos usuários.

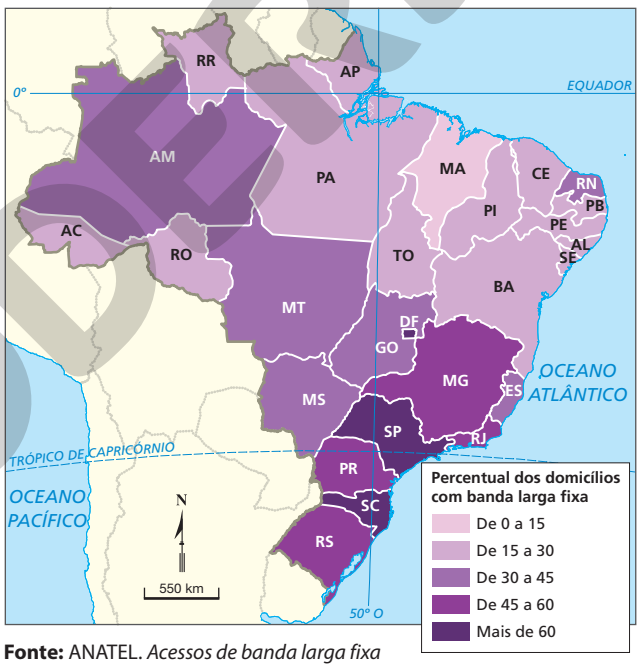
Acesso à internet

O acesso à internet nos domicílios ainda está concentrado nas famílias de maior renda e na população urbana. Segundo o Cetic, em 2017 a proporção de domicílios com acesso à internet no país chegou a 61%, ou seja, cerca de 42,1 milhões de domicílios. Entretanto, esse acesso variava enormemente de acordo com a renda familiar: apenas 51% na faixa de até um salário mínimo e 94% nos domicílios com renda familiar superior a dez salários mínimos.

As desigualdades entre os domicílios urbanos e rurais também são evidentes: 65% dos domicílios urbanos e apenas 34% dos domicílios rurais possuíam acesso à internet em 2017. Além disso, a banda larga no Brasil é cara, e a maior parte dos acessos com esse tipo de conexão ocorre nos estados do Sul e do Sudeste do Brasil.

Brasil: domicílios com banda larga fixa – 2019

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL



Fonte: ANATEL. *Acessos de banda larga fixa no Brasil*. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/banda-larga-fixa>. Acesso em: 19 mar. 2020.

Trocando ideias

Ao acessar a internet, os usuários têm acesso a conteúdos de entretenimento, ao mesmo tempo que podem obter informações a respeito da situação política e econômica do país, por exemplo. As mídias sociais se tornaram um espaço privilegiado de difusão de informações, permitindo até a organização de reivindicações sobre os mais variados temas, interesses e problemas.

- Discuta com os colegas: por que as mídias sociais se tornaram importantes para a formação da opinião pública?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Virada cultural

As inovações tecnológicas acentuaram o poder dos conglomerados mundiais do entretenimento. Por outro lado, a popularização do uso da internet está se transformando em uma possibilidade de expressão para inúmeros segmentos sociais. Os movimentos sociais , por exemplo, podem divulgar e conquistar apoio internacional para suas causas por meio da internet. Além disso, qualquer um pode criar seu próprio **ambiente virtual** utilizando o computador.

As **mídias sociais** são espaços de interação social, de criação e troca de conteúdos entre usuários da internet. Os *blogs* (ou blogues, em português), por exemplo, são ambientes virtuais fáceis de administrar e por isso se tornaram muito populares. Em virtude do número crescente, as comunidades virtuais ocupam uma fatia cada vez maior da internet. No rastro dos *blogs*, surgiram os *vlogs*, nos quais os conteúdos são apresentados e compartilhados em vídeo.

A internet não é apenas um veículo de circulação de mensagens, mas também um ambiente virtual para a produção de novos conteúdos culturais e – mais importante – de contato entre grupos com interesses semelhantes. Esse contato tem ajudado a "furar" o monopólio dos grandes conglomerados sobre a informação.

Cidadania digital

Há internautas que, por terem uma sensação de anonimato na internet, não respeitam diversas normas de conduta. Há muitos casos também de usuários que, acreditando em uma situação de impunidade, criam identidades falsas, invadem a privacidade de outras pessoas e disseminam notícias falsas (*fake news*). Aos poucos, esse uso da internet como uma "terra de ninguém" vem sendo combatido – em 2014, por exemplo, o governo federal implementou o **Marco Civil da Internet**, lei que ficou conhecida como a "Constituição da internet" no Brasil.

O Marco Civil define, por exemplo, que os usuários são responsáveis pelo conteúdo que publicam e o *site* hospedeiro só pode ser punido caso descumpra uma ordem judicial que exija a exclusão de determinado conteúdo. Assim, busca-se garantir a liberdade de expressão e evitar censura prévia. Nos casos em que o conteúdo seja proibido por outras leis ou fira o regulamento dos *sites* de hospedagem, essas empresas têm liberdade para tirá-los de circulação. É importante lembrar, porém, que atualmente as informações circulam com grande velocidade e que, uma vez publicados, os conteúdos estão suscetíveis à cópia e ao registro por outros usuários.

Para assistir

Levante sua voz

Direção: Pedro Ekman. Brasil, 2009. 17 min.

Esse curta-metragem propõe o debate sobre o oligopólio da comunicação no Brasil, relacionando a privação do direito à comunicação, as intricadas relações de poder envolvidas nesses oligopólios e a interferência desses meios de comunicação na formação de identidades e de valores.

Você pesquisador

As mídias sociais movimentam um grande volume de informações. Elas são projetadas para atrair o interesse das pessoas e, ao mesmo tempo que garantem acesso à informação e ao entretenimento, exercem grande interferência na vida cotidiana dos usuários. Pensando no poder de ação e de influência das redes, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (*marketing*, sociologia e até da neurociência) têm se dedicado a compreender como as redes cativam nossa atenção e como podem moldar nossos comportamentos e opiniões. Em decorrência desses estudos, sabemos que predomina na rede um tipo de discurso conhecido como **multimodal**, isto é, aquele que agrega informação verbal, imagens, sons e a possibilidade de interatividade para transmitir informações.

Uma das formas de medir a eficiência das publicações é a **análise das métricas das mídias sociais**. Elas demonstram, por exemplo, quantas vezes uma publicação foi visualizada, quantos comentários recebeu e qual é a percepção do público sobre um assunto ou produto. Realizar esse tipo de análise pode colaborar para um uso mais consciente das mídias sociais. Vamos experimentar?

- Conjuntamente, elejam um tema relacionado ao capítulo para ser abordado pelas postagens da turma.
- Definam os tipos de postagem que serão veiculados e as redes em que serão publicadas. Algumas possibilidades são: vídeo, texto curto, texto longo, fotografia, enquete, *meme* e infográfico. Com a orientação do professor, formem grupos de até cinco integrantes e distribuam um tipo de postagem por equipe.
- Elaborem a postagem de acordo com o tema e o tipo definidos. É importante que cada grupo desenvolva um tipo de postagem, mas que a abordagem seja semelhante; assim, vai ser possível descobrir como o tipo de postagem interfere no alcance de um conteúdo.
- Combinem uma data para a veiculação dos conteúdos nas redes sociais escolhidas. Definam um prazo para a análise dos resultados da publicação.
- Acompanhem as métricas oferecidas pelas mídias onde as publicações foram feitas e observem: o alcance da publicação – quantas pessoas tiveram acesso ao conteúdo, isto é, o número de visualizações; o engajamento – a quantidade de curtidas, comentários e compartilhamentos; o sentimento diante da publicação – a proporção de interações positivas e negativas com a postagem.
- Organizem uma tabela, que pode ser elaborada na lousa, unindo os dados de todas as equipes.
- Verifiquem, coletivamente, que tipos de postagem tiveram maior audiência.
- Identifiquem as características das postagens mais populares: elas continham textos? As imagens eram bem-humoradas? E assim por diante.
- Procurem traçar o perfil de uma publicação bem-sucedida, verificando que características geraram mais envolvimento dos usuários das redes.
- Diante dos resultados, reflitam sobre as possibilidades de informação e de aquisição de conhecimento que as redes sociais oferecem, considerando os estilos de publicação que tendem a sobressair.
- Finalizem a atividade elaborando um texto que sintetize a experiência e os resultados da pesquisa.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Fluxos e redes de transporte

As inovações tecnológicas nas áreas dos transportes e das comunicações tendem a proporcionar maior fluidez ao espaço geográfico, isto é, além das informações, os fluxos de mercadorias e de pessoas também operam em rede, e, quanto mais rápida é a circulação (de bens, pessoas e informações) no espaço, mais fluida é a rede.

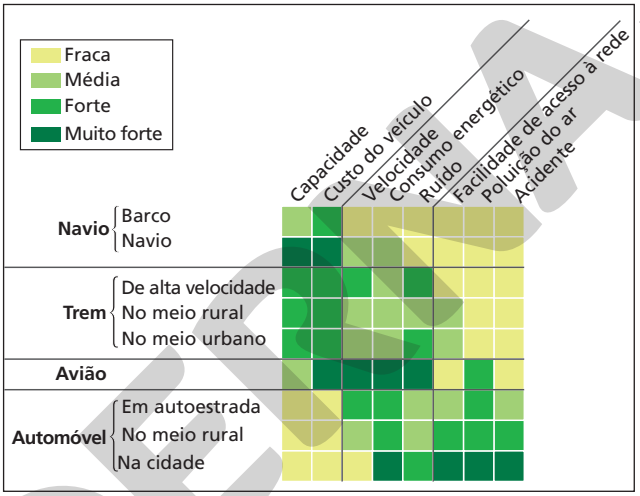
As empresas, ao definirem a localização de sedes, consideram os custos de transferência de bens (transportes) e de informação (comunicação). A logística de transportes envolve desde o armazenamento de produtos até a escolha do transporte mais eficiente para transportar o maior número de mercadorias em um prazo menor e a baixo custo. Por meio da implantação de sistemas eficientes de transporte, os governos podem definir estratégias de modernização destinadas a conceder vantagens aos territórios.

Há três categorias de **vias de circulação**: terrestres (dutovias, ferrovias e rodovias), aquáticas (rios, lagos e oceanos) e aéreas (transporte aéreo); e seus respectivos **modos de transporte**: por dutos, ferroviário (trem), rodoviário (carro, caminhão, ônibus etc.), aquaviário (navio, barco etc.) e aeroviário (avião, helicóptero, dirigíveis, balões etc.).

A escolha do modal de transporte mais adequado depende de uma série de fatores, entre eles a velocidade, a disponibilidade, a confiabilidade, a capacidade e a eficiência. Se o tempo de entrega é o mais importante, é preciso escolher um modo com maior velocidade que diminua o tempo de percurso da rota. Nesse caso, o transporte aéreo é o mais adequado. No caso de distâncias curtas, quando existe a necessidade de atender à entrega de porta em porta, nenhum outro meio de transporte atende a essa exigência melhor que o rodoviário. Os dutos (tubulações) garantem que a mercadoria chegue no tempo estabelecido e sem danos aos produtos transportados. São usados para transportar produtos líquidos ou gasosos, como petróleo e gás natural, mas podem também conduzir produtos sólidos, como grãos e minérios.

A eficiência dos meios de transporte pode ser medida, entre outros fatores, pelo custo, pelo consumo de energia e pela degradação ambiental gerada. Os transportes interiores de carga são realizados, em boa parte, por rodovias, ferrovias e vias fluviais.

Eficiência dos meios de transporte



FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fonte: VARLET, Jean; ZEMBRI, Pierre. *Atlas des transports*: les paradoxes de la mise en réseau du monde. Paris: Autrement, 2010. p. 11.

Análise de dados

Observe o quadro acima e compare os meios de transporte, considerando a capacidade, a velocidade, o consumo de energia, a produção de ruído, a poluição do ar e a possibilidade de acidentes.

EDSON GRANDISOLI/PULSAR IMAGENS

Dutos para o transporte de óleo no Canal de Ilhabela, em São Sebastião (SP), 2018. Os dutos podem transportar petróleo cru, gás natural, produtos químicos, minérios em grãos e outras mercadorias. De um lado, eles têm rotas pouco flexíveis; de outro, suportam variações climáticas e podem transportar produtos perigosos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Navegação oceânica

A navegação oceânica constitui, em termos quantitativos, o principal modo de transporte intercontinental de cargas, que estão subdivididas em três categorias de produtos: líquidos (petróleo e derivados), secos (como carvão, minérios, produtos florestais e agrícolas) e produtos finais (máquinas, equipamentos de transporte, alimentos e manufaturados em geral).

A principal rota marítima dá a volta ao mundo cruzando os oceanos Atlântico, Pacífico, Índico, e passando por diversos canais, estreitos e passagens estratégicas. O caminho da Europa para a Ásia tem como obstáculos o Oceano Ártico e as banquisas.

Passagens marítimas estratégicas

O transporte marítimo ganhou forte impulso no século XIX com os navios a vapor. A construção do Canal de Suez, inaugurado em 1869, possibilitou a ligação entre os mares Mediterrâneo e Vermelho, além de reduzir as distâncias e o custo dos trajetos entre a Europa e a região do Oceano Índico. Anos depois, o canal tornou-se importante rota de navios petroleiros.

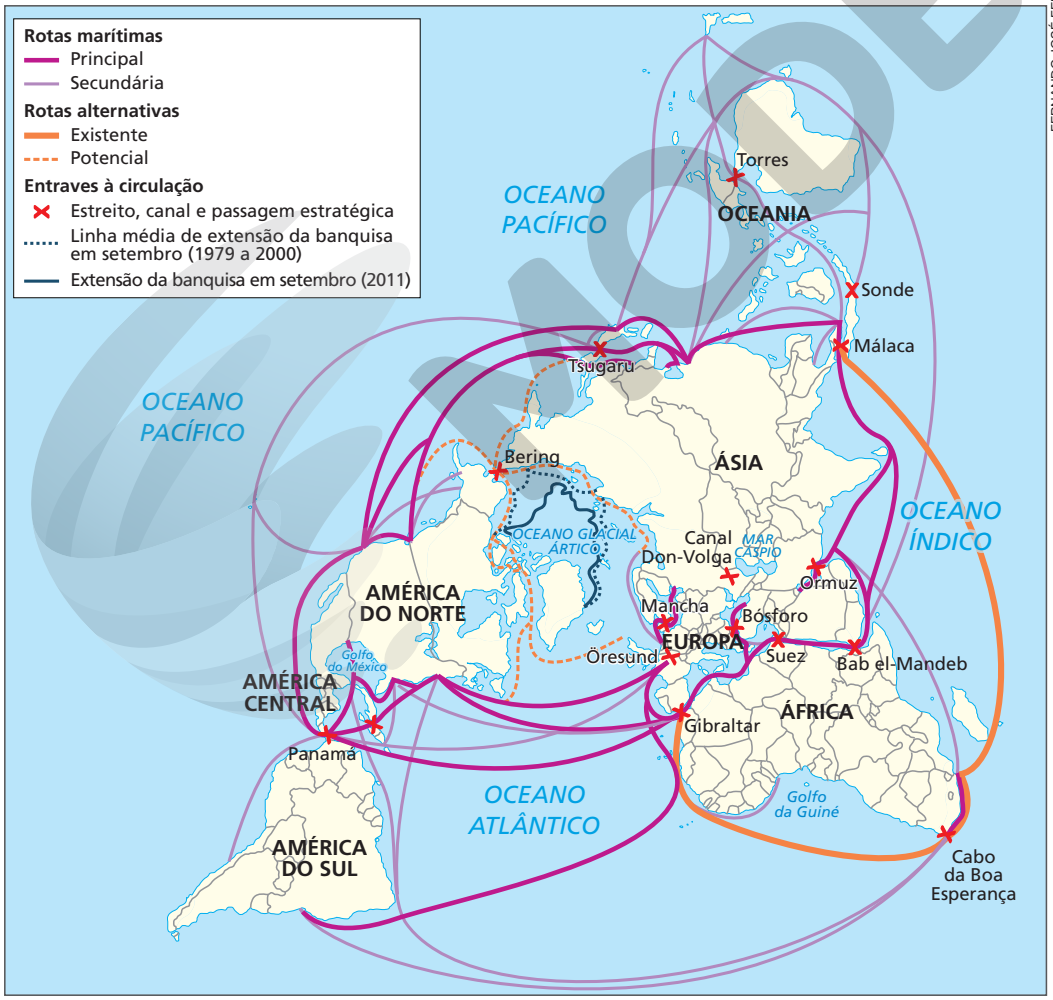
Para que os navios petroleiros cheguem ao Canal de Suez, no entanto, é necessário transpor dois estreitos estratégicos: o de Bab el-Mandeb e o de Ormuz. O primeiro interliga o Mar Vermelho e o Oceano Índico, numa estreita passagem de 50 quilômetros. O Estreito de Ormuz, por sua vez, é a porta de saída para o Oceano Índico e a via de circulação de 88% do petróleo exportado do Golfo Pérsico.

Todo esse tráfego converge para outro ponto estratégico: o Estreito de Málaca, localizado entre a Malásia e a Indonésia. Com extensão de 800 quilômetros e variando de 50 quilômetros a 300 quilômetros de largura, é o maior estreito do mundo utilizado pela navegação internacional.

A construção do Canal do Panamá, completada em 1914, interligou os oceanos Atlântico e Pacífico por meio do istmo centro-americano. No início, o canal funcionou como rota entre as costas leste e oeste dos Estados Unidos. Depois, tornou-se a principal via de circulação entre a Europa e a costa oeste dos Estados Unidos e os países do Pacífico.

Banquisa: camada superficial de gelo resultante do congelamento da água do mar.

Mundo: principais rotas marítimas – 2017



FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Representação sem escala.

Fontes: LE MONDE Diplomatique. *L'Atlas 2013*. Paris: Viubert, 2013. p. 60-61; RODRIGUE, J.-P. *The geography of transport systems*. Disponível em: <https://transportgeography.org/?page_id=2067> Acesso em: 19 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Mudanças no transporte de cargas

Desde meados do século XX, o aumento do comércio mundial e as mudanças nos padrões tecnológicos de manuseio de cargas promoveram a ampliação e a modernização dos equipamentos de velhos portos, além da construção de diversos terminais especializados.

No século XXI, pelas principais rotas marítimas circulam navios repletos de contêineres, grandes caixas metálicas retangulares utilizadas para carregar os principais produtos e a maior parte dos bens consumidos mundialmente. Os contêineres revolucionaram o transporte de mercadorias por ser um modo prático e seguro de comportar os produtos. Além disso, podem ser carregados muitas vezes e movimentados por via marítima ou terrestre em diversas modalidades de transporte, como navios, caminhões e trens, sem a necessidade de descarregar a mercadoria. Dessa forma, cruzam os mares transportando produtos de um país a outro, e, por via terrestre, por trens ou caminhões, chegam a lugares distantes.

Os portos passaram por um processo de ampliação e de reestruturação tecnológica para se adaptarem à **conteinerização** em todo o mundo. Assim, tornaram-se mais eficientes com a inauguração de modernos terminais equipados com novos guindastes, pontes rolantes, empilhadeiras e outros instrumentos técnicos que permitem maior produtividade na interface entre o transporte terrestre e o aquaviário.

A localização dos maiores portos oceânicos reflete a distribuição dos principais fluxos do comércio mundial e a situação geográfica dos polos econômicos globais. Em 2019, a China contava com sete entre os maiores portos em movimentação de contêineres (Xangai, Shenzhen, Ningbo, Hong Kong, Guangzhou, Qingdao e Tianjin). Cingapura e Coreia do Sul, também na Ásia, se destacam pela grande movimentação de seus portos. Na Europa, o porto de Roterdã, localizado nos Países Baixos, junto à foz do Rio Reno, concentra grande parte do comércio das áreas mais industrializadas do continente europeu.

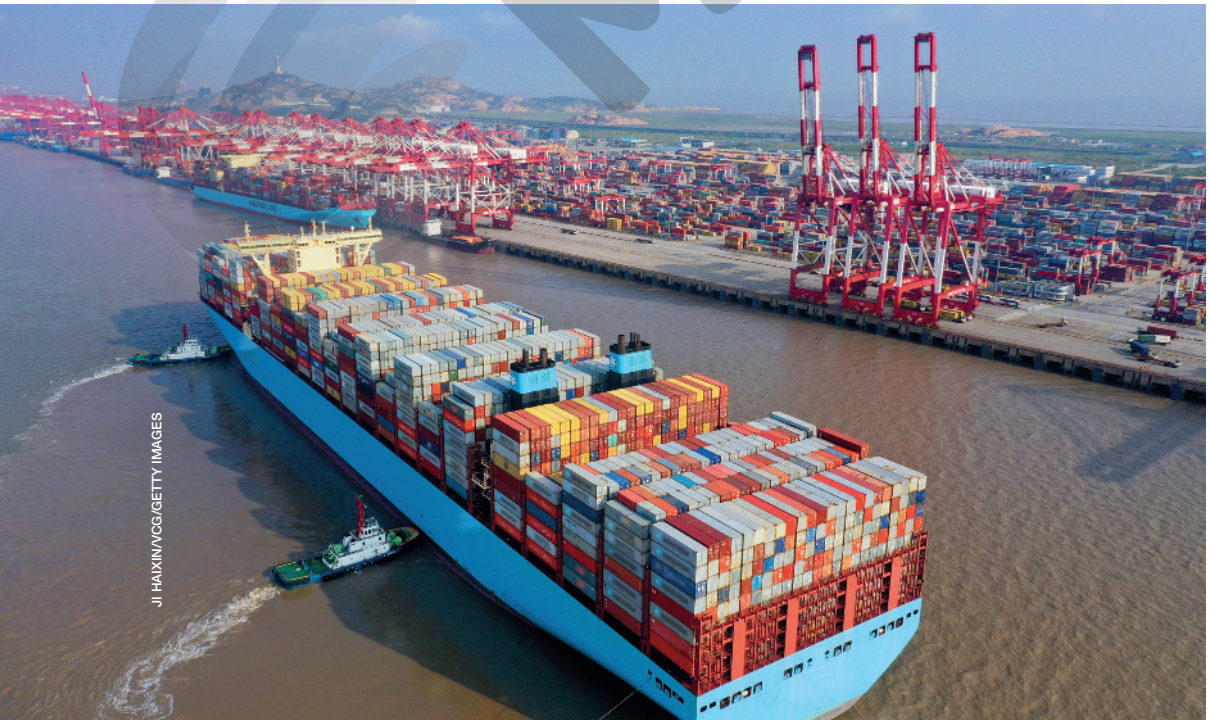
Os portos marítimos e fluviais com capacidade para receber embarcações de longo curso conectam o sistema nacional de transportes ao mercado mundial. Do ponto de vista da movimentação de cargas, os maiores portos marítimos brasileiros são dois grandes terminais exportadores de minérios e de produtos siderúrgicos: Tubarão, no Espírito Santo, e Itaqui, no Maranhão. No litoral do Sudeste encontra-se a maior concentração de portos de forte movimento, como os de Santos (SP) e do Rio de Janeiro (RJ). Na Região Sul, destaca-se a exportação agropecuária nos portos de Paranaguá (PR) e de Rio Grande (RS).

Transporte fluvial

As vias fluviais exibem vantagens de custo em relação às ferrovias apenas em trajetos de milhares de quilômetros. Mesmo assim, não podem ser vistas como competidoras das estradas de ferro, uma vez que sua existência está circunscrita às áreas atravessadas por rios profundos durante o ano inteiro, sem grandes desníveis e não sujeitos a prolongado congelamento.

Alguns grandes rios – como o Reno, o Ródano, o Danúbio e o Volga, na Europa; o Mississipi, nos Estados Unidos; e o Amazonas, no Brasil – desempenham importantes funções nos transportes internacionais ou regionais.

No noroeste da Europa, o transporte fluvial tem papel singular na integração regional e no escoamento da produção. A existência de planícies costeiras, principalmente nos Países Baixos e na Bélgica, recortadas por uma rede densa de canais, dotados de eclusas, permitiu que grandes cursos fluviais internacionais com foz nos mares do Norte e Báltico se tornassem hidrovias de grande importância.



JI HAIXIN/VCG/GETTY IMAGES

Navio carregado de contêineres em Xangai, na China, 2019. Esse porto, localizado na foz do Rio Yang-Tsé, apresenta eficiência tecnológica, grande extensão, capacidade e excelente localização; em 2018, mantinha a primeira posição no mundo em movimentação de contêineres, refletindo o aumento de importações e de exportações da China.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Fonte dos dados: ICAO. *Effects of Novel Coronavirus (covid-19) on Civil Aviation:* Economic Impact Analysis. Montreal, 1 maio 2020. Disponível em: <https://www.icao.int/sustainability/Documents/COVID-19/ICAO_Coronavirus_Econ_Impact.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

Transporte aéreo

A aviação comercial desenvolveu-se especialmente após a Segunda Guerra Mundial e estabeleceu uma nova referência em relação à velocidade de deslocamento. Atualmente, para garantir a segurança do voo, os aviões deslocam-se no interior de corredores aéreos estritamente definidos. As rotas internacionais e os direitos de sobrevoo e de aterrissagem, por motivos geopolíticos, são objeto de negociações bilaterais entre os Estados.

Os custos elevados de deslocamento por via aérea limitam os tipos de carga transportados às mercadorias de alto valor e baixo peso unitário e aos objetos de entrega urgente. Produtos eletrônicos, joias, relógios, equipamentos médicos e científicos, insumos hospitalares, jornais e revistas estão entre os itens geralmente transportados por avião.

Ainda assim, o deslocamento de passageiros é mais importante para a aviação comercial do que o transporte de cargas. Há décadas, o avião suplantou o navio como modo de transporte de pessoas a longas distâncias. Em 2017, houve um fluxo de cerca de 4,1 bilhões de passageiros em viagens aéreas internacionais, de acordo com a Organização Internacional de Aviação Civil (ICAO). Esse aumento da mobilidade espacial vem estimulando setores como os de turismo e de viagens de negócios.

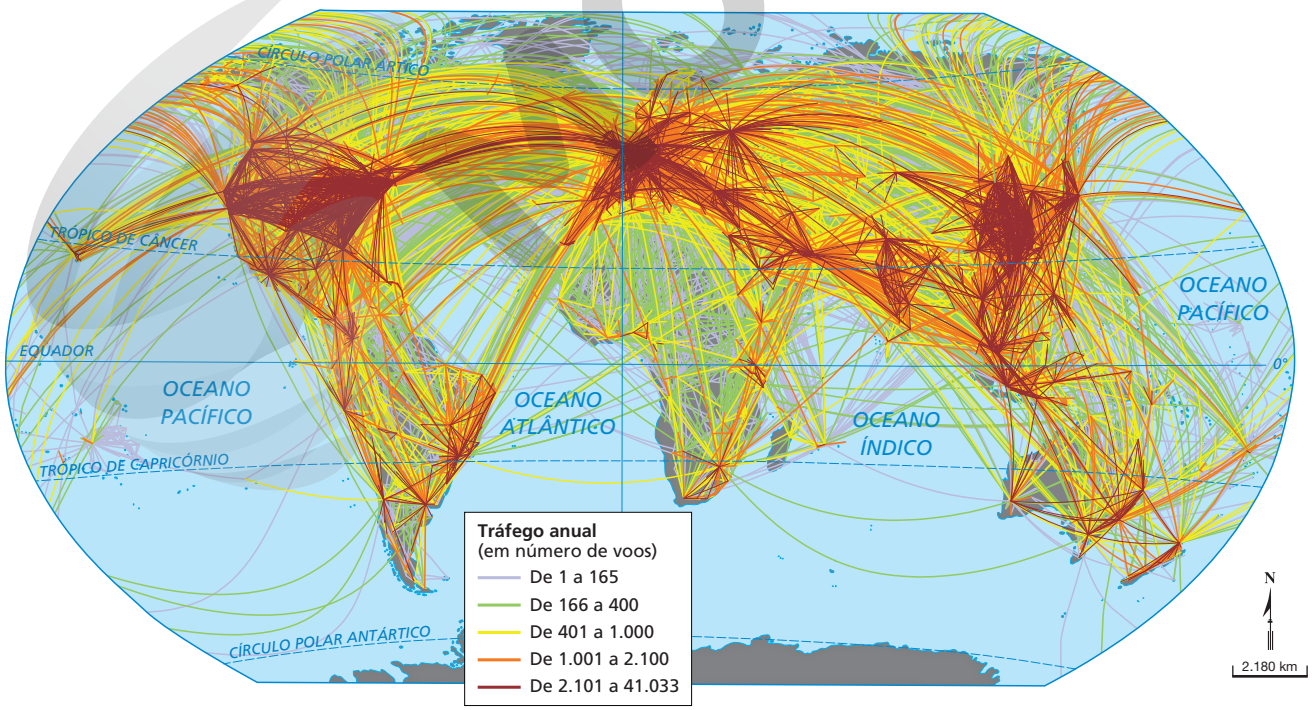
Em 2018, entre as vinte maiores companhias aéreas do mundo em número de aviões, oito eram dos Estados Unidos e três da China. No mesmo período, os Estados Unidos contavam com sete dos 25 principais aeroportos do mundo em tráfego de passageiros, entre eles os aeroportos internacionais de Atlanta, Los Angeles, Chicago, Dallas e Nova York.

Merece destaque o crescimento da demanda por tráfego aéreo de passageiros na Ásia, onde estão 11 dos 25 principais aeroportos. Na China, estão três dos mais movimentados aeroportos do planeta. Na Ásia, também há grande movimentação nos aeroportos de Dubai (Emirados Árabes Unidos), Tóquio (Japão), Hong Kong, Cingapura e Incheon (Coreia do Sul).

O crescimento da aviação comercial de passageiros no mundo sofreu forte impacto com a pandemia da covid-19, declarada oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. Na época, a principal medida de contenção da disseminação do vírus, adotada na quase totalidade dos países, foi o isolamento social, o que significou a queda brusca dos deslocamentos aéreos ao redor do mundo. De acordo com a ICAO, se no início de março de 2020 a média de viagens aéreas por dia no mundo era de 27.446, em 2 de maio desse ano esse número tinha caído para 2.214.

Em maio de 2020, momento em que a pandemia estava em curso, a ICAO apresentou duas previsões possíveis para o setor da aviação comercial de passageiros no mundo para aquele ano: se a pandemia começasse a sofrer redução a partir do final do mês de maio, o ano de 2020 seria marcado por uma redução de 39% a 56% do número de passagens aéreas vendidas (o correspondente a 872 mil a 1,303 milhão de passageiros); caso a pandemia durasse até setembro de 2020, a redução de passagens aéreas em 2020 seria de 49% a 72% (o equivalente a 1,124 a 1,540 milhão de passageiros).

Mundo: rede de tráfego aéreo – 2018



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: ICAO – Organização Internacional da Aviação Civil. Disponível em: <https://gis.icao.int/gallery/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PROVA

Complementaridade modal

Os transportes interiores de cargas são realizados, na maior parte, por rodovias, ferrovias e vias fluviais. Os custos relativos dos diferentes modos de transporte dependem da extensão dos trajetos. As vantagens de custo do transporte, por exemplo, podem desaparecer quando se passa de grandes para médias distâncias.

O transporte rodoviário tem custo mais elevado, mas é flexível nos percursos. Os trens levam vantagem no transporte a granel a longas distâncias.

Transporte ferroviário e rodoviário

Em áreas de declividade acentuada, o transporte ferroviário é mais custoso porque geralmente exige a realização de grandes obras de engenharia. As vantagens do custo das ferrovias em relação às rodovias aparecem nos trajetos de extensão superior a 500 quilômetros. Nesse caso, os altos custos de implantação da rede férrea e das estações, além do tempo consumido com cargas e descargas, são compensados pela economia geral do modo de transporte. Em pequenas distâncias, o transporte rodoviário é muito mais vantajoso, deslocando mercadorias desde os pontos de distribuição até os de consumo. Nos mercados locais e em áreas de relevo acidentado, não há concorrentes para a rede rodoviária.

Em escala global, o transporte rodoviário cresce de maneira muito mais veloz que o ferroviário. No caso das cargas, registra-se pequeno crescimento do transporte de cargas por trens (em termos de tonelagem), mas com forte perda de participação relativa no mercado. Entre as grandes economias, a participação das ferrovias no deslocamento de cargas aumentou apenas nos Estados Unidos e na China. Na União Europeia, a participação das linhas férreas no deslocamento interior de cargas ficou estagnada nas duas primeiras décadas do século XXI. No mesmo período, as rodovias continuaram na liderança, deslocando 75% do total das cargas.

A divisão modal dos transportes de carga depende, em cada país, de fatores naturais e das opções políticas e econômicas. Apesar da tendência de forte crescimento do modal rodoviário em países de dimensões continentais, como Estados Unidos, Rússia e China, as ferrovias continuam a deslocar parcelas muito significativas das cargas – ao contrário do Brasil, que ainda precisa realizar maiores investimentos tanto em hidrovias quanto em ferrovias.

A China tem investido fortemente no setor ferroviário. Em 2017, construiu mais de 3 mil quilômetros de vias férreas, ampliando também a rede de ferrovias de alta velocidade, que atingiu um total de 25 mil quilômetros de extensão naquele ano. A construção de vias férreas gera empregos, e o uso de ferrovias resulta em menor emissão de gases de efeito estufa em comparação ao modal rodoviário.

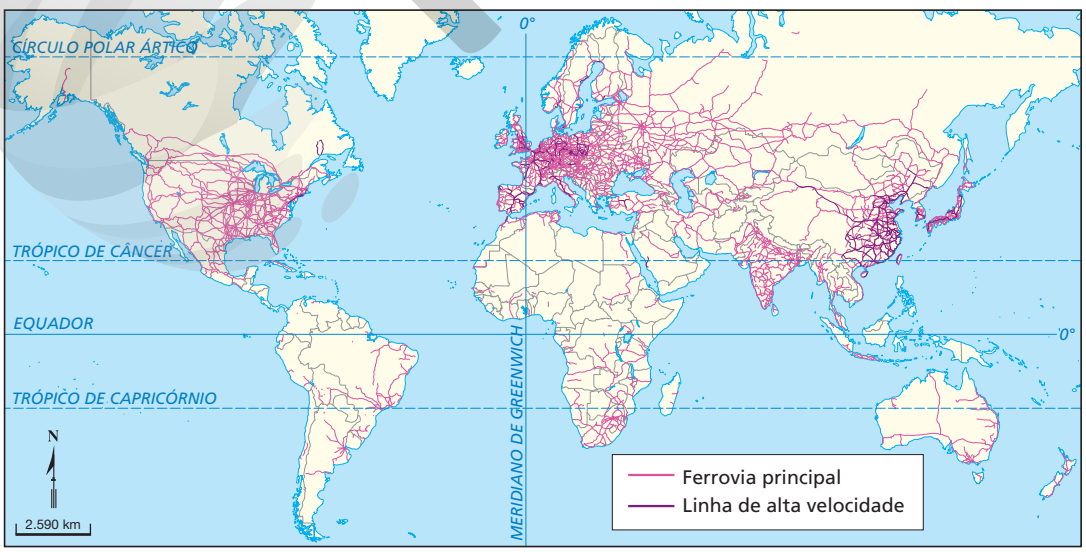
Nos países de pequena extensão, o transporte rodoviário é, em geral, predominante. As vias fluviais só desempenham papel importante em países que combinam condições naturais favoráveis e uma longa tradição de obras de construção de canais e eclusas.

Nas últimas décadas, foi registrado um declínio no número de passageiros transportados por trens no mundo. Esse segmento cresce apenas no transporte de passageiros por trens de grande velocidade (TGV), com velocidade superior a 250 km/h. Trata-se de uma opção bem-sucedida em países europeus, como França, Alemanha e Espanha, e asiáticos, como China, Coreia do Sul e Japão, uma vez que esse modo de transporte é adequado para deslocamentos de até 600 km de distância.

Análise cartográfica

1. Compare a densidade da rede ferroviária do Brasil com a da Índia.
2. Descreva a distribuição das linhas férreas de alta velocidade no mundo.

Mundo: rede ferroviária – 2018



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte:
OpenRailwayMap. Disponível em: <https://www.openrailwaymap.org/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

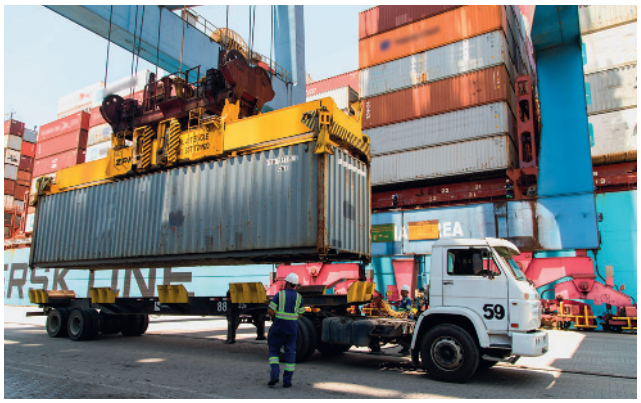
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Redes intermodais

Os sistemas modernos de transporte caracterizam-se pela complementaridade entre os diferentes modos, ou seja, pela implantação de **redes intermodais**, levando a um aumento da velocidade dos fluxos materiais e à redução dos custos gerais de deslocamento. Essa rede de transporte baseia-se nos conceitos de **unidade de carga** e **conexão de infraestruturas**.

RUBENS CHAVES/PULSAR IMAGENS



Transporte de contêiner no Porto de Santos (SP), 2019. Com a criação dos contêineres, os custos de transferência de mercadorias entre os modos de transporte foram reduzidos radicalmente. A conexão entre modais envolve um conjunto de infraestruturas de carga e descarga, como guindastes, pinças gigantes e pontes rolantes, capazes de transferir carga entre caminhões, trens e navios.

Conexões entre modais de transporte no Brasil

O atual modelo econômico brasileiro tem buscado maior integração aos fluxos da economia global. A grande exportação de produtos a granel, como soja, minério de ferro, petróleo e derivados, exige investimentos em infraestrutura logística, como a construção de terminais atracadouros.

O centro e o sul de Mato Grosso do Sul, importante região produtora de grãos, por exemplo, são conectados aos portos de Santos e de Paranaguá pela ferrovia Malha Oeste S.A.

A ferrovia Norte-Sul e a hidrovia Araguaia-Tocantins também são modais de transporte complementares e foram projetadas para facilitar o escoamento da produção agropecuária de uma vasta área que se estende pelo oeste baiano, por Goiás, por Tocantins e pelo nordeste de Mato Grosso. Além disso, a ferrovia Norte-Sul é conectada às rodovias e ferrovias da Região Sudeste. Tanto a ferrovia Norte-Sul quanto a hidrovia Araguaia-Tocantins são interligadas à Estrada de Ferro Carajás, utilizada para o transporte de minérios e grãos para o porto de Itaqui, no Maranhão.

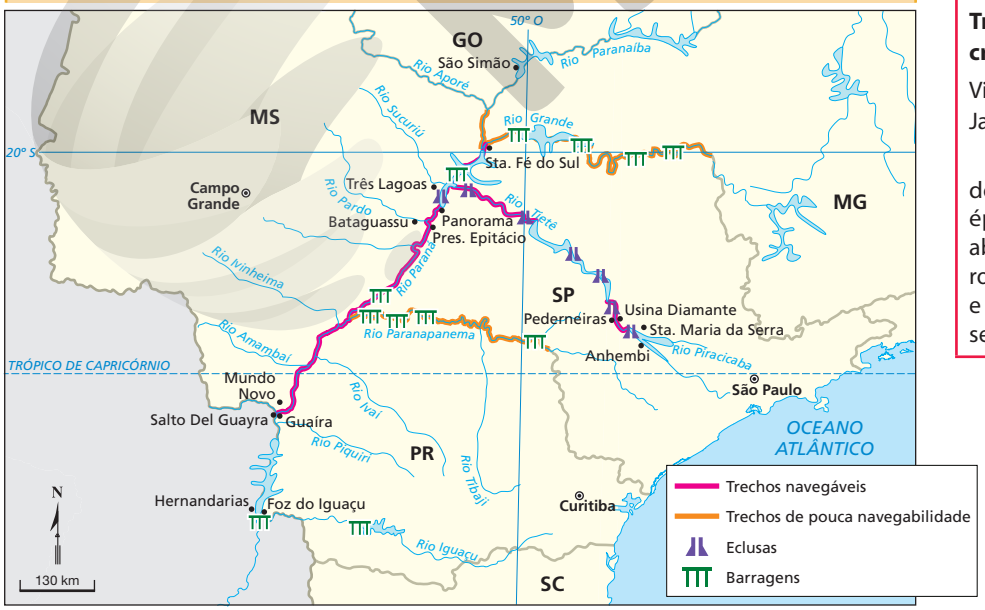
Com 2.400 km de extensão (1.250 km navegáveis, dos quais 450 km no Rio Tietê e 800 km no Rio Paraná), a hidrovia Tietê-Paraná facilita o escoamento de grãos, além de unir o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Situa-se nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, onde quase metade do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é gerado, e integra-se às ferrovias, rodovias e dutovias, formando um sistema multimodal de escoamento da produção agrícola para exportação.

Apesar dos investimentos para diversificação e modernização dos modais, para o transporte de cargas em 2018, o sistema rodoviário ainda representava 61,1% do transporte interior, seguido pelo ferroviário 20,7%, do aquaviário 13,6%, do dutoviário 4,2% e do aéreo com 0,4%.

Embora a maior parte das mercadorias seja transportada pelas rodovias, de modo geral, estas não apresentam pavimento em bom estado. Em 2018, a precariedade colocou o Brasil em 116ª posição, entre 138 países analisados pelo Fórum Econômico Mundial, no que se refere à qualidade da infraestrutura rodoviária.

FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Hidrovia Tietê-Paraná – 2015



Fonte: BRASIL. Ministério da Infraestrutura. Disponível em: <http://antigo.infraestrutura.gov.br/component/content/article/2-uncategorised/1445-bacia-do-tiete-e-parana.html>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Para ler

Transportes: história, crises e caminhos

Vicente de Britto Pereira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

Esse livro mostra um panorama dos transportes no Brasil desde a época colonial até os dias atuais, abordando o desenvolvimento ferroviário, rodoviário e aeroportuário e apresentando alternativas para o setor de transportes.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Evolução da malha rodoviária brasileira

Com a emergência da economia urbano-industrial, teve início no Brasil a implantação de uma rede rodoviária de dimensões nacionais. A **política de transportes**, iniciada na década de 1930, priorizou o modal rodoviário, que se consolidou com a chegada das multinacionais da indústria automobilística ao país, na década de 1950, e com a fundação da Petrobras.

O resultado dessa política foi a criação das extensas rodovias de integração nacional. As regiões Sul e Nordeste foram interligadas à Região Sudeste por meio da BR-116 e da BR-101. Nas décadas de 1950 e 1960, as capitais do Centro-Oeste e Brasília foram conectadas ao Sudeste. Em seguida, Brasília e Cuiabá tornaram-se os trampolins para a integração da Amazônia, com a BR-153 (Belém-Brasília) e a BR-364, que parte de Mato Grosso e abre caminho para Rondônia e Acre.

Além disso, foram modernizadas e expandidas as ligações viárias que servem aos principais eixos de circulação do Sudeste, a região mais industrializada. Essa modernização aconteceu nas rodovias paulistas, como os sistemas Anhanguera-Bandeirantes (entre São Paulo e Campinas), Anchieta-Imigrantes (entre São Paulo e a Baixada Santista) e Dutra-Ayrton Senna (entre São Paulo e o Vale do Paraíba).

A partir de 1990, com o programa de privatizações, muitas rodovias passaram a ser administradas por concessionárias privadas.

Segundo a Confederação Nacional dos Transportes, em 2018, o Brasil contava com 1,72 milhão de quilômetros de rodovias, das quais 12,4% (213.453 km) de estradas pavimentadas e 78,5% (1.507.509 km) de estradas não planejadas e pavimentadas. Nos últimos anos, a malha rodoviária ficou praticamente estagnada no que se refere à pavimentação de rodovias.

A falta de pavimentação nas rodovias impacta a segurança e o conforto de condutores e passageiros, contribui para o desgaste dos veículos e aumenta o tempo de viagem, uma vez que a velocidade tende a ser reduzida.

Quando comparada a países de grande extensão territorial, a densidade da rede rodoviária pavimentada do Brasil é pequena, perto de 25 km de rodovias pavimentadas para cada 1.000 km². Em termos de comparação, nos Estados Unidos são 438 km por 1.000 km² e na China, 360 km por 1.000 km², segundo a Confederação Nacional de Transporte, de acordo com dados publicados em 2018.

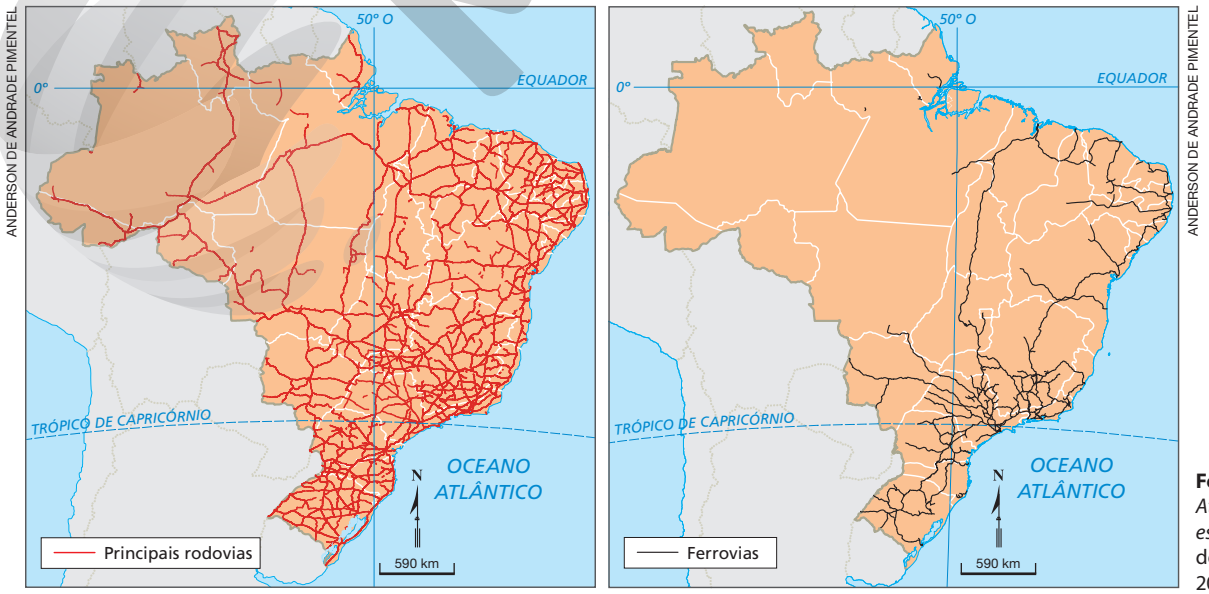
As regiões Nordeste e Sudeste do país concentram a maior parte da malha rodoviária, por onde escoa a produção agropecuária e industrial. Já a Região Norte possui a menor densidade rodoviária, que em sua maior parte não conta com pavimentação. Por isso, na época das chuvas, vários trechos dessas rodovias ficam praticamente intransitáveis.

A pavimentação das estradas na Região Norte causa muita controvérsia, pois comumente desencadeia áreas de ocupação, que podem se estender por áreas de preservação e terras indígenas.

RICARDO TELES/PULSAR IMAGENS

Trecho da BR-163 em que se vê, à direita, a Floresta Nacional de Tapajós e, à esquerda, áreas de plantação de soja, em Belterra (PA), 2019. Na Região Norte, a construção de rodovias em áreas ocupadas por vegetação nativa tem acarretado o aumento do desmatamento.

Brasil: rodovias e ferrovias – 2014



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

Fonte: IBGE. *Atlas geográfico escolar*. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 143.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Práticas espaciais em rede

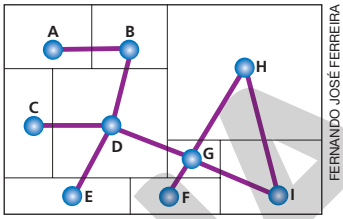
O desenvolvimento das redes digitais e das inovações das redes de transporte provocou significativas mudanças nas noções e nas práticas espaciais. Antes da difusão das novas tecnologias de comunicação, as ideias de distância e de proximidade eram estabelecidas pelos percursos entre localidades ou por laços de vizinhança.

As redes digitais favoreceram a rápida integração entre atividades realizadas em diferentes regiões do planeta. E, como vimos, as conexões entre os sistemas modais também diminuíram o tempo de circulação de pessoas e de mercadorias. Assim, as noções de distância passaram a ser interpretadas não somente pelos caminhos inscritos na superfície topográfica, mas também pela facilidade de acesso e pelo número de conexões entre pontos de uma rede.

O espaço mundial tornou-se cada vez mais conectado por diversos tipos de **redes geográficas** formadas por poderosos grupos empresariais, por organismos internacionais ou por movimentos sociais interessados em compartilhar e articular ações em diferentes países. Esquematicamente, uma rede geográfica é um sistema integrado de fluxo de mercadorias, pessoas ou informações constituído por pontos de acesso (diferentes lugares representados pelos pontos *A*, *B*, *C*, *D*, *E*, *F* etc.), arcos de transmissão (linhas) e nós de bifurcação (os lugares com maior número de conexões).

Numa rede, a importância dos lugares se define pelo grau de acesso que eles oferecem ao conjunto da rede. Por esse motivo, segundo o geógrafo francês Jacques Lévy, as redes geográficas podem ser consideradas um tipo de espaço que articula lugares descontínuos por meio de relacionamentos de ordem social, política e econômica. Nesse sentido, as redes geográficas dependem das ações humanas no espaço (práticas espaciais). As atividades do turismo e do crime organizado são exemplos de práticas espaciais em rede.

Representação esquemática de uma rede geográfica



FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Fonte: RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 205.

Nesse modelo teórico de rede, os pontos *D* e *G* são os lugares mais valorizados porque são os nós de bifurcação. Já os pontos *A*, *C*, *E* e *F* são a periferia da rede, por estarem conectados por apenas um arco de transmissão (linha).

Práticas do turismo internacional

O turismo está entre as atividades econômicas que mais cresceram desde o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse crescimento não só está relacionado aos grandes avanços técnicos nos sistemas de transporte, que tornaram as viagens ao mesmo tempo mais rápidas e mais baratas, mas também à Revolução da Informação, que estimula o desejo das pessoas de conhecer lugares diferentes.

Em 2017, cerca de 1,320 bilhão de turistas realizaram viagens internacionais; pouco mais da metade deles tinha como destino algum país da Europa, o principal polo turístico do mundo.

Torre Eiffel, um dos monumentos mais visitados pelos turistas que vão a Paris, França, 2019. A cidade está entre as cinco que mais recebem turistas no mundo.

ILOLAB/SHUTTERSTOCK

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

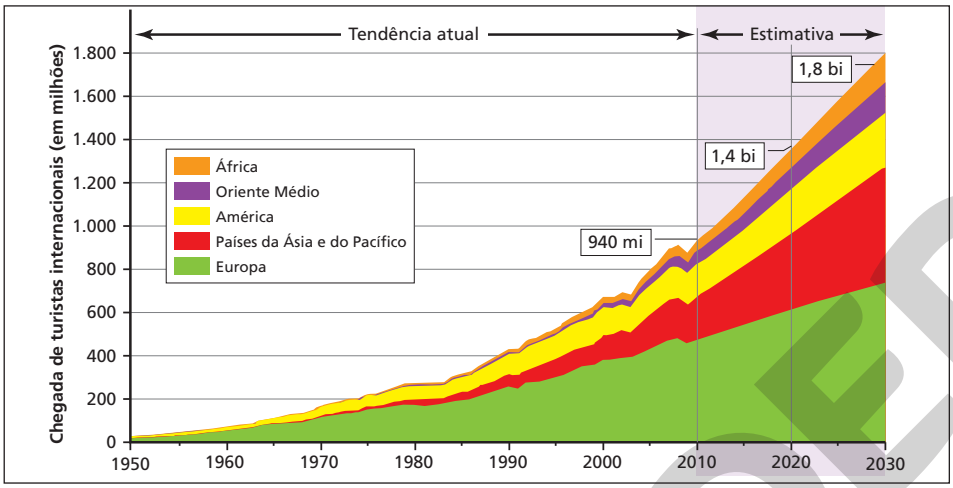
Crescimento do turismo

Em 2017, o turismo internacional representou 30% das exportações de serviço e 6,9% das exportações globais (considerando os gastos com alojamento, manutenção, transporte interno, lazer e compras como exportações do país de destino e como importações no país de residência do turista). Como categoria de exportação, o turismo gerou cerca de 1,5 bilhão de dólares em 2017, ocupando o terceiro lugar mundial, atrás apenas dos produtos químicos e dos combustíveis, de acordo com estimativas da Organização Mundial do Turismo (OMT).

Ainda de acordo com a OMT, deve ocorrer um crescimento significativo do fluxo do turismo internacional em direção a países da Ásia e do Pacífico nos próximos anos, dado o interesse crescente pela riqueza econômica, natural e cultural desses países.

FERNANDO JOSÉ FERREIRA

Turismo internacional por região – 1950-2030



O gráfico não considera os efeitos sobre o turismo da pandemia de covid-19, que causou o fechamento temporário de fronteiras e a suspensão de rotas aéreas em 2020.

Fonte: UNWTO. *Tourism highlights 2017*. Disponível em: <https://people.unica.it/carlamassidda/files/2017/06/UNWTO_Tourism-Highlights_2017.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Diferentes tipos de pacotes turísticos podem ser encontrados na internet e em propagandas de jornais e revistas, como ecoturismo, turismo rural e turismo de eventos. Também é comum a divulgação dos atrativos turísticos de diferentes lugares nas telenovelas e em outros programas televisivos.

O uso das redes de comunicação para divulgar os atrativos de diferentes lugares impulsionou a venda de pacotes turísticos, que se tornou um negócio altamente rentável para os agentes de turismo. Por sua vez, a disseminação de informações turísticas pelas redes digitais também favoreceu as iniciativas individuais.

Ecoturismo: atividade turística que proporciona o contato com o patrimônio natural, valorizando sua conservação e a formação de uma consciência ambiental, além de promover o bem-estar das comunidades locais.

Turismo de negócios

O **turismo de negócios** globalizado também vem gerando um movimento cada vez maior de pessoas interessadas em feiras, exposições e congressos de diversas áreas do comércio e dos serviços. Somente em 2017, o turismo de negócios fez circular quase 172 milhões de pessoas, representando 13% do turismo internacional naquele ano.

A China é um dos países asiáticos que mais investem em empreendimentos e infraestruturas voltados para o turismo de negócios. No início da década de 1980, o país ocupava a 25ª posição no *ranking* dos países mais visitados por turistas estrangeiros. Segundo a OMT, em 2017 a China já ocupava o quarto lugar, atrás apenas da França, da Espanha e dos Estados Unidos. Além disso, o turismo internacional de chineses pelo mundo também não para de crescer, alavancado pelo aumento do rendimento médio da população e pela valorização da moeda nacional: entre 2000 e 2013, o gasto turístico no país foi multiplicado por 10, tornando-se o maior do mundo, seguido pelos Estados Unidos e pela Alemanha. A China continuou a liderar o gasto turístico mundial em 2017.

Vista noturna dos arranha-céus e do porto de Vitória, em Hong Kong, China, 2017. Centro financeiro, sede de bancos e de empresas transnacionais, o local destaca-se como a principal cidade de turismo de negócios no mundo.

ARTAPARTMENT/SHUTTERSTOCK

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

As redes de ilegalidade

Diversas organizações criminosas já existiam antes de o mundo estar conectado em rede, realizando negócios ilícitos, como o tráfico de drogas, a comercialização ilegal de bebidas alcoólicas e até o tráfico de seres humanos.

Esses grupos criminosos, porém, tiraram proveito das novas tecnologias do mundo em rede para ampliar suas atividades ilícitas. O crime global se expandiu e, graças à capacidade de acumular riquezas, transformou-se em uma poderosa força política. Possibilitou também a comercialização de enorme quantidade de produtos antes inexistentes, como *softwares* piratas e produtos falsificados.

As organizações criminosas atuais não se limitam a apenas um ramo de atividade. Além de atuar em ramos há muito dominados pelo crime (tráfico de drogas e de pessoas, sequestros e cobrança de taxas de proteção), investem em negócios "limpos", especulando no mercado financeiro, construindo hotéis e centros de lazer, realizando empreendimentos no mundo da moda e da alta-costura, abrindo empresas de construção civil e financiando campanhas políticas em vários países.

O combate ao crime, por sua vez, tornou-se ainda mais difícil, uma vez que o dinheiro obtido de forma ilegal pode ser transferido com muita rapidez de um país para outro, e a rede de produção e de consumo de mercadorias ilícitas abrange praticamente o mundo todo.

Lavagem de dinheiro

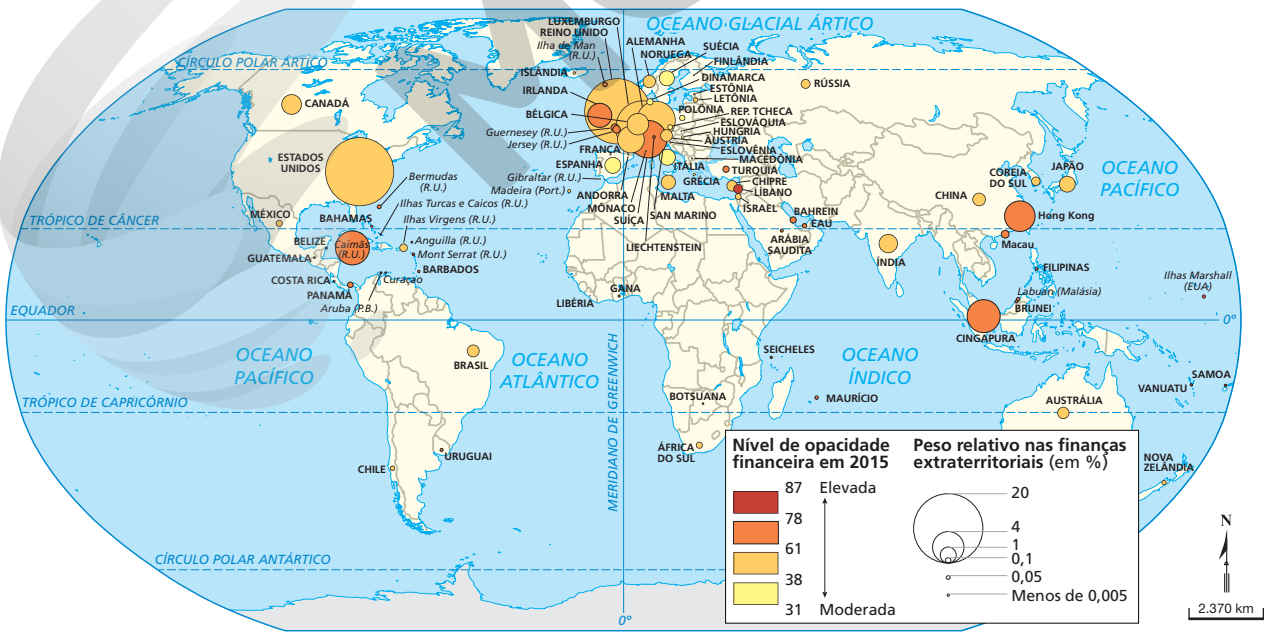
Movimentando volumes de dinheiro superiores ao PIB de muitos países, o crime organizado camufla a origem ilegal e a movimentação do dinheiro por meio de um processo conhecido como "lavagem de dinheiro": trata-se de tornar legal, portanto "limpo", o dinheiro "sujo" obtido pelo narcotráfico e por outras atividades criminosas.

Uma grande soma obtida ilicitamente é dividida em montantes menores e depositada em centenas de contas fantasmas (abertas com documentos falsos em nome de pessoas inexistentes) ou de "laranjas" (pessoas que voluntária ou involuntariamente têm suas contas utilizadas para a transferência de dinheiro sujo). Esse dinheiro é então transferido de diversas formas (ordens de pagamento, cheques de viagem, saques, cartões de crédito) para outras contas, até que se torne impossível rastrear sua origem ilegal.

O dinheiro, já devidamente "lavado", é depositado em países onde há sigilo bancário e grande isenção de impostos, o que favorece o investimento do dinheiro ilegal. É por isto que esses locais são chamados de paraísos fiscais: normalmente negam pedidos de informação de outros países e não se sujeitam às regras do mercado financeiro. Esse procedimento é conhecido como **opacidade financeira**.

As facilidades em lavar dinheiro deixam os recursos obtidos em negócios ilícitos disponíveis para investimentos em negócios legais da era das redes, concentrando-se em investimentos especulativos, como a compra de ações de empresas em bolsas de valores do mundo e o jogo com flutuações cambiais, tendo em vista que atuam articuladamente em diferentes países cujo valor do dólar varia diferenciadamente a cada dia. Assim, agentes dessas redes ilegais podem comprar dólar quando está em forte baixa em determinado país e imediatamente trocar esses dólares por moeda local de outra região do mundo, onde o dólar esteja mais valorizado.

Mundo: paraísos fiscais – 2015



Fonte: SCIENCES PO. *Atelier de cartographie*. Disponível em: <http://cartotheque.sciences-po.fr/media/Indice_dopacite_financiere_2015/2601>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

As cidades globais

Na sociedade em rede, algumas cidades funcionam como polos que estruturam a economia e a sociedade global. Elas coordenam e centralizam atividades terciárias (bancos, publicidade, consultorias etc.) e são promotoras da integração das economias nacionais com os mercados mundiais. Conhecidas como **cidades globais**, constituem espaços de administração e de planejamento da economia capitalista na globalização, exercendo uma função de destaque nas redes geográficas.

Vejamos algumas características dessas cidades:

- são polos financeiros, comerciais e de serviços. Por elas transita a maior parte do dinheiro que alimenta os mercados financeiros internacionais. Contam com investimentos em tecnologia de ponta;
- sediam grandes empresas transnacionais;
- têm profunda integração com a economia global, irradiam progressos tecnológicos e polarizam os fluxos das redes mundiais;
- integram-se às redes mundiais por um conjunto de atividades que caracterizam a fase econômica atual, como serviços especializados e alta tecnologia para a indústria e o comércio: escritórios, consultorias, publicidade, financiamentos, telecomunicações etc.

Segundo os pesquisadores britânicos da Rede de Pesquisa sobre Globalização e Cidades Mundiais, da Universidade de Loughborough, no Reino Unido, as cidades globais podem ser divididas em três categorias de acordo com o grau e a intensidade de suas conexões externas: alfa, beta e gama.

A maior parte das cidades globais de tipo **alfa** está situada nos países desenvolvidos da América do Norte, da Europa e da Ásia, ainda que em todos os continentes exista pelo menos uma cidade nessa categoria. Em 2018, eram consideradas cidades globais do tipo alfa os espaços que favoreciam amplas conexões externas; nelas se aglomeram empresas especializadas que prestam serviços para o mundo todo. Londres (Reino Unido) e Nova York (Estados Unidos) ocupam o topo dessa categoria, que inclui mais 45 cidades.

As cidades globais de tipo **beta**, em 2018, eram aquelas que conectavam seu país ou região aos fluxos da economia global, como Bangalore (Índia) e Rio de Janeiro (Brasil). Esse mesmo papel, em uma escala menor, era exercido pelas cidades globais de tipo **gama**, como Durban (África do Sul) e Guadalajara (México).

Apesar do aumento da **conectividade** entre países por meio das redes de informação digital, algumas tendências no uso do espaço urbano revelam a força e a permanência das noções de proximidade e de distância, isto é, as indústrias, as empresas de serviços e as instituições financeiras continuam a se aglomerar, uma vez que muitos negócios não podem prescindir do contato direto entre as pessoas. Os *shopping centers* e as ruas comerciais continuam a atrair consumidores que preferem manusear certos produtos antes de comprá-los. As salas de cinema ainda são frequentadas no mundo todo, mesmo com a televisão por assinatura e os serviços de filmes *on-line*. Os produtos ainda são, em sua maioria, divulgados por empresas nacionais de *marketing* e distribuídos pelas redes comerciais regionais e locais.

Assim, é importante considerar que, mesmo com a Revolução da Informação, a localização ainda interfere nas relações econômicas e sociais de produção e de consumo. As cidades globais, nesse contexto, são espaços seletivos que exercem um papel fundamental na nova economia mundial.

Multidão caminha e faz compras na Times Square, avenida localizada em Nova York, cidade global alfa com mais conexões e influência no mundo. Estados Unidos, 2019.

RAWF8/ALAMY/FOTOARENA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ATIVIDADES

Registre no caderno.

1. Considerando os conteúdos estudados no capítulo, explique a diferença entre os meios técnico e técnico-científico-informacional.

2. As redes digitais frequentemente servem de instrumento a serviço das grandes corporações e do capital financeiro, além de funcionarem como meio para a construção de relações de solidariedade e de integração entre as pessoas. Explique essa ideia com exemplos.

3. Em sua opinião, é correto afirmar que as redes nacionais de televisão monopolizam a produção de entretenimento e de informação no Brasil? Justifique sua resposta.

4. Leia o trecho de notícia abaixo e observe a fotografia a seguir. Então, elabore um breve texto refletindo sobre a influência das tecnologias de comunicação em iniciativas de mobilização social.

> "Há uma semana, uma mensagem que dizia que o Brasil ia parar a partir da última segunda-feira [21 maio 2018] em protesto contra a alta do combustível chegou a um grupo do aplicativo de mensagens [...] de 60 caminhoneiros da região de Embu das Artes, em São Paulo.
>
> Parte deles se sensibilizou com o chamado, cuja origem não era clara, e criou um outro grupo com o mesmo fim.
>
> Na sexta-feira [25 maio 2019], ele já reunia mais de 290 pessoas, se tornando a principal forma de comunicação dos caminhoneiros que protestavam na Rodovia Régis Bittencourt.
>
> O formato de mobilização se repetiu em outros estados, permitindo que a paralisação prosseguisse mesmo após o acordo anunciado pelo governo federal com parte das representações da classe [...]."
>
> *Folha de S.Paulo*, 27 maio 2018. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/whatsapp-organiza-e-desinforma-manifestantes-pelas-rodovias-do-pais.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2020.

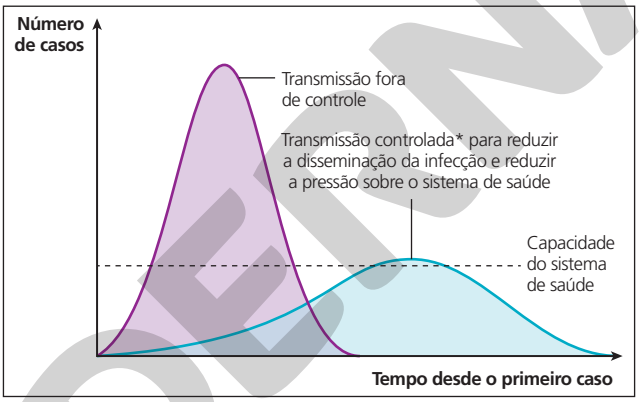
NELSON ALMEIDA/AFP

Caminhoneiros grevistas concentram-se em local estabelecido por meio de redes sociais, em São Paulo (SP), 2018.

5. Em 2020, o surgimento de um novo tipo de vírus causou a morte de milhares de pessoas. Iniciado na China, o surto da doença covid-19, que se espalhou rapidamente, demonstrou a intensidade da integração internacional e, em contrapartida, levou diversos países a fechar suas fronteiras como forma de conter a transmissão do novo coronavírus, agente causador da doença respiratória.

Com o objetivo de interromper o contágio e preparar os serviços de saúde, muitos Estados usaram modelos matemáticos para prever o número de contaminações. Observe o gráfico abaixo.

Modelo de simulação da transmissão de covid-19



ADILSON SECCO

* Com medidas como orientar a higiene adequada das mãos, adotar trabalho remoto, limitar eventos públicos e restringir viagens internacionais.

Fonte: KIM, E.; BERGSTROM, C. T. *Lower and delay the epidemic peak*. BBC News, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51850382>. Acesso em: 23 mar. 2020.

Com base nas informações acima e nos conhecimentos obtidos neste capítulo, elabore um texto comentando a importância das redes no mundo contemporâneo. Considere: a mobilidade de pessoas; o papel dos Estados no controle de fronteiras; e a manutenção de serviços de transporte, a comunicação e o abastecimento hídrico e energético na ocasião da pandemia de covid-19. Se necessário, realize uma pesquisa em busca de exemplos para fundamentar seus argumentos.

6. **Desafio**. A proposta da atividade é que você e seus colegas criem uma biblioteca compartilhada na escola. Cada aluno pode realizar uma campanha de doação, solicitando a familiares, amigos e vizinhos alguma contribuição para a formação de um acervo inicial.

Reunir muitas obras, porém, não será suficiente. Para que elas despertem interesse em seus colegas, é importante que a biblioteca seja acessível, organizada e tenha regras de uso. Confira as etapas a seguir, discuta com os colegas se elas devem ser adaptadas, considerando a realidade da escola, e com a orientação do professor organizem os grupos que serão responsáveis pelas etapas.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EXCLUSIVA MODERNA

I. Identifiquem as possíveis fontes de livros e revistas na comunidade (livrarias do bairro, vizinhos da escola, alunos, professores, familiares etc.) e estipulem uma data limite para a arrecadação. Cartazes e redes sociais da escola podem ser boas ferramentas para a campanha.

II. Determinem, com a direção da escola, um local protegido de umidade e de fácil acesso para a instalação da biblioteca.

III. Estabeleçam os critérios de classificação do acervo que pode dar origem a uma setorização por temas ou gêneros, por exemplo: revistas em quadrinhos, obras literárias de vestibulares, literatura brasileira, entre outros.

IV. Criem etiquetas personalizadas para cada grupo de obras. *Lettering*, colagem, desenhos e *tags* são recursos visuais interessantes para chamar a atenção dos frequentadores. Se o acervo estiver bem identificado, é muito provável que os próximos usuários o mantenham organizado.

V. Estabeleçam um conjunto de regras para o uso da biblioteca. No caso de um acervo compartilhado, mais importante que estabelecer um prazo de empréstimo é incentivar cada usuário a trazer novas obras de interesse geral. Em um cartaz, exponham as regras de uso em um fluxograma com o passo a passo de como utilizar o espaço. Ele deve ser simples e atrativo e também pode estar representado em um arquivo digital, disponível por código QR.

VI. Organizem um *blog* para divulgar o acervo. Cada livro ou revista pode ganhar um *post* com resenhas e comentários dos leitores. Isso também pode ser feito por escrito em uma ficha que acompanhe a primeira página de cada obra.

VII. Seguindo o passo a passo sugerido por vocês, as turmas ingressantes nos próximos anos poderão colaborar trazendo novas obras, reorganizando o acervo e criando categorias de classificação. Assim, a biblioteca continuará ativa!

Enem e vestibulares

7. (Enem-MEC)

Fonte: CIPRIANI, F. *Estratégia em mídias sociais*: como romper o paradoxo das redes sociais e tornar a concorrência irrelevante. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. (Adaptado.)

O consumidor do século XXI, chamado de novo consumidor social, tende a se comportar de modo diferente do consumidor tradicional. Pela associação das características apresentadas no diagrama, infere-se que esse novo consumidor sofre a influência da:

a) cultura do comércio eletrônico.
b) busca constante pelo menor preço.
c) divulgação de informações pelas empresas.
d) necessidade recorrente de consumo.
e) postura comum aos consumidores tradicionais.

8. (UFF-RJ) Leia o excerto a seguir.

O mundo como fábula, como perversidade e como possibilidade

"Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido. Haveria nisto um paradoxo pedindo uma explicação? De um lado, é abusivamente mencionado o extraordinário progresso das ciências e das técnicas, das quais um dos frutos são os novos materiais artificiais que autorizam a precisão e a intencionalidade. De outro lado, há, também, referência obrigatória à aceleração contemporânea e todas as vertigens que cria, a começar pela própria velocidade. Todos esses, porém, são dados de um mundo físico fabricado pelo homem, cuja utilização, aliás, permite que o mundo se torne esse mundo confuso e confusamente percebido.

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização."

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 17 e 18.

A ideia da "globalização como fábula", destacada no texto, torna-se ainda mais expressiva, se levarmos em conta certas definições de fábula apresentadas no dicionário: mitologia, lenda, narração de coisas imaginárias. Não resta dúvida de que se lida com a imagem de um mundo cada vez mais interconectado, mas de forma alguma "sem fronteiras". Essa imagem, difundida nos tempos atuais, encontra seu principal fundamento no aspecto:

a) político, com o triunfo de regimes democráticos em continentes inteiros.
b) socioeconômico, com a redução das desigualdades entre os povos da Terra.
c) sanitário, com o êxito alcançado na prevenção das pan-epidemias.
d) financeiro, com a intensa circulação de capitais em nível planetário.
e) cultural, com a crescente unificação das crenças religiosas no mundo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CAPÍTULO

5

Globalização e sociedade do século XXI: dilemas e perspectivas

O fenômeno da globalização afeta a vida da população em todo o mundo de forma variada. Neste capítulo, vamos tratar sobre os seus aspectos econômicos, culturais, políticos e sociais, bem como seus efeitos na realidade global e os impactos na sociedade brasileira. Somam-se a isso debates relacionados à cidadania, aos direitos humanos e a movimentos sociais na construção das sociedades democráticas contemporâneas, para que você possa refletir e se posicionar de maneira crítica sobre esses temas.

Globalização: uma abordagem interdisciplinar

O termo "global", geralmente, refere-se à nova dinâmica econômica e política do mundo capitalista após os anos 1970-1980, contrapondo-se ao termo "nacional". Esse debate surge com as políticas neoliberais inauguradas nos Estados Unidos e na Inglaterra, como controle de gastos do Estado (com redução de subsídios do Estado para políticas sociais), venda de empresas públicas (privatização), desarticulação das organizações sindicais e incentivo à concentração bancária e financeira, o que conferiu muito poder às agências multilaterais e outras instituições internacionais.

Em poucas palavras, muitos se referem à globalização como perda de poder do Estado nacional e do mercado interno, que abre espaço para trocas comerciais e financeiras internacionais e cede poder para diferentes instituições internacionais, ou seja, empresas, bancos e agências multinacionais.

Embora não haja consenso entre os estudiosos, a globalização pode ser compreendida como um fenômeno multidimensional – econômico, social, político e cultural – orientado por uma racionalidade capitalista e cujos protagonistas são as corporações transnacionais, as organizações internacionais e os países mais desenvolvidos, como Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Japão. O estudo da globalização vem sendo feito por meio da análise de relações de poder, da organização da produção e da apropriação de padrões culturais e ideológicos, entre outros aspectos, com base na articulação de conceitos utilizados para explicar a organização e as consequências do capitalismo.

MARTIN BERNETTI/AFP

Mulheres usando tapa-olhos participam de ato de repúdio à violência policial em Santiago, Chile. Foto de 2019. Nesse ano, manifestações organizadas por diversos setores da sociedade chilena contra o modelo econômico vigente no país foram violentamente reprimidas pela polícia. Nos protestos, mais de duzentas pessoas foram atingidas nos olhos por balas de borracha e outros artefatos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Caso julgue necessário, retome os estudos do item "Reformas econômicas: a fase do neoliberalismo" da página 65 (capítulo 3) sobre o Consenso de Washington e o neoliberalismo.

Globalização: o debate entre globalistas e céticos

Em razão de sua multiplicidade, há pelo menos duas grandes visões sobre o processo de globalização. A primeira privilegia seus avanços e benefícios; a segunda problematiza suas contradições e questiona suas realizações. Essas visões foram estudadas pelos cientistas sociais britânicos David Held e Anthony McGrew, que criaram duas categorias para defini-las: globalistas e céticos.

A perspectiva **globalista** identifica a globalização como um fenômeno positivo, que, ao permitir a circulação de mercadorias em nível global, com poucas barreiras ao fluxo de comércio e capitais, promove o desenvolvimento econômico e o aumento da riqueza pela via do livre mercado, beneficiando todas as pessoas e países. Essa visão otimista, estritamente vinculada ao Consenso de Washington, traz embutida um pensamento único que fixa a globalização como um processo natural e benéfico para a humanidade.

Assim, os globalistas dedicam-se a estudar elementos como os fluxos financeiros e comerciais, as redes tecnológicas e informacionais, o declínio do poder do Estado e sua relativa incapacidade de gerar bem-estar, além de aspectos como cosmopolitismo e multilateralismo. Entre os principais defensores do globalismo estão o ideólogo japonês Kenichi Ohmae, que afirma que o Estado é um "dinossauro esperando a morte", e o teórico canadense Marshall McLuhan, para quem as novas tecnologias e os contínuos avanços da ciência e da técnica aplicadas ao transporte e às diferentes formas de comunicação recriariam o mundo à imagem de uma "aldeia global".

Para os **céticos**, a globalização é, sobretudo, um discurso ideológico que visa enfraquecer o Estado e favorecer os interesses das grandes corporações e dos países desenvolvidos, que dominam as principais organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Esses países e suas empresas seriam, portanto, os principais beneficiários da política de redução do Estado e da liberalização dos fluxos econômicos e comerciais fixada pelo Consenso de Washington. Os céticos defendem a manutenção da capacidade reguladora do Estado como anteparo necessário ao poder das grandes corporações transnacionais, bem como ao domínio de Estados estrangeiros.

Para eles, as mudanças econômicas, financeiras e mesmo científico-tecnológicas das últimas décadas não alteraram a estrutura das relações internacionais, que continuaria dividida entre países desenvolvidos – sedes das principais corporações transnacionais – e países periféricos e semiperiféricos, que transferem riquezas para os mercados centrais. Entre os autores que defendem essa perspectiva estão o italiano Giovanni Arrighi e o brasileiro Teothônio dos Santos.

Para o sociólogo libanês Amin Maalouf, outro crítico do globalismo, o mundo atual precisa resolver os graves problemas produzidos nos últimos anos. A globalização foi conduzida principalmente pelo Ocidente (Europa e Estados Unidos) e está muito distante de atender aos ideais universalistas que ostenta como fundamento. Para integrar-se ao espaço defendido pelo discurso globalista, seria necessário organizar a coexistência, viabilizar o desenvolvimento sustentável e consolidar uma solidariedade global para evitar imposições neoimperialistas e a dissolução dos grupos identitários locais.

Cosmopolitismo: perspectiva segundo a qual os seres humanos devem eliminar as fronteiras geográficas e a própria divisão sociopolítica dos Estados nacionais, favorecendo a circulação universal de pessoas, valores e ideias, assim como de bens, produtos e serviços.

Multilateralismo: termo característico das Relações Internacionais que se refere à colaboração entre diferentes países e instituições para a solução de problemas diversos. O multilateralismo tende a limitar as inclinações belicistas e egoístas dos Estados, valorizando soluções negociadas em torno de organizações internacionais como as Nações Unidas.

Neoimperialismo: expressa as políticas contemporâneas de dominação sociopolítica, cultural, científico-tecnológica e econômica de uma nação sobre outras. O aspecto sociopolítico e cultural é aqui destacado, em oposição à lógica predominantemente territorial e econômica que marcou as velhas políticas imperialistas que vigoraram na América Latina, na África e na Ásia entre os séculos XIX e XX.

Para saber mais sobre esse debate, ver: HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

Para assistir

The corporation (A corporação)

Direção: Mark Achbar e Jennifer Abbott. Canadá, 2003. 145 min.

O documentário une vídeos institucionais, imagens documentais e entrevistas de personalidades como Noam Chomsky, Milton Friedman e Sir Mark Moody-Stuart, além de artistas, jornalistas e executivos, para investigar a atuação das grandes corporações transnacionais no mundo contemporâneo.

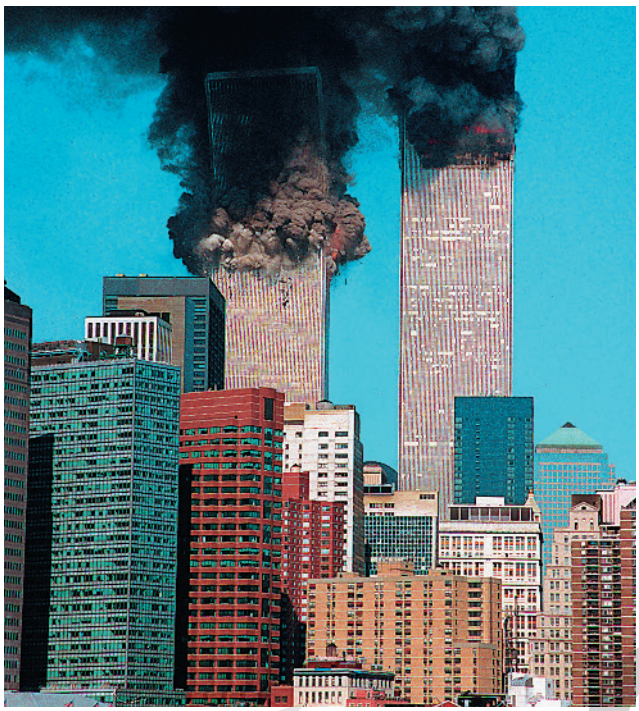
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Globalização e identidades socioculturais

Nos anos 1990, o cientista político estadunidense Samuel Huntington desenvolveu a tese do "choque de civilizações". Para o autor, as identidades culturais e religiosas serão as principais fontes de conflito no mundo contemporâneo. Na contramão daqueles que pensam que o fim da Guerra Fria abriria uma época de paz, para Huntington os grandes conflitos do século XXI não terão lugar entre as classes sociais, mas, sim, entre os povos com diferentes identidades culturais e religiosas.

JIM COLLINS/AP PHOTO/GLOW IMAGES



Edifícios do complexo empresarial do World Trade Center, em Nova York, em chamas após serem atingidos por dois aviões durante os atentados de 11 de setembro. Foto de 2001. O episódio levou um Estado nacional (os Estados Unidos) a declarar guerra a um grupo transnacional (o grupo terrorista Al-Qaeda), inserindo o tema da segurança no debate sobre a globalização. Para muitos, esse episódio confirmou a tese de Huntington de que os conflitos culturais e religiosos serão os mais relevantes do século XXI.

A perspectiva defendida por Huntington recebeu inúmeras críticas, pois é certo que nem todos veem as identidades étnicas, nacionais ou religiosas como elementos nocivos ou belicistas. Duas das posturas que contradizem suas ideias foram construídas pelo antropólogo argentino Néstor García Canclini e pelo geógrafo brasileiro Milton Santos.

Para García Canclini, a globalização pode ser definida como um "objeto cultural não identificado", uma vez que não há consenso sobre quando teria começado, nem quanto à definição de seu conceito. O autor, radicado no México, situa o início da globalização na segunda metade do século XX, compreendendo que ela resulta de dois processos anteriores: a internacionalização e a transnacionalização. Para ele, as Grandes Navegações e a abertura comercial da Europa para o mundo constituíram a internacionalização, que abriu caminho para a transnacionalização, resultante da criação de empresas independentes dos Estados de origem, posto que atuavam no cenário internacional.

García Canclini afirma que os novos fluxos comunicacionais, possibilitados pelas tecnologias da informação, forjaram a construção de produtos simbólicos globais – cujos exemplos seriam as telenovelas mexicanas e brasileiras, muito populares em diferentes partes do mundo, além dos filmes de Hollywood – e de novas percepções da relação espaço-tempo, que caracteriza o atual momento globalizado, marcado pela fragmentação e pela coexistência de múltiplas narrativas. Para ele, a globalização não apenas homogeneíza, mas também fragmenta, desagrega e cria desigualdades, reconfigurando as relações entre cultura, consumo e cidadania de modo nem sempre benéfico.

De acordo com o autor, pode existir outro lado desse processo de globalização, não tão homogeneizador, mas que também se adapta e resiste. Para ele, o acesso a outras expressões civilizacionais pode tanto promover a incorporação de novas referências culturais quanto afirmar a identidade local daquilo que se apresenta como o padrão global, o que poderia ter um caráter essencialmente positivo.

CARLOS RUAS

Um sábado qualquer, tirinha de Carlos Ruas, 2009. García Canclini aponta para a criação e a circulação de produtos com simbolismos globais.

Análise de imagem

Que elementos permitem identificar que, na visão do cartunista, a globalização apresenta forte dimensão econômica e comercial?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PROIBIDA

Por uma outra globalização

Também reagindo à lógica belicista de Huntington, bem como ao sectarismo do pensamento único, Milton Santos partiu de evidências sociológicas sobre a distribuição da riqueza e do poder para explicar as desigualdades sociais nos planos internacional e local. Para o geógrafo, a velocidade com que as notícias circulam no mundo nem sempre se traduz em informação efetiva para as populações, e a ampliação dos meios técnicos para a realização de viagens pelo mundo pode ser usufruída sobretudo por aqueles que possuem dinheiro, sendo certo que o mercado global tem crescentemente demarcado as diferenças regionais e promovido o consumismo. Desinformação, pobreza, desemprego, incapacidade de exercer a cidadania, disputas étnicas e movimentos separatistas são fenômenos ainda comuns no planeta e revelam a fragilidade da visão globalista.

A crítica ao globalismo proposta por Milton Santos foi acompanhada de uma reflexão acerca de uma "outra globalização", uma vez que as bases técnicas que favorecem os aspectos negativos do capitalismo internacional podem também promover uma globalização mais humana. O autor reconhece que o desenvolvimento científico e tecnológico não conduz necessariamente a efeitos perversos, evidenciados por desigualdades e violações dos direitos humanos. Para o autor, é possível reconhecer os potenciais democráticos e libertários que um uso alternativo da capacidade tecnológica e cultural da humanidade pode proporcionar. Veja como:

a) A inter-relação crescente de povos, culturas e costumes promove outra combinação de filosofias e pensamentos, podendo afastar a exclusividade do racionalismo europeu na construção das "verdades" do mundo.

b) A concentração de pessoas em cidades e metrópoles intensifica essas trocas e a produção de ideias e de ações novas, segundo o que se denomina sociodiversidade.

c) A emergência da cultura popular, que se apropria dos meios da cultura de massa e imprime valor estético e cultural a um espaço antes ocupado pela lógica do mercado, pode abrir espaço para uma nova globalização.

Esses fenômenos poderiam promover a sobrevivência e o revigoramento das identidades culturais e das relações locais, abrindo a possibilidade do uso dos avanços tecnológicos em prol da humanidade.

Sociodiversidade: convivência das diferenças em uma sociedade com múltiplas formas de cultura e aberta a todos.

Você pesquisador

Atualmente, inúmeros estudiosos têm analisado a globalização e suas consequências para o desenvolvimento econômico e social. Para saber sobre o estágio e a abordagem desses estudos, você fará uma **revisão bibliográfica**, isto é, o levantamento sistemático e a seleção de conhecimentos produzidos sobre o tema. Para isso, forme um grupo com três colegas e desenvolvam os passos a seguir.

- Elejam um tema de pesquisa respondendo à pergunta: "O que o grupo quer saber sobre globalização?". Vocês podem querer saber, por exemplo, sobre a relação entre cultura e globalização ou os impactos da globalização sobre o meio ambiente, entre outros. Estabeleçam uma lista de palavras-chaves, ou descritores, indo do geral ao específico (por exemplo: "globalização", "impactos da globalização", "globalização e meio ambiente"), e então procedam à pesquisa em bases de dados que disponibilizam artigos, teses e dissertações, como o Scielo, o Google Acadêmico etc. Façam uma pesquisa variada e ampla de conteúdos que se relacionem com o tema, lembrando que as referências bibliográficas encontradas devem ser recentes (se houver apenas artigos relativamente antigos, eles deverão ser considerados). Selecionem, então, os trabalhos que se referem ao tema de pesquisa.
- Para cada referência bibliográfica escolhida, identifiquem o problema de que trata, a solução que propõe e os resultados obtidos. Essas informações estão resumidas no *Abstract* de cada artigo. Recomenda-se, então, escrever um resumo para cada artigo, relacionando-o com mais precisão ao tema pesquisado, incluindo uma parte crítica. A leitura aprofundada é usada para identificar conceitos básicos, definições, consensos e padrões que serão unificados na última etapa.
- Retomem os principais elementos da síntese bibliográfica, destacando as convergências e as divergências que aparecem na literatura, indicando também a autoria dos artigos selecionados. A preparação de uma boa revisão bibliográfica requer a capacidade não apenas de selecionar os trabalhos mais relevantes para o tema em questão, mas também de entender esse trabalho e analisá-lo, formulando críticas construtivas (vantagens, desvantagens, obstáculos científicos e tecnológicos), para o desenvolvimento de novos caminhos de pesquisa.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Pequeno balanço sobre a globalização: o que dizem os diferentes atores?

Como vimos, o debate sobre a globalização reflete diferentes realidades que, em linhas gerais, se posicionam contra ou a favor desse fenômeno. Duas dessas expressões, uma favorável, o Fórum Econômico Mundial, e outra contrária, o Fórum Social Mundial, são apresentadas a seguir.

FABRICE COFFRINI/AFP

Reunião do Fórum Econômico Mundial realizada em 23 de janeiro de 2018 em Davos, Suíça. Nesse ano, pela primeira vez uma reunião do FEM foi inteiramente dirigida por mulheres, como a secretária-geral da Confederação Sindical Internacional, Sharan Burrow, a diretora-geral do FMI, Christine Lagarde, e a primeira-ministra da Noruega, Erna Solberg.

Injustiça ambiental: termo para designar o fato de as populações mais carentes terem sido as mais afetadas pelos efeitos nocivos dos impactos ambientais provocados pelo atual modelo de desenvolvimento econômico.

- **Fórum Econômico Mundial**

O Fórum Econômico Mundial (FEM) foi fundado em 1971 e é hoje realizado anualmente em Davos, na Suíça. Ele reúne representantes das instituições empresariais mais poderosas do mundo, líderes políticos dos países mais desenvolvidos, intelectuais e jornalistas selecionados para discutir as questões mais urgentes da agenda global, como política, economia, imigração e meio ambiente. Oficialmente, a missão do fórum é o compromisso com a melhoria do estado do mundo. Segundo Bill Gates, fundador de uma das maiores empresas de *softwares* do mundo, em palestra proferida na reunião de 2008, trata-se de praticar o "capitalismo criativo", definido como "a forma de capitalismo que funciona tanto para gerar lucro como para resolver injustiças no mundo, usando as forças do mercado para suprir melhor as necessidades dos pobres".

O fórum é financiado por cerca de mil empresas-membros, e a participação na reunião ocorre por meio de convite. Em 2019, participaram do encontro mais de 3 mil pessoas, entre representantes das maiores empresas multinacionais, delegados de organizações internacionais, intelectuais e chefes de Estado e de governo.

Cartaz de divulgação do XIX Fórum Social Mundial realizado no Rio de Janeiro (RJ), em 2019.

REPRODUÇÃO

- **Fórum Social Mundial**

Em contraposição ao FEM, existe o Fórum Social Mundial (FSM), cujo primeiro encontro foi realizado em 2001, em Porto Alegre. Nele, representantes de organizações e movimentos sociais de diversos países defenderam uma nova globalização, ou seja, um modelo alternativo de organização econômica, política e social, por meio da compreensão do esgotamento do modelo neoliberal. Desde então, o evento tem ocorrido anualmente ou a cada dois anos em diferentes lugares do mundo.

Nas edições ocorridas até hoje, o público foi superior a 1 milhão de participantes. Em 2005, o FSM lançou, como alternativa ao Consenso de Washington, o **Consenso de Porto Alegre**, um manifesto com propostas de medidas para uma globalização que ofereça autonomia às pessoas e aos povos, com justiça e democracia.

O FSM tem ampliado a discussão de temas como as desigualdades e a violência sofrida pelas mulheres e pela população negra, conflitos envolvendo povos indígenas, racismo, intolerância, homofobia e injustiça ambiental. Em 2019, o 19º Fórum Mundial Temático, que ocorreu em Porto Alegre, abrigou três importantes encontros desse tipo: o 4º Fórum Social Mundial da População Idosa, o 3º Fórum Social Mundial das Pessoas com Deficiência e o 1º Fórum Social Mundial das Diversidades.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Integração regional e formação de blocos econômicos

A **integração regional** é um processo diretamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo globalizado. Desde meados do século XX, a integração entre países em graus variados resultou na formação de **blocos econômicos**, fazendo com que o diálogo econômico implicasse também integração política.

A formação desses blocos é uma importante modalidade de organização do sistema internacional. Um bloco econômico é um acordo entre governantes de países, geralmente com alguma proximidade geográfica, que busca diminuir impostos nas transações comerciais entre os países-membros e impulsionar a economia de todos.

Do ponto de vista político e jurídico, a integração em blocos econômicos é um ato soberano do Estado. No entanto, a união de países com pesos econômicos diferentes, que passam a assumir posições e compromissos comuns, pode conduzir a um certo grau de perda de soberania ou, pelo menos, de autonomia de alguns deles.

Alguns analistas destacam que as políticas de redução de barreiras comerciais entre países seriam etapas prévias para um mundo verdadeiramente globalizado. Outros afirmam o contrário, ou seja, que políticas de integração são reações dos países aos efeitos nocivos da globalização.

Os blocos econômicos podem ser classificados em zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum e união econômica e monetária. Entre os principais blocos de países com objetivo de integração econômica e social, podem ser citados: a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (Apec) desde 1989, a União Europeia (UE) desde 1993, o Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca) desde 1994 e o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) desde 1988, entre outros.

Destaca-se nesse contexto o **Mercado Comum do Sul** (**Mercosul**) como zona de livre comércio e integração entre países da América do Sul, criado em 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, aderido por outros países posteriormente. Dos pactos integracionistas que contam com a presença do Brasil, esse é o mais importante e um dos eixos que marcam a política externa brasileira.

Uma atividade paralela que marcou a história do Mercosul desde 2006 foi a realização de encontros de movimentos sociais na chamada "Cúpula Social do Mercosul". Com participação de representantes de movimentos de mulheres, negros, camponeses e indígenas, a Cúpula Social aponta para a necessidade de inclusão de grupos minoritários nos debates do bloco.

Outro ponto importante é a formação do Parlamento Juvenil do Mercosul (PJM), uma iniciativa do Setor Educacional do Mercosul (SEM) que propõe encontros e diálogos a fim de incentivar o protagonismo de jovens (estudantes de nível médio público dos países-membros e associados do bloco) na geração de propostas sobre temáticas de interesse comum.

Além do Mercosul, o Brasil também faz parte da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), organização intergovernamental criada em 2008 por doze Estados da América do Sul, e do Foro para o Progresso da América do Sul (Prosoul), formado em 2019 por oito países do continente.

Os processos de integração regional com base em blocos motivam a crença de que a relação econômica facilitada entre países de uma mesma região possibilita o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida, mas nem sempre isso foi ou é possível. Muitas vezes, a integração regional contempla economias distintas, e países com menor grau de desenvolvimento industrial e tecnológico tendem a perder espaço na concorrência comercial, prejudicando as finanças de suas empresas e a vida dos cidadãos, particularmente em populações mais vulneráveis.

KYODO/AP PHOTO/GLOW IMAGES

Plenária do bloco Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec – Asia-Pacific Economic Cooperation), em Port Moresby, Papua Nova-Guiné, em 2018. Formada por 21 países-membros localizados no Círculo do Pacífico, a Apec é um exemplo de bloco econômico que abrange países de continentes diferentes e apresenta os maiores volumes de negócios do planeta.

Para navegar

Parlamento Juvenil Mercosur

Disponível em: <http://parlamentojuvenil.educ.ar/?page_id=173>. Acesso em: 16 mar. 2020.

O *site* apresenta propostas para o projeto "O Ensino Médio que queremos". Contém material desenvolvido exclusivamente pelo Instituto Internacional de Planejamento da Educação (Iipe), da Unesco, para professores e alunos, que serve de estímulo a debates sobre temas como inclusão, gênero, trabalho e direitos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Integração: redistribuição de poder

A formação de blocos regionais e a dissolução de fronteiras no processo de globalização podem ser mais bem compreendidas mediante o debate sobre integração. Hoje, a integração e a globalização transformam as relações entre países. Enquanto a primeira "junta", a segunda "separa". O processo de integração regional surgiu para agregar o poder dos agentes internacionais de determinada área geográfica em torno de interesses comuns e distribuir o poder entre os diferentes Estados soberanos.

Uma das consequências dessa redistribuição de poder são as mudanças que a nova configuração traz para a compreensão dos direitos. O Estado nacional, na modernidade, define os direitos dos seus cidadãos, que, numa primeira abordagem, estão reduzidos às fronteiras nacionais. Porém, com os processos de integração regional, os direitos passam a ser pensados de duas formas principais: no âmbito do Estado e no âmbito internacional. A maior expressão da segunda forma ficou consolidada como direitos humanos.

Somada aos conflitos políticos, a competição econômica também exibe uma faceta negativa. O consumo, e não a cidadania, torna-se medida de inclusão social. A competição mediada pelo mercado e pela indústria cultural elimina mecanismos de proteção social, o que pode ter consequências como fome, pobreza, doenças e educação de baixa qualidade.

Nessa perspectiva, a integração é um processo em que os Estados se reúnem, motivados por interesses, para se defender de uma ameaça comum. As decisões são tomadas de acordo com a soberania de cada país. Esse procedimento pode ser chamado de **intergovernamentalismo**: os Estados governam com base em princípios definidos entre si, em uma esfera supranacional que não desautoriza nem contraria os princípios nacionais de nenhum deles. Assim, o regionalismo pode ser interpretado como sinônimo de integração.

Um exemplo recente foi a política de controle de fronteira adotada pelo presidente estadunidense Donald Trump, que chocou o mundo em 2018 por ter levado ao encarceramento crianças imigrantes no estado do Texas. Situações como essa revelam a realidade perversa da globalização, diferente do mito da cidadania global e do mundo sem fronteiras.

Os limites à entrada de imigrantes e as concomitantes políticas restritivas não são a única forma de segregação espacial existente hoje. Mesmo em grandes centros urbanos, ou do ponto de vista do deslocamento campo-cidade, persistem velhas formas de segregação, enquanto outras são criadas. O alto custo do transporte, por exemplo, é um elemento que pode excluir muitas pessoas dos benefícios que os novos meios de mobilidade oferecem.

JOHN MOORE/GETTY IMAGES

Criança imigrante detida em prisão no Texas, na fronteira dos Estados Unidos com o México. Foto de 2014. As medidas anti-imigratórias adotadas pelo governo de Donald Trump recolocaram em pauta a questão dos direitos humanos, particularmente das crianças.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Novos desafios para o desenvolvimento: deslocamento no espaço global e direitos humanos

Embora os processos de integração regional procurem diminuir barreiras comerciais ou culturais em sua área de influência, as fronteiras ainda são muito fortes quando se trata de imigrantes, especialmente aqueles oriundos de países da África, da Ásia ou da América Latina. No entanto, elas parecem livres quando se trata de circulação de mercadorias.

Para o sociólogo polonês Zygmunt Bauman, a mobilidade é uma das novas formas de distinção social. O mundo estaria se tornando, já faz algumas décadas, cada vez mais polarizado e, ao mesmo tempo, economicamente integrado.

De acordo com Bauman, a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado pelas "pessoas que investem" – aquelas que têm o capital necessário para o investimento. Não é difícil perceber que um grande empresário tem mais e melhores meios de mobilidade que seu empregado. Mas o que o sociólogo aponta é que essa possibilidade de deslocamento tornou-se um elemento fundamental para distinguir as classes sociais em âmbito global, não só pelos meios com os quais se movimentam, mas também, ou principalmente, pelas restrições e segregações espaciais que isso acarreta.

O debate sobre os refugiados, por exemplo, ganha enorme importância quando são abordadas as questões referentes aos direitos humanos. Um exemplo foi a criação, em 1950, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), órgão subordinado à ONU, cujo objetivo é proteger e auxiliar as vítimas de perseguição, de violência e de intolerância no mundo. Hoje, pode ser considerada uma das principais agências humanitárias do mundo.

Considerando as várias formas de deslocamento no mundo, muitos estudos sobre globalização apresentam dados e análises sobre os fluxos migratórios. Em geral, eles indicam um movimento "periferia-centro", o que deixa claro que ainda há um "centro" no capitalismo global, para onde muitos vão em busca de melhores salários: Europa, Estados Unidos e Japão. Uma das características da última década, no entanto, vem sendo a migração entre os países do hemisfério sul, sobretudo de pessoas em direção aos países em desenvolvimento que vêm mantendo um dinamismo econômico capaz de atrair mão de obra (como China e Brasil).

O deslocamento forçado no mundo, como o dos milhares de refugiados da Síria durante a guerra civil, coloca em xeque a autonomia de os países europeus escolherem entre recebê-los ou não. O resultado disso são medidas restritivas para a entrada de imigrantes nos países desenvolvidos, sobretudo em relação aos refugiados de guerras.

Segundo o relatório *Tendências Globais*, publicado em 2019 pelo Acnur, o número de deslocamentos forçados no mundo foi recorde em 2018, atingindo 70,8 milhões de pessoas.

Na América Latina, o relatório chama a atenção para os cerca de 3,4 milhões de venezuelanos deslocados, incluindo refugiados e imigrantes. Como resultado da crise nesse país, por exemplo, 190.500 venezuelanos enviaram pedido de asilo para o Peru, que se tornou, nesse ano, o segundo maior destinatário mundial de solicitações desse tipo. Ainda de acordo com o Acnur, em 2018, o México recebeu 29.600 pedidos de asilo, e o Brasil registrou, apenas de venezuelanos, 61.600 (em 2017 foram 17.900 registros). Além dos fluxos migratórios na América Latina, registra-se no mundo uma série de migrações por motivos econômicos, o que leva a deslocamentos maciços, sobretudo de jovens em idade economicamente ativa.

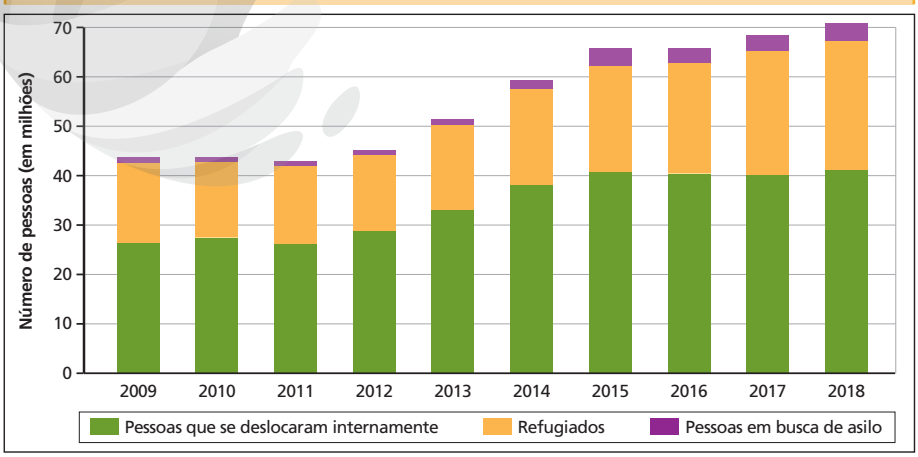
Trocando ideias

Entre 2010 e 2018, segundo dados do *Relatório anual do Observatório das Migrações Internacionais*, o Brasil foi o destino de 744,2 mil imigrantes, em sua maioria haitianos, venezuelanos e colombianos. Os motivos que levam à mobilidade humana são variados e podem estar associados a fatores econômicos, políticos e ambientais.

- Os imigrantes são bem-vindos ao Brasil ou a noção da hospitalidade brasileira é um mito?

ADILSON SECCO

Mundo: deslocamentos forçados – 2009-2018



Fonte: ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). *Tendencias globales*: desplazamiento forzado en 2018. Genebra: Acnur, 2019. p. 5. Disponível em: <https://acnur.org/5d09c37c4#_ga=2.156861181.734201657.1581963312-814272302.1572360415>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Análise de dados

O que mostra o gráfico?

Sobre esses estudos, pode-se consultar PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. *Migrações internacionais, globalização e blocos de integração econômica*: Brasil no Mercosul. Disponível em: <http://www.alapop.org/alap/images/PDF/ALAP2004_244.pdf>; e MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul.-set. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001>. Acessos em: 16 mar. 2020.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Cidadania e direitos humanos

Uma sociedade será mais democrática à medida que os direitos de cidadania se ampliarem para uma quantidade maior de indivíduos. Nesse sentido, qual é o critério utilizado para definir o grau de expansão da cidadania em uma sociedade?

Cidadania

Com base na trajetória histórica inglesa, o sociólogo Thomas H. Marshall estabeleceu uma divisão dos direitos de cidadania em três estágios.

O primeiro estágio é o da conquista de **direitos civis**, expressos na garantia das liberdades individuais, como a possibilidade de pensar e de se expressar, a garantia de ir e vir e o acesso à propriedade privada. A conquista desses direitos, influenciada pelas ideias iluministas, resultou da luta contra o absolutismo monárquico. Esse processo teve como resultado o advento da isonomia, ou seja, da igualdade jurídica entre as pessoas.

MAURO AKIN NASSOR/FOTOARENA

Imagem da 40ª Marcha da Consciência Negra realizada em Salvador (BA). Foto de 2019. O direito de ser tratado com igualdade é um exemplo de direito civil; o direito de organização e de manifestação política são exemplos de direitos políticos.

O segundo estágio refere-se aos **direitos políticos**, entendidos como a possibilidade de participação da sociedade civil nas diversas relações de poder presentes em uma sociedade, em especial a de escolher representantes ou a de se candidatar. A luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho levou-os a utilizar mecanismos propiciados pela democracia – por exemplo, a organização de partidos e sindicatos.

Por fim, o terceiro estágio corresponde aos **direitos sociais**, essenciais para a construção de uma vida digna, tendo por base padrões de bem-estar socialmente estabelecidos, como educação, saúde, lazer e moradia. Para conquistar esses direitos, os cidadãos lutam por melhorias no sistema educacional e de saúde pública, pela criação de áreas de lazer, pela seguridade social etc.

Por ter como referência a trajetória histórica inglesa, a tipologia cronológica construída por Marshall recebeu críticas ao ser aplicada como modelo universal, sendo questionada a possibilidade de transpor o modelo inglês para a análise da realidade de outros países.

KEVIN DAVID/A7 PRESS/FOLHAPRESS

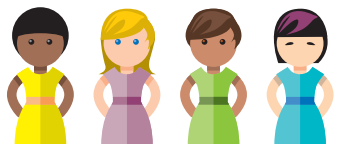
Manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) em São Paulo (SP). Foto de 2019. A moradia é um direito social, que, no entanto, não é garantido para grande parte da população.

Ao longo desse percurso, muitas constituições, como a estadunidense (1787) e a francesa (1791), proclamaram o respeito aos direitos individuais e coletivos, o que hoje é incorporado pelas constituições de diversos países. Outros documentos foram formulados com o mesmo objetivo, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

E o que define hoje um cidadão? De acordo com Thomas H. Marshall, **cidadão** é aquele que exerce seus direitos civis, políticos e sociais de maneira efetiva. O que se percebe é que o conceito de cidadania está em permanente construção, pois a humanidade se encontra sempre em luta por mais direitos, maior liberdade e melhores garantias individuais e coletivas.

A ideia de direitos tem como contrapartida a de deveres, uma vez que os direitos de um indivíduo são condicionados ao cumprimento de seus deveres. O Estado, por sua vez, tem o dever de garantir os direitos humanos, protegendo os cidadãos contra violações até mesmo por parte do próprio Estado. Diversos grupos sociais têm seus direitos violados constantemente, como no caso das mulheres, que muitas vezes têm seus direitos ignorados ou minimizados pela sociedade e pelo Estado.

Brasil: mulheres vítimas de agressão – 2019



536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2018 (4,7 milhões de mulheres)

27,4% (16 milhões de mulheres) das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência em 2018

ADILSON SECCO

Fonte: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. *Visível e invisível*: a vitimização de mulheres no Brasil. 2. ed. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Infogra%CC%81fico-vis%C3%ADvel-e-invis%C3%ADvel-2.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

A violência contra a mulher é um exemplo de violação dos direitos e de negação da cidadania.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

Direitos humanos

A ideia de direitos humanos como algo extensivo a todos os indivíduos surgiu após a Segunda Guerra Mundial diante das barbaridades ocorridas durante esse conflito. Em 10 de dezembro de 1948, a ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Dudh), com o objetivo de proporcionar o diálogo e impedir conflitos entre os países e grupos sociais por questões políticas, econômicas ou culturais. A declaração teve como base os direitos essenciais à vida e à liberdade e o reconhecimento da pluralidade como meio de combater ações discriminatórias.

Uma série de tratados internacionais e de outros instrumentos adotados desde 1945 expandiu o alcance do direito internacional sobre os direitos humanos. Eles incluem a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outras.

Os direitos humanos são valores que visam ao respeito mútuo em detrimento dos privilégios restritos a determinados grupos, por isso não devem ser pensados como benefícios particulares ou privilégios. Uma das características básicas dos direitos humanos é o fato de estabelecerem que a injustiça e a desigualdade são intoleráveis.

É preciso perceber que os indivíduos não são apenas beneficiários no processo histórico de afirmação dos direitos humanos, mas também autores responsáveis pela construção e pela reivindicação da expansão e da garantia deles.

As lutas por igualdade e liberdade ampliaram os direitos políticos e abriram espaços de reivindicação para a criação dos direitos sociais e os das chamadas "minorias" – mulheres, idosos, negros, homossexuais, jovens, crianças, indígenas – e do direito à segurança planetária, simbolizado pelas lutas ecológicas e contra as armas nucleares. Já as lutas populares por participação política ampliaram os direitos civis: direito de opor-se à tirania, à censura, à tortura; de fiscalizar o Estado por meio de associações, sindicatos ou partidos políticos; e de informação sobre as decisões governamentais.

A divisão entre direitos civis, políticos e sociais não deve, contudo, nos levar a considerar secundária uma característica intrínseca aos direitos humanos: sua indivisibilidade. Isso equivale a dizer que os direitos não podem ser exercidos de maneira parcial: todas as pessoas devem gozar do conjunto total de direitos e de cada um na sua totalidade. De acordo com a Declaração e Programa de Ação de Viena, de 1993, os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados; portanto, devem ser tratados de modo global, justo e equitativo. Embora as características específicas de local, contexto e cultura precisem ser levadas em consideração, é dever do Estado promover e garantir os direitos humanos de maneira integral, independentemente de qual seja o sistema político, econômico e cultural.

Para navegar

Nações Unidas Brasil

Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em: 16 fev. 2020.

Fundamentada nos princípios da Dudh, a ONU Brasil promove campanhas de valorização das diversidades humanas (etnia, religião, identidades de sexo e gênero, cultura etc.), de acolhimento a refugiados, de promoção da vida, saúde e educação.

Para ler

Democracia e direitos humanos no Brasil

José Carlos Vieira. São Paulo: Loyola, 2005.

A obra apresenta uma releitura crítica da questão dos direitos humanos nos contextos latino-americano e brasileiro, bem como uma análise aprofundada da relação entre direitos humanos e governos – relação que, em muitos casos, gera tensões.

GABRIEL SANTOS/TYBA

Jovens jogam futebol em favela na cidade do Rio de Janeiro. Foto de 2019. A prática de esportes com equipamentos e em locais apropriados é um dos direitos essenciais para a formação adequada da juventude. No entanto, falhas na atuação do Estado nem sempre permitem que os jovens tenham acesso a esse direito.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil

O sistema político brasileiro preenche, formalmente, os requisitos mínimos de uma **poliarquia**, ou seja, um sistema democrático em que a representatividade é conquistada em eleições, com ampla participação política e concorrência pelos cargos eletivos. Esse sistema implica disputa pelo poder, tolerância à diversidade de opiniões e oposição política.

No entanto, o que se percebe na sociedade brasileira é que essa estrutura formal não garante a democratização dos recursos socialmente produzidos, como bens, direitos e serviços básicos proporcionados pelo Estado. Por isso, é essencial compreender que a questão democrática vai além do estabelecimento das regras formais que caracterizam esse tipo de regime.

A estruturação dos direitos de cidadania no Brasil esteve constantemente vinculada aos interesses das elites socioeconômica e política e poucas vezes foi resultado da participação popular. Com base nessa constatação, o historiador José Murilo de Carvalho desenvolveu a teoria de que vivemos uma "estadania", pois muitos de nossos direitos seriam resultantes de uma "concessão" relativa do Estado, feita de cima para baixo, a uma população muitas vezes alheia à "coisa pública". Segundo a análise do autor, na trajetória política brasileira os direitos costumam ser vistos como concessões ou benefícios oferecidos pelos grupos dominantes ao restante da população.

Ainda de acordo com José Murilo de Carvalho, a construção da cidadania no Brasil inverteu a ordem cronológica apontada por T. H. Marshall, pois, primeiramente, foram estabelecidos os direitos sociais e ampliados os direitos políticos. Depois, teriam sido implementados os direitos civis.

Já o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos utiliza o conceito "cidadania regulada" para identificar a concessão dos direitos por parte do Estado como uma maneira de mediar possíveis conflitos entre classes. Isso significa que o Estado controlaria os grupos sociais por meio de práticas regulatórias, que variam entre o aumento da participação (proporção de indivíduos que têm acesso aos direitos) e a redução da liberalização (capacidade das instituições sociais de garantir a consolidação dos direitos).

Em contraste com essas análises, também é possível identificar, na história do país, alguns momentos em que as mobilizações políticas ganharam destaque, em geral tendo como referência a luta por direitos sociais e liberdade. As medidas repressivas adotadas pelo governo durante a ditadura civil-militar (1964-1985) significaram um retrocesso no país, pois a censura e a tortura praticadas, bem como as mortes que ocorreram no período, foram ações absolutamente avessas aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Foi nessa circunstância que movimentos populares e sindicais do campo e da cidade passaram a reivindicar distribuição justa dos bens produzidos pelo trabalho e maior participação social nas decisões sobre os rumos adotados pelo país.

Em meio ao processo de redemocratização, em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, que contou com destacada participação social em sua elaboração e incorporou diversas reivindicações populares, sobretudo no campo das liberdades civis e políticas. Essa Constituição estabelece alguns mecanismos de participação política, como o **plebiscito**, o **referendo** e a **iniciativa popular**, para garantir, ao menos no âmbito formal, a democracia participativa. Outro exemplo de ampliação da democracia no Brasil foi a criação, em 1989, na cidade de Porto Alegre, do orçamento participativo, modelo em que cidadãos participam da elaboração e da fiscalização do orçamento, principal instrumento de distribuição dos recursos públicos.

CHICO FERREIRA/PULSAR IMAGENS

Catador de material reciclável trabalha em lixão a céu aberto em Caetité (BA). Foto de 2019. Situações como essa, que ferem os princípios básicos da dignidade humana, ainda são comuns no Brasil.

MODERNA

Cidadania formal e cidadania real

A socióloga Maria Victoria Benevides chama de **democracia semidireta** as formulações institucionais firmadas pela Constituição de 1988. O objetivo do modelo participativo de democracia proposto pela Constituição não é "substituir" o sistema representativo, mas possibilitar a conscientização social, essencial para a efetivação da cidadania, que só é possível com uma participação política permanente, plena e ativa de todos os cidadãos. Contudo, a Constituição ainda apresenta muitas limitações, em especial no que se refere às dimensões social e econômica, nas quais residem os principais obstáculos à construção e à concretização dos direitos humanos e da cidadania na vida social do país.

O que significa dizer que no Brasil há uma grande diferença entre a cidadania formal e a cidadania real? A **cidadania formal** é a que está presente nas leis, imprescindível para a liberdade e para as garantias individuais; sem ela, estaríamos à mercê da vontade de qualquer grupo dominante. Ela garante, portanto, a igualdade de todos perante a lei. No Brasil, porém, a **cidadania real**, aquela do dia a dia, é marcada justamente pela situação contrária, já que a desigualdade prevalece em todas as dimensões da sociedade.

Assim, apesar da luta de diferentes segmentos sociais, principalmente aqueles ligados às minorias, a maioria da população brasileira tem, em seu cotidiano, os direitos desrespeitados.

Portanto, pode-se dizer que o Brasil ainda não é uma nação democrática e, sim, uma democracia em construção. O rumo e o alcance que ela terá vão depender da participação da população brasileira, em especial da juventude, nas lutas pela implantação dos direitos humanos para todos os cidadãos.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

OMAR DE OLIVEIRA/FOTOARENA

Comércio de artesanato indígena em Porto Alegre (RS). Foto de 2019. No Brasil, a distância entre a democracia formal e a real é significativa. Indígenas cujos direitos não são resguardados e estão em condições precárias de subsistência buscam recursos financeiros nas cidades com a venda de artesanato.

FILIPE BISPO/FOTOARENA

Criança vende doces em ônibus que transita na Rodovia Transamazônica, no Pará. Foto de 2019. O trabalho infantil ilegal, marcado pela situação de vulnerabilidade das crianças, é uma das mais graves violações dos direitos de cidadania na sociedade brasileira.

Para quem são os direitos no Brasil?

Desde o final da ditadura civil-militar no país, em 1985, vivemos um **estado democrático de direito**. Isso implica dizer que o respeito às liberdades civis, aos direitos humanos e às garantias fundamentais deve ser constante no cotidiano da sociedade. No entanto, isso é uma realidade?

Em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, o historiador José Murilo de Carvalho cita uma série de fatos registrados nas últimas décadas para demonstrar que entre a cidadania formal (a que está nas leis) e a cidadania real (a que vivemos no dia a dia) há uma grande diferença. Afirma ele:

> "Em 1992, a polícia militar paulista invadiu a Casa de Detenção do Carandiru para interromper um conflito e matou 111 presos. Em [1993], policiais mascarados massacraram 21 pessoas em Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Em [1993], em pleno centro do Rio de Janeiro, em frente à Igreja da Candelária, sete menores que dormiam na rua foram fuzilados por policiais militares. [Em 1996], em Eldorado dos Carajás, policiais militares do Pará atiraram contra trabalhadores sem-terra, matando 19 deles. Exceto pelo massacre da Candelária, os culpados dos outros crimes não foram até hoje condenados. No caso de Eldorado dos Carajás, o primeiro julgamento absolveu os policiais".
>
> CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 214.

Em todos os episódios, uma semelhança: os mortos eram cidadãos pobres, marginalizados e representantes de grupos sociais que constantemente têm seus direitos violados. Nessas ocorrências, os agentes da violação dos direitos representavam o próprio Estado, que deveria ser o primeiro a garantir os direitos dos cidadãos.

O sociólogo Ignácio Cano, coordenador do Laboratório de Análise de Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV), afirma que o Brasil convive com altos níveis de impunidade, violência e abuso contra os direitos humanos. A construção de uma sociedade democrática passa pela inversão dessa tendência, que pode gerar nos cidadãos uma sensação constante de que sua integridade será atingida ou violada.

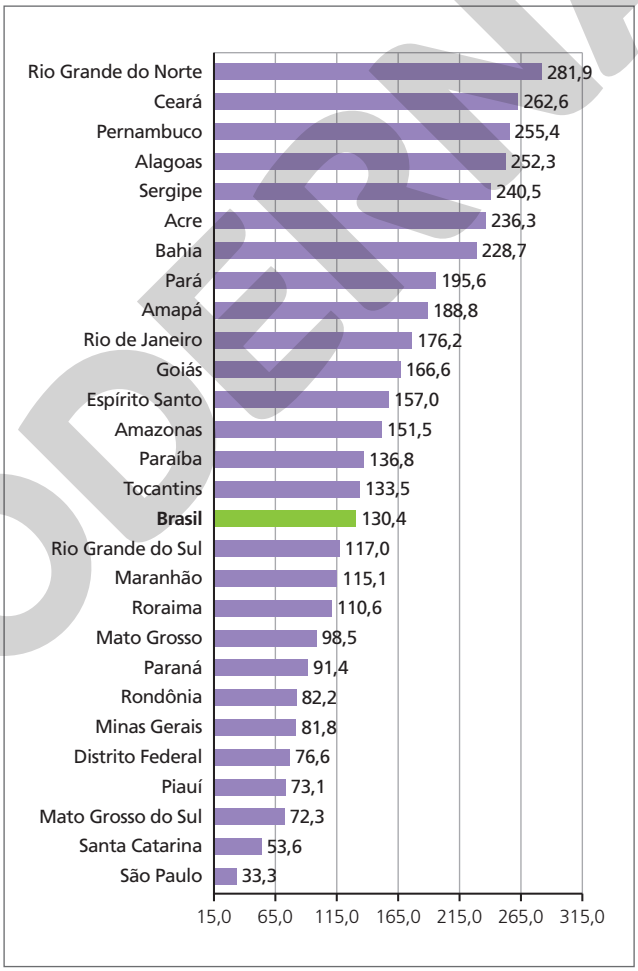
Os dois autores constatam aquilo que os moradores de comunidades de periferias e das áreas rurais já sabem há tempos: os direitos no Brasil são seletivos. Educação, saúde, segurança pública, moradia e outros direitos humanos estão disponíveis apenas para pequena parcela da população, e quem mais desrespeita esses direitos é o próprio Estado.

Carvalho afirma que no Brasil a cidadania é hierarquizada, havendo uma minoria que tem acesso a todos os direitos previstos na cidadania formal e que, além disso, em determinadas situações, por causa de seu poder financeiro, coloca-se de forma que a lei não a atinge. De outro lado, há os cidadãos de "segunda classe", para quem a cidadania só é alcançada por meio de muitas lutas. Como consequência, forma-se uma sociedade na qual a cidadania plena é um sonho distante para a maioria das pessoas.

Os jovens são as principais vítimas da negação dos direitos. O *Atlas da violência 2019*, estudo coordenado pelo economista Daniel Cerqueira, aponta que o homicídio é a principal causa de mortes de jovens no país. Se forem observados os dados relativos apenas aos jovens negros, esse índice atinge níveis alarmantes. Entre as mulheres, a violação dos direitos é uma realidade igualmente preocupante.

A correspondência entre a cidadania formal e a cidadania real só vai ser estabelecida pela luta constante em prol da implementação dos direitos por meio tanto de ações da sociedade civil quanto de políticas públicas.

Brasil: taxa de homicídios de homens jovens por grupo de 100 mil, por unidade da federação – 2017



ADILSON SECCO

Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2019*. Gráfico 3.3. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. p. 28. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Observa-se pelos dados do gráfico que os estados do Nordeste e Norte lideram o *ranking* da letalidade entre os jovens. São Paulo, o estado economicamente mais desenvolvido do país, encontra-se em último lugar, o que, de certo modo, surpreende, visto que a associação entre urbanização e criminalidade letal é uma interpretação comum para a violência contemporânea.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Movimentos sociais e democracia

As lutas pela ampliação dos direitos, pela participação social e pelo respeito aos valores humanos acontecem porque grupos e pessoas articulam-se, organizam-se e mobilizam-se em torno de objetivos e interesses comuns. O tema dos movimentos sociais está diretamente relacionado com o da democracia.

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO CONTEÚDO

Manifestação do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo (SP) contra o aumento das tarifas de ônibus. Foto de 2020. Em uma democracia, é possível a articulação de grupos para reivindicar melhorias sociais.

Os movimentos sociais

O que é um movimento social e qual é a sua relação com a cidadania? Em geral, as pessoas consideram os movimentos sociais sob apenas um ponto de vista: o das reivindicações. Já os estudiosos do assunto levam em conta diversas dimensões dos movimentos: crenças, valores, objetivos, estratégias, história e diferenças internas, bem como suas ações e práticas sociopolíticas.

O tema dos movimentos sociais também está diretamente relacionado com o da cidadania. A história desses movimentos é a trajetória de grupos, em geral desprivilegiados, que se organizam para criar, alterar ou ampliar direitos sociais, civis, políticos ou de nova geração. Os movimentos sociais são organizados de diversas formas e em diversas escalas, atuando por meio de protestos e de ações públicas, a fim de mudar o entendimento da sociedade e do Estado sobre determinado tema ou assunto.

Movimentos sociais são, portanto, ações coletivas com o objetivo de manter ou de mudar uma situação. Em geral, envolvem confronto político e têm relação de oposição ou de parceria com o Estado. São, portanto, uma poderosa força de mudança social, que pode ser exercida "de baixo", por meio de atividades construídas por pessoas comuns em graus diversos de associação, ou pode vir "de cima", por iniciativa de membros da elite (legisladores, governantes, dirigentes, juristas, administradores, intelectuais etc.).

Charge de Márcio Malta, s/d. O acesso à moradia é uma reivindicação recorrente de diversos movimentos sociais brasileiros, sendo um dos direitos previstos na atual Constituição do país.

Análise de imagem

Qual é a crítica expressa pela charge?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Movimentos sociais como objeto de estudo

Ao longo da história, os movimentos sociais foram estudados de diferentes maneiras. Nos anos 1950 e em parte dos anos 1960, por exemplo, predominaram os estudos baseados na perspectiva funcionalista, segundo a qual prevalecia a ideia de que mudanças repentinas ou situações de conflito indicavam um problema para a ordem social.

Assim, os movimentos sociais eram vistos principalmente como reflexo de situações indesejáveis e representavam uma crise dos laços que sustentavam e mantinham unidos os indivíduos na sociedade, o que gerava uma visão negativa sobre esses movimentos.

Outra corrente de análise dos movimentos sociais, predominante na Europa durante o século XX, fundamentava-se na perspectiva marxista. Sob esse ponto de vista, a trajetória dos movimentos era interpretada por meio dos conceitos de classe social e de luta de classes. Esses conceitos envolviam uma explicação histórica e estavam compreendidos na análise contemporânea sobre o desenvolvimento do capitalismo.

Uma terceira vertente de análise dos movimentos sociais foi desenvolvida pelo sociólogo francês Alain Touraine. Para ele, um movimento social passa a existir quando envolve um número de pessoas representativo da sociedade, tem uma duração temporal e um grau de compartilhamento identitário, ou seja, deve ter três elementos fundamentais: os princípios da identidade, da oposição e da totalidade, gerando uma "consciência coletiva". A principal característica dessas "ações sociais coletivas" seria a busca pela transformação social.

Os estudos críticos das diferentes estruturas dos movimentos sociais identificados em meados do século XX (ainda sob o impacto recente da Segunda Guerra Mundial) preocupavam-se em entender as possibilidades de transformação de uma sociedade, o que ocorreria, de acordo com esses estudos, por meio de reformas políticas e sociais ou por uma revolução.

Em meados dos anos 1960, as manifestações pelos direitos civis nos Estados Unidos e a eclosão de rebeliões estudantis em países da Europa e de outros continentes mudaram o cenário e ampliaram o campo de atuação dos movimentos sociais, bem como a maneira de estudá-los.

A história será sempre um elemento fundamental para a compreensão desses movimentos, mas a identificação de seus aspectos estruturais tornou-se indispensável para compará-los no tempo e no espaço. De acordo com o sociólogo espanhol Manuel Castells, é necessário, no cenário contemporâneo, compreender os movimentos sociais como reflexo das mudanças econômicas, políticas e culturais em curso. Dessa maneira, os movimentos procuram, por meio de uma comunicação autônoma, questionar diferentes formas de injustiça, discriminação e autoritarismo e ganham contornos e objetivos distintos em cada sociedade.

Para ler

História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros

Maria da Glória Gohn. São Paulo: Loyola, 1997.

O livro retrata as lutas de diferentes movimentos sociais em busca dos próprios direitos em períodos distintos da história brasileira republicana.

O líder estudantil Vladimir Palmeira discursa para estudantes durante a Passeata dos Cem Mil, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1968. A passeata assinalou o ápice do movimento social que marcou a década de 1960 no Brasil e que reivindicava o restabelecimento das liberdades democráticas desde 1964, quando foi instaurada a ditadura civil-militar no país.

ARQUIVO/AGÊNCIA O GLOBO

FRANCIS MILLER/THE LIFE PICTURE COLLECTION/GETTY IMAGES

Manifestação contra a discriminação racial em Detroit, Estados Unidos. Foto de 1963. Em 28 de agosto desse ano, mais de 250 mil pessoas participaram da Marcha sobre Washington em prol dos direitos civis da população afro-americana.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Características dos movimentos sociais

Ao estudar os movimentos sociais em suas diferentes expressões, podem ser encontradas características comuns entre eles, como a mobilização coletiva ou o conflito com as forças do Estado. Entretanto, os movimentos sociais têm características distintivas em suas formas de organização e ação.

Levando em conta o caráter de suas ações, é possível perceber que os movimentos sociais podem estar voltados para a transformação da sociedade ou para a conservação de determinadas conquistas. No entanto, duas características comuns evidenciam-se:

a) eles não apresentam coordenação única, pois comportam diversidade muito grande de ideias e valores, bem como de atuação e de organização;

b) suas ações se desenvolvem não só em torno de interesses e necessidades, mas também de reconhecimento, para criar uma forma de interação e relacionamento.

Para atingir seus objetivos ou chamar a atenção da sociedade para as causas ou bandeiras de luta, os movimentos sociais utilizam recursos variados. Greves, passeatas e panfletagens estão entre as práticas mais comuns aos repertórios de diferentes movimentos sociais.

Os movimentos sociais podem manter sua atuação de modo independente ou adotar novas modalidades de luta, como é o caso de movimentos que se tornam partidos políticos ou a eles se vinculam. Também há movimentos sociais que se associam ou se tornam organizações não governamentais (ONGs).

JOSE LUCENA/FUTURA PRESS

Navio Rainbow Warrior III (Guerreiro do Arco-Íris III), do Greenpeace, atracado na Zona Portuária do Rio de Janeiro (RJ). Foto de 2017. O objetivo dessa iniciativa do Greenpeace foi a divulgação de uma campanha em defesa dos corais da Amazônia.

A relação com o Estado: parceria e confronto

O Estado é o principal interlocutor dos movimentos sociais, seja porque é visto como adversário na luta política, seja porque é percebido como o agente que pode intervir para solucionar conflitos com entes privados ou criar leis e políticas públicas que atendam às demandas de um grupo social.

A situação socioeconômica e política de uma sociedade oferece as condições para o surgimento dos movimentos sociais. Em contextos de regimes políticos autoritários, os movimentos sociais tendem a lutar por objetivos emancipatórios, visando libertar um grupo social de algum tipo de dominação. Por isso, é comum que a maior parte dos movimentos sociais tenha relação de confronto com o Estado, como ocorreu durante o regime civil-militar no Brasil.

Já no contexto de regimes democráticos, os movimentos sociais tendem a desenvolver-se utilizando as garantias constitucionais de direitos de expressão, participação e associação, bem como o acesso às políticas públicas e sociais. Na medida em que esses direitos não são respeitados e garantidos, os grupos sociais tomam as ruas para expressar suas insatisfações.

Transformação ou conservação?

Outra forma de estudar os movimentos sociais sob o viés sociológico ocorre pela análise das consequências que as demandas de tais organizações podem trazer para toda a sociedade, caso sejam atendidas.

Os movimentos se dedicam a reivindicações de interesse público. Seus objetivos, quando alcançados, transformam a vida de pessoas além daquelas diretamente envolvidas nas ações políticas. Isso ocorre pela universalização das conquistas, que afeta todos os que compartilham um mesmo espaço social (como um país), e pela sua sedimentação em forma de leis, que estende essas conquistas a futuros cidadãos.

Diante dos objetivos traçados, os movimentos sociais podem ser classificados como revolucionários, reformistas ou conservadores. Os **movimentos revolucionários** buscam promover a reorganização radical de toda a sociedade e transformar não apenas as leis internas que estruturam o Estado, mas também as próprias bases que legitimam sua autoridade e permitem seu funcionamento. Os **movimentos reformistas** aceitam a estrutura das instituições sociais e políticas, embora a considerem passível de melhorias e objetivem eliminar abusos de determinados setores sobre os demais. Os **movimentos conservadores** procuram manter o *status quo*, isto é, as características sociais, políticas e/ou econômicas já estabelecidas na sociedade. Podem ainda reivindicar para si pautas que combatam ou contrariem movimentos sociais revolucionários ou reformistas.

MODERNA

Movimentos sociais tradicionais e novos movimentos sociais

É possível fazer um recorte na história dos movimentos sociais e sua interpretação em duas categorias gerais distintas, levando em conta sistemas de organização, tipos de relações estabelecidas por seus integrantes, orientações desenvolvidas com as instituições sociais e estruturas a ser transformadas, entre outros aspectos. A reflexão sobre tais elementos deve sempre ser acompanhada de contextualização histórica e espacial em relação ao seu surgimento e desenvolvimento. Sob essa perspectiva, dois modelos podem ser destacados: o dos movimentos sociais tradicionais e o dos novos movimentos sociais.

Os chamados **movimentos sociais tradicionais** caracterizam-se por apresentar organização vertical e estrutura hierárquica rígida; neles, os integrantes seguem as determinações do grupo dirigente. Tais movimentos travam fortes embates políticos com o Estado porque buscam transformações nas estruturas econômica e social para superar as condições de opressão da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade. Surgiram no cenário do século XIX em resposta às consequências da Revolução Industrial e da consolidação da sociedade capitalista.

Os movimentos tradicionais podem ser identificados também por suas demandas, como as dos trabalhadores por melhores salários, condições dignas de trabalho, redução da jornada e estabilidade de emprego; as dos grupos que se organizaram na luta por moradia, saneamento, transporte público ou educação; as dos trabalhadores rurais que lutam por reforma agrária; e ainda pelas solicitações daqueles que se dedicam a combater estruturas autoritárias de governo, bem como sistemas econômicos e políticos que as sustentam.

Esses movimentos deram origem aos sindicatos, às associações nacionais e internacionais de trabalhadores e aos partidos políticos trabalhistas ou dos trabalhadores. Eles foram responsáveis também por muitas conquistas sociais permanentes relacionadas a direitos trabalhistas e garantias sociais.

A identidade dos indivíduos, porém, aspecto necessário para o surgimento de um movimento social, muitas vezes não decorre das relações de produção. Outros objetivos de reivindicação, portanto, passaram a ser incorporados pela sociedade civil, abarcando os mais variados segmentos sociais, motivados pelo exemplo de conquistas dos movimentos tradicionais.

CASSANDRA CURY/PULSAR IMAGENS

Indígenas da etnia guarani dançam durante protesto contra a anulação da demarcação de suas terras em São Paulo (SP). Foto de 2017. A organização de movimentos sociais indígenas de diferentes etnias e com formas diversas de atuação tem marcado a realidade brasileira nas últimas décadas.

Assim, a partir da segunda metade do século XX e no contexto de um mundo cada vez mais globalizado, os movimentos sociais se pluralizaram com base em causas específicas (gênero, ambiental e étnica), democratização do Estado e da sociedade, novos direitos (culturais, moradia, consumo etc.), conquistas materiais e espaços de participação na gestão pública (conselhos, fóruns etc.), constituindo **novos movimentos sociais**. Nesses movimentos, seus integrantes têm maior autonomia e não deixam somente nas mãos do Estado a responsabilidade de atender a suas reivindicações, buscando também transformar comportamentos e valores de diversos segmentos sociais. Caracterizam-se pela pluralidade em sua composição (grupos internos) e pela diversidade nas formas de atuação coletiva. Em geral, lutam por reconhecimento e direitos, voltados para questões éticas e de valores humanos.

Podem ser citados como exemplos os movimentos negro e feminista no Brasil, que, a partir dos anos 1970, tornaram-se referência de organização e luta não só por leis e políticas públicas que efetivassem os direitos das minorias, mas também pela valorização e pelo fortalecimento de suas identidades, gerando formas menos hierarquizadas de organização e pertencimento.

Com outras perspectivas e demandas, os movimentos conservadores adotaram nos últimos anos formas de organização que também procuram desenvolver maneiras de comunicação que se apoiam no uso das tecnologias da informação para organizar suas ações.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Movimentos sociais contemporâneos

De acordo com as reivindicações e bandeiras de lutas, os inúmeros movimentos sociais existentes atualmente se articulam e atuam em rede para além das grandes manifestações nas ruas e nas praças. Isso ocorre porque as soluções dos muitos problemas decorrentes do capitalismo globalizado transcendem as esferas nacionais, fazendo com que as reações coletivas sejam colocadas em cena em vários lugares do planeta em escala local, nacional ou global.

Soma-se a isso o uso da internet, que potencializa os encontros e as estratégias de mobilização, discussão e informações nas redes sociais, sobre as manifestações públicas (pontos de encontro, horários e vestimenta, entre outros), atingindo grande número de pessoas em mobilizações instantâneas e construindo uma cultura do movimento em rede. O Fórum Social Mundial mencionado anteriormente é um exemplo de espaço privilegiado para a articulação das lutas por direitos humanos em várias dimensões sociais.

Trocando ideias

Para a professora Ilse Scherer-Warren, as redes sociais desempenham papel estratégico de empoderamento de coletivos e constituem a forma mais expressiva das articulações políticas contemporâneas, como os fóruns sociais mundiais e as grandes marchas "antiglobalização" e pela paz. Porém, segundo a autora, é preciso distinguir as categorias "coletivos em rede" e "redes de movimentos". A primeira refere-se a conexões entre vários atores ou organizações, principalmente por intermédio da internet, para difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ação conjunta. A segunda são redes sociais que extrapolam as organizações, conectando sujeitos sociais e atores coletivos.

- Diante disso, podemos afirmar que a internet e as novas mídias sociais são ferramentas importantes para ampliar a mobilização social e aumentar os níveis de participação de diferentes grupos ou segmentos da população?

A seguir, você irá conhecer alguns movimentos sociais existentes ao redor do mundo.

O movimento dos trabalhadores ou sindical: luta pelos direitos sociais

Em suas origens, as manifestações de mobilização social não tinham caráter político explícito nem linguagem própria para expressar seus objetivos, assumindo as mais variadas estruturas. Na Europa, por exemplo, durante a Antiguidade e a Idade Média, apresentaram-se como revoltas de escravizados, seitas sociais anticlericais e levantes camponeses, entre outros. As representações de luta social com organização política explícita surgiram na modernidade.

A Idade Moderna é marcada pela substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista, atrelado ao crescimento do comércio e das cidades. Nesse tipo de economia, caracterizado pela acumulação de capital e pela propriedade privada, os trabalhadores não são os proprietários dos meios de produção dos recursos essenciais à sobrevivência. Foi nessa época que eles começaram a receber um salário em troca de sua força de trabalho, o que estabeleceu a sociedade de classes.

De acordo com Karl Marx, a modernidade é marcada pelas relações antagônicas entre burgueses (donos dos meios de produção) e proletários (trabalhadores assalariados), em que os interesses de um grupo se opõem aos de outro.

Assim, a vida comum nas fábricas e nos bairros operários e as experiências cotidianas compartilhadas produziram solidariedade e consciência dos interesses comuns no conflito de classes, característico da modernidade.

Autores clássicos que inauguraram o estudo sobre os trabalhadores no moderno mundo capitalista e inspiraram ou protagonizaram revoluções, Marx, Engels e Lênin influenciaram as teorias contemporâneas sobre os movimentos sociais, sobretudo quando definiram a ação política essencialmente como processo de interação entre trabalhadores, capitalistas e Estado.

As relações sociais que emergiram das condições concretas de vida e da forma como estava esquematizada a produção levaram os trabalhadores a desenvolver a **consciência de classe**, fator importante para a organização dos movimentos que buscavam transformar a estrutura social.

O movimento dos trabalhadores foi responsável pela conquista de muitos direitos trabalhistas e desempenha até hoje papel importante nas disputas políticas e nas ações do Estado.

JUCA MARTINS/OLHAR IMAGEM

Assembleia de metalúrgicos do ABC Paulista no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo (SP). Foto de 1979.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

O movimento estudantil: juventude e construção da sociedade democrática

Diferentemente do movimento dos trabalhadores, o movimento estudantil é **policlassista**, visto que seus militantes são oriundos de diferentes classes sociais. Outra característica é a transitoriedade dos protagonistas, pois há constante renovação dos alunos nas instituições de ensino.

Ações estudantis são citadas desde o século XVIII, mas o movimento ganhou destaque a partir da segunda metade do século XX, em especial na década de 1960, quando se envolveu efetivamente em manifestações de massa em diferentes partes do mundo, enfrentando governos e lutando por transformações no sistema educacional e na sociedade.

ERNANI OGATA/CODIGO19/FOLHAPRESS

Mobilização de estudantes contra reformas educacionais propostas pelo governo paranaense em Curitiba (PR). Foto de 2016.

Movimento feminista: pela igualdade de gênero

A luta pela igualdade de tratamento das mulheres em relação aos homens remonta aos tempos da Revolução Francesa; mas foi somente no século XIX que ocorreu o primeiro movimento organizado em defesa dos direitos das mulheres – uma ação política liderada por elas com o objetivo de conquistar o direito de votar que foi chamada **primeira onda** do movimento feminista. Nos anos 1960, surgiu a **segunda onda** feminista, em que as reivindicações das mulheres passaram a se dirigir ao mercado de trabalho, à divisão de tarefas familiares e aos direitos reprodutivos.

A **terceira onda** é considerada a mais radical do movimento feminista e buscou reforçar os direitos sobre o corpo da mulher. Iniciada nos anos 1980, essa fase é marcada pela efervescência do feminismo influenciado pelas teorias pós-estruturalistas e *queer*, que transformaram as concepções clássicas sobre sexualidade e política trazendo questões sobre orientação sexual e colocando em cena os movimentos *gay* e trans.

ULLSTEIN BILD/GETTY IMAGES

ACERVO ICONOGRAPHIA

Duas feministas de correntes diferentes que atuaram em contextos distintos e deixaram marcas na história: à esquerda, a alemã Clara Zetkin, na década de 1890; à direita, a brasileira Bertha Lutz, na primeira metade do século XX, uma das responsáveis pela institucionalização do voto feminino no Brasil.

COLEÇÃO PARTICULAR

Propaganda estadunidense de camisas masculinas, da década de 1950, na qual se pode ler: "É ousado. É audacioso. É o visual mais arrojado de camisas". As feministas da segunda onda questionavam propagandas machistas, que reforçavam a imagem da mulher subordinada ao homem.

Para assistir

As sufragistas

Direção: Sarah Gavron. Reino Unido, 2015. 106 min.

O filme é baseado em fatos reais e narra a ação das mulheres britânicas que, no início do século XX, resistiram às opressões na luta pelo voto feminino.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODENA

KEVIN DAVID/A7 PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO

Desfile da 22ª edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Foto de 2018. Realizada anualmente na cidade de São Paulo desde 1997, a parada conta com a participação da comunidade LGBT e simpatizantes, e uma de suas principais reivindicações é o combate ao preconceito contra a diversidade de gênero.

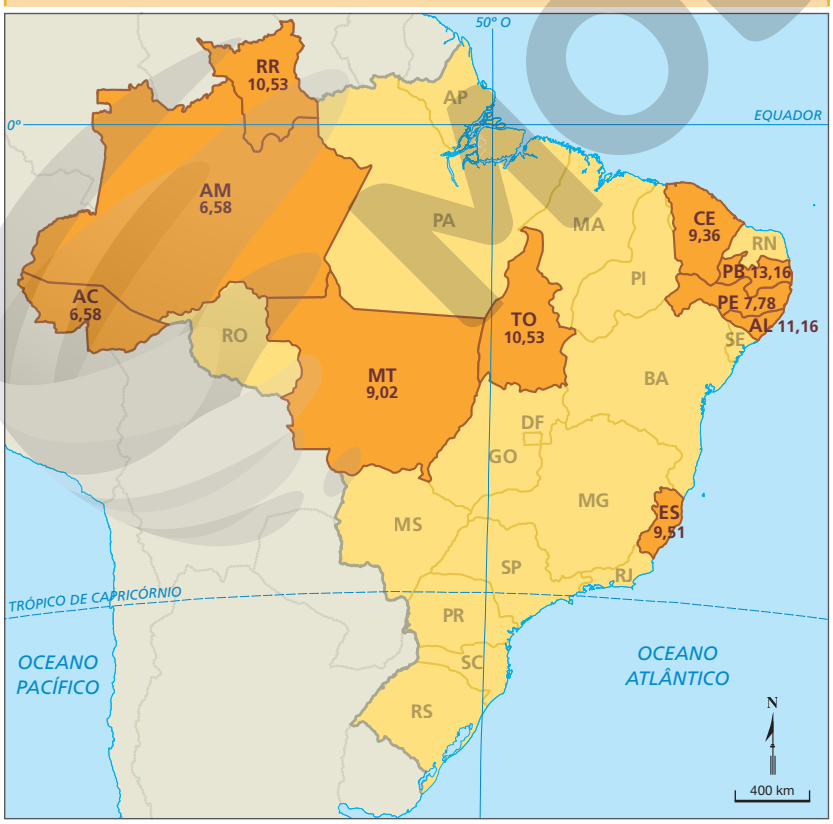
O Movimento LGBTQI+

O Movimento LGBTQI+, cuja sigla significa "lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, *queer*, intersexuais, assexuais e mais", luta pelo fim da violência e da discriminação contra esses grupos e pela criminalização da homofobia.

No Brasil, em 2011, algumas conquistas foram asseguradas pela decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o reconhecimento da união estável em famílias homoafetivas. Apesar disso, ainda há muitos objetivos no horizonte do movimento LGBTQI+, como o estabelecimento de políticas públicas que promovam a inclusão desse grupo nos projetos de combate às desigualdades.

O mapa a seguir dá uma dimensão da urgência dessas lutas no Brasil. Nele está representado o *ranking* dos estados brasileiros quanto à porcentagem de assassinatos de pessoas trans.

Brasil: estados com maiores taxas de assassinatos de travestis e transexuais – 2017*



ANDERSON DE ANDRADE PIMENTEL

*Taxas de assassinatos por 100 mil habitantes.

Fonte: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Mapa dos assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2017; Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). Dossiê 2017. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/09/21/10-piores-estados-para-ser-trans-no-brasil/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), responsáveis pelo levantamento dos dados que constam no mapa, integram o Observatório da Violência contra pessoas trans e não binárias da América Latina e Caribe.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

NIELS ANDREAS/FOLHAPRESS

Homem segura bandeira do Movimento Negro Unificado (MNU) durante passeata em São Paulo (SP). Foto de 1984. Fundado em 1978, o MNU é uma organização que luta contra a discriminação racial no país.

Movimento negro: luta contra o racismo

Em sua maioria, os novos movimentos sociais estão preocupados em garantir a consolidação de direitos a grupos minoritários. Os procedimentos de atuação não envolvem políticas de cooperação com agências estatais, nem mesmo com sindicatos; preferem, muitas vezes, ações diretas que visam usar a mídia para ampliar seu público e, assim, mudar valores que reproduzem preconceitos e práticas discriminatórias e opressivas, manifestações de uma cultura que nega direitos básicos a grandes contingentes da população.

Um exemplo concreto é a trajetória do movimento negro, que vem construindo lutas pela ampliação dos direitos por meio de um debate institucional (defesa das políticas de ação afirmativa), mas sem deixar de lado o desafio de fortalecer sua identidade e transformar as relações sociais no cotidiano (combate às práticas racistas).

A base de uma identidade política comum entre os vários grupos e organizações que formam o movimento negro é o combate ao racismo e à discriminação racial em suas diferentes dimensões e espaços sociais (individual, institucional), mesmo que cada organização desenvolva suas próprias estratégias de atuação e intervenção na comunidade negra e na sociedade em geral. Nos Estados Unidos, as estratégias estavam relacionadas ao movimento pelos direitos civis e ao protesto em massa contra a segregação racial e a discriminação proeminentes nacionalmente a partir da década de 1950; no Brasil, elas remontam ao movimento pela liberdade contra o sistema escravista e à formação dos quilombos.

Atualmente, as ações coletivas dos movimentos negros estão voltadas para a afirmação de direitos sociais e culturais ou de políticas públicas específicas em retratamento da população de ascendência africana no âmbito de projetos antirracistas. Além disso, cresce o movimento de mulheres negras que lutam ao mesmo tempo contra o racismo e o machismo.

Movimento indígena: luta e resistência

Os povos indígenas articulados, organizados e mobilizados lutam pelo direito ao reconhecimento e à preservação de suas culturas (modos de vida), bem como pela demarcação de suas terras. Trata-se de uma luta histórica que remonta ao processo de colonização europeia nas Américas, a partir do século XV, que atualmente se encontra associada de forma direta às questões socioambientais e humanitárias, haja vista os graves problemas relacionados ao desmatamento da Floresta Amazônica e à ocupação irregular de suas terras.

A Constituição brasileira reconhece "aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (art. 231 da Constituição Federal do Brasil, de 1988). Porém, como ainda estão longe de ser plenamente garantidos, há a necessidade de ações coletivas (locais e globais) em prol dos direitos indígenas.

ERISVAN GUAJAJARA/MÍDIA INDIA

Manifestantes dos povos indígenas Awa, Kaapor, Guajajara, Tremembé e Gamela em Santa Inês (MA) durante a campanha "Sangue Indígena – Nenhuma Gota a Mais" no maior protesto internacional pelos direitos indígenas, ocorrido em 31 de janeiro de 2019.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Feminicídio passa a ser considerado crime hediondo no Brasil

Nos últimos anos, pesquisadores e instituições internacionais têm apontado a persistência e até o aumento de homicídios de mulheres por homens. Em geral, atribuem-se a esses crimes motivações pessoais. No entanto, como revelam estudos mais recentes, esses crimes em geral são premeditados, motivados por um sentimento de "posse" do homem sobre a mulher, sendo certo que a violência fatal contra as mulheres muitas vezes se desenvolve no ambiente doméstico.

No Brasil, o Código Penal foi alterado em 2015 para incluir o assassinato de mulher por razões de gênero entre os tipos de homicídio qualificado. Conheça, a seguir, a lei.

"Art. 1º O art. 121 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

'**Homicídio simples**

Art. 121 [...]

Homicídio qualificado

§ 2º [...]

Feminicídio

VI – contra a mulher por razões da condição de sexo feminino: [...]

§ 2º – A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I – violência doméstica e familiar;

II – menosprezo ou discriminação à condição de mulher. [...]

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I – durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

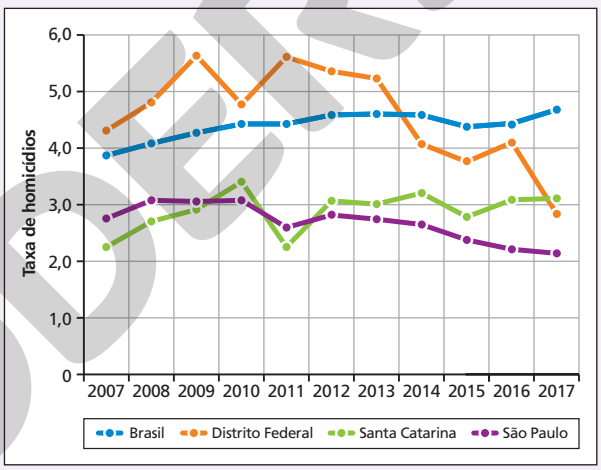
II – contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima."

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm>. Acesso em: 16 mar. 2020.

A necessidade de alteração do Código Penal, inserindo o feminicídio como violência de gênero, e os insuficientes efeitos da Lei Maria da Penha, criada em 2006, são provas bem expressivas da condição de desigualdade e violência à qual as mulheres estão submetidas no Brasil.

Evolução da taxa de homicídios por 100 mil mulheres no Brasil e nas três UFs com as menores taxas – 2007-2017



ADILSON SECCO

Fonte: IPEA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Atlas da violência 2019*, gráfico 4.2, p. 37. Brasília/Rio de Janeiro/São Paulo: Ipea; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Atividades

Registre no caderno.

1. O que se depreende dos dados representados no gráfico?
2. Em grupos, façam uma pesquisa na internet sobre violência contra as mulheres, utilizando *sites* de notícias ou redes sociais. Como roteiro, sugerimos que se investiguem os temas a seguir.
   - Faixa etária das vítimas: crianças, adolescentes, mulheres adultas, idosas;
   - O contexto da situação de violência;
   - A frequência dessas situações;
   - As consequências do episódio relatado (se houve denúncia ou separação) e se houve mudança da situação de violência.

   a) Cada grupo deve pesquisar aproximadamente três casos e registrá-los no caderno.

   b) Na aula seguinte, cada grupo apresentará os relatos, que vão fundamentar um debate a fim de buscar alternativas para resolver essa situação ou ajudar as vítimas que passaram ou passam por algum tipo de violência. Por fim, respondam à questão: por que é importante criar uma lei específica para mortes de mulheres?

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ATIVIDADES

Registre no caderno.

1. As bases técnicas que permitem que a globalização intensifique os aspectos negativos do capitalismo internacional podem também ser usadas para promover uma globalização mais humana. A internet e as comunidades regionais e internacionais são alternativas que ampliam as possibilidades de a humanidade resolver seus problemas de forma conjunta.

Explique como a globalização pode tanto reforçar seus aspectos perversos quanto contribuir para ideais de liberdade, igualdade e dignidade humana.

2. Em 21 de dezembro de 2019, o Parlamento britânico aprovou a saída do Reino Unido da União Europeia, processo conhecido como Brexit. Esse evento foi precedido por um intenso e acalorado debate que expôs alguns dilemas em relação à globalização. Com relação à imigração, apresente uma vantagem e uma desvantagem da permanência do Reino Unido na União Europeia.

3. Leia a notícia a seguir.

> "Uma pesquisa realizada pelo Pew Research Center, um dos principais institutos de pesquisas dos EUA, mostra que o número de imigrantes naturalizados que estão aptos a votar nas próximas eleições presidenciais do país, em novembro [de 2020], não para de crescer. Eles respondem agora por quase 10% do eleitorado.
>
> No total, são 23,2 milhões de eleitores que nasceram fora do país, mas que conseguiram se naturalizar legalmente. O tamanho do grupo praticamente dobrou desde as eleições de 2000, quando o contingente era de 12 milhões de imigrantes aptos ao voto. [...]
>
> Com todo esse crescimento, é certo que a questão imigratória vai ser importante dentro da corrida eleitoral.".
>
> FLEURY, F. Imigrantes naturalizados já são 10% do eleitorado nos EUA. *R7*, 1º mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/imigrantes-naturalizados-ja-sao-10-do-eleitorado-nos-eua-01032020>. Acesso em: 16 mar. 2020.

Exemplifique um impacto contrário e outro favorável que o fato noticiado pode ter nas propostas sobre imigração dos candidatos nas eleições presidenciais dos Estados Unidos.

4. A construção de um ambiente democrático nas sociedades contemporâneas se refere à existência e à consolidação de diferentes modelos de direitos. Há diversas perspectivas de análise sobre o conceito de democracia; portanto, é preciso compreendê-la de modo amplo, reconhecendo que a simples possibilidade de eleição de representantes de uma sociedade não significa, necessariamente, assegurar direitos para todos.

a) Com base no entendimento do conceito de democracia, faça uma comparação entre o contexto de seu surgimento e o seu sentido atual.

b) É possível confirmar a existência de democracia e de cidadania plena no Brasil? Justifique sua resposta com argumentos e exemplos concretos.

5. Os movimentos sociais configuram-se em uma estrutura de organização e participação coletiva da sociedade civil na construção de uma realidade melhor. Percebe-se, dessa forma, que a atuação desses movimentos esteve sempre conectada aos fenômenos históricos de diferentes realidades, resultando em importantes conquistas sociais principalmente no decorrer do século XX.

a) Apresente exemplos da atuação de movimentos sociais no século XX.

b) Relate como os movimentos sociais se formam e atuam na construção de realidades democráticas e cidadãs.

6. Nas últimas décadas tem-se vivenciado um aumento expressivo da organização de movimentos sociais que demandam direitos para as minorias, tais como mulheres, negros, indígenas e homossexuais, por exemplo, ao mesmo tempo que são recorrentes os discursos e os ataques contrários a esses movimentos. O que poderia justificar esse panorama?

7. Analise o excerto reproduzido a seguir, identifique a alternativa correta e justifique sua escolha no caderno.

> **O que é feminismo**
>
> "É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois esse termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias.
>
> O feminismo ressurge num momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico. Saindo de seu isolamento, movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais se organizam em torno de sua especificidade e se completam na busca da superação das desigualdades sociais. Essa complementação não implica uma fusão desses movimentos, que mantêm sua autonomia e suas próprias formas de organização. Entretanto, não são movimentos desvinculados entre si, pois as fontes da discriminação não são isoladas."
>
> ALVES, B. M.; PITANGUY, J. *O que é feminismo*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. p. 7-8.

Nas últimas décadas, o fenômeno social de que trata o texto tem buscado:

a) recursos para a manutenção do *status quo*.
b) garantir os direitos das minorias sociais que atuam isoladamente.
c) defender minorias com organização e demandas próprias.
d) desvincular as minorias que têm demandas distintas.
e) ampliar os direitos das mulheres.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

8. Analise a imagem, indique a alternativa correta e justifique a sua escolha no caderno.

Charge de J. Bosco, 2013, que critica a reação do Estado ao movimento social em manifestação por melhores salários.

a) Os movimentos sociais estabelecem uma boa relação com os órgãos governamentais responsáveis pela garantia dos direitos reivindicados.

b) Por defenderem as ações das classes dominantes, os movimentos sociais são reprimidos constantemente.

c) Ao questionar a ordem, os movimentos sociais são considerados democráticos e não sofrem coerção.

d) A mobilização pela garantia de direitos pode levar os movimentos sociais a sofrer coerção do Estado.

e) Por se oporem aos direitos das minorias, os movimentos sociais são reprimidos com frequência pelo Estado.

9. Leia o texto a seguir.

> "O Uruguai aprovou [...] o casamento homossexual, tornando-se o segundo país latino-americano a tornar lei a união entre pessoas do mesmo gênero – depois da Argentina. A Câmara referendou o projeto 'matrimônio igualitário', aprovado há uma semana no Senado, por 71 votos de um total de 92 deputados presentes."
>
> Uruguai aprova casamento homossexual. *G1 Mundo*, 10 abr. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/parlamento-uruguaio-aprova-casamento-homossexual.html>. Acesso em: 16 de mar. 2020.

No fragmento da reportagem, fica explícito o papel que o Estado desempenha como interlocutor dos movimentos sociais. Explique por que, no que se refere a estes movimentos, o Estado apresenta este protagonismo.

10. Debate. Nos últimos anos, as redes sociais *on-line* têm sido instrumento importante para a organização dos movimentos sociais. Tomando como ponto de partida as discussões desenvolvidas no capítulo acerca desse tema, sob a orientação do professor, forme um grupo com mais três colegas e façam uma pesquisa nas redes sociais sobre formas de mobilização adotadas por diferentes movimentos sociais brasileiros utilizando esse recurso. Em seguida, apresentem os resultados da pesquisa aos outros grupos e realizem um debate sobre a importância das redes sociais *on-line* na luta pelos direitos dos diversos grupos sociais no Brasil.

Enem e vestibulares

11. (Enem-MEC) Identifique a alternativa **correta**.

> "Procuramos demonstrar que o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto ou com industrialização. O crescimento do PNB pode ser muito importante como um meio de expandir as liberdades. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como os serviços de educação e saúde e os direitos civis."
>
> SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A concepção de desenvolvimento proposta no texto fundamenta-se no vínculo entre

a) incremento da indústria e atuação no mercado financeiro.

b) criação de programas assistencialistas e controle de preços.

c) elevação da renda média e arrecadação de impostos.

d) garantia da cidadania e ascensão econômica.

e) ajuste de políticas econômicas e incentivos fiscais.

12. (Uerj-RJ) Identifique a alternativa **correta**.

A origem operária do 8 de março

"Para muitos, o 8 de março é apenas um dia para dar flores e fazer homenagens às mulheres. Mas, diferentemente de outras datas comemorativas, esta não foi criada pelo comércio. Oficializado pela Organização das Nações Unidas em 1975, o chamado Dia Internacional da Mulher era celebrado muito tempo antes, desde o início do século XX. E se hoje a data é lembrada como um pedido de igualdade de gênero e com protestos ao redor do mundo, no passado nasceu principalmente de uma raiz trabalhista. Foram as mulheres das fábricas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa que começaram uma campanha dentro do movimento socialista para reivindicar seus direitos – as condições de trabalho delas eram ainda piores do que as dos homens à época."

(Adaptado de BBC.com.)

Com base na reportagem, a criação do Dia Internacional da Mulher tem origem nas manifestações sociais em defesa de:

a) ampliação da cidadania.

b) expansão da liberdade.

c) promoção da diversidade.

d) valorização da pluralidade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

CAPÍTULO

6

O sujeito em transformação

A globalização surgiu como um fenômeno que não apenas trouxe novidades na maneira como os indivíduos se relacionam uns com os outros na escala global, mas provocou também transformações substanciais no âmbito pessoal, impulsionando novos modos de vida e novos interesses.

Neste capítulo, vão ser abordadas desde a crise da subjetividade, que marcou o século XIX, até questões prementes como o lugar da mulher e do negro nas sociedades globalizadas. Em um primeiro momento, vão ser tratados os três "mestres da suspeita", responsáveis por desconstruir a noção moderna de subjetividade. Em seguida, vamos passar a análises da fenomenologia e do existencialismo, essenciais para a compreensão da nova noção de sujeito que vem à tona no século XX. Complementando essas análises, vão ser trabalhados filósofos e questões fundamentais para a compreensão do mundo globalizado e do que se convencionou chamar de pós-modernidade, com destaque para questões muito presentes no século XXI, como o individualismo, o narcisismo e o hiperconsumismo.

Do século XIX ao XX: a crise da subjetividade

No mundo contemporâneo, diversos fatores produziram transformações, muitas vezes radicais, com rapidez desconcertante. As grandes descobertas tecnológicas no setor da automação, da robótica e da microeletrônica provocaram mudanças nas fábricas e no setor de serviços, alteraram a relação entre cidade e campo e afetaram a maneira de as pessoas morarem e se comunicarem.

Vivemos a era da globalização, na qual o mundo pode ser percebido como uma grande aldeia. Em época alguma da história foi possível falar na existência de um mercado mundial de produção, distribuição e consumo de bens e em uma cultura da "virtualidade real", que liga todos os pontos do globo e influencia comportamentos.

No turbulento século XX, vivemos duas guerras mundiais e inúmeros conflitos, embora também tenha sido o século das reivindicações de muitos movimentos – do feminismo, do poder jovem, das minorias silenciadas por séculos –, o que revolucionou ideias e atitudes. Nesse panorama foi ampliada a chamada **crise da razão**.

O que denominamos "crise da razão" consiste em um colapso da ideia de subjetividade, ideia que é a herança mais relevante da modernidade. Desde René Descartes (1596-1650), os filósofos se ocuparam com questões relativas ao conhecimento, sobre o que é possível conhecer. Como representante da tendência racionalista, Descartes procurou um método seguro que o conduzisse à verdade indubitável.

Porém, no final do século XIX, os chamados "mestres da suspeita" – Karl Marx, Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud – provocaram desconfiança na capacidade humana de conhecer a realidade exterior e de ter acesso transparente a si mesmo. Nas décadas que se abriram para o século XX, vários pensadores debruçaram-se sobre a questão da "morte do sujeito", que significa a desconstrução do conceito de subjetividade como fora "construído" na Idade Moderna. De que modo, então, contornar o impasse da descrença na possibilidade do conhecimento como algo que dependeria da pessoa, do lugar e do tempo?

RINGO CHIU/ZUMA WIRE/ALAMY/FOTOARENA
© CRUZ-DIEZ, CARLOS/AUTVIS, BRASIL, 2020

Faixa de pedestres com cores acrescentadas, intervenção do artista venezuelano Carlos Cruz-Diez, em Miami, Estados Unidos, 2017. Ao atravessarem a rua, os pedestres caminham absortos e isolados em seus próprios pensamentos. A velocidade solitária da vida nas grandes metrópoles é um exemplo do novo sujeito que se instaura com a crise da subjetividade: fragmentado, mergulhado e disperso em suas próprias atividades.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Karl Marx: materialismo e dialética

Em 1844, os alemães Karl Marx e Friedrich Engels escreveram juntos *A sagrada família*, que deu origem a outras importantes parcerias intelectuais e a uma amizade que os reuniu em torno das mesmas convicções de pensamento.

Atentos ao seu tempo, observaram que o avanço técnico havia aumentado o poder humano sobre a natureza e havia sido responsável por riquezas e progresso, mas, contraditoriamente, trouxe a exploração crescente da classe operária, cada vez mais empobrecida. Marx e Engels destacaram-se também por aproveitarem o conceito de dialética do filosófo alemão Friedrich Hegel.

Dando sequência às críticas ao idealismo, eles realizaram uma inversão. De acordo com o **materialismo**, o movimento é a propriedade fundamental da matéria e existe independentemente da consciência. A matéria, como dado primário, é a fonte da consciência, e esta é um dado secundário, derivado, uma vez que é reflexo da matéria. Porém, a consciência humana, mesmo historicamente situada, não é passiva: ao tomar conhecimento das relações que o determinam, o ser humano pode agir sobre o mundo, até mesmo no sentido de uma ação revolucionária, exercida contra o que lhe parecia determinante.

O materialismo é **dialético** por reconhecer a estrutura contraditória do real, que, em seu movimento constitutivo, passa por três fases: a tese, a antítese e a síntese. O movimento da realidade é explicado, portanto, pelo antagonismo entre o momento da tese e o da antítese, cuja contradição deve ser superada pela síntese. Desse modo, todos os fenômenos da natureza ou do pensamento encontram-se em constante relação recíproca, não podendo ser compreendidos isoladamente, isto é, fora dos fenômenos que os rodeiam. Os fatos pertencem a um todo dialético e, como tal, fazem parte de uma estrutura.

Materialismo histórico

O materialismo histórico é a aplicação dos princípios do materialismo dialético ao campo da história. Como o próprio nome indica, portanto, é a explicação da história por meio de fatores materiais, ou seja, econômicos e técnicos. A história não se explica pela ação dos indivíduos, como até então era admitido. Por exemplo, costuma-se explicar a história pela atuação de grandes figuras, como César, Carlos Magno, Luís XIV, ou de grandes ideias, como o platonismo, o positivismo, o cristianismo, ou, ainda, pela intervenção divina. Marx inverte esse processo: no lugar das ideias, estão os fatos materiais; no lugar dos heróis, a **luta de classes**, por exemplo, a contradição entre senhor feudal e servo ou entre capitalista e proletário.

Em razão disso, para Marx, a sociedade estrutura-se em dois níveis: a infraestrutura e a superestrutura.

- A **infraestrutura** constitui a base econômica e engloba as relações do ser humano com a natureza no esforço de produzir a própria existência. Assim, de acordo com o clima (frio, quente, seco ou chuvoso) e os instrumentos de trabalho (pedra, madeira, metal ou eletrônicos), desenvolvem-se certas técnicas que influenciam as relações de produção, ou seja, o modo pelo qual os seres humanos se organizam na divisão do trabalho social. É nesse sentido que, na história, encontramos relações de senhores e servos e de capitalistas e proletários.
- A **superestrutura** constitui o caráter político-ideológico de uma sociedade, isto é, a forma como os indivíduos se organizam por meio de crenças religiosas, leis, literatura, artes, filosofia, concepções de ciência etc. Para Marx, essas expressões culturais refletem as ideias e os valores da classe dominante e, desse modo, tornam-se instrumentos de dominação.

Se o marxismo explica a realidade considerando a estrutura material, a ideia é algo secundário, não por ser menos importante, mas no sentido de derivar de condições materiais. Em outras palavras, as ideias do direito, da literatura, da filosofia, das artes ou da moral estão diretamente ligadas ao modo de produção econômico.

Por exemplo: a moral medieval valorizava a coragem e a ociosidade da nobreza ocupada com a guerra, bem como a fidelidade, base do sistema de suserania e vassalagem. Do ponto de vista do direito, o empréstimo a juros era considerado ilegal e imoral em um mundo cuja riqueza era calculada de acordo com a posse de terras. Já na Idade Moderna, com a ascensão da burguesia, o trabalho foi valorizado e, consequentemente, criticava-se a ociosidade. A legalização do sistema bancário, por sua vez, exigiu a revisão das restrições morais aos empréstimos.

Os exemplos dados dizem respeito à passagem do sistema feudal para o sistema capitalista, que determinou transformações da moral, do direito e das concepções religiosas. Portanto, para estudar a sociedade não se deve, segundo Marx, partir do que os indivíduos dizem, imaginam ou pensam, e sim do modo pelo qual produzem os bens materiais necessários à vida.

Idealismo: do ponto de vista do conhecimento, nome genérico de diversos sistemas segundo os quais o ser ou a realidade são determinados pela consciência.

Positivismo: filosofia criada por Auguste Comte, no século XIX, para definir que a humanidade teria atingido sua maioridade com as chamadas ciências positivas, caracterizadas pela precisão do método e pela objetividade conceitual.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Nietzsche: o critério da vida

O filósofo Friedrich Nietzsche, nascido na Prússia, após estudar filologia e teologia, tornou-se professor de filologia grega na cidade de Basileia, na Suíça, mas abandonou a vida acadêmica em razão da saúde frágil e que se deteriorou ao longo do tempo. Em 1872, publicou seu primeiro livro, *O nascimento da tragédia no espírito da música*, seguido por *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*; *Humano, demasiado humano*; *A gaia ciência*; *Para além do bem e do mal*; *A genealogia da moral*; entre outros.

A obra de Nietzsche não é sistemática, o que explica a preferência do autor por aforismos, alusões e metáforas, numa escrita muitas vezes poética, embora contundente e crítica, como ocorre em *Assim falou Zaratustra*.

Como conhecemos

Nietzsche procedeu a um deslocamento do problema do conhecimento, alterando o papel da filosofia. Para ele, o conhecimento não passa de uma interpretação, de atribuição de sentidos, sem jamais ser uma explicação da realidade. Atribuir sentidos é, também, atribuir valores, ou seja, os sentidos são construídos com base em determinada escala de valores que se quer promover ou ocultar.

Se na linguagem comum a metáfora é um ornamento e como tal não tem significado de conhecimento propriamente dito, para o filósofo esse recurso assume um caráter cognitivo: só utilizando esse recurso é possível perceber as coisas no seu devir permanente, porque cada metáfora intuitiva é criada individualmente e, por isso, escapa ao "grande edifício dos conceitos", expressão que denota a sua crítica às verdades aceitas desde sempre. O conceito, por sua vez, nada mais é do que "o resíduo de uma metáfora". Assim expressou Nietzsche:

> "O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, [...] antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas."
>
> NIETZSCHE, F. *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 48. (Coleção Os Pensadores)

Outro aspecto do caráter interpretativo de todo conhecimento é a **teoria do perspectivismo**, que consiste em perseguir uma ideia sob diferentes perspectivas. Não existe verdade absoluta, pois essa pluralidade de ângulos não nos leva a conhecer o que as coisas são em si mesmas, mas é enriquecedora por nos aproximar mais da complexidade da vida em seu movimento.

Genealogia

A genealogia é o método de decifração proposto por Nietzsche que permite desmascarar o modo pelo qual os valores são construídos. Por esse método, é possível descobrir lacunas, os espaços em branco mais significativos, o que não foi dito ou foi reprimido. Com isso, é possível identificar como determinados conceitos foram transformados em verdades absolutas e eternas.

Como a vida é um devir – está sempre em movimento –, não é possível reduzi-la a conceitos abstratos, a significados estáveis e definitivos. Portanto, esse método visa resgatar o conhecimento primeiro, que foi transformado em verdade metafísica, estável e intemporal, ou seja, que não está sujeito à ação do tempo. Ao compreender a avaliação que foi feita dos instintos, Nietzsche descobriu que o único critério que se impõe é a vida, e não o ressentimento. Por isso, perguntou-se que sentidos atribuídos às coisas fortalecem nosso "querer viver" e quais o degeneram.

Por exemplo, nada sabemos da natureza ou da essência da honestidade, mas conhecemos numerosas ações individualizadas consideradas honestas, portanto, diferentes entre si: ao reunir todas elas sob o conceito de honestidade, estamos diante de uma abstração. O que se perde nesse processo é que, ao colocar seu agir sob a regência das abstrações, as intuições são desprezadas para privilegiar apenas o conceito.

Aforismo: estilo fragmentário e assistemático composto de textos curtos que exprimem de forma concisa um pensamento filosófico.

Canônico: do latim *canon*, "lei", "regra", "padrão".

Efígie: representação da imagem de um personagem real ou simbólico.

Genealogia: do grego *génos*, "origem", "nascimento", "descendência", e lógos, "estudo", "razão". Em Nietzsche, significa o questionamento da origem dos valores.

Plano de enchimento II, gravura de Maurits Escher, 1957. Conforme nosso olhar é desviado perspectivamente para as regiões mais claras ou mais escuras da gravura, vemos elementos diferentes se encaixando no todo. Em suas obras, Escher privilegiou a questão do perspectivismo, que, para Nietzsche, nos aproxima da complexidade da vida em seu movimento.

© 2020 THE M.C. ESCHER COMPANY-THE NETHERLANDS. ALL RIGHTS RESERVED.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

A transvaloração dos valores

Para Nietzsche, a tendência de desconfiar dos instintos culminou com o cristianismo, que acelerou a domesticação do ser humano. Em diversas obras, com seu estilo apaixonado e mordaz, Nietzsche fez uma análise histórica da moral para mostrar em que circunstâncias o ser humano se enfraqueceu, tornando-se doentio.

Ao criticar a moral tradicional, Nietzsche preconizou a transvaloração de todos os valores, ou seja, outros valores deveriam ser criados. Assim disse a filósofa brasileira Scarlett Marton, especialista na obra de Nietzsche:

> "A noção nietzschiana de valor opera uma subversão crítica [...]. Se até agora não se pôs em causa o valor dos valores 'bem' e 'mal', é porque se supôs que existiram desde sempre; instituídos num além, encontravam legitimidade num mundo suprassensível. No entanto, uma vez questionados, revelam-se apenas 'humanos, demasiado humanos'; em algum momento e em algum lugar, simplesmente foram criados. Assim o valor dos valores está em relação com a perspectiva a partir da qual ganharam existência. Não basta, contudo, relacioná-los com os pontos de vista que os engendraram; é preciso ainda investigar de que valor estes partiram para criá-los."
>
> MARTON, S. *Nietzsche*: a transvaloração dos valores. São Paulo: Moderna, 1993. p. 50. (Coleção Logos)

Pelo método da genealogia, Nietzsche denuncia a falsa moral "decadente", "de rebanho", "de escravos", cujos valores seriam a bondade, a humildade, a piedade e o amor ao próximo. Distinguiu, então, a **moral de escravos** e a **moral de senhores**.

Moral de escravos

De acordo com Nietzsche, a moral de escravos é herdeira do pensamento socrático-platônico e da tradição da religião judaico-cristã, porque está baseada na tentativa de subjugação dos instintos pela razão: o homem-fera é transformado em animal doméstico. Essa moral estabelece um sistema de juízos que considera o bem e o mal valores metafísicos transcendentes, isto é, independentes da situação concreta vivida.

Negando os valores vitais, a moral de escravos procura a paz e o repouso, o que provoca passividade e diminuição de sua potência. Na conduta humana, orientada pelo ideal ascético, a alegria é transformada em ódio à vida, o ódio dos impotentes, tornando-se vítima do ressentimento e da má consciência, ou seja, com sentimento de culpa. Desse modo, ao negar a alegria da vida, coloca a mortificação como meio para alcançar a outra vida do além, num mundo superior.

Moral de senhores

A moral de senhores é a moral positiva que visa à conservação da vida e de seus instintos fundamentais. É positiva porque apoiada no sim à vida e por se configurar sob o signo da plenitude, do acréscimo. Funda-se na capacidade de criação, de invenção, cujo resultado é a alegria, consequência da afirmação da potência. O indivíduo que consegue se superar é o que atingiu o além-do-homem. O sujeito além-do-homem consegue reavaliar os valores, desprezar os que o diminuem e criar outros que estejam comprometidos com a vida.

Niilismo e vontade de potência

Com o exposto, talvez se pense que Nietzsche chegou ao extremo de individualismo e amoralismo. Muitos até o chamaram de niilista, para acusá-lo de não acreditar em nada e negar os valores, o que é impreciso. Ao contrário, o filósofo atribuía o niilismo aos valores tradicionais de uma moral decadente, que acomodou o ser humano na mediocridade que uniformiza tudo.

Melhor dizendo, para o filósofo prussiano, o conceito de niilismo pode ser passivo ou ativo. O passivo exprime o declínio da vontade de potência (ou vontade de poder), expressão que não se confunde com a potência que visa dominar os outros, mas designa as forças vitais, que se encontravam entorpecidas e podem ser recuperadas pelo indivíduo dentro de si "num dionisíaco dizer-sim ao mundo". Nesse sentido, a potência é virtude compreendida como força, vigor, capacidade, autorrealização. Se essa moral valoriza a individualidade, isso ocorre tanto para si como para os outros, pois cada um pode ser ele mesmo.

Assim disse o professor Gilbert Hottois:

> "O super-homem é o homem do niilismo afirmativo, aquele que rompeu com a angústia mortífera da religião e da metafísica. Ele é o indivíduo capaz de pensar e de viver o movimento incessante e múltiplo da vontade de poder. De pensar e de viver como criador, como poeta, como dançarino e como artista."
>
> HOTTOIS, G. Do *Renascimento à pós-modernidade*: uma história da filosofia moderna e contemporânea. Aparecida: Ideias & Letras, 2008. p. 302-303.

Após a morte de Nietzsche, seu pensamento foi desvirtuado e associado ao antissemitismo. A filosofia de Nietzsche era claramente contrária ao racismo e ao nacionalismo germânico, mas sua irmã Elisabeth difundiu as obras com passagens descontextualizadas, sonegando trechos que explicitavam melhor a posição do filósofo. A distorção da obra de Nietzsche o levou a ser considerado, equivocadamente, inspirador de ideias nazistas.

Suprassensível: o que está acima de ser captado pelos sentidos.

Além-do-homem: do alemão *Übermensch*, "sobre-humano", "que transpõe os limites do humano". Costuma ser usado também "super-homem", embora o termo possa dar margem a mal-entendidos.

Niilista: adepto do niilismo (do latim *nihil*, "nada").

Antissemitismo: corrente ou atitude política adversa aos judeus.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Freud: fundador da psicanálise

Histérico: referente à histeria, manifestação psíquica ligada aos impulsos libidinais recalcados, traduzida em sintomas corporais.

Pulsional: relativo à pulsão. Na psicanálise, as pulsões são forças internas que provocam tensões. Entre os diversos tipos de pulsão, destacam-se a de natureza sexual e a de autoconservação.

Libido: do latim *libitus*, "desejo", "vontade". Na psicanálise, conceito de definição complexa entendido como manifestação dinâmica da pulsão sexual na vida psíquica.

Interdito: proibição; o que está proibido, interditado.

O médico austríaco Sigmund Freud viveu em Viena e trabalhou na segunda metade do século XX com o neurologista francês Jean-Martin Charcot, que tratava mulheres histéricas por meio de hipnose. Posteriormente, aperfeiçoou sua compreensão a respeito de doenças psíquicas até criar a teoria psicanalítica com base na hipótese do inconsciente. Para a psicanálise, todos os nossos atos têm uma realidade exterior representada na conduta externa, mas também carregam significados ocultos que podem ser interpretados. Usando uma metáfora, pode-se dizer que a vida consciente é apenas a ponta de um *iceberg*, cuja parte submersa (de maior volume) simboliza o inconsciente.

Outra inovação da psicanálise encontra-se na compreensão da natureza sexual da conduta humana. A energia que preside os atos humanos é de natureza pulsional, que Freud denomina libido. É importante entender, porém, que para Freud a sexualidade não se reduz à genitalidade – isto é, aos atos que se referem à atividade sexual propriamente dita –, porque seu significado é muito mais amplo, ao abranger toda e qualquer forma de gratificação ou busca do prazer.

As três instâncias do aparelho psíquico

Ao descrever o aparelho psíquico, Freud delimita três instâncias diferenciadas: id, ego e superego.

- O **id** (do latim, "isto") constitui o polo pulsional da personalidade, o reservatório primitivo da energia psíquica; seus conteúdos são inconscientes, alguns inatos e outros recalcados.
- O **ego** (do latim, "eu") é a instância que age como intermediária entre o id e o mundo externo; em contraste com o id, que contém as pulsões, o ego enfrenta conflitos para adequá-las pela razão às circunstâncias. Por isso o ego é também a sede do superego.
- O **superego** (ou "supereu") é o que resulta da internalização das proibições impostas pela educação, de acordo com os padrões da sociedade em que se vive.

Cena da ópera *Édipo rei*, 2019, inspirada na tragédia de Sófocles e dirigida por Charles Newell. A história de Édipo, narrada na tragédia de Sófocles, é uma das ficções mais marcantes do mundo ocidental e serviu à reflexão de inúmeros pensadores, entre eles Freud. Na história, Édipo se cega após descobrir que tirou a vida de seu próprio pai.

MICHAEL BROSILOW

As forças antagônicas que agem no ego exigem do indivíduo um ajuste regulador, o **princípio de realidade**, pelo qual equaciona a satisfação imediata dos desejos, adequando o **princípio do prazer** às condições impostas pelo mundo exterior.

Quando o conflito é muito grande e o ego não suporta a consciência do desejo, este é rejeitado, o que provoca o *recalque* (ou recalcamento), processo que ocorre inconscientemente e não se confunde com a repressão, como vamos estudar adiante.

No entanto, o que foi recalcado não permanece no inconsciente, pois, sendo energia, precisa ser expandido, e reaparece na forma de sintomas, que podem ser decifrados em sua linguagem simbólica. Caso os sintomas permaneçam obscurecidos pelo desconhecimento das causas, as consequências são as neuroses ou até desordens mais graves. Caberia à prática psicanalítica aplicar seu método para que o próprio paciente faça essa descoberta por meio da associação livre.

Um dos conceitos importantes da psicanálise é o complexo de Édipo – inspirado no mito grego em que Édipo mata o pai e se casa com a mãe –, que consiste no desejo do menino pela mãe e sua rivalidade em relação ao pai, processo que ocorreria, para Freud, dos três aos cinco anos de idade. Porém, por ser incestuosa, essa pulsão primária entra em conflito com os interditos e o desejo edipiano é suprimido ou recalcado. Para Freud, esse complexo desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano.

MODERNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

CALVIN & HOBBES, BILL WATTERSON © 1995 WATTERSON/DIST. BY ANDREWS MCMEEL SYNDICATION

O melhor de Calvin, tirinha de Bill Watterson, 1995. Nessa tira, Calvin festeja a satisfação de seu id (trancar sua amiga Suzi no armário); a mãe de Calvin representa o superego, que impõe os padrões de convívio social; e o tigre Haroldo simboliza o princípio de realidade do ego consciente (a certeza de um castigo).

Associação livre

Há várias maneiras de sondagem do inconsciente e, para Freud, os sonhos são "a via régia para o inconsciente", conforme aparece em seu livro *A interpretação dos sonhos*, publicado em 1900. O que recordamos de um sonho é seu conteúdo manifesto, que às vezes nos parece incoerente e absurdo, mas essas deformações decorrem da resistência, conceito criado para identificar as forças defensivas do ego que, na vigília, impedem a tomada de consciência dos desejos recalcados no inconsciente. No entanto, todo sonho oculta um conteúdo latente, a ser descoberto pela decifração do simbolismo do recalcado.

Algumas pessoas costumam procurar significados fixos para os sonhos, como se houvesse símbolos universais, mas, para Freud, tudo se inicia das associações livres feitas pelo próprio sujeito que sonha. Seguindo o fluxo espontâneo das ideias, ele dá pistas para que se descubra o sentido oculto, enquanto o profissional que o assiste, apoiado pelas regras da prática terapêutica psicanalítica, o auxilia a chegar aos pensamentos latentes do sonho.

Além dos sonhos, atos falhos e chistes são fenômenos psíquicos que fornecem elementos adequados à interpretação. Os **atos falhos** são pequenos deslizes, como esquecimentos, trocas de nomes ou lapsos de linguagem aparentemente involuntários, mas que podem ser interpretados porque "traem" algum segredo. O **chiste** consiste em gracejos feitos sem aparente intenção de ofender ou seduzir, mas que revelam forças agressivas ou eróticas reprimidas.

Sublimação e repressão

Quando o ego se defronta com conflitos, reage de diversas maneiras. Uma delas é a **sublimação**, que consiste na busca de modos socialmente aceitáveis de realização das pulsões do id, ou de pelo menos parte delas. É o que ocorre quando o indivíduo realiza desejos que não tem por objetivo explicitamente a sexualidade, mas que podem lhe dar prazer, como a criação artística, a investigação intelectual ou quando se dedica a atividades valorizadas pela cultura em que vive, seja no trabalho, seja na religião etc.

Outra reação do ego pode ser a **repressão**, que não se confunde com o recalque, apesar de esses conceitos serem muitas vezes usados como sinônimos.

Como já observamos, o recalque é um processo inconsciente, ao passo que a repressão resulta de um ato consciente, seja do próprio indivíduo – quando reprime seus desejos por considerá-los contrários a seus valores ou simplesmente impróprios –, seja o ato de uma autoridade externa, como pais, a polícia etc. Portanto, por ser consciente, é o sujeito que de modo autônomo "censura" o desejo em razão de motivações morais, é ele que obedece a agentes externos "repressores".

Psicanálise e cultura

Em *O mal-estar na cultura* – também traduzido como *O mal-estar na civilização* –, Freud refletiu sobre o efeito da repressão dos instintos agressivos e sexuais e seus resultados na cultura, capazes de provocar um estado perigoso de frustração. Ao observar que as forças agressivas e egoístas precisavam ser controladas para permitir o convívio humano e a vida moral, Freud se perguntou em que medida essa renúncia poderia ser autodestrutiva a ponto de comprometer a felicidade. Concluiu com pessimismo que é alto o preço pago pelo indivíduo para tornar-se civilizado, mas ponderou:

> "O programa que o princípio do prazer nos impõe, o de sermos felizes, não é realizável, mas não nos é permitido – ou melhor, não nos é possível – renunciar aos esforços de tentar realizá-lo de alguma maneira. Para tanto, pode-se escolher caminhos muito diversos, colocando em primeiro lugar o conteúdo positivo da meta, o ganho de prazer, ou o negativo, o de evitar o desprazer."
>
> FREUD, S. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 76. (Coleção L&PM Pocket)

Para assistir

Lou

Direção: Cordula Kablitz-Post. Alemanha e Suíça, 2016. 113 min.

O filme é baseado nas memórias de juventude da escritora e psicanalista Lou Andreas-Salomé, nascida em São Petersburgo (Rússia) em 1861. Discípula de Freud, aplicou a psicanálise às questões referentes à mulher, aspecto bem retratado no filme.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Fenomenologia

A fenomenologia é um método e uma filosofia propostos pelo alemão Edmund Husserl em 1913 com a publicação de *Ideias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica*. Ele a entendia como o processo pelo qual se investiga o fluxo da consciência ao mesmo tempo que se é capaz de representar um objeto fora de si. Podemos compreender melhor esse processo se examinarmos o conceito de fenômeno como "aquilo que aparece", isto é, como se apresenta imediatamente à consciência.

A fenomenologia opõe-se à filosofia tradicional por considerar que esta se apoia em uma metafísica vazia e abstrata, voltada para a explicação, ao passo que o próprio ser humano é o ponto de partida da reflexão no novo método. Ao buscar o que é dado na experiência, aquele que vive determinada situação concreta descreve "o que se passa" efetivamente de seu ponto de vista, processo que valoriza a intuição e a afetividade.

A fenomenologia de Husserl

A filosofia de Husserl critica o positivismo e o cientificismo, que, ao se aterem apenas aos fatos e às relações entre eles, limitariam o conhecimento científico a uma neutralidade despojada de subjetividade. O filósofo propôs-se, então, a ressaltar as relações entre consciência e objeto, retornando às próprias coisas sem desprendê-las da subjetividade.

Intencionalidade

Para estabelecer a relação entre sujeito e objeto, Husserl parte de um postulado básico, a noção de **intencionalidade**: toda consciência é intencional por sempre tender para algo, por visar a algo fora de si. Contrariando o que afirmaram os racionalistas (como Descartes), não há pura consciência separada do mundo, porque toda consciência é consciência de alguma coisa. Contra os empiristas (como John Locke), a fenomenologia afirma que não há objeto em si, já que o objeto é sempre para um sujeito que lhe dá significado. Dessa maneira, seria resolvida a contradição entre corpo-mente e sujeito-objeto, que perdurou na tradição filosófica (com exceção de Baruch Espinosa).

Em oposição ao positivismo, a fenomenologia visa à "humanização" da ciência, apoiada em uma nova relação entre sujeito e objeto, ser humano e mundo, considerados polos inseparáveis. Como a consciência é doadora de sentido, fonte de significado, o processo de conhecer nunca termina: é uma exploração exaustiva do mundo. Vale lembrar que a consciência do mundo não se reduz ao conhecimento intelectual, pois a consciência também é fonte de intencionalidades afetivas e práticas.

A teoria fenomenológica influenciou filósofos importantes que seguiram percursos autônomos, porque a herança de Husserl não prosseguiu como pensava o filósofo, uma vez que adquiriu variantes que tornam bastante difícil definir em que consiste o método fenomenológico, o que cada um entende por subjetividade ou intencionalidade. Na sequência, vamos abordar o pensamento de Martin Heidegger, um desses variantes do método fenomenológico.

Casablanca, instalação de Georges Rousse, 2003. Em um ambiente branco, o artista posicionou a foto de uma rua com cores vivas e, apesar do contraste, a imagem colorida parece fazer parte do ambiente. Quando vemos essa instalação, o que aparece em nossa consciência pode não ser o mesmo que aparece na consciência de alguém que está posicionado em qualquer outro ponto do mesmo ambiente.

ROUSSE, GEORGES. LICENCIADO POR AUTVIS BRASIL, 2020

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Heidegger: fenomenologia existencial

No século XIX, diversos filósofos voltaram-se para temas que questionavam o racionalismo excessivo da tradição filosófica. O filósofo dinamarquês Sören Kierkegaard, que viveu na primeira metade do século XIX, foi o primeiro a descrever a angústia como experiência fundamental do ser livre ao se colocar em situação de escolha. No século seguinte, os existencialistas buscaram compreender a singularidade da escolha livre.

O filósofo alemão Martin Heidegger às vezes é enquadrado entre os existencialistas, embora ele próprio recusasse a filiação, argumentando que, na sua filosofia, as reflexões acerca da existência não tratam propriamente da existência pessoal, mas constituem análise introdutória ao problema do ser, termo que deve ser compreendido em seu sentido ontológico.

Discípulo de Edmund Husserl, Heidegger adotou o método fenomenológico, apesar de, nele, assumir diferenças significativas por ser de natureza hermenêutica (interpretativa), o que lhe permitiu uma nova concepção da relação entre consciência e mundo, entre sujeito e objeto.

O "ser-aí"

Na obra *Ser e tempo*, publicada em 1927, Heidegger seguiu o método fenomenológico para discutir e elaborar uma teoria do ser. Desde logo, percebeu que o ser humano existe, portanto não é como as coisas e os animais. Esse existir é por ele denominado *Dasein*, expressão alemã de difícil tradução que significa algo como "ser-aí", isto é, o ser-no-mundo, porque o ser humano não constitui uma consciência separada do mundo. Ser é "estourar", "eclodir" no mundo.

O *Dasein*, como "ser-aí", é um ser "lançado" no mundo; no entanto, o ser humano não se reduz a uma "coisa". Por isso, distinguem-se na existência humana dois aspectos inseparáveis: facticidade e transcendência.

- A **facticidade** é o conjunto das determinações humanas: nós nos encontramos no mundo possuindo um corpo com determinadas características psicológicas, pertencemos a uma família, a um grupo social e estamos situados em um tempo e espaço que não escolhemos. Vivemos em um mundo que não criamos e ao qual nos encontramos submetidos em um primeiro instante.
- A **transcendência** é a ação pela qual o ser humano executa o movimento de ir além dessas determinações, não para negá-las, mas para lhes dar sentido e orientar suas ações nas mais diversas direções. A transcendência é a dimensão da liberdade humana.

Portanto, para Heidegger o existir não se assemelha ao estar das coisas, mas é projetar-se, inventar-se e, sobretudo, escolher-se, como ser de liberdade que é. Em razão de a liberdade sempre estar situada em um mundo concreto, não há como, então, separar os polos de facticidade e de transcendência.

Temporalidade

Apenas o *Dasein*, o "ser-aí", é um ser no tempo, porque é um ser como possibilidade, como projeto, o que o introduz na dimensão da temporalidade. Isso não significa apenas ter um passado e um futuro em que os momentos se sucedem passivamente uns aos outros, mas que a existência é esse ato de se projetar no futuro e, ao mesmo tempo, transcender o passado, o que não ocorre sem dificuldade. Mergulhado na facticidade, o ser humano tende a recusar seu próprio ser, cujo sentido se anuncia, mas que ainda se acha oculto.

A angústia decorre da tensão entre o que o indivíduo é e aquilo que poderá vir a ser, como dono de seu próprio destino. Desse modo, a angústia retira o indivíduo do cotidiano e o reconduz ao encontro de si mesmo.

> "Na angústia – dizemos nós – 'a gente sente-se estranho'. O que suscita tal estranheza e quem é por ela afetado? [...] Todas as coisas e nós mesmos afundamo-nos numa indiferença. Isto, entretanto, não no sentido de um simples desaparecer, mas em se afastando elas se voltam para nós. Este afastar-se do ente em sua totalidade, que nos assedia na angústia, nos oprime."
>
> HEIDEGGER, M. *Que é metafísica?* São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 39. (Coleção Os Pensadores)

O impessoal

O conceito de impessoalidade, para Heidegger, refere-se à existência inautêntica da pessoa que se degrada ao viver de acordo com verdades e normas dadas. A despersonalização a faz mergulhar no anonimato, que anula qualquer originalidade. É o que o filósofo chamou de mundo do "se" (do "a gente") ao designar a impessoalidade da ação: come-se, bebe-se, vive-se, como todos comem, bebem e vivem. Ao contrário, a pessoa autêntica é a que se projeta no tempo, sempre em direção ao futuro. A existência é o lançar-se contínuo às possibilidades sempre renovadas.

Entre as possibilidades, destaca-se a de ser-com-o-outro, desde que se estabeleça uma relação de solicitude e favoreça a consciência de minha liberdade, sem se esquecer, porém, que geralmente é do outro que podem vir as respostas inautênticas, que reforçam as ações impessoais.

Outra possibilidade, privilegiada e inexorável, é a morte. O "ser-aí" é um "ser-para-a-morte". É a consciência da própria morte que possibilita o olhar crítico sobre a existência. Ao contrário, é característica da inautenticidade abordar a morte como "morte na terceira pessoa", ou seja, a morte dos outros, evitando tematizar a finitude e, portanto, sem questionar a própria existência.

Ontológico: para Heidegger, relativo ao ser em si mesmo, em sua dimensão ampla e fundamental, em oposição ao ôntico, que se refere aos entes múltiplos e concretos da realidade.
Facticidade: do latim *factum*, "fato".
Despersonalização: no contexto, é o processo de perda das características e dos desejos individuais, que fazem uma pessoa não "ser ela mesma".
Solicitude: zelo, atenção, cuidado pelo outro.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Onívoro: do latim *omnivorus*, "que come tudo ou de tudo"; metaforicamente, "que absorve, consome ou devora tudo".

A questão da técnica

Heidegger criticou o que chamou de triunfo da técnica, ao deixar de ser um meio para se transformar em um fim. Para ele, no mundo contemporâneo, a técnica promoveu "o arquivamento do passado e a apologia do presente" ao valorizar de modo excessivo o progresso, em que só o novo é reconhecido como bom.

Assim comentaram Reale e Antiseri:

> "Para Heidegger, [...] a técnica é o resultado natural daquele desenvolvimento pelo qual, esquecendo do ser, o homem se deixou arrastar pelas coisas, tornando a realidade puro objeto a dominar e a desfrutar.
>
> E esse comportamento, [...] a ameaçar as bases da própria vida, é comportamento que se tornou onívoro; trata-se de uma fé, a fé na técnica como domínio sobre tudo."

REALE, G.; ANTISERI, D. *História da filosofia*: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. São Paulo: Paulus, 2006. v. 6, p. 210.

Essas questões, levantadas em 1950, antecipam as preocupações atuais com relação à destruição da natureza, tema também abordado pelos filósofos frankfurtianos.

Sartre e o existencialismo

Jean-Paul Sartre escreveu *O ser e o nada*, sua principal obra filosófica, em 1943. Fortemente influenciado pela fenomenologia de Husserl e a filosofia de Heidegger, sua teoria gerou uma "moda existencialista" pelo fato de ter se tornado renomado romancista e teatrólogo, além de sua atuação política.

A produção intelectual sartriana foi marcada pela Segunda Guerra Mundial e pela ocupação nazista da França. Podemos dizer que há um Sartre de antes da guerra e outro do pós-guerra, tão grande o impacto que a Resistência Francesa exerceu sobre sua concepção política de **engajamento**: a necessidade de se voltar para a análise da situação concreta, como responsável pelas mudanças sociais e políticas de seu tempo.

Essa concepção também repercutiu na discussão da moral do sujeito concreto. Por isso, para Sartre, não é possível prever o conteúdo da moral, mas apenas indagar se o que fazemos é ou não em nome da liberdade.

Ilusões vol. II, Édipo, videoinstalação de Grada Kilomba, 2018. Nessa videoinstalação, a artista faz uma releitura da tragédia grega *Édipo Rei* na perspectiva da tradição africana de contar histórias. A arte de Kilomba expressa o engajamento de quem está comprometida em mostrar um outro lado das narrativas tradicionais do mundo ocidental, relatando-as do ponto de vista da opressão sofrida pelo povo negro.

TIMO OHLER, COURTESY OF BERLIN BIENNALE

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

A existência precede a essência

Para entendermos melhor a concepção de liberdade sartriana, comecemos pela análise de uma ideia fundamental do existencialismo: a existência precede a essência. Segundo as concepções tradicionais, o ser humano possui uma essência, uma natureza humana universal, do mesmo modo que todas as coisas têm igualmente uma essência. Por exemplo, a essência de uma mesa é aquilo que faz ela ser mesa e não cadeira, ou seja, é o ser mesmo da mesa, não importa que ela seja de madeira, fórmica ou de vidro, grande ou pequena, mas que tenha as características que nos permitem reconhecê-la e usá-la como mesa.

Já no caso do ser humano, Sartre destaca uma situação radicalmente diferente, porque, para ele, a existência precede a essência, ao contrário do que ocorre com as coisas e os animais. O que isso significa? Assim ele disse:

> "[...] o homem primeiramente existe, se descobre, surge no mundo; e [...] só depois se define. O homem, tal como o concebe o existencialista, se não é definível, é porque primeiramente não é nada. Só depois será alguma coisa e tal como a si próprio se fizer. Assim, não há natureza humana, visto que não há Deus para a conceber. O homem é, não apenas como ele se concebe, mas como ele quer que seja, como ele se concebe depois da existência, como ele se deseja após este impulso para a existência; o homem não é mais que o que ele faz. Tal é o primeiro princípio do existencialismo."
>
> SARTRE, J.-P. *O existencialismo é um humanismo*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970. p. 216.

Qual é a diferença entre o ser humano e as coisas? Sartre explica por meio das expressões "ser-para-si" e "ser-em-si". Apenas o ser humano é para-si, por ser consciente e autorreflexivo: só a consciência pensa sobre si mesma, é capaz de pôr-se fora de si. É a consciência que distingue o ser humano das coisas e dos animais, que são em-si, por não serem capazes de se colocar do lado de fora para se autoexaminar.

Como só o ser humano é para-si, apenas ele é livre, porque não é nada mais do que seu projeto, ou seja, o ser que age tendo em vista as escolhas que faz. Portanto, só o ser humano existe. O que acontece ao indivíduo quando se percebe para-si, aberto à possibilidade de construir ele próprio sua existência? Descobre que não há essência ou modelo para orientar seu caminho e, por isso, seu futuro encontra-se disponível e aberto; portanto, irremediavelmente "condenado a ser livre". Sartre cita a frase de Dostoiévski em *Os irmãos Karamazov*: "Se Deus não existe, então tudo é permitido", para lembrar que os valores não são dados nem por Deus nem pela tradição – só ao próprio indivíduo cabe inventá-los.

Projeto: do latim *projectus*, "lançado para a frente"; o prefixo *pro* indica "diante de".

Existir: do latim *exsistere*, que no sentido primitivo é "elevar-se para fora de".

A angústia da escolha e a má-fé

Ao experimentar a liberdade e ao sentir-se como um vazio – a consciência é nada –, o indivíduo vive a angústia da escolha. Muitas pessoas não suportam essa angústia, fogem dela, aninhando-se na má-fé.

A má-fé é a atitude característica de quem finge escolher, uma forma de "autoengano" daquele que imagina já ter seu destino traçado, que aceita as verdades exteriores, "mente" para si mesmo e simula ser ele próprio o autor de seus atos, uma vez que aceitou sem críticas os valores estabelecidos. Não se trata de uma mentira propriamente, pois esta supõe outros para quem mentimos, ao passo que na má-fé o indivíduo dissimula para si mesmo, com o objetivo de evitar fazer uma escolha pela qual deva se responsabilizar.

Aquele que recusa a liberdade torna-se desonesto diante de si, desprezível, pois nesse processo recusa a dimensão do "para-si" e torna-se "em-si", semelhante às coisas. Perde a transcendência, que lhe daria autenticidade, e reduz-se à facticidade. Sartre chama de espírito de seriedade o comportamento de recusa da liberdade para viver o conformismo e a "respeitabilidade" da ordem estabelecida e da tradição. Esse processo é exemplificado em seu conto *A infância de um chefe*.

Liberdade e responsabilidade

Com base no que foi dito a respeito do existencialismo, poderíamos supor que Sartre defendia o individualismo, cada um preocupando-se apenas com a própria liberdade e ação. Contra esse mal-entendido, ele advertiu:

> "E, quando dizemos que o homem é responsável por si próprio, não queremos dizer que o homem é responsável pela sua restrita individualidade, mas que é responsável por todos os homens. [...] Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser. Escolher ser isto ou aquilo é afirmar ao mesmo tempo o valor daquilo que escolhemos [...].
>
> [...] Assim, a nossa responsabilidade é muito maior do que poderíamos supor, porque ela envolve toda a humanidade."
>
> SARTRE, J.-P. *O existencialismo é um humanismo*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970. p. 218-219.

De acordo com alguns autores, a filosofia de Sartre provocou questões diversas decorrentes da concepção pela qual a consciência humana é livre e capaz de criar valores, mas, ao mesmo tempo, deve se responsabilizar por toda a humanidade, o que parece gerar uma contradição indissolúvel. Essa teoria o colocou nos limites da ambiguidade, pois se por um lado a realização humana apoiada na liberdade exige o comportamento moral, por outro a moral é impossível, visto que os princípios não podem ser os mesmos para todas as pessoas. Sartre sempre prometeu escrever um livro sobre moral, mas não realizou seu projeto.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

EM MODERNIA

Beauvoir: a mulher e o existencialismo

A filósofa francesa Simone de Beauvoir foi uma das grandes expoentes do existencialismo no século XX, tendo contribuído para a formulação e a consolidação desse tipo de pensamento ao lado de Jean-Paul Sartre, seu companheiro. A originalidade de Beauvoir consiste em aplicar as indagações do existencialismo a questões de gênero, refletindo sobre a condição da mulher.

No livro *O segundo sexo*, publicado em 1949, a filósofa propôs investigar como os gêneros se constroem para além da dimensão biológica, sem reduzi-los ao sexo feminino ou ao masculino. Sob uma perspectiva existencialista, Beauvoir compreendeu que as subjetividades femininas se inserem em determinados contextos históricos, o que gera uma tensão entre a subjetividade da mulher e a história que a transcende, na qual ela está mergulhada. É por meio dessa tensão que podemos compreender a condição da mulher, sem recair em uma naturalização do que é histórico, o que, se ocorresse, implicaria pensar uma essência tipicamente feminina.

Beauvoir analisa o fato de a mulher ter sido confinada historicamente à uma condição secundária, pois é na figura do homem que se concentrou o conceito universal de ser humano. A autora mostrou de maneira crítica a prevalência de uma concepção negativa da mulher – aquela que não é um homem –, o que reduzia a mulher à condição de um segundo sexo, ou seja, de um sexo secundário que não é definido em si mesmo.

Para romper com o caminho determinista atribuído às mulheres, Beauvoir chegou à famosa formulação "ninguém nasce mulher: torna-se mulher". Ao afirmar que não se nasce mulher, a filósofa quis dizer que não existe nenhuma essência ou natureza do feminino que defina de antemão o que a mulher é. A preocupação de Beauvoir consistiu em romper com o pensamento de fundo biológico que categoriza o macho e a fêmea. Com essa ruptura, ela empreendeu uma reflexão a respeito das características atribuídas à mulher historicamente e que impuseram a ela um destino. O existencialismo de Beauvoir pode ser interpretado como uma filosofia em prol da liberdade da mulher, na medida em que favorece sua libertação das condições deterministas que lhe são impostas historicamente. Disse a filósofa:

> "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificamos de feminino. Só a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como outro."
>
> BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 1, p. 11.

DAVID E. SCHERMAN/THE LIFE PICTURE COLLECTION/GETTY IMAGES

A filósofa Simone de Beauvoir em 1946. Beauvoir é considerada uma das principais ativistas dos direitos das mulheres no século XX.

Merleau-Ponty: a experiência vivida

Maurice Merleau-Ponty, escreveu *Humanismo e terror*, *A estrutura do comportamento*, *Fenomenologia da percepção*, *As aventuras da dialética*, *O visível e o invisível*. Participou da fundação da revista *Os tempos modernos* com diversos intelectuais franceses, entre eles Sartre e Simone de Beauvoir, tendo estabelecido laços de amizade com o criador do existencialismo, até se separarem por divergências ideológicas, apesar de serem ambos da mesma vertente.

O filósofo apropriou-se do método fenomenológico de Husserl dando-lhe contornos originais na medida em que criticou seu criador por prender-se à discussão das essências. É certo que a fenomenologia é o estudo das essências, mas ela é também "uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua facticidade".

Deve-se a Merleau-Ponty a primeira reflexão mais densa sobre o corpo vivido, em oposição à clássica divisão entre sujeito e objeto. Foi por meio da **filosofia do corpo** que o filósofo se dedicou a discussões de temas como conhecimento, liberdade, linguagem, política, estética e intersubjetividade.

Com base no conceito de intencionalidade, propôs compreender melhor as relações entre consciência e natureza, entre interior e exterior. Nesse sentido, o corpo é condição de nossa experiência no mundo, porque não temos um corpo, mas somos nosso corpo: o corpo não é uma "coisa" que está no espaço e no tempo, porque ele "habita o espaço e o tempo". O corpo humano é, portanto, aquilo pelo qual o mundo existe para cada um de nós.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Merleau-Ponty desfez a ideia tradicional de que, de um lado existe o mundo dos objetos, do corpo, da pura facticidade e, de outro, o mundo da consciência e da subjetividade, da transcendência. Ele pretendeu compreender melhor essas relações, que se apresentam por meio de ambiguidade e de sobreposição.

A realidade não aparece da mesma maneira à percepção das pessoas, mas ocorre a partir da vivência de cada um. Não surge por meio de uma consciência clara, mas por um modo de existir e de dar sentido ao mundo, entendendo-se sentido como o núcleo de significação que decorre da pessoa e de sua existência no mundo.

A liberdade

De que modo essas questões se relacionam com a liberdade, entendida como um plano de ação de transformação da realidade vivida? Comecemos pelo exemplo de um operário que toma consciência da exploração a que está submetida sua classe. Para Merleau-Ponty, essa consciência não surge de um esforço intelectual de conhecimento, nem de uma escolha racional, porque, antes disso, o indivíduo viveu as dificuldades de sobrevivência, o medo do desemprego, os sonhos abortados. Ora, se para alguns essa situação aparece como uma fatalidade a que não teriam meios de se opor, outros reagem diante dos fatos pelas reivindicações, pelas greves, com o objetivo de alcançar eventuais conquistas.

A adesão ao movimento operário ocorre antes de ter a consciência explícita da situação e amadurece na coexistência com os outros. A crítica às interpretações tradicionais decorre, portanto, do fato de desconsiderarem o projeto existencial, uma vez que a liberdade só se realiza se formos capazes de assumir nossa situação natural e social. Assim o filósofo explicou:

> "O que é então a liberdade? Nascer é ao mesmo tempo nascer do mundo e nascer no mundo. O mundo está já constituído, mas também não está nunca completamente constituído. Sob o primeiro aspecto, somos solicitados, sob o segundo, somos abertos a uma infinidade de possíveis. Mas esta análise ainda é abstrata, pois existimos sob os dois aspectos ao mesmo tempo. Portanto, nunca há determinismo e nunca há escolha absoluta, nunca sou coisa e nunca sou consciência nua. [...]"

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 608.

O que entender com essas afirmações? Nascer do mundo constitui nossa facticidade, o determinismo que não podemos evitar, porque pertencemos a um mundo já constituído. Mas será a partir dessa realidade dada – e não escolhida – que atuamos para tecer o mundo humano no qual pretendemos viver: esta será nossa dimensão de transcendência.

Merleau-Ponty referiu-se à advertência de que a liberdade não será alcançada recusando-se a realidade em que vivemos, porque é a partir dela, e por meio dela, que desvendamos o que foi recebido e que decidimos livremente como transformá-lo. É verdade que se trata muitas vezes de um salto no desconhecido, mas este é o desafio de qualquer projeto humano, já que para Merleau-Ponty estamos diante de uma "liberdade situada", e não de um livre-arbítrio sem condicionamentos.

Que conclusão podemos tirar do conceito de intencionalidade, tão valioso à fenomenologia? A compreensão que temos do corpo e da consciência, dos afetos, da liberdade, enfim, do mundo e dos outros nunca resulta da pura intelecção, mas depende do sentido que descobrimos em cada experiência, dos significados que decifamos ao pensar o mundo, o outro e nós mesmos.

A filosofia no mundo globalizado e a pós-modernidade

Não é fácil a definição do conceito de pós-modernidade, pois há diferentes explicações para o fenômeno. Geralmente, é atribuído a pensadores que se destacaram no debate a partir de meados do século XX, abrangendo vários campos do saber. De comum, há o estado de espírito que desconfia: não existe mais a esperança depositada no progresso, tampouco faz sentido a ilusão de que a razão haveria de nos orientar em direção a uma sociedade mais harmônica. Tudo parece envelhecido e ultrapassado, cada vez mais distante do sonho iluminista da libertação humana pelo conhecimento.

Os motivos da descrença na razão iluminista encontram-se em exemplos como os da Alemanha letrada, de onde emergiu o Holocausto, e na constatação de que o mais alto conhecimento da física contemporânea foi capaz de gestar a bomba que devastou Hiroshima e Nagasaki; ou, ainda, na constatação de como os princípios morais absolutos e universais se dissolveram na diversidade de valores relativos e subjetivos.

O pós-modernismo também promoveu mudanças no campo da arte: as vanguardas artísticas perderam sua força de escândalo. A crítica à austeridade do modernismo é percebida na arquitetura pós-moderna, que ironiza as teorias da funcionalidade na arquitetura – tese da tendência alemã da Bauhaus – e propõe criações com referências ecléticas ao passado.

Bauhaus: do alemão "construindo uma casa", nome de uma escola de arquitetura e desenho industrial da Alemanha que vigorou na década de 1920. O estilo era geométrico e austero, mas refinado e funcional.
Eclético: no contexto, o que mistura um pouco de cada estilo.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Filosofia pós-moderna

Na filosofia, o pensamento "pós-moderno" sofreu influência do perspectivismo de Friedrich Nietzsche e de vários filósofos que desvendaram as ilusões do conhecimento, denunciaram a razão emancipadora, incapaz de ocultar sua face de dominação, e questionaram a possibilidade de alcançar a verdade. No entanto, a partir da década de 1980, outros expressaram de maneira significativa essas rupturas por meio de um processo de "desconstrução" da metafísica tradicional, principalmente do conceito de sujeito e de sua pretensa autonomia.

É preciso, porém, advertir não ser tranquila a inserção de filósofos contemporâneos como pós-modernos, uma vez que ainda não há distanciamento suficiente no tempo para conclusões mais seguras. Alguns deles até não são propriamente pós-modernos, mas apenas se ocupam de analisar as características desse novo modo de pensar e agir.

Há ainda os que recusam explicitamente a concepção de pós-modernidade, como Jürgen Habermas. Em *A modernidade, um projeto inacabado*, o filósofo colocou-se contra o movimento pós-moderno porque, para ele, a tarefa iniciada por Immanuel Kant, de superação da incapacidade humana de se servir de seu próprio entendimento e ousar servir-se da própria razão, ainda deveria ser completada como tarefa a ser refeita a cada momento com base no exercício da razão crítica.

Já o francês Jean-François Lyotard tematizou a questão da pós-modernidade na obra *A condição pós-moderna*, publicada em 1979. Para ele, o pós-moderno representa a incredulidade diante das grandes narrativas, que se dizem capazes de explicar a realidade de modo absoluto e universal. Tinha sido esse o sonho de Descartes e de todas as teorias radicais, globalizantes, como as construídas por Hegel, Marx, Freud e até pelas grandes religiões. Contrariando-os, a pós-modernidade aceita o fragmentário, o descontínuo, o caótico.

Foucault: verdade e poder

O filósofo francês da contemporaneidade Michel Foucault desenvolveu um método de investigação histórica e filosófica. O ponto de partida de sua pesquisa foi a mudança de comportamentos ocorrida na Idade Moderna, na segunda metade do século XVII, sobretudo em instituições prisionais e hospícios. Suas principais obras são *Arqueologia do saber*, *História da loucura na era clássica*, *As palavras e as coisas*, *Vigiar e punir*, *História da sexualidade* e *Microfísica do poder*.

Foucault pretendia entender como as ideias de loucura, disciplina e sexualidade foram construídas historicamente em um período que se estendeu do século XVII ao XIX. Suas reflexões o levaram a apresentar uma nova teoria em que estabelece um nexo entre saber e poder. Segundo a tradição da modernidade, o saber antecede o poder: primeiro busca-se a verdade essencial, da qual decorre a ação. Para Foucault, porém, o saber não se encontra separado do poder e é justamente o poder que gera o que se passa a considerar como verdade.

Não por acaso, é com o avanço das ciências médicas e psiquiátricas que o aprofundamento do conhecimento do corpo humano é relacionado à vontade de regular, de controlar: as estratégias de poder são imanentes à vontade de saber. O resultado disso é que o poder se encontra em todo lugar e serve para dizer o que é saúde e doença, o normal e a "perversão".

Sua teoria inicia-se pelo processo de arqueologia e se completa com a tática genealógica.

- O **processo arqueológico** identifica, em determinado período, quais são as maneiras de pensar e certas regras de conduta que constituem um "sistema de pensamento".
- A **tática genealógica** é posterior e completa a investigação, na tentativa de explicar as mudanças ocorridas para saber como a verdade foi produzida no âmbito das relações de poder.

Arqueologia: do grego *arkhé*, "princípio", "causa original", e *lógos*, "estudo". É a ciência que estuda os costumes de povos antigos por meio de materiais coletados.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

As instituições fechadas

Foucault examinou as condições do nascimento da psiquiatria e levantou a hipótese de que o saber psiquiátrico não se constituiu para entender o que é a loucura, mas como instrumento de poder que propiciou a dominação do louco e seu confinamento em instituições fechadas. Não por acaso, também os mendigos eram recolhidos em asilos, o que representou uma tática de "exclusão que separa o louco do não louco, o perigoso do inofensivo, o normal do anormal".

Segundo o filósofo, a mudança ocorreu em decorrência da ascensão da burguesia. Ao se constituir como classe dominante, precisou de uma disciplina que excluísse os que eram considerados "incapazes" e "inúteis para o trabalho" (loucos e mendigos, entre outros). Com o desenvolvimento do processo de produção industrial, a nova classe interessou-se por mecanismos de controle mais eficazes, a fim de tornar os corpos dóceis e os comportamentos e sentimentos adequados ao novo modo de produção.

Em *História da loucura*, Foucault relata que, entre os séculos XV e XVI, uma das mais recorrentes expressões literárias e pictóricas sobre a loucura foi a da "nau dos loucos" (ou "nau dos insensatos"). Transportados para lugares distantes ou deixados à deriva, assombravam a imaginação das pessoas. No entanto, na Idade Moderna, aos poucos a loucura foi reduzida ao silêncio para não comprometer mais as relações entre a subjetividade e a verdade. Além de expulsa por uma razão dominadora, a loucura passou a ser vista como doença e a ser controlada em instituições fechadas que se espalharam pela Europa nos séculos XVII e XVIII: a nau havia se transformado em hospício. O mesmo tratamento foi dado aos mais pobres e aos desocupados.

A nau dos loucos, detalhe de pintura de Hieronymus Bosch, c. 1494-1510. Nessa nau, a loucura está associada ao vício, como mostra dois personagens hipnotizados por um pedaço de pão pendurado diante de seus olhos.

HIERONYMUS BOSCH - MUSEU DO LOUVRE, PARIS

A sociedade disciplinar

Nos séculos XVII e XVIII, os processos disciplinares assumiram a fórmula geral de dominação exercida em diversos espaços, além do já referido hospício: nos colégios, nos hospitais, nas organizações militares, nas oficinas, na família. Exerceu-se também pela medicalização da sexualidade, ao considerar certos comportamentos sexuais como doença a ser tratada, normatizando a vida íntima. O controle do espaço, do tempo, dos movimentos foi submetido ao olhar vigilante, que, por sua vez, se introjetou no próprio indivíduo.

A extensão progressiva dos dispositivos de disciplina ao longo daqueles séculos e sua multiplicação no corpo social configuram o que se chama "sociedade disciplinar". Desse modo, segundo uma "**microfísica do poder**", pela qual Foucault identificou que o poder não se exercia de um ponto central como qualquer instância do Estado, mas se encontrava disseminado em uma rede de instituições disciplinares. São as próprias pessoas, nas relações recíprocas (pai, professor, médico), que fazem o poder circular. Cabe à **genealogia do saber** investigar como e por que esses discursos se constituíram, que poderes estão na origem deles, ou seja, como o poder produz o saber.

Foucault criou o termo **biopoder** para caracterizar a força de dominação que age especificamente sobre a vida e o corpo dos indivíduos, sujeitando-os a mecanismos disciplinares promovidos por sociedades e estados modernos. O biopoder enraíza-se no corpo das pessoas de tal modo que as doiciliza, as adestra, o que permite um controle mais eficaz de seus comportamentos e de seus corpos.

Trocando ideias

Até hoje as pessoas consideradas "diferentes" têm sido vítimas de preconceitos ou mesmo excluídas do padrão aceito socialmente.

- Que "naus-preconceito" ainda navegam em nossos mares? Argumente questionando as causas dos prejulgamentos identificados.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

O controle da sexualidade

Em *História da sexualidade*, Foucault destacou que na civilização contemporânea fala-se muito sobre sexualidade, sobretudo para proibi-la, uma expressão do biopoder. Isso ocorre nas instâncias da família, da religião, da comunidade. Quanto à ciência, são estabelecidos padrões de normalidade e patologia, bem como classificações de tipos de comportamento. A palavra do "especialista competente" aprisiona os indivíduos, submetendo-os à vigilância e regulação do sexo. Desse modo, o discurso científico naturaliza o sexo, isto é, apresenta-o como algo natural – e não cultural –, reduzindo-o a uma visão biologizante.

Por exemplo, durante muito tempo a mulher esteve reduzida em sua sexualidade: ora por submeter-se ao desejo masculino, ora, no polo oposto, como aquela que gera filhos, presa a um destino biológico. Outro caso é o da homossexualidade. A respeito do discurso construído pela ciência sobre homossexuais, Foucault comentou:

> "Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la [a homossexualidade] como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente de toda uma série de intervenções e de controles novos. É o início tanto do internamento dos homossexuais nos asilos quanto da determinação de curá-los. Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinquentes (daí as condenações que podiam ser bastante severas – às vezes o fogo, ainda no século XVIII –, mas eram inevitavelmente raras). A partir de então, todos serão percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual."
>
> FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 233-234.

Como podemos constatar, a noção de verdade para Foucault encontrava-se ligada a práticas de poder disseminadas no tecido social (os micropoderes). Esse poder não é exercido pela violência aparente nem pela força física, mas pelo adestramento do corpo e do comportamento, a fim de "fabricar" o indivíduo normatizado.

Jacques Derrida: desconstrucionismo

Para o franco-argelino Jacques Derrida, o modelo totalizante da filosofia havia se esgotado, o que exigia novas formas de filosofar. Além disso, o risco de considerar que a teoria de cada um é a verdadeira fez que muitos sistemas filosóficos se estendessem no tempo sem que seus pressupostos fossem examinados. Por isso Derrida se distanciou das grandes sínteses, como a hegeliana, e se esforçou para se desfazer dos sentidos múltiplos.

Concentrou-se na desconstrução da metafísica tradicional, que tem por base a ideia de fundamento e de identidade. A desconstrução estende-se a vários campos do saber, pois em toda teoria há elementos ficcionais que nem sempre são percebidos como tal. Isso significa identificar o que está dissimulado, oculto nas entrelinhas, processo que enriquece a filosofia sem destruí-la. Aliás, estaria aí justamente a possibilidade de sua renovação.

Recebemos da tradição metafísica um conjunto de oposições (alma-corpo, voz-escrita, voz-pensamento, razão-desrazão), dicotomias ou "pares conceituais" que tecem hierarquias: alma superior ao corpo, valorização da voz em detrimento da escrita, a razão que exclui a loucura. Nessas oposições, Derrida não descobriu normas lógicas e neutras, mas hierarquias de valores que geram violência pela exclusão de um dos lados. A proposta do filósofo era questionar as oposições, negando a exclusão e mostrando que cada noção só tem sentido em relação à outra.

Nas obras *Gramatologia* e *A escritura e a diferença*, publicadas na década de 1960, o filósofo destacou que a tradição filosófica é logocêntrica, por privilegiar o logos (a razão) como base de toda verdade, e é fonocêntrica, por valorizar a voz e a presença em detrimento da escrita, que seria apenas uma substituta, uma auxiliar delas. Diante da desvalorização da escritura em relação à voz, Derrida propôs uma desconstrução para identificar a seleção realizada por quem escreve, ao mesmo tempo que revela o que foi omitido, o que está explícito e o que permanece oculto. A leitura rigorosa é a que se empenha em interpretar as metáforas e trazer à tona as lacunas.

Por isso mesmo, desconstruir não é reabilitar a escrita contra a fala, mas recusar a oposição entre as duas, o que ocorre quando nos valemos da ideia de anterioridade ou de superioridade de uma em relação à outra. Tanto é que, para ele, mesmo nas sociedades sem escrita há formas de registrar o número de bens produzidos. Em outras palavras, Derrida condenou a subordinação de um polo a outro quando se valoriza a voz em detrimento da escrita, assim como costuma ocorrer em outras oposições, como sujeito-objeto, espírito-corpo, razão-sensibilidade etc.

Desconstrução na ética e na política

É importante realçar o fato de Derrida ter nascido na Argélia, então colônia francesa, e pertencer a uma família de judeus argelinos, situação que o expôs à segregação em razão do antissemitismo e de ser imigrante. Na adolescência, já na França, encontrou empecilhos para ingressar na Escola Normal diante da redução de cotas para judeus. Mais tarde, concluídos seus estudos, tornou-se professor na Sorbonne, em Paris, e em universidades estadunidenses.

A própria experiência de exclusão marcou o pensamento e o olhar de Derrida para situações de recusa da alteridade, como as que atingem o estrangeiro, o imigrante, a mulher, a criança, o idoso e o animal. Como um não cidadão, a relação com o outro não passa de um "traço", de um mero "rastro" do outro em mim. Ele observou que toda exclusão parte da negação do diferente, o que gera, naquele que é negado, o sentimento de pária – pessoa à margem de uma comunidade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MASSIMO SESTINI/EYEVINE/GLOW IMAGES

Barco com cerca de 500 africanos em busca de asilo após serem resgatados no mar Mediterrâneo pela marinha italiana, em 2014. O refugiado, de acordo com as investigações de Derrida, costuma ser tratado como um outro, como uma pessoa estranha que tende a viver à margem da sociedade em que se instala; por isso, o filósofo enxerga a hospitalidade como um dever moral.

Assim explicou a professora Olgária Matos:

> "Quando Derrida afirma ter uma única língua e que ela não é a sua mas de um outro, dá sequência, deslocando-a, à interpretação de Freud sobre a questão da identidade e da origem.
>
> Nessa refiguração da língua encontra-se o sentimento 'perturbante', a situação próxima à do pária, no paradoxo da impossível inclusão e da impossível exclusão. Derrida elabora a condição daquele que está à margem, sem uma referência a uma comunidade política. Na sequência da Primeira Guerra Mundial, a queda do Império Russo, do Império Austro-Húngaro e do Otomano, bem como os reordenamentos políticos do Leste Europeu, as leis raciais sob o nazismo e a Guerra Civil Espanhola disseminaram na Europa uma população de refugiados como fenômeno de massa contínuo. O apátrida e o refugiado, embora comportem diferenças com respeito aos pertencimentos legais e simbólicos, dizem respeito, nos Estados industrializados, a 'residentes não estáveis' e não cidadãos, que não podem nem ser naturalizados nem repatriados."

MATOS, O. Derrida e a língua do outro. Revista *Cult*, São Paulo, n. 195, p. 32, out. 2014.

Derrida sempre desenvolveu significativa atuação política, como a defesa dos direitos de imigrantes argelinos na França ou seu ataque contra o *apartheid* na África do Sul, além de ter auxiliado dissidentes intelectuais da antiga Tchecoslováquia que exigiam do governo respeito aos direitos humanos.

Ciência em contexto

Os *drones* podem salvar vidas?

O departamento de engenharia eletrotécnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Portugal, desenvolveu em 2016 um projeto para salvar a vida de refugiados que tentam a perigosa travessia no Mediterrâneo. O projeto consiste em um *drone* e em uma embarcação não tripulada capazes de identificar e socorrer pessoas e barcos à deriva. O protótipo é composto de painéis solares, um sonar que capta volume sobre a superfície da água, um *laser* com cobertura de 360° e de alta precisão espacial, além de computadores para se comunicar com o *drone*.

O funcionamento ocorre da seguinte forma: o *drone* levanta voo na plataforma de um barco sem tripulantes, capta imagens encaminhadas a um operador e, caso sejam identificadas pessoas no mar, o barco de resgate se dirige exatamente ao local onde elas se encontram, com balsas infláveis e *kits* básicos de sobrevivência.

O projeto foi um dos dez finalistas da edição de 2017 do concurso internacional Drones for Good, promovido anualmente pelo governo dos Emirados Árabes Unidos para incentivar e premiar a melhor aplicabilidade de *drone* para solucionar problemas sociais de maneira útil e positiva.

Alteridade: do latim *alter*, "outro". Qualidade do que é outro; o outro é aquele que não sou eu.

Apátrida: indivíduo sem pátria; aquele que perdeu a nacionalidade de origem e não adquiriu outra.

***Apartheid*:** regime de segregação racial instituída na África do Sul em 1948, que perdurou oficialmente até 1991, quando foram abolidas as leis que a sustentavam. Contudo, alguns consideram as eleições de 1994, a primeira em que todos (brancos e negros) acima de 18 anos tiveram direito ao voto, como marco do fim da política segregacionista.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Gilles Deleuze: a criação de conceitos

O filósofo francês Gilles Deleuze escreveu sobre filósofos como Espinosa, Kant, Nietzsche e Bergson. São de sua autoria as obras *Lógica do sentido*, *Diferença e repetição* e, em parceria com o psicanalista Félix Guattari: *O anti-Édipo*, *Capitalismo e esquizofrenia*, *O que é a filosofia?* e *Mil platôs*.

Para Deleuze, a vida e o mundo encontram-se em constante processo de criação do novo: a vida é acontecimento, devir, um fazer-se contínuo. Por isso ele criticou a noção metafísica de conceito. Deleuze recusou as definições tradicionais de filosofia como contemplação, reflexão, diálogo ou comunicação para considerá-la "a arte de formar, de inventar, de criar conceitos".

Aos filósofos não interessam modelos estáticos nem o comportamento passivo de seguidores. Compreende-se, com essas afirmações, que os conceitos mudam e recebem constantes reinterpretações, pois, ao escrever sobre determinado filósofo, Deleuze identificou e clarificou os conceitos criados e explicitou o problema que o levou a inventar determinado conceito: ou seja, "fazer filosofia é problematizar". Com a noção de multiplicidade, ele acentuou o movimento em contraposição às essências, que caracteriza o ser constituído de uma vez por todas.

Segundo Deleuze e Guattari, quando refletimos, procuramos ordenar nosso pensamento para nos proteger do caos, das ideias fugidias. No entanto, a arte, a ciência e a filosofia exigem mais do que isso, uma vez que elas não buscam certezas definitivas. Baseando-se em um texto do escritor David-Herbert Lawrence, *O caos e a poesia*, os autores afirmaram:

> "[...] os homens não deixam de fabricar um guarda-sol que os abriga, por baixo do qual traçam um firmamento e escrevem suas convenções, suas opiniões; mas o poeta, o artista abre uma fenda no guarda-sol, rasga até o firmamento, para fazer passar um pouco do caos livre e tempestuoso e enquadrar, numa luz brusca, uma visão que aparece através da fenda. [...] Então, segue a massa dos imitadores, que remendam o guarda-sol, com uma peça que parece vagamente com a visão; e a massa dos glosadores que preenchem a fenda com opiniões: comunicação. Será preciso sempre outros artistas para fazer outras fendas, operar as necessárias destruições, talvez cada vez maiores, e restituir assim, a seus predecessores, a incomunicável novidade que não mais se podia ver. Significa dizer que o artista se debate menos contra o caos (que ele invoca em todos os seus votos, de uma certa maneira) que contra os 'clichês' da opinião."
>
> DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 261-262. (Coleção Trans)

Glosador: comentador; no contexto, alguém que não é criador.

Deleuze e Guattari nos disseram que, do mesmo modo que a filosofia ordena o caos com o conceito, a arte é capaz de romper com as convenções (rasgar o céu) e, ao nos desacomodar, nos convida a ordenar o caos pela sensação (afectos e perceptos) e a apreciar o novo. Os **perceptos** são entendidos como um conjunto de percepções e sensações que vão além daquele que as sente: trata-se de dar duração ou eternidade a um complexo de sensações que não pertencem mais a apenas um indivíduo, sendo transmitido a outros por meio da arte. Já os **afectos** são os chamados devires, que excedem as forças daquele que passa por eles, levando-o para potências além de sua própria compreensão: é o que acontece quando nos deparamos com alguma obra de arte que nos toca, por exemplo.

A ciência, por sua vez, tem por objeto as funções para conhecer o real por meio de mensurações. Por provocar tais fissuras, a filosofia, a arte e a ciência são chamadas de "caoides", realidades produzidas em planos que recortam o caos. Por ser um estado caoide por excelência, o pensar se compara sem cessar com o caos, ou seja, a filosofia é uma atividade contínua de criação de conceitos para enfrentar os problemas com que depara, mas que sempre reaparecem com outras configurações.

Ao dizer que os conceitos são criados de acordo com os problemas, Deleuze reforçou que essa criação se faz no plano da imanência, ou seja, não se busca transcendência alguma, mas apenas situar os elementos no tempo e no lugar onde se vive.

Ao contrário da noção de conceito metafísico, que aspira à verdade, o que Deleuze chamou de conceito é apenas expressão de sentidos e está enraizado na experiência presente e sempre transitória, porque sujeita ao caos.

O desejo

Freud, após estabelecer a hipótese do inconsciente, formulou a teoria do complexo de Édipo, cuja resolução se faz pela repressão do desejo pela mãe, libertando o sujeito para outros focos de seu desejo.

Deleuze e Guattari, na obra *O anti-Édipo*, criticaram a psicanálise por conceber o desejo como carência e entender que a superação da fase edipiana seria importante para estabelecer a ordem familiar e a autoridade do pai. Para eles, essa "edipianização" representava uma "castração do desejo" e seu empobrecimento. Ao contrário, reafirmaram a primazia do desejo e de sua força pulsional criadora. Isso porque os autores não reduziram o desejo à sexualidade, mas o ampliaram ao ressignificar a vontade de poder de Nietzsche e a força de existir que caracterizava o *conatus* de Espinosa, entendido como o esforço do ser humano para perseverar no seu ser. Para eles, o desejo é uma força imanente capaz de conexões que podem produzir bons e maus resultados.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Os três filósofos da diferença

Apesar das divergências existentes entre os três filósofos franceses analisados – Foucault, Derrida e Deleuze –, é possível reuni-los sob a marca da "diferença" em relação a tudo que a eles antecedeu. Contestaram a filosofia tradicional pelo seu apego à razão e às noções de sujeito, essência, objetividade e criticaram toda forma de poder, posicionando-se contra as oposições binárias que perpetuam a hierarquização, como as distinções entre inferior e superior, normal e desviante, sujeito e objeto, voz e escrita.

Como não poderia deixar de ser, eles sofrem críticas de diversos setores do pensamento contemporâneo.

Achille Mbembe: a razão negra

O filósofo camaronês Achille Mbembe é um dos maiores expoentes da filosofia produzida por autores africanos que pensam a questão do racismo e do negro na atualidade. No livro *Crítica da razão negra*, Mbembe contrapôs duas formas do que ele designou de razão negra. Conforme a primeira delas, há a visão construída ao longo de muitos séculos – que remonta à colonização do continente americano e à escravização dos africanos – de que o negro é um ser inferior ao branco, próximo à animalidade. Esse foi o imaginário construtor da própria noção de raça, criada pelo homem branco para determinar todos aqueles que não compartilham de sua identidade.

Assim, não faria sentido pensar em uma "raça branca", pois a própria ideia de raça está associada à figura do negro. Por trás desse imaginário estaria o primeiro tipo de razão negra, fabricado para efetivar uma separação, uma exclusão e uma erradicação, a serviço de uma ideologia de estigmatização sistemática da vida negra, cuja forma institucional mais emblemática no mundo contemporâneo consiste no *apartheid*.

> "Durante vários séculos, o conceito de raça – que sabemos advir inicialmente da esfera animal – serviu, em primeira linha, para nomear as humanidades não europeias. O que então se chamava 'estado de raça' correspondia, assim se pensava, a um estado de degradação e a uma defecção de natureza ontológica. A noção de raça permitia representar as humanidades não europeias como se tivessem sido tocadas por um ser inferior. Seriam o reflexo depauperado do homem ideal, de quem estariam separadas por um intervalo de tempo intransponível, uma diferença praticamente insuperável. [...] Mas o negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido. Produzi-lo é gerar um vínculo social de sujeição e um *corpo de extração*, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento."
>
> MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1, 2019. p. 41-42.

A essa designação racial imposta pela consciência europeia do negro, Mbembe contrapõe uma segunda razão negra, produzida pelo próprio negro consciente de sua exclusão. A segunda razão negra seria uma declaração de identidade que corresponderia à consciência negra do negro, tendo como horizonte uma participação plena e integral na história da liberdade, em um mundo livre do fardo da raça e do racismo. Protagonizando essa razão, estariam todos os grupos identitários negros que lutam por seus direitos e pelo reparo aos danos sociais historicamente infligidos a eles.

Para ler

O que é lugar de fala?

Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Nesse livro, a filósofa Djamila Ribeiro discute o conceito de lugar de fala. Inspirando-se em Simone de Beauvoir, cuja teoria dizia que a mulher é definida com base no homem (por isso ela seria inferiorizada e reduzida ao outro do homem), a filósofa brasileira mostra que a mulher negra ocupa uma posição ainda mais dramática, pois, não sendo homem nem branca, sofre de uma carência dupla que a submete à marginalização social. O lugar de fala reivindicado por Djamila é o da mulher negra, e é desse ponto de vista que parte a filósofa para discutir situações de opressão.

ROMULO FIALDINI - MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, SÃO PAULO

Amnésia, escultura em bronze de Flávio Cerqueira, 2015.

Análise de imagem

Na escultura *Amnésia*, o artista Flávio Cerqueira representou um corpo negro para denunciar o racismo na sociedade brasileira. Explique essa afirmação com base nos elementos da obra.

Defecção: deserção, renúncia.
Depauperado: esgotado, abatido.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

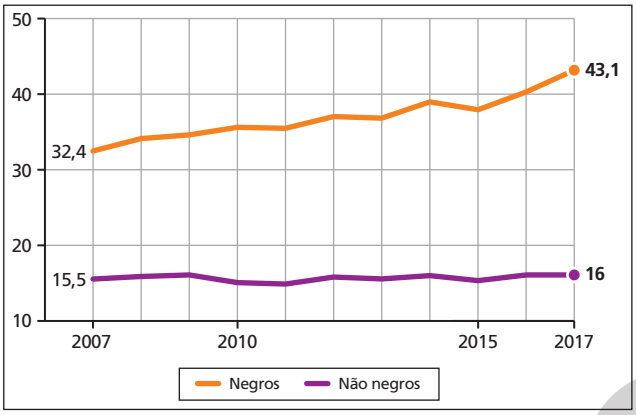
A necropolítica

Em seu livro *Necropolítica* – termo criado para tratar de uma política da morte (em grego, *nekrós*) –, Achille Mbembe se serviu das reflexões de Michel Foucault para denunciar como a racionalidade do biopoder define, por meio de critérios raciais, quem deve morrer e quem deve sobreviver. Se Foucault concentrava seus exemplos de aplicação do biopoder no regime nazista, Mbembe tem investigado o racismo.

Para Mbembe, o conceito de raça é fundamental para pensarmos a questão do biopoder. Ele defende que o racismo esteve sempre presente no imaginário e no exercício político do Ocidente, determinando uma tecnologia que regula a distribuição da morte. Nesse sistema, as raças consideradas inferiores e subjugadas são vítimas de uma política que implementa a aceitabilidade de um fazer morrer.

Taxa de homicídios no Brasil por 100 mil habitantes (em %) – 2007-2017

ADILSON SECCO



Fonte: IPEA; FBSP. *Atlas da violência* 2019. Brasília/Rio de Janeiro/São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. p. 49. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 5 maio 2020.

Análise de dados

De acordo com o gráfico, é possível estabelecer no Brasil uma relação entre biopoder e raça?

Baudrillard: a violência do global

O filósofo e sociólogo francês Jean Baudrillard dedicou muitas de suas obras a questões fundamentais para a compreensão das sociedades ocidentais contemporâneas, concentrando boa parte de suas investigações em temas como o consumo e o mundo globalizado. Para ele, a globalização das trocas comerciais indica o triunfo do pensamento único, capaz de fazer circular as ideias de democracia e direitos humanos como se fossem um produto análogo ao petróleo.

O que Baudrillard destacou foi a potência da globalização de dissolver as singularidades em benefício de um processo de homogeneização global, neutralizando as diferenças entre as culturas. De acordo com o filósofo, esse mecanismo adotado pela globalização é violento, pois requer a supremacia da eficiência da técnica e de uma circulação integral, ao mesmo tempo que persegue toda forma de singularidade.

Ocorre que nem toda sociedade assimila a cultura ocidental indiferenciada (universalizante) imposta pela globalização, preferindo manter espaço aberto para suas práticas e seus costumes particulares. Sociedades assim são tidas como refratárias, por resistirem ao poder de homogeneização da violência do global. Disse Baudrillard:

> "Para a potência global, tão integrista quanto a ortodoxia religiosa, todas as formas singulares são heresias. Por isso, estão fadadas a entrar por bem ou por mal na ordem mundial, ou a desaparecer. A missão do Ocidente (ou, melhor, do ex-Ocidente, pois ele não tem mais, há muito tempo, valores próprios) é submeter por todos os meios as múltiplas culturas à lei da feroz equivalência. Uma cultura que perdeu os seus valores só pode se vingar contra os valores das outras. Mesmo as guerras – como a do Afeganistão – visam antes de tudo, para além das estratégias políticas ou econômicas, a normalizar a selvageria, a alinhar todos os territórios. O objetivo é eliminar qualquer zona refratária, colonizar e domesticar todos os espaços selvagens, seja no espaço geográfico, seja no universo mental."

BAUDRILLARD, J. *Power inferno*. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 61.

SHAH MARAI/AFP

A artista afegã Shamsia Hassani grafita muro em Kabul, Afeganistão, 2013. Por meio do grafite, ela adere à cultura indiferenciada da arte de rua produzida nas grandes metrópoles do Ocidente. Entretanto, a artista reafirma a singularidade de sua cultura ao representar em seus grafites mulheres usando uma burca azul.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Mutações contemporâneas

As mudanças institucionais ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 representaram reações complexas à antiga ordem da sociedade patriarcal, por exemplo, as transformações sucedidas no modelo de família em razão de movimentos emancipatórios femininos, além de reivindicações de outras minorias, como homossexuais, negros e indígenas. Ao mesmo tempo, o setor de serviços prevalecia com a acelerada entrada na era da informática, da comunicação e da globalização.

Crianças e adolescentes daquele período passaram a ser educados com padrões de conduta diferentes. A família assumiu formatos plurais, como divorciados que se casam novamente, formação de núcleos monoparentais (constituídos apenas pela mãe ou pelo pai), uniões informais entre homem e mulher e entre pessoas do mesmo sexo etc. Por consequência, também os jovens passaram a se comportar com mais liberdade sexual que nas gerações que os antecederam.

Na mesma época, movimentos estimulados sobretudo por grupos religiosos reivindicavam o retorno aos padrões da família tradicional, a indissolubilidade do casamento e a condenação de uniões homoafetivas. Esse contexto multifacetado repercute na configuração das relações amorosas e nas expectativas em torno do que é ser feliz.

É dentro dessa nova perspectiva que precisamos repensar nosso conceito de felicidade, examinar o que permanece de universal nessa busca e quais são os novos riscos que a ameaçam e nos afastam de uma vida feliz.

Vejamos a seguir alguns obstáculos que se interpõem ao projeto de felicidade.

Individualismo e narcisismo

Um aspecto marcante da contemporaneidade encontra-se no fato de vivermos em uma época hedonista e individualista. Cada um se volta com mais intensidade para si mesmo, na busca da realização imediata dos próprios desejos. A procura pelo prazer instantâneo e a recusa em suportar frustrações são comportamentos que não se conciliam com o delicado trabalho das relações afetivas, porque estas se constroem ao longo da convivência entremeada por alegrias, dificuldades e contradições.

Se cada vez mais as pessoas têm medo da dor, do sofrimento, da perda, serão quase inevitáveis os chamados "amores breves", que resultam de relações superficiais.

Após longa tradição de desvalorização do corpo e das paixões, de seu controle e normatização pelas inúmeras regras de comportamento, surgiu a tendência aparentemente transgressiva da liberação e do resgate do corpo. No final do século XX, disseminou-se o culto do corpo visando garantir bem-estar e beleza, e nesse quadro desenhado não falamos apenas de mulheres, mas também de homens.

Não estaria sendo recolocada a antiga dicotomia corpo-mente, mas agora de maneira invertida? De fato, o cultivo do corpo de modo cada vez mais impositivo extrapola a mera preocupação com a saúde ou o bem-estar. O que se observa é a tirania das dietas alimentares, os exercícios modeladores e a "construção do corpo" (*bodybuilding*) por meio de cirurgias plásticas que nunca parecem satisfatórias. Descobre-se o culto da juventude e da beleza pelas gerações que têm medo de envelhecer e de morrer.

A febre das *selfies*

Você já parou para pensar sobre o fenômeno contemporâneo das *selfies*? O interesse de perpetuação da própria imagem sempre existiu, como constatamos na história humana com as máscaras mortuárias, além de pinturas e esculturas voltadas para perenizar a figura de uma personalidade. Também os próprios artistas sempre fizeram autorretratos. Com o advento da fotografia e sobretudo agora, na era do celular, ampliou-se a possibilidade da autorreprodução *ad infinitum* da própria imagem.

Sabemos que o termo *narcisismo* deriva do mito grego de Narciso, que, encantado pela própria imagem refletida nas águas de uma fonte, apaixona-se por si mesmo e nessa contemplação se consome e morre. Freud retomou esse mito, reconhecendo que o amor de si é importante para o desenvolvimento da criança, que necessita ser objeto de amor dos outros e também de si mesmo. O problema será não conseguir superar o enclausuramento que impede o contato com os outros e com a cultura da qual compartilha.

No caso das *selfies*, as pessoas procuram seu melhor ângulo – ou emolduram-se em um entorno que valoriza seu ego – e às vezes se esquecem de observar com os próprios olhos os locais e as exposições que visitam. Até mesmo em funerais há quem não resista à repetição do gesto. As *selfies* substituíram os autógrafos: o que haveria de mais convincente do que uma foto ao lado de alguma celebridade? Com todo esse ritual, constrói-se uma imagem de si mesmo (uma máscara?) imediatamente exibida nas redes sociais.

Evidentemente, não se trata de recusar o recurso das *selfies*, mas de refletir sobre o fato de esse costume ter sido exacerbado nos últimos tempos, tornando-se uma obsessão: *selfie* foi eleita a "palavra do ano" de 2013 pelo *Dicionário Oxford*. O risco, para alguns, seria a possibilidade de a nossa *self* ser reduzida à aparência das imagens que "construímos".

***Selfie*:** em inglês, significa "autorretrato". Deriva do termo *self*, "eu", "eu próprio", "eu mesmo".
***Ad infinitum*:** até o infinito, na tradução do latim.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Hiperconsumismo

Consumir é um ato que nos permite atender a necessidades vitais, próprias da sobrevivência, como alimentar-se, vestir-se e ter onde morar. Mas não só. O consumo abrange também tudo o que estimula o crescimento humano em suas múltiplas e imprevisíveis direções.

O consumo degenera em consumismo quando se torna um fim em si mesmo. Nesse caso, provoca desejos nunca satisfeitos. A ânsia do consumo perde toda a relação com necessidades reais, o que leva pessoas a comprar mais do que precisam e, às vezes, a gastar mais do que têm.

Os apelos constantes pelo consumo de novidades torna tudo descartável e rapidamente obsoleto. Com as facilidades da internet, compram-se e vendem-se coisas, serviços, ideias, sem precisar sair de casa. O sociólogo francês Gilles Lipovetsky afirma:

> "Com o capitalismo de consumo, o hedonismo se impôs como um valor supremo e as satisfações mercantis, como o caminho privilegiado da felicidade. Enquanto a cultura da vida cotidiana for dominada por esse sistema de referência, a menos que se enfrente um cataclismo ecológico ou econômico, a sociedade de hiperconsumo prosseguirá irresistivelmente em sua trajetória."

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal*: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 367.

Como evitar as piores consequências? O diagnóstico de Lipovetsky percorre ainda outros setores da vida, o que nos emaranha mais a essa condição. O sociólogo ressalta que a sociedade do hiperconsumo é também a do hiperindividualismo, do hipertexto, do hipermercado, do hiperterrorismo, da hiperclasse, em um contexto em que a modernização desenfreada e a desregulamentação econômica são escaladas a potências superlativas. Daí o sociólogo dizer que vivemos tempos hipermodernos.

Felicidade e autonomia

Ao analisar o que é ser feliz, podemos percorrer alguns momentos da história da filosofia para entender que a felicidade não se separa do processo de constituição da identidade de cada um de nós, da consciência sobre o que queremos para nossa vida, da nossa "experiência de ser". Essa busca, porém, não é solitária, porque se realiza na intersubjetividade: depende das amizades, do amor, do erotismo e, nesse sentido, da experiência do nosso corpo, dos sentimentos e da relação com os outros.

A turbulência e a novidade das mudanças ocorridas a partir das últimas décadas do século XX modificaram de maneira drástica os padrões de comportamento. Se alguns veem com bons olhos as transformações, há os que denunciam o braço invisível da alienação em condutas aparentemente autônomas. Sob essa ótica, concluem não haver propriamente autonomia, porque os mecanismos de repressão encontram-se na própria sociedade e são exercidos como instrumentos de controle dos desejos, estimulando-os ou reprimindo-os.

Outros encaram as mudanças de modo favorável e refletem sobre essas questões com mais otimismo. Apesar de indicarem os riscos, realçam aspectos positivos em razão da variedade de comportamentos alternativos que permitem maior autonomia e personalização. Para Lipovetsky, as mudanças do nosso tempo são inevitáveis. Na nova ordem coabitam fenômenos de massificação e de personalização, de individualismo exacerbado e de individualidade responsável.

Terminamos com a reflexão do filósofo e professor Franklin Leopoldo e Silva:

> "[...] quando as pessoas acalmam a ansiedade via consumo estimulado pelo capitalismo, seria justo dizer que elas encontram a felicidade? A escolha de uma profissão pelo único critério da quantidade de ganho a ser obtido significa felicidade? Quando indivíduos, grupos e nações se isolam para usufruir uma qualidade de vida cuja condição é a exclusão e/ou a exploração dos demais, pode-se dizer que vivem felizes?
>
> Essas perguntas poderiam ser respondidas dogmaticamente, pelo sim ou pelo não. Mas não se trata de resolver a questão e sim de considerar as dificuldades de toda ordem que se apresentam quando examinamos o desejo de felicidade. Essas dificuldades se mostram em toda contundência quando tentamos discernir os critérios da vida feliz e a relação ética entre os meios e os fins. Por isso, como deveria ser evidente, a questão da felicidade é eminentemente ética, até mesmo para aqueles que julgam possível obter a felicidade pessoal pela supressão da ética."

LEOPOLDO E SILVA, F. *Felicidade*: dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos. São Paulo: Claridade, 2007. p. 9. (Coleção Saber de Tudo)

O melhor de Calvin, tirinha de Bill Watterson, 1995. Haroldo questiona a crença de Calvin de que o desenvolvimento tecnológico pode garantir a felicidade.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

EM PAUTA

Controle e vigilância durante a pandemia de covid-19

O texto a seguir apresenta uma das medidas adotadas tanto pelo governo chinês como pela população local na tentativa de contenção da pandemia de Covid-19, que começou a se deflagrar em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Perceba o uso de instrumentos tecnológicos visando ao controle e à vigilância dos cidadãos.

"Autoridades de regiões rurais da China estão usando *drones* para vigiar os cidadãos e para impedir reuniões ao ar livre em meio à epidemia do novo coronavírus que já matou 362 pessoas e contaminou mais de 17 mil até esta segunda [3 fev. 2020].

Um vídeo postado no Weibo, uma rede social chinesa [...], mostra um grupo de pessoas que jogavam *mahjong* – jogo de tabuleiro chinês – em uma vila perto da cidade de Chengdu, no sudoeste do país, sendo instruído a se dispersar após ser flagrado por uma câmera em um *drone* de patrulha.

'Jogar *mahjong* do lado de fora é proibido durante a epidemia. Você foi flagrado. Pare de jogar e deixe o local o mais rápido possível', um oficial ordena os moradores através de um microfone enquanto assiste às imagens enviadas pelo *drone* para sua tela.

'Não olhe para o *drone*, criança; peça ao seu pai para sair imediatamente', diz o oficial a um garoto visto olhando curiosamente para o *drone*.

Independentemente do grave problema de saúde, usuários do Weibo se divertiram com o vídeo, que rapidamente se tornou viral.

O governo chinês vem pedindo às pessoas que fiquem em casa e evitem se reunir para impedir a propagação do novo coronavírus. Lojas, cinemas e restaurantes em algumas regiões também foram fechados.

Mais de uma dúzia de cidades da província de Hubei, incluindo a capital da província, Wuhan, onde o vírus surgiu pela primeira vez, estão em isolamento.

Em alguns locais, *drones* estão sendo usados para convencer cidadãos chineses a usar máscaras devido ao surto do novo coronavírus.

Em uma vila ao norte da China, um homem utiliza um *drone* para convencer uma mulher a usar máscara. O vídeo foi filmado em Tumed Left Banner, na Mongólia, em 28 de janeiro [de 2020] e mostra uma mulher idosa sem máscara.

Um homem pode ser ouvido dizendo a ela através de um alto-falante instalado no *drone*: 'Vovó, pare de encará-lo. É o *drone* da nossa aldeia. Não fique ao ar livre sem usar uma máscara. Volte para casa rapidamente e lave as mãos'.

Neste caso, o usuário do *drone* não era um oficial. Segundo relatos, Guo Junjie, 27, é fotógrafo de casamento e usa *drones* durante o trabalho. Ele teve a ideia de utilizar o equipamento para supervisionar os moradores e incentivá-los a usar máscaras."

Drones chineses dispersam aglomerações e indicam uso de máscara. *Folha de S.Paulo*, 3 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/02/por-coronavirus-drones-chineses-dispersam-aglomeracoes-e-indicam-uso-de-mascara.shtml>. Acesso em: 5 mar. 2020.

STR/AFP

Funcionária de supermercado e cliente usam máscaras de proteção na cidade chinesa de Wuhan, primeiro epicentro da pandemia de Covid-19, 2020.

Questões

Registre no caderno.

1. Explique o significado do uso de *drones* para conter o avanço da Covid-19 entre a população chinesa com base no conceito de sociedade disciplinar proposto por Foucault.

2. Você concorda que *drones* sejam utilizados para essa finalidade? É necessário criar leis regulando o uso dessas tecnologias nos países? Justifique.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ATIVIDADES

Registre no caderno.

1. Por que, para Merleau-Ponty, nascer é ao mesmo tempo nascer *do* mundo e nascer *no* mundo?

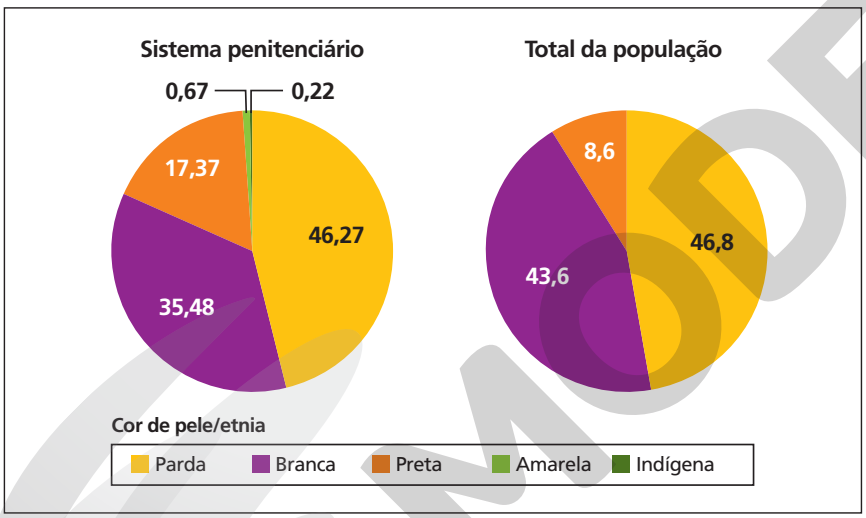
2. Quando olhamos uma montanha, dependendo de quem somos ou da situação que vivenciamos, podemos vê-la como algo a escalar, obstáculo, beleza natural, local destinado à preservação ou à especulação imobiliária. Como o conceito fenomenológico de intencionalidade se relaciona com esses diferentes olhares?

3. A desconfiança na capacidade humana de conhecer a realidade e de ter acesso transparente a si mesmo levou Sigmund Freud a cunhar a expressão **feridas narcísicas**, referindo-se à humilhação sofrida pelo indivíduo em momentos diferentes da história. No século XVI, Copérnico "retirou" a Terra do centro do universo; no século XIX, a teoria da evolução de Darwin "tirou" o sujeito do centro do reino animal; no mesmo século, Karl Marx substituiu a subjetividade livre e autônoma, que havia deixado de ser o centro da história, pela luta de classes. Explique como Freud contribuiu para aprofundar essas feridas narcísicas.

4. Interprete o gráfico abaixo à luz dos conceitos de raça e de biopoder.

Brasil: distribuição das pessoas por cor de pele/etnia no sistema penitenciário e no total da população, em % – 2016

ADILSON SECCO



Fonte: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*: atualização – junho de 2017. Brasília: Ministério de Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019. p. 32. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 8 maio 2020.

5. O filósofo Gilles Lipovetsky opta pela expressão *hipermodernidade*, em vez de *pós-modernidade*, para descrever o processo atual de avanço técnico-científico, a intensificação do poder do mercado global e a individualização das experiências humanas. Com base nisso, comente o texto a seguir.

> "Ninguém negará que o mundo, tal como está, provoca mais inquietação do que um optimismo desenfreado: alarga-se o abismo Norte-Sul, as desigualdades sociais aumentam cada vez mais, a insegurança obceca as consciências, o mercado mundializado reduz o poder que as democracias têm para se governarem. Mas será que isso nos autoriza a diagnosticar um processo de 'rebarbarização' do mundo, no qual a democracia não é mais do que uma 'pseudodemocracia' e um 'espetáculo comemorativo'? [...] Porque a depreciação dos valores supremos não continuará sem limites, o futuro continua em aberto. A hipermodernidade democrática e mercantil não disse a sua última palavra: ela apenas está no início da sua aventura histórica."

LIPOVETSKY, G. Tempo contratempo ou a sociedade hipermoderna. *In*: CHARLES, S. (org.). *Os tempos hipermodernos*. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 105-106.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

6. Analise a charge a seguir tendo em vista o fenômeno das *selfies* e o conceito de narcisismo.

© BENETT

Narciso, charge de Benett, 2014.

7. Dissertação. Com base nos dois trechos a seguir e nos conhecimentos construídos ao longo deste capítulo, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "**Utopias e distopias**".

> "O 'lugar nenhum' da utopia pode tornar-se pretexto para fugir, uma maneira de escapar às contradições e à ambiguidade do uso do poder e do exercício da autoridade em uma dada situação. Em tais condutas de fuga, a utopia obedece a uma lógica do tudo ou nada. Não existe mais passagem possível entre o 'aqui e agora' de tal realidade social e o 'alhures' da utopia. Tal disjunção autoriza a utopia a evitar toda confrontação com as dificuldades reais de uma dada sociedade. Todos os traços regressivos, tão frequentemente denunciados pelos pensadores utópicos – tais como a nostalgia do passado, a busca de um paraíso perdido –, procedem desse desvio do 'nenhum lugar' frente ao 'aqui e agora'."

RICOEUR, P. *A ideologia e a utopia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 34. (Coleção Filô)

> "[...] me arrisco à hipótese de que o futuro nunca teve uma repercussão tão profunda como neste presente expandido. Talvez a frase que melhor expresse isso na ficção é a da série de TV *Game of Thrones*, baseada nos livros de George R. R. Martin: *The winter is coming*. O inverno está chegando...
>
> O futuro de hoje é uma distopia. O que será de fato ninguém pode dizer que sabe. Mas sabemos que uma ideia distópica de futuro move esse presente. [...]
>
> Alguns, entre os quais me reconheço, temem acordar de uma noite de vigília com o anúncio: 'O inverno chegou'. Ainda assim, penso que é necessário enfrentar a tarefa de inventar um futuro no presente que não seja apenas distopia. O desafio deste momento talvez seja o de descobrir como é possível criar uma utopia a partir do excesso de lucidez."

BRUM, E. O amanhã não pode ser apenas inverno. *El País Brasil*, 9 nov. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/07/opinion/1478525620_328691.html>. Acesso em: 5 mar. 2020.

Enem e vestibulares

8. (Enem-MEC)

> "Penso que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, que podemos encontrar no meio cultural."

FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V*: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

O texto aponta que a subjetivação se efetiva numa dimensão:

a) legal, pautada em preceitos jurídicos.
b) racional, baseada em pressupostos lógicos.
c) contingencial, processada em interações sociais.
d) transcendental, efetivada em princípios religiosos.
e) essencial, fundamentada em parâmetros substancialistas.

9. (Enem-MEC)

> "Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem 'flutuar livremente'. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha."

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Do ponto de vista conceitual, a transformação identitária descrita resulta na constituição de um sujeito:

a) altruísta.
b) dependente.
c) nacionalista.
d) multifacetado.
e) territorializado.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Você no ciberespaço

Dados apresentados extraídos de: SOUZA, K.; CUNHA, M. X. C. da. Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, v. 3, n. 3, p. 204-217, set./dez. 2019. SILVER, L. *Smartphone Ownership Is Growing Rapidly Around the World, but Not Always Equally*. Pew Research Center, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/global/2019/02/05/smartphone-ownership-is-growing-rapidly-around-the-world-but-not-always-equally/>. Acessos em: 13 mar. 2020.

Dados de uma pesquisa realizada pelo Pew Research Center (organização apartidária que gerencia uma base de dados sobre a população mundial) e divulgados em 2019 apontam que 60% da população adulta brasileira possui um *smartphone*. Na atualidade, esses aparelhos são parte indispensável do cotidiano de uma grande parcela das pessoas no mundo. Em países desenvolvidos, a porcentagem da população adulta que possui *smartphones* é ainda maior: na Coreia do Sul, por exemplo, 95% da população possui esse aparelho e, em Israel, 88%.

Com esses aparelhos, as pessoas costumam planejar seu dia a dia, acessar ferramentas de busca para esclarecer dúvidas ou encontrar um lugar em um mapa, realizar compras, compartilhar imagens, textos pessoais ou fatos do cotidiano nas redes sociais, entre outros. Nesse sentido, a divulgação de atividades pessoais nas redes sociais tem sido cada vez mais frequente.

Você já parou para pensar que essas postagens, possivelmente tão presentes em sua vida, são acompanhadas de um julgamento, seja ele qual for? Em razão disso, é possível afirmar que essas postagens nas redes sociais carregam, em maior ou menor grau, um desejo de aprovação social daquele que realizou a publicação. Sob essa perspectiva, a felicidade de quem publica parece ser proporcional ao número de curtidas que a postagem recebe e, na ausência de tais validações, pode surgir uma ansiedade exacerbada: será que ninguém gostou? Em contrapartida, aquele que visualiza as publicações de amigos ou mesmo de celebridades pode ter a impressão de que a sua vida é menos interessante que a deles. Assim, o impulso de aderir a uma competição ou a uma padronização ditada pelo mundo virtual é quase inevitável: muitas pessoas acabam se esforçando para parecer sempre bonitas, saudáveis, alegres etc.

No entanto, pesquisas recentes indicam que esse esforço dispendido na construção de um perfil virtual socialmente apreciado gera um intenso desgaste da saúde mental e emocional. Estudo realizado por pesquisadoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas e divulgado em 2019 sobre o uso de *smartphones* pelos adolescentes brasileiros comprovou que a exposição excessiva às redes sociais tem ocasionado um aumento dos casos de *cyberbullying*, dependência tecnológica, ansiedade e depressão. Em conjunto, podem ser notados perda da capacidade de concentração, diminuição dos resultados acadêmicos e prejuízo do tempo de convívio com familiares e amigos.

De que forma você usa as redes sociais? E seus colegas? O uso que vocês fazem é muito diferente da maneira como seus familiares e outras pessoas mais velhas utilizam essas mídias? Na atividade proposta nesta seção, você vai refletir sobre a forma como as redes sociais impactam sua vida e a das demais pessoas do seu convívio. Para isso, em colaboração com seus colegas, você vai criar um questionário para ser a base de um levantamento estatístico. Por fim, essas informações vão ser organizadas em um infográfico criado por vocês para ser divulgado para toda a comunidade. Bom trabalho!

Representação de pessoas produzindo uma foto para ser publicada em uma rede social. As pessoas são bastante influenciadas pelo que veem nas redes sociais, mas até que ponto é possível confiar no que é publicado ou basear seu comportamento considerando essas informações?

MARCUS PENNA

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

Objetivos

- Analisar a influência das redes sociais sobre a vida das pessoas, especialmente dos jovens.
- Adotar uma postura crítica e ativa diante das questões associadas ao uso das redes sociais.
- Avaliar, por meio da construção e aplicação de um questionário, como as redes sociais podem interferir no contexto pessoal ou social das pessoas.
- Produzir conhecimento por meio de levantamento, seleção e análise de dados quantitativos.
- Elaborar infográfico com síntese dos conhecimentos produzidos na pesquisa quantitativa.
- Divulgar informação segura sobre as redes sociais para outros estudantes e para a comunidade em geral.

Procedimentos

1. A primeira etapa é escolher um **foco da pesquisa**. Para isso, com a orientação do professor, forme um grupo com cerca de cinco integrantes e acompanhem os passos a seguir.
   - Com o grupo reunido, conversem sobre como as publicações de colegas e celebridades nas redes sociais podem influenciar hábitos, visões de mundo e decisões de consumo. Vocês também podem direcionar a discussão considerando as questões a seguir.
     - ✓ As redes sociais influenciam minhas opiniões e a forma como vejo o mundo?
     - ✓ Costumo me interessar por produtos divulgados nas redes sociais?
     - ✓ Gosto mais de interagir pela internet do que pessoalmente?
   - Diante das opiniões do grupo, criem uma hipótese de trabalho, como "publicações das redes sociais influenciam hábitos de consumo nos jovens".
   - Considerando a hipótese, construam uma **pergunta base** para a pesquisa, por exemplo "como as redes sociais influenciam hábitos de consumo nos jovens?". Pergunta e hipótese vão ser importantes para nortear a construção do questionário.
2. Com o problema definido, chegamos à segunda etapa do processo, a **definição do perfil pesquisado**. A pesquisa vai ser realizada por meio de **amostragem**, que é o processo em que se define a amostra, ou seja, a quantidade e o perfil das pessoas a serem entrevistadas.

   Para este trabalho vocês vão fazer uma amostragem não probabilística, o que significa que o número de participantes vai ser definido pelo grupo sem um critério estatístico e que os resultados não podem ser utilizados para generalizações, ou seja, os dados levantados são significativos apenas para compreender o grupo pesquisado. Por isso:
   - estabeleçam uma quantidade de pesquisados de acordo com o tempo e os recursos disponíveis;
   - com a ajuda do professor, definam qual deve ser o perfil dos pesquisados;
   - fiquem atentos à pergunta base. No exemplo citado, como se pretende compreender a relação entre o uso das redes sociais e os hábitos de consumo dos jovens, seria necessário entrevistar pessoas jovens que usam redes sociais.
3. A terceira etapa é dedicada à **elaboração do questionário para pesquisa**, com questões claras e objetivas. Para isso, considerem as seguintes instruções:
   - Um questionário pode conter questões abertas ou fechadas. Nas abertas há linhas para que o pesquisado escreva uma resposta. Nas fechadas as respostas são predefinidas.
   - Em questionários fechados podem ser formuladas várias alternativas para a resposta. Em algumas questões, pode-se permitir que o pesquisado assinale mais de uma alternativa. Em outras, o pesquisado pode ser conduzido a escolher apenas uma alternativa. Por exemplo:

> Você considera que a forma como se veste é influenciada por publicações de amigos e celebridades nas redes sociais?
> [ ] Sim.
> [ ] Não.
> [ ] Às vezes.

   - É possível criar uma questão dependente de outra. Por exemplo:

> Você já saiu de alguma rede social?
> [ ] sim [ ] não
> Caso a resposta seja afirmativa, por quê?
> [ ] Sentia que perdia muito tempo *on-line*.
> [ ] Fui vítima de *cyberbullying*.
> [ ] Eu me desinteressei.
> [ ] Outro motivo. Qual? _____

- Para verificar opiniões, é possível construir afirmações e verificar se o pesquisado concorda ou discorda delas. Por exemplo:

	Sempre	Às vezes	Quase nunca	Nunca
A forma como me visto é influenciada por publicações de amigos e celebridades nas redes sociais.				

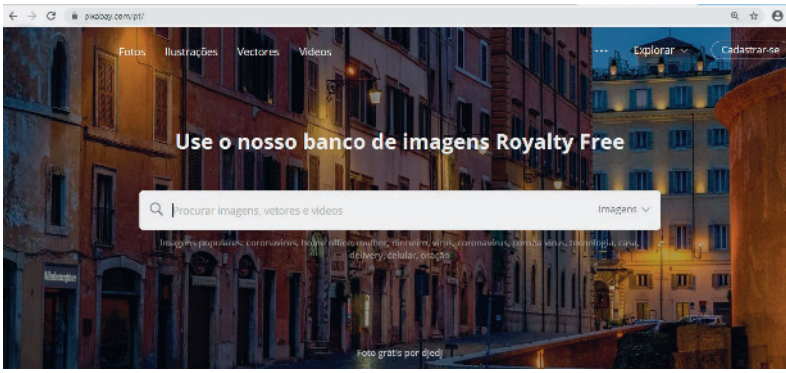
Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

4. Após criar o questionário, **avaliem se as questões são realmente relevantes** para responder à pergunta base. Verifiquem também se as questões estão claras e se atendem ao propósito da pesquisa. Fiquem atentos a algumas falhas que podem ocorrer na construção de questionários:
   - uso de vocabulário inadequado ao perfil dos participantes;
   - perguntas que induzem à resposta;
   - perguntas longas, que apresentam mais de um questionamento;
   - perguntas ambíguas, com mais de uma interpretação possível.

   Para validar a verificação, escolham uma ou duas pessoas com o mesmo perfil daqueles que serão entrevistados e façam um **teste do questionário**, aplicando-o. Caso o resultado seja satisfatório, prossigam para a etapa seguinte; se não, retomem as questões elaboradas, aprimorando-as até alcançarem o resultado desejado.
5. Com o questionário elaborado e testado, inicia-se a etapa seguinte do trabalho, a **coleta dos dados**.
   - É possível realizar as entrevistas utilizando ferramentas como formulários criados em plataformas de compartilhamento de documentos na internet ou imprimir várias cópias do questionário e aplicá-lo presencialmente.
   - No momento de abordar a pessoa a ser pesquisada, faça uma breve apresentação informando quem são os membros do grupo (nome da escola, série) e o objetivo da pesquisa.
   - Esclareça que os dados da pesquisa são sigilosos e que nenhuma informação do entrevistado pode ser divulgada sem o consentimento dele.
6. Após a coleta de dados, é necessário apurar, organizar e apresentar as informações. Esta etapa do trabalho é o **tratamento** e a **análise de dados**.
   - Realizem a contagem das respostas dadas a cada questão.
   - Convertam os números absolutos em relativos, definindo seus valores percentuais (vocês vão conseguir essa porcentagem por meio da regra de três – relação entre o número total de entrevistados, o 100%, e as respostas).
   - Decidam, com o professor, as melhores estratégias de apresentação dos dados: tabelas, quadros ou gráficos.
   - Após elaborar gráficos, tabelas ou quadros, chegou o momento de produzir um infográfico para compartilhar as informações.
   - Lembrem-se de retomar a hipótese formulada no início do trabalho: ela foi confirmada ou não pelos dados recolhidos? Pode-se também informar sobre a hipótese de vocês e a conclusão no infográfico.
7. Para iniciar a **produção do infográfico**, façam um esboço dele. Lembrem-se de que o infográfico deve mesclar informações textuais e não textuais (imagens, gráficos) de forma atraente. Considerem os seguintes passos para essa produção:
   - Redijam pequenos textos para compor o infográfico. Eles devem explorar os resultados da pesquisa de forma resumida.
   - Selecionem os gráficos e as tabelas para compor o infográfico. Optem por aqueles que melhor representem os achados da pesquisa.
   - Definam um *template*, ou seja, um modelo de distribuição e posicionamento de textos e imagens. Para esta etapa, inspirem-se observando infográficos disponíveis na internet.
   - Escolham um esquema de cores a ser utilizado. É importante que haja contraste entre a cor de fundo e a cor dos textos.
   - Para incrementar o visual, optem por tipos de letras decorativas para títulos e subtítulos, privilegiando a clareza e a fluidez na leitura.
   - Utilizem um tamanho de fonte adequado para a leitura. Esse recurso também pode ser usado para demonstrar as informações mais importantes dos textos.
   - Evitem sobrecarregar o infográfico com excesso de textos e imagens. Mantenham um espaço entre esses elementos para que a apresentação fique agradável.
   - Se necessário, consultem bancos de imagens gratuitas na internet para selecionar aquelas que complementem ou representem as informações apresentadas.

PIXABAY

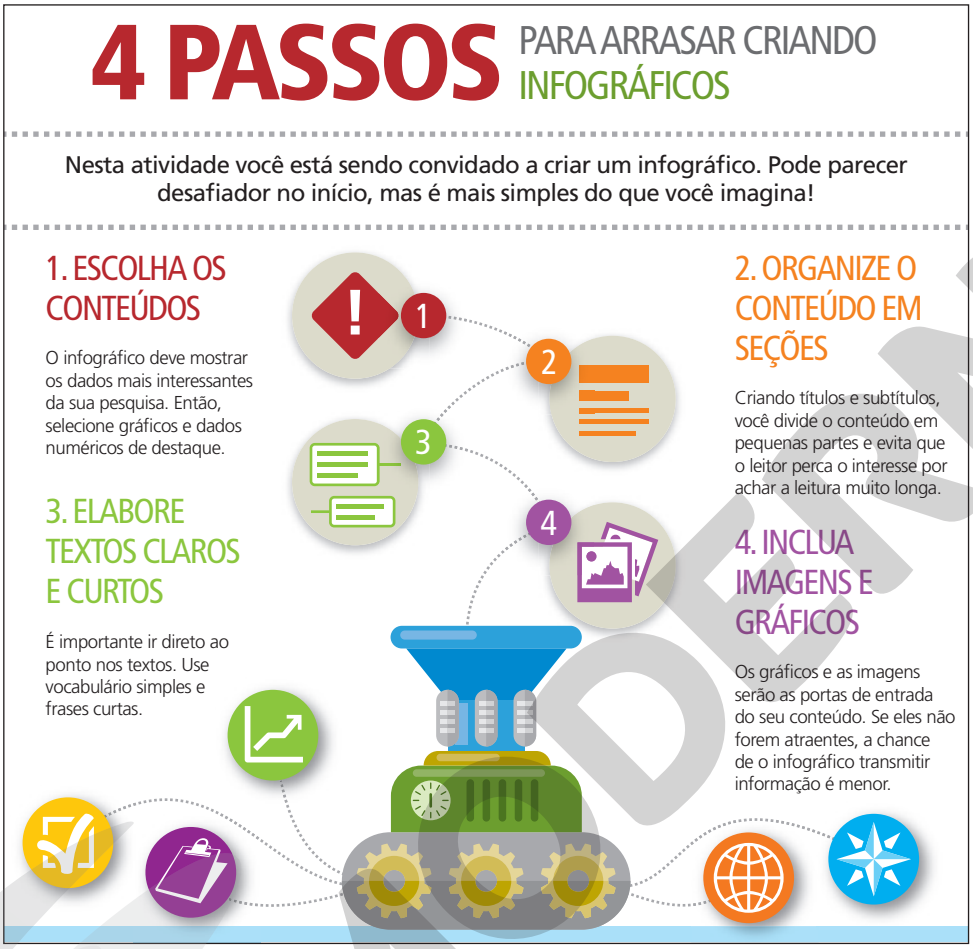


Página inicial de um banco de imagens gratuitas disponível na internet. Na página inicial desses bancos, nos campos de busca, é necessário escrever palavras relacionadas aos elementos da imagem que se deseja encontrar.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

- É possível criar infográficos usando ferramentas gratuitas *on-line*. Para isso, basta realizar um cadastro simples para conseguir acesso. Lembrem-se de que os *templates* gratuitos disponibilizados nessas ferramentas são mais simples, mas também há opções pagas. Contudo, para o trabalho de produção do infográfico proposto nesta seção, as opções de *templates* gratuitos são suficientes, como mostra o exemplo a seguir.



ADILSON SECCO

Fonte: Infográfico criado em plataforma gratuita *on-line*. Disponível em: <https://infograph.venngage.com/ps/SspXra8gNI/4-passos-para-arrasar-criando-infogrficos>. Acesso em: 12 mar. 2020.

Compartilhamento

- Após criar o infográfico, vocês podem postá-lo nas redes sociais dos integrantes do grupo e, caso existam, nas da escola também.
- Acompanhem a publicação, lendo os comentários e respondendo a eles.
- Incentivem debates sobre o assunto nas redes usando o infográfico como atrativo para outros conteúdos que possam aprofundar o tema. Para isso, vocês podem, por exemplo, incluir *links* de notícias ou de páginas de instituições relacionadas ao tema.
- Após a exposição virtual, caso a turma, o professor e a direção da escola achem pertinente, ou se não existir possibilidade de divulgação *on-line*, organizem um dia para expor versões impressas dos infográficos na escola. É importante que a exposição seja aberta à comunidade.
- Durante a exposição dos infográficos, organizem alguns espaços para debate, que podem ocorrer no formato de "mesa-redonda", em que um pequeno grupo de pessoas é convidado a debater um tema diante de uma pequena audiência.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Referências bibliográficas

As obras listadas a seguir contribuíram para a constituição dos conteúdos sobre a expansão marítima europeia empreendida a partir do século XV, das práticas e dos princípios mercantilistas e do desenvolvimento da economia globalizada.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*: séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v. 3.

CALDEIRA, J. *A nação mercantilista*. São Paulo: Editora 34, 1999.

FREITAS, G. *900 textos e documentos de história*. Lisboa: Plátano, [s. d.]. v. II.

GRUZINSKI, S. *A passagem do século*: 1480-1520: as origens da globalização. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARIANO, K. P. Globalização, integração e o Estado. *Lua Nova*. São Paulo, n. 71, 2007, p. 124. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n71/04.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2020.

MARS, A. Fomos complacentes com as consequências negativas da globalização. *El País Brasil*, out. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/14/eps/1571055876_744649.html>. Acesso em: 9 mar. 2020.

NOVAES, A. (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

STARLING, H. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WILLIAMS, E. *Capitalismo e escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Os conteúdos sobre o processo da colonização espanhola e britânica foram subsidiados pelos estudos compreendidos nas obras listadas a seguir.

GOUVÊA, M. F. S. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). *In*: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M.F.S.; BICALHO, M.F.B. (org.). *O Antigo Regime nos trópicos*. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PERRY, M. *Civilização ocidental*: uma história concisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PORTILLA, M. L. *A conquista da América Latina vista pelos índios*: relatos astecas, maias e incas. Petrópolis: Vozes, 1984.

ROMANO, R. *Mecanismos da conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

SANTOS, E. N. As conquistas de México-Tenochtitlán e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. *História Unisinos,* v. 18, n. 2, maio/agosto 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/viewFile/htu.2014.182.02/4202>. Acesso em: 9 mar. 2020.

TODOROV, T. *A conquista da América*: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

VILAR, P. *Ouro e moeda na história*: 1450-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

A abordagem de alguns aspectos da colonização espanhola e britânica no continente americano no contexto da dissolução do sistema colonial na Era Moderna se fundamentou nas obras apresentadas a seguir.

BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (org.). *América Latina*: história, ideias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998.

BETHELL, L. Política, ideologia e sociedade. *História da América Latina*. Barcelona: Editorial Crítica. v. 6.

BOMFIM, M. *A América Latina*: males de origem. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

FERRO, M. *História das colonizações*: das conquistas às independências: séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GEORGES, G. *As revoluções da França e da América*: a violência e a sabedoria. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GORENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. *Estudos Avançados*. São Paulo, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/%20view/9988/11560>. Acesso em: 13 mar. 2020.

HAAG, C. O dia em que o Brasil disse não aos Estados Unidos. *Pesquisa Fapesp*. São Paulo, n. 156, fev. 2009.

JINKINGS, I. *et al. Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo, 2006.

KARNAL, L. *et al. História dos Estados Unidos*: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

LEÓN-PORTILLA, M. *Códices*: os antigos livros do Novo Mundo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*, 1689. São Paulo: LeBooks, 2018. (*ebook*)

NARO, N. P. S. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Atual; Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

NUNES, A. *As revoluções do México*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

PINSKY, J. *et al. História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007.

PRADO, M. L. C. *América Latina no século XIX*: tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, 2014.

As dinâmicas do capitalismo na atual fase da globalização e a intensificação das trocas comerciais entre os países são abordadas nas obras listadas abaixo. Elas propiciam o desenvolvimento de uma leitura crítica do processo de globalização e de integração econômica.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LOPES, C. Crescimento econômico e desigualdade: as novidades pós-Consenso de Washington. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 94, p. 3-20, 2011.

MARGHERITIS, A.; PEREIRA, A. W. A América Latina e o fim do Consenso de Washington. *Relações Internacionais*, v. 4, p. 89-101, 2004.

PAIVA, C. Á. N.; CUNHA, A. M. *Noções de economia*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

PORTELLA FILHO, P. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 101-132, 1994.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, S. A globalização do protesto. *O Estado de S. Paulo*, 13 ago. 2011.

SMITH, A. *In*: BEAUD, M. História do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

As obras listadas a seguir apresentam dados estatísticos e produtos cartográficos que servem à compreensão do espaço econômico mundial em períodos recentes.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1991*: o desafio do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FERREIRA, G. M. L. *Atlas geográfico*: espaço mundial. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2019.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. *El atlas*: conflictos de fronteras. Valencia: Espanha, 2013.

MARIN, C. (cartografia). *Grand atlas 2019*: comprendre le monde en 200 cartes. Paris: Autrement, 2018.

UNITED NATIONS. *International Trade Statistics Yearbook*. New York: Department of Economic and Social Affairs, 2019. v. 1.

WORLD TRADE ORGANIZATION. *Annual Report 2019*. Genebra: WTO, 2019.

A formação de um espaço conectado pelas redes de comunicação e transporte e a constituição de uma cidadania digital na sociedade da informação são assuntos tratados nos relatórios e artigos acadêmicos a seguir.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Cetic.br). *Portal de dados*. Disponível em: <http://data.cetic.br/cetic/explore>. Acesso em: 13 mar. 2019.

CGI.br. *Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil*: TIC kids online Brasil 2018. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/216370220191105/tic_kids_online_2018_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. *Anuário CNT do transporte 2019*: estatísticas consolidadas. Disponível em: <https://anuariodotransporte.cnt.org.br/2019/>. Acesso em: 13 mar. 2020.

ROCHEFORT, M. Cidades e globalização. *Mercator*, Fortaleza, v. 1, n. 2, jan. 2009. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/177>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SAFERnet Brasil. *The Web We Want*: A *Web* que queremos. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/web-we-want-%E2%80%93-web-que-queremos>. Acesso em: 13 mar. 2020.

A seguir estão listadas obras que forneceram fundamentação teórica para as discussões sobre questões pertinentes às transformações culturais motivadas pelo desenvolvimento tecnológico.

ADORNO, T. A indústria cultural. *In:* COHN, G. (org.). *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

BRASIL. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Brasília: Presidência da República, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

As obras indicadas abaixo referem-se aos estudos sobre globalização, tanto no âmbito conceitual, quanto no que concerne a debates de cunho econômico, identitário, entre outros. Aqui também estão as obras que ligam a globalização às demais temáticas do capítulo, a saber, integração regional, cidadania, direitos humanos e movimentos sociais.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo/Rio de Janeiro: Unesp/Contraponto, 1996.

BAUMAN, Z. *Globalização*: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BECK, U. *O que é globalização?* Equívocos do globalismo. Respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HOBSBAWM, E. J. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, S. P. *O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

OHMAE, K. *O fim do Estado-nação*: a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

A dinâmicas de integração regional constituem um debate próprio e significativo. Para alguns, os diferentes processos integracionistas são partes ou etapas da dinâmica da globalização; para outros, um processo autônomo, quando não reativo ou antagônico à própria globalização. As obras a seguir permitem compreender esse debate.

ALTO COMISSARIADO PARA REFUGIADOS DAS NAÇÕES UNIDAS (ACNUR). *Tendencias globales*: desplazamiento forzado en 2018. Genebra: Acnur, 2019. p. 5. Disponível em: <https://acnur.org/5d09c37c4#_ga=2.156861181.734201657.1581963312-814272302.1572360415>. Acesso em: 5 maio 2020.

BARBOSA, R. A. *América Latina em perspectiva*: a integração regional da retórica à realidade. São Paulo: Aduaneiras, 1991.

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODELO

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. *Amor líquido*: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

O debate sobre cidadania é aqui apresentando de forma conexa à questão dos direitos humanos. Por isso, as obras elencadas abaixo estabelecem uma conexão dialogada entre os dois temas.

CARVALHO, J. M. de *et al*. (org.). *A construção nacional*: 1830--1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DATAFOLHA. *Visível e invisível*: a vitimização de mulheres no Brasil. 2. ed. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Infogra%CC%81fico-vis%C3%ADvel-e-invis%C3%ADvel-2.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARSHALL, T. H. *Cidadania e classe social.* 2. ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

SANTOS, W. G. *Governabilidade e democracia natural.* Rio de Janeiro: FGV, 2007. v. 1.

TOURAINE, A. *Iguais e diferentes:* poderemos viver juntos? Petrópolis: Vozes, 2003.

TRINDADE, A. A. C. *A proteção dos direitos humanos nos planos nacional e internacional:* perspectivas brasileiras. Brasília: F. Naumann, 1992.

As obras a seguir cumprem o papel de orientar os debates sobre os movimentos de transformação social, possibilitando aos jovens reconhecerem que sua participação pode mudar o mundo em que vivem.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, v. 1, out. 1986.

LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SADER, E. *Quando novos personagens entram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

As obras listadas a seguir, escritas por filósofos da tradição contemporânea, serviram de referência para elaborar os tópicos que apresentam reflexões sobre a cultura e a formação de um novo sujeito no mundo globalizado.

BAUDRILLARD, J. *Power inferno*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

BEAUVOIR, S. de *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. v. 1.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREUD, S. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

HEIDEGGER, M. *Que é metafísica?* São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal*: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n. 1, 2019.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NIETZSCHE, F. *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores)

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SARTRE, J.-P. *O existencialismo é um humanismo*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1970.

As publicações a seguir, escritas por filósofos e comentadores, tratam especificamente da filosofia ou de sua história e contribuíram para explicar conceitos filosóficos da tradição.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. (Coleção Trans)

HOTTOIS, G. *Do Renascimento à pós-modernidade*: uma história da filosofia moderna e contemporânea. Aparecida: Ideias & Letras, 2008.

LEOPOLDO E SILVA, F. *Felicidade*: dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos. São Paulo: Claridade, 2007. (Coleção Saber de Tudo)

MARTON, S. *Nietzsche*: a transvaloração dos valores. São Paulo: Moderna, 1993. (Coleção Logos)

REALE, G.; ANTISERI, D. *História da filosofia*: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. São Paulo: Paulus, 2006. v. 6.

As obras a seguir forneceram informações complementares, dados estatísticos e cartográficos para a construção do conteúdo e das atividades. Não estão incluídas aqui as fontes consultadas para elaboração do infográfico, indicadas nas respectivas páginas.

ATLAS DA HISTÓRIA DO MUNDO. São Paulo: Publifolha/Times, 1995.

ATLAS HISTÓRICO ESCOLAR. Rio de Janeiro: FAE, 1991.

DUBY, G. *Atlas historique mondial*. Paris: Larousse, 2003

LIPOVETSKY, G. Tempo contratempo ou a sociedade hipermoderna. *In:* CHARLES, S. (org.). *Os tempos hipermodernos*. Lisboa: Edições 70, 2011.

PARKER, G. *Atlas Verbo de história universal*. Lisboa: Times; São Paulo: Verbo, 1997.

RICOEUR, P. *A ideologia e a utopia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção Filô)

Reprodução proibida. Art.184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

MODERNA

ISBN 978-65-5779-129-5

MODERNA